

SEMANA *de*  
CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

.....  
de 5 a 8 de maio

ANAIIS

nº 2 ano 2014

XXII

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

XII

SEMANA de CIÊNCIAS SOCIAIS

### COMISSÃO ORGANIZADORA

Caroline Mendes dos Santos  
Estêvão Barros Chaves  
Vinicius Gomes de Sousa  
Amanda Santos  
Carmem Ribas Casseb  
Bruna Quinsan Camargo  
Lucas De Carvalho Ferreira  
Camilla Arioli Gebara  
Myatã Sanches Pedrini Campos  
Brina Deponte Leveguen  
Barbara Caroline Botassio  
Karine Caroline Andrade Balconi  
Raphael Rodrigues Inacio da Silva  
Marco Antonio Gavério

Caroline Mendes dos Santos  
(Diagramação)

### COLABORADORES

Guilherme Ubeda  
(arte)

### CONSELHO CIENTÍFICO

Felipe Ferreira Vander Velden	Thalles Haddad Novaes de Andrade
Clarissa de Paula Martins Lima	Aline Zambello
Thais Mantovanelli	Roberto Grün
Ana Elisa Santiago	Erica Julian
Clarice Cohn	Mariele Troiano
Marcos P. Lanna	Valter Roberto Silvério
Alessandra Stremel	Danilo Moraes
Piero Camargo Leirner	Richard Miskolci
Flávia Carolina da Costa	Keith Diego Kurashige
Jorge Mattar Villela	Gabriel de Santis Feltran
Mariana Medina Martinez	Evelyn Louyse Godoy Postigo
Joelson Gonçalves de Carvalho	Jacqueline Sinhoretto
Felipe Fontana	Alex Arbarotti
Thiago Pereira Mazucato	Felipe Rangel
Felipe Fontana	Claudirene Bandini
Pedro Floriano Ribeiro	Lara Roberta Rodrigues Facioli
Flávio Contrera	Juliana do Prado
Bárbara Lima	Vera Alvez Cepêda
	Michele Massuchin



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

	<b>Índice</b>
RESUMO DOS GTS .....	5
ANTROPOLOGIA.....	6
CIÊNCIA POLÍTICA.....	17
SOCIOLOGIA.....	43
TRABALHOS COMPLETOS .....	65
ANTROPOLOGIA .....	66
CIÊNCIA POLÍTICA.....	170
SOCIOLOGIA.....	394
Apoio: .....	581
Realização: .....	581

# RESUMO DOS GTS

RESUMOS:

# ANTROPOLOGIA

GT 1: POVOS TRADICIONAIS

Sessão Única: Etnologia Indígena, Estado e Povos Tradicionais

**PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA (I)MATERIAL: AS “CULTURAS POPULARES” NO PASSADO E O PESSIMISMO ESTRUTURAL**

Gabriel Bertolo – UFSCar  
gabrielbertolo@bol.com.br

Esta apresentação tem por objetivo analisar de modo crítico as políticas de patrimonialização da chamada “cultura popular”, geralmente atrelada aos povos “tradicionais”, à luz das teorias e práticas antropológicas. Tomamos como material etnográfico os diversos textos e leis sobre o assunto no Brasil, em voga desde a década de 1930 e retomada inicialmente nos anos 1980, e posteriormente, no início dos anos 2000. Retomando a bibliografia existente sobre o assunto para repensar categorias e dicotomias como “materialidade” vs. imaterialidade”, “tradicional” vs. “moderno” e as próprias noções de patrimônio e cultura, e levando em conta ainda a etnografia realizada entre os caiçaras da Ilha do Cardoso, Cananéia/SP, este texto busca menos a reificação de tais categorias e dicotomias, do que seu próprio plano conceitual, ou melhor, o modo como se constroem e reconstroem tais conceitos e os efeitos políticos e sociais acarretados por eles, efeitos estes permeados pelo o que aqui chamamos de pessimismo estrutural.

RESUMOS:

# ANTROPOLOGIA

**GT 2: TEORIA ANTROPOLÓGICA**

**Sessão Única: Teoria Antropológica Clássica e Contemporânea**



**“EU”, DEUS E OS OUTROS: A CONSTRUÇÃO DA PESSOA NA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA**

Allan Wine Santos Barbosa – UFSCar  
Fomento: CNPq

A questão da construção da pessoa, nas mais diversas dimensões da vida social, sempre esteve presente como um dos temas clássicos da antropologia. A conferência de Mauss sobre a categoria pessoa inaugurou toda uma linha de estudos que se debruçaram sobre o assunto, tanto na sociedade moderna quanto nas não ocidentais. Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir um desses processos de formação da noção de pessoa, a saber, a salvação. Esta pesquisa, gerada a partir de uma bolsa PIBIC, buscou apreender como uma denominação protestante histórica – a Adventista do Sétimo Dia – opera um processo de construção partindo de uma ideia específica de pessoa, quase que hobbesiana, permeada pelo conflito e pecado e marcadamente mundana, para a noção de “eleito”, próximo da divindade e capaz de receber o Perdão. Argumenta-se em especial que essa passagem, do “ímpio” ao “eleito” se dá menos através da crença do que da prática cristã e conformidade da vida do indivíduo com a Bíblia. Procura-se demonstrar também a centralidade de dois processos nessa transformação, o “reavivamento” e a “reforma”. O primeiro sendo um movimento de modificação de valores espirituais e o segundo um ímpeto de mudanças práticas. Propõe-se que esses dois elementos sejam os grandes operadores da construção da pessoa na cosmologia adventista e que tenham enorme influência na vida cotidiana e nas relações entre os fieis e o mundo. A análise faz grande uso dos trabalhos de Max Weber sobre a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo e toda a obra de Louis Dumont, cujas teorias são de grande auxílio para a compreensão do papel dos valores na dinâmica social e seu impacto nos processos relacionados à pessoa e ao indivíduo. Outros autores que também abordaram a questão da pessoa no Brasil, como Roberto Damatta e Márcio Goldman, também são mobilizados para construir esse quadro geral da pessoa em relação à salvação no Adventismo.

**ANDANÇAS PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS: REFLEXÕES DAS SENSACIONES EXPERIMENTADAS NO CAMPO**

Jaqueline Vilas Boas Talga – UNESP/Araraquara  
jtalga@yahoo.com.br

Nesta manhã de domingo, com chuva leve e serena a cair pelas folhas de distintos tons de verde, vistas de minha janela, tenho o propósito mais de refletir e compartilhar do que estabelecer uma análise rígida a despeito das práticas e metodologias antropológicas. Refletir algumas das andanças experimentadas junto a algumas das manifestações tradicionais das religiosidades afro-brasileiras e do catolicismo popular de forte ligação com os universos africanos em diálogo com algumas teorias metodológicas existentes. Sozinha ou na companhia de amigos e amigas acadêmicas ou não passei a vivenciar os ternos das Congadas antes e durante a festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito na cidade de Uberlândia, como também por terreiros de Umbandas e Candomblés nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Esses espaços me fizeram refletir desde as roupas a serem vestidas no campo, até a imagem construída de pesquisador idealizada pelos sujeitos. Ao direcionar o olhar

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

para tais eventos, nesse caminho passei e ainda passo por respostas, fornecidas pelos sujeitos e por pesquisadores que perpassam o evolucionismo, por conceituações que valorizam o purismo, o tradicional, o mais próximo do intocado por um lado, e por outro, a valorização do novo, do recriado, criativo, do dinâmico. Nesses contextos vivenciamos compartilhamentos, trocas, reciprocidades, como também disputas hegemônicas dentro dos grupos. Em diversos momentos de ricas experiências de campo refleti sobre nossa postura enquanto pesquisadores, sobre os impactos dela no contexto dos sujeitos, e o quanto são úteis as etnografias que compartilham as “aventuras do campo”. Nesse sentido na expectativa de contribuir no debate, proponho compartilhar entre acertos e erros alguns momentos que possibilitaram identificar situações propiciadas pelas posturas assumidas no campo.

RESUMOS:

# ANTROPOLOGIA

**GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES  
COMPLEXAS**

**Sessão 1: Antropologia Urbana**

**COMO COMPREENDER O QUE NÃO PODE SER DITO? OS DESAFIOS DA PESQUISA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO**

Lígia Maria de M. C. Incrocci - UNIFEI

E-mail: ligia.incrocci@gmail.com

Carlos Alberto Máximo Pimenta - UNIFEI

E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com

Fomento: CAPES

O presente artigo parte de um quadro de 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra a criança e o adolescente denunciadas diariamente no país, e que culminam em um universo de 40 mil menores que vivem em situação de acolhimento. A situação de risco desses meninos e meninas é o fator desencadeante da dissertação de mestrado que subsidia este artigo, e que tem por base apreender como esses moradores de instituições de abrigo de uma cidade de Minas Gerais significam seu papel no mundo, quais são suas expectativas e seus sonhos, como interagem com seus pares, como vêem as condições nas quais vivem, como lidam com as diferentes violências presentes quando se está em risco. Partindo dos preceitos da Antropologia da Criança, traz-se a criança e o adolescente no papel de objetos da análise etnográfica, enquanto atores sociais ativos, produtores de cultura e inseridos em um contexto sócio histórico. Em condição na qual a principal fonte de dados sejam esses atores em si, não mais a visão que os adultos deles têm enquanto o seu “outro”. Considerando os quase quatro meses de corrente trabalho de campo pautado pelas orientações etnográficas e realizado em três instituições de acolhimento, o objetivo deste artigo é evidenciar o percurso, as angústias e a criatividade metodológica necessária a uma pesquisa para a qual a regra vigente era a de não fazer perguntas, fossem estas realizadas de modo direto, por meio de entrevistas, ou indiretas, no decorrer de um diálogo casual. O desafio se constituiu no como formar uma zona de significados a partir das falas espontâneas, do não dito, dos momentos de silêncio, dos gestos e olhares, que posteriormente eram registrados em caderno de campo e que se mostraram mais ricos do que qualquer entrevista ou questionamento.

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA JUNTO A CURURUEIROS DO MÉDIO TIETÊ PAULISTA**

Elisângela de Jesus Santos - Universidade de Coimbra

E-mail: lili.libelula@gmail.com

A comunicação em questão apresenta duas finalidades. A primeira diz respeito a oportunidade de concluir o ciclo de dádivas iniciadas com a realização de nossa pesquisa de doutorado acerca do cururu paulista, tendo em vista nossa participação como aluna especial em disciplinas dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de São Carlos. Disso resulta a segunda finalidade que, ligada à própria trajetória da pesquisadora na construção da pesquisa, compreende a apresentação dos resultados obtidos com a etnografia que embasa o texto da tese “Entre Improvisos e Desafios: do cururu como cosmovisão de grupos caipiras no Médio Tietê, SP” recentemente concluída no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara com bolsa Fapesp. Das principais reflexões que baseiam esta proposta estão: a) o papel do pesquisador como parte da pesquisa, isto é, do pesquisador enquanto protagonista que imprime suas próprias marcas na pesquisa vez que está em constante relação com o meio e as pessoas que compõem o âmbito pesquisado; b) a necessidade de tornar o trabalho etnográfico

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

um exercício de questionamento dos temas canonizados e internalizados pelo pesquisador, isto é, do campo como oportunidade de forjar discussões epistemológicas criadas no próprio contexto e através do olhar etnográfico. No que tange a este último aspecto, pretendemos discutir a importante, mas invisibilizada atuação dos cururueiros e violeiros do Médio Tietê na constituição da indústria fonográfica brasileira ainda na primeira metade do século XX.

### **ENTRE DEMÔNIOS: DÁDIVA, RESPEITO E COMPROMETIMENTO ENTRE OS ADEPTOS DO BLACK METAL PAULISTA**

Lucas Lopes de Moraes – PPGAS/USP - LabNAU

lucasmakhno@yahoo.com.br

Fomento: FAPESP

Entre os adeptos do Black Metal paulista a cena é uma categoria nativa que expressa uma

noção de comunhão coletiva, estabelecida através do comprometimento com um estilo musical, uma das mais extremas variantes do gênero Heavy Metal. Eventos são organizados tanto na capital quanto em pequenas cidades do interior, pouco significativas para os grandes fluxos de capital, mas que na ótica desses atores sociais são vistas como grandes pólos da resistência. São lugares onde “os guerreiros do Black Metal” se reúnem, trocam experiências e bens, e fortalecem seus sentidos de pertença a um modo de vida específico e a determinadas filiações religiosas (o Satanismo e a “Quimbanda”). Ao estabelecer os parâmetros dessa pesquisa e iniciar os trabalhos de campo, voltados à compreensão das lógicas de ocupação dos espaços urbanos por esse arranjo coletivo, surgiram os primeiros impasses gerados pela resistência dos integrantes dessa cena. O Black Metal era dito ser “para poucos”, algo que não poderia ser “banalizado”. As supostas autoridades intelectuais e morais foram invertidas, dado que o respeito e o comprometimento, critérios essenciais para a entrada na cena, não permitiam a consequente “entrada no campo”. Dessa forma, o exercício gradual de compreender as lógicas internas desse arranjo coletivo, permitiu que estratégias metodológicas fossem elaboradas, e que uma espécie de “círculo da dádiva Black Metal” fosse desvelado: uma rede de trocas de favores que constitui essa cena e que estabelece as alianças entre esses “guerreiros”. Assim, o pesquisador ofereceu suas dádivas, trocou favores, e ainda sem fazer parte da cena conseguiu adentrá-la. Esse trabalho, portanto, busca demonstrar as vicissitudes de uma experiência de campo, que nas exigências da pesquisa produziu um conjunto de estratégias metodológicas, que ao mesmo tempo em que eram estadas, produziram conhecimento sobre um arranjo coletivo que elabora formas específicas de ocupar a cidade, reorganizando suas fronteiras a partir de alianças internas.

RESUMOS:

# ANTROPOLOGIA

GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES COMPLEXAS

Sessão 2: Antropologia da Política e do Estado

**ENSAIO SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Aaron França Teófilo - UNIFAL  
teofiloid@gmail.com

O estudo tem por objetivo refletir sobre a reação negativa da sociedade brasileira à violência praticada por uma parcela considerável de manifestantes nos tensos protestos direcionados ao Poder Público iniciados em meados de 2013, no Brasil. A enorme repercussão dada pela "grande mídia" ao uso da força física durante esses protestos colocou sob a luz a primazia da noção de negatividade da ação coletiva violenta enquanto instrumento de contestação, arraigada no imaginário do *povo brasileiro*. Ora, por que se estabeleceu tão rapidamente um forte e amplo consenso quanto à forma como devem ser realizadas as manifestações políticas que ocorrem no Brasil? Ou seja, de maneira ordeira e pacífica! Nesse sentido, qual o lugar e a função da violência na sociedade em tela? Tal reflexão foi conduzida a partir dos princípios de inteligibilidade legados pelo etnógrafo e etnólogo francês Pierre Clastres, principalmente no que concerne ao papel da violência guerreira nas sociedades primitivas. Portanto, a fim de descobrir novas possibilidades de compreensão a respeito da violência política no Brasil contemporâneo, o instrumental teórico forjado pelo referido autor orientou a análise do fenômeno empírico abordado. Desse modo, pondero que nas sociedades *com e a favor* do Estado, como a nação brasileira - que se afigura o extremo oposto das sociedades primitivas do ponto de vista propriamente político (sociedades *sem e contra* o Estado) -, a violência só é considerada positiva quando exercida pela máquina estatal. Assim sendo, o Estado brasileiro se afigura intocável, só ele pode ser, legitimamente, violento em todos os sentidos, pois apesar das desigualdades que instaura a partir de sua origem, ele ainda é percebido - por uma enorme parcela da população - como uma instituição "essencial" (sagrada!), a única capaz de conduzir os brasileiros, tanto dominantes quanto dominados, à *Terra sem males*. Ademais, ficou patente a necessidade de superação do "nacionismo" que limita o pensamento conceitual à perspectiva sociologicamente negativa da utilização da violência para fazer política nas sociedades nacionais democratizadas.

**GEORGES BALANDIER E A ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: O POLÍTICO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA**

João Gabriel Rodrigues e Figueiredo - UNIFAL  
Fomento: FAPEMIG

Procuramos analisar o modo de construção de dois conceitos (político e poder) na produção intelectual do antropólogo Georges Balandier, no intento de perceber as particularidades de sua abordagem. O autor iniciou seus trabalhos de campo na África, a partir de 1950, tendo familiaridade com os estudos desenvolvidos pelos antropólogos chamados "africanistas", com os quais estabelece estreito diálogo na elaboração de um instrumental teórico-metodológico, que é o principal objetivo da obra que será investigada neste estudo. A descolonização e a formação dos novos Estados-nacionais africanos se desenhavam num cenário conflituoso, exigindo reflexões diferenciadas dos pesquisadores a respeito de problemas outrora encarados especialmente pela filosofia política, como o questionamento acerca da essência do político, considerando uma sociedade bastante plural, marcada pelas descontinuidades. Balandier, por meio do material etnográfico coletado entre as sociedades primitivas (sem um poder centralizado consolidado), procurou conduzir este debate no contexto da sociedade moderna,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

retomando discussões que marcaram seu processo de formação e consolidação, como as funções do Estado nos processos de dominação. Nosso primeiro desafio consistiu, nesse sentido, em identificar as questões levantadas pelo autor. Feito isso, traçamos algumas considerações acerca das possibilidades da referida abordagem a partir de um conjunto de problemas relativos, sobretudo, à teoria proposta por Balandier, aos conceitos centrais que ele trabalha e à maneira pela qual ele percebe o fenômeno político. Para tanto, nos concentramos numa obra muito particular, a saber, “Antropologia política”, publicada originalmente, em 1967, em francês.

**Palavras-chave:** Antropologia da política, Georges Balandier, poder.

### **O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COMO FUNÇÃO PARLAMENTAR**

Caroline Mendes dos Santos - UFSCar

E-mail: carolinemdossantos@gmail.com

Fomento: FAPESP

Esta proposta de trabalho é uma tentativa preliminar de fazer uma análise antropológica sobre a atividade parlamentar. Os primeiros dados analisados foram obtidos por meio do acompanhamento do cotidiano do trabalho de um vereador dentro do gabinete e da Câmara de Vereadores, local de trabalho parlamentar. A atuação de um vereador é entendida como a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial do poder executivo e legislação do município através da elaboração de emendas às leis orgânica, complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre materiais de competência do município. Nota-se que a ciência política brasileira centrou suas análises nos estudos legislativos referentes a essas funções e a organização interna das Câmaras Legislativas, privilegiando a escolha racional e o (neo) institucionalismo como método de análise. Minha pesquisa, no entanto, inspirada pelos trabalhos da antropologia da política propõe uma análise centrada no ponto de vista parlamentar sob o que seriam suas funções como vereador destacando sua relação com o atendimento à população. Para o parlamentar atender, cria vínculos com a população, no entanto isso não influencia na decisão do voto de quem pede ajuda, portanto este não é o motivo que lhe faz atender. O parlamentar frequentemente associa o atendimento à população como uma das funções de seu trabalho. Trata-se de uma *obrigação* e não de uma mera política distributivista que acredita na ideia de que os políticos atuam individualmente pensando apenas em sua reeleição. Este, portanto, é o foco da análise deste texto: pensar o atendimento à população como uma das funções parlamentares para um vereador.



RESUMOS:

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 5: TEORIA E PENSAMENTO

Sessão 1: Pensamento Político

**POLÍTICA E CULTURA: MAPEAMENTO DO DEBATE SOBRE OS INTELLECTUAIS QUE PENSARAM A CULTURA NO ISEB**

Guilherme de Carli Pavão de Godoy – UFSCar  
guilhermedecarli15@gmail.com

A preocupação com a autonomia nacional, tanto no âmbito político-econômico quanto no social e cultural, que já estava em pauta desde os anos 1920 no Brasil, transforma-se no tema central agenda política nacional com a ruptura do governo Vargas em 1945, inaugurando um período que vai até o ano de 1964 e ficou conhecido na literatura política como populismo, e que, de acordo com Carlos Guilherme Mota se intensifica no governo de Juscelino Kubitschek. Há uma busca pela definição de uma cultura nacional que valorize e impulse o país para uma condição de nação desenvolvida. Diante deste cenário intelectuais como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, entre tantos outros, começaram a analisar e construir uma ideologia nacionalista que tinha como meta alcançar tanto o “povo” quanto as “elites” brasileiras. É por meio de instituições como o IBESP e o ISEB que os debates teóricos tomam uma dimensão política, e também através destas instituições que estes intelectuais procuram dar voz a suas visões de mundo, as quais materializam-se em disputas ideológicas sobre diferentes diagnósticos e prognósticos a respeito de questões como “atraso”, “modernização”, “desenvolvimentismo” e “nacionalismo”. Este trabalho se propõe a fazer um balanço de tal debate através de um mapeamento dos principais intelectuais vinculados ao ISEB.

**ENTRE ATRASO E MODERNIDADE: O DEBATE ENTRE VOCAÇÃO AGRÁRIA VS INDUSTRIAL**

Renato Ferreira Ribeiro – UFSCar  
renato\_7ri@yahoo.com.br  
Daiane Pedro de Lima – UFSCar  
daianeplima8@gmail.com  
Lincoln Sobral –UNAERP  
lincoln\_sobral@yahoo.com.br

Por volta da primeira metade do século XX ocorre no Brasil uma mudança profunda em relação às ideias econômicas e ao entendimento do papel do Estado nessa área, especialmente a partir de 1930, quando houve um reajuste da estrutura econômica do país, devido à fragilização do modelo agrário-exportador e o surgimento de uma consciência sobre a necessidade da industrialização como forma de superar os constrangimentos externos, decorrentes, principalmente, da crise de 1929. Nesse cenário, o debate sobre a vocação econômica do Brasil e sobre o apoio do Estado, começou a pender favoravelmente aos defensores do intervencionismo, e contra o liberalismo, sobretudo, por volta da década de 30, quando foram lançadas as bases do pensamento e das políticas desenvolvimentistas das próximas décadas. Sob tal perspectiva, o presente trabalho pretende abordar essa transformação ideológica, nas décadas de 30 e 40, através de três indicadores: 1) As políticas econômicas do Estado getulista, marcadas pelo intervencionismo e pela defesa da industrialização; 2) A variação do tratamento dado à questão econômica nos três textos constitucionais do período, comparando as Constituições de 1934, 1937 e 1946; e, principalmente, 3) A formação de um corpo teórico para fundamentar o projeto industrial em oposição aos

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

interesses agrários, fundamentados no liberalismo, priorizando o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín na década de 40.

### **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTISMO: AS TRAJETÓRIAS DE BRASIL E CHILE (1950-2010)**

Ivan Henrique de Mattos e Silva – UFSCar

ivanhmsilva@gmail.com

Fomento: Capes

A trajetória de desenvolvimento do Brasil e do Chile se dá com um ponto inicial comum, na medida em que o processo de construção da modernidade, no sentido da superação do subdesenvolvimento, se deu, nos dois casos, por intermédio de um projeto racionalmente orientado de desenvolvimento nacional, e nesse sentido a Cepal possuiu um papel central, tendo o estruturalismo cepalino servido como o cimento teórico e ideológico que fundamentou esse processo, promovendo uma intermediação estratégica entre a intelectualidade e o Estado. As universidades (e as políticas de educação superior) ocuparam um importante papel dentro dos projetos nacionais desenvolvimentistas na medida em que se configuraram enquanto instituições estratégicas na amarração entre teoria e prática política do projeto desenvolvimentista.

Apesar de um ponto de partida semelhante, Brasil e Chile se distanciam após a década de 1970, tendo o Chile caminhado fortemente para um modelo neoclássico, enquanto o Brasil permaneceu, pelo menos por mais tempo, dentro de um modelo desenvolvimentista em que o Estado ocupava um papel econômico central. Após um período de preponderância das teses liberais na década de 1990, o Brasil promove, na década seguinte, uma retomada do debate desenvolvimentista, enquanto o Chile se mantém dentro do diapasão neoclássico. O objetivo desta pesquisa é analisar como os dois Estados realizaram, nos anos 2000, o rearranjo do debate sobre desenvolvimento nacional, e como relacionaram a questão do desenvolvimento com as políticas de educação superior.

### **A PRESENÇA DA TEORIA CLAUSEWITZIANA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE AS LEITURAS DE CLAUSEWITZ NA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA**

Carla Cristina Wrbíeta Ferezin – UFSCar

carlaferezin@gmail.com

Fomento: FAPESP

Este trabalho tem a finalidade de analisar a leitura de Carl von Clausewitz entre os militares pertencentes a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. As concepções de Clausewitz, considerado um dos maiores teóricos do período de formação do pensamento militar moderno, nos proporcionaram as primeiras reflexões da guerra como um instrumento da política de Estado. A partir de suas experiências com as guerras da Revolução Francesa e com Napoleão Bonaparte, o general Clausewitz construiu uma intrincada teoria da guerra, na qual ressaltou a centralidade da política ao afirmar que “a guerra é a continuação da política de Estado por outros meios”. Após a sua morte, mais precisamente no ano de 1832, foi publicada sua obra maior, *Da Guerra*, livro que eternizaria as percepções do general prussiano. Deste momento em diante, suas ideias passaram a ser lidas, citadas e ressignificadas em distintas conjunturas

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

históricas. No Brasil, Clausewitz despertou a atenção dos militares, notadamente no período pós-Guerra Fria, quando uma determinada concepção (trindade da guerra) promovia a ressurreição da teoria clausewitziana em diversos países ocidentais. Nesse sentido, buscaremos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército brasileiro, centro de formação dos oficiais que comandarão a Força Terrestre, uma leitura mais atual acerca da teoria clausewitziana. Neste artigo investigaremos como se deu a assimilação da teoria do general prussiano dentre os alunos da ECEME através da análise de seus documentos curriculares e de seu periódico discente, a Revista das Ciências Militares – Coleção Meira Mattos. De forma preliminar podemos assinalar que há contato dos militares da ECEME com a teoria clausewitziana e que a leitura desses militares no pós-Guerra Fria é marcada por defesas e ataques a validade de Clausewitz para um cenário de constante evolução das tecnologias bélicas e de novos tipos de guerra.

### **A GEOGRAFIA DA FOME NO PENSAMENTO POLÍTICO DE JOSUÉ DE CASTRO**

Amanda dos Santos – UFSCar  
dossantos\_amanda@hotmail.com

O contexto político, econômico e social brasileiro a partir dos anos 1930 passa por uma intensificação no processo de modernização (pensada em termos de industrialização e urbanização), que terá como consequências, dentre outras, o surgimento da classe trabalhadora urbano-industrial e a transformação da engenharia política com o início da superação do modelo coronelista. Estas questões estruturais fermentarão um intenso debate em torno da “interpretação” do Brasil, em que diversos intelectuais produzirão obras contendo diagnósticos sobre a realidade nacional. Será neste contexto que Josué de Castro (1908-1974), que tinha formação de médico e geógrafo, entrará mais incisivamente nas discussões políticas nacionais com a publicação, em 1946, da obra Geografia da Fome. Neste trabalho propomos uma análise da relação entre a obra e seu contexto e para tal nos utilizaremos da perspectiva mannheimiana numa análise em três movimentos: no primeiro deles apresentaremos uma discussão sobre o contexto político de 1945 a 1964 que servirá de base para o segundo movimento da análise, sobre os principais temas e conceitos que Josué traz à tona com a publicação de Geografia da Fome, tanto do ponto de vista teórico quanto da sua militância política de combate à fome, o que abre uma terceira possibilidade de análise, voltada agora para o seu pensamento político enquanto produto de um intelectual vinculado a instituições com projetos políticos. Neste sentido apontaremos para um debate mais amplo, ainda que não seja possível uma discussão aprofundada, sobre a agenda intelectual do referido período, em que os diversos diagnósticos da realidade social começam a tomar a forma de projetos de intervenção na realidade social.

RESUMOS:

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 5: TEORIA E PENSAMENTO

Sessão 2: Teoria Política

**FLORESTAN FERNANDES E A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL**

Thiago Pereira da Silva Mazucato, UFSCar

t.mazuca@gmail.com

Fomento: CAPES

A trajetória intelectual de Florestan Fernandes coincide com o período de forte institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, através de sua presença em duas instituições que surgem nos anos 1930: a Universidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política e do conjunto de sua obra (incluindo os manuais e obras teóricas). Através de seus trabalhos as Ciências Sociais no Brasil conseguiram um maior rigor científico na delimitação de seus objetos, métodos e teorias. Contudo, principalmente no período dos anos 1930 até a década de 1950 havia, dentre as ciências sociais, o predomínio da circulação da Sociologia, em grande parte repetindo no Brasil o mesmo processo que ocorrera no cenário intelectual internacional. A Ciência Política consistirá na maior parte deste período nas instituições universitárias brasileiras como um apêndice ou da Sociologia (Sociologia Política) ou do Direito (estudo do Estado), passando por uma trajetória semelhante à das Ciências Sociais: começa a se institucionalizar em “cadeiras” de Ciência Política nos cursos universitários e em bibliografia especializada. Neste sentido analisaremos o livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (publicado em 1975) de Florestan Fernandes como um momento tanto da institucionalização da Ciência Política no Brasil quanto como um ponto de inflexão na trajetória intelectual de Florestan representada por uma guinada para a discussão sobre temas fortes da Ciência Política. Embora o referido livro tenha como subtítulo ensaios de interpretação sociológica, demonstraremos em nossa análise que embora o método adotado por Florestan seja o da sociologia histórica, o escopo teórico de suas análises neste livro alcança o núcleo duro da Ciência Política ao abordar temas como a natureza do Estado nacional e a forma da democracia, utilizando-se de conceitos como “revolução”, “ideologia”, “liberalismo”, “democracia”, “ditadura”, “despotismo”, “poder” e “autocracia”, dentre tantos outros.

**AS TRÊS IMAGENS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA FORMULAÇÃO DE UMA TEORIA DE POLÍTICA INTERNACIONAL: UMA DISCUSSÃO NEORREALISTA**

Paulo Victor Zaneratto Bittencourt – UNESP/Marília

paulovbittencourt@gmail.com

A intenção do trabalho que se propõe é a análise da formulação de uma teoria de política internacional como concebida por Kenneth Neal Waltz (1924-2013), cientista político norte-americano. A partir do livro “*man, the state, and war*”, em que Waltz propõe a existência de três imagens para análise das relações internacionais, examina-se a construção de um sistema teórico que vise à análise da política internacional, objetivo cumprido pelo autor em “*theory of international politics*”, obra de 1979 a qual inaugura o que didaticamente se convencionou chamar terceiro debate das teorias de relações internacionais, que contrapõe Waltz, autor neorrealista (ou realista estrutural), a seus críticos. A importância da obra é fundamental para a compreensão das relações internacionais e seus debates, e o trabalho pretendido aqui buscará analisar os fundamentos teóricos da obra em questão, visando a uma melhor compreensão das propostas teóricas do neorrealismo.

**O PROCEDIMENTALISMO NA TEORIA DEMOCRÁTICA: AS VISÕES DE HANS KELSEN, JOSEPH SCHUMPETER E ANTHONY DOWNS**

Renata Priscyla Carolina de Oliveira – PUC/Goiás  
renatapriscylla@hotmail.com

João Pedro Tavares damasceno – UFG  
tavaresgyn@gmail.com

Marcelo Marques de Almeida Filho – UFG  
mma\_filho@hotmail.com

Ana Paula Brito Vila Nova – UFG  
anapcristal@gmail.com

Têm-se conhecimento que a democracia surgiu na Antiguidade, tendo como berço a Grécia Antiga. Seu conceito original é o de governo do povo, que veio sendo reformulado através dos tempos. Posteriormente, teóricos como Rousseau, Montesquieu, Tocqueville, Weber, Marx, John Stuart Mill, entre outros, deram importantes contribuições aos estudos sobre o sistema democrático, em um período revolucionário tanto na Europa como nas Américas, incluindo temas como a liberdade, a igualdade, economia e sistemas de governo à discussão. Houve ainda, a ascensão dos pensamentos liberais que influenciaram na propagação do sistema democrático posteriormente e em sua respectiva (re) formulação, havendo também uma mudança brusca nos modelos de produção econômica e na divisão do trabalho a nível internacional, onde ascendia o capitalismo burguês.

Contemporaneamente, as características e estruturação do sistema democrático moderno têm gerado uma série de discussões, agregando vários temas como o procedimentalismo (práticas democráticas), o pluralismo (participação e inclusão dentro da democracia), a ação coletiva (estudos sobre os comportamentos sociais coletivos e busca de objetivos comuns), o liberalismo igualitário e inclusivo (que perpassa a questão da justiça para instituições e indivíduos e da igualdade jurídica e de acessibilidade), questões republicanas e sobre participação popular e ativismo político (que aborda temas como revoluções, direitos fundamentais, apatia política, entre outros), deliberação política (referente à inclusividade do sistema democrático e ligados às justificativas das decisões tomadas pelos cidadãos), teorias regionalistas sobre democracia (que adaptam estudos sobre democracia às realidades locais), dentre outros.

Para efeito desse estudo, centraremos a análise nas questões procedimentalistas, onde os estudos desenvolvidos por Hans Kelsen(1881-1973), Joseph Schumpeter (1883-1950)e Anthony Downs (1930-1977)darão respaldo teórico ao escrito. Trata-se de um texto teórico-argumentativo, onde procuraremos demonstrar alguns pontos que ligam os três autores à corrente procedimentalista da democracia, levantando pontos relevantes das contribuições dadas por eles à discussão.

RESUMOS:

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 6: COMPORTAMENTO POLÍTICO E ELEITORAL

Sessão 1: Partidos, Eleições e Representação



### **(IN)FIDELIDADE PARTIDÁRIA OU TRANSFUGISMO NOS CONGRESSOS NACIONAIS DA AMÉRICA LATINA**

Marcelo Marques de Almeida Filho – UFG

mma\_filho@hotmail.com

Ana Paula Brito Vila Nova –UFG

anapcristal@gmail.com

O transfugismo, algo recorrente na prática política, pode ser caracterizado, de forma genérica, como a mudança de partido em pleno exercício de mandato em cargo público eletivo, onde o parlamentar continua a exercer o cargo, que é usurpado do partido, coalização ou bancadano qual se elegeu, atividade guiada por interesses particulares ou de grupos. É uma prática passível de observação em países democráticos que permitem a reeleição de candidatos, podendo ou não ser regulamentada por lei. Também é conhecida como infidelidade partidária. Esta pesquisa, de cunho quali-quantitativo, implica em uma coleta de dados e análise destes segundo as definições e conceitos teóricos pertinentes. Para tanto, foram pesquisados o número de senadores e deputados federais eleitos nas duas últimas eleições de dezessete países latino-americanos até o ano de 2012, sendo eles Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. É válido observar que apenas nove destes países adotam o sistema bicameral. Os dados foram coletados nos respectivos Tribunais Eleitorais Superiores, Tribunais relacionados, nas páginas das Câmaras de Deputados e Senadores, na base de dados do Observatório de Instituições Representativas da Universidade de Salamanca (Espanha), do banco de dados da União Inter - Parlamentarista (IPU), dados de Bibliotecas Nacionais, entre outros. Justifica-se a elaboração de tal estudo pelo vínculo que o tema possui com a Ciência Política, havendo ainda escassez de dados referentes ao transfugismo na América Latina, sobretudo dados regionais, objetivando-se a confecção de uma base de dados, além da contribuição para a ciência e o saber e projeção da América Latina no mundo. A contagem foi feita levando-se em conta as proscrições nas leis eleitorais dos respectivos países, o que qualificou os casos de mudança como sendo ou não transfugismo. Uma vez contabilizados os parlamentares trãsfugas, utilizou-se o método matemático de regra de três simples para determinar a porcentagem de mudanças ocorridas entre uma eleição e outra, comparando-se o número de mudanças com o número total de pleitos vigentes, o que equivale em proporcionalidade a 100% das cadeiras previstas pelas respectivas Constituições Federais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transfugismo, América Latina, Democracia, Senado, Câmara dos Deputados

### **UM ESTUDO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS NO PFL/DEM E PSDB**

Brina Deponte Leveguen- UFSCar

brinadl@hotmail.com

Fomento: FAPESP

Existem muitos estudos sobre partidos políticos, mas pouquíssima análise sobre as estruturas dirigentes desses. Antes de competir em eleições e atuar externamente, um partido necessita se organizar internamente, para tanto conta com os órgãos dirigentes,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

no caso os Diretórios e as Comissões Executivas em níveis nacionais, estaduais e municipais. O presente trabalho analisa o PFL (Partido da Frente Liberal), que em 2007 mudou pra DEM (Democratas) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sob a perspectiva estrutural da Executiva Nacional, como órgão dirigente mais importante do partido, desde a provisória (em 1984 no PFL e em 1988 no PSDB) até a mais recente (2011 e 2013 respectivamente), a fim de responder as seguintes questões: qual é a porcentagem de parlamentares e ocupantes de cargos executivos? Qual o grau de oligarquização dessa cúpula? Quais fatores podem ter contribuído para esses valores? Existe alguma relação entre parlamentarização e oligarquização? Para tanto busca relacionar autores clássicos sobre partidos políticos e teoria das elites, como Michels e Duverger, com artigos atuais sobre ambos os partidos. Na análise das Executivas em relação a parlamentarização foi considerada a função que o membro ocupava no instante de formação de cada Executiva, ou seja, se era mandatário eleito, ex-mandatário, ocupante de cargo público não eletivo, ex-ocupante de cargo público não eletivo ou sem histórico de cargos. Cada integrante foi classificado em apenas uma categoria. Ao avaliar a oligarquização usou-se os indicadores criados por Schonfeld: taxa de permanência, substituição simples, renovação simples e, principalmente, renovação da elite. Não foram considerados suplentes nem alterações inter-Encontros. O cruzamento dessas duas variáveis forma um panorama sobre quem e quantos são os estreates. Foram formuladas hipóteses sobre os resultados encontrados, por meio de uma comparação intra e interpartidárias e situações tanto endógenas quanto exógenas que possam ter afetado esses valores. A pesquisa está relacionada com o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar.

### **O GOVERNO DILMA ROUSSEFF À LUZ DOS CLÁSSICOS DA POLÍTICA**

Lidiane Silva – UENF

Este paper é resultado das atividades desenvolvidas na disciplina Fundamentos de Teoria Política, ministrada pelo professor Hugo Borsani, do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política da UENF. O trabalho contribuiu para reflexão sobre a realidade política nacional à luz dos clássicos da Sociologia Política tratados no decorrer do curso. As discussões aqui presentes centram-se suas ideias em dois temas específicos: Indivíduo, Sociedade e Estado; e a Representação e participação política. Para tratar esses temas serão utilizados três autores clássico: Nicolau Maquiavel, Jonh Locke e Jean Jacques Rousseau a partir de suas respectivas obras O Príncipe; Segundo Tratado sobre o Governo; e O Contrato. Os autores e obras acima relacionados servirão como alicerce para possíveis ponderações dos eventos no percurso do governo, da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, a primeira mulher na presidência do país. Esses autores trazem para o paper suas contribuições na construção e interpretação do pensamento político moderno. O primeiro deles, Nicolau Maquiavel, um italiano que viveu na época do Renascimento e ocupou um cargo importante na administração de seu país. Sua obra O Príncipe foi escrita para presentear o Príncipe Lourenço, Filho de Pedro de Médici. Maquiavel traçou diretrizes em sua obra com o intuito de orientar o governante, oferecendo-lhe estratégias eficazes para chegar e se manter no poder. Para tanto fez uso de um profundo exame de governos e governantes precursores, bem como seus sucessos e insucessos. Jonh Locke, por sua vez, traz em Segundo Tratado sobre o Governo sua grande contribuição para o pensamento político: a Teoria da Propriedade. Segundo Locke o contrato social é um pacto de consentimento, onde os homens concordam livremente na formação da sociedade civil em defesa de seus bens – lêm-se, suas propriedades – que passam ser amparadas pelas leis. Contudo, neste paper será

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

considerada de maior relevância, nos escritos de Locke, a divisão dos poderes descritos e ponderados pelo autor – a saber: legislativo, executivo e federativo. Por fim, Rousseau em O Contrato. Assim como Locke um contratualista, porém, via o pacto social como único fundamento legítimo do poder político, isto é, a única razão pela qual o cidadão pode submeter-se sua vontade particular à vontade geral. Em sua obra dois pontos em particular serão ressaltados: a soberania e a participação popular.

### **PATRONAGEM PARTIDÁRIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Amanda Vanessa Prado – UFSCar  
prado.amandav@gmail.com  
Fomento: FAPESP

Um dos fenômenos em destaque desde a redemocratização brasileira de 1985 é a patronagem partidária, que consiste no mecanismo utilizado por partidos políticos de alocação de filiados na administração pública com fins de maior controle político-partidário sobre as políticas governamentais, nos âmbitos organizacional, eleitoral e burocrático do Estado. Somente o governo federal possui aproximadamente 22 mil cargos de livre nomeação espalhados por todo país, recurso que produz impactos significativos sobre a arena governamental, de forma que os estudos nessa área são relevantes, apesar de escassos até o presente momento. Esse trabalho tem como foco uma nova abordagem, que se propõe a avaliar quantitativamente a ocorrência dos casos de patronagem no âmbito ministerial. O objetivo é mensurar a ocupação de filiados partidários na administração pública através da análise de cruzamento de dados de filiação dos seis maiores partidos brasileiros (PSB, PT, PSDB, PMDB, PP e PFL/DEM), com a relação de cargos de livre nomeação dos ministérios, no recorte temporal dos governos de 1994 a 2010, trabalhando com a hipótese de que a mudança de governo PSDB-PT em 2003 impactou no perfil partidário dos ministérios apresentados. Isso poderá ser feito a partir da Lei Federal nº 12.527 de Acesso à Informação que permitiu que os dados pudessem ser analisados e pelo TSE, que também passou a disponibilizar em seu site a relação nominal atualizada dos filiados aos partidos políticos citados acima.

### **ANÁLISE ORGANIZACIONAL DAS JUVENTUDES PARTIDÁRIAS DO PT E DO PSDB NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Luís Gustavo Bruno Locatelli- UFSCar  
l.g.b.l@hotmail.com  
Fomento: FAPESP

A pesquisa investiga as juventudes partidárias do PT e PSDB no Estado de São Paulo, questionando seu modo organizacional e suas relações com os respectivos partidos, e se elas constituem um espaço propício ao ingresso e formação de novas lideranças, novos quadros, funcionários da burocracia partidária e cargos de confiança nos governos. E ainda como são operacionalizadas pelas organizações partidárias para realizar a interface de relações mais imediatas nessa respectiva tangente: partido e sociedade. Ou seja, verifica modo pelo qual as juventudes partidárias desempenham um papel intraorganizacional de conservação institucional, dinamização e subvenção ao processo de renovação. O trabalho busca validar as respectivas hipóteses: I. As juventudes partidárias de PT e PSDB são canais que contribuem para impulsionar a carreira política, favorecendo a obtenção de cargos por jovens nas esferas representativas e de

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

governo, ou dentro do próprio partido. II. Os órgãos de juventude ocupam lugar institucional importante na máquina do partido.

Utilizando métodos qualitativos: análise documental e entrevistas semi-estruturadas com as lideranças jovens; e quantitativos: questionário enviado para jovens militantes de ambos os partidos, A pesquisa integra o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar.

RESUMOS:

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 6: COMPORTAMENTO POLÍTICO E ELEITORAL

Sessão 2: Comportamento Eleitoral e Mídia

**ANÁLISE DA CONTRUÇÃO DA IMAGEM DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO NA COBERTURA DO “MENSALÃO” PELO JORNAL NACIONAL**

Laura Arantes Gobbi - UFSCar  
lauragobbi8@gmail.com

A televisão é o principal meio de comunicação de massa no Brasil. Assim, exerce influência sobre a população diretamente por meio de sua programação. Os telejornais se tornam, desta forma, centrais na formação de opinião dos telespectadores. A construção da imagem por meio de tais programas se torna importante por esse motivo. Neste contexto, é de extrema importância analisar a imagem construída de certas instituições e atores. O caso do “mensalão” obteve grande destaque da mídia e alcançou um longo espaço na agenda dos telejornais. Em sua segunda parte, foi dado destaque a fase do julgamento tendo como principais atores os integrantes do Judiciário brasileiro. Porém, primeiramente é fundamental entender como foi construída a imagem dos atores envolvidos como primeiro passo de uma compreensão de como o determinado ocorrido foi passado à audiência. A escolha do Judiciário brasileiro se torna pertinente num momento em que o destaque dado aos seus componentes é grande, chegando a ocupar um lugar na mídia que frequentemente não ocupavam. Desta maneira, houve a influência nas opiniões de pessoas, o que demonstra a importância em entender como e de que maneira foi construída tal imagem. Assim, temos como principal objetivo desse trabalho, analisar a construção da imagem do Judiciário brasileiro na cobertura do “mensalão” pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Para isso, serão usados os programas do JN exibidos durante o julgamento do “mensalão”.

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO USUÁRIO DE DROGAS: ANÁLISE DOS DOCUMENTÁRIOS “CORTINA DE FUMAÇA” E “QUEBRANDO O TABU”**

Gabriela Pandeló Paiva – UFSCar  
gabippaiva@gmail.com

As mudanças sobre a política de drogas adotadas por diversos países do mundo, bem como a recente quebra de paradigmas sobre o consumo de maconha vêm demandando novas maneiras de se pensar esse tema. A propagação de imagens implantada no inconsciente da população é essencial para a construção de uma opinião pública acerca de qualquer tema relevante no critério da mídia. Dessa maneira, propõe-se a análise da construção da imagem dos usuários de drogas, especialmente de maconha, a partir de dois documentários “Cortina de Fumaça” e “Quebrando o Tabu” que percorrem caminhos diferentes ao tratarem da mesma temática, gerando então soluções distintas para o problema de drogas no país.

RESUMOS:

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 7: CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sessão 1: Cidadania e Políticas Públicas

**POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL:  
CIDADANIA OU CONTROLE?**

Arieli J. Buttarello - UFSCar  
arielibuttarello@hotmail.com

Através da noção de cidadania posta pela Constituição federal brasileira de 1988 e a produção de políticas públicas que então tomam tal conceito como central em suas elaborações, a análise aqui apresentada atenta-se à política pública de saúde mental brasileira, com base em seu último paradigma validado a partir da Lei 10.216/2001 que garante a cidadania do indivíduo portador de doença mental. A temática da relação jurídica, institucional e social do paciente mental apresenta longo processo histórico de discussões e transformações nas diferentes esferas e saberes que lidam com a saúde mental. Sob a abordagem da construção dessa relação, o recorte feito neste trabalho dá-se pela inclusão das crianças e dos adolescentes na política nacional de saúde mental, entendidas como sujeitos de direitos; porém compreendidas de forma ambivalente, pois são vistas como dependentes pelo olhar adultocêntrico inculcado no entendimento de necessidade de proteção. A problemática levanta-se por serem os cuidados a saúde mental dos infanto-juvenis fundados sob os auspícios de desenvolvimento, que em termos foucaultianos dá-se como controle dos indivíduos. Diante disso, traz-se aqui a relevância de dar visibilidade a questão. O trabalho baseia-se em análises teóricas acerca das interações mencionadas, como documentos oficiais do Ministério da Saúde brasileiro e da Organização das Nações Unidas sobre a infância e a adolescência. Carrega-se o esforço em suscitar reflexões acerca de uma temática com debates escassos, pautando quais as perspectivas permeiam a relação dos infanto-juvenis doentes mentais e seus direitos garantidos legitimamente.

**DESVENDANDO A CAIXA PRETA DO BOLSA FAMÍLIA**

Isabela Fagundes Cagnin- UFSCar  
isabelafagundes@yahoo.com.br  
Fomento: FAPESP

O Programa Bolsa Família, completa em 2014, dez anos de existência, neste período conquistou o reconhecimento mundial como uma política pública de assistência social, que deu e está dando certo. Porém tal reconhecimento não retira a necessidade de estudar o programa e entender seu funcionamento. O trabalho tem como objetivo desvendar os critérios de seleção do Bolsa Família (BF). O BF é uma política pública de transferência de renda direta que visa à superação da extrema pobreza e da pobreza no Brasil, atende mais de 16 milhões de famílias, que possuem uma renda per capita de 70 até 140 reais. Além da renda critérios como, número de crianças e jovens até os 17 anos, gestantes e nutrízes, são levadas em consideração. Porém devido a diferença entre o número de cadastros feitos em relação à quantidade efetiva de famílias que recebem o benefício e a procura de explicações pelas famílias, pelos motivos do não recebimento do benefício, mesmo estando dentro dos critérios, fez surgir a questão: Quais são os critérios de seleção das famílias? Para buscar informações sobre os critérios, foram realizadas entrevistas com a coordenadora geral de concessão e administração dos benefícios em Brasília e com os cadastradores do Cadastro Único em São Carlos. Com as entrevistas, constatou-se desconhecimento, despreparo e falta de comunicação entre os níveis federativos da gestão do programa. Frente a este cenário propomos uma análise da relação, entre as gestões municipais a cargo de partidos de oposição ou alinhadas com o governo federal e suas manifestações na condução do programa Bolsa-



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Família. Esta análise é feita a partir das variáveis que compõem o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). O IGD é um índice utilizado para quantificar a qualidade da gestão do BF nos municípios com o objetivo de transferir recursos para a melhoria do desempenho na condução do programa.

### **CIDADANIA E PSEUDOCIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Alex Ricardo Bombarda - UNESP/ Fclar  
alexrbo@marilia.unesp.br  
Fomento: CNPq

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) surgiu a partir da participação do Brasil na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena no ano de 1993. Seguindo as recomendações do evento, que propôs aos países presentes que elaborassem programas voltados à promoção dos direitos humanos o Brasil, que teve importante participação no evento, decretou, no ano de 1996, o primeiro PNDH. Posteriormente, duas novas edições do programa foram decretadas: o PNDH-2, de 2002 e PNDH-3, de 2009. Alguns itens do PNDH-3, no entanto, foi alvo de uma série de críticas, que partiram de setores da mídia, das Forças Armadas, da Igreja e dos grandes latifundiários, representados no Congresso Nacional pela bancada ruralista. Dentre os itens do programa que geraram polêmica, podemos citar a proposta de regulamentação da mídia, a criação da Comissão Nacional da Verdade, que investigaria crimes cometidos durante a ditadura militar de 1964, a legalização do aborto e a proposta de lei que previa a mediação entre as partes envolvidas como ato inicial na resolução de conflitos fundiários rurais e urbanos. Mesmo tendo sido elaborado através de centenas de conferências nacionais temáticas, que contaram com a participação de representantes do poder público e da sociedade civil organizada, que incluiu grupos como os sem-terra e os sem-terra, importantes propostas do PNDH-3 foram modificadas e excluídas, na medida em que colocavam em risco interesses particulares. Assim, partindo da hipótese de que práticas clientelistas interferem no processo de construção da cidadania no Brasil, o presente trabalho visa discorrer acerca do modo como a bancada ruralista se posicionou no Congresso Nacional frente a terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), referente ao item presente na diretriz 17, objetivo estratégico VI, que trata do acesso à justiça no campo e na cidade. A proposta de lei, que foi modificada pelo decreto 7.177, de 12 de maio de 2010, previa o uso da mediação entre as partes envolvidas como uma primeira etapa a ser cumprida em conflitos fundiários agrários e urbanos, visava evitar a ocorrência de desrespeito aos direitos humanos, comuns em situações de reintegração de posse.

RESUMOS:

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 7: CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Sessão 2: Estado e Políticas Públicas

### **O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CT+I) DO BRASIL**

Ana María Suárez Romero – (UNESP – UNICAMP – PUC/SP)  
anmasuro7@gmail.com

Os processos de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (CT+I) requerem a articulação, a consolidação de alianças estratégicas e o desenvolvimento de ações de cooperação entre os atores e/ou agentes involucrados como a sociedade civil, entes governamentais, universidades, empresas privadas, centros de pesquisa e suas interações promovendo a difusão e uso do conhecimento, tanto no contexto nacional como no internacional, respondendo aos requerimentos da crescente integração dos mercados na globalização. Atualmente a CT+I são temas considerados como política de estado no Brasil, o que se deu depois de vários consensos nacionais, participação da sociedade civil, transformações do setor, vontade governamental e as exigências da inserção internacional. Este trabalho busca identificar a participação da sociedade civil no desenvolvimento institucional e a formulação das políticas da CT+I do país na medida o que o governo tem permitido sua interação e uso de mecanismos participativos, como os conselhos setoriais, depois do processo de redemocratização. O trabalho se divide em duas seções: a primeira faz uma apresentação do conceito da sociedade civil no Brasil e a segunda faz uma descrição da criação das entidades do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dos espaços de participação da sociedade civil, na construção da Política de Estado em ciência, tecnologia e inovação.

### **O DISCURSO GOVERNAMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**

Paula de Macedo Santos – UFRRJ  
pauladems@hotmail.com

O desemprego na população jovem é um desafio, pois os jovens compõem o segmento social mais atingido pelo desemprego no Brasil e no mundo. Nossa juventude tem uma história marcada por programas assistencialistas e compensatórios. Apesar da evolução na compreensão da problemática juvenil, ainda persiste algumas ações governamentais que reproduzem o tratamento dispensado aos jovens no século passado. Podemos citar como exemplo, as atuais políticas públicas de qualificação profissional do Governo Federal. Essas políticas de qualificação profissional destinadas à juventude, foram iniciadas na gestão do presidente Lula (2003-2010) e atuam no pressuposto de que há vagas de emprego, mas faltam profissionais qualificados e por isso o governo investe em programas de qualificação profissional, aliados a conclusão do Ensino Fundamental, como o PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Na busca por mudanças retornam a escola para participar dos programas de qualificação profissional oferecidos pelo governo. Entretanto, devido à sua ligeireza e precariedade, a participação nesses programas não garante uma redução significativa do desemprego juvenil. Pensadores críticos sugerem que melhorar as habilidades dos jovens não é garantia de emprego, pois não há geração suficiente de postos de trabalho para a população. Diante desta realidade, questionamos o real objetivo desses programas - qualificar o jovem para o mercado de trabalho, ou conter a possível ameaça que o jovem desocupado pode representar para a sociedade? É o que nos propomos fazer, a partir da análise de fontes bibliográficas que discutem questões como juventudes, políticas

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

públicas e programas de educação profissional, complementada por pesquisa de campo na cidade de Mesquita no Estado do Rio de Janeiro. A juventude brasileira mostra a dura realidade de uma intensa desigualdade social, presente numa sociedade que lhe abre oportunidades frágeis e insuficientes de acesso aos postos de trabalho.

RESUMOS:

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 8: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES

Sessão 1: Organizações e Economia

**TEORIA DA JUSTIÇA VERSUS COMUNITARISMO – DISCUSSÕES SOBRE A POSIÇÃO ORIGINAL E A CONCEPÇÃO DE INDIVÍDUO EM JOHN RAWLS**

André Matos de Almeida Oliveira - UFMG  
andrematosalmeida@hotmail.com;

Franklin Vinícius Marques Dutra - UFMG  
franklinmarquesdutra@gmail.com

A filosofia busca, desde seus primeiros momentos, estabelecer uma base, um fundamento, para guiar o comportamento ético dos indivíduos e uma distribuição justa dos recursos pelo Estado. As clássicas teorias do contrato social que surgiram na modernidade são, talvez, a tentativa de resposta mais famosa de todos os tempos a essas indagações e tiveram importância fundamental para o pensamento filosófico ocidental. No entanto, no contexto que se instaurou no século XIX, elas sofreram duros golpes filosóficos (como, por exemplo, as severas críticas de Hegel) e científicos (a teoria da evolução de Darwin); assim, encontravam baixa apreciação entre teóricos em meados do século XX. Com a publicação do livro *Uma Teoria da Justiça*, em 1971, John Rawls voltou a alçar o contratualismo a importância central nos debates de filosofia política de sua época. Trazendo conceitos como "véu de ignorância" e "posição original", Rawls fez sua proposta chegar a um nível de refinamento e abstração inéditos e pretendeu escapar às críticas clássicas. Seu contrato é, cumpre ressaltar, filosófico-hipotético - um experimento mental - e não tem nenhuma pretensão de qualquer conexão com nosso passado histórico. Rawls também não pretende usar o contrato como fundamento à obediência ao Estado, como o fizeram os clássicos (Hobbes, Locke, Rousseau). Ao contrário, o filósofo norte-americano utilizou o contrato como método, como auxílio na escolha de princípios de justiça que regerão as instituições básicas da sociedade. Contudo, o contrato rawlseano é agora alvo de novas e também severas críticas. Algumas das mais importantes delas são formuladas pela corrente comunitarista. Com sua concepção de que o indivíduo só é formado e estruturado plenamente com o contexto de uma vivência em comunidade, os teóricos comunitaristas criticam a tentativa de abstração e criação de indivíduos isolados de Rawls. Essa posição original, hipotética, seria enganosa, já que pressuporia "eus" desvinculados da sociedade/comunidade. O objetivo deste trabalho, nesse sentido, é analisar mais detidamente a concepção de contrato hipotético de Rawls, bem como as críticas comunitaristas que surgem contra ele. O trabalho investigará se, ou até que ponto, Rawls conseguiu, de forma coerente e satisfatória, reintroduzir as vantagens e benefícios alegados pelo contratualismo.

RESUMOS:

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 8: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES

Sessão 2: Instituições Políticas

**JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA - O CASO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ESTADO DE GOIÁS**

Paulinny Marques Freitas (UFG)  
E-mail: paulinnymarques@hotmail.com  
Marcelo Marques de Almeida Filho (UFG)  
mma\_filho@hotmail.com

Tema polêmico, desenvolvido nos debates internacionais e acolhido nas discussões brasileiras, a judicialização da política tem sido constantemente analisada, extrapolando os âmbitos do Direito e passando a fazer parte das esferas de estudos das Ciências Sociais, sobretudo da Ciência Política. Tendo como precursor o estudo de C. Neal Tate e Torbjorn Vallinder (1995), o termo judicialização da política (ou politização da justiça) tem sido empregado para indicar as consequências da extensão das atividades do Poder Judiciário quanto aos processos decisórios políticos nas democracias contemporâneas, partindo de uma visão predominantemente institucional/normativa. Segundo esta abordagem, judicializar a política é apropriar-se de métodos tipicamente derivados de decisões judiciais para a resolução de contenciosos e demandas de ordem política quando da expansão dos círculos de atuação das instâncias do Poder Judiciário, através do uso do poder de revisão constitucional das decisões dos poderes Executivo e Legislativo ou do aumento do corpo judicial ou de procedimentos de caráter judicial no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo (MACIEL; KOERNER, 2002). Conforme Luís Werneck Vianna et al. (1999), em perspectiva nacional, as análises tem se concentrado sobretudo quanto à utilização de Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), abordando a judicialização das relações sociais por outro ângulo. Dessa forma, os estudos sobre a jurisdição constitucional têm se sobressaído neste cenário. Segundo o STF (online), as Ações Diretas de Inconstitucionalidade “tem por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional, ou seja, contraria a Constituição Federal”, se caracterizando como instrumento de controle de constitucionalidade concentrado, podendo ser propostas apenas por confederações sindicais ou entidades de classe que representem os cidadãos comuns, atores indicados no artigo 103 da Constituição Federal de 1988, em consonância com o artigo 12-A da Lei Federal nº 9.868/1990. O propósito deste trabalho é analisar a partir da Ciência Política, os julgamentos do STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) do estado de Goiás, entre os anos de 1988 à 2013, conforme dados publicizados pelo Supremo Tribunal Federal e sistematizados em pesquisa desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, se tratando de uma análise quali-quantitativa.

**ENTRE A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SEU PROTAGONISMO NOS PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL**

Ana Carolina de Moraes Colombaroli – UNESP/Fclar  
carolcolombaroli@hotmail.com;  
Agnaldo de Sousa Barbosa – UNESP/Fclar  
agnaldweb@gmail.com  
Fomento: FAPESP

O STF apresenta-se como ator cada vez mais central no sistema político brasileiro, influenciando fortemente a implementação de políticas públicas. É evidente a ampliação



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

do fenômeno mundial da “judicialização”, ao passo que questões sociais e politicamente relevantes estão sendo decididas pelo Judiciário, em detrimento dos Poderes Executivo e Legislativo. No Brasil, tal fato atinge proporções ainda maiores, em razão da constitucionalização abrangente e analítica e do sistema de controle de constitucionalidade vigente. Em decorrência do enfraquecimento dos laços entre classe política e sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva, o “ativismo judicial” alcança lugar de destaque. Como resultado, tem-se uma revolução pela via judicial, profunda, mas relativamente silenciosa, em relação a inúmeras práticas políticas, conduzidas por uma jurisprudência progressista no que tange aos direitos fundamentais. Cientes dessa realidade, os movimentos sociais vêm recorrendo sistematicamente ao Judiciário. A legalidade apresenta-se, contemporaneamente, como uma das principais vias de luta, importante fonte de conquista de direitos e reconhecimento das diferenças

**OBJETIVO:** Analisar o empoderamento do STF no Brasil e o papel que vem desenvolvendo numa perspectiva de mudança social.

**METODOLOGIA:** Utiliza-se da pesquisa bibliográfica para estabelecer uma conceituação dos fenômenos da “judicialização” e do “ativismo judicial”. Posteriormente, busca-se compreender a relação entre os movimentos sociais, o Direito e seu potencial emancipatório.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O STF é dotado de uma posição de primazia na determinação do sentido e do alcance da Constituição. Essa supremacia judicial, ao determinar “o que é direito” é, obviamente, um poder político, com todas as implicações para a legitimidade democrática. A atuação do STF, na história recente do país, cumpre múltiplos papéis no aprofundamento da dinâmica da mudança social. Primeiramente, tem sido decisivo na resolução de grandes temas do cenário político-nacional. Por outro lado, diante das reformas de matiz neoliberal, que resultaram no afrouxamento da estrutura de direitos sociais, vem representando um importante canal de acolhimento de expectativas sociais quando partidos e sindicatos se mostram impotentes. É igualmente representativo de sua centralidade na consolidação democrática do país o papel que tem desempenhado como instrumento de racionalização da administração pública, confrontando interesses oligárquicos regionais.

### **SOCIEDADE CIVIL E AMBIENTALISMO NO BRASIL**

Laura Marcondes Ferraz Alcocer – UFSCar  
lali\_mfa@hotmail.com  
Fomento: PIBIC CNPq

A pesquisa busca analisar relações entre sociedade civil e ambientalismo no Brasil, a partir de aspectos relacionados a participação e influência de distintos atores no atual cenário político de debate ambiental no Brasil, como Movimentos Sociais, Organizações Não-Governamentais, Sindicatos, Entidades e Associações, e as relações estabelecidas com o Estado brasileiro. Para a pesquisa de campo, estamos utilizando a ONG brasileira Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. A entidade classifica-se como uma organização civil sem fins lucrativos cujo objetivo é contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, mediante o apoio à implementação participativa de políticas públicas integradas. Entendemos que é papel da sociedade civil realizar esforços de controle e pressão sob o Estado, em busca de maior transparência e publicização das políticas públicas, além de ter garantido o direito de participação efetiva nos espaços de decisão visto que, apesar de considerarmos responsabilidade do Estado a implementação de políticas públicas, a sociedade civil

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

deve ser amplamente ouvida e levada em consideração nas tomadas de decisões políticas. Ao final da pesquisa, espera-se que o trabalho de campo discuta a problemática da participação de atores sociais nas questões ambientais atuais e suas aplicações para a definição desse campo. O relatório deverá conter uma discussão sobre os impactos desses grupos no ambientalismo brasileiro. É imprescindível a identificação do perfil e das estratégias de atuação desses grupos e os rumos dessa discussão no âmbito nacional e internacional, principalmente em relação à questão das novas práticas de ativismo ambiental.

RESUMOS:

# SOCIOLOGIA

GT 9: IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Sessão 1: Relações Étnicas e Raciais

**REDISCUrir FANON A PARTIR DA VIVÊNCIA ESCOLAR**

Sandro de Santana Ferreira – UFRRJ-PPGEDUC  
sandrosantana@hotmail.com  
Lenita Ramos Vasconcelos – UFRRJ-PPGEDUC  
lenitarv86@gmail.com

O presente trabalho busca refletir sobre a obra de autoria de Frantz Fanon; “Pele Negras Máscaras Brancas”, e a partir disso construir perspectivas de leitura para os problemas do racismo que se manifestam no ambiente escolar. Para tal intuito pensamos numa leitura atenta e contemplativa sobre a obra deste autor, leitura essa que terá como base as reflexões de Hommi Bhabha e Mikhail Bakhtin. Bhabha em seu trabalho, “O Local da Cultura”, já apresenta uma importante apreciação do trabalho de Fanon, enquanto Bakhtin nos ilustra no que tange o potencial de leitura do autor pela totalidade da obra e ao mesmo tempo como habita nesta a capacidade de sua resignificação. Aqui buscamos um movimento de contexto, fazendo Fanon renascer sobre o que seria o problema ainda pobremente encarado pela escola acerca do racismo. Trabalhando em conjunto com essa reflexão, constrói-se um lugar entre-cruzado ao abordar a vivência cotidiana deste mesmo que vos escreve, o qual atua como professor de história nas séries iniciais da rede pública municipal da cidade de Magé/RJ. Assim, repensando os princípios éticos do funcionamento de uma instituição pública de ensino. A escolha de Fanon e desta obra se deve pela percepção e sensibilidade do tal ao perceber na experiência colonial a construção do racismo, tanto como algo violento, como algo de uma sutileza perversa. Essa esfera dupla do racismo, fruto do trauma colonial, permite sua existência como algo imperceptível e constitutivo do status quo das sociedades pós-coloniais. Desta forma, optamos por inserir a realidade brasileira e mageense como uma realidade pós-colonial, pois não se percebe nesta a superação da hierarquização axiológica, a qual traduz tudo aquilo que é relativo ao seio desta nossa terra como algo invariavelmente inferior ao norte imperialista do mundo.

**QUE FANON É ESSE NA TEORIA CULTURAL CONTEMPORÂNEA?**

Erik W B Borda – UFSCar  
ewbborda@gmail.com

O trabalho aqui apresentado visa realizar uma breve discussão acerca das apropriações de Fanon por dois movimentos intelectuais contemporâneos, a saber, os estudos pós-coloniais e a perspectiva decolonial. Identificou-se, após um balanço preliminar, que existem abordagens diferentes da obra de Fanon em cada um desses movimentos, inclusive influenciando os textos preferencialmente lidos e o que é feito com base nessa bibliografia. Não é o objetivo deste trabalho dar uma resposta definitiva acerca do estatuto de Frantz Fanon na Teoria Social produzida por esses autores do “sul global”, mas apenas identificar tendências. Por fim, propõe-se uma leitura “não cindida” da obra de Fanon para suplementar eventuais lacunas entre as perspectivas. A importância deste trabalho se justifica pelo crescente interesse sobre a obra fanoniana, e nesse sentido, pode contribuir para melhor situar a obra do autor.

**UM DRAMA NA BACIA DE CAMPOS OU CONFLITOS ENTRE SABERES NATURALÍSTICOS E CIENTÍFICOS**

Fábio Reis Mota – UFF

fabioreis@gmail.com

Yann Almeida Belmont Paula –UFF

yann.abelmontpaula@gmail.com

A Bacia de Campos, situada na costa Norte do Estado do Rio de Janeiro, vem enfrentando nos últimos anos inúmeras transformações, devido às atividades de extração de hidrocarbonetos e com a construção do Complexo do Açú. Nesse contexto, percebe-se a presença de estruturas metropolitanas em franca expansão coexistindo com estruturas “tradicionais”, em especial, assentamentos de pescadores. Tal situação tem gerado inúmeros conflitos entre grupos que realizam atividades ligadas ao universo do petróleo e grupos que realizam atividades heliêuticas. A partir de pesquisa etnográfica realizada no assentamento de pescadores localizado no distrito de Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes, identificamos alguns desses conflitos, bem como, os impactos das atividades de produção na dinâmica da pesca e no saber tradicional naturalístico dos pescadores locais. Assim, a presente pesquisa busca aprofundar a reflexão sobre a dinâmica local da pesca e da organização social e política dos pescadores diante dos impactos das atividades petrolíferas nas modalidades de pesca locais e no sofisticado conhecimento naturalístico que informa a tomada de decisões dos pescadores sobre em que lugar e quando pescar.

**SÍRIOS E LIBANESES: EM BUSCA DA IDENTIFICAÇÃO DE REDES MIGRATÓRIAS NO ESPAÇO URBANO DE SÃO CARLOS**

Giovanni Tosi Neto – UFSCar

giovanni\_gtn@hotmail.com

Mário Sacomano Neto – UFSCar

msacomano@ufscar.br

Oswaldo Mário Serra Truzzi – UFSCar

truzzi@ufscar.br

O projeto “Sírios e libaneses: em busca da identificação de redes migratórias no espaço urbano de São Carlos” tem como objetivo investigar de que modo se deu a inserção dos imigrantes sírio-libaneses no espaço urbano de São Carlos. A nossa hipótese é de que São Carlos tenha sido um ponto de convergência de redes imigratórias desse grupo étnico, hipótese essa respaldada pela relevância da cidade como pólo econômico na economia cafeeira paulista do início do século XX e o grande contingente de imigrantes que ela recebeu nesse período. A partir de registros paroquiais de casamento e de outros documentos de época, formamos um banco de dados que serviu de ponto de partida para entrevistar descendentes das primeiras famílias sírio-libanesas da cidade. As entrevistas nos forneceram, além das informações fundamentais para a realização da pesquisa, contatos de outras famílias de interesse, expandindo nosso campo amostral. Ao fim, podemos observar as particularidades da imigração sírio-libanesa no interior paulista, como operou esse movimento ao longo da primeira metade do século XX e como se deu a inserção socioeconômica dessas famílias nessa região.

RESUMOS:

# SOCIOLOGIA

GT 9: IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Sessão 2: Gênero, Subjetividades e Diferenças

**MULHERES DE CABUL: CORPOS APRISIONADOS PELO DISCURSO SEXISTA**

Louise Gomes de Vasconcelos Silva – UENF  
louisegvs@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo analisar sob a luz de um apanhado bibliográfico as relações de gênero encontradas na obra de caráter jornalístico O Livreiro de Cabul, de Asne Seierstad. Através de uma observação da referida obra, podem-se perceber vários episódios que mostram a inferioridade do sexo feminino, sendo a mulher considerada um instrumento para a perpetuação dos privilégios e dominação masculinos. Tal literatura revela a opressão sofrida pelas mulheres orientais; são negados a elas vários direitos, dentre esses o que se mostra de maneira marcante no citado livro consiste em retirar da mulher o direito de escolher o seu marido, uma vez que é imposto à noiva o matrimônio sem levar em conta o seu consentimento, já que a mesma é considerada um objeto de negociação entre sua família e a do pretendente. Além disso, observa-se uma grande dificuldade do sexo feminino em receber uma educação escolar ou exercer uma profissão. Tais situações podem ser interligadas diretamente ao discurso sexista fortemente produzido e reproduzido pela sociedade afegã, o de que a mulher tem como características essenciais a dependência do homem e a mansidão para se conformar com o sofrimento. Às mulheres é reservado o âmbito doméstico e a função de procriar. Ao longo do artigo, poder-se-á observar, a partir do livro em questão, uma cultura patriarcalista calcada na submissão da mulher.

**MULHERES DA RUA: QUESTÕES DE GÊNERO NA PRÁTICA DO GRAFITE**

Lenita Ramos Vasconcelos – UFRRJ, PPGEDUC  
lenitarv86@gmail.com,  
Sandro de Santana Ferreira – UFRRJ, PPGEDUC  
sandrosantana@hotmail.com

Na cidade não existe uma trilha pronta, o caminhar se altera de acordo com as vidas que se cruzam e se enredam, as rotas dos sujeitos sofrem intervenções contínuas, constroem e são construídas em um diálogo. O meio urbano é cenário de muitas relações, os movimentos que emergem nesse contexto elucidam a produção de conhecimento, a resistência, ou simplesmente as diferentes formas de viver daqueles que nele estão inseridos. Nesse contexto, à mulher são oferecidas as contradições do corpo que está presente nesse espaço, mas que ainda é associado ao lugar do que é privado e submetido. Entre as variadas culturas que emergem nas/pelas/para as ruas, poucos são os estudos em que a mulher está presente como protagonista, entre os que se apropriam dos espaços. Atualmente, vem crescendo o número de mulheres em uma das manifestações urbanas mais populares, o grafite, apesar da participação minoritária, a inserção feminina em tal prática se configura como um fenômeno social e remete a novas formas de relações entre a mulher e a cidade.

**PROFESSOR, FAVOR NÃO ME CHAMAR COM ESSE NOME DE HOMEM**

Tássio Acosta Rodrigues – UFSCAR  
tassioacosta@gmail.com

O cotidiano escolar das pessoas transexuais é permeado por constantes lutas e enfrentamentos. Da construção predial ao relacionamento interpessoal, as

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

dificuldades se fazem presentes em todo o processo escolar. A construção da formação identitária sofre constante cerceamento no direito do exercício de sua identidade de gênero. Os padrões heteronormativos no qual a escola busca enquadrar o corpo discente corrobora para que ela não seja um ambiente de acolhimento e pertencimento, sim de exclusão e a discriminação.

Alunxs que buscam apoio por parte do corpo docente e gestor escolar, com o propósito de serem aceitos e inseridos no processo educacional encontram dificuldades excludentes. A necessidade de serem chamados por nomes que identificam-se, de acordo com a respectiva identidade de gênero, faz com que tenham o direito mais simples respeitado: cidadania. O nome personifica a identidade, o corpo e a pessoa. Quando este direito é preservado, o processo educacional torna-se democrático e acolhedor onde aquela pessoa sentir-se-á inserida conforme todas as outras pessoas. A busca por um engessamento, por parte da escola, e conseqüentemente estrem no índice de evasão escolar. A construção predial também é um fator de grande complexidade para uma pessoa transexual, pois a sua divisão binária heteronormatiza sexualiza ambientes que não deveriam ter tamanha conotação, como o caso dos banheiros públicos. A partir do momento em que a escola está preparada para lidar com a diversidade humana e respeitar as condições individuais, a escola cumprirá o seu papel central de elucidação e propagação do conhecimento respeito ao próximo. Respeito este que começa principalmente do direito de escolha do nome a qual gostaria de ser chamado.

### **A INTERSECÇÃO ENTRE A MIGRAÇÃO, RELAÇÕES FAMILIARES E MASCULINIDADES A PARTIR DOS MIGRANTES PARAGUAIOS NO DISTRITO FEDERAL (DF)**

Alena Profit Pachioni – CEPPAC/ UnB  
alena.profit@gmail.com

O ponto de partida deste projeto de mestrado em curso se insere na migração contemporânea paraguaia para o Brasil. Propõe-se a analisar as narrativas de homens migrantes paraguayos no Distrito Federal (D, que como pais de famílias mantêm práticas familiares. A pergunta geral que direciona a presente pesquisa é: O que revelam as narrativas autobiográficas que são produzidas pelos homens migrantes paraguayos sobre suas relações familiares e em relação as suas masculinidades? Propõe-se uma reflexão teórica acerca dos conceitos chave do trabalho: a intersecção entre a migração, relações familiares e masculinidades para entender as relações de desigualdades que ocorrem dentro do cruzamento destas categorias. Reconhecendo o fenômeno da feminização das migrações que se insere na crítica frente à migração como um universo marcadamente masculino verifica-se que particularmente no contexto da migração latino-americana, pouco tem sido pesquisado sobre a relação dos homens no contexto de suas famílias. Dado a lacuna da pesquisa, possibilita-se, assim, verificar a possível contribuição das narrativas dos homens migrantes no Brasil para uma maior compreensão do papel dos homens no processo migratório e na organização familiar enquanto não presentes fisicamente nas suas famílias. Assim, percebe-se que o recorte apresentado possibilita a compreensão das categorias como não lineares, complexos e inserido dentro de constelações de significados, práticas e identidades.



**RESUMOS:**

# **SOCIOLOGIA**

**GT 10: VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME**

**Sessão 1: Marginalidades e Formas de Gestão Social**

**A VIOLÊNCIA E A BUROCRACIA NA OBRA 1984: INTERFACE ENTRE A LITERATURA E O ESTADO**

Pâmela de Rezende Côrtes - UFMG

pamela.recortes@gmail.com

André Matos de Almeida Oliveira – UFMG

andrematosdealmeida@hotmail.com

A literatura é um campo fértil de reflexão política e sociológica, e as distopias são trabalhos literários que permitem claramente essas reflexões. Nesse sentido, a obra 1984, de George Orwell, é de grande riqueza para análises sociais e políticas. O Estado orwelliano representa uma violência crua, desmedida, que, controlando indivíduos e vontades, alça-se à categoria de fim em si mesmo. Ele se torna uma instituição em que o poder existe pelo poder e, por decorrência, a violência pela violência. A organização institucional perde qualquer caráter finalístico. Nesse contexto, a burocracia - separação de funções e de competências no interior dos órgãos do Estado - exerce um papel importantíssimo de pulverização do poder. A organização burocrática do Estado surge como forma eficiente de ocultação da face material do poder e da violência estatais, fazendo com que o indivíduo não saiba exatamente de onde a força dominante provém. Desse modo, o Estado totalitário orwelliano se torna uma entidade que não pode ser individualizada - indefinível - em que, apesar de haver o partido, ninguém sabe quais são seus membros principais, ninguém sabe exatamente o que eles são. Todos são o partido – mas todos podem ser contra o partido, todos podem ser seu inimigo. Tal Estado, por fim, alcança sua perfeição cabal quando faz emergir a figura do Grande Irmão como símbolo centralizador do partido. Ele se torna uma presença difusa, que tudo vê, tudo sabe, tudo vence, mas que nunca é vista, nunca se apresenta, nunca assume funções específicas. A burocracia, assim, perde sua noção tradicional de finalidade e assume o simples objeto de manutenção da função pela função. A violência de Estado na obra encontra-se materializada – e ao mesmo tempo, portanto, imaterializada - nas mãos dessa burocracia acrítica. Este trabalho pretende, com base no exposto acima, fazer um recorte dessa obra, analisando o papel da burocracia na manutenção da violência e do sistema autoritário em 1984. Desde a disposição de ministérios sem qualquer esclarecimento sobre sua finalidade, até a existência de personagens que não sabem bem a que força ou organização respondem, mas respondem assim mesmo, a crítica é assaz pertinente.

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DAS LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE ATUAM NA REGIÃO DE DOURADOS, MS**

Caroline Pinheiro da Silva – UFGD

Fomento: CNPq

Dentro de um contexto mais amplo sobre a realidade da violência na faixa de fronteira na qual se situa a Comarca de Dourados MS, o presente artigo é resultado de um plano de trabalho que teve como objetivo identificar a existência e atuação de alguns dos movimentos sociais existentes e atuantes na região de Dourados para, em seguida, compreender as representações sociais sobre violência por parte das lideranças desses movimentos. Tais representações foram levantadas por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Terra (MST) e do Movimento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que atuam na região de Dourados. Este plano terá continuidade nos próximos doze meses, e deverá incorporar a participação de outros movimentos sociais. O presente trabalho tem como objetivo compreender as representações sociais da violência por parte das lideranças dos movimentos sociais que atuam na região de Dourados, por ser caracterizado pela diversidade de diferentes povos que a habitam, bem como pela proximidade da fronteira com o Paraguai, a mesma poderia ser reconhecida apenas em termos de sua riqueza étnica e cultural.

Contudo, também tem sido fortemente marcada por fenômenos como violência e “invisibilidade” social de alguns dos seus segmentos, o que configura, muitas vezes, um palco de conflitos sociais que envolvem diferentes interesses, tanto materiais quanto simbólicos. Daí o fato de a região ser também o lócus da atuação de diversos movimentos sociais que lutam por direitos de diferentes natureza, tanto materiais quanto simbólicos.

Destaca-se na comarca de Dourados a existência de dezenas de assentamentos e acampamentos rurais ligados aos movimentos de luta pela terra, além dos movimentos que atuam em defesa dos indígenas, negros, mulheres, crianças e adolescentes, idosos, segmentos LGBTT, entre outros.

**RESUMOS:**

# **SOCIOLOGIA**

**GT 10: VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME**

**Sessão 2: Polícia, Justiça e Prisões**

**FACÇÕES CRIMINOSAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO – ESTADO DA BAHIA**

Franklim da Silva Peixinho - UFRB

Este estudo tem por objetivo analisar o modo de organização social formada por detentos do sistema prisional baiano, especialmente na Colônia Penal Simões Filho, CPSF, Bahia – Brasil. Numa perspectiva, sociológica, o estudo se concentra na identificação e descrição da morfologia dos grupos de detentos e, como tais associações estabelecem estratégias de comunicação com e na instituição total. Assim, pretende-se identificar os elementos da vida na prisão que desencadeiam o processo de institucionalização do interno, como também em que ponto as ações das facções criminosas que existem na CPSF, estão inseridas na construção da identidade do desviante, e demais sentimentos por estes vivenciados na carreira prisional. Para a construção deste estudo foi realizada a análise documental de ofícios e livros de ocorrências da CPSF, relatos de presos e agentes penitenciários o confronto dos diplomas legais, a leitura de dados de reportagens jornalísticas, acesso a meios eletrônicos, como também se utilizou as informações relatadas em um Diário de Campo, pautada pela observação participante.

**AS LÓGICAS DE ADMINISTRAÇÃO DOS CONFLITOS NO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM NITERÓI**

Mayara Duarte Silva de Moraes – UFF

Pedro Heitor Barros Geraldo – Universidade de Montpellier

PIBIC/CNPq/UFF/PROPI

Esta pesquisa tem por objetivo compreender as lógicas de administração de conflitos no Juizado de Violência doméstica e Familiar contra a Mulher de Niterói. Por meio de uma observação participante, pudemos acompanhar o cotidiano dos profissionais do centro técnico, do cartório e mesmo durante as audiências. A pesquisa possibilitou compreender as necessidades e inadequações do judiciário para administrar estes conflitos domésticos, que são minimizados. Além disto, constatamos um conflito entre a forma com que o juiz e a equipe interdisciplinar administram os conflitos apresentados ao judiciário. Pudemos observar que as decisões por vezes não protegem a vítima de agressões futuras. Além disto, constatamos o arquivamento massivo de processos cujo desfecho é a permanência da união familiar. Por outro lado, a equipe interdisciplinar do juizado espera que o conflito permaneça, como um círculo em que a vítima voltará ao judiciário com as mesmas demandas. A pesquisa indica que estes conflitos têm tratamentos distintos pela mesma instituição que se mostra incapaz de integrá-los no processo de produção da decisão judiciária, privilegiando as formas jurídicas de lidar com o conflito.

**“VESTIR A FARDA”: ANÁLISE DA FIGURA DO “HEROI” E DA “HEROINA” NA POLÍCIA MILITAR**

Giulianna Bueno Denari – UFSCar

CAPES

Serão abordados alguns resultados de uma pesquisa realizada para a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFSCar em 2013. Trata-se de um estudo

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sobre as figuras do “policial herói” e da “policial heroína” na Polícia Militar (PM). Por meio da análise de tais figuras procurou-se entender quais características e funções são atribuídas e valorizadas aos dois profissionais, a depender do gênero de cada policial. Mesmo a PM tendo adotado políticas de “humanização” da sua imagem (como a inserção do Policiamento Comunitário e da figura feminina no efetivo), o ethos militar ainda é valorizado socialmente e pelos próprios profissionais em sua atuação. Relacionando os estudos sobre profissão e gênero com estudos sobre a inserção e presença das mulheres na PM, a pesquisa buscou mostrar quais as características mais valorizadas em uma policial militar e principalmente, qual a visão dessas profissionais sobre sua atuação, levando em consideração quais dificuldades e vantagens identificam para provarem-se “boas profissionais”. A conclusão da pesquisa apontou que as definições sobre o que seria um “policial herói” estão intrinsecamente ligadas às definições que a PM atribui ao gênero e ao papel que cada gênero desempenha nas atividades ligadas ao policiamento (ainda que, no processo de atribuição deste adjetivo, são avaliadas tanto atividades formais quanto informais que circundam o cotidiano do (a)s policiais). Assim, em relação às policiais mulheres, estas são consideradas “heroínas” quando realizam as atividades menos prestigiadas, que não seguem o ethos militar, conseguem provar seu bom desempenho profissional e principalmente, conseguem conciliar essa função às diversas outras de suas vidas particulares. Já em relação aos homens policiais, estes são considerados “heróis” quando enfrentam situações de elevado risco, combatendo o que é entendido socialmente como “guerra contra o crime”, independentemente de sua vida particular. Esta divisão de valores e moralidade ligados ao gênero, de certa forma, permite que os policiais homens continuem executando o trabalho mais valorizado: a atuação guerreira e combativa, enquanto que as mulheres são “colocadas” em atividades menos prestigiosas da PM.

### **A REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL**

Márcia Rebeca Silva de Oliveira - UFAM  
Fomento: FAPEAM

Este trabalho tem por objetivo compreender as questões políticas e ideológicas envolvidas no debate do Anteprojeto de Reforma do Código Penal que está em tramitação no Senado Federal e na discussão da diminuição ou não da maioria penal no Brasil, a partir da perspectiva teórica da do Monopólio Estatal da Violência, definido por Max Weber e da Crítica da Pena, definida por Klaus Günther.

Caminha através do distanciamento do debate referente apenas a tipificação de novos tipos de crimes e intensificação da pena, para a aproximação de um debate com recorte mais humanista, de formulação de novas formas de responsabilização individual que não se contraponham as normativas nacionais e internacionais referentes a garantias de direitos fundamentais. Todo o percurso é analisado a partir da formulação de alguns teóricos da justiça penal, da legislação vigente, do envolvimento da mídia e das posições políticas adotadas como meio de manutenção do poder. Visa apresentar, por fim, uma proposta teórica de abordagem sobre a reforma do Código Penal através de novos paradigmas sobre a justiça penal, que considerem a necessidade do empoderamento popular nessa discussão, através de uma alternativa de democratização da responsabilização, centrada nos avanços referentes aos Direitos Humanos.

**RESUMOS:**

# **SOCIOLOGIA**

**GT 11: SOCIOLOGIA DO TRABALHO E RURALIDADES**

**Sessão 1: Trabalho**

**REFLEXOS DA VIDA MODERNA: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA MODERNIDADE NA IDENTIDADE E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Gloriete Santos Scavichia –UNESP/Araraquara  
Fomento: CNPQ

Este trabalho tem por escopo apresentar algumas considerações sobre o impacto da vida moderna na identidade do indivíduo e nas relações de trabalho, sob o olhar dos sociólogos contemporâneos Zygmunt Bauman, Anthony Giddens e Stuart Hall. Inicialmente, far-se-á um breve recorte sobre as transformações da identidade decorrente da vida moderna sob as perspectivas estudadas pelos sociólogos em análise e num segundo momento analisaremos como estas mudanças da vida moderna se refletem no mundo do trabalho. A delimitação deste tema objetiva estreitar um diálogo entre os três teóricos sociais contemporâneos, além de tratar-se de um desdobramento da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo objeto de estudo é “A flexibilização das relações de trabalho a partir da década de 1970”. Por este viés analisaremos o indivíduo e sua relação no mundo do trabalho, no contexto da modernidade.

**AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ESTRANHAMENTO E AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E NATUREZA**

Pedro Martins Vicente – IFCH (Unicamp)  
Fomento: CAPES

A partir de perspectivas que identificam a existência de uma série de crises ambientais e sua profunda relação com o capital enquanto processo social, faz-se necessário traçar um recorte de classe por entender que o ser humano se relaciona com a natureza não de forma homogênea, mas sim a partir de grupos sociais (historicamente posicionados mediante gênero, classe social, etnia, etc.). Nesse sentido, o presente trabalho pretende investigar de que maneiras as formas contemporâneas de estranhamento/alienação (ANTUNES, 2002) afetam a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora em sua relação com a natureza e o meio-ambiente. Desta forma, tomamos como fios condutores da investigação os conceitos marxianos de estranhamento/alienação e fetichismo da mercadoria (MARX, 1844; 1867), dialogando com bibliografia sociológica pertinente acerca do tema, para traçar um quadro das relações sociais separadas (e separadoras) entre natureza e classe trabalhadora, bem como das consequências dessa ruptura.



**RESUMOS:**

# **SOCIOLOGIA**

**GT 11: SOCIOLOGIA DO TRABALHO E RURALIDADES**

**Sessão 2: Ruralidades**

**TÃO EXÓTICOS E TÃO NATIVOS: O CAQUI E A BANANA EM UM CONTEXTO DE AMBIENTALIZAÇÃO DE VALORES E AFIRMAÇÃO TERRITORIAL NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA – RJ**

Marcia Cristina de Oliveira Dias – UFRRJ  
marcia.cristina1964@gmail.com  
Fomento: FAPERJ

A alimentação, além de ser uma necessidade intrínseca à vida, é também uma construção cultural. Cada sociedade, de acordo com seus valores culturais e socioeconômicos, define os tipos de alimentos dos quais se apropriará para manutenção de sua existência. Setenta por cento dos alimentos que consumimos é proveniente da agricultura familiar, porém as transformações de algumas áreas agrícolas em Unidades de Conservação, especialmente as do tipo parque, vêm direcionando agricultores familiares que vivem e produzem nestas áreas a reverem algumas práticas e ressignificar outras a fim de se adaptar às restrições impostas pelos gestores destes parques.

Utilizando como recorte o Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB – criado em 1974 e localizado no município do Rio de Janeiro, este trabalho tem por objetivo evidenciar como estes agricultores têm transformado o ato de comer em ato político, cultural e socioeconômico, agregando valor à sua produção, acessando novos mercados e, concomitantemente, reafirmando seu direito ao território onde vivem e produzem. O registro etnográfico possibilitado pela observação participante – participação em reuniões dos agricultores, visitas às feiras orgânicas, entrevistas com os agricultores, participação na colheita do caqui, entre outros – e a leitura de bibliografias com a temática socioambiental foram algumas das metodologias de pesquisa adotadas. No PEPB, a proteção das culturas nativas coexiste com a produção de culturas exóticas – com destaque para a banana e o cáqui. O cultivo destes frutos, além de gerar renda para os agricultores, atua como demarcador de território, pois, por serem culturas exóticas, comprovam a presença da população nativa muito antes desta área ser transformada em parque. Para agregar valor a sua produção e acessar os novos mercados de alimentos saudáveis – como as feiras orgânicas localizadas em vários bairros do Rio de Janeiro, onde comercializam os frutos in natura e processados – farinha de banana e o vinagre de cáqui, entre outros – estes agricultores, que em sua maioria já praticavam a agricultura sem uso de aditivos químicos, também se apropriaram do termo “orgânico” evidenciando a importância – tanto para a manutenção do meio-ambiente quanto da saúde da população – do cultivo, preparo e consumo de alimentos saudáveis – articulando cultura, produção, consumo e mercados.

**PRODUÇÃO ALTERNATIVA E AS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS E ATORES RURAIS: O CASO DO INSTITUTO ANNONA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

Jéssica Aline Troiano – UNESP/Fclar  
jessycatroiano@gmail.com  
Fomento: FAPESP

A proposta de trabalho pretende discutir as transformações que estão ocorrendo nos espaços rurais brasileiros a partir de pesquisa empírica realizada junto ao Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável, uma associação de pequenos e médios produtores de alimentos orgânicos do interior do estado de São Paulo. Foram entrevistados os 17 produtores do Instituto que estão distribuídos entre 10 municípios:

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Araraquara, Bebedouro, Catanduva, Ibitinga, Itápolis, Nova Europa, Novo Horizonte, Pirangi, Reginópolis e Taquaritinga. Entende-se que experiências produtivas diferenciadas, como a produção orgânica, permitem o desenvolvimento de alternativas para pequenos e médios produtores rurais, alcançando e amplificando demandas por produtos de qualidade que primam por fatores como a saúde, a sustentabilidade ambiental e as propriedades nutricionais dos alimentos, propiciando maior qualidade de vida tanto para produtores quanto para consumidores. As escolhas dos produtores pelos orgânicos expressam mudanças subjetivas na ação social daqueles que consomem alimentos diferenciados e de qualidade, revelando que a opção por esses produtos não se move apenas pelo retorno econômico, mas por suas qualidades simbólicas e imateriais. O estudo permitiu constatar que fatores como a inovação, a cooperação, a troca de conhecimentos e informações e a atuação de políticas públicas voltadas para atividades alternativas – no caso do Instituto o AGROSEBRAE, programa do SEBRAE-SP, fornece assistência técnica e gerencial – são imprescindíveis para o dinamismo das regiões rurais, principalmente para pequenos produtores, não raro, colocados à margem do processo de produção dada a predominância da monocultura latifundiária. No caso de mercados diferenciados voltados para pequenos e médios empreendimentos a organização em uma associação é imprescindível, uma vez que fortalece os produtores individuais frente à demandas específicas desses mercados, como a certificação e a comercialização dos produtos orgânicos, dificultadas quando os mesmos permanecem individualizados. A construção de um território voltado para uma atividade alternativa permite um melhor desenvolvimento dos produtores diante das mudanças que ocorrem nos espaços rurais, dando a tônica de novas dinâmicas e processos antes não identificáveis e não discutidas na análise desses espaços.

**RESUMOS:**

# **SOCIOLOGIA**

**GT 12: SOCIOLOGIA DA CULTURA**

**Sessão 1: Religião**

**IGREJA CATÓLICA, POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS DURANTE A  
DITADURA MILITAR NA CIDADE DE SÃO CARLOS**

Emanuelle Kopanyshyn, - UFSCar  
emanuelle\_kopany@hotmail.com

A presente pesquisa tem como tema as relações da Igreja Católica com o Estado na primeira década da ditadura militar no Brasil, de 1964 - 1974, e o consequente debate em torno dos Direitos Humanos feitos pelas duas instituições. A Igreja Católica, como uma instituição com o aparato político-ideológico bem constituído, é referenciada frequentemente como uma instituição que militou como oposição ao regime militar. Contudo, no interior de sua hierarquia, o cenário era heterogêneo. Muitos bispos conservadores que já haviam apoiado permaneceram no apoio à situação, alheios às denúncias de perseguição de seus leigos e em conflito com clero progressista, sobretudo nas cidades do interior do estado, onde as formas do pensamento político são ligadas à tradição agrícola, aos padrões de ordem e autoridade e resistentes às vanguardas da época - que acabaram por resultar num colaboracionismo por parte dos líderes da igreja. Após um apontamento crítico da literatura do tema, este artigo apresenta um estudo de caso da Diocese de São Carlos, interior de São Paulo, sob os cuidados de Dom Ruy Serra e liderada politicamente pelo arenista Ernesto Pereira Lopes. Com o foco na atividade política do bispo de no aparato institucional no qual dispunha para usar em relação à política local de São Carlos e a circunscrição de sua diocese, esse estudo pretende responder às lacunas da literatura sobre o tema, cujo o enfoque dado até agora tem sido majoritariamente sobre o progressismo do clero, principalmente nos grandes centros populacionais ou no plano nacional. O estudo revela o quanto o comportamento político dos bispos da Igreja Católica, sobretudo no interior, não raro optou pela pauta do rígido anti-comunismo e segurança nacional, orientados pelo governo ditatorial, e o levou a abrir mão da pauta da integridade do cidadão e dos direitos humanos, destoando do comportamento do clero progressista dos grandes centros que tecia duras críticas aos excessos do governo e que parece constituir a maior parte da memória histórica construída para esse período.

RESUMOS:

# SOCIOLOGIA

GT 12: SOCIOLOGIA DA CULTURA

Sessão 2: Cultura e entretenimento

### **ESTUDANDO JOGOS DIGITAIS: NOVAS PERSPECTIVAS**

Arthur Yoshihiro Yamada Junqueira Garcia –UFSCar  
arthur Yoshihiro@gmail.com

Este artigo pretende apresentar um breve histórico do estudos sobre os jogos, como objeto de pesquisa em si, realizados por Johan Huizinga e Roger Caillois. E como, com a introdução do jogos virtuais em computadores pessoais e plataformas dedicadas, esses estudos influenciaram as pesquisas interdisciplinares dos jogos digitais, conhecidos hoje como Game Studies. Games Studies é um novo empreendimento teórico, do início do século XXI, que busca compreender os jogos, os jogadores, o jogar e seus contextos, principalmente, mas não exclusivamente, na dimensão digital. Essas novas pesquisas sobre jogos digitais abrangem várias áreas do conhecimento, mas em seu eixo central estão a narratologia, o estudo das estruturas narrativas, e a ludologia, o estudo das regras e mecânicas do jogo.

### **CIBERCORPO: ANÁLISE TEÓRICA DO CONCEITO**

Letícia Pauletto Fragalle - UFSCar  
leticiafragalle@gmail.com

Há uma parte da Sociologia dedicada à corporeidade humana enquanto fenômeno sociocultural. O corpo é moldado pelo social/cultural cujo o ator está inserido, sendo a maneira pela qual as pessoas se relacionam com e no mundo.

O corpo é visto como estrutura simbólica de realidade mutante que varia entre sociedades, e conseqüentemente, as concepções de corporeidade também diversifica de cultura para cultura. Em nossa sociedade a visão de corpo biomédica predomina e separa o corpo do homem, sendo uma das bases do individualismo e assim como no cartesianismo, apresenta uma função corporal ambígua, pois ao mesmo tempo é considerado apenas matéria e serve como aparato individualizador entre as pessoas.

Como o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), várias esferas da vida em nossa sociedade passaram por modificações, entre elas a Cultura.

Principalmente devido à Internet, as TIC's facilitaram a mediação da relação entre sujeito e mundo e também foram responsáveis pelo surgimento de um novo espaço de socialização, existente exclusivamente online, para interagir pessoas sem tempo e espaço definidos, chamado de ciberespaço. Com a criação do ciberespaço surge uma nova modalidade de cultura envolvendo técnicas e valores específicas do mundo virtual, a cibercultura.

Por não existir presença física do homem neste ambiente digital, há necessidade da emergência de uma forma subjetividade específica para este espaço: o cibercorpo. Porém, este é um conceito muito recente e vago. Alguns autores o consideram como um sinônimo do ciborgue e do corpo biocibernético; outros que só os avatares (personagens em jogos, por exemplo) são considerados cibercorpos; e ainda há os que vêem todas as formas de subjetividade em ambientes online (como perfis de rede sociais, nicknames em bate bapos) representadas pelo conceito.

O objetivo desse trabalho é analisar teoricamente o conceito cibercorpo; ver em que áreas de estudo o termo é empregado, de quais maneiras; apresentar exemplos visando encontrar qual se adapta melhor à Sociologia do Corpo e da Cibercultura.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Metodologicamente foram usadas a revisão bibliográfica e a netnografia: forma de observação participativa no campo online, lembrando que este está sempre associado ao mundo offline também.

### **JUVENTUDES CULTURAIS NA ESCOLA LIVRE DE CINEMA DE NOVA IGUAÇU**

Mônica da Silva Francisco –IM/ UFRRJ  
amonicafrancisco@gmail.com

A Comunicação Oral é parte da minha pesquisa de Mestrado, As Juventudes Culturais da Escola de Cinema de Nova Iguaçu que pretende investigar a inserção dos jovens e as produções audiovisuais desenvolvidas por eles na instituição, tornando-os produtores de cultura. Pretendo estudar o entrelaçamento entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo, a comunidade participante e os jovens na criação e difusão de arte na periferia de Nova Iguaçu e como esses laços formados por meio do projeto oportuniza aos jovens tornar suas vivencias experiências culturais que mostraram seu território, sua comunidade e eles próprios e entender a importância da construção da imagem nesse momento é um passo importante na desconstrução de saberes, pois geralmente os filmes produzidos pelas mídias tradicionais apresentam os jovens oriundos da periferia como bandidos ou de modos pejorativos que criam estigmas nas juventudes de classes populares e a articulação entre os indivíduos e suas possibilidades de movimento e estética com esses jovens inserindo-se em novos espaços. Pesquisar sobre as juventudes populares e suas produções culturais é a possibilidade de desconstrução de saberes, pois geralmente os filmes produzidos pelas mídias tradicionais apresentam os jovens território, sua comunidade e eles próprios e entender a importância da construção da imagem nesse momento é um passo importante na desconstrução de saberes, pois geralmente os filmes produzidos pelas mídias tradicionais apresentam os jovens oriundos da periferia como bandidos ou de modos pejorativos que criam estigma na juventude de classe populares e a articulação entre os indivíduos e suas possibilidades de movimento e estética com esses jovens inserindo-se em novos espaços. Pesquisar sobre as juventudes populares e suas produções culturais é a possibilidade de olharmos os jovens como produtoras de cultura entendemos os sujeitos como participantes de “multipertencimentos de indivíduos e grupos característicos”.



# TRABALHOS COMPLETOS

# ANTROPOLOGIA

# ANTROPOLOGIA

GT 1: ETNOLOGIA INDIGENA

Sessão Única: Etnologia Indígena, Estado e Povos Tradicionais

**PATRIMONIALIZAÇÃO DA CULTURA (I)MATERIAL: AS “CULTURAS POPULARES” NO PASSADO E O PESSIMISMO ESTRUTURAL<sup>1</sup>**

Gabriel Bertolo – UFSCar  
gabrielbertolo@bol.com.br

Esta apresentação tem por objetivo analisar de modo crítico as políticas de patrimonialização da chamada “cultura popular”, geralmente atrelada aos povos “tradicionais”, à luz das teorias e práticas antropológicas. Tomamos como material etnográfico os diversos textos e leis sobre o assunto no Brasil, em voga desde a década de 1930 e retomada inicialmente nos anos 1980, e posteriormente, no início dos anos 2000. Retomando a bibliografia existente sobre o assunto para repensar categorias e dicotomias como “materialidade” vs. imaterialidade”, “tradicional” vs. “moderno” e as próprias noções de patrimônio e cultura, e levando em conta ainda a etnografia realizada entre os caiçaras da Ilha do Cardoso, Cananéia/SP, este texto busca menos a reificação de tais categorias e dicotomias, do que seu próprio plano conceitual, ou melhor, o modo como se constroem e reconstróem tais conceitos e os efeitos políticos e sociais acarretados por eles, efeitos estes permeados pelo o que aqui chamamos de pessimismo estrutural.

**1) Introdução e breve histórico das políticas de patrimonialização**

Datado de 17 de outubro de 2003, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial nos apresenta a seguinte definição:

*“Artigo 2: Definições*

*Para os fins da presente Convenção,*

*1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.” (UNESCO, 2006; pp 4)*

*“2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:*

---

<sup>1</sup> Esta é uma versão preliminar de minha dissertação de mestrado, intitulada “O Pessimismo Estrutural dos Mestres Fandangueiros de Cananéia”.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- a) *tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;*
- b) *expressões artísticas;*
- c) *práticas sociais, rituais e atos festivos;*
- d) *conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;*
- e) *técnicas artesanais tradicionais.” (UNESCO, 2006; pp. 4-5)*

Dadas essas definições, o objetivo aqui é elaborar uma discussão sobre a própria elaboração de conceitos como “patrimônio”, “imaterial” (e seu “oposto”, o “material”), “cultura” e, posteriormente, sobre as finalidades políticas e sociais com as quais esses conceitos se relacionam, dando destaque às categorias “preservação”, “proteção”, “salvaguarda”, etc. Não nos prenderemos, no entanto, às próprias definições, e tentaremos trazer à baila dados bibliográficos e etnográficos que circunscrevem o próprio tema; é mais uma tentativa de mapear os caminhos que tais conceitos tomam nos diversos casos em que o tema aparece, sabendo de antemão que não atingiremos um panorama completo, inclusive devido ao aumento exponencial que o *patrimônio imaterial* teve como tema de políticas públicas, no âmbito nacional e internacional, como tema acadêmico, e, sem decréscimo de importância (pelo contrário), como preocupação e objetivo político das mais diversas comunidades definidas como tradicionais (Ikeda, 2013).

...

A preocupação com as “culturas populares” pode ser traçada desde meados do século XIX, em meio aos estudos folcloristas, e, desde então, tivemos diversas nomenclaturas e definições do que é considerado *tradicional* e/ou popular, sempre realocando os termos “tradição”, “popular” e “cultura”, para então chegarmos na definição de *patrimônio imaterial*, presente já na Constituição Federal de 1988, e ratificado no Decreto-Lei nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, quando foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (Ikeda, 2013; pp. 173).

O PNPI fora incorporado como responsabilidade do IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial fora subdividido em quatro livros: o Livro de Registro de Saberes; O Livro de

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Registro das Celebrações; O Livro de Registros das Formas de Expressão; e, finalmente, o Livro de Registros dos Lugares.

Assim, podemos ver que as políticas implementadas pela UNESCO, como referenciadas nas citações no início deste texto, não se configuraram como uma novidade em território nacional. De certo modo, o texto da UNESCO serviu até como uma ratificação das políticas elaboradas no Brasil há quase 15 anos, quando do Decreto-lei nº 3.551. De todo modo, diferenças podem ser apreendidas, como nos indica Carlos Sandroni:

*“o decreto [nº 3.551] não contém uma definição explícita do patrimônio imaterial. Mas tem uma definição implícita estabelecida por dois meios: quatro listas de tipos de bens passíveis de inclusão, organizadas segundo os diferentes livros de registro; e a definição, como critério geral de inclusão, da ‘continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira’. [...] A ideia de ‘risco de extinção’ do bem, que desempenhou um papel importante nos documentos da UNESCO sobre o tema, está totalmente ausente desse texto legal. Também não há menção ali à participação dos detentores do bem no processo de registro, outro tema que se tornou caro à UNESCO em meados dos anos 1990.” (Sandroni, 2010; pp. 374)*

Ainda mais, segundo Sandroni, apesar do Decreto-lei nº 3.551, não houve, pelo menos até 2004, nenhuma ação no sentido de tirar do papel o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, o que culminou com apenas dois bens registrados como patrimônio imaterial do Brasil: o ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo, e a arte Kusiwa de desenhos corporais dos Wajãpi, do Amapá. Tal panorama só foi alterado no início de 2004, quando o antropólogo Antônio Augusto Arantes assume a presidência do IPHAN, e tira do papel o Departamento do Patrimônio Imaterial. Desde então, pode-se dizer que o IPHAN tem tido um papel mais proeminente no sentido de “inventariar e patrimonializar” os “bens culturais imateriais” do Brasil. De lá pra cá, foram registrados pelo IPHAN mais 27 bens culturais, totalizando 29 “bens” registrados. Entre os quais o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, o Frevo, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, a cachoeira de Iauaretê – lugar sagrado dos povos indígenas dos rios Uapés e Papuri e o Fandango Caiçara, sendo este último o tema da etnografia realizada pelo autor deste texto, e do qual falaremos mais adiante.

Temos aqui, então, um breve panorama sobre as políticas de patrimonialização do início deste século. Obviamente, não esmiuçamos tal história, mas acreditamos que temos alguns elementos que são suficientes para problematizarmos algumas questões, entre elas: a) a questão do *patrimônio imaterial* como um *bem, colecionável, inventariado*, passível de ser *perdido*, e porquê não, *adquirível* também; o que culminará, mais adiante, na discussão sobre a questão da *materialidade* e da

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*imaterialidade* do *patrimônio imaterial*; b) a postura perante o *patrimônio imaterial*, tanto a postura “institucional” e dos detentores de tal bem, sabendo de antemão que em meio aos processos de patrimonialização, tais posturas, concepções e ações estão imiscuídas umas nas outras, e finalmente c) a temporalidade do *patrimônio cultural*, da qual podemos ter alguns indicativos nas categorias *salvaguarda*, *proteção*, *extinção* e *perda*; tais termos sempre vem à tona quando o assunto são as culturas tradicionais, e sua suposta oposição com a “sociedade envolvente”, descrita quase sempre como moderna, ou ainda, como modernidade.

...

### **Patrimônio Imaterial como bem: “materialidade” vs “imaterialidade”**

À primeira vista, se considerarmos de antemão que o patrimônio imaterial é um bem, no sentido que vem sendo dado nos contextos aqui referidos, ele poderia ser considerado com um bem inalienável, nos termos de Annette Weiner (1992), ou seja, são bens impossibilitados de serem trocados pelas vias comuns, estão intrinsecamente ligados aos seus detentores. Isso quer dizer que o que define o *patrimônio imaterial* é o fato dele ser *único* e *necessário* para os seus detentores se definirem como são; se uma “comunidade tradicional” perde sua “cultura” (vista aqui como *patrimônio*) ele deixa de ser tradicional, ocorre uma perda de identidade.

Disso podemos inferir duas coisas: a primeira diz respeito à concepção de patrimônio como um “bem”. O patrimônio cultural não é um bem como qualquer outro; primeiramente, porque é coletivo, não há um único possessor, e por isso mesmo impossível de ser vendido ou trocado. No entanto, ele *pode* ser *perdido*, *extinto* e por isso mesmo, ele *pode* e *deve* ser *registrado*, *protegido*, *resgatado*, *salvo* pelas políticas referenciadas acima. Isso tudo nos dá pistas sobre as concepções de transformação e manutenção da própria cultura, na medida em que o patrimônio a ser *protegido* é o *cultural* (e imaterial).

Em segundo lugar, é um bem supostamente *intangível*, como sugerem os termos que lhe dão o nome (sendo encontrada igualmente nas definições legais as palavras *intangível* e *imaterial*). Tal distinção é reiterada em quase todas as definições institucionais e dossiês e documentos divulgados pelo IPHAN, (2006a, 2006b, 2008, 2009), com a única - e relativa - exceção da própria Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO, onde no artigo 2º, “das Definições”, como citado no início deste texto, pode-se ler que “entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados”

Mas isso suscita alguns problemas, como colocados por Gonçalves (2007, pp. 9 apud Salaini e Graeff, 2011, pp.173)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*“seja no contexto de seus usos sociais e econômicos cotidianos, seja em seus usos rituais, seja quando reclassificados como itens de coleções, peças de acervos museológicos ou patrimônios culturais, os objetos materiais existem sempre, necessariamente, como partes integrantes de sistemas classificatórios. Esta condição lhes assegura o poder não só de se tornar visíveis e estabilizar determinadas categorias socioculturais, demarcando fronteiras entre estas, como também o poder, não menos importante, de constituir sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva.”*

Ainda segundo o mesmo autor, a noção de *patrimônio*, que durante muito tempo foi atrelada a uma noção de materialidade, e que por isso mesmo teve de ser inventada a categoria “intangível” e “imaterial” para dar conta de todo um espectro de coisas que ficavam de fora das definições convencionais de patrimônio; portanto

*“É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos. De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas. A categoria ‘intangibilidade’ talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de ‘cultura’. Ou, mais precisamente, ao afastamento dessa disciplina, ao longo do século XX, em relação ao estudo de objetos materiais e técnicas (Schlanger, 1998).” (Gonçalves, 2005; pp. 21)*

Deste modo, Gonçalves propõe que o uso analítico da categoria patrimônio pode funcionar como uma forma de trazer à tona a “materialidade da cultura”, já que “não há como falar em patrimônio sem falar de sua dimensão material” (ibid, pp. 21). No entanto, aqui daremos um passo numa direção distinta a do autor citado, já que, a nosso ver, apesar de problematizar o uso institucional das categorias “materiais” e “imateriais”, conceitualmente ainda há uma dicotomia entre os dois termos; propomos aqui dar um passo além, inspirados na própria indicação de Gonçalves, ao encarar o *patrimônio imaterial* em seus aspectos *materiais*, só que em vez de falarmos em *materialidade*, tomaremos a perspectiva de Tim Ingold, em especial a dos artigos *Materials against Materiality*, de 2007, e *Bringing Things Back to Life*, de 2008.

Julgamos ser útil a perspectiva proposta por Ingold, na medida em que sugere, nos artigos citados acima, uma outra *ontologia*, onde não há mais uma separação efetiva entre *materialidade* e *imaterialidade*; melhor dizendo o conceito de *materialidade* é deixado de lado (e por extensão o de *imaterialidade*) já que na visão do autor se trata de um conceito vago e abstrato demais. O foco de diversos autores estudiosos da “cultura material” em tal conceito, afirma Ingold, acaba tirando do próprio fluxo da vida as coisas e os materiais que as compõe, na medida em que falar de *materialidade* acaba virando um exercício de pura retórica filosófica e teórica, e os próprios materiais dos quais as coisas são feitas acabam ficando de lado (Ingold, 2007).

Aqui será necessário voltarmos um pouco, na medida em que mesmo se levarmos em conta o conceito de *materialidade*, a questão do *patrimônio imaterial* já seria problemática, como vimos brevemente acima. A título de exemplo, tomemos os dois primeiros “bens” registrados como patrimônio imaterial do Brasil, o ofício das paneleiras de Goiabeiras (ES) e a



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

pintura corporal Kusiwa dos Wajãpi. Ora, nos parece bastante óbvio que as panelas de barro das Goiabeiras e a pintura Kusiwa e o corpo dos Wajãpi<sup>2</sup> são eminentemente *materiais*. Levando em conta que o patrimônio é *cultural*, para posteriormente ser classificado entre *material* e *imaterial*, fica a pergunta: porquê edifícios, sítios arqueológicos e documentos, por exemplo, são considerados *materiais*, e as panelas das Goiabeiras e as pinturas e o próprio corpo dos Wajãpi são *imateriais*?

Dir-se-ia que a própria inscrição dos dois últimos bens citados poderia nos trazer algum esclarecimento: o ofício das paneleiras está registrado no Livro dos Saberes e o a pintura corporal Kusiwa nos das Formas de Expressão. O que se procura preservar são os próprios saberes, as próprias expressões registradas. Mas então isso significa que os documentos, prédios, paisagens e etc., registrados como *patrimônios materiais* não possuem, por exemplo, saberes e expressões a serem preservados? Volto a esta questão mais adiante. Por enquanto é suficiente a conclusão de que a própria distinção entre materiais e imateriais expressa uma dificuldade imensa, não só para os pesquisadores, mas para o Estado (e o emaranhado que ele representa), representado aqui pelo IPHAN no âmbito nacional, e pela UNESCO no âmbito internacional.

Prosseguindo, como poderíamos superar esta dicotomia entre *materiais* e *imateriais* e os problemas que ela nos traz no âmbito da *patrimonialização*? Colocando a questão de outra maneira, qual a vantagem de se assumir um ponto de vista analítico baseado na teoria de Tim Ingold? Mais ainda, o que seria um componente *material* e um *imaterial*? Pois, como afirma Ingold, se não falaremos mais em *materialidade*, e sim em *componentes materiais*, os componentes próprios dos quais as coisas são feitas, o que seria um componente imaterial? Essa questão se apresenta de maneira um tanto quanto falaciosa do nosso ponto de vista, pelo simples fato de que é a dicotomia mesma entre imaterial e material que se pretende abolida.

Para encorpar a crítica e o ponto de vista aqui assumido, cedemos a palavra à Tim Ingold, citando Gibson (1979, apud. Ingold, 2007; pp.6):

*“Não existe nada material que não esteja preso em objetos sólidos e tangíveis como pedras? Nós acreditamos mesmo que o que quer que esteja do lado de cá de tais objetos é imaterial, incluindo o próprio ar que dá a liberdade do movimento permitindo que você os alcance e os toque, sem mencionar o próprio dedo – e, por extensão, o resto do corpo, já que dedos não são operados pela mente através de controle remoto? É o ar que você respira um éter da mente e o seu dedo um fantasma da imaginação? [...] O foco de Gibson, é claro, é a superfície que separa um tipo de material (como a pedra) de outro (como o ar), mais do que a materialidade da imaterialidade. É precisamente por causa desta ênfase nos materiais que Gibson minimiza qualquer noção de materialidade do mundo.” (Ingold, 2007; pp.6, tradução minha)*

Dito isto, é possível nos voltarmos agora para a questão do patrimônio como sendo algo *cultural*. Como dito anteriormente, a noção moderna de *patrimônio* é baseada (utilizando os

---

<sup>2</sup> Não possuo conhecimento sobre as concepções de corpo dos Wajãpi. Portanto, afirmar que ele nos parece “eminentemente material” pode culminar em um terrível erro por parte deste que vos escreve.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

termos de Ingold) em uma ontologia ocidental classicamente cartesiana, onde há fronteiras bem definidas entre o que é material e o que não é (o imaterial), sendo todos eles *bens culturais*. Dentro dessa chave de pensamento, o que ocorre, seguindo os argumentos desenvolvidos por José Reginaldo Santos Gonçalves (2005, pp. 19), é uma eliminação da ambiguidade (diríamos multiplicidade), em especial das derivadas de categorias sensíveis (como o cheiro, o tato e o paladar) em nome de definições mais abstratas e ao mesmo tempo rígidas, como a própria noção de materialidade, ou ainda, como na definição de patrimônio.

A assertiva de que o patrimônio (material e imaterial) é *cultural* também exemplifica algo que pode ser conferido etnograficamente, nas falas de mestres locais e das pessoas envolvidas com a questão do patrimônio (sem excluir aqui da alçada da etnografia as próprias definições e documentos institucionais). O que podemos inferir é que geralmente há uma confusão entre o que é considerado *patrimônio* e a própria *cultura* (Gonçalves, 2005), no sentido de que o primeiro é considerado um legítimo e quando não o único representante da *cultura local* como um todo. Mais ainda, se prestarmos atenção nos objetivos de se preservar uma cultura (na forma de patrimônio), não é só da cultura local que se trata, mas sim da “cultura de uma nação”, de um elemento constitutivo de toda uma população, no nível nacional, e posteriormente de uma “cultura global”, como podemos depreender do título atribuído a certos bens culturais como *patrimônio mundial da humanidade*. O tratamento dado aos saberes e costumes locais é definido como uma pequena parte de uma “cultura da humanidade”. Mais ainda: de um passado longínquo que não era corrompido pelos artífices da modernidade e da tecnologia, ou ainda, não era “contaminado” pela perda da reciprocidade. Vamos nos aprofundar nesta questão na seção que segue.

### **Pessimismo Estrutural**

Outro ponto interessante a se discutir em relação ao tema do patrimônio (material, imaterial, cultural, o que seja...) é que imbuído nessas classificações e definições discutidas brevemente acima estão concepções sobre *memória coletiva*, o *passado*, o *presente*, enfim, questões sobre a temporalidade das “culturas” e a possibilidade (e a necessidade) de se preservar as culturas e ou o passado. Isso tudo rodeado por questões de ressonância, no sentido do termo cunhado por Gonçalves, isto é, “trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população” (Gonçalves, *ibid*). O léxico evocativo do passado que se sobressai neste tipo de assunto é o tema desta seção, sob o título do que chamamos de “pessimismo estrutural”,

Temos aqui então um ponto chave para o entendimento das relações entre as políticas de patrimonialização, tomadas em conjunto como frutos das agências de instituições e ONGs e as

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

concepções das pessoas que “detém” determinado bem cultural em relação à própria “cultura” e em relação às ações a serem tomadas com relação a esses bens. Ao tratar o assunto sob o conceito de ressonância, estamos justamente tratando de eliminar mais um divisor, aquele que separa as ações dos grupos em “exteriores” (instituições oficiais e ONGs) e “interiores” (as “populações tradicionais”, os “nativos”, etc.).

Não nos fará mal incorporar um pouco da minha etnografia aqui, a título de demonstrar a utilidade de tal conceito de ressonância, e como chegamos ao “pessimismo estrutural”. Quando estive pela primeira vez em campo, no ano de 2010, eu tinha uma visão romantizada<sup>3</sup> sobre os fandangueiros caiçaras e sua arte, música e dança, achando que o meu trabalho se resumiria a etnografar o Fandango, bem ao modo das etnografias clássicas – ou seja, minhas concepções de cultura e etnografia estavam bem cristalizadas em uma imagem exploratória da antropologia, inocente até, que colocava de um lado os nativos a serem estudados e o trabalho da antropologia.

Meu primeiro “choque” se deu logo nas primeiras conversas: era difícil achar um mestre fandangueiro que não tivesse uma visão pessimista sobre a cultura caiçara, dizendo que o fandango iria se acabar, e que bastava dar uma olhada para se comprovar isso; os bailes não eram mais realizados com a mesma frequência e da mesma maneira, as crianças e jovens não se interessavam mais, não havia apoio por parte dos governantes, e até a religião (o fandango é fortemente embasado no catolicismo popular), devido aos avanços das igrejas Evangélicas, estava se “acabando”. Soma-se aí a influência do turismo e das leis ambientais<sup>4</sup>, que deslocaram os caiçaras e os impediram de realizar atividades tradicionais, como a roça, a caça e a pesca (sendo o principal impedimento relativo às roças).

A partir desse momento comecei a trabalhar na questão que chamei de “pessimismo estrutural”, uma reelaboração e junção de dois conceitos, um cunhado por Sahlins (1997), o “pessimismo sentimental”, e o outro de Michael Herzfeld, (1997), a “nostalgia estrutural”. Tal conceito procurava dar conta desse sentimento de que a cultura e as tradições estavam em eminente perigo, que estavam a um passo do precipício, devido aos avanços inexoráveis da modernidade e do capitalismo (sendo essa a contribuição de Sahlins); e, dentro desse

---

<sup>3</sup> Imagem essa construída em grande medida não só pela inexperiência do autor, mas também em muitos livros e depoimentos sobre o fandango que são resultado direto das políticas de patrimonialização, como o *Museu Vivo do Fandango* (2006)

<sup>4</sup> Leis ambientais que tiveram seu início na década de 1960, e que se pautavam em uma imagem da natureza “sacra”. Segundo Diegues, “a noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado ‘puro’ até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitam de uma ‘proteção total’”. (Diegues, 1994, p. 45).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sentimento, a concepção romantizada de um passado estático, intacto e irrecuperável, imagem esta que pauta as ações do presente (Herzfeld, 2005; pp. 193).

O “pessimismo estrutural”, seria uma tentativa de dizer que a nostalgia como postulada por Herzfeld não só pauta as ações do presente, como as pautam num sentido bastante similar àquele que Sahlins critica, o de que as “culturas” vão inevitavelmente acabar. Assim como o próprio Sahlins (1997; pp. 53) afirma, não é uma questão de se inverter a lógica em nome de um “otimismo” que trate sem problematizar as transformações decorrentes em uma certa “cultura”, mas sim de afirmar o perigo político implicado na concepção de que as culturas “como se encontram”, com suas transformações e inquietações, não são mais as mesmas e que por isso, não são mais “tradicionais”, “puras”, ou até mesmo não são mais “cultura”, sendo indignas de se apresentarem como tal. O “pessimismo estrutural” também compartilha com a “nostalgia estrutural” de Herzfeld suas duas características básicas, sendo a primeira

*“a replicabilidade em cada geração sucessiva. Cada grupo jovem resmungava ao ouvir dos seus pais a evocação de uma época em que tudo era melhor: as pessoas eram mais generosas e simples, a gentileza era mais desinteressada, as mulheres eram mais castas e conscientes dos seus deveres familiares, e os homens empenhavam-se mais nas reciprocidades da hospitalidade. Aquele grupo, por seu lado, reproduz a mesma saudade alguns anos ou décadas mais tarde. Uma retórica de mudança e declínio pode assim ser bastante estática. [...] A sua qualidade estática fornece cobertura moral para algumas manobras muito destrás e nada estáticas de acesso aos recursos que o estado burocrático facultava até os seus cidadãos mais desafortunados e marginais” (Herzfeld, 1997 (2005); pp. 195)*

A segunda característica da “nostalgia (pessimismo) estrutural” seria a que diz respeito ao sentido que é dado a esse discurso (o que Herzfeld chama de saudade retórica, id ibid), ao seu objeto propriamente dito: a reciprocidade “falhada”, “danificada”. Irreversivelmente, a modernidade inexorável rompeu os laços recíprocos de amizade, amor, respeito, etc., e o “fato de a mutualidade em questão poder não ter sido de natureza equilibrada é eclipsado pela retórica da nostalgia” (Herzfeld, 2005; pp. 196).

Ao tentar circunscrever o que chamamos aqui de “pessimismo estrutural”, de forma que abarcasse os discursos sobre o fandango que indicassem tal perspectiva “pessimista” em relação ao futuro do fandango, percebemos que não podíamos focar em apenas “um dos lados” do discurso, seja ele o caçara ou outros agentes que antes considerávamos como “exteriores”. Isso porque os dois “lados” se caracterizam aqui por sua preocupação com o Fandango e com o sentido que essa preocupação assume nas suas ações. Por mais que suas motivações e reivindicações possam ser consideradas diferentes num primeiro plano (e nem sempre é o que se verifica), elas assumem o mesmo tom “pessimista” do qual falamos, e por isso pautam suas práticas políticas em torno desse discurso.

No que concerne aos mestres de Fandango, em especial os mais velhos, sua grande maioria afirma inclusive que o Fandango já acabou – de certa forma, do seu ponto de vista, o que existe hoje é apenas um “simulacro” do que existia “nos tempos dos bailes e das roças”,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sendo o atual voltado para o turismo. De fato, segundo o *Museu Vivo do Fandango* (Pimentel, Gramâni e Corrêa, 2006), de acordo com extensa bibliografia e com a maior parte dos mestres locais, o Fandango, durante os anos 1990, passou por uma recessão, não sendo mais realizados os bailes nem encontros de Fandango. Foi necessária uma “intervenção externa”, por parte de pesquisadores interessados na cultura local, para que se retomassem as atividades do Fandango, segundo as informações locais.

Para além dos motivos enumerados acima que contribuíram para “o fim do fandango” - o fim da roça (o Fandango era a festa dada pelo anfitrião em retribuição aos vizinhos, nos mutirões realizados nas roças), o avanço das Igrejas Evangélicas, a falta de interesse dos jovens (influenciados cada vez mais pela televisão e pelo rádio), - o caiçara atribui grande responsabilidade pelas mudanças no seu cotidiano ao crescimento do turismo, já que com o fim dos trabalhos da roça, as principais atividades econômicas – ainda aliadas à pesca, onde esta ainda é permitida - são agora no ramo turístico. Pois o Fandango que é considerado “simulacro” pelos mais anciãos, é justamente um Fandango que visa a divulgação da cultura caiçara para os outros, principalmente os turistas, que antes “não prestavam atenção” na cultura local. O que eles chamam de *fandango de apresentação*.

Se em certa medida é óbvio que “divulgar” a cultura caiçara significa dar visibilidade a ela para os turistas, que só aumentam ano após ano, por outro lado é possível entrever o “pessimismo estrutural” voltado para eles mesmos, os caiçaras: é necessário dar visibilidade para a cultura caiçara, não apenas para os turistas, mas também para as próprias crianças caiçaras. Caso contrário, o interesse não surgirá, e o Fandango tende uma vez mais a “acabar-se”, pois, segundo os locais, os jovens só se interessam pela TV, pelo rádio e pelas músicas que os turistas trazem, em detrimento de sua própria cultura.

Temos aqui a primeira convergência da “retórica da saudade”, como posto por Herzfeld. Uma convergência que vai além da própria retórica, e atinge a esfera das ações também (e a retórica, o discursar não é uma ação?), já que não são apenas os grupos de Fandango locais que julgam necessária a díade *preservar e divulgar*, mas também as ONGs que atuam na região e os órgãos ligados ao estado burocrático. As ações imiscuem-se umas nas outras, todas tomadas no sentido de preservar (quando não resgatar) a cultura local. A própria transformação do Fandango em Patrimônio Imaterial do Brasil foi formulada nesse sentido, sendo feita em conjunto com a população local. Inclusive, temos aqui um depoimento que exemplifica bem o afã preservacionista:

*“É um ato que vai preservar as características originais do Fandango, impedindo mudanças, o que é de grande valor para as comunidades caiçaras que tem nesse ato a garantia de manutenção de sua identidade cultural para futuras gerações. A cultura de um povo é o seu bem maior”, Denise Alboit, presidente da Fundação Municipal de Cultura (Fumcul), dia 04 de dezembro de 2012, explicando o ato de patrimonialização do Fandango, grifos meus (acessado em [http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia\\_id=3831](http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=3831), data*

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

25/01/2013)

Mas se as ações e os sentidos que elas tomaram foram “unívocos”, não se pode dizer o mesmo de suas motivações, o que pode ser bem expresso pelo que dizem os caiçaras das ações tomadas por setores do Estado e ONGs. Apesar de a maioria dos mestres afirmarem que a intervenção do Estado é essencial para a “manutenção” da cultura caiçara, eles não enxergam as medidas tomadas atualmente como sendo suficientes ou até mesmo que estejam sendo feitas da maneira correta. Um exemplo é o caso dos pontos de cultura, uma tentativa de política não verticalizada, promovida pelo MinC (Ministério da Cultura), que visa o apoio (e não a determinação) às ações que buscam o desenvolvimento cultural. De todo modo, os mestres – a maioria, não todos, é importante frisar – não conseguiam ver como este tipo de política poderia contribuir com o “salvamento” do fandango, e inclusive consideravam que o dinheiro encaminhado a ela estava sendo mal utilizado, já que não chegava de forma concreta aos próprios mestres. Inclusive, podemos concluir que o caiçara enxerga a ação do Estado na forma de incentivos monetários e construções físicas. Isso porque essas foram as principais maneiras pelas quais se deram as relações entre os grupos locais comunitários e setores do Estado, como dito anteriormente, na forma de remoções forçadas e corte do meio de subsistência (o fim da roça). Portanto, por mais que clame pela intervenção do Estado, o fandanguero não vê a intervenção atual como sendo a mais correta (ou, pelo menos, a *necessária*).

Essa diferença entre o preservacionismo de setores do Estado e dos caiçaras pode ser explicada pelo uso compartilhado e diferenciado que eles fazem da “nostalgia estrutural” em sua retórica. Ela é diferenciada no sentido de que, quando o estado evoca o passado e a necessidade de se preservá-lo, ele o faz, assim como o caiçara, evocando um tempo primordial em que a chamada modernidade não havia transmutado o *caráter tradicional* – seja lá o que isso queira disser - das culturas. Então, o estado se postula como o guardião preciso e único do passado como componente constituinte do caráter nacional – obliterando assim qualquer referência sobre a própria influência do Estado nessas transformações. Já o caiçara, do seu ponto de vista, vê a intervenção do Estado dos dois lados, do lado que “dá”, que toma ações contundentes no sentido de incentivar e preservar esse “passado cultural”, mas também do lado que “tira”, na forma das ações que resultaram mudanças significativas do modo de vida caiçara, e por consequência, suas manifestações artísticas. Assim, o caiçara sabe que todo seu modo de vida, sua economia, sua religião, sua dança fazem parte de um todo coerente, enquanto o Estado, ao ver essas coisas compartimentalizadas, se esforça para fazer cumprir uma tarefa de Sísifo, a de preservar a cultura (configurada em um tipo de passado) sem ceder as transformações pelas quais em grande parte foi responsável.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### **Bibliografia<sup>5</sup>**

ANDRADE, M. P. e SOUZA FILHO, B. 2012 Patrimônio Imaterial de Quilombolas: Limites da Metodologia de Inventário das referências Culturais. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 75-99.

ANDRELLO, G. 2013 Origin Narratives, Transformation Routes Heritage, Knowledge And (a)Symmetries On The Uaupés River. Vibrant, Vol 10, N.1.

BRAYNER, N. G. 2007 Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília, DF: IPHAN

BROMBERGER, C. 2012 Ta'zie(le théâtre religieux) vs Noruz (la nouvelle année et ses rituels): les enjeux de la politique du patrimoine immatériel de l'humanité en Iran. Etnográfica, v.16 (2): 407-417. Lisboa, CRIA.

COLI, J. 2012 Materialidade e Imaterialidade. Revista do IPHAN, n. 34, pp. 71-79 Brasília.

CONVENÇÃO para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris, 17 de Outubro de 2003, UNESCO (Publicado e assinado pelo Brasil em 2006)

CARNEIRO da CUNHA, M. 2009 Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo, Cosac Naify.

DIEGUES, A.C. (ed.) 2005 Enciclopédia Caiçara Vol.1, Vol. 3, Vol. 4, Vol. 5. São Paulo, NUPAUBCEC\HUCITEC

FONSECA, M. C. L. e CASTRO, M. L. V. (orgs.) 2008 Patrimônio Imaterial no Brasil: Legislação e Políticas Estaduais. Brasília, UNESCO, Educarte.

GONÇALVES, J. R. S. 2005 Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36

GRAEFF, L. e SALAINI, C. J. 2011 Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 171-195

HERZFELD, M. 1997 (2005) Intimidade Cultural e Poética Social no Estado-Nação. Coimbra, Edições 70.

INGOLD, T. 2007 Materials against materiality. Archaeological Dialogues, 14, pp 116

INGOLD, T. 2008 Bringing Things to Life: Creative Entanglements in a World of Materials. Realities Working Papers # 15, Manchester, University of Manchester.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2008 Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial. Brasília, DF: Iphan

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006. OS Sambas, as Rodas, os Bumbas e os Bois: A Trajetória da Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Brasília, Publicações IPHAN.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006. OS Sambas, as Rodas, os Bumbas e os Bois: Princípios, Ações e Resultados da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro. Brasília, Publicações IPHAN.

---

<sup>5</sup> Todos os textos publicados pelo IPHAN foram acessados no próprio sítio da instituição, em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>, acessado dia 20/01/2014

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2011. Fandango Caiçara: Expressões de um Sistema Cultural. Brasília, Publicações IPHAN.

IKEDA, A. T. 2013 Culturas Populares no Presente: Fomento, Salvaguarda e Devoração. Estudos Avançados, v. 27 (79), São Paulo, USP.

LIMA FILHO, M. F. 2009 Da Matéria ao Sujeito: Inquietação Patrimonial Brasileira. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, V. 52 Nº 2

LOPES da COSTA, M e VIERALVES de CASTRO, 2008 R Estudos de Psicologia, 13(2), 125-131

MARTINS, P. 2006 Um Divertimento Trabalhado: Prestígios e Rivalidades no Fazer Fandango da ilha dos Valadares, Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social. PPGASUFPR

PIMENTEL, A, GRAMANI, D., CORRÊA, J. (orgs.) 2006. Museu Vivo do Fandango. Rio de Janeiro, Associação Cultural do Caburé

RODRIGUES, C. L. 2013 O Lugar do Fandango Caiçara: Natureza e Cultura de “Povos Tradicionais”, Direitos Comuns e Travessia Ritual no Vale do Ribeira (SP). Tese apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas

SANDRONI, C. 2010 Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. Estudos Avançados 24 (69), pp. 373-388, São Paulo, USP.

SANTOS, L. G. 2001 Predação *High Tech*, Biodiversidade e Erosão Cultural: O caso do Brasil, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP

SAHLINS, M. 1997 O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I), in Mana, Vol. 3 n.1. Rio de Janeiro.

SAHLINS, M. 1997 O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II) in Mana, Vol. 3 n.1. Rio de Janeiro.

TURINO, C. 2009 Pontos de Cultura: O Brasil de Baixo Pra Cima, São Paulo, Editora Anita

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. 2006 No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. Acessado no site do Instituto Socioambiental (<https://www.socioambiental.org>) em 25/01/2014.

WAGNER, R. 2010 A Invenção da Cultura, São Paulo, Cosac Naify.

### **Outras Fontes:**

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>

<http://www.cultura.gov.br/cultura-digital>

<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultural>



# ANTROPOLOGIA

GT 2: TEORIA ANTROPOLOGICA

Sessão Única: Teoria antropológica Clássica e Contemporânea

**“EU”, DEUS E OS OUTROS: A CONSTRUÇÃO DA PESSOA NA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA**

Allan Wine Santos Barbosa – UFSCar  
Fomento: CNPq

**Resumo:** A questão da construção da pessoa, nas mais diversas dimensões da vida social, sempre esteve presente como um dos temas clássicos da antropologia. A conferência de Mauss sobre a categoria pessoa inaugurou toda uma linha de estudos que se debruçaram sobre o assunto, tanto na sociedade moderna quanto nas não ocidentais. Nesse sentido, o presente trabalho visa discutir um desses processos de formação da noção de pessoa, a saber, a salvação. Esta pesquisa, gerada a partir de uma bolsa PIBIC, buscou apreender como uma denominação protestante histórica – a Adventista do Sétimo Dia – opera um processo de construção partindo de uma ideia específica de pessoa, quase que hobbesiana, permeada pelo conflito e pecado e marcadamente mundana, para a noção de “eleito”, próximo da divindade e capaz de receber o Perdão. Argumenta-se em especial que essa passagem, do “ímpio” ao “eleito” se dá menos através da crença do que da prática cristã e conformidade da vida do indivíduo com a Bíblia. Procura-se demonstrar também a centralidade de dois processos nessa transformação, o “reavivamento” e a “reforma”. O primeiro sendo um movimento de modificação de valores espirituais e o segundo um ímpeto de mudanças práticas. Propõe-se que esses dois elementos sejam os grandes operadores da construção da pessoa na cosmologia adventista e que tenham enorme influência na vida cotidiana e nas relações entre os fieis e o mundo. A análise faz grande uso dos trabalhos de Max Weber sobre a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo e toda a obra de Louis Dumont, cujas teorias são de grande auxílio para a compreensão do papel dos valores na dinâmica social e seu impacto nos processos relacionados à pessoa e ao indivíduo. Outros autores que também abordaram a questão da pessoa no Brasil, como Roberto Damatta e Márcio Goldman, também são mobilizados para construir esse quadro geral da pessoa em relação à salvação no Adventismo.

\*\*\*

A Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) foi fundada a partir do movimento milerita em 1863, nos Estados Unidos, e tem como grande marca, além da observância do sábado, a crença na volta iminente de Cristo num futuro próximo. Disso decorre que a cosmologia adventista dá grande atenção aos elementos escatológicos e soteriológicos, principalmente quanto ao papel do ser humano em meio a esses acontecimentos. A origem da igreja remonta a quatro adeptos do milerismo: Ellen e Tiago White, Joseph Bates e John Andrews, que fundaram a IASD como uma igreja cuja missão seria construir uma congregação que se prepararia para o dia do Advento através da observância estrita das leis bíblicas. Nesse sentido, abordaremos aqui alguns desses preceitos, buscando formular um quadro geral de como ocorre a construção da noção de pessoa, em relação à perspectiva da Salvação e com os demais elementos da cosmologia adventista. Para fins de contextualização e localização de algumas ideias-chave, cabe

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

retornamos a algumas discussões levantadas por Louis Dumont em *O Individualismo* e por Max Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* que permitirão lançar luz sobre diversos aspectos do protestantismo que são acionados numa série de formulações adventistas, principalmente concernentes ao individualismo moderno.

O cristianismo, quando de sua formação, se constituiu como uma doutrina cujo centro teórico e prático era em grande medida o indivíduo (DUMONT, 1993). Evidentemente seria um anacronismo projetar nos primeiros séculos do credo cristão as noções modernas de individualismo, profundamente pautadas em elementos da filosofia do Esclarecimento e da economia liberal; entretanto, como argumenta Dumont (*idem*), já se podia apontar uma série de elementos iniciais concernentes à relação entre o transcendente e o mundano que dariam base à formação da ideologia individualista moderna. A similaridade lógica desse cristão “primitivo” com o Indivíduo-fora-mundo indiano, discutido por Dumont em *Homo Hierarchicus*, é ressaltada pelo próprio autor; no cristianismo a alma individual recebe todo seu valor de Deus, e a comunidade, isto é, o social existe na forma da união dessas almas individuais em torno de Cristo. É visível nesse pressuposto uma acentuada desvalorização do mundo e uma supervalorização da comunhão entre indivíduo e Deus e entre os indivíduos em Deus. Além disso, a igualdade desses fiéis aos olhos da divindade também é um aspecto importante, principalmente numa ordem social que conheceria a igualdade como instituição apenas dali a mais de doze séculos. É bem verdade que essa igualdade inicial se constituía apenas no plano extramundano, mas sendo este, por definição, o domínio hierarquicamente superior, é possível dizer que o cristianismo realizou um movimento de ruptura do conceito do Ser sem precedentes. A Salvação não fugiu à regra e também se constituiu sob esses postulados da superioridade do transcendental, dado que passou a ser um movimento interior, pessoal e alcançada apenas no plano espiritual.

*Em termos sociológicos, a emancipação do indivíduo por uma transcendência pessoal, e a união de indivíduos-fora-do-mundo numa comunidade que caminha na Terra, mas tem seu coração no Céu, eis, talvez, uma fórmula passível, do cristianismo. (DUMONT, 1993: 44).*

Somado a essa mudança, é importante chamar atenção para o deslocamento de questões referentes à obtenção da Salvação. Aqui seguiremos o argumento de Jonathan Parry, que separa a análise religiosa da Salvação em duas chaves. Haveria, segundo o autor, as religiões tribais, que

*[...] are not salvation religions; and in those which are, ‘compensation for suffering is meted out in the other world irrespective of the actor’s behavior in this*

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*world. (...) The kingdom of heaven is for saint and sinner alike'. (PARRY, 1985: 467.)*

Nessas sociedades as sanções por transgressões morais ocorrem mais frequentemente por vias seculares ou, quando ofensa é de cunho religioso, por punições sobrenaturais imediatas ao invés de promessas de sofrimento na vida após a morte, como bem exemplifica Mauss em seu artigo sobre “O efeito físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade” (MAUSS, 2003). Essa configuração contrasta com o modelo das religiões mundiais (*world religions*), em que ocorre uma eticização (o conceito é de Parry) das ações sociais, isto é, a religião operando a categorização das ações *moralmente* boas ou más como ações *religiosamente* boas ou más. Em consequência, elaboram-se noções como pecado e mérito religioso, que promovem a determinação do destino do indivíduo após sua morte: Paraíso aos justos e Inferno para os pecadores (PARRY, *idem*). Mais à frente será abordado como essas noções são mobilizadas pelo Adventismo.

A partir da interação entre essa nova categoria da pessoa cristã e os fundamentos do direito romano, assim como do estoicismo, dada a compatibilidade de uma série de valores, se constituiu aquilo que Mauss chamou de pessoa como fato moral (MAUSS, 2003: 390), que inaugura ideais de autonomia e da completude da pessoa, ou seja, esta se constituindo como um todo em si mesma em razão de sua concepção à imagem da totalidade por excelência: Deus. Não entraremos aqui no período compreendido entre a fundação da Igreja Católica como instituição e a “reforma”, embora Dumont ressalte diversos movimentos concernentes à relação entre as dimensões da política e da religião que influenciariam o lugar do fiel no mundo e sua relação com a Igreja como mediadora de sua relação com Deus<sup>6</sup>.

A “reforma”, por sua vez, modificou diversos aspectos do catolicismo medieval, retornando em alguns pontos aos ideais do cristianismo primitivo e formulando novas ideias em outros, principalmente quanto à relação entre o indivíduo e a divindade<sup>7</sup>. É curioso o fato de Dumont não discutir muito a influência de Lutero nesse movimento, embora Calvino seja tema de maiores discussões. É possível que o autor tenha encarado a doutrina da vocação (*beruf*) como um elemento potencialmente hierarquizante e contrário à autodeterminação individual promovida por diversas ideias, principalmente

---

<sup>6</sup> Para maiores informações, ver DUMONT, 1993, especialmente capítulos I e II, e PARRY, 1998: 168.

<sup>7</sup> Utilizamos aqui o termo divindade no sentido amplo, isto é, compreendendo Deus, Jesus e o Espírito Santo que, embora compondo uma única pessoa transcendente, invocam formas distintas de relação com os fiéis, principalmente através da oração e da ação no mundo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

filosóficas, desenvolvidas no seio do próprio catolicismo. Para tentar suprir essa lacuna pode-se utilizar as reflexões de Max Weber, principalmente quanto à forma pela qual o fiel interage com a divindade, que é central nas teses de Lutero.

Em primeiro lugar, a justificação pela fé, que surge a Lutero através da inspiração das epístolas do apóstolo Paulo<sup>8</sup>, se funda no pressuposto de que as ações humanas nada podem acrescentar à justiça da avaliação divina de cada indivíduo, isto é, o fiel não mais deve ter as obras como pilar de sua salvação, mas a vivência e crença individual em conformidade com os desígnios da divindade (explicitados na Bíblia). Isso implica na aceitação do “Plano de Deus”, incluindo a vocação do indivíduo, que define o modo pelo qual este age no mundo. Em consequência, qualquer tentativa de promover a salvação deve se dar apenas no plano terreno, pois a essência da vocação é o trabalho, e não o isolamento dos mosteiros ou o afastamento do mundo. Por conta disso,

*[...] a conduta de vida monástica é encarada não só como evidentemente sem valor para a justificação perante Deus, mas também como produto de uma egoística falta de amor que se esquiva aos deveres do mundo. Em contraste com isso, o trabalho profissional mundano aparece como expressão exterior do amor ao próximo[...] (WEBER, 2004: 73).*

Fica clara a operação feita por Lutero, que desloca o eixo da Salvação de um foco no plano transcendente, onde o indivíduo deve negar a ordem essencialmente pecadora deste mundo e se voltar para o reino do céu (à maneira do renunciante indiano), para um ímpeto absolutamente mundano e que coloca a ação no mundo, permeada pelo desígnio divino, como grande legitimador da justificação da pessoa. Nesse sentido, os processos de construção da pessoa passam a remeter de forma mais evidente ao trabalho e à disciplina, assim como ao trabalho missionário.

Um segundo ponto importante que o Luteranismo trouxe foi a supressão de qualquer intermediário entre a pessoa e a divindade. Enquanto no catolicismo o fiel acessava o divino por meio da Igreja, que operacionalizava a relação entre os dois domínios, transcendente e mundano, o protestantismo passa a conceber essa interação através da consciência individual, o que abre espaço ao desenvolvimento de uma série de noções de experiências religiosas fundadas na relação do “eu” com a divindade. Além disso, ocorre uma intensificação do auto reconhecimento da pessoa de sua singularidade, com destaque ao papel da oração nesse processo, aspecto bastante desenvolvido por diversas linhas protestantes posteriores.

---

<sup>8</sup> “O justo viverá pela fé.” (Romanos 1:17).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Se Dumont acaba por deixar Lutero um pouco à margem de sua análise, o mesmo não pode ser dito de Calvino. O reformador genebrino desempenhou um papel ainda mais notável no desenvolvimento do individualismo. Em sua “reforma”, Calvino uniu de forma última o indivíduo ao mundo, sendo que este passa a agir materialmente com plena ligação ao transcendente e guiado por valores individualistas já desenvolvidos. Diferentemente de Lutero, Calvino deu pouca ênfase à contemplação interior, sendo o foco central a ação mundana.

Enquanto para Lutero Deus é acessível pela fé, o Deus de Calvino é inatingível pelo homem e cabe a este unicamente agir por Sua vontade e para Sua glória. Essa “vontade suprema” se manifesta através da noção predestinação. Partindo de Lutero e sua rejeição da salvação pelas obras, Calvino foi ainda mais longe ao postular a completa impotência do indivíduo para buscar a própria salvação, e os desdobramentos deste pensamento são de grande importância na cosmologia adventista, como veremos adiante. Para Dumont isso acaba por intensificar os valores individualistas de ação no mundo, dado que passa a ser corrente uma concepção de humanidade dividida entre homens já eleitos e outros eminentemente condenados, embora haja apenas indícios de salvação, nunca uma certeza absoluta. A obrigação do eleito, nesse sentido, é agir para a glorificação de Deus, exercendo Sua vontade na ação, pois, como bem demonstra Weber, esta é a prova de que ele é efetivamente um eleito. O mundo deixa de ser um domínio antagônico ante o espiritual e passa a ser visto como o campo da ação e sujeição à vontade divina. Foi nesse sentido que Weber propôs seu conceito de ascese intramundana, pois a prosperidade econômica passa a ser encarada como uma prova da eleição, o que impulsiona uma série de valores que ecoarão em grande medida no domínio econômico servindo de constatação de que o indivíduo é de fato um eleito.

A partir desse quadro geral bastante resumido e simplificado, podemos iniciar a análise do adventismo. Em primeiro lugar cabe ressaltar a concepção, partilhada por diversas correntes protestantes, do mundo como um “campo de batalha” em que os indivíduos têm, obrigatoriamente, de se aproximarem de um dos dois lados: Satanás ou Deus. Essa concepção tem origem na narrativa do pecado original, onde o ser humano, obra prima criada à imagem e semelhança de Deus, acaba por cair em tentação e manchar sua essência com o pecado por conta de uma artimanha do “Inimigo”, isto é, Satanás. O pecado, na cosmologia adventista é concebido como uma “anomalia”, um estado destoante da constituição original da pessoa cuja maior implicação é o

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

afastamento de Deus e a aproximação de Satanás. Em outras palavras, o pecado é um operador (ou, como colocam os fiéis, uma “perversão”) que promove a modificação da constituição primordial do homem: a proximidade e semelhança de Deus. Com isso, é possível explicitar a definição nativa do indivíduo após a Queda como sendo essencialmente pecadora e marcada pelo conflito, morte<sup>9</sup> e perigo constante da influência de Satanás, que faz aumentar cada vez mais o abismo que marca o distanciamento entre pessoa e divindade.

Dessa forma, a questão central para o credo adventista é como manejar essa noção de pessoa praticamente hobbesiana, marcada pelo conflito e por uma natureza essencialmente má e pecadora, e buscar a superação dos obstáculos colocados pelo Inimigo nesse mundo para impedir qualquer reconexão do homem com a divindade. A Bíblia é o grande conjunto de ensinamentos histórico-morais que contém as respostas para esse dilema. A interpretação adventista das escrituras, a qual os fiéis defendem ser absolutamente original em relação às demais correntes cristãs, se preocupa com os detalhes e nuances que permitam compreender o plano de Deus para o homem e como colocá-lo em ação nas vidas cotidianas de cada fiel. Em primeiro lugar, há a ideia do sacrifício como uma forma de reestabelecimento do contato entre homem e divindade rompido pelo pecado. Entretanto, é importante ressaltar que há dois tipos de sacrifício nessa chave: os sacrifícios de cordeiros realizados nos tempos antigos do Velho Testamento que agiam como “símbolos” do verdadeiro Cordeiro, Jesus Cristo (que é concebido como o grande elo entre divindade e humanidade); e a figura do próprio Cordeiro, que constitui o arquétipo máximo do sacrifício, ou seja, a própria ligação entre Deus e o homem. A história da analogia entre filho e cordeiro remonta ao período logo após a Queda, em que Deus instituiu o sacrifício como obrigação humana visando fazer com que o homem sentisse dor análoga à Sua perda. Como essa perda sofrida por Deus foi de um filho (Adão), a instituição implica que o homem também sacrifique um filho. Em outras palavras, opera-se um sacrifício de valor máximo e material (um filho) contra uma dívida imaterial que, no limite, é impagável por vias humanas; um esquema semelhante ao descrito por Lanna a respeito do compadrio (LANNA, 2009). O exemplo máximo dessa lógica é a narrativa bíblica de Abraão e seu filho, Isaac, em que Deus exige do primeiro o sacrifício do segundo, pedido ao qual os dois personagens logo se

---

<sup>9</sup> É bastante interessante a questão da morte nessa narrativa, pois após a Queda de Adão e Eva ambos se envergonharam de sua nudez e se esconderam. Deus, então, buscou um cordeiro e o matou para fabricar roupas, que foram dadas aos dois. É essa a associação entre pecado e morte: a consequência do primeiro é o aparecimento do segundo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

colocam a cumprir. Frente à tamanha disposição e aceitação de Sua vontade, Deus se compadece e promove a substituição do filho pelo cordeiro, a ser sacrificado regularmente em ritual realizado no Santuário<sup>10</sup>. Porém o importante a se extrair dessa narrativa não é a simples substituição do filho pelo cordeiro, mas a alteração de um sacrifício humano para um sacrifício divino, pois o cordeiro a ser morto no Templo opera como um “símbolo” do sacrifício do próprio Jesus Cristo. É fundamental apreender que isso implica no fato, muito ressaltado no adventismo, de que o ser humano jamais pode, por si próprio, alcançar a Salvação ou realizar um sacrifício à altura de Deus. Frente a essa situação é que Deus oferece um sacrifício efetivo: seu próprio filho.

Percebe-se que o sacrifício resolve a problemática da relação entre o humano e o divino, mas o problema da Salvação em si permanece em aberto, já que não basta sanar a dívida com a divindade para ser salvo. Além disso, fica a pergunta do porquê o sacrifício deixa de ser uma obrigação do indivíduo a partir do Novo Testamento. Ora, explicação para isso é que, devido à grande bondade de Deus, este envia para a Terra, como parte de um plano prévio para o “resgate da humanidade”, seu próprio filho. A morte de Cristo na cruz é, dessa forma, o acontecimento maior no adventismo, pois marca a dádiva da graça feita por Deus, que é justamente o elemento que permite ao humano atingir a Salvação. Percebe-se nesta lógica que sacrifício, dádiva e salvação se colocam numa mesma chave e fazem parte de um mesmo processo cosmológico. O Sacrifício na cruz, de ordem incomensuravelmente maior que os sacrifícios realizados pelos fieis, é entendido como uma “transferência de culpa” do humano para a divindade que, ao pagar o débito transcendental implicado nessa culpa, suspende toda necessidade de futuros sacrifícios e institui a possibilidade do indivíduo finalmente se focar na Salvação, pois, embora livre de dívida com a divindade, sua essência pecadora permanece e apenas através da graça pode ser superada.

Aqui entramos finalmente na discussão da relação entre os dois elementos fundamentais da construção da pessoa adventista: “reavivamento” e “reforma”. Livre para operar em si mesmo o movimento de busca pela Salvação, o indivíduo deve realizar apenas um ato, como enfatizado pelos próprios fieis, a saber, aceitar a graça. A

---

<sup>10</sup> A noção de santuário é bastante importante na cosmologia adventista, mas não a abordaremos a fundo aqui. Cabe apenas esclarecer que se trata da essência do templo, pois o santuário terrestre busca firmar uma relação de continuidade com o Santuário celestial. Essa relação perde sua função quando da morte de Cristo na cruz em que ele próprio se torna o Santuário, acessível ao indivíduo, por exemplo, na oração.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

noção de graça é análoga à ideia de dádiva divina, isto é, um “dom de Deus”, devido ao fato de que o retorno do humano à sua condição original é uma capacidade exclusiva da divindade. No catolicismo, diferentemente, quem faz este movimento de dádiva é o padrinho (cf. LANNA, 2009). Ora, extrai-se desse pensamento a importante implicação, acima citada, de que o indivíduo é completamente incapaz de se salvar, cabendo a si meramente aceitar a oferta feita pelo Cristo na cruz e receber a graça de Deus.

Partindo do pressuposto que toda dádiva implica em reciprocidade, seja nesta vida ou num momento posterior, como, além do próprio Mauss, demonstra Parry ao discutir o *dana* indiano (PARRY, 1986), a graça também implica num processo individual. Assim como não se alcança a Salvação pela via da fé<sup>11</sup> ou das obras simplesmente, a Salvação pela graça pressupõe imbricação desses três elementos: fé, obras e graça. Se o indivíduo não pode se salvar, a primeira consequência lógica a lhe ocorrer é que ele necessita de Deus, ou melhor, do Espírito Santo<sup>12</sup> para lhe imprimir a condição de justo, ou seja, o primeiro passo do processo é a aceitação da agência da divindade sobre a pessoa. Essa atitude é denominada “reavivamento”, pois representa um sopro espiritual na vida do indivíduo. É interessante ressaltar que essa primeira etapa é de caráter puramente espiritual e, a rigor, não implica em modificações práticas na vida do indivíduo, embora tenha como consequência a formação de uma “nova pessoa”, que é apreendida pelos fiéis de forma completamente diferente e da qual é esperada a manifestação de uma profunda humildade para possibilitar a agência do Espírito Santo. Os fiéis chegam a até mesmo condenar aqueles que iniciam o processo por promessas de mudança de vida e comportamento para uma atitude “santa”, ação que é considerada vazia e desprovida de mérito aos olhos de Deus, pois apenas faz mostrar o egoísmo natural do homem em buscar a Salvação através de sua própria agência quando na verdade basta que ele permita ao divino se manifestar em sua alma para que principie sua justificação.

Vimos como ocorre a “primeira etapa” do processo de superação da noção mundana de indivíduo, essencialmente pecadora e má, e a reaproximação entre humano e divindade na construção de uma nova pessoa habitada pelo Espírito Santo. Dado o princípio divino inalienável do livre-arbítrio, a decisão de realizar ou não o

---

<sup>11</sup> Nos grupos de estudos bíblicos é comum a crítica à proposição de Santo Agostinho de que “para o cristão basta crer”.

<sup>12</sup> A figura do Espírito Santo é o componente da pessoa divina que realiza todo contato entre divindade e humanidade, seja a nível do indivíduo ou do próprio mundo como um todo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“reavivamento” cabe inteiramente ao indivíduo e apenas a ele; a autodeterminação é um valor capital para as doutrinas protestantes e suas ramificações. Isso fica claro nas realizações de batismos, que ocorrem apenas quando a pessoa, consciente e determinada, resolve aceitar o “reavivamento” em sua alma.

Realizado o “reavivamento”, ocorre o desdobramento do processo, isto é, a “reforma”. Para este processo a presença de Deus na constituição do indivíduo é absolutamente indispensável, já que na realidade é Ele quem a opera. Reformar-se significa remodelar a vida prática cotidiana aos preceitos da Bíblia e cristalizar o *ethos* cristão na essência individual do ser. Esse movimento pressupõe de fato uma alteração da própria forma da pessoa, pois vai muito além da simples mudança de hábitos, englobando a conversão do indivíduo num instrumento da vontade de Deus, o que o coloca em conformidade com o plano Deste. Esse duplo movimento tem grande importância na escatologia adventista, pois possibilitam a compreensão da noção de “juízo investigativo”. O adventismo postula a ocorrência de um processo de julgamento, iniciado em 1844<sup>13</sup>, realizado por Deus através da análise dos registros individuais de cada alma em específico. A crença no juízo investigativo é uma das bases do Adventismo, mas não a exploraremos aqui, cabendo apenas dizer que, analogamente a um julgamento convencional, o indivíduo ocupará a posição de réu e terá de responder à acusação de ter sua alma manchada pelo pecado. Nesse momento duas situações são possíveis: o indivíduo pode nunca ter realizado o “reavivamento” e “reforma” e ter vivido sua vida alheio ao chamado de Deus (conservando sua constituição mundana da pessoa), e nesse caso ele é condenado como ímpio; ou ele pode se apresentar como uma pessoa reformada, cuja própria essência fora modificada pela presença de Jesus Cristo em sua constituição através da vida cristã. O segundo caso é o que nos interessa em maior medida, pois ele pressupõe uma noção de pessoa dual, que é o modelo do justo para o adventismo, em que o indivíduo é composto por sua essência humana (pecadora, é importante lembrar) e pela própria divindade na figura do Cristo; ora, se a acusação da mancha do pecado é plenamente válida para uma pessoa cuja essência seja simplesmente humana, ela não o é de forma alguma para Jesus, que jamais foi manchado pelo pecado. Como ambos, Jesus (aspecto puro da pessoa adventista) e indivíduo (aspecto pecador), compõem a pessoa reformada, a acusação perde seu caráter

---

<sup>13</sup> Data que pontua o início da purificação do santuário celestial para o dia da expiação; também é o ano em que Guilherme Miller, fundador do movimento millerita, previu o retorno de Cristo. Depois se verificou que, na verdade, o ano marcara o início do processo do Advento, que passa atualmente por sua fase final.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

de verdade e não pode chegar a uma condenação. Essa dinâmica da pureza possui elementos hierárquicos, sendo que a transformação é, em realidade, um processo de englobamento do impuro pelo puro, a exemplo do que descreve Dumont sobre o caso hindu (DUMONT, 1988). O indivíduo, portanto, é classificado como justo e todo o processo ocorre sob os preceitos de absoluta justiça divina, o que é importante, pois a Salvação em si é entendida como um índice da justiça de Deus perante o universo, enquanto a agência de Cristo nesse processo é apreendida como um índice do amor de Deus para com o homem.

Lançada essa definição básica de “reforma”, podemos avançar em alguns pontos específicos nessa noção, que possui caráter definidor das ações individuais dentro e fora da igreja. Como os próprios fiéis postulam, a “reforma” é uma “lapidação” do ser, ou seja, envolve certa violência, uma torção voluntária da noção corrente e mundana do humano. O esforço, portanto, está localizado na vontade necessária para reformar-se, e aqui fica clara a dependência frente ao Cristo, pois ao indivíduo falta vontade e força para “fazer o bem” em sua vida, mesmo que seja essa verdadeiramente sua intenção. Ora, se a pessoa, mesmo assim decidida, é incapaz de realizar boas ações por si mesma, então vemos aparecer um cerceamento da noção de livre-arbítrio e autodeterminação individual. Esse elemento fortalece a ideia de que a parte que cabe ao indivíduo no processo de Salvação é bastante reduzida (embora constituindo o movimento mais importante na concepção dos fiéis), se limitando apenas à vontade de se reavivar e reformar-se (o que implica na necessidade da humildade para tal); todos os demais movimentos são realizados por Deus, via Espírito Santo. A pessoa reavivada é composta simplesmente de vontade e Espírito, vontade esta que deve ser focalizada numa ideia de luta interior para vencer a tendência pecadora; enquanto a motivação desse movimento deve estar localizada no “desejo de não mais entristecer o coração daquele que tanto ama a humanidade”, como me colocou um fiel da igreja adventista central de São Carlos, interior de São Paulo. Caso diferente é a “reforma”, que desdobra esse processo numa espécie de “agência composta”, pois a despeito do fato de que o indivíduo é incapaz de agir para o bem, o reavivado já não é mais um simples indivíduo, ele abriga em seu ser um prolongamento do Espírito Santo que possibilita sua ação no sentido de conformidade com as leis bíblicas. Por conta disso, as ações do fiel reavivado tem capacidade de “reforma” e podem efetivamente modificar sua vida, suas relações com a família, com a política, com a igreja e com o próprio mundo, afastando qualquer possibilidade de ação de Satanás sobre seu ser.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Apesar disso, é importante esclarecer dois pontos. Primeiro, nem o “reavivamento” nem a “reforma” são garantias de salvação, mas etapas de um processo que pode tanto avançar quanto retroceder. Não são raros os casos de pessoas que direcionaram sua vida para a igreja, sentiram-se tocadas pelo Espírito Santo e buscaram reformar suas vidas, mas que após algum tempo acabaram se afastando disso tudo pelos mais diversos motivos. Sendo assim, não queremos construir uma falsa imagem que iguale pessoa reavivada e/ou reformada ao justo, pois se tratam de etapas diferentes de um mesmo movimento em direção à graça. Em segundo lugar, convém ressaltar que o “reavivamento” não é uma questão de aceitar o credo adventista. Muitas são as vezes em que os próprios fieis afirmam que pessoas de outras denominações cristãs estão no caminho da salvação por sua conduta em conformidade à Bíblia. De fato, para se reavivar é preciso aceitar que Deus se faça presente no ser individual, mas isso não implica a conversão ao adventismo ou mesmo o abandono de práticas ligadas a outras crenças. Isso fica claro quando analisamos a existência de comunidades adventistas judaicas e árabes que mantêm muitos ritos e costumes dessas religiões, mas que os resignificam dentro da cosmologia adventista.

Buscamos realizar neste trabalho um resumido panorama do processo de construção da pessoa na Igreja Adventista do Sétimo Dia, enfocando aspectos da cosmologia do próprio adventismo e das mudanças implicadas nesse movimento, espirituais e mundanas. Partindo dessa premissa, esperamos ter esclarecido como os domínios espiritual e material interagem e dão novos significados ao ser, modificando sua essência ao mesmo tempo em que o encaminha para a Salvação. Sendo esta uma questão de presença da divindade no indivíduo e da alteração das atitudes da pessoa no mundo visando o alcance da graça, a chave desse processo é muito mais o agir em acordo com a Palavra de Deus na Terra do que meramente a adesão ao credo, ao batismo ou aos demais ritos específicos da igreja. O adventismo como instituição se insere nesse contexto como um ambiente de congregação, estudo e compartilhamento de experiência, capaz de possibilitar e facilitar essa transformação individual de ímpio a justificado através do conhecimento e da doutrinação moral que permitirão a manifestação do Espírito Santo na pessoa. Conclui-se que o indivíduo adventista, que procura em sua vida se constituir como justo perante Deus, não é um ser simples e justificado pela fé ou pelas obras, mas um ente que busca sempre reestabelecer uma completude perdida. O humano completo, cujos únicos exemplos são Adão e Eva antes da Queda, é apreendido como um ser de essência dual que, ao pecar, quebrou sua

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

conexão com o divino e condenou-se a, até o dia do fechamento da Porta da Graça, buscar incessantemente pela recuperação da presença de Deus em si mesmo ou a arcar com a punição final por ter escolhido permanecer pecador a se reavivar e reformar.

### **Bibliografia**

ALMEIDA, Ronaldo de. **A Igreja Universal e Seus Demônios**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**. São Paulo: EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

\_\_\_\_\_. **Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica**. Bauru: EDUSC, 2000.

DICK, Everett. **Fundadores da Mensagem**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1976.

GOLDMAN, Marcio, 2003, “Os Tambores dos Mortos e os Tambores dos Vivos. Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia”, **Revista de Antropologia**, 46 (2): 445-476. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ra/v46n2/a12v46n2.pdf>>. Acesso em: 16 de Abril de 2014.

\_\_\_\_\_. “Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa”. In: **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 14, junho 2000 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782000000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. A estrutura sacrificial do compadrio: uma ontologia da desigualdade? **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, vol. 45, nº 1, janeiro/abril de 2009. Disponível em: [revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/4880](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/4880). Acesso em: 15 de abril de 2014.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Hierarquia e Individualismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

MAFRA, Clara; ALMEIDA, Ronaldo de (org.). **Religiões e cidades**. São Paulo: Terceiro Nome.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAXWELL, C. Mervyn. **História do Adventismo**. Santo André: Casa Publicadora Brasileira, 1982.

PARRY, Jonathan. "The Gift, the Indian Gift and the 'Indian Gift'". **Man** 21 (3): 463–67, 1986.

\_\_\_\_\_. Mauss, Dumont and the distinction between status and power. In: JAMES, W.; ALLEN, N. J. (org.). **Marcel Mauss: A Centenary Tribute**. New York: Berghahn Books, 1998. Pp. 151-172.

VILACA, Aparecida. Indivíduos celestes: cristianismo e parentesco em um grupo nativo da Amazônia. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, julho 2007 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-85872007000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 de Abril de 2014.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

# ANTROPOLOGIA

GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES  
COMPLEXAS

Sessão 1: Antropologia Urbana

**COMO COMPREENDER O QUE NÃO PODE SER DITO? OS DESAFIOS DA PESQUISA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO**

Lígia Maria de M. C. Incrocci - UNIFEI

E-mail: ligia.incrocci@gmail.com

Carlos Alberto Máximo Pimenta - UNIFEI

E-mail: carlosalbertopimenta@gmail.com

Fomento: CAPES

O presente artigo parte de um quadro de 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra a criança e o adolescente denunciadas diariamente no país, e que culminam em um universo de 40 mil menores que vivem em situação de acolhimento. A situação de risco desses meninos e meninas é o fator desencadeante da dissertação de mestrado que subsidia este artigo, e que tem por base apreender como esses moradores de instituições de abrigo de uma cidade de Minas Gerais significam seu papel no mundo, quais são suas expectativas e seus sonhos, como interagem com seus pares, como vêm as condições nas quais vivem, como lidam com as diferentes violências presentes quando se está em risco. Partindo dos preceitos da Antropologia da Criança, traz-se a criança e o adolescente no papel de objetos da análise etnográfica, enquanto atores sociais ativos, produtores de cultura e inseridos em um contexto sócio histórico. Em condição na qual a principal fonte de dados sejam esses atores em si, não mais a visão que os adultos deles têm enquanto o seu “outro”. Considerando os quase quatro meses de corrente trabalho de campo pautado pelas orientações etnográficas e realizado em três instituições de acolhimento, o objetivo deste artigo é evidenciar o percurso, as angústias e a criatividade metodológica necessária a uma pesquisa para a qual a regra vigente era a de não fazer perguntas, fossem estas realizadas de modo direto, por meio de entrevistas, ou indiretas, no decorrer de um diálogo casual. O desafio se constituiu no como formar uma zona de significados a partir das falas espontâneas, do não dito, dos momentos de silêncio, dos gestos e olhares, que posteriormente eram registrados em caderno de campo e que se mostraram mais ricos do que qualquer entrevista ou questionamento.

**Introdução**

Este artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado<sup>14</sup>, mais exatamente uma apresentação e discussão coletiva dos percursos metodológicos que tracei durante o trabalho de campo. Tais quais desenhos, filmes, sessões de manicure e cabeleireiro, fotografias, vídeos e brincadeiras de casinha. Todos estes representam métodos e técnicas alternativos diante da imposição da não pergunta, do não questionamento da realidade dessas meninas e meninos participantes da pesquisa e caracterizados em situação de risco.

A pesquisa de campo durou entre três e quatro meses, e foi feita em três instituições de acolhimento na cidade de Poços de Caldas, localizada no sudeste de

---

<sup>14</sup> Faz-se importante destacar que este artigo será escrito em primeira pessoa por estar baseado em uma dissertação de mestrado também redigida pelo “eu”. No entanto, todas as argumentações e teorias aqui apresentadas são fruto de reflexões coletivas, e foram construídas em caráter de coautoria.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Minas Gerais. Cidade com aproximadamente 150 mil habitantes, que é ao mesmo tempo a 4ª colocada no ranking dos municípios com maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas (PNUD, 2013)<sup>15</sup>, com um IDHM de 0,779, e, conforme o Mapa da Violência 2012, está classificada em 5º lugar no ordenamento dos 70 municípios com 20 mil crianças e adolescentes ou mais, com as maiores taxas de atendimento por violências físicas no Brasil, ano 2011 (WAISELFISZ, 2012)<sup>16</sup>.

Dados que, embora curiosos, refletem uma cidade cujo caráter turístico e a cultura coronelista pungente ocultam as desigualdades, jogando para debaixo do tapete tudo aquilo que “enfeia” a cidade. Porém, por não ser o objetivo deste artigo expor o quadro sociocultural do município, cabe neste ponto indicar que a pesquisa foi realizada com cerca de 30 crianças e adolescentes, entre 2 e 16 anos, que atualmente estão abrigadas sob tutela do Estado após terem sido retiradas do convívio familiar em decorrência de situações de violências que configuram risco físico ou psicológico às mesmas.

A situação de risco desses meninos e meninas é o fator desencadeante da dissertação de mestrado<sup>17</sup> que subsidia este artigo, e que tem por base apreender como esses moradores de instituições de abrigo de uma cidade de Minas Gerais significam seu papel no mundo, quais são suas expectativas e seus sonhos, como interagem com seus pares, como vêem as condições nas quais vivem, como lidam com as diferentes violências presentes quando se está em risco.

Partindo dos preceitos da Antropologia da Criança, traz-se a criança e o adolescente no papel de objetos da análise etnográfica, enquanto atores sociais ativos, produtores de cultura e inseridos em um contexto sócio histórico. Partindo da emergência, em seus múltiplos significados, de dar voz às crianças, de fazer pesquisas cuja principal fonte de dados seja a criança em si, não mais a visão que os adultos delas têm enquanto o seu “outro”. Deixo, no entanto, as discussões acerca do papel do pesquisador enquanto adulto em um universo de pesquisa com crianças e das dificuldades causadas por este distanciamento para as teorias de autores como Ângela

---

<sup>15</sup> Informação obtida no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-Globlal-2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Ranking2013](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-Globlal-2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2013)>. Acesso em: outubro de 2013.

<sup>16</sup> É necessário destacar que, além da violência física caracterizada por Waiselfisz (2012), também são consideradas aqui, bem como foram identificadas no trabalho de campo, violências psicológica, sexual, simbólica, negligência, entre outras, todas igualmente graves.

<sup>17</sup> Dissertação ainda não defendida em Banca.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Nunes (2009), Clarice Cohn (2000a, 2000b, 2005, 2006), Christina Toren (2005, 2006), Flávia Pires (2007) e Manuel Jacinto Sarmiento (2007), entre outros.

Ainda que a base da qual parto seja a voz ativa das crianças, conforme afirmam tais teorias, desloco aqui a discussão de um campo dual entre o adulto e a criança, e seus respectivos “outros”, transportando-a para as particularidades desta pesquisa e dos seus participantes. Tal transposição de enfoque é justificada justamente pelo não perguntar, o não dito, pois foi esta peculiaridade que determinou o tom das escolhas metodológicas e instrumentais que fiz, ou melhor, que se pode dizer foram feitas pelos próprios participantes, em sobreposição aos desafios do ser adulto e se fazer pesquisa com criança.

Considerando os quase quatro meses de corrente trabalho de campo pautado pelas orientações etnográficas e realizado em três instituições de acolhimento, o objetivo deste artigo é evidenciar o percurso, as angústias e a criatividade metodológica necessária a uma pesquisa para a qual a regra vigente era a de não fazer perguntas, fossem estas realizadas de modo direto, por meio de entrevistas, ou indiretas, no decorrer de um diálogo casual.

O desafio se constituiu no como formar uma zona de significados a partir das falas espontâneas, do não dito, dos momentos de silêncio, dos gestos e olhares que posteriormente eram registrados em caderno de campo, e que se mostraram mais ricos do que qualquer entrevista ou questionamento. A fim de sustentar teoricamente a prática antropológica aqui colocada, resgato Bronislaw Malinowisk em “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (1997), quando destaca a importância de os autores narrarem nas pesquisas não apenas as suas conclusões, mas também as experiências que levaram até elas, explicitando o que denomina de três pedras basilares do trabalho de campo:

em primeiro lugar, como é óbvio, o investigador deve guiar-se por objectivos verdadeiramente científicos, e conhecer as normas e critérios da etnográfica moderna; em segundo lugar, deve providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver efectivamente entre os nativos, longe de outros homens brancos; finalmente, deve recorrer a um certo número de métodos especiais de recolha, manipulando e registrando suas provas. (1997, p. 21)

Esta comunicação traz as segunda e terceira pedras para discussão e reflexão. Foi, conseqüentemente, dividida em dois tópicos: a segunda pedra basilar, pautado pela argumentação que tange à observação e escrita etnográficas; e a terceira pedra basilar,

que abarca os outros instrumentos e métodos de coleta de dados utilizados no correr da pesquisa.

### **A segunda pedra**

A respeito da primeira pedra, Malinowisk ressalta que a antropologia necessita de uma apresentação desinteressada da informação, precedida da descrição das condições sob as quais as observações foram efetuadas. Tal necessidade, segundo o autor, advém do fato de ser tênue a linha que separa os resultados das observações diretas e declarações das interpretações feitas sobre estas. É justamente esta linha que tento deixar clara por meio da proposta de apresentação e discussão coletiva dos percursos metodológicos.

Com o foco na segunda pedra, a tentativa será de apontar as nuances que fazem de uma observação direta ao mesmo tempo geral, ao ilustrar as “*condições adequadas ao trabalho etnográfico*” (MALINOWISK, 1997, p. 21), e particular, postas as peculiaridades de cada pesquisa, pesquisador, pesquisado, tempo, contexto, recorte. A condição inicial para que o leitor possa compreender qual a entonação que engendrou a observação direta desta pesquisa é a compreensão da estrutura base de uma instituição de acolhimento.

Conforme já foi exposto, a pesquisa teve início em três instituições de acolhimento, no entanto apenas em duas delas tive contato com as crianças e adolescentes, e apenas em uma o trabalho de campo foi concluído. Enquanto o motivo para o não contato com as crianças e adolescentes em uma das instituições foi de caráter político, o porquê do não término em outra será explicitado abaixo. Será sob as ações passadas nesta e na instituição na qual foi possível finalizar o campo que alçarei os argumentos aqui apresentados.

A primeira delas é caracterizada como um Abrigo Institucional e a segunda Casa Lar. A principal diferença, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>18</sup> (BRASIL, 1990), está em a Casa Lar ser sustentada pelo ideal que permeia a noção de família tradicional formada por pais e filhos, os primeiros representados pela figura da mãe social, que fica dia e noite com as crianças, ocasionalmente tirando uma folga, e é

---

<sup>18</sup> O intuito aqui não é fazer uma análise ou apontar as dimensões positivas ou negativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esse movimento já foi realizado por autores como Snizek (2007), Gontijo (2007), Carreirão (2004), Salina-Brandão (2009) e Oliveira (2007). Outra referência de análise do ECA, em defesa da convivência comunitária é o texto: *O direito à convivência familiar e comunitária : os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (IPEA, 2004).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

apenas auxiliada pelos outros funcionários da instituição, como educadores, psicólogo, assistente social e administradores.

Já o Abrigo não objetiva reproduzir o ambiente familiar da criança, focando-se em acolher um maior número de moradores dentro das melhores condições possíveis. Nesse modelo de instituição não existe a figura da mãe social, responsável por “dar carinho” para as crianças. Porém, em nenhum dos modelos relação entre os educadores e os moradores possui caráter sentimental, permanecendo limitada à função disciplinadora<sup>19</sup>.

O número máximo de moradores, 10 na Casa Lar e 20 no Abrigo, também possibilita que na primeira cada criança ou adolescente tenha uma atenção maior. Outro fator diferenciador é que ao Abrigo são encaminhados os casos considerados mais complexos, como de adolescentes grávidas, sem vínculos familiares ou em situação de rua. O que desvia a atenção dispensada a eles, e faz com que a concentração seja em minimizar os conflitos.

Retomando Malinowisk e a segunda pedra, o autor defende a observação direta a partir de uma total imersão na ilha do nativo, que neste caso são as instituições de acolhimento e suas crianças e adolescentes. Não entrarei aqui nas discussões traçadas pela Antropologia Urbana, nos limites e desafios de ser o “outro” em meio ao que o autor denomina semelhante. Na verdade, considero a total imersão enquanto em campo, possibilitada pelo sentimento de estranhamento para/com o nativo, o pesquisado. Pois, independentemente das semelhanças culturais e proximidade física com o *locus* do campo, a zona de símbolos e significados muda de um grupo para outro, ainda que sejam pertencentes a uma mesma sociedade.

O que também precisa ser levado em consideração é que o período de observação direta e o tempo passado dentro das instituições são fruto de uma negociação delicada com os administradores da Casa Lar e do Abrigo. Os argumentos utilizados foram que as crianças já faziam muitas atividades e que não teriam tempo para mim, e que alguns horários não teriam educadores o suficiente trabalhando para me acompanhar na pesquisa, que deveria ser vigiada de perto em função da não pergunta.

Nenhum dos argumentos se sustentou após o início do campo. De um lado por a maior parte do dia das crianças e adolescentes, independentemente da instituição, ser constituído de tempo ocioso. Por outro, logo que cheguei observei que os educadores

---

<sup>19</sup> Sobre disciplina nas instituições de acolhimento ler Incrocci e Pimenta (2012).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

trabalham em turnos de 12 horas por 36, de modo a manter sempre o mesmo número de funcionários trabalhando, e por desde o primeiro dia ter sido considerada por esses como uma pessoa a mais para cuidar dos moradores, sendo deixada a sós com eles durante praticamente todo o tempo passado em campo.

Não me vali desses momentos a sós com as crianças e adolescentes para fazer perguntas, respeitando as exigências dos administradores. Também respeitei em todos os dias de observação o início e o término do horário por eles estipulado. No entanto, o tempo em que estivemos somente eu e as crianças tem por característica principal no caso da Casa Lar a cumplicidade, e no do Abrigo o desafio.

Para Malinowski, um pesquisador que imerge na vida da aldeia e “mete o nariz em tudo”, logo passa a ser visto como uma parte integrante das suas vidas, por vezes até mesmo um mal ou aborrecimento necessário (1997, p. 22). Na Casa Lar o destaque fica para o “parte integrante”. Já no Abrigo predominou o “mal ou aborrecimento”, para eles desnecessário.

Esta divergência de aceitação entre uma e outra instituição é justificada pelas diferenças determinadas pelo ECA. Dentro da Casa Lar as crianças e adolescentes têm acesso restrito aos espaços. O tempo de lazer e das tarefas da escola é passado na sala de televisão do primeiro andar, geralmente destinada aos mais novos, ou na sala do segundo andar, é dividida entre outra sala de televisão e uma de brincadeiras e estudos. A restrição fez com que elas se concentrassem no ambiente no qual eu estava com maior facilidade.

A aglomeração das crianças e adolescentes em um só espaço foi o primeiro fator facilitador do contato entre eu e elas. O segundo é explicado pela figura da mãe social. Lá dentro chamada de Vó, ela representa uma quebra na normativa da impossibilidade de existência de sentimento entre os educadores e os moradores da casa. Tal regra não está prevista em lei, mas se consolidou pela experiência vivida, pelo costume e hábito presentes no cotidiano de uma instituição de acolhimento. O primeiro conselho que me foi dado por um educador quando comecei o trabalho de campo foi “não de apegue muito não porque vai sofrer depois”<sup>20</sup>. Quebra que foi estendida a mim.

Na busca por fugir do estigma da autoridade e imposição da disciplina designado aos educadores, e por alcançar um estágio no qual as crianças e adolescentes se sentissem confortáveis para compartilhar seus pensamentos, visão de mundo, ideais,

---

<sup>20</sup> Fala extraída do registro das observações em caderno de campo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sonhos, medos, inseguranças, até mesmo segredos comigo, acabei me assemelhando à figura da Vó. Passei os dias de observação sentada no chão de alguma das salas comunitárias sendo puxada, escovada, pisada, escalada, rabiscada, pintada por aqueles meninos e meninas.

De modo contrário, no Abrigo as crianças e adolescentes têm liberdade para transitar por todo o seu espaço a qualquer hora do dia. Com exceção dos momentos em que, a fim de minimizar a confusão, os educadores optam por manter algumas brincando no quintal e outras no interior da casa. A separação e a multiplicidade de locais constituíram uma primeira barreira para o contato e aproximação com os moradores do Abrigo.

A segunda barreira, também em oposição a Casa Lar, é justamente a ausência da mãe social. No abrigo não existe nenhum adulto que corresponda à necessidade das crianças e adolescentes por afeto, logo, a forma encontrada por um menino ou menina para obter atenção é via atitude que o/a faça se destacar em meio a tantos iguais. Tais atitudes se manifestam, na maioria das vezes, por meio de brigas, físicas ou verbais, pois o choro delas recorrente é o meio de acesso mais rápido à atenção.

*A priori* esse quadro pode parecer contraditório, mas a atenção da qual falo me referindo ao Abrigo é tecida pela autoridade refletida pelos educadores, autoridade que culminava em benefícios para aqueles que a conquistam. E que tem como base justamente o distanciamento, que caminha na contramão da proximidade necessária a construção de uma zona comum de signos e significados entre o pesquisador e o nativo.

Em decorrência desse fluxo, firmou-se normal que as crianças não se aproximassem de mim dentro do Abrigo, por não enxergarem motivos para requerer a minha atenção, posto que não poderia proporcionar em troca um pouco a mais de comida no almoço, a prioridade na hora de escolher a roupa após o banho, o controle da televisão, ou, na melhor das hipóteses, um olhar de censura para aquele que também brigou mas chorou por último, recompensas substitutas de um abraço, afago, cuidado.

Tal forma de significar a atenção dentro do Abrigo também fez com que as crianças e adolescentes vissem a minha presença ali como desagradável, pois a minha existência culminava, quase que obrigatoriamente, na ausência dos educadores, logo em um distanciamento ainda maior entre pequenos e adultos. Fato que dificultava o jogo de recompensas por eles partilhado.

Após a apresentação das condições sob as quais foi realizada a observação direta, é possível indicar que, tal qual prevê o autor, os momentos passados em campo

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

me possibilitaram criar a sensibilidade necessária para me sentir em verdadeiro contato com os participantes da pesquisa. De modo a compreender o porquê do mal estar causado pela minha presença no Abrigo e me retirar do campo. Por outro lado, diferentemente de como é narrado por Malinowisk, a harmonia entre o etnógrafo e aquilo que o rodeia em campo não aconteceu de forma natural, posto que as regras do campo foram determinadas por sujeitos que não eram os participantes da pesquisa, ou seja, pelos administradores e educadores, não pelas crianças e adolescentes. Argumento esse que permanece em voga no próximo tópico.

### **A terceira pedra**

Continuando com o pensamento de Malinowisk, o autor afirma que o antropólogo:

Tem de ser um caçador activo e conduzir para lá a sua presa e segui-la até aos esconderijos mais inacessíveis. Isto leva-nos aos métodos mais activos de persuasão dos testemunhos etnográficos. (1997, p. 23)

Ao mesmo tempo em que reforça a idéia de que não basta lançar as redes e torcer para apanhar algo, que é necessário ser um caçador ativo, que estuda a sua preza e os métodos de caça, Malinowisk é incisivo ao discorrer sobre a importância de o antropólogo encontrar um equilíbrio entre estar treinado e atualizado teoricamente e ser capaz de alterar e abandonar suas perspectivas, de modo a moldar suas teorias aos fatos, ao campo, encontrando as melhores condições para trabalhar. Adaptações que se fizeram necessárias por duas vezes.

A primeira foi ao retirar do leque de possibilidades teoricamente elencado as entrevistas diretas ou indiretas, apesar do que prevêm as teorias recentes sobre a pesquisa com crianças (COHN, 2000a, 2000b, 2005, 2006; NUNES, 2009; SARMENTO, 2007), ao considerarem-nas, de um modo geral, aptas a responder a questionamentos diretos por serem indivíduos com saberes e opiniões formadas, após ser alertada por todos os administradores sobre a impossibilidade de realizar entrevistas com as crianças, posição marcada pela tentativa de proteção dessas e não por uma possível incapacidade<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Estudos como o de Prada e Weber (2006) e Coutinho (2008) contrapõem essa visão dos administradores. Na pesquisa realizada pelas primeiras, entrevistas roteirizadas foram utilizadas como instrumento de apreensão do contexto de abrigo de crianças moradoras de uma Casa Lar e um Abrigo Institucional. As perguntas eram feitas para as crianças a partir de uma situação imaginária, elas então deveriam se colocar no lugar do personagem principal e responder o que fariam se estivessem em determinada situação.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Já a segunda ocorreu quando comecei a buscar em outros trabalhos instrumentos e métodos que facilitassem a criação de uma zona de conforto entre eu e as crianças. Encontrei nesses o desenho como o principal facilitador para captação da opinião dos meninos e meninas, seguido de filmes temáticos e brincadeiras lúdicas, como a encenação do que é popularmente chamado de brincadeiras de “casinha”, “escolinha”, “mamãe filhinha” etc. (PIRES, 2007; VIEIRA, 2006; SOARES, 2005).

Se a primeira adaptação foi necessária por determinação de terceiros, repetindo a situação apresentada no tópico anterior, a segunda adveio de demandas coletivas das crianças e adolescentes moradores da Casa Lar<sup>22</sup>. Após o primeiro contato e a aceitação dos meninos e meninas quanto a minha presença na casa, comecei a buscar instrumentos que viabilizassem a coleta de dados.

O primeiro deles foi a elaboração de desenhos, cheguei no horário marcado para observação munida de vários lápis de cor, lápis de escrever, papéis, tesouras, borrachas. A finalidade era que as crianças fizessem desenhos com base em alguns temas previamente determinados (família, escola, amigos, sonhos etc.), e que posteriormente descrevessem o desenho para registro em caderno de campo. No entanto, tão logo propus a atividade, percebi que não atingiríamos a proposta. Esses meninos e meninas, justamente por causa da situação de risco vivida, não frequentaram a escola mais do que um ou dois anos incontínuos<sup>23</sup>, o que ocasionou uma inabilidade com os desenhos. Em outras palavras, a proposta do desenho foi limitada a alguns rabiscos e pedidos para que eu desenhasse e eles pintassem corações a serem entregues para mim e para os educadores<sup>24</sup>.

O segundo foram os filmes temáticos, as teorias nas quais este instrumento são utilizados destacam o quão rico pode ser um debate entre as crianças após uma sessão de filme. Os moradores da Casa Lar, no entanto, não estão habituados a assistir filmes<sup>25</sup>, o que tornou quase impossível que ficassem parados tempo o suficiente para assistir a um filme inteiro. O que dirá de aceitarem conversar sobre o filme depois. Ou seja, esta também não foi uma alternativa viável para coleta de dados.

---

<sup>22</sup> Única instituição, em decorrência dos motivos já elencados, na qual prossegui com a observação direta, chegando à fase que Malinowisk denomina “métodos especiais de recolha, manipulando e registrando suas provas” (1997, p. 21).

<sup>23</sup> Situação que abrange a maioria das crianças e adolescentes e se estende mesmo àqueles com idade superior aos 12 anos, ao considerarmos que a idade média de início escolar é aos 6 anos.

<sup>24</sup> O significado desses corações será abordado em outro texto a ser publicado oportunamente.

<sup>25</sup> A exceção fica a cargo dos adolescentes (12, 14 e 15 anos), que eventualmente assistem a algum filme trazido por um educador, mas que proíbem os pequenos de assistirem (menores de 12 anos).



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Os outros instrumentos já foram fruto de uma imaginação metodológica, da ânsia por meios que possibilitassem a criação um ambiente propício à coleta de dados. Me vali, nessa busca por informações, das brincadeiras lúdicas e de sessões de manicure e cabeleireira, durante as quais a expectativa era que as meninas e meninos, que também pintaram as unhas e tiraram a sobrancelha, aproveitassem os momentos juntos e começassem a dialogar sobre a sua vida, a fazer as fofocas usuais de um salão de beleza.

Por fim, tentei aproveitar o interesse das crianças e adolescentes pela tecnologia e deixar uma câmera digital e meu celular na mão deles. Seguindo a mesma lógica do desenho, de registro do cotidiano e posterior descrição. Porém, desta vez, me foi proibido deixá-los usar o equipamento sem a minha presença, e eles, não habituados à manipulação do equipamento, tiraram poucas fotos e se recusaram a narrar o que estava registrado. Em resumo, o campo ditou as teorias, métodos e instrumentos utilizados, e em nenhum momento se moldou a qualquer proposta engessada que fiz. Caracterizando o que Malinowisk chama de “especiais” ao se referir aos métodos de recolha de dados.

### **Empilhando pedras e entalhando métodos e instrumentos**

A teoria de Malinowisk sobre a metodologia e os instrumentos necessários à antropologia para uma pesquisa eficiente deixa claro que ao retirarmos qualquer uma das pedras basilares, o claro cunho científico da pesquisa, as condições adequadas do trabalho de campo ou os métodos especiais de recolha de dados, caímos nas “generalizações por atacado, sem qualquer informação relativa às experiências que conduziram os autores às suas conclusões” (1997, p. 18).

Para Malinowisk, levar a cabo com êxito o trabalho de campo é sinônimo de aprender a se comportar e apreciar a companhia do nativo, sempre com sensibilidade para compreender sua forma de pensar e agir. No caso desta pesquisa de campo, todas indicações do autor podem ser observadas, no entanto, há de se considerar o adendo da adaptação da teoria ao campo.

A reflexão aqui trazida aponta em duas direções. Uma de que o ritmo que determina uma etnografia nem sempre é dado pela relação entre seus participantes diretos, no caso eu (pesquisadora) e as crianças e adolescentes (nativos), mas em algumas situações pode ser ditado por terceiros, aqui os administradores e educadores. Ritmo que precisa ser seguido, condicionando a “imersão” e o “ser parte” apresentados por Malinowisk ao contexto no qual o objeto de pesquisa está inserido.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A outra de que os instrumentos e métodos da etnografia são efetivamente esculpidos pelos nativos, e não trazidos prontos pelo pesquisador. Foi na mão das crianças e adolescentes que as propostas de desenhos, filmes, sessões de manicure e cabeleireiro, fotografias, vídeos e brincadeiras de casinha, tomaram forma. Independentemente de qualquer teoria ou prática anteriores e alheias a eles. Fazendo com que a zona de signos e significados comum fosse construída no dia a dia das idas a campo, na observação dos gestos, ações, entonações, diálogos, silêncios, nas tentativas e erros compartilhados.

**RELATOS DE EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA JUNTO A CURURUEIROS DO MÉDIO TIETÊ PAULISTA**

Elisângela de Jesus Santos - Universidade de Coimbra  
E-mail: lili.libelula@gmail.com

A comunicação em questão apresenta duas finalidades. A primeira diz respeito a oportunidade de concluir o ciclo de dádivas iniciadas com a realização de nossa pesquisa de doutorado acerca do cururu paulista, tendo em vista nossa participação como aluna especial em disciplinas dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de São Carlos. Disso resulta a segunda finalidade que, ligada à própria trajetória da pesquisadora na construção da pesquisa, compreende a apresentação dos resultados obtidos com a etnografia que embasa o texto da tese “Entre Improvisos e Desafios: do cururu como cosmovisão de grupos caipiras no Médio Tietê, SP” recentemente concluída no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara com bolsa Fapesp. Das principais reflexões que baseiam esta proposta estão: a) o papel do pesquisador como parte da pesquisa, isto é, do pesquisador enquanto protagonista que imprime suas próprias marcas na pesquisa vez que está em constante relação com o meio e as pessoas que compõem o âmbito pesquisado; b) a necessidade de tornar o trabalho etnográfico um exercício de questionamento dos temas canonizados e internalizados pelo pesquisador, isto é, do campo como oportunidade de forjar discussões epistemológicas criadas no próprio contexto e através do olhar etnográfico. No que tange a este último aspecto, pretendemos discutir a importante, mas invisibilizada atuação dos cururueiros e violeiros do Médio Tietê na constituição da indústria fonográfica brasileira ainda na primeira metade do século XX.

**Palavras chaves:** Cururu do Médio Tietê, relatos orais, trabalho de campo, etnografia, epistemologia.  
Introdução

Uma característica marcante da escrita deste texto é a articulação entre as perspectivas teóricas sobre o cururu (entre seus diferentes estudiosos no tempo histórico, incluindo a pesquisadora), as falas dos entrevistados e a etnografia realizada. Considerando os limites de todo trabalho de escrita, tais relações estão inseridas numa discussão entre artistas e intelectuais interessados na cultura popular brasileira, mas também interessam os discursos narrativos dos próprios envolvidos na prática, de modo que procuramos articular as falas dos entrevistados em meio à nossa própria narrativa. No fundo, esse esforço resulta numa perspectiva crítica à própria ciência que praticamos e na necessidade de ruptura com formas narrativas-político-ideológicas que tendem a ser “disciplinantes” do popular e invisibilizadoras dos discursos orais<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Segundo J. Vansina (1982) implica em erro definir a “civilização da palavra falada” a conotações reduzidas e estereótipos negativos como a “ausência do escrever” sob pena de “perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados” (VANSINA, 1982, p. 139).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Poderíamos esboçar rapidamente o que propomos como crítica neste sentido. As composições musicais coletivas convencionalmente denominadas “populares” ou “folclóricas”, por exemplo, expressam formas de ser e estar no mundo que se desenvolvem através de imagens e gravuras quase sempre em oposição ou em pouca articulação com códigos escritos. Essa especificidade do “popular” é muitas vezes acionada por estudiosos como impedimento para análise mais aprofundada do tema. Este seria um argumento convincente se não se tratasse do não enfrentamento completo dessas questões ao longo da produção historiográfica musical, e isso pode ser ampliado às expressões populares ditas tradicionais do país e da América Latina como um todo.

Jésus Martín-Barbero (2009) atenta para a importância da iconografia como recurso fundamental na composição de uma leitura popular de mundo. Para ele, as imagens vem, desde a Idade Média, forjando um livro dos pobres, composto de figuras e cenas que sugerem uma visão de mundo em chave cristã (MARTÍN-BARBERO, 2009). No entanto, o popular não se caracteriza apenas por um imaginário cristão, mas a este último articulado a cantos e contos de diversas matrizes culturais e que se apresentam reunidos em chaves cognitivas e simbólicas na cultura popular.

Para o caso em questão, realizamos articulação deliberada entre liturgia e jogo, reza e brincadeira que é análoga às relações de aproximação e afastamento entre sagrado e profano tão do mundo medieval e que foram mantidas mesmo após a conversão de diversos povos ao cristianismo. A conversão reformula o fundamento principal de diversas religiões não cristãs através do mito do cordeiro encarnado que é sacrificado para salvar a todos. As aproximações são zoomórficas e, guardadas as diferenças, estão vinculadas à outras figuras como o *exu* das mitologias iorubás ou ao sapo<sup>27</sup> guardador de fogo nas narrativas ameríndias de grupos tupi.

Para continuarmos neste caminho, já esboçado por outros estudiosos, problematizaremos uma série de questões presentes no cururu. Ainda que, estes mesmos estudiosos as tenham trabalhado de maneira isolada ou restrita à forma ou ao conteúdo da manifestação, nossa proposta se assemelha mais àquelas que se propuseram ao entendimento dos valores e aspectos presentes no cururu em relação às formas de

---

<sup>27</sup> Cururu em tupi: sapo. Reapropriada a noção antropozoomórfica do cururu=sapo, o mito cristão do Cordeiro e a própria devoção popular ao Divino através da pomba branca, ampliamos a gama de significados do próprio cururu como canto popular acionando outras memórias e outros universos, dotados de outras representações anímicas e totêmicas que também são parte do universo sociocultural brasileiro e ajudam a explicá-lo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sociabilidade caipira e às transformações históricas que o mantiveram expressão cultural singular do caipira paulista<sup>28</sup>.

Observamos o cururu como uma forma narrativa mítica poético-musical produzida e transmitida na longa duração histórica, ao passo que através da poesia de circunstância/improviso ou desafio entre duplas, admite a variação e comporta a mudança – impressa pela ótica de quem realiza a narrativa no presente histórico. O cururu nunca esteve ou teve (n)um lugar fixo do Médio Tietê, muito ao contrário. São constantes as circulações entre “paisagens” ou espaços mais ruralizados ou agrícolas, mas estes percursos estão articulados a circulação e ocupações em espaços urbanizados, vez que os equipamentos públicos, bem como rádios e palcos, além das próprias moradias dos cantadores e apreciadores estão situadas nas cidades.

Neste sentido, organizamos apontamentos etnográficos e relatos orais de realizadores de cururu, destacando seu protagonismo em meio as inovações tecnológicas desde sua inserção ainda que tímida na indústria fonográfica em inícios do século XX para entender meandros desses processos. O intercâmbio de relações e o trânsito dos cantadores e violeiros em diversos setores da produção atesta a influência do cururu paulista para muito além do Médio Tietê. O cururu foi poética e sonoridade que fomentou a produção da canção brasileira nos inícios do século XX e orientou outras linguagens artísticas: circo de itinerância<sup>29</sup>, programas radiofônicos, cinema nacional. É a partir dessa perspectiva que observamos o cururu enquanto parte importante da canção brasileira contemporânea.

Um dos objetivos principais desta comunicação é verificar no contemporâneo e do ponto de vista da produção a relevância de práticas e composições sonoras e poéticas tradicionais, destacando a lógica interna do cururu como elemento-chave da canção produzida em âmbito nacional. Essa perspectiva lança mão da noção de parceria empregada em contextos rurais para realizar empreendimentos produtivos na forma de mutirão (CANDIDO, 1982). Mesmo na forma canção, a solidariedade coletiva para compor a lógica produtiva no âmbito cururueiro aciona a cosmovisão (SANTOS, 2013) prescrita no “modo de ser caipira” (CANDIDO, 1982). O artigo privilegia o âmbito

---

<sup>28</sup> Nosso esforço parte do aporte teórico de vários autores que trabalharam o cururu como elemento folclórico ou de expressão cultural popular. De toda maneira, a análise em questão se aproxima mais do trabalho socio-antropológico realizado por Antonio Candido e que resultou em “Os Parceiros do Rio Bonito” cuja primeira edição é de 1964.

<sup>29</sup> Como antecipatório da própria música como fenômeno popular e tecnológico, o circo constitui numa das mais completas artes de cunho popular no mundo ocidental. Ver TINHORÃO, 2006.

lúdico do cururu em vínculo direto com as relações de consumo cultural<sup>30</sup> e se pauta em etnografia realizada na região do Médio Tietê junto a grupos curureiros em diferentes momentos entre 2009 a 2013.

### **Prestígio como legado e fundamento**

O cururu porta um caráter de transformação de sua forma estética que dificulta o enquadramento num esquema conceitual fixo. A prática vincula-se ao universo da oralidade e registros escritos não são consensuais acerca de suas efetivas origens e transformações no tempo (ARAÚJO, 2004, pp. 83-4; CANDIDO, 1956).

A elaboração realizada pelo etnomusicólogo Alberto Ikeda é indicativa das possíveis transformações pelas quais o cururu teria passado desde suas remotas origens:

1) danças cerimoniais indígenas; 2) reinterpretação das danças cerimoniais indígenas; 3) cururu-dança: dançado em roda, diante dos altares, com temática predominantemente religiosa e com canto improvisado (desafio implícito) comum no ambiente rural; 4) cururu cantoria de improviso, sem dança, com temática profana (desafio explícito); 5) cururu-canção: gênero de canção sertaneja, com permanência apenas do ritmo tradicional (IKEDA, 1990, p. 49).

Passando por modificações estéticas até alcançar a forma canção o cururu não perdeu o sentido de experiência sonora coletiva. Podemos literalmente dizer que ela foi amplificada. Dialogando com elementos da sociedade de consumo, o cururu é estética que em muito se diferencia das formas de arte pautadas na individuação ou com fins estritamente comerciais. A articulação entre razão prática e razão cultural resulta em discursos que são pautados pelo desenvolvimento tecnológico tanto quanto qualquer outro elemento histórico. A indústria fonográfica por exemplo é “tão fundante da música caipira quanto a expressão de valores tradicionais”. A memória que se produz sobre o universo do cururu pode ser vista como “elaboração mítica que a razão cultural formulou diante de um processo dado pela razão prática do capitalismo” (OLIVEIRA, 2004, p. 34; SAHLINS, 2003).

---

<sup>30</sup> O que aqui nomeamos “tradicional” está associado a concepção de música proposta para fins rituais, étnicos, religiosos, de sociabilidade/ludicidade de grupos sociais particulares ou ainda no caso específico do cururu, da música como expressão identitária assentada no mundo caipira. Sobre estes aspectos: ANDRADE, 1962; BRANDÃO, 1981; MARTINS, José de Souza. Viola Quebrada. In: FERNANDES, Florestan; PINSKY, Jaime, MARTINS, José de Souza. *Debate & Crítica*, novembro de 1974. Uma visão mais crítica da suposta ingenuidade dos grupos populares em meio a contextos mercantis pode ser vista em CANCLINI, 1983.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A gravação isolada que caracteriza o cururu-canção não pode apreender a totalidade do cururu no contexto em que foi produzido. Como cantoria de improviso constitui vivência do canto rimado e do som da viola. Julieta de Andrade (1992) observa que o cururu “é uma literatura poético-musical em linguagem do cotidiano que se apresenta como um dialeto literário não-formal da língua falada no Brasil”:

Cada cururu é uma sessão poético-musical – excepcionalmente coreográfico-poético-musical – com duração média de cinco horas [...] e consta de uma série de poemas cantados por quatro trovadores sendo dois contra dois: primeiro e terceiro porfiam contra segundo e quarto. Eles cantam por rodadas sucessivas, chamando-se **carreira** cada série de apresentações. **Carreira** ou **linhação** é a rima obrigatória de cada ato. Cada cururu apresenta de quatro a sete carreiras. **Linha** tem o significado de **verso** (ANDRADE, J., 1992, p. 31)<sup>31</sup>.

Como desafio explícito, sem dança e com temática profana como entende Alberto Ikeda e enquanto objeto de consumo cultural inserido na lógica de mercado, o cururu manteve sua constituição rítmica e melódica (IKEDA, 1990, 2003; SANTA ROSA, 2007).

Um dos atributos da prática dos cururueiros está na contação da história sociocultural de seu grupo. Segundo Vansina, e assim como se tem secularmente na África ocidental, os *griots* são como trovadores “que reúnem tradições em todos os níveis e representam os textos convencionados diante de uma audiência apropriada e em ocasiões específicas – casamento, morte, festa na residência de um chefe”(VANSINA,1982, pp. 157-179) fazendo uso de instrumentos de corda e percussão. Tal como *griots*, os cururueiros podem ser vistos como especialistas na transmissão de valores e saberes compartilhados pela totalidade do grupo caipira num mesmo espaço geográfico e em diferentes tempos históricos. São eles os responsáveis pelo forjar histórico do Médio Tietê paulista<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> A duração média dos encontros de cururus mensais que acompanhamos em trabalho de campo é de cinco horas. As rodas mensais têm início previsto por volta das 19 horas a cada primeiro sábado do mês no Rio Acima, no município de Votorantim e no último domingo, às 17 horas no Clube Atlético Barcelona de Sorocaba. E há programas de cururu transmitidos via rádio em emissoras da região. Em Sorocaba, a Rádio Cacique transmite o cururu todos os domingos a partir das 6 da manhã. Durante muitos anos, o programa de cururu da Cacique foi comandado por Darcy Reis. Em Porto Feliz o cururu divide espaço com a programação sertaneja da Rádio Nova Porto em programa comandado pelo radialista e apresentador de cururus e show sertanejos, João Carlos Martinez. Em Piracicaba, o comando é de Moacir Siqueira na Rádio Difusora.

<sup>32</sup> Essa dimensão pode ser aproximada daquela que tem o compositor de sambas fundados no contexto comunitário das favelas cariocas desde a primeira metade do século XX.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

São também portadores de uma história oficial pois suas visões de mundo aspiram a certa legitimidade e destacam os indivíduos sensíveis às questões que permeiam seu grupo desenvolvendo a memorização e composição coletiva de versos e rimas. Eles atuam como os portadores da palavra enquanto instrumento de poder num âmbito coletivo. No plano interno das relações de sociabilidade caipira no Médio Tietê, cantar cururu constitui forma de reviver a lembrança e continuar o legado de cantadores antigos como Zico Moreira, Pedro Chiquito, Parafuso, Nhô Serra, Horácio Neto, Dito Silva, Silvio Paes, Narciso Correia, Nhô Chico, entre outros. Cantar toada de cururueiro das antigas é como celebrar a lembrança daqueles que não mais estão fisicamente, e ao mesmo tempo torná-los presentes. Fazer cururu torna-se legado transmitido entre gerações diversas. Batista Neves relata sua experiência como canturino<sup>33</sup> no cururu:

Luizinho Rosa<sup>34</sup> chegou falou: “viu, só tem **uma tristeza na data de hoje foi não ter trazido o gravador pra gravar esse cururu ao vivo**”. Esse era um cururu que – **daí ele ergueu eu lá em cima**, ergueu eu lá em cima: “porque esse cururu era pra **ser gravado ao vivo pra eu guardar pra minha recordação**” esse cururu ao vivo. Falou: “Batista, viu Batista e Jairão, ceis são dois cantador bão, continue assim não réde pé daqui que ceis não perde esse cururu”. **Pra mim foi orgulho e Zico Moreira deu a mão pra mim. Ele falou, eu sendo um cantador novo: no respeito:** não saiu uma bobagem durante a noite, nenhuma besteira (informação verbal, grifos nossos)<sup>35</sup>.

O depoimento de Batista revela a importância que os cantadores veteranos têm no reconhecimento e transmissão do cururu como um legado prestigioso. E comprova que o registro das gravações é relevante para a reprodução da memória cururueira: a apropriação dos suportes tecnológicos é largamente utilizada para armazenar as

---

<sup>33</sup> Termo específico do universo cururueiro para denominar o cantor iniciante na prática. De modo geral, o termo mais usado é “cantador” independente de especificações. Um dos canturinos muito mencionados por cantadores veteranos do contexto atual é o jovem Cassio Carlota de Porto Feliz, SP.

<sup>34</sup> Luizinho Rosa é cantor afamado de cururu conhecido por cantar “na fôia” mas, após ter se tornado evangélico não realiza mais cururus. Em decorrência das relações de amizade e de sociabilidade que construiu no “meio” ainda pode ser visto em algumas das rodas como convidado, apreciador ou narrador acerca das cantorias. Segundo informações obtidas no sítio da internet Viola Tropeira, realizado pelo violeiro Ricardo Anástácio com colaboração de Cido Garoto, Luizinho Rosa é o único cantor aposentado como tal. Disponível em <http://www.violatropeira.com.br/cururu.htm>. Acesso em 13 de abril de 2013.

<sup>35</sup> Batista Neves em entrevista concedida à pesquisadora em 09 de outubro de 2011 em Porto Feliz, SP. Batista é um dos cantadores que procura “puxar” o filho caçula para o meio cururueiro. Mas ele mesmo reconhece a dificuldade tendo em vista a grande “concorrência” de outras influências musicais contemporâneas com o cururu: “molecada sabe como é que é: coisa de pagode, *funk*” (Batista Neves, 2011, relato oral).



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

composições<sup>36</sup>. É através dessa aclamação de cururueiros famosos como Zico Moreira e Luizinho Rosa que Batista se autodefine como cururueiro durante toda uma vida de parceria<sup>37</sup> com seu irmão mais velho, Jairo Neves. As palavras de respaldo e de estímulo emprestam prestígio ao ingressante, conferem legitimidade na prática e o gabarito de “bambas” como Zico Moreira e Luizinho Rosa reforça e repercute elogiosamente entre o grupo, realizadores e plateia.

O pronunciamento público de um cantador prestigiado como Luizinho propiciou “tarimba<sup>38</sup>” aos iniciantes Batista e Jairo: ingresso definitivo no universo do cururu. Foi o emblema de um batismo que coroa legitimidade ao iniciante, autorização para adentrar o meio e permanecer na prática. Tal fala contém um teste implícito para validação do cantador. A verbalização elogiosa ou crítica dos cantadores veteranos ou “das antigas” sobre o potencial do ingressante atesta o rito iniciático tácito. A tarimba fica muito dotada de sentido quando nos deparamos com uma sentença muito recorrente no meio: “cururu não é pra qualquer um”. E essa mesma lógica permeia o cururu-canção, pois quem grava um disco de cururu adquire e reforça ainda mais seu prestígio – individual e coletivo.

Também os violeiros têm a aprovação e reconhecimento dos pares. Um dos fatores que faz com que o cururu-canção mantenha seu caráter rítmico e melódico é justamente a especificidade e propriedade do violeiro para tocar o gênero.

---

<sup>36</sup> Diríamos ainda que, como no cururu a dimensão do encontro entre parceiros é muito forte, as gravações concentram também os registros desses encontros, contribuindo para a memória afetiva individual e coletiva que perpassa os momentos compartilhados na produção da música como mutirão. Para além de Antonio Candido que tratou da questão do mutirão especificamente no contexto caipira no século XX, estão os estudos de Silvio Romero e Mário de Andrade sobre música e poesia populares como construções coletivas. (ROMERO, 1897, 1977; ANDRADE, 1962, 1976; HALBWACHS, 2006; CANDIDO, 1982).

<sup>37</sup> A sintonia fina da comunicação e afinidade entre cururueiro e violeiro perpassa um dos amplos sentidos que adquirem o termo “parceria” e/ou compadrio que também remete à noção mais ampla de mutirão como produção coletiva (CANDIDO, 1982; SANTOS, 2013).

<sup>38</sup> Termo do universo cururueiro para se referir à competência do cantador ou violeiro na prática do cururu. A tarimba também é atribuída ao cantador que “não apela”, não fala “bobagem” para chamar a atenção do público e se sobressair perante o adversário. Quanto maior sofisticação ao cantar, maior criatividade, autenticidade, originalidade e ressonância dos versos perante a audiência, maior a tarimba do cantador. Também pode pautar a noção de “experiência” na prática cururueira. Essa última acepção permeia a palavra como forma de empoderamento político, elemento principal do discurso ideológico, arma de combate; ou dizer da articulação de um conjunto de palavras para forjar códigos ou dialetos específicos denotando estratégias criativas do grupo na composição de discursos próprios; bem como da criação discursiva enquanto substrato de combate ideológico. A esta última característica muito presente no *rap* combativo de São Paulo, a exemplo de Sabotage (1973-2003) e de grupos como Posse Mente Zulu (PMZ, trio formado por o Rappin' Hood, Johnny MC e DJ Akeen na década de 1995, consolidado em *Revolusom I* (1998) e *Revolusom: a Volta do Tape Perdido* (2005)) e Racionais MC's, podemos aproximar à esfera cururueira ainda que as finalidades do discurso sejam completamente distintas ou mesmo opostas.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Tem um monte de coisa que influi e cê tem que tê muita matemática porque por incrível que pareça a música é uma matemática, é um ritmo. Cê tem que, além de explicá o que cê tá cantando, **cê tem que falá cantano, rimando e acompanhando a matemática da viola, então é difícil.** Tem músico que eu conheço, não vou citá nome, canta muito bem, sabe explicá, cantá, mais de tanto que ele se preocupa em cantá e explicá, esquece do compasso da viola, perde a matemática, atravessa o som. Aí o violero fica louco: num sabe se corre, se pára<sup>39</sup>.

No cururu para ser “violeiro bõ” não basta saber tocar viola: “pode ser o maior violeiro do mundo, mas para acompanhar o cururu tem que possuir habilidades especiais” (GAROTO, 2003, p. 7). Isto porque, o cururu não é uma música sertaneja que tem um ritmo e andamento mais estáveis. Ainda sobre o atributo de ‘fundamento’ no cururu, Cido Garoto nota que o violeiro que acompanha improvisos deve estar preparado para lidar com o inesperado, porque o cantador as vezes “se enrosca, engole um tempo ou meio do compasso, pronuncia uma palavra muito comprida e compromete o ritmo.

Casos como estes são facilmente contornados por um violeiro tarimbado: ele dá um repique no ritmo, adiantando ou segurando o compasso sem se fazer notar. Um violeiro experiente alcança autonomia sonora valorizando o toque da viola ao mesmo tempo em que dá brilho à rima cantada pelo cururueiro. A viola tanto ornamenta o verso, adaptando-se a ele, quanto confere-lhe um ritmo que é dela: impõe pausas, acelerações ou diminuições no ritmo do cantador que precisa ouvir com atenção matemática para entender e preservar a dinâmica rítmica da carreira, pautando os intervalos de suas próprias rimas ou continuidade aos versos que improvisa tendo como referência o som do instrumento.

### **Tradicional modernizado: cururu como prática contemporânea**

Manezinho Moreira é neto de catireiro e foi iniciado na arte da viola ainda na infância. Sua trajetória no cururu é permeada pelo instrumento: é cantador na atualidade que durante a mocidade tocou para cururueiros renomados como Nhô Serra e Pedro Chiquito, integrantes do que ficou conhecido como “os quatro bambas do cururu”<sup>40</sup>, grupo composto primeiramente por Sebastião Roque, João Davi, Zico Moreira e Dito Silva.

---

<sup>39</sup> Cido Garoto em entrevista concedida a pesquisadora em 18 de setembro de 2008. Grifos nossos.

<sup>40</sup> João Davi, Parafuso e Pedro Chiquito eram os cantadores negros que compuseram a formação dos “quatro bambas”.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Posteriormente e com a morte de Bastião Roque, Dito Silva e João Davi –Zico Moreira que faleceu aos 101 anos, em 2002 – o grupo adquiriu nova formação com Pedro Chiquito, Parafuso e Nhô Serra<sup>41</sup>. “Era preto contra branco” (SANTA ROSA, 2007, p.119) diz Manezinho, em depoimento para o livro *Prosa de Cantador*. Embora o cururu não seja uma expressão cultural majoritariamente composta por grupos negros, não deixa de ser interessante que Manezinho defina o grupo dos quatro bambas a partir dessa característica étnico-racial.

Manezinho foi observador atento das transformações pelas quais o cururu passou ao longo de 50 anos. Uma das características que resultam na expressão de sua subjetividade no cururu teria sido, segundo ele relata “uma forma de modernizar” o toque da viola no cururu inserindo floreamentos e ponteados. Sérgio Santa Rosa (2007) em *Prosa de Cantador* afirma que o cururueiro Luizinho Rosa atribui à Dito Viola e Donizete o pioneirismo do novo estilo. Ao mesmo tempo, João Davi teria afirmado em testemunho dos anos 1980, que o violeiro Pedro Canário era o responsável pela inovação. Como se percebe, a questão da autoria individual em modalidades de cantoria de cunho coletivo como é o cururu, é algo difícil de precisar.

Nos cururus que presenciamos há de maneira geral, um grupo de pares de duplas que cantam “no pega” isto é, em pares contrários na ordem de apresentação individual estabelecida por sorteio. Se houver um apresentador do cururu na noite ele, ou ela no caso de Nhá Bentinha, organiza o sorteio que geralmente consiste em quatro pedaços de papel numerados: “Você tenta ver porque ninguém gosta de cantar primeiro e todo mundo quer cantar por último, o último cantador sai bem porque os outros não tem resposta”<sup>42</sup>.

Se for o caso de “competição intermunicipal” (ANDRADE, 1992, p. 20), o sorteio deve promover a disputa poética entre cantadores que representem cidades diferentes. Ao sortear os papeis numerados, os cantadores da mesma cidade não podem ocupar a primeira e segunda ordem de apresentação. É neste momento que se admite a troca de posições sorteadas entre os cantadores porque o objetivo é estabelecer “o pega” entre cururueiros de cidades diferentes.

Aos apresentadores cabe a função de mediar os desafios e organizar os sorteios. A essas atribuições outras se juntam: a ocupação do palco no início e no término de cada

---

<sup>41</sup> Oscar Francisco Silva Bueno, publicado em *Cururu em Piracicaba*, livro de Olivio N. Alleoni. Disponível em <<http://memorial-piracicaba.blogspot.pt/2008/12/sebastio-da-silva-bueno-nh-serra.html>>. Acesso em 12/03/2013.

<sup>42</sup> Bentinha, em entrevista concedida em 06 de março de 2011.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

uma das voltas da noite. Quando silenciam a viola e os cantadores, o apresentador atua como contador de piadas, divulgador dos patrocinadores que eventualmente apoiem o cururu em questão, ou distribui “alôs”<sup>43</sup> às pessoas dispostas na plateia. Pode ainda atuar como locutor que faz propaganda dos estabelecimentos comerciais da cidade ou da prefeitura local como se estivesse num intervalo de programa de rádio ou televisão. Bentinha dá mais detalhes dessa atuação chamando nossa atenção para a característica ruidosa, comunicadora e de mediação que define o apresentador:

As vezes eles [cantadores] fala: “Bentinha, fala mais”. **Eles não acerta na viola lá, eles vão pegar uma tonalidade na hora ali que não acerta.** Que nem o Carrara é um desses: quinhentas vez ele vai cantar já ta sabendo de salteado, de cor e vai lá: “perdi a tonalidade”. Mas é a responsabilidade da pessoa, tem que fazer, tem que ser assim. E eu tenho que fazer ali, conversar, falar “oh, fulano, brigado a presença...” fazendo uma brincadeirinha, uma coisinha assim, uma coisinha outra, até: “oh, pode ir agora”. “Então tá”, entende? Você tem que levar assim, tem que conversar muito com o público... **todos apresentador: apresentador tem que falar. Você já viu algum apresentador não falar? Não ficar conversando com o público?** Todo apresentador é assim, todos. Não tem como, **se for pro apresentador ficar quieto, então...** (informação verbal)<sup>44</sup>.

A viola e o violeiro são parte integrante e fundamental da circunstância poética (TAVARES DE LIMA, s/d) porque o cururu é constituído também pela parte musical desempenhada pelo violeiro. O enfoque está na narrativa improvisada e há predomínio do canto em relação ao som, de modo que a melodia serve a todo o texto (ANDRADE, J. 1992, p. 32).

Devido à inserção de cantadores e violeiros na indústria fonográfica, o cururu tornou-se também um gênero específico de moda de viola. A inserção de cururueiros e violeiros na música comercial foi evidenciada pela atuação de Cornélio Pires (1884-1958) no final da década de 1920. Em 1929, Cornélio Pires reúne duplas em estúdio na capital paulista e em maio do mesmo ano lança cinco produções custeadas com dinheiro e selo próprios, além de compor a produção com numeração exclusiva veiculada pela Columbia. As gravações em 78 rpm, lançadas por Pires, totalizam 48 discos de música

---

<sup>43</sup> O alô é uma saudação que cantador ou apresentador direciona a alguém da assistência entre o intervalo das voltas. Por meio do alô, o cantador situa socialmente a pessoa que está sendo notada, para que ela seja acolhida e reverenciada pela assistência, que direciona olhares, gestualiza por meio de acenos e movimentos da cabeça e emite sons na forma de palmas e assobios. Também é maneira sutil de distinguir determinadas pessoas a partir de sua condição social. Cido Garoto explica: “então chegou é, Elisângela, é estudante” e “encaixa tudo isso tudo no improviso e no fim dá certinho” (informação verbal) na narrativa cantada e improvisada.

<sup>44</sup> Bentinha em entrevista concedida em 06 de março de 2011, grifos nossos.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

caipira lançada como música comercial de 1920-30 (SANTA ROSA, 2007). A iniciativa resultou na criação da “Turma Caipira Cornélio Pires” que posteriormente foi seguida pela “Turma Caipira Victor” cujo material foi lançado seis meses após a produção de Pires. Ao contrário de Pires, a turma da Victor realizou as gravações em Piracicaba.

Em paralelo, Cornélio Pires organizou vários *shows* com a participação de cururueiros em São Paulo, além de outras cidades, com destaque para a apresentação do Colégio Mackenzie na capital. Pires também coordenou o cururu na rádio Educadora Paulista em 1936. Em 1910, alguns cantadores se reuniram em palco montado na cidade de Tietê. Foi o primeiro espetáculo do gênero (OLIVEIRA, 2004; SANTA ROSA, 2007).

O primeiro disco de cururu, no entanto, só foi gravado em 1959 pelo selo Sertanejo da gravadora Chantecler. O disco ‘Cururu de Piracicaba’ foi gravado por Nhô Serra de um lado e Pedro Chiquito do outro, acompanhados por Manezinho e Nenê como violeiros. Narciso Correia e Zico Moreira gravam na sequência, ainda em 78 rpm. A difusão do vinil (LP) favorece a gravação de outros cantadores como Parafuso, Luizinho Rosa, Horácio Neto, Dito Silva, Silvio Pais, Nhô Chico e Jonata Neto (SANTA ROSA, 2007, p. 19).

A partir daí, as gravações em disco de cantadores e violeiros de cururu fundam o cururu como um gênero caipira “no estilo das duplas” (CORRÊA, 2000). Isto significou a incorporação do cururu como ritmo do meio rural à indústria fonográfica. O maior exemplo dessa nova configuração talvez seja “O menino da porteira” de Teddy Vieira<sup>45</sup> (1922-1965) e Luizinho (Luis Raimundo, 1916-1983), consagrado nas vozes de Tonico e Tinoco em 1956<sup>46</sup>.

É interessante notar como o cururu na forma “O Menino da Porteira” também estabeleceu um diálogo importante com o cinema nacional, retomando o universo caipira cinematográfico de Amácio Mazzaropi (1912-1981). De toda forma, as

---

<sup>45</sup> Teddy Vieira de Azevedo (1922-1965) nasceu em Itapetininga, no Médio Tietê. Além de “O Menino da Porteira” é também compositor de outras músicas importantes e afamadas no universo caipira-sertanejo brasileiro como “Couro de Boi” (1954) em co-autoria com Palmeira (Diego Mulero, 1918-1967), “João de Barro” (1956) em parceria com Muibo Curi) e “Pagode em Brasília” em 1959, tendo Lourival dos Santos como parceiro. Tonico e Tinoco e Sérgio Reis também gravaram “João de Barro” e “Pagode em Brasília” é muito conhecida nas vozes da dupla “Tião Carreiro e Pardinho”. Dicionário Cravo-Albin da Música Popular Brasileira. Página disponível em: <<http://www.dicionariompb.com.br/teddy-vieira/obra>>. Acesso em 17/04/2013.

<sup>46</sup> Em 1973 a música foi gravada por Sérgio Reis, marcando a trilha sonora do filme homônimo (1977) estrelado pelo cantor, tendo sido intensamente regravaada inclusive com o *remake* do filme em 2009, na voz e protagonismo do cantor sertanejo-romântico Daniel, da ex-dupla João Paulo e Daniel. A música, no entanto, tem a primeira gravação realizada em 1955 por Luizinho & Limeira.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

gravações em disco impuseram outra temporalidade ao cururu-gênero de moda de viola que teve que se adaptar ao tempo limite concebido para a música comercial, com dois ou três minutos por faixa. Outra mudança importante foi a intensificação do cururu como desafio e menor ocorrência das louvações e temas religiosos<sup>47</sup> nas gravações.

Até hoje as gravações em cd são difundidas e comercializadas na região. Antecipando certa tendência da produção musical contemporânea, as produções são realizadas de maneira independente e vendidas nos locais em que acontecem as apresentações de cururu. Muitas vezes acompanhamos Cido Garoto realizando essa tarefa. No caso do cururu, a prática é de comercializar discos a preços acessíveis aos trabalhadores e suas famílias. Os CDs e DVDs são meios de divulgação do cururu na região e nos lugares em que os cantadores se apresentam. Os valores cobrados servem para cobrir os custos de produção do material, muito mais do que uma fonte de renda para quem os vende, embora não exclua essa possibilidade, principalmente porque o cururu é produto limitado ao consumo dos apreciadores. Sua peculiaridade enquanto música, o vincula à zona cururueira ou a colecionadores e estudiosos e fomenta sua dinâmica de prestígios.

Além disso, a totalidade do cururu não pode ser apreendida pela gravação isolada do contexto em que foi produzida. Como cantoria de improviso, constitui uma vivência do canto e do som. Com a consolidação de tecnologias midiáticas que ampliam o alcance da música disposta em vários formatos que não apenas o disco e a reformulação da cena musical contemporânea produzida de forma cada vez mais coletivizada, sendo que cada artista atua em vários projetos que têm sua assinatura ao mesmo tempo em que são desenvolvidos em parceria, tem-se movimentos auspiciosos para questionar a noção de autoria individualizada como noção definidora do que é popular e erudito. Isso sem contar que é cada vez mais explicitada a característica autoral de vários artistas que bebem em várias fontes do “popular” para realizar suas composições.

Mesmo como desafio explícito, sem dança e com temática profana, como entende Alberto Ikeda (1990) e tendo sido objeto de consumo cultural inserido na lógica

---

<sup>47</sup> Na atualidade, o cururu apresenta um caráter de zombaria, mais atrelado à dimensão festiva, profana e lúdica e, conseqüentemente, associada ao riso coletivo gerado “no pega”. No entanto, suas origens remetem às concepções sociais e modos de vida mais constantes do louvor religioso e ao contexto da Festa do Divino na região. Assim, antes bem como hoje, alguns cantadores são conhecidos por construir todo o seu improviso como reverência religiosa, pagamento de promessa ou do que é comumente tido no meio como “louvação” ou “cantar na Escritura”, forma oralizada de transmitir os textos da Bíblia. Outra dimensão importante do cururu como prática social é a sua capacidade de transmitir ensinamentos, constituindo mesmo uma forma de produzir e difundir conhecimentos.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

de mercado, o cururu manteve sua constituição rítmica e melódica (SANTA ROSA, 2007, p. 20). A duração média dos encontros de cururus mensais que acompanhamos é de cinco horas. As rodas mensais têm início previsto por volta das 19 horas a cada primeiro sábado do mês no Rio Acima, no município de Votorantim, por exemplo, e no último domingo, às 17 horas no Clube Atlético Barcelona de Sorocaba. Também há programas de cururu transmitidos via rádio em emissoras da região. Em Sorocaba, a rádio Cacique transmite o cururu todos os domingos a partir das 6 horas da manhã. Durante muitos anos, o programa de cururu da Cacique foi comandado por Darcy Reis, que veio a falecer em 2011. Em Porto Feliz, o cururu divide espaço com a programação sertaneja da Rádio Nova Porto, em programa comandado pelo radialista e apresentador de cururus e show sertanejos, João Carlos Martinez. Em Piracicaba, o cururueiro Moacir Siqueira tem programa que vai ao ar pela rádio Difusora e o cururu realizado aos domingos no Clube Atlético Barcelona é transmitido pelo canal 16 da TV a cabo em Sorocaba. O cururu do bairro Rio Acima em Votorantim é filmado e fotografado para registro e guarda dos realizadores das rodas.

### **Notas finais**

De modo geral, no cururu aquilo constitui regra não implica determinação fixa. O que é tido por regra hoje pode não ter sido assim no passado e pode cair em desuso a depender da situação e de quem realiza o improvisado ou desafios. Além da dimensão temporal que situa toda regra num dado contexto, as regras podem ser questionadas, reinventadas ou mesmo substituídas a depender das condições estabelecidas pelos próprios cantadores e violeiros no cururu. Assim é que devem ser lidas as inovações ou continuidades presentes na forma e na vivência do cururu como um todo, perpassando os modos de tocar a viola, a inserção de novos instrumentos de acompanhamento junto à viola e ainda os temas ou formas de se compor e cantar os versos.

Narrativa em constante transformação no tempo e no espaço do Médio Tietê, o cururu é forma coletiva de produzir e transmitir saberes por meio da oralidade. Sem datação precisa que dê conta de suas origens, a modalidade de canto improvisado remonta a diferentes contextos históricos, desde o processo de ocupação das terras paulistas em fins de século XVII, passando pelas transformações do mundo rural até o contexto atual, onde os realizadores estabelecem diálogos e apropriações das inovações tecnológicas, tais como o rádio e o disco nas décadas de 1940 e 1950 e, mais recentemente, os cantadores e violeiros se apropriam das possibilidades da internet e das redes sociais, das emissoras de TV locais e de mídias como cds e dvds, enquanto formas

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

de promoção e difusão do cururu paulista na região e no Brasil, além de estenderem suas agendas de *shows* tanto em relação ao calendário quanto em outras regiões para além do Médio Tietê.

O que nos importa ao tematizar o cururu é justamente sua capacidade de comportar ambiguidades, como continuidade e mudança, conformismo e resistência. Assim, ele pode ser rural ao mesmo tempo em que é urbano. Pode ser profano e também sagrado. Disso resulta uma noção alegórica ou antropozoomórfica do cururu como *trickster* ou enganador que pode ser o que quiser<sup>48</sup>, ainda que na sua forma estética e artística ele se apresente de forma apolínea, ordenada e harmônica, compatível com as doutrinas religiosas cristãs, e mais especificamente à religiosidade católica. Essa característica ordeira e ordenada do cururu passa, sem dúvida pelo batismo à fé católica como sacramento ao qual se submetem e são submetidos seus praticantes. Mas, sem dúvida, não está determinada e em limitada por ela.

### Referência

ANDRADE, Julieta Jesuína Alves de. *Cururu: espetáculo de teatro não-formal poético-musical e coreográfico*. 1992. 3 vl. Tese (Doutorado em Artes) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 1992.

ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1962.

\_\_\_\_\_. Gravação Nacional. In: *Taxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades/SCCT, 1976.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Folclore Nacional II: danças, recreação e música*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [Coleção Raízes].

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Sacerdotes de Viola: rituais religiosos do catolicismo popular em Minas Gerais e São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CANDIDO, Antonio. “Dialética da Malandragem [caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias]”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 8, São Paulo, USP, 1970, pp. 67-89. Disponível em

---

<sup>48</sup> Essa faceta de burla ritual é intensificada se pensarmos na forma do cururu-anfíbio como condutor da narrativa mítica mais relacionada ao universo indígena e mesmo iorubá (quando aproximada à figura de *exu*). Assim, o cururu transita entre ambos os planos, expressando comportamentos que ora assentam no ordenamento social, ora atuam no plano da desordem e do incompreensível, do grotesco e do inconcebível e faz tudo isso em atitude risonha e risível. Portanto, no sentido zoomórfico e enquanto metáforas, o cururu-sapo está próximo ao *exu* em sua capacidade de atuação como mediador das relações e das ações e enquanto mensageiro, transmitindo narrativas de um plano (sagrado) a outro (e profano), inserindo ambiguidades na/da existência humana.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

<[www.unioeste.br/prppg/.../DIALETICA\\_MALANDRAGEM.rtf](http://www.unioeste.br/prppg/.../DIALETICA_MALANDRAGEM.rtf)>. Acesso em 13 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas cidades, 1982.

\_\_\_\_\_. Possíveis raízes indígenas de uma dança popular. *Revista de Antropologia*. São Paulo, 1956.

CANCLINI, Nestor-García. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CORRÊA, Roberto. *A Arte de Pontear Viola*. Brasília, Curitiba: Ed. Autor, 2000.

GAROTO, Cido. *Cururu: retratos de uma tradição*. Sorocaba: Linc, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006;

IKEDA, Alberto T. “Cururu: resistência e adaptação de uma modalidade musical da cultura tradicional paulista”. In: *ArteUnesp*. Vol. 6, São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. *Folias de Reis: sambas do povo*. São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo/Centro de Estudos da Cultura Popular, 2011.

LIMA, Rossini Tavares de. *Moda de viola: poesia de circunstância*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos – DEMA; Comissão Estadual de Folclore, n/d.

LOBATO, José Bento Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTINS, José de Souza. Viola Quebrada. In: FERNANDES, Florestan; PINSKY, Jaime, MARTINS, José de Souza. *Debate & Crítica: Revista Quadrimestral de Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, nº 4, novembro de 1974.

OLIVEIRA, Allan de Paula. *O Tronco da Roseira: uma antropologia da viola caipira*. 2004. 178 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004, pp. 34.

PIRES, Cornélio. *Meu Samburá: anedotas e caipiradas*. São Paulo: Amadio, s/d.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ROMERO, Silvío. *Cantos populares do Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo, Clássica de Alves e Comp., 1897.

Disponível<[http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/bar/or/10.5016\\_03\\_OR83955\\_28\\_01/#/9/zoomed](http://www.delphos.biblioteca.unesp.br/bd/bar/or/10.5016_03_OR83955_28_01/#/9/zoomed)>. Acesso em 20 de dezembro de 2011.;

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977;

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTA ROSA, Sérgio. *Prosa de Cantador: a história e as histórias dos cururueiros paulistas*. São Paulo: Fepaf, 2007.

SANTOS, Elisângela de Jesus. Dom, Parceria e Poética do Conflito no Cururu de São Paulo. In: *R@U - Revista de Antropologia da UFSCar*, v.5, n.1, jan.-jun., p.118-137, 2013. Disponível em <<https://www.dropbox.com/s/9zslhgo4nx0rapm/15.Elisangela.pdf>>. Acesso em 03/03/2013.

\_\_\_\_\_. *Entre Improvisos e Desafios: do cururu como cosmovisão de grupos caipiras*. 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2013.

TINHORÃO, José Ramos. Circo brasileiro, local do universal, In: *Cultura popular: temas e questões*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed.34, 2006.

VANSINA, J. “A tradição oral e sua metodologia”. In: *História Geral da África: I – Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982, pp. 157-179.

**ENTRE DEMÔNIOS: DÁDIVA, RESPEITO E COMPROMETIMENTO ENTRE OS ADEPTOS DO BLACK METAL PAULISTA**

Lucas Lopes de Moraes – PPGAS/USP - LabNAU

lucasmakhno@yahoo.com.br

Fomento: FAPESP

Entre os adeptos do Black Metal paulista a cena é uma categoria nativa que expressa uma noção de comunhão coletiva, estabelecida através do comprometimento com um estilo musical, uma das mais extremas variantes do gênero Heavy Metal. Eventos são organizados tanto na capital quanto em pequenas cidades do interior, pouco significativas para os grandes fluxos de capital, mas que na ótica desses atores sociais são vistas como grandes pólos da resistência. São lugares onde “os guerreiros do Black Metal” se reúnem, trocam experiências e bens, e fortalecem seus sentidos de pertença a um modo de vida específico e a determinadas filiações religiosas (o Satanismo e a “Quimbanda”). Ao estabelecer os parâmetros dessa pesquisa e iniciar os trabalhos de campo, voltados à compreensão das lógicas de ocupação dos espaços urbanos por esse arranjo coletivo, surgiram os primeiros impasses gerados pela resistência dos integrantes dessa cena. O Black Metal era dito ser “para poucos”, algo que não poderia ser “banalizado”. As supostas autoridades intelectuais e morais foram invertidas, dado que o respeito e o comprometimento, critérios essenciais para a entrada na cena, não permitiam a consequente “entrada no campo”. Dessa forma, o exercício gradual de compreender as lógicas internas desse arranjo coletivo, permitiu que estratégias metodológicas fossem elaboradas, e que uma espécie de “círculo da dádiva Black Metal” fosse desvelado: uma rede de trocas de favores que constitui essa cena e que estabelece as alianças entre esses “guerreiros”. Assim, o pesquisador ofereceu suas dádivas, trocou favores, e ainda sem fazer parte da cena conseguiu adentrá-la. Esse trabalho, portanto, busca demonstrar as vicissitudes de uma experiência de campo, que nas exigências da pesquisa produziu um conjunto de estratégias metodológicas, que ao mesmo tempo em que eram estadas, produziram conhecimento sobre um arranjo coletivo que elabora formas específicas de ocupar a cidade, reorganizando suas fronteiras a partir de alianças internas.

\*\*\*

Como um estilo musical o *Black metal* surge no início da década de 1980, mais precisamente no ano de 1982, quando a banda britânica *Venom* lança o álbum intitulado *Black metal* reconhecido como o marco fundador do estilo. Já em seus primórdios o estilo ostentava muitos dos elementos que se tornariam suas características marcantes, como o apelo satânico em suas letras (uma crítica declarada às religiões judaico-cristãs), a agressividade das performances no palco e composições musicais pouco virtuosas para os padrões que o *heavy metal* vinha assumindo com bandas como *Iron Maiden*, *Saxon* e *Judas Priest*. Porém, essas inovações trazidas pela *Venom*, assim como pelos suecos da banda *Bathory*, ganharão notoriedade como percussoras de um novo estilo musical ao influenciarem bandas norueguesas como *Mayhem*, *Burzum*, *Emperor* e

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*Darkthrone*, que no início dos anos de 1990 encabeçariam um movimento concentrado na cidade de Oslo, que ficaria conhecido tanto pelas suas composições musicais, quanto pelos atos violentos cometidos pelos seus integrantes.

Nos primeiros anos da década de 1990, cerca de 20 igrejas foram incendiadas na Noruega pela ação ou influência direta dos membros dessa autodenominada *cena Black metal norueguesa* ou *Black Circle*, assim como assassinatos e suicídios ligados aos membros das bandas. Tais fatos serão responsáveis por um alarde internacional acerca do estilo, que aos poucos ganhará imensa notoriedade no cenário mais amplo do gênero *heavy metal*. No Brasil, inúmeras bandas serão fundadas diretamente influenciadas pelo estilo lapidado pelos noruegueses, contudo, já no meio da década de 1980 a banda brasileira *Sarcófago* apresentava em sua sonoridade, letras e vestimentas, tais traços que seriam consagrados pelos escandinavos, ao ponto de serem tratados como uma das maiores influências da banda *Mayhem*, que teria se inspirado na pintura corporal dos brasileiros para compor aquilo que passaria a ser conhecida como a *corpse paint*: uma maquiagem ostentada no palco, que recobre principalmente o rosto e torso com detalhes em branco e preto, que tem por objetivo criar uma imagem ameaçadora naqueles que a usam.

Esses fatos que compõem a criação do estilo possuem uma riqueza de detalhes e uma carga simbólica impressionante, e são constantemente tema de debate entre os adeptos. Dito isso, não temos a pretensão de esgotar tais elementos, mas apenas apresentar um panorama geral sobre a fundação do estilo para que a discussão apresentada a seguir possa ser situada em seu devido contexto etnográfico.

“Tornar o exótico familiar”, “captar as experiências próximas nativas”, “dar voz aos interlocutores”, termos que permeiam o debate sobre o método etnográfico. A Antropologia tem como uma de suas principais características a sistemática problematização de suas técnicas de coletas de dados e de seus posicionamentos epistemológicos no campo. Sendo assim, o trabalho aqui apresentado busca contribuir com esse debate, resgatando as experiências etnográficas geradas por uma pesquisa realizada entre os adeptos do Black metal paulista, na qual as dificuldades iniciais de “entrada no campo” e as recusas por parte desses sujeitos exigiram uma constante reflexão a respeito das estratégias metodológicas adotadas pelo pesquisador.

Tornar inteligível a rede de sociabilidade constituída por esses atores sociais em contexto urbano só foi possível quando a resistência e a reserva desses sujeitos foram tomadas como consequências de seus posicionamentos sobre esse estilo musical e sobre

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

o círculo restrito de aliados que perfazem uma rede de trocas de favores que se estende por todo o Estado de São Paulo. Portanto, através dos percalços e dos desafios apresentados pela etnografia desse contexto relacional específico: a *cena Black metal paulista*, trago exemplos de como as dificuldades de pesquisa puderam ser aproveitadas como mecanismo de elucidação do próprio objeto de pesquisa escolhido, contribuindo assim, para o debate mais amplo a respeito do método etnográfico e suas categorias.

Ao elaborar o projeto que deu início a essa pesquisa busquei determinar a presença de bandas ligadas ao Black metal na cidade de São Paulo, para assim mapear os lugares ocupados por eles e poder observar suas práticas e as maneiras como se organizavam nos espaços urbanos. A intenção inicial era determinar um *circuito* (MAGNANI, 2002) Black metal paulistano, para então tornar inteligível de uma perspectiva antropológica uma categoria nativa que regularmente era utilizada nos discursos para fanzines<sup>49</sup>, revistas e nas próprias declarações contidas nos encartes dos álbuns: a *cena*.

Essa perspectiva inicial era muito orientada pelas discussões produzidas pelo Lab-NAU, acerca das *manchas, pedaços, circuitos e pórticos*, categorias que em diversos estudos (MAGNANI; SOUZA, 2007) foram aplicadas na análise da dinâmica de arranjos coletivos pela cidade. Tal abordagem foi mantida, contudo, de uma perspectiva metodológica, pois ao tentar mapear um *circuito* Black metal, constatei que para compreender as dinâmicas de sociabilidade desses atores sociais era necessário ir além dos equipamentos da cidade e adentrar as concepções nativas a respeito do pertencimento a essa *cena*. Ou seja, as configurações dos espaços urbanos elaboradas pelos atores sociais, principalmente em sua duração no tempo, deveriam ser observadas tanto quanto as estruturas espaciais da cidade (MAGNANI, 2013, não publicado<sup>50</sup>).

Fora essa perspectiva teórico-metodológica, minhas experiências pessoais como apreciador do gênero heavy metal – e de certa maneira “*headbanger* praticante”<sup>51</sup>, pois há mais de 15 anos sou frequentador de shows e consumidor de álbuns de heavy metal extremo – me levaram a esse objeto, devido a certa curiosidade sobre o Black metal. No

---

<sup>49</sup> Fanzines são revistas fotocopiadas que circulam entre os adeptos do estilo. Nelas podemos encontrar entrevistas com as *hordas* e resenhas de álbuns lançados, muitas vezes manifestos em prol do estilo e contra os “falsos” adeptos são reproduzidos nessas revistas.

<sup>50</sup> Esse texto de Magnani, ainda não publicado, tem circulado entre os integrantes do Lab-NAU, gerando um amplo debate sobre as possibilidades analíticas da categoria *circuito*, principalmente em sua dimensão temporal.

<sup>51</sup> O termo *headbanger* define de maneira genérica os apreciadores mais assíduos do gênero heavy metal, e é preferido pelos mesmos em detrimento de “metaleiro”, uma definição considerada pejorativa (ver LOPES, 2006).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“universo” do heavy metal, ao menos em minhas experiências, o Black metal sempre apareceu como uma incógnita, um estilo pouco conhecido e motivo de estranhamento entre aqueles que não se identificam com ele. Sempre pude escutar críticas e acusações de extremismo, de que os adeptos do Black metal levavam muito a sério o heavy metal, que se consideravam mais *true*s<sup>52</sup> que os demais e que muitas vezes expulsavam pessoas de seus shows.

A partir de minhas experiências percebi que entre aqueles que se diziam *headbangers* existia o que defini como um “senso comum do campo”, ou seja, um conjunto de definições sobre o Black metal, a maioria acusatórias, feitas por quem se considerava muito “de dentro” desse universo, mas que pouco conhecia do estilo além dos álbuns mais famosos de bandas estrangeiras.

Pelas informações que chegavam até mim através de revistas especializadas e fanzines eu sabia da existência de um conjunto de hordas espalhadas pelo Brasil, e que na cidade de São Paulo ocorriam frequentes apresentações daqueles que se consideravam membros da cena paulistana do Black metal, que aparentemente não se misturavam com bandas dos demais estilos. Essas eram as primeiras impressões que eu possuía sobre esse objeto; sabia de sua existência na cidade de São Paulo, conhecia pelos álbuns musicais algumas das hordas e já me interessava dos espaços nos quais comumente se realizavam shows do estilo. Contudo, no momento em que me preparava para o processo seletivo do programa de pós-graduação em Antropologia Social da USP e escrevia a primeira versão de meu projeto, fui convidado por alguns conhecidos de minha namorada a comparecer em Araraquara/SP, em um evento em homenagem a um integrante de um núcleo local de amigos ligados ao Black metal, que havia sido assassinado por um colega de profissão enquanto trabalhava.

Nessa ocasião pude presenciar em um pequeno bar de uma cidade do interior paulista a reunião de hordas vindas de diferentes regiões do estado de São Paulo, que naquele momento prestavam homenagem ao amigo falecido. Todos considerados adeptos do Black metal se apresentaram ostentando a *copse paint* em um ambiente com a entrada controlada, no qual apenas os convidados pelos organizadores podiam entrar. Essa experiência me chamou a atenção e abriu alguns possíveis horizontes de análise

---

<sup>52</sup> O termo *true*, que pode ser traduzido do inglês como “verdadeiro”, é utilizado para definir o sujeito que seria um verdadeiro *headbanger* apreciador do heavy metal. Contudo, esse termo pode ser utilizado no aumentativo e ganhar tons de chacota: o *truzão*, que seria o sujeito que leva a sério demais a música heavy metal e acaba se transformando em alguém muito radical. Várias vezes escutei e também pude ler em sites da internet o termo (no aumentativo) ser utilizado para atacar os adeptos do Black metal.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sobre esse fenômeno que se mostrava passível de ser estudado sob o olhar da Antropologia.

Algumas das impressões iniciais que possuía sobre o estilo e seus adeptos foram se arrefecendo, passei a frequentar mais shows de Black metal e coletar dados para enriquecer o projeto, e nesse processo estabeleci contato com detalhes das organizações dos eventos e das alianças entre as diversas hordas paulistas que me deram o norte a ser seguido na pesquisa. A *cena* e o *underground* como categorias nativas se impunham no campo e eram operadas como delimitadores de fronteiras e condutas, sem, contudo, se apresentarem de maneira clara. Essas noções mobilizadas no discurso nativo precisavam ser cruzadas com as práticas e o quadro relacional constitutivo desses arranjos coletivos

A partir de então, iniciei meus primeiros contatos com os atores sociais vinculados ao Black metal na cidade de São Paulo, dado que a pesquisa definia a capital e sua zona metropolitana como seu recorte analítico. Essa escolha foi orientada tanto pela proximidade das atividades de campo com o local onde realizo meus estudos: a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, mas principalmente pelo fato de São Paulo e sua zona metropolitana abrigarem um conjunto de hordas reconhecidas pela sua experiência e participação nessa cena Black metal em dimensão nacional, entre elas: *Ocultan*, *Mausoleum* e *Impetuoso Desdém*, que desde o início da década de 1990 produzem Black metal e se definem como pertencentes ao estilo.

\*\*\*

As primeiras incursões a campo foram no Fofinho Rock Bar, um dos poucos estabelecimentos que realizam shows de Black metal na cidade de São Paulo, sua importância para a *cena* paulistana se tornou mais clara depois de alguns meses de observação. Nesse momento inicial, entretanto, essa escolha partiu das dificuldades em encontrar eventos do estilo na cidade. O projeto inicial previa um conjunto de pelo menos seis bares da cidade que realizavam shows do estilo, mas no decorrer da pesquisa, somente o Fofinho se apresentou como uma referência constante, enquanto os demais espaços inicialmente mapeados se mostraram “periféricos” ou mesmo indiferentes para os adeptos do estilo. Não que o Black metal não estivesse presente em São Paulo, mas o seu *circuito* de shows parecia estar centrado e restrito ao Fofinho Rock Bar, uma espécie de marco referencial para a cena. Mais tarde esse *circuito* foi se ampliando e surgiram nuances nas leituras daqueles envolvidos com o Black metal,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

alguns desses espaços eram considerados como mais ou menos pertencentes à cena, e por isso, mais ou menos legítimos.

Contudo, o importante a ser salientado aqui são as dificuldades iniciais em contatar os membros das hordas<sup>53</sup>. Tentei estabelecer contato nos ambientes de shows, mas apesar de meus esforços, não recebia retorno posterior e era visto com desconfiança. Apesar de compartilhar de alguns códigos e referências por conhecer o heavy metal e suas diversas vertentes, para os frequentadores dos espaços de shows do estilo na capital eu era um estranho. Optei então, por entrar em contato via e-mail com as hordas, garimpando seus contatos pela internet. Nessas mensagens explicava minha pesquisa e salientava que meu interesse era produzir um trabalho sério, que de nenhuma forma pensava em reproduzir estereótipos sobre os adeptos do estilo, mas apesar disso não recebi nenhum retorno. Apenas um representante de uma *distro*<sup>54</sup> me respondeu, questionando “quem eu era”, afirmando “que não me conhecia” e que não concordava com “esse tipo de abordagem”, pois para ele o Black metal não deveria ser “divulgado”, pois era “uma coisa séria e para poucos”. Eu já previa esse tipo de resistência, mas ao ser sistematicamente rechaçado pelos adeptos do estilo comecei a repensar minhas entradas no campo.

Sendo assim, mapeei alguns atores sociais que já haviam participado da *cena* Black metal e que no momento estavam envolvidos com outros projetos, percebi que essa seria uma boa estratégia para conseguir alguns contatos a partir de alguém que possuía reconhecimento nessa suposta *cena*, mas que não estaria tão preocupado em se abrir e conversar comigo, por supostamente não estar tão engajado com o estilo no momento. A primeira tentativa foi com o vocalista e guitarrista da horda *Arum*, que naquele momento eu sabia estar envolvido em um projeto de *folk* acústico e afastado momentaneamente do Black metal. Logo consegui marcar uma entrevista com ele e sua esposa, parceiros nesse novo projeto, na qual eles descreveram os meandros dessa suposta *cena* e suas alianças internas, me deram alguns contatos e disseram que me indicariam para amigos que ainda estavam envolvidos com o Black metal e que poderiam me ajudar. Eles explicaram nessa ocasião que sua horda *Arum* estava “parada”, mas que tinham participado durante muito tempo da cena Black metal e que por isso, uma indicação me ajudaria a estabelecer alguns contatos e conseguir a

---

<sup>53</sup> No Black metal as bandas são chamadas de hordas.

<sup>54</sup> Distros são espécies de distribuidoras informais que estabelecem acordos com as bandas recebendo os direitos de vender, muitas vezes com certa exclusividade, o material sonoro produzido. Na maioria das vezes essas Distros são encabeçadas por sujeitos com amplos contatos e certo reconhecimento na cena.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

confiança necessária para realizar minha pesquisa. Mais tarde pude aproximar essa minha experiência com aquela vivenciada por Piero Leirner (LEINER, 1997, 2009) em sua pesquisa entre os militares brasileiros, na qual ao receber frequentes recusas e resistências do quadro ativo do exército em relação ao seu trabalho, recorreu aos militares da reserva (aposentados) como um estratégia metodológica de entrada no campo.

Minha estratégia funcionou e em algumas semanas pude realizar entrevistas com alguns membros dessa cena Black metal, que depois se tornaram meus “passes livres” para outras hordas e atores sociais envolvidos com o estilo em São Paulo. Sempre ao estabelecer um novo contato, me apresentava e citava aqueles com quem já havia conversado, isso permitiu ao meu trabalho ganhar legitimidade, pois se aqueles adeptos reconhecidos na cena tinham aceitado falar comigo, outros também se abriam ao diálogo. Sem perceber, passei a fazer uso das alianças internas existentes entre os adeptos do Black metal e foram essas relações de reconhecimento e respeito construídas na experiência e no tempo entre esses atores sociais que permitiram que eu fosse expandindo essa rede de contatos, até o ponto em que meus e-mails começaram a ser respondidos. Aparentemente eu não era mais o pesquisador anônimo, uma potencial ameaça ao estilo e seus adeptos, pois já havia conversado com membros importantes dessa cena, o que parecia dar segurança aos demais para conversarem comigo sobre suas experiências e concepções sobre o estilo. Adentrei ao círculo de alianças entre os adeptos do estilo e através dele consegui estabelecer os contatos necessários.

Outra informação importante, que serve como material de reflexão sobre a dimensão metodológica desse trabalho, diz respeito a certas confusões de meus interlocutores sobre os intuitos do meu trabalho. Ao afirmar que realizava uma pesquisa sobre o Black metal, alguns entenderam que eu pretendia produzir um filme sobre a cena paulistana e começaram a disseminar essa ideia<sup>55</sup>. Passei então, a receber mensagens pela internet de hordas interessadas em participar desse projeto, defendendo que existiam poucos registros do estilo em São Paulo e que seria muito importante um trabalho nesse sentido. Hordas com as quais eu não tinha conseguido travar contato se disponibilizaram a conversar e nesse ponto, eu passei a ser contatado por elas.

---

<sup>55</sup> Até hoje me pergunto se essa não foi uma “jogada” para exigir uma contrapartida de minha parte, já que tomava muito tempo de meus interlocutores questionando-os sobre coisas aparentemente óbvias, além de ganhar diversos CDs e camisetas das hordas.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Nesse impasse, entre desmentir os boatos sobre o filme e arriscar o “fechamento” de um campo tão delicado e cheio de meandros, procurei uma parceria com o Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP (LISA), representado pelas professoras Rose Satiko G. Hikiji e Sylvia Cayubi Novaes, que se mostraram dispostas a me apoiar na produção de um filme sobre o material de minha pesquisa. Assim, surgiu um projeto paralelo de produção de um filme sobre a cena Black metal paulistana que teve ampla aceitação entre meus interlocutores e me permitiu estabelecer relações muito próximas com os mesmos, tendo acesso a informações que antes eu tinha muita dificuldade em conseguir. A coleta das imagens já se encontra adiantada atualmente e serviu para constituir um acervo de entrevistas e imagens de performances dos adeptos do estilo. Mais importante nesse momento é apontar como a produção desse filme produziu um efeito em meu campo e me jogou no interior da rede de compromissos e trocas do Black metal.

Sempre quando entrevistei uma horda ou um de seus integrantes, fui presenteado com camisetas e CDs, que recebi e nunca pude pagar, sob pena de criar certos embarços, ao mesmo tempo em que obtive mais dados para minha pesquisa. Esse círculo de trocas, que parece se reproduzir até mesmo na estrutura de produção dos eventos do estilo me colocou em posição delicada, pois me vi na necessidade de receber, sem ter algo do interesse de meus interlocutores que pudesse devolver em troca. Dessa forma, se pensarmos nesse contexto como um *círculo da dádiva Black metal* (MAUSS, 1988[1925])<sup>56</sup>, a minha obrigação de *dar e retribuir* pôde ser cumprida através da produção desse filme, que tem sido encarado pelos meus interlocutores como a valorização da cena Black metal e o registro do comprometimento de seus adeptos com o estilo.

A suposta hierarquia existente no campo, na qual o antropólogo se sobrepõe aos seus interlocutores através de sua autoridade como pesquisador, parece perder muito da sua consistência em situações como essa. Não poderia realizar essa pesquisa sem a aceitação de meus interlocutores, dado que as concepções nativas sobre comprometimento e seriedade barravam a minha entrada, como pessoa suspeita. Mariza Peirano aponta como as questões hierárquicas na perspectiva de campo se dão muitas

---

<sup>56</sup> O que chamo de *Círculo da dádiva Black metal* faz referência às alianças estabelecidas entre adeptos do Estado do São Paulo inteiro (talvez até do país), que permitem que shows ocorram tanto na capital como em pequenas cidades do interior. Muitos desses eventos contam com a troca de favores entre as hordas, que se deslocam por conta própria e não cobram para se apresentar. Essas práticas são melhor analisadas em minha dissertação de mestrado, na qual busco demonstrar como essa rede de trocas de favores no interior da *cena* se sobrepõe às fronteiras da cidade.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

vezes de forma inversa como o comumente esperado, dado que uma pesquisa só ocorre se ela é aceita pelos nativos, do contrário ela não acontece. Muito interessante que Viveiros de Castro afirma ter passado por essa situação entre os Araweté, entre os quais o interesse pela sua pesquisa precisou ser despertado e avalizado (VIVEIROS DE CASTRO, 1993).

Superadas as dificuldades iniciais dessa pesquisa e estabelecidos os primeiros contatos, a coleta dos dados consistiu-se basicamente em observações nos espaços dos shows, e em entrevistas pré-agendadas ou conversas muitas vezes “informais” nos *backstages*<sup>57</sup> desses eventos. Em certas ocasiões, ao combinar por telefone ou e-mail uma entrevista em datas nas quais ocorreriam as apresentações, tais questionários acabavam se transformando em conversas das quais vários integrantes de hordas diferentes acabavam participando, e devido a todo o “ruído” que permeia o ambiente desses eventos, algumas delas não puderam ser gravadas em áudio. Fora essas ocasiões “imprevistas”, grande parte das entrevistas foi realizada nas próprias residenciais de meus interlocutores, e em alguns casos, em estúdios nos quais ocorrem os ensaios das hordas.

Outra estratégia de coleta de dados foi a filmagem das performances das hordas. A partir do momento em que a ideia da produção de um documentário surgiu, algumas apresentações e situações de campo foram filmadas, constituindo um material que foi diversas vezes revisitado no momento da produção dos cadernos de campo. Muitos detalhes não observados durante o trabalho de campo puderam ser analisados mais tarde com o auxílio das imagens coletadas, enriquecendo dessa forma as descrições etnográficas. Outra fonte importante de informação foi o material musical adquirido. Muitos CDs, LPs e fanzines forneceram dados que permitiram que cada roteiro de entrevista pudesse abordar questões específicas para cada sujeito ou horda entrevistado. Conhecer os álbuns musicais e um pouco da trajetória de cada horda favoreceu o estabelecimento do diálogo com meus interlocutores. Demonstrar certo conhecimento sobre as produções sonoras e sobre a própria história da participação desses atores sociais nessa cena Black metal, se mostrou estratégia muito frutífera no momento das entrevistas, permitindo que elas escapassem do modelo de “inquerito”, no qual o pesquisador faz perguntas e seu interlocutor lhe dá respostas, e se aproximando muito mais de um diálogo sobre determinados temas ligados ao Black metal. Em muitas

---

<sup>57</sup> O termo *backstage* refere-se aos espaços nos quais as bandas se preparam para uma apresentação ou descansam após ela.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

situações questionei meus interlocutores a partir de impressões construídas em minhas incursões ao campo, apresentando minhas hipóteses e questionando-os sobre suas opiniões. Tal estratégia me permitiu recolher declarações importantes e perceber diferentes posicionamentos a respeito de elementos definidos pelos meus próprios interlocutores como essenciais para o Black metal.

Celso Castro (CASTRO; LEIRNER, 2009) em sua experiência de pesquisa entre militares brasileiros descreve algumas das dificuldades de entrada nesse campo, que demandaram diversas estratégias tanto para passar pela burocracia oficial quanto para receber reconhecimento por parte de seus interlocutores. O autor aponta como conhecer as rotinas militares e alguns de seus referenciais foi essencial para a efetivação de seu trabalho. Ao descrever sua experiência de campo e principalmente o processo de entrada, o autor salienta como fez uso da hierarquia militar e de seus códigos corporais para ganhar reconhecimento e poder realizar sua pesquisa. Castro salienta como as relações de subordinação e dominação em muitos momentos se inverteram em campo, não somente na dimensão social e moral, mas também intelectual. Pertencer ao exército, respeitar seus códigos, conhecer seus meandros era algo que do ponto de vista de seus interlocutores poderia ser tomado como uma posição superior em relação ao pesquisador “paisano”.

No caso do Black Metal, eu como alguém ligado ao heavy metal, ao demonstrar desconhecimento sobre a dinâmica da *cena* e a história das hordas, muitas vezes fui tratado com certo desdém, ou visto com desconfiança, em um ambiente no qual a experiência no tempo e o conhecimento sobre o estilo são muito valorizados. Da mesma forma, ao apresentar informações sobre álbuns e shows, passava a ser correspondido em minhas questões. Mobilizar os referenciais coletivos de meus interlocutores não foi apenas uma estratégia de recolha de dados, mas um processo interpretativo sistemático, que permitiu à pesquisa avançar na descrição dos parâmetros de sociabilidade dos adeptos do Black metal.

Portanto, ao elencar os referenciais metodológicos desse trabalho, tento demonstrar como a inserção no campo e as tentativas de compreender o Black metal foram exigindo gradualmente a busca de novas fontes bibliográficas. A noção de etnografia *multi-situada* (MARCUS, 1998) nos permitiu expandir o foco de análise, ainda que superficialmente, para as ramificações dessa rede de atores sociais que escapa à zona metropolitana e alcança o interior do estado de São Paulo (e provavelmente vai mais longe), o conceito de *mundo artístico* (BECKER, 2006) também jogou luz nas

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

atividades compartilhadas que permitem que um evento seja produzido a partir de determinadas convenções definidas por esses arranjos coletivos. O Black metal e seus adeptos demandaram tais abordagens, da mesma forma que exigiram que a categoria analítica *circuito* (MAGNANI, 2002) fosse explorada em sua dimensão temporal, dada a dinâmica peculiar de ocupação dos espaços por parte desses atores integrantes da cena. Mais do que definir lugares ou pontos específicos de aglomeração desses sujeitos no cenário da cidade, essa abordagem buscou enfatizar os atores sociais que constroem tais *mundos, circuitos* e redes de alianças disseminadas pelo tecido (inter)urbano.

### ***Bibliografia***

BECKER, Howard S.. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hicitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *Art Worlds*. Los Angeles: University of California Press. [1982] 1997.

BECKER, Howard S; PESSIN Alain. “A Dialogue on the Ideas of ‘World’ and ‘Field’”. New York, USA: *Sociological Forum*, Vol. 21, No. 2 (Jun., 2006), pp. 275-286.

BENNET, Andy. “Subcultures or neo-tribes? Rethinking the relationship between youth, style and musical taste”. *Sociology*. Vol. 33, n. 3, August 1999. 599-617.

CAMPOY, Leonardo Carbonieri. *Trevas sobre a luz: o underground do heavy metal extremo no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2010.

CASTRO, Celso; LEIRNER, P. C.. *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004[1983].

\_\_\_\_\_. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2011[1973].

KAHN-HARRIS, Keith. *Extreme Metal: Music and Culture on the Edge*. Oxford/New York: Berg, 2007.

LEIRNER, Piero C.. “Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar”. Rio de Janeiro/ São Paulo: FGV/FAPESP, 1997.

\_\_\_\_\_. “A etnografia como extensão da guerra por outros meios: notas sobre a pesquisa com militares”. *Mana* (UFRJ. Impresso), v. 15, p. 59-89, 2009.

MAGNANI, José Guilherme C.. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ANPOCS / Edusp, vol. 17, nº 49, julho/2002, p.11-29.

\_\_\_\_\_. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, Abril/ 2003.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

\_\_\_\_\_. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, Nov. 2005.

\_\_\_\_\_. *Da periferia ao Centro: Trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

\_\_\_\_\_. *O circuito: Proposta de delimitação da categoria*. São Paulo: não publicado, 2013.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988[1925].

MARCUS, George E. *Ethnography through thick and thin*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1998.

PEIRANO, Marisa. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Delumé-Dumará, 1995.

STRAW, Will. "Systems of Articulation, Logics of change: Scenes and Communication in Popular Music". *Cultural Studies*. Vol 5, n. 3 (Oct. 1991).

\_\_\_\_\_. "Scenes and sensibilities". *Cities/Scenes*, 2001.

\_\_\_\_\_. "Cultural Scenes". *Loisir et société / Society and Leisure*. Volume 27, número 2, automne, 2004, p. 411-422.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O campo na selva visto da praia". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 170-190.

# ANTROPOLOGIA

GT 4: ANTROPOLOGIA DAS SOCIEDADES COPLEXAS

Sessão 2: Antropologia da Política e do Estado

**ENSAIO SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Aaron França Teófilo - UNIFAL  
teofilod@gmail.com

O estudo tem por objetivo refletir sobre a reação negativa da sociedade brasileira à violência praticada por uma parcela considerável de manifestantes nos tensos protestos direcionados ao Poder Público iniciados em meados de 2013, no Brasil. A enorme repercussão dada pela "grande mídia" ao uso da força física durante esses protestos colocou sob a luz a primazia da noção de negatividade da ação coletiva violenta enquanto instrumento de contestação, arraigada no imaginário do *povo brasileiro*. Ora, por que se estabeleceu tão rapidamente um forte e amplo consenso quanto à forma como devem ser realizadas as manifestações políticas que ocorrem no Brasil? Ou seja, de maneira ordeira e pacífica! Nesse sentido, qual o lugar e a função da violência na sociedade em tela? Tal reflexão foi conduzida a partir dos princípios de inteligibilidade legados pelo etnógrafo e etnólogo francês Pierre Clastres, principalmente no que concerne ao papel da violência guerreira nas sociedades primitivas. Portanto, a fim de descobrir novas possibilidades de compreensão a respeito da violência política no Brasil contemporâneo, o instrumental teórico forjado pelo referido autor orientou a análise do fenômeno empírico abordado. Desse modo, pondero que nas sociedades *com* e *a favor* do Estado, como a nação brasileira - que se afigura o extremo oposto das sociedades primitivas do ponto de vista propriamente político (sociedades *sem* e *contra* o Estado) -, a violência só é considerada positiva quando exercida pela máquina estatal. Assim sendo, o Estado brasileiro se afigura intocável, só ele pode ser, legitimamente, violento em todos os sentidos, pois apesar das desigualdades que instaura a partir de sua origem, ele ainda é percebido - por uma enorme parcela da população - como uma instituição "essencial" (sagrada!), a única capaz de conduzir os brasileiros, tanto dominantes quanto dominados, à *Terra sem males*. Ademais, ficou patente a necessidade de superação do "naciocentrismo" que limita o pensamento conceitual à perspectiva sociologicamente negativa da utilização da violência para fazer política nas sociedades nacionais democratizadas.

**INTRODUÇÃO**

Em meados de 2013, milhares de pessoas iniciaram uma tremenda mobilização no Brasil em torno de uma gama bastante diversificada de insatisfações e demandas direcionadas ao Poder Público. Destaca-se que a recente onda de manifestações políticas que toma centenas das cidades brasileiras se caracteriza por um forte sentimento de contestação que, por vezes, terminaram em confrontos violentos entre a polícia e os manifestantes, depredações de patrimônios públicos e privados.

É interessante notar que diante de toda peculiaridade que envolve este fenômeno foram os episódios de violência que ganharam maior visibilidade social mediante a veiculação midiática. E a enorme repercussão dada pela denominada "grande mídia" a tais episódios acabou por colocar sob a luz a noção de negatividade da ação coletiva



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

violenta enquanto instrumento de contestação, arraigada no imaginário do *povo brasileiro*.

Nos discursos transmitidos pelas redes de televisão de maior audiência no país<sup>58</sup>, subjaz nitidamente uma hegemônica postura de rejeição à *violência política*<sup>59</sup>. Afirma-se constantemente que uma minoria oportunista se infiltra nos protestos para cometer crimes, e assim, deslegitimam os movimentos políticos pacíficos, estes classificados como propriamente democráticos. Frise-se que essa minoria do ponto de vista quantitativo é, de modo enfático, desqualificada. Aqueles que expressam seu descontentamento em relação ao Poder Público de forma agressiva são rotulados: "vândalos", "baderneiros", "anarquistas", "arruaceiros", "terroristas", "vagabundos", "vermes", "criminosos".

Esta concepção que confere energicamente uma carga negativa à agressividade que deturpa a ordem pública durante os protestos pode ser resumida na seguinte frase pronunciada pela atual Chefe do Poder Executivo Federal, Dilma Rousseff: "Manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia". (Frase que foi destacada das primeiras considerações da presidente sobre os protestos, tornada pública em maio de 2013.)

Diante desse cenário, o presente ensaio é uma modesta tentativa de contribuir de um ponto vista antropológico com a construção de inteligibilidade a respeito de um dos aspectos que aparecem nas referidas manifestações, a saber, a *violência* e a noção predominante que se tem dela quando eclode no espaço público, pois pareceu ser este um momento oportuno e instigante para a reflexão acerca da função e do lugar da *violência política* na sociedade brasileira contemporânea.

Todavia, vale ressaltar que esse tipo de utilização da violência não se reduz ao fenômeno empírico em comento, no qual ela emergiu com grande intensidade, causando espanto, apreensão e vítimas, na presente conjuntura socio-histórica do Estado-nação brasileiro. Objeto deste estudo é a reação marcadamente negativa desta sociedade aos atos violentos praticados por uma parcela considerável de manifestantes nos tensos, e ao mesmo tempo festivos protestos, dirigidos aos governantes eleitos democraticamente. Nesse sentido, o objetivo aqui é refletir sobre a percepção dominante da sociedade a respeito do uso da violência para fazer política, e não estritamente sobre os protestos em

---

<sup>58</sup> Rede Globo, Rede Bandeirantes, Rede Record e Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

<sup>59</sup> O termo violência política é utilizado aqui para designar "o uso da força física em situações públicas (...), e em relações que são entendidas pelos próprios agentes sociais envolvidos como tendo algo a ver com o mundo da política" (Elias, 1996 apud Neiburg, 2001, p. 44).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

si, nem sobre suas possíveis implicações futuras. Neste ensaio coloco-me o seguinte "problema": por que se estabeleceu tão rapidamente um forte e amplo consenso quanto à forma como devem ser realizados os protestos políticos que ocorrem no Brasil? Ou seja, de maneira ordeira e pacífica!

Procurando respostas para esta questão, conduzi tal reflexão a partir dos princípios de inteligibilidade legados pelo etnógrafo e etnólogo francês Pierre Clastres, principalmente no que concerne ao papel da violência guerreira nas sociedades primitivas. Portanto, a fim de descobrir novas possibilidades de compreensão a respeito do objeto deste estudo, aproximei o instrumental analítico forjado pelo referido autor ao fenômeno empírico abordado.

No próximo tópico segue o resultado do esforço de entendimento sobre o aporte teórico-conceitual utilizado para dar conta do objeto deste estudo. No posterior, segue o resultado do cotejamento entre o fenômeno social em estudo e o instrumental teórico-conceitual que orientou uma primária compreensão antropológica do mesmo.

### **A VIOLÊNCIA GUERREIRA NAS SOCIEDADES SEM E CONTRA O ESTADO**

Em *Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas*<sup>60</sup>, Clastres apresenta uma resposta original à algumas das principais questões que se colocava: Por que as sociedades primitivas se afiguram apaixonadas pela violência guerreira? E sendo assim, qual é o papel da guerra nas sociedades primitivas?

Para o etnólogo, torna-se fundamental (re)colocar tais questões basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, Clastres percebe a carência de reflexões gerais sobre a violência nas sociedades primitivas, tanto na literatura etnográfica quanto na etnologia da primeira metade do século XX, apesar da enorme quantidade de dados etnográficos que apontam, nesse tipo de sociedade, certa obsessão pela guerra. Por outro lado, o autor considera insuficientes e equivocadas as repostas dadas por aqueles que, antes dele, tentaram dar conta da "problemática" em tela, sobretudo as formuladas por Thomas Hobbes e Claude Lévi-Strauss.

Na tentativa de minimizar essa carência e contribuir para o avanço do conhecimento etnológico sobre a guerra nas sociedades primitivas, Clastres, baseando-se numa vasta gama de dados recolhidos por ele mesmo e outros, sobretudo entre os

---

<sup>60</sup> Texto publicado pela primeira vez em francês no ano de 1977, pouco antes da morte do autor em um acidente de carro, que lhe tirou prematuramente a vida, aos 43 anos de idade. Constitui a obra *Arqueologia da violência*, publicado póstuma e originalmente sob o título de *Pesquisas de Antropologia Política* [1980].

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

"ameríndios", trava um debate com dois teóricos do social (os acima mencionados), a fim de precisar a função e o lugar da violência guerreira nas sociedades ditas primitivas. Desse modo, ao largo de sua argumentação no referido texto: empenha-se em desfazer as confusões teóricas destes autores, e melhor interpretar a relação peculiar entre sociedade primitiva e atividade guerreira.

Ao contrapor as respectivas hipóteses destes autores e os dados etnográficos em mãos, Clastres refuta tanto a ideia hobbesiana de *guerra de todos contra todos* quanto a noção lévi-straussiana de *troca de todos com todos*. Para ele, ambas as perspectivas produzem uma imagem bastante distorcida sobre a questão da guerra no que concerne às sociedades primitivas, se afigurando muito aquém da realidade do ser social primitivo. Em resumo: por se enganarem a respeito da guerra, Hobbes e Lévi-Strauss, produziram teorias bastante equivocadas sobre a sociedade primitiva.

Na visão clastriana, neste tipo de sociedade, de fato, os sujeitos vivem em constante alerta sob a possibilidade permanente de um conflito sangrento. Todavia, nem todos os outros grupos são inimigos, não o tempo todo; nesse diapasão, trocas, regras e alianças existem entre os humanos "primitivos". Sendo assim, a hipótese de *inimizade de todos contra todos* é veementemente refutada por Clastres. A *guerra de todos contra todos* contribuiria para a irrupção da divisão social, pois o vencedor domina os derrotados, o que vai de encontro ao ser social primitivo.

Contudo, Lévi-Strauss erra justamente ao pensar o oposto, na condição de *amizade de todos com todos*, ou seja, por não perceber a importância dada à guerra pelas sociedades primitivas, por não compreender sua função neste tipo de sociedade. Para ele, a guerra seria apenas o resultado de trocas malsucedidas (consequência das transações que terminam mal), pois, seu ser social seria um *ser-para-a-troca* e não um *ser-para-a-guerra*.

Para Clastres, o ser social primitivo é um *ser-para-a-guerra*, como bem pensava Hobbes, de acordo com o primeiro. Assim sendo, a troca é um mal necessário, pois em toda relação de hostilidade e de conflito direto (o que caracteriza o relacionamento entre as comunidades primitivas) é fundamental estabelecer alianças, pois todos são inimigos potenciais. Portanto, o ser social primitivo trata-se de um *ser-para-a-guerra*, e não um *ser-para-a-troca*, como coloca Lévi-Strauss. Porém, a guerra demanda alianças que conduz à troca. Nesse sentido, a troca é um efeito tático da guerra. Então, Lévi-Strauss comete o equívoco de colocar, no mesmo plano, a *troca fundadora da sociedade humana* (que funda o universo da regra) e a *troca como modo de relação entre grupos*

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*diferentes*. Ora, para Clastres, a *amizade de todos com todos* contribui para a dissolução das diferenças, unifica e hierarquiza, o que também vai de encontro ao desejo sociológico primitivo.

Em síntese, Clastres postula que tanto a guerra quanto a troca constituem as sociedades primitivas. É interessante notar que, diferentemente de Hobbes, e do tradicional pensamento político ocidental, Clastres ousa pensar a sociedade e o político podendo prescindir, intencionalmente, da máquina estatal. E a guerra, é o mais importante empreendimento coletivo das sociedades tidas como primitivas, contra a formação do Estado. Portanto, a atividade sociopolítica por excelência da sociedade primitiva é a guerra, e não a troca.

\* \* \*

Até aqui vimos que, tanto a hipótese hobbesiana quanto a lévi-straussiana - cada qual ao seu modo -, negam a realidade do ser social primitivo, ignoram o desejo sociológico das sociedades primitivas, como aponta P. Clastres, que, para melhor defini-lo, forja o conceito que o tornou célebre, o de "sociedade-contra-o-Estado". Mas, afinal, por que nosso autor entende que as sociedades primitivas são sociedades contra a instituição do Estado? O que é o Estado para os primitivos? E por que é tamanha a necessidade da constante hostilidade entre as "sociedade(s)-contra-o-Estado"?

Na obra *A sociedade contra o Estado* [1974], o autor argumenta que as "sociedades primitivas" são uma multiplicidade de grupos locais relativamente independentes e decididamente contrários à instituição do Estado, portanto, "sociedade(s)-contra-o-Estado". Já em *Arqueologia da violência* [1980], traz a noção de que a violência guerreira é estrutural no que diz respeito às "sociedades primitivas", pois a hostilidade que marca a relação entre os diferentes grupos locais (inimizade com outros grupos que, por vezes, culmina no conflito sangrento, em guerra), seria o principal mecanismo de recusa à fundação do Estado.

Clastres distingue dois tipos de sociedade: as sociedades com Estado (civilizadas), e as sociedades sem Estado (primitivas). As sociedades primitivas reagem negativamente à unificação dos grupos locais - à formação do Um (Estado) -, pois possuem outra lógica de arranjo social: a lógica da diferença e da fragmentação. Segundo o autor, o Estado forja a unificação em detrimento das diferenças que caracterizam as distintas "comunidades", e funda as relações de poder entre sujeitos e

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

grupos no interior da comunidade local - relação assimétrica de comando/obediência (a desigualdade social primeira, essencialmente política).

Neste sentido, a violência é sociologicamente positiva, e mais, é estrutural neste modelo de sociedade pelo fato de que é o principal mecanismo empregado na luta cotidiana dos "primitivos" contra o Estado e, portanto, o meio de sobrevivência por excelência deste modelo peculiar de arranjo sociopolítico. Assim, estas são sociedades *sem e contra* o Estado.

Nesta seção tentei demonstrar que, de acordo com a interpretação clastriana, as sociedades primitivas são "apaixonadas" pela *violência política* porque são sociedades contra o poder coercitivo do Estado. Segundo Clastres, a instituição da máquina estatal significa a morte das sociedades primitivas. Quando nasce o Estado, imediatamente morrem as totalidades indivisas que se hostilizaram e lutaram entre si, em recusa da unificação dos grupos locais independentes, e em repúdio ao florescimento da divisão social.

### **A SOCIEDADE BRASILEIRA COM E A FAVOR DO ESTADO**

Cada um de nós traz efetivamente em si, interiorizada como a fé do crente, essa certeza de que a sociedade existe para o Estado (CLASTRES, 2003: 207).

Em termos políticos, o que diferencia fundamentalmente a sociedade brasileira de uma sociedade primitiva? Ora, no sentido veiculado pela antropologia política de Clastres, é a existência de um Estado brasileiro. O Brasil é, há muito, um "Estado-nação", que experiencia em nossos dias uma forma de organização política do tipo democrática. Contudo, na esteira de nosso autor, antes de uma democracia moderna capitalista, com todas as suas peculiaridades, a sociedade brasileira é uma sociedade *com* Estado. Ora, se existem fenômenos que caracterizam a sociedade brasileira, um dos mais marcantes, sem dúvida, é a complexa hierarquização das relações sociais nesta sociedade.

Mas o que faz das pessoas humanas, pessoas brasileiras? Em outras palavras, o que faz uma associação de aproximadamente 200 milhões de sujeitos - que vivem num território maior em extensão do que todo continente Europeu - se definirem como brasileiras e brasileiros? Ora, tal questão não é nova, alguns estudiosos que já se debruçaram sobre o Brasil já enfrentaram ou ainda enfrentam de certa maneira o mesmo "problema" (DaMatta, 1986; Ribeiro, 1995). Aqui apenas me apropriarei de seus

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

esclarecimentos, quando necessário, para tentar alcançar os objetivos deste breve estudo.

Na obra *O povo brasileiro* (1995), Darcy Ribeiro coloca que o sujeito se afirma brasileiro "graças" a um sentimento muito profundo que lhe diz ser brasileiro, o mesmo sentimento que faz com que determinado sujeito afirme-se judeu, alemão ou russo. É especialmente por meio desse sentimento forte e profundo dado pela "cultura nacionalizante" - construída, transmitida e incorporada de geração em geração -, que se constitui e perpetua *o povo brasileiro*.

Tomando por base esta resposta dada por Darcy Ribeiro, e na esteira da antropologia política de P. Clastres, podemos afirmar que é devido, principalmente, a um sentimento compartilhado de pertencimento, pautado por um desejo sociológico de unidade (nacional), por uma intencionalidade coletiva que deseja o Um/Estado, que as pessoas se percebem naturalmente cidadãs brasileiras, isto apesar de todas as diversidades e adversidades que experienciam no Brasil. Sendo assim, uma sociedade *a favor* do Estado.

Os brasileiros, sem dúvida, intuem que são *diferentes* em vários aspectos. Sabem que os ideais, os valores, as escolhas, os gostos, os sotaques, as crenças religiosas e etc., muitas vezes, os diferenciam e hierarquizam; mas, lá no fundo, no canto esquerdo do peito, se percebem *iguais*: se identificam enquanto brasileiros, pobres ou ricos, brancos ou pretos, católicos ou protestantes... . Em resumo, o "brasileirismo" (a crença em ser brasileiro) é uma construção sociocultural e política, um constructo social que virá natureza - a naturalidade de ser brasileiro.

Enfim, a nossa sociedade é uma sociedade *com e a favor* do Estado. As pessoas que habitam suas fronteiras nacionais se percebem igualmente como brasileiras, nesse diapasão, tal sociedade opera politicamente pela lógica da identificação, os sujeitos se reconhecem como semelhantes (idênticos) na condição de brasileiros, filhas e filhos da "pátria amada Brasil".

É interessante notar durante as atuais manifestações - que têm aglutinado nas ruas desse país, sujeitos e grupos diversos, ocupantes de posições sociais desiguais, ou seja, que tem (re)unido a sociedade civil - o mar de pessoas vestidas de branco, com os rostos pintados de verde e amarelo, cantando com o peito estufado, em uníssono, o hino nacional brasileiro. Para o que interessa aqui, tal fato é de suma importância por revelar que a unidade nacional é, para os manifestantes (sobretudo os pacíficos), o que verdadeiramente importa, em detrimento daqueles e seus partidos políticos que

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

eventualmente "mal ocupam" os cargos públicos oficiais de representação política. Nesse sentido, a crença dos cidadãos da nação na sacralidade do Estado transcende determinados momentos de grande insatisfação em relação as fissuras sociais que ele instaura, e que se esforça para dissimular, a fim de mantê-las naturalizadas, desconhecidas.

### **A VIOLÊNCIA POLÍTICA NO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO**

Após as considerações anteriores, ensaio neste tópico algumas respostas para a questão central deste trabalho. Por que em torno dos atos violentos de contestação observados nas atuais manifestações políticas no Brasil, se formou - quase que instantaneamente - um consenso a respeito da absoluta negatividade de qualquer movimento que se utilize da violência na "arena política"? Enfim, como podemos interpretar o lugar e a função da violência política na sociedade brasileira contemporânea estabelecendo um contraponto com a teoria clastriana sobre a violência guerreira nas sociedades primitivas?

Para Weber, o Estado detém o monopólio da violência legítima. O Estado, segundo Hobbes, funda a sociedade por meio de sua força coercitiva - concentrada na figura de um soberano, o *Leviatã*. Em Clastres (2011), o Estado é também dotado de meios coercitivos legitimados socialmente, diferentemente do chefe indígena que não possui instrumentos de coerção, ou seja, a instituição da chefia indígena não detinha meios para se fazer obedecer. Não há qualquer órgão do poder separado da totalidade dos grupos locais primitivos ("Nós-indivisos"), no seio destes não existe alguém ou alguns que mandam nos outros, ninguém se faz obedecer, e mesmo que pretenda mandar, não será obedecido.

Diante da preponderante postura de repúdio à violência praticada nas atuais manifestações políticas no Estado nacional brasileiro - tomando por base a compreensão do antropólogo francês acerca da relação entre violência e Estado (a violência impede o Estado e o Estado impede a violência civil) -, parece-me plausível inferir que a sociedade brasileira considera que a violência só é legítima (positiva!) nas mãos do *Leviatã*, a máquina estatal. Transparece, neste momento de intensa contestação política, que grande parte da população brasileira confere total negatividade à violência que escapa do controle do desejado Estado. O Estado impede a guerra na medida em que ele é o órgão do poder exterior à comunidade. Ele não pode tolerar a guerra, a guerra civil;

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

ele existe para manter unitárias as pessoas sobre as quais exerce o poder (CLATRES, 2003: 269).

Ora, não é à toa que os manifestantes que se utilizam da força física como instrumento político são veementemente desqualificados por diferentes setores da sociedade brasileira, de tal modo que sequer são considerados manifestantes, mas sim, *vândalos* (criminosos!) que merecem ser reprimidos pelo Estado, se necessário, de maneira violenta. Neste diapasão, o Estado se afigura intocável, só ele pode ser violento em todos os sentidos, pois apesar das desigualdades que instaura, no final das contas, ele ainda se apresenta como a única esperança do "povo brasileiro" de um dia viver na *Terra sem males*.

O Estado impede a guerra na medida em que ele é o órgão do poder exterior à comunidade. Ele não pode tolerar a guerra, a guerra civil; ele existe para manter unitárias as pessoas sobre as quais exerce o poder (CLATRES, 2003: 269). Portanto, o lugar da violência é nos braços da máquina estatal brasileira, e sua função é manter a ordem sociopolítica vigente: uma sociedade civilizada - com Estado, ou seja, uma sociedade relativamente independente enquanto uma nação particular (que ocupa um espaço político-administrativo circunscrito por suas fronteiras nacionais, num mundo globalizado), e internamente dividido entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem e, a posteriori, em exploradores e explorados, economicamente abastados ou despossuídos. A *violência política* que escapa das mãos do Leviatã brasileiro é mormente percebida como ilegítima, injusta, portanto, criminosa. Parece muito claro que a "cultura brasileira" tem como padrão forjar sujeitos pacíficos, que até podem reivindicar direitos, ou se revoltarem contra a máquina estatal por vários motivos, mas, somente de modo pacífico, por meio da palavra<sup>61</sup>. A seguinte fala de um dos manifestantes entrevistados pela Rede Globo parece sintetizar exatamente o desejo da grande maioria dos brasileiros, inclusive o daqueles sujeitos que se dispuseram sair às ruas correndo o risco de serem vítimas da repressão policial. "A gente não quer revolução, queremos só consertar as coisas no país!". Tal afirmação revela que o manifestante, e muitos outros brasileiros, parecem saber muito bem o que querem, um Brasil melhor, sem corrupção, com "educação", saúde e segurança de qualidade para todos. E entende que, é o Estado - o Poder Público - que deve garantir tudo isso a todos

---

<sup>61</sup> Vale ressaltar o caráter democrático do atual Estado brasileiro, pois no período em que experienciou a ditadura militar (1964 - 1985), qualquer ameaça - real ou não - de contestação era violentamente reprimida pela máquina estatal militarizada.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

os cidadãos. Afinal, é para ele que reivindicamos, nele está depositada toda esperança de dias melhores, a fé de que um dia viveremos numa *Terra sem males*.

Nesse sentido, se os atores políticos por excelência nas sociedades primitivas fazem a guerra, usam da força física contra o Estado, na atualidade, parece que a grande maioria dos atores políticos brasileiros que protesta, desconhecem a sabedoria da "filosofia política" dos ditos primitivos. Estes reconhecem o Estado como a origem da divisão social, e se organizam contra seu nascimento - seja ele democrático ou não, governado por partidos que se rotulam de direita, centro ou esquerda. O "Leviatã verde e amarelo" é que funda e assegura todas as desigualdades a partir da relação de poder de mando e obediência que instaurou desde sua origem.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste ensaio procurei demonstrar, sobretudo, que a violência política é valorizada de maneira oposta em duas formas de associação entre sujeitos com arranjos políticos distintos. Nas "sociedades primitivas", sem e contra o Estado, este tipo de violência é vista como positiva. Já nas sociedades com e a favor do Estado, a ação coletiva violenta contra este órgão do poder exterior à sociedade é concebida como negativa. A partir desse entendimento, ficou patente a necessidade de superação do "naciocentrismo" que limita o pensamento conceitual à perspectiva sociologicamente negativa da utilização da violência para fazer política nas sociedades nacionais democratizadas. Dizer *a priori* que a violência política é sempre negativa porque ameaça o Estado democrático de direito é reproduzir o discurso naciocêntrico propalado tanto pela mídia quanto pelo senso comum, ao invés de encará-la como uma das formas possíveis criadas pelo ser humano para se manifestar na "arena política" quando é negada a resolução ou minimização dos problemas sociais através do diálogo entre sociedade civil, "minorias" e representantes eleitos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. In: A sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

\_\_\_\_\_. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas. In: Arqueologia da violência. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

NEIBURG, Federico. O Naciocentrismo das Ciências Sociais e as Formas de Conceituar a Violência Política e os Processos de Politização da Vida Social. In: Dossiê Norbert Elias. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**GEORGES BALANDIER E A ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: O POLÍTICO COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO ANTROPOLÓGICA**

João Gabriel Rodrigues e Figueiredo - UNIFAL  
Fomento: FAPEMIG

Procuramos analisar o modo de construção de dois conceitos (político e poder) na produção intelectual do antropólogo Georges Balandier, no intento de perceber as particularidades de sua abordagem. O autor iniciou seus trabalhos de campo na África, a partir de 1950, tendo familiaridade com os estudos desenvolvidos pelos antropólogos chamados “africanistas”, com os quais estabelece estreito diálogo na elaboração de um instrumental teórico-metodológico, que é o principal objetivo da obra que será investigada neste estudo. A descolonização e a formação dos novos Estados-nacionais africanos se desenhavam num cenário conflituoso, exigindo reflexões diferenciadas dos pesquisadores a respeito de problemas outrora encarados especialmente pela filosofia política, como o questionamento acerca da essência do político, considerando uma sociedade bastante plural, marcada pelas descontinuidades. Balandier, por meio do material etnográfico coletado entre as sociedades primitivas (sem um poder centralizado consolidado), procurou conduzir este debate no contexto da sociedade moderna, retomando discussões que marcaram seu processo de formação e consolidação, como as funções do Estado nos processos de dominação. Nosso primeiro desafio consistiu, nesse sentido, em identificar as questões levantadas pelo autor. Feito isso, traçamos algumas considerações acerca das possibilidades da referida abordagem a partir de um conjunto de problemas relativos, sobretudo, à teoria proposta por Balandier, aos conceitos centrais que ele trabalha e à maneira pela qual ele percebe o fenômeno político. Para tanto, nos concentramos numa obra muito particular, a saber, “Antropologia política”, publicada originalmente, em 1967, em francês.

**Palavras-chave:** Antropologia da política, Georges Balandier, poder.

## **I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O antropólogo francês Georges Balandier colocou como pergunta uma das questões mais cruciais no que se refere aos estudos relativos à antropologia da política e à teoria política: qual é o lugar do político no social? O que pode definir este objeto de investigação? Esse esforço aparece especialmente em “Antropologia Política”, cujo objetivo, como o título aponta, consiste em explanar sobre essa área do conhecimento.

Neste mesmo livro, Balandier faz outra pergunta crucial: onde está o poder? Qual sua função? A definição desses dois conceitos (político e poder) é um ponto nodal para a construção de sua “teoria dinamista dos sistemas sociais”.

Este trabalho, sendo estritamente bibliográfico, pretendeu apenas conferir uma mínima inteligibilidade no que se refere às particularidades através das quais Balandier constrói um objeto de estudo para a investigação antropológica.

## **II - SITUANDO O AUTOR E SUAS QUESTÕES**

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“[...]as sociedades humanas produzem *todas* o político e estão *todas* franqueadas às vicissitudes da história.” (BALANDIER, 1969: 5).

Georges Balandier iniciou seus trabalhos de campo na África, a partir de 1950, tendo familiaridade com os estudos desenvolvidos pelos antropólogos chamados “africanistas”, com os quais estabelece estreito diálogo na elaboração de um instrumental teórico-metodológico dotado de maior precisão, que é o principal objetivo da obra que será investigada neste trabalho.

Para tanto, na tentativa de responder à crítica empreendida pelos estudiosos da política (ou politólogos), a saber, a acusação de que os antropólogos estavam observando um objeto mal determinado, ressalta os avanços empreendidos pelas investigações que permitiram ampliar o conhecimento acerca das “sociedades exóticas africanas”, até então estranhas ao pensamento antropológico, destacando “mais de uma centena de casos observados notadamente na África Negra.” (BALANDIER, 1969: 8).

Os materiais descritivos acumulados no decorrer dos vinte anos que antecedem a publicação de “Antropologia Política” (1967), levados a cabo tanto por outros investigadores como pelo próprio Balandier, ofereceram um repertório que apontava para a existência de uma dimensão política nas sociedades que não dispunham de uma organização estatal formalizada.

É fundamental destacar que a África passava pelo seu processo de descolonização, pela formação e consolidação de seus próprios Estados-nacionais. Neste cenário, a informação etnográfica revelava agrupamentos humanos sujeitados também aos conflitos de interesse, apontando, assim, numa direção contrária à visão “romântica” acerca das tribos primitivas como desprovidas de organização política, não-históricas e igualitárias.

Dessa maneira, o contexto africano impunha um desafio muito particular ao pensamento antropológico: como abordar tais evidências? Mantendo a dimensão política e histórica das sociedades exóticas alheia às reflexões concernentes aos estudos de antropologia e de teoria política?

Nessa conjuntura, marcada pela descolonização tardia e pela formação e consolidação de novos Estados-nacionais, que se desenhavam à base de conflitos e disputas, nosso autor se propôs a encarar certos problemas outrora encarados especialmente pela filosofia política, e que se esquivavam da reflexão antropológica, como o questionamento acerca da essência do político, considerando sociedades que,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

embora parecessem homogêneas, apontavam organizações políticas bastante complexas e plurais, marcadas principalmente por descontinuidades e contradições.

Balandier afirma que, embora a filosofia política, no seu limite, almeje enfrentar as questões referentes à essência do político, ela confundia a teoria do político com a teoria do Estado. Em “Antropologia Política”, particularmente, Balandier procura construir com maior precisão o objeto de estudo da antropologia da política. Uma questão muito pontual norteia tal empreendimento: como pensar a dimensão política em sociedades que não possuem um Estado formalmente consolidado?

Na década de 1960, algumas correntes de pensamento se definiam pela postura crítica, no sentido de se empenharem na desconstrução de certas “verdades” arraigadas. É exatamente neste fluxo crítico que a antropologia política aparece como tentativa de conferir inteligibilidade a problemas mais gerais, ou seja, a problemas que não eram exclusividade do mundo moderno nem estavam ausentes das tribos africanas, mas diziam respeito a ambas.

Segundo o autor, os antropólogos da política sofriam uma crítica muito pontual: eles eram acusados de orientarem seus esforços para um objeto mal determinado, ou seja, de oferecerem reflexões intelectuais sem antes ter precisão no que realmente investigavam concretamente. Alguns definiam o político a partir dos limites territoriais, outros por meio das organizações que garantem a ordem interna e a defesa contra as ameaças externas e outros ainda pela capacidade de influência de um ou mais atores nos negócios públicos formais.

O fato de que as sociedades exóticas não dispunham de um Estado formalmente constituído, de um poder centralizado no âmbito institucional, não significaria que as relações de poder não fizessem parte dessas sociedades, mas, ao contrário, revelaria que o poder pode atuar de outros modos, através de outras facetas. Se, antes, há um objeto mal determinado, como os críticos acusam, de que maneira poder-se-ia estabelecer comparações que não estivessem condicionadas também às más determinações, depois?

### **III - O ELOGIO DO MOVIMENTO: ENTRE ESTRUTURAS E PRÁTICAS SOCIAIS**

Balandier está num enorme embate com a ênfase predominante na antropologia naquele momento: o Estruturalismo. Parte de seus esforços está em apontar a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

insuficiência da abordagem estruturalista na apreensão do político. Qual a razão? Segundo ele, o político é, sobretudo, movimento, e o estruturalismo procura apreender o social através do que ele tem de fixo. Pensando no modelo da língua, o estruturalismo está preocupado com a “gramática” (estrutura) e a antropologia dinamista com a “fala”, ou seja, como ela se manifesta e se atualiza empiricamente em cada contexto.

Nesse embate, o autor chama atenção para a contribuição do “estruturalista moderado” Edmund Leach, que destacava a insuficiência dos modelos explicativos elaborados pelos antropólogos estruturalistas, visto que eles apareceriam como “sistemas estáticos” que não acompanhavam o fluxo incoerente e desequilibrado da vida social, mas serviam apenas como uma maneira de conferir elucidações lógicas às realidades que se escapavam de um empreendimento puramente intelectual.

“Em suma, Leach nos incita a tomar em consideração o contraditório, o conflituoso, o aproximativo e o relacional *externo*. Essa orientação se revela necessária ao progresso da antropologia política, pois o político se define em primeiro lugar pela defrontação dos interesses e da competição.” (BALANDIER, 1969: 21).

Além disso, diversos antropólogos não reconheciam a dimensão política nas sociedades que não dispunham de um governo formalmente organizado, como MacLeod, Malinowski e Radcliffe-Brown. Por isso, nosso autor destaca também a contribuição de um sociólogo, Max Weber, “[...] que soube lembrar a anterioridade da política em relação ao Estado, o qual, longe de se confundir com ela, não é mais que uma de suas manifestações históricas.” (BALANDIER, 1969: 26).

Neste ponto, é possível perceber o esforço de Balandier em trazer para o debate a importância das práticas, do jogo social em sua concretude. Isso não significa, todavia, que ele desprivilegie as estruturas. Pelo contrário, as práticas, segundo ele, aparecem como “produto de unidades ou estruturas específicas”, que não podem ser confundidas nem com a rigidez de certas dicotomias (com Estado/sem Estado; com história/sem história) nem com certas definições que carregam um caráter gradativo (mais político/menos político; mais histórico/menos histórico). Nosso autor aponta, então, para a necessidade de uma visão *dinamista*, capaz de “apreender a dinâmica das estruturas tanto quanto o sistema das relações que a constituem: isto é, tomar em consideração as incompatibilidades, as contradições, as tensões e o movimento inerente a toda sociedade.” (BALANDIER, 1969: 20).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Interesse notar que as teorias e os conceitos que envolvem as práticas, não somente no âmbito da antropologia, mas nas ciências sociais e humanas de maneira geral, são aportes para novas reflexões, elaborados em determinadas conjunturas sócio-históricas que imprimem sua marca nas ferramentas construídas para a análise de determinado fenômeno. Sendo assim, portanto, a construção de um objeto de investigação acaba sempre marcada por um aspecto mais ou menos interpretativo. Balandier, em sua interpretação, procura esboçar um instrumental capaz de dar conta não somente das manifestações do fenômeno político nas tribos africanas, mas também nas diferentes sociedades, ou seja, percebe o fenômeno em sua *universalidade*, como uma questão humana. Eis a grande ambição da antropologia!

“A antropologia política [...] pesquisa as propriedades comuns a todas as organizações políticas reconhecidas em sua diversidade histórica e geográfica.” (BALANDIER, 1969:7).

### **IV – A ABORDAGEM BALANDIERIANA: POR UMA CIÊNCIA DO POLÍTICO**

A ambição de Balandier consiste em encontrar a essência do “político”, ou seja, o ponto comum que aparece tanto nas sociedades que nos são familiares bem como nas sociedades que estão fora de nossa ótica, as sociedades exóticas, sem negar, porém, as particularidades de cada uma delas. Nesse sentido, a antropologia política apareceria como um esforço em sintetizar os conhecimentos da ciência política e da filosofia política e edificar, assim, uma *ciência do político*, capaz de promover investigações que dessem conta não somente das sociedades ocidentais e modernas ou das sociedades africanas, mas do fenômeno social como um todo, numa constante cooperação interdisciplinar.

Tal empreendimento, que se apresentava à antropologia, outrora também se apresentou à filosofia, como destaca o autor logo na abertura do segundo capítulo, “o terreno do político”. Balandier chega a afirmar que filosofia política e antropologia política “em suas ambições extremas, colimam atingir a própria essência do político sob a diversidade das formas que o tornam manifesto.” (BALANDIER: 1969: 24).

Montesquieu, segundo ele, foi o grande iniciador desta empreitada, de uma antropologia política verdadeiramente científica, pois, através dos relatos de viajantes e outros materiais de segunda mão, trouxe para o debate, primeiramente, a questão da

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

diversidade das formas políticas e, depois, a tentativa de construir comparações e tipologias. Assim, já no pensamento do século XVIII houve o que se poderia chamar de “revolução do método”. Ao invés de traçar postulados e normatizações, como o fazia a filosofia política, dizendo o que o político deveria ser, Montesquieu buscou, antes, a *observação dos fatos*, que se mostravam através de uma enorme diversidade de governos e de organizações políticas estatais e não estatais.

A antropologia política começa a desenhar seus contornos no século XX, mais precisamente no início da década de 1920, priorizando as descrições das sociedades segmentárias, também chamadas de “sociedades de governo mínimo”, e mutantes (aquelas que estavam passando pelo processo de descolonização) em África, por meio do método etnográfico. Balandier chama esses antropólogos de “africanistas politistas”.

A partir disso, foi possível começar a esboçar algumas elaborações mais teóricas, confrontando sistemas de parentesco e de linhagens e outros sistemas que insinuavam a existência de formas políticas primitivas. Até então, para vários autores, as relações de parentesco excluía as relações políticas. Balandier aponta na direção contrária.

“Longe de conceber o parentesco e o político como termos que se excluem mutuamente ou que se opõem um ao outro, a antropologia política revelou laços complexos existentes entre os dois sistemas e fundou a análise e a elaboração teórica de suas relações por ocasião das pesquisas de campo.” (BALANDIER, 1969: 49).

Há um esforço para se demonstrar que as tipologias e classificações até então elaboradas eram insuficientes para dar conta das discontinuidades e das formas de expressão do político em sistemas que apontam, por sua vez, para a multiplicidade das organizações políticas; estas se confundindo com o próprio social e com os modelos estáticos que desprivilegiam o dinamismo que as caracterizam. Desse modo, sugere os estudos comparativos devem se limitar às microtipologias, de modo a aprofundar o conhecimento em relação a regiões mais localizadas antes de estabelecer inferências de caráter mais geral.

Para Balandier a noção de sistema aparece como um aspecto fundamental nesse sentido. O político se expressa por meio de um ou mais “sistemas” que fornecem a ele uma linguagem e uma forma, ou seja, um modo de organização das hierarquizações entre sujeitos e grupos que, por seu lado, podem não se apresentar de maneira unívoca (como no caso de sociedades que não se organizam através de desigualdades exageradas



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

e bem diferenciadas), mas obedecendo a múltiplas funções, evocadas de acordo com as circunstâncias, que garantem condições mínimas para a existência de um governo dos homens.

“Na ausência de uma autoridade política bem diferenciada, a preeminência, o prestígio e a influência resultam da conjugação dessas desigualdades mínimas. Na ausência de um poder político distinto, um poder político-religioso – de dominante religiosa – opera por intermédio de estruturas territoriais e das disposições de classes de idade. Não se pode definir esse poder apenas por tais estruturas, mas muito mais pelas relações desiguais em que se funda e pela dinâmica das oposições e conflitos que o põem de manifesto.” (BALANDIER, 1969: 57).

Na tentativa de desvencilhar as reflexões da antropologia política do etnocentrismo das teorias políticas, Balandier se esforça para mostrar que não é possível enfrentar o problema de maneira unilateral, ou seja, tendo sempre como referência uma visão particularizada do que é o social, como seria o caso da nossa familiaridade com o Estado Moderno. De que modo seria possível pensar o “político” em sociedades que institucionalizam o exercício do poder de uma maneira que não nos é familiar? Ou melhor: seria possível pensar o “político” nesses casos?

É interessante observar que a construção do objeto pelo autor passa pela maneira em que ele coloca a pergunta acerca do fenômeno em pauta. “Objeto” e “fenômeno” dizem respeito ao mesmo ponto? Para alguns autores apontados por Balandier, o Estado seria o objeto de estudo por excelência do campo político. Mas, de acordo com o conteúdo do material etnográfico disponível, ele se pergunta até que ponto o fenômeno político não pode se estender para além desse objeto construído por esses outros pensadores, ampliando, assim, a percepção acerca de tal fenômeno; configurando de outra maneira a forma de se conceber o objeto que será investigado posteriormente. Por conta disso, como foi apontado, sugere a necessidade de um esforço interdisciplinar, uma *ciência do político*, que permita estudos comparativos entre as sociedades exóticas e as sociedades modernas.

O “político” passa a ser encarado não como mero aspecto formal ou totalidade absoluta do social, mas como algo *inerente* a ele. Para Balandier, o político se define pelas desigualdades e hierarquias, organizadas de maneira particular em cada sociedade. Desse modo, para ele, onde houver *relação entre desiguais*, haverá “político”.

### V – OS ATORES POLÍTICOS

“Os soberanos são parentes, homólogos ou mediadores dos deuses. A comunidade dos atributos do poder e do sagrado revela o elo que sempre existiu entre eles, e que a história distendeu sem todavia rompê-lo jamais. O ensinamento dos historiadores se impõe com a força da evidência, desde o instante em que eles consideram os poderes superiores associados à pessoa real, os rituais e o cerimonial da investidura, os processos que mantêm a *distância* entre o rei e os súditos e, enfim, a expressão da legitimidade. [...] A sacralidade do poder afirma-se também na relação que une os súditos ao soberano: uma veneração ou uma submissão total, que a razão não justifica, um temor da desobediência, que tem o caráter de transgressão sacrílega.” (BALANDIER, 1969: 93).

Balandier evidencia um laço de união entre aqueles que *exercem* o poder e as coisas sagradas, apontando para uma relação intrínseca entre religião e política. Entretanto, é importante chamar atenção para uma questão essencial, relacionada à compreensão deste ponto da argumentação. Mais do que aproximar política e religião, o autor aponta que o poder (assim como o sagrado) está acima de qualquer individualidade, inclusive do próprio “poderoso” (governante, chefe, etc.), que seria o detentor do poder político, ou seja, de um poder exercido em função de determinada organização social.

“[...] o poder impõe sua própria lei aos que o possuem pois, do contrário, este opera em falso e destrói o que lhe compete preservar. [...] Se os chefes governam seus súditos, o poder governa seus depositários, porque encontra sua origem no campo do sagrado. (BALANDIER, 1969: 96-7).

Em outras palavras, os indivíduos e os grupos particulares adquirem o sentimento de pertencimento a algo inviolável porque é “bom”, algo mesmo sagrado, que por não poder ser combatido, acaba por ser percebido como algo “natural”, embora seja uma construção de conformidade, *empreendida constantemente pelos atores políticos*. Tal conformidade é produto de uma idealização à qual até os detentores do poder acabam por se submeter.

Dessa maneira, ao destacar a “sacralidade do poder”, ele sugere que as ações de seus detentores bem como de seus subordinados se tornaria uma espécie de “agência passiva”, visto que não perdem a capacidade de agir, mas as mantêm circunscritas nos

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

limites de determinadas hierarquizações. Tais hierarquizações são produto de uma imagem representativa que transcende as assimetrias das relações concretas.

“Por intermédio [do poder], a sociedade é apreendida como unidade - a organização política introduz o verdadeiro princípio totalizador -, ordem e permanência. Ela é apreendida como forma idealizada, como garantia de segurança coletiva e puro reflexo do costume ou da lei; posta à prova sob o aspecto de valor supremo e coativo, torna-se, assim, a materialização de uma transcendência que se impõe aos indivíduos e aos grupos particulares. (BALANDIER, 1969: 38).

Essa “unidade” ou “princípio totalizador” aparece na ideia de que “o poder está sempre a serviço de uma estrutura social que não se pode manter somente pela intervenção do ‘costume’ ou da lei, por uma espécie de conformidade automática às regras.” (BALANDIER, 1969: 35). Ele afirma textualmente esse “serviço” do poder. Mas qual seria esse “serviço” que o “poder” presta à determinada “estrutura social”? O que o diferencia do “costume” ou da “lei”?

*O poder está a serviço do “bom funcionamento” de toda sociedade. Ele se diferencia do “costume” ou da “lei” por conta de sua elevada capacidade de coerção e pela necessidade de que um tipo particular de sujeito o exerça.*

Não basta que um poder seja postulado pelos costumes da coletividade ou pelas leis morais ou jurídicas. O poder precisa ser *constantemente reafirmado como uma necessidade* a qual não se pode abrir mão, devido à vulnerabilidade intrínseca a toda sociedade. Assim, os atores políticos dissimulam os conflitos e as hierarquias a fim de que os sujeitos que estão sob seu comando percebam os interesses deles como se fossem os seus próprios.

Todavia, eles também precisariam ser percebidos como “seres diferenciados”, de modo que adquiram certas responsabilidades, mas também certas vantagens, numa relação muito delicada entre o ator e seu papel. Tal relação se estabelece através dos rituais de investidura (sempre alicerçados no sagrado), que os transforma em verdadeiros atores políticos.

“O cargo (ou função) encerra necessariamente elementos cerimoniais e rituais que, por ‘um processo deliberado e solene’, permitem ascender a ele e adquirir ‘nova identidade social’. Estabelece-se entre o cargo e seu possuidor uma relação complexa: se o primeiro permanece vago, a ordem social pareceria ameaçada; se o segundo não se conformasse às obrigações e interditos impostos pelo cargo – conservando apenas os privilégios que ele encerra -, o risco seria o

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

mesmo. O cargo não tem apenas um aspecto técnico, tem também um caráter moral e/ou religioso, que se acha evidentemente acentuado nos casos de funções político-rituais.” (BALANDIER, 1969: 83).

Além do prestígio, eles possuem responsabilidades e obrigações específicas: são responsáveis pela construção e reconstrução constante de uma ordem capaz de gerar nos indivíduos a sensação de segurança e de prosperidade. Eis o preço a ser pago: toda sociedade exige deles a força necessária para que as coisas pareçam estar homogêneas, para que as tensões e os conflitos sejam aceitáveis, as hierarquizações controladas dentro de seus próprios limites e as desigualdades legitimadas como “coisas naturais”.

### VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma ação política é aquela que tem como finalidade ou a manutenção da ordem ou a sua contestação ritualizada. Mas por que “ritualizada”? Ritualizada no sentido de que algo permanece intocado (pois possui o caráter “sagrado”) naquilo em que é exercida a força de contestação. “Ataca-se o governante e não o governo”: poder-se-ia pensar de modo a ilustrar tal raciocínio.

Balandier, em seu caráter universalizante, estende tal argumentação para a totalidade das coisas humanas, colocando, nesse sentido, que toda sociedade é construída num equilíbrio instável. Nesta delicada relação entre ordem e desordem, a coesão aparece constantemente sujeita ao desarranjo, à dispersão, visto que as desigualdades e os interesses divergentes que percorrem as relações sociais geram forças centrífugas, colocando as comunidades em constante risco de separação, de ruptura.

Caberia às ações políticas garantirem que essas forças sejam utilizadas a favor da coletividade. A consequência disso seria a necessidade de um mecanismo capaz de construir e reconstruir freqüentemente tal coesão dentro desses limites delicados, marcados pela vulnerabilidade de toda comunidade política. E esse mecanismo é o “poder político”, que aparece como uma coerção capaz de construir consentimento pelas vias da não violência, ou seja, sem a utilização direta da força física. No entanto, no limite, a violência seria a “última cartada” de uma ação política, mas a menos eficaz, pois tornaria exposta a “verdade do poder”, ou seja, as relações assimétricas e as desigualdades que estão encerradas (e, até certo ponto, escondidas!) em seu seio.

Assim, na visão do autor, o “poder” consiste nessa capacidade de “ritualizar conflitos” e, dessa maneira, conservar o social em “bom estado” ou adaptá-lo às

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

mudanças que favoreçam a preservação da ordem, ou melhor, da vida coletiva, sendo, nesse sentido, uma necessidade de toda e qualquer sociedade.

O sagrado, assim como o poder, garantiria um equilíbrio (mesmo que instável) entre as relações assimétricas que se expressam no social como *desordem*. Tal noção aparece na definição de “poder” proposta por Balandier.

“Recorrendo a uma fórmula sintética, definir-se-á o poder como resultante, para toda a sociedade, da necessidade de lutar contra a entropia que a ameaça de desordem – como ameaça todo sistema.” (BALANDIER, 1969: 36).

Desse modo, é através dos processos rituais que os atores políticos estabelecem ou restabelecem tal elo de caráter sagrado, essa “relação indestrutível” de parentesco entre eles, que é marcada, ao mesmo tempo, pela “distância” em relação aos súditos (que não exercem o poder), mas também pela união entre os que mandam e os que obedecem, percebida como “o verdadeiro princípio totalizador” ou “a materialização de uma transcendência que se impõe aos indivíduos e aos grupos particulares”.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

\_\_\_\_\_. **Antropo-lógicas**. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

\_\_\_\_\_. **As dinâmicas sociais: sentido e poder**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, Difusão Editorial S.A., 1976.

\_\_\_\_\_. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

**O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COMO FUNÇÃO PARLAMENTAR**

Caroline Mendes dos Santos<sup>62</sup> – UFSCar  
carolinemdossantos@gmail.com  
Fomento: FAPESP

Esta proposta de trabalho é uma tentativa preliminar de fazer uma análise antropológica sobre a atividade parlamentar. Os primeiros dados analisados foram obtidos por meio do acompanhamento do cotidiano do trabalho de um vereador dentro do gabinete e da Câmara de Vereadores, local de trabalho parlamentar. A atuação de um vereador é entendida como a fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial do poder executivo e legislação do município através da elaboração de emendas às leis orgânica, complementares e ordinárias, decretos legislativos e resoluções sobre materiais de competência do município. Nota-se que a ciência política brasileira centrou suas análises nos estudos legislativos referentes a essas funções e a organização interna das Câmaras Legislativas, privilegiando a escolha racional e o (neo) institucionalismo como método de análise. Minha pesquisa, no entanto, inspirada pelos trabalhos da antropologia da política propõe uma análise centrada no ponto de vista parlamentar sob o que seriam suas funções como vereador destacando sua relação com o atendimento à população. Para o parlamentar, atender, cria vínculos com a população, no entanto isso não influencia na decisão do voto de quem pede ajuda, portanto este não é o motivo que lhe faz atender. O parlamentar frequentemente associa o atendimento à população como uma das funções de seu trabalho. Trata-se de uma *obrigação* e não de uma mera política distributivista que acredita na ideia de que os políticos atuam individualmente pensando apenas em sua reeleição. Este, portanto, é o foco da análise deste texto: pensar o atendimento à população como uma das funções parlamentares para um vereador.

**1. INTRODUÇÃO**

Este texto tem como objetivo fazer uma análise da atividade parlamentar (Bezerra, 1999; Kuschnir 2000a, 2000b; Heredia 2002) pensada a partir das concepções de um vereador de um município médio do Estado de São Paulo. Os dados apresentados neste trabalho correspondem à pesquisa de campo realizada no gabinete e na Câmara de Vereadores, local de trabalho parlamentar. É nesses lugares que a política é percebida, pois as funções formais, quer dizer funções consideradas obrigatórias, acontecem. Mas não é e nunca foi minha intenção observar apenas às atividades parlamentares exclusivamente ligadas a legislação, mas sim aquelas funções consideradas importantes pelos intervenientes da minha pesquisa. Nos primeiros dados que já disponho observei e pretendo discutir ainda que tangencialmente o relacionamento do vereador com os demais parlamentares, assessores e secretarias municipais. Concentrando meus esforços principalmente na relação que se estabelece entre o vereador e a *população*<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Graduação em andamento em Ciências Sociais, com ênfase em antropologia.

<sup>63</sup> Na pesquisa produzida por Kuschnir (2000a) na linguagem dos vereadores *população* e *eleitores* são sinônimos. No caso estudado o segundo termo não é enunciado. Por esta razão usarei este e outros termos dos intervenientes de minha pesquisa em itálico.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

R<sup>64</sup> concorreu ao cargo de vereador em três oportunidades. Em 2000 e 2004 ficou bem distante dos mais votados do partido. Foi apenas em 2012 na terceira tentativa que ele conseguiu se tornar vereador obtendo a quarta melhor votação do PT naquele pleito. Para o vereador tal resultado decorre do seu histórico de vida nos distritos do município e nos trabalhos anteriores prestados no serviço público e privado. Por exemplo, o último emprego que teve antes de *estar vereador* foi no cargo de diretor administrativo e financeiro da Secretaria de Educação. Essa função permitiu-lhe um contato mais próximo com setores da educação municipal, isto é professores, diretores, merendeiras e serventes da *rede* municipal de ensino. Para ele a campanha de 2012 com o slogan “Compromisso com a educação” atraiu essas pessoas, o que lhe permitiu uma votação expressiva já que a *rede* municipal de ensino conta com um grande número de servidores. Já em relação aos distritos do município, é interessante notar que embora não tenha feito campanha específica neles o vereador obteve concentração de votos nessas duas localidades. Para ele além do fato de ter nascido em um deles, o que pesou na decisão das pessoas foi à educação, por isso não dá para dissociar uma coisa da outra. Mesmo assim, o vereador compreende que não pode seguir apenas a *bandeira* da educação, pois sabe que os distritos têm demandas próprias e que o mandato tem que colaborar com elas.

Do resultado oficial das eleições em outubro até o início do trabalho parlamentar (15 de Janeiro) há acontecimentos importantes como a diplomação, à posse em 1º de janeiro, o sorteio dos gabinetes e a oficialização dos assessores. É apenas depois desse período que as maiores dificuldades, os desafios e os fatos aparecem. Enquanto os vereadores que não estão em seu primeiro mandato demonstram nas sessões firmeza, os novatos são mais tímidos e receosos em suas falas. No caso de R uma das maiores dificuldades encontradas no primeiro ano de mandato, não diz respeito à falta de experiência. Fora casos isolados, o vereador já demonstrava vasta experiência em analisar processos (em razão ao cargo de diretor e ao curso de direito) além de entender o funcionamento da Câmara Legislativa, muito embora às vezes fosse necessária a leitura do Regimento Interno. O grande empecilho estava e está relacionada ao fato de ser oposição do Executivo. Algumas de suas funções como vereador são dificultadas tanto por esse poder quanto pelo próprio legislativo. É possível notar que estratégias foram desenvolvidas ao longo dos 16 meses no que se refere a seus *pares* e a prefeitura.

---

<sup>64</sup> Preservarei o nome de todos intervenientes de minha pesquisa.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

E que a fiscalização, função possível sendo oposição vem lhe proporcionando um contato diferenciado com a população.

### 2. OBRIGAÇÕES PARLAMENTARES

As atribuições relacionadas ao trabalho de um parlamentar são as de fazer leis e fiscalizar e assessorar o Poder Executivo. Tais funções estão descritas na Lei Orgânica do Município, no Plano Diretor e Regimento Interno. Esse último é um importante instrumento para aqueles que querem compreender melhor o funcionamento da Câmara dos Vereadores e as formalidades existentes entre os parlamentares. É nelas que encontramos as funções da Câmara, da Mesa Diretora, das Comissões e por fim dos vereadores.

§ 1º - As funções legislativas consistem na elaboração de Emendas à Lei Orgânica do Município, de Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções sobre todas as matérias de competência do Município.

§ 2º - As funções de fiscalização externa são exercidas com auxílio do Tribunal de Contas do Estado, podendo haver contratação de Auditoria Independente [...].

§ 3º - A função de controle da Administração Pública implica a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e ética político administrativas, bem como a tomada de medida saneadora que se fizer necessário.

§ 4º - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante INDICAÇÕES.

§ 5º - A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estrutura e direção de seus serviços auxiliares.

§ 6º - A função julgadora ocorre na hipótese em que é necessário julgar o Prefeito e os Vereadores [...]<sup>65</sup>.

Os vereadores também dispõem de outras proposições que lhes permitem fiscalizar, legislar e assessorar o executivo, tais como os requerimentos, as indicações e as moções (apelo, protesto, repúdio, apoio, pesar por falecimento e congratulações ou louvor)<sup>66</sup>. Muitas dessas proposições interseccionam o parlamentar ao contato com a população, no trabalho de Bezerra (1999), por exemplo, encontramos na elaboração do orçamento anual o elo entre o mandato e às bases eleitorais, já na tese de Pinto (2013), percebemos que as homenagens (prerrogativa do trabalho legislativo) são usadas para manter uma proximidade com a população. Ou seja, vemos nessas duas etnografias que as funções formais estão interligadas a população, mais do que isso essas atribuições são usadas para que o contato com elas sejam mantidos.

---

<sup>65</sup> Trecho retirado do Regimento Interno da Câmara, Título I Da Câmara Municipal, Capítulo I Das Funções da Câmara, pp. 1. A palavra em caixa alta é do texto original.

<sup>66</sup> Essas proposições devem ser protocoladas e apresentadas nas sessões ordinárias que acontecem uma vez por semana.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Quando questionado sobre suas funções formais, o vereador na qual acompanho as atividades destacou aquilo que se encontra no Regimento Interno (e descrito acima) dando destaque ao atendimento à população considerada por ele uma *obrigação* “formal” embora não se encontre descrita em nenhum documento oficial dos órgãos estatais. No entanto, diferente das etnografias de Pinto (2013) e Bezerra (1999), observo, mas ainda de forma preliminar, que a função que mantém o vereador, que acompanho as atividades, em relação à população é a fiscalização e não a atribuição legislativa. É sobre isso que tratarei a seguir, qual a importância que o parlamentar atribui a suas funções formais, sua relação com setores do executivo e o atendimento à população? Como um sentimento de *obrigatoriedade* a “função” de atendimento pode estar interseccionada à fiscalização?

### 2.1. LEGISLAR, ASSESSORAR, FISCALIZAR E ATENDER

Vereadores municipais são constantemente associados àqueles que elaboram leis. Porém, no caso da minha pesquisa, o político que acompanho não privilegia essa função, por considerá-la menos importante à medida que vereadores não podem criar leis onerosas ao município e projetos não onerosos como escolher *nome de rua* são irrelevantes para a cidade. Outro problema que desestimula o parlamentar a ocupar espaço do seu cotidiano com funções legislativas é sua relação de oposição na Câmara. Em seu primeiro ano de mandato o vereador percebeu que projetos relevantes para o município poderiam ser rejeitados pelos demais vereadores em apoio ao executivo. Esses dois fatos são constatados quando se analisam os 16 meses de mandato. Nesse período foram solicitados pelo vereador apenas um decreto (dando título de cidadão honorário), uma lei ordinária (concedendo nome a logradouro) e quatro projetos de leis ordinárias. De todos os projetos de leis o que o vereador considerava mais importante foi recusado, pois justamente na visão da base do governo na câmara o projeto era desfavorável à atual gestão. Foi esse fato, ainda nas primeiras sessões, que o desestimulou a continuar elaborando outros projetos.

Sobre sua função de legislador não há muito mais o que se dizer, contudo quando tratamos de fiscalização, assessoria e relação com setores do executivo, e atendimento à população os números são diferentes, mas não é necessário nem mesmo dados quantitativos para se provar isso. Grande parte do cotidiano do gabinete é voltada a elaboração de requerimentos, indicações e atendimento à população.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Os vereadores exercem suas funções de legislar, fiscalizar e assessorar mediante as proposições já mencionadas, por exemplo, respectivamente projetos de leis, requerimentos e indicações<sup>67</sup>. Algumas demandas que se refere ao poder executivo chegam ao gabinete atrás de ligações ou visitas. Após a assessoria verificar a veracidade da “denúncia”. Eles se responsabilizam pela redação das proposições (sob orientação do parlamentar). Uma vez aprovados os textos pelo vereador eles são protocolados e encaminhados para votação na sessão da Câmara. Por conta de cordialidades existentes entre os vereadores não há dificuldades na aprovação dos pedidos (todas essas proposições que são ligadas a indicação e requerimento são sempre aprovados de forma unanime independentemente do vereador que a solicita). Os maiores empecilhos acontecem com o poder executivo. As indicações (utilizadas para assessorar o executivo sobre determinadas demandas), por exemplo, diferente do que acontece com os vereadores da base, são recebidas pela prefeitura ou secretarias e na sua grande maioria não são atendidas.

Quando se trata de requerimento, proposição utilizada corriqueiramente por *R* para fiscalizar o poder executivo<sup>68</sup>, o tramete é um pouco diferente. No caso de requerimento a prefeitura é obrigada regimentalmente a responder. No entanto, há uma grande demora nas respostas enviadas pela prefeitura em razão dos constantes pedidos de *vistas*<sup>69</sup>. E quando as respostas chegam, elas dizem pouco sobre o que foi questionado. Uma estratégia comum, aprendida ainda no primeiro ano de mandato, é requerer informação mesmo que o assunto trata-se de indicação (neste caso há uma pequena alteração na redação do documento dando a ele um caráter de requerimento), pois ao menos o mandato saberá as providências que deverá ser tomada mediante as respostas da prefeitura.

Mas de todo o tempo gasto o que mais chama a atenção é o atendimento à população, pois, como já mencionado, atender não constitui uma função formal. No entanto ao descrever suas atividades que considera funções de um vereador, *R* apontou

---

<sup>67</sup> A moção é uma proposição na qual os vereadores expressão seu repúdio, apelo, apoio, pesar ou congratula algum cidadão pelos serviços prestados a cidade. Ou seja, esse é um dos mecanismos que os políticos têm para homenagear os cidadãos (além dos decretos), isso fica mais claro na leitura da tese de Pinto (2013).

<sup>68</sup> A leitura diária do Diário Oficial também auxilia o vereador na fiscalização, no *Diário* encontra-se tudo aquilo que foi feito no expediente municipal: Leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral. Atos de interesse dos servidores da Administração Pública Federal. Contratos, editais, avisos ineditoriais. Balanços financeiros das secretarias e empresas públicas. Resultados, convocação ou abertura de concursos públicos. E Licitações, entre outros assuntos.

<sup>69</sup> Encontra-se no Regimento Interno, é um direito do poder executivo pedir mais prazo para responder a solicitação enviada pelo Legislativo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

para os dispositivos legais destacando o atendimento à *população* como uma função tão importante quanto às contidas no Regimento Interno da Câmara. Discorrerei sobre esse ponto de forma mais detalhada no próximo item.

### 2.1.1. O ATENDIMENTO

A população frequentemente procura o gabinete pedindo apoio, pessoal ou coletivo. Esses apoios constituem-se em muitos casos pedidos através de emendas parlamentares. Acesso (a informações, a pessoas e a coisas) ou pedido de soluções de problemas que o vereador, em sua posição, dispõe. E há aqueles que querem ajudas consideradas simples, em que o vereador não é sequer mencionado. No atendimento eu percebi certa simetria entre os casos e vi, mas de forma ainda preliminar, que o contato com a população relaciona-se ao seu papel de fiscalização e que o atendimento acontece por um sentimento de *obrigação* do parlamentar.

No caso de emenda é necessário um ofício e uma reunião agendada com o parlamentar na qual o solicitante discorre sobre a importância do projeto e pergunta formalmente se é possível à contribuição do vereador. Em alguns casos a resposta vem de imediato. Em outras situações há a necessidade de um estudo melhor sobre a distribuição do dinheiro e do valor pedido. Neste segundo ano<sup>70</sup> o vereador optou até o momento em ajudar filantropia<sup>71</sup> e assuntos relacionados à educação<sup>72</sup>.

No segundo “tipo” de atendimento não há necessidade da presença do vereador<sup>73</sup>, porque não se trata de assuntos que precisa de seus acessos ou do seu conhecimento de termos jurídicos. É o caso, por exemplo, de elaboração de currículo, cópia de documentos, e informações referentes a obrigações do poder executivo. Nos casos em que se fala do vereador, a relação entre o político e a pessoa vem de pedido feito anteriormente muitas vezes relacionado ao terceiro tipo de atendimento.

Embora o vereador não possa por si só resolver o caso de todas as pessoas que o procura é inegável que ser vereador dá “acessos que não têm preço” para usar os termos de Kuschnir (2000b), ou seja, seu trabalho como parlamentar possibilita uma relação

---

<sup>70</sup> O número de vereadores mudou com a Emenda Constitucional nº 58, de 2009 que estabeleceu novo número de vereadores. Passando de 15 para 21 vereadores, na votação do orçamento para o ano de 2013, os 15 vereadores estabeleceram as emendas levando em consideração apenas 15 vereadores. Deixando seis vereadores no ano de 2013 sem emenda parlamentar, um deles foi R.

<sup>71</sup> Por exemplo, casas de apoio a crianças e idosos.

<sup>72</sup> Em sua maioria os valores foram destinados a compra de material de construção e de consumo, além de brinquedos.

<sup>73</sup> Não significa que o vereador não fique ciente de tais pedidos. Em alguns desses casos quando trata-se de algo específico, a presença do vereador é necessária.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

mais próxima com algumas secretarias do que propriamente as pessoas que necessitam desses serviços. É em decorrência desses acessos que as pessoas o procuram. Dúvidas em relação à distribuição de medicamentos, cestas básicas, lista de espera em vagas em escolas e creches, cirurgias e exames, entre outros serviços prestados pela prefeitura são comuns. Mas é importante frisar que nem todo o acesso é decorrente do mandato parlamentar, muitos o procuram por conhecê-lo do cargo que tinha na Secretaria de Educação trabalhando como diretor.

É obvio para o vereador que seu trabalho na Secretaria atrai pessoas ao gabinete pedindo, por exemplo, vagas em escolas e transporte escolar para área rural. No entanto é interessante notar que há ao menos outros dois vereadores com essa mesma *bandeira*. Vereadores, aliás, da base aliada do executivo. Porque ir a ele? Uma primeira resposta pode estar relacionada ao fato de que uma grande parte que o procura no gabinete já o conhecia da Secretaria da Educação. Já a outra parcela que não o conhecia, passou a conhecê-lo depois do seu trabalho como vereador, mais especificamente através de suas denúncias (fiscalização). Digo isso explicando por meio de um dos *casos* atendidos recentemente: *Ro* foi ao gabinete com sua mãe pedir ajuda na solução de seu problema com transporte escolar que parou de passar na zona rural na atual gestão municipal, impossibilitando sua ida à universidade. Essa pessoa me contou que votou em candidatos do atual governo e que se decepcionou em relação a ele. Já o vereador que acompanho vem demonstrando, para ela, um bom trabalho. Assim como em muitos *casos* parecidos com os de *Ro*, o vereador tenta resolve-los ainda com a pessoa em seu gabinete, frequentemente o vereador liga para quem puder ajuda-lo. No caso de *Ro*, não foi possível resolve-lo na hora<sup>74</sup>, ainda assim ela demonstrou sair satisfeita do atendimento.

É claro que não dá para desenvolver melhor os motivos que fazem as pessoas procura-lo, pois minha pesquisa está relacionada às impressões do político em relação à população e não o contrário. Outro ponto que impossibilita o desenvolvimento dessa questão diz respeito ao fato de eu estar do outro lado da mesa (ao lado dos assessores e por tanto “com eles”) causando estranheza em relação a minha curiosidade em questioná-los sobre as eleições de 2012 e porque procuraram este e não outro vereador<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> Para solucionar-lo o responsável solicitou que o vereador enviasse um pedido formal ao prefeito.

<sup>75</sup> Na ocasião que *Ro* me falou sobre sua situação, ela não sabia da minha situação no gabinete.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Apesar de não ter certeza sobre os motivos que levam essa parcela da população a procura-lo, o vereador compartilha da mesma suspeita que a minha, para ele é um fato que a fiscalização tem sido o grande propulsor do seu mandato (ao menos para imprensa e para o próprio vereador). Nos últimos meses, por exemplo, foram feitas duas grandes denúncias de licitações irregulares, ambas relacionadas à educação. Para o parlamentar, foram essas acusações as responsáveis por trazer pessoas que não o conheciam até o gabinete para pedir orientação e ajuda.

Se observarmos o caso de *Ro* perceberemos que apesar dela não compor sua base eleitoral, seu pedido está relacionado a algo que faz parte da *bandeira* política do vereador. Assim como ela outras pessoas que procuram o gabinete demonstrando, em muitos casos, não conhecer o vereador. Em outro exemplo, um grupo de mulheres procurou o gabinete solicitando auxílio jurídico, muitas delas demonstravam que não votaram e que outras sequer conheciam seu trabalho. Apesar desse *caso* não estar diretamente relacionado à *suas bandeiras* o vereador não demonstrou menos importância ou deixou de auxiliá-las por essa razão. Para ele, se aparecem pessoas que não o conheciam pedindo ajuda isso é um sinal de que o mandato está ficando conhecido e para ele *é isso que importa*.

Assim como o vereador, seus assessores sabem que a maioria dos que os procuram não votou no mandato em 2012, no entanto o atendimento é feito, segundo *R*, de forma indiscriminada<sup>76</sup>. No máximo o que ocorre é um cadastramento com nome, telefone e bairro que mora, isso apenas para dar retorno sobre a demanda levada pela pessoa. Não há, por exemplo, pedido de número do título de eleitor, prática, segundo o vereador, comum entre alguns dos seus *pares*.

O papel de fiscalizador ocupa muito do seu tempo, fazendo com que alguns atendimentos (nesse caso trata-se de todos os “tipos” de atendimentos) sejam feitos exclusivamente pelos assessores. Eles desempenham papel importante tanto no atendimento quanto no auxílio em questões burocráticas/mandato e pessoais/familiares. A questão da falta de atenção a algumas pessoas é discutida por um dos assessores que acha imprescindível o atendimento realizado pelo próprio vereador, não só em gabinete, mas também em bairros e visitas a *pessoas que votaram com a gente*. Dar atenção para quem votou *com a gente* é fundamental para um dos assessores que indaga vez ou outra a falta de compromisso em não visitar essas pessoas.

---

<sup>76</sup> A “fama” de ser um *vereador que atende todo mundo* chegou à portaria da câmara, fazendo com que os porteiros orientem as pessoas que chegam sem rumo certo ao gabinete do vereador.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Apesar de haver conflito de opiniões referentes ao atendimento, tanto o vereador, quanto seus assessores acreditam que é necessário atender todos que o procuram por se tratar de uma *obrigação* de mandato de qualquer vereador. O parlamentar tem consciência de que muitas vezes deixa de fazer uma visita a quem *votou com a gente* para atender demandas de quem sequer o conhecia. Mas que mesmo sabendo disso, *precisa dar atenção* para quem o procura no gabinete.

### 3. CONCLUSÃO

O que foi descrito até aqui poderia fazer parte daquilo que alguns cientistas sociais chamaram de troca de favores. As análises de antropólogos e de cientistas políticos sobre esse conceito são distintas, basicamente para os primeiros a troca remete à lógica da economia dos bens simbólicos (“na troca há algo mais que coisas trocadas”, Lévi-Strauss. pp. 99). Já para os segundos essa troca de favores é pensada de forma mercadológica, uma espécie de “toma lá da cá” baseado na lógica do interesse material e individual que se explica por meio do conceito de “assistencialismo”.

As primeiras impressões de pesquisas nos levam a hipótese de que o atendimento é feito não com intenções distributivistas de troca de favores, como já mencionado esse tempo é mobilizado porque o político que acompanho compreende o atendimento como *obrigação*, é algo que está relacionado à sua função política. Aqui vale fazer uma contraposição ao modelo distributivista do neo-institucionalismo da ciência política. Nesse modelo os autores destacaram que para os políticos a reeleição está diretamente proporcional às políticas e benefícios oferecidos por eles aos *eleitores*. Transplantando o modelo distributivista para o caso do Brasil Joffre Neto (2003) destacou que parlamentares brasileiros não se percebem como legisladores. Sua auto-imagem mais frequente está relacionado à de “um padrinho, um intermediário de interesses particulares” (: p. 419). Segundo o autor, a razão da fraqueza e do papel clientelista e fisiológico desempenhado pelos vereadores é consequência da estrutura institucional que congregou poderes centralizados no executivo e dispersou o número de partidos em decorrência de eleições proporcionais de lista aberta (Caetano, 2005).

A diferença que vejo no caso estudado por Neto (2003) para o apresentado por mim constitui no interesse final do político quando atende. No caso apresentado, o político tem o fim último de se reeleger, por isso age de forma assistencialista. No caso etnografado, o político atende por acreditar que o contato com a população é *obrigação* parlamentar. Para ele, manter relações com empresas privadas possibilita muito mais

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

uma reeleição do que atender pessoas pobres como *S*<sup>77</sup>. Pois, o vereador acredita que para a população esse não é um tempo (entre as eleições) em que elas pensam em política, sendo muitas vezes em vão (no sentido de se pensar em reeleição) o trabalho que faz durante o mandato. Tampouco os atendimentos são pensados por ele como “assistencialismo”, pois por se tratar de *obrigação* não há um sentimento de estar sendo “um padrinho, um intermediário de interesses particulares” (Neto. pp. 419). Ele acredita que por ser um parlamentar em uma esfera próxima da população é seu *dever* atender suas necessidades e auxilia-las.

Em meus primeiros dias em campo sentia uma grande dificuldade em compreender e de não pensar, por exemplo, as cordialidades existentes em plenária com vereadores de ideologias distintas como hipocrisia. Com o tempo tal sentimento foi sendo transformado. A princípio uma sessão pode parecer sem lógica, cheia de falsidades em relação às falas elogiosas entre e com os pares. Ou mesmo a falta de respeito que aparenta existir da parte dos vereadores em relação às regras contidas no Regimento Internas da Câmara dos Vereadores, na qual ao lê-lo achei que fosse algo mais rígido e formal. Com o tempo o confuso passou a ter sentido. Nada mudou. Apenas o costume àquela lógica que se transformou. Perceber os acordos de dentro me fez entender que as atitudes muitas vezes tidas como ilógicas e mesmo hipócritas de políticos na realidade tem uma lógica e sentido próprio. Mesmo já tendo tido contato com a rica literatura do Núcleo de Antropologia da Política vivenciar a política e ver como ela funciona faz com que a compreensão vá além daquilo que é considerado regra e desvio ou daquilo que é considerado propriamente política.

O ato de atender a população foi e ainda é estudada por cientistas sociais como um desvio à regra. Estados periféricos e marginais desenvolveriam práticas também periféricas e marginais em relação a Estados modernos mais bem “terminados”. Essas análises procuram identificar os desvios do ideal de Estado de democracia, isto é, elas definem o que deve ser e conseqüentemente o que não deve ser o Estado. Elas são, portanto, análises normativas que acabam por impedir que se percebam as relações sociais que ocorrem.

O Clientelismo é um problema para essas análises, porque do ponto de vista democrático, ele opera sob o princípio de troca de favores. O eleitor escolhe o político

---

<sup>77</sup> Destaco que *S* é mulher, negra e moradora de bairro periférico. É frequentadora assídua, desde os primeiros meses do mandato. Sua maior demanda está relacionada à falta de medicamentos na rede pública e o pedido de informações sobre a distribuição dos remédios.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

que irá votar por meio de uma relação de patrão (aquele de dispõe de recursos e acessos) e cliente (o eleitor que precisa desses recursos e acessos). Dizendo de outra maneira, é como se o Estado falhasse na separação daquilo que é privado e público. Indo mais a fundo, e criticando estes teóricos, Pinto (2013) questiona a separação e a definição do que a esfera política e doméstica.

Quando apresentei a relação do vereador com a população não era minha intenção fazer julgamentos de valor referente à maneira que deveria agir politicamente. Não é porque ajudar a população não se encontra como função parlamentar que este ato deva ser analisado como ilegal e desviante ou mesmo ser colocado na chave da “bondade”. Devemos perceber que na realidade há uma “mistura” entre o privado e o público, tentar separa-lo impede que percebamos as relações existentes. Quis aqui analisar como o vereador compreende a política, mais do que isso: o que é política para ele. Mais importante do que entender a regra é entender como os agentes sociais agem em relação a elas, porque são as práticas que efetivamente agem e transformam o mundo. Ademais falar dessa maneira coloca a população em uma relação de passividade como se ela estivesse à revelia dos políticos. Como Villela (2011) demonstrou o voto para os sertanejos é um instrumento de poder e não um mero instrumento econômico ou mercadológico. E por fim mesmo se observarmos a própria parte “legal” do trabalho parlamentar percebemos que ela é “barrada” pela ação dos agentes. Ela funciona como eles acham que ela deveria funcionar e não baseadas na normatividade das regras.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, Marcos Otávio. 1999. *Em nome das "bases"*. Política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- CAETANO, Bruno. 2005. "Executivo e legislativo na esfera local". *Novos Estudos*, nº 71, março. pp. 101-125.
- HEREDIA, Beatriz. 2002. "Entre duas eleições: Relação político-eleitor". In: Beatriz Heredia; Carla Teixeira; Irllys Barreira (Org.). *Como se fazem eleições no Brasil?*. 1ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará. pp. 17-38.
- KUSCHNIR, Karina. 2000a. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política.
- \_\_\_\_\_. 2000b. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- PINTO, Danilo César Souza. 2013. *Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado*. Tese de Doutorado, UFSCar-PPGAS.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1982. "O principio da reciprocidade". In: *As estruturas elementares do parentesco*, 2. Ed., Petrópolis, Vozes, pp. 92-107.
- VILLELA, Jorge Mattar. 2011. Eleições e política no Sertão de Pernambuco, Brasil: O Voto como forma de luta e mecanismo de inibição. *R@U: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCAR*, v. 3, p. 10-29

# CIÊNCIA POLÍTICA

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 5: TEORIA E PENSAMENTO

Sessão 1: Pensamento Político

**POLÍTICA E CULTURA: MAPEAMENTO DO DEBATE SOBRE OS INTELLECTUAIS QUE PENSARAM A CULTURA NO ISEB**

Guilherme de Carli Pavão de Godoy – UFSCar  
guilhermedecarli15@gmail.com

A preocupação com a autonomia nacional, tanto no âmbito político-econômico quanto no social e cultural, que já estava em pauta desde os anos 1920 no Brasil, transforma-se no tema central agenda política nacional com a ruptura do governo Vargas em 1945, inaugurando um período que vai até o ano de 1964 e ficou conhecido na literatura política como populismo, e que, de acordo com Carlos Guilherme Mota se intensifica no governo de Juscelino Kubitschek. Há uma busca pela definição de uma cultura nacional que valorize e impulse o país para uma condição de nação desenvolvida. Diante deste cenário intelectuais como Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, Candido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, entre tantos outros, começaram a analisar e construir uma ideologia nacionalista que tinha como meta alcançar tanto o “povo” quanto as “elites” brasileiras. É por meio de instituições como o IBESP e o ISEB que os debates teóricos tomam uma dimensão política, e também através destas instituições que estes intelectuais procuram dar voz a suas visões de mundo, as quais materializam-se em disputas ideológicas sobre diferentes diagnósticos e prognósticos a respeito de questões como “atraso”, “modernização”, “desenvolvimentismo” e “nacionalismo”. Este trabalho se propõe a fazer um balanço de tal debate através de um mapeamento dos principais intelectuais vinculados ao ISEB.

**Introdução**

Se traçarmos uma trajetória da intelectualidade brasileira que se relaciona direta ou indiretamente com a formação das ciências sociais no país, será importante, como nos mostrou Antonio Candido (2006), partirmos daqueles autores que não se valiam de um rigor científico ao escrever suas obras. Em outras palavras, devemos retornar a um período da história nacional que compreende os anos das duas últimas décadas do século XIX até 1930<sup>78</sup>. Nesse momento, o que podemos observar é a produção de interpretações na forma de ensaios com uma escrita predominantemente descritiva acerca da realidade brasileira.

Gilberto Freyre fora um desses autores que, seguindo uma linha pouco acadêmica (Mota, 1977), produziu textos capazes de formar um imaginário social

---

<sup>78</sup> Evidentemente, muitas obras que foram produzidas ao longo da década de 1920 foram publicadas apenas após 1930, como é o caso de Casa Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre. De qualquer modo, trata-se do pensamento de uma geração cujas obras só fazem sentido no contexto de seus autores.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

acerca de uma suposta democracia racial<sup>79</sup> no Brasil. Seu olhar para a realidade nacional era mais voltado para detectar as relações que podiam ser encontradas na “estrutura patriarcal” do que para uma compreensão de caráter científico dos fatos. Alguns autores já apontaram para as correlações forçadas que Freyre estabelecia; via a casa grande, por exemplo, como um microcosmo do país, sendo para ele a morada da burguesia agrária o lugar onde mais se exprimia o caráter brasileiro (Freyre, 1969). De acordo com Carlos Guilherme Mota, Freyre não escapa à regra de que para os intelectuais de seu tempo “o ‘caráter brasileiro’ existe enquanto realidade tangível, e não como ideologia”, apontando em seguida para sua aproximação do “processo de democratização social” com a formulação de Afonso Arinos de Melo Franco sobre a “democracia social” (Mota, 1977). Ademais, autores como Sérgio Buarque de Holanda e Alberto Torres também seguem esse mesmo estilo ensaísta no referido tempo, interpretando de maneira intuitiva, evolucionista e com base em suas experiências pessoais, como fez Caio Prado Junior ao retornar de uma viagem à União Soviética, onde teve contato com as teorias marxistas vigentes.

A partir de 1930, época de importantes transformações na sociedade e na política brasileira devido ao início da Era Vargas que coincide com a intensificação da industrialização e da urbanização, ocorre um *gap* na produção intelectual que se estende até 1945 (Candido, 2006) e simultaneamente novas instituições de ensino acadêmico são fundadas. Ainda no início da década de 30, ocorre uma revolta da elite econômica de São Paulo numa tentativa de enfraquecer o poder central do Estado; em consequência disso, ao longo dos anos, são estabelecidas em território paulista a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934) numa tentativa de manter a força das elites locais, enquanto no Rio de Janeiro é inaugurada apenas a Universidade do Distrito Federal (1935), pelo jurista e escritor Anísio Texeira. Sobre isso, Antonio Candido resume:

---

<sup>79</sup> Gilberto Freyre foi o criador da ideia da existência de uma democracia racial no Brasil, uma relação harmônica (o que não nega os conflitos) entre as raças que aqui convivem. Por conta disso, recebeu inúmeras críticas que o levaram a ser chamado de mistificador, mais do que um ideólogo. Jessé Souza, por sua vez, enxerga aí uma possibilidade de se usar o potencial simbólico do mito; sobre isso, alega: “Aqui, é necessário chamar a atenção para o fato de que os mitos não são simples mentiras. Mitos não são falsos ou verdadeiros do mesmo modo que teorias científicas. Mitos não pretendem *descrever* realidades. Uma vez que o mito serve primariamente para conferir um *sentido* a essa realidade (Bellah, 1991), ele visa, antes de mais nada, à produção de solidariedade social e à viabilização de projetos coletivos. O fato de grande parte de nossa auto-estima estar ligada ao projeto da miscigenação racial e da integração cultural é um fato sociologicamente relevante e extremamente importante para que políticas públicas possam eficazmente mudar a realidade cotidiana das pessoas que teriam mais a ganhar com isso.” (Souza, 2000)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“[...] o ensino se desenvolveu depois de 1930, mas só no decênio seguinte as escolas superiores passaram a fornecer de maneira ponderável professores e pesquisadores para abastecer os cursos técnicos, as faculdades, os serviços de investigação no setor social, que então se estabeleceram. A situação é particularmente favorável no estado de São Paulo, cujo ensino oficial é bastante desenvolvido, exigindo-se dos professores concurso de títulos e provas, e onde, no grau superior, existe o regime de tempo integral.” (Candido, 2006: 289)

Desde então, as disputas passam a ocupar espaço no campo das ideias de modo crescente, e não mais (ao menos não tanto quanto antes) mediante lutas concretas, já que os atores políticos agora dispõem de uma via institucional.

É logo após 1945, porém, que parte de uma nova intelectualidade surgirá no campo político e cultural, direcionando o seu pensamento numa vertente ideológica denominada nacionalismo. A proposta deste artigo é mapear o debate dos principais intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) dentro da conjuntura política em que se encontravam, destacando algumas de suas dissonâncias teóricas no que tange o projeto de dimensão nacional ao qual se propunham. Num primeiro momento, será descrito brevemente o estilo de governo do período de 1945 a 1964 e a formação do ISEB para localizarmos melhor as ideias em jogo. Num segundo momento, será a vez do mapeamento propriamente dito, buscando relacionar autores e obras, nuances ideológicas e afins. Finalmente, o artigo terminará em uma reflexão sobre a intelectualidade isebiana e sua ação.

### **Conjuntura**

Herança do primeiro governo de Getúlio Vargas, o populismo foi a política sustentada desde a presidência de Eurico Gaspar Dutra até a derrubada de Jango. Baseado na manipulação das massas e sob pressão delas em certa medida, o populismo é produto de uma crise política nascida da revolução de 30 e de uma mudança na estratégia econômica que passaria a conduzir o país nas próximas décadas. Conforme nos mostra Francisco Weffort, esse estilo de governo deve necessariamente se calcar em alguma forma de autoritarismo, “seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-45), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massa da democracia do pós-guerra (1945-64)” (Weffort, 1979: 49). Durante esse processo, surge o nacional-desenvolvimentismo no plano político-econômico como projeto de intensificação planejada da industrialização e aprimoramento da infra-estrutura do país,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

tendo como sustentáculo a ideologia do nacionalismo, teorizada e difundida por muitos intelectuais da época.

Diante desse cenário, alguns pensadores começaram a se reunir no Parque Nacional de Itatiaia, localizado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, para discutir os problemas históricos e emergentes do Brasil e traçar possíveis prognósticos. Com a frequência dos encontros e a vontade de institucionalizar esse grupo de estudos, houve, em 1953, a criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), cujas ideias eram divulgadas por meio dos Cadernos de Nosso Tempo. Para Simon Schwartzman:

“A importância do IBESP e dos Cadernos é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subsequentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.” (Schwartzman, 1979: 3)

Com base na citação acima, o ISEB<sup>80</sup> talvez não teria sido criado se não fosse a existência anterior do IBESP, que certamente lhe servira de inspiração e modelo, além da Liga de Emancipação Nacional, grupo composto por uma maioria comunista. Em 14 de Julho de 1955, durante o governo de Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros fora inaugurado no Rio de Janeiro com um considerável grau de independência, mesmo que vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Alguns intelectuais vieram do IBESP, unindo-se a novos pensadores que viriam a integrar o grupo responsável por pensar a nação, tendo em vista o objetivo de difundir ideias<sup>81</sup> que pudessem colaborar com o desenvolvimento do país no plano infra-estrutural e na emancipação ideológica. Embora não seja a proposta desse artigo analisar a conjuntura política do período, devemos partir do pressuposto de que os isebianos pensam e escrevem dentro de um quadro político, econômico e social e, mais do que isso, produzem com perspectiva de mudanças práticas (Schwartzman, 1979), por isso são chamados intelectuais.

---

<sup>80</sup> Segundo o próprio decreto: “O Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), instituído pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, no Ministério da Educação e Cultura e diretamente subordinado ao Ministro de Estado, é um centro permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, dotado, para a realização de seus fins, e na forma deste Decreto, de autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.” (Regulamento geral do ISEB- Decreto nº 37.068; 14/07/1955. Lex; Marginália, 1955, pp. 241-44).

<sup>81</sup> Apesar de terem um objetivo em comum, é necessário informar que não havia consenso quanto aos termos por eles utilizados: “nacionalismo”, “desenvolvimento”, “massas” etc.

### **Mapeamento**

O ISEB era dividido em vários departamentos e o segmento de Política ficou com um dos isebianos (e ex-ibesiano) que mais contribuíram para o nacionalismo dos anos 50, a saber, o cientista político e sociólogo Hélio Jaguaribe, autor de importantes livros como “O Nacionalismo da Atualidade Brasileira” e “Condições Institucionais do Desenvolvimento”, sendo o primeiro uma crítica ao nacionalismo exacerbado, considerado por ele um dos responsáveis por impedir investimentos estrangeiros que seriam favoráveis ao desenvolvimento do país, e o segundo uma discussão sobre a eficácia da ideologia e “da organização de núcleos de coordenação e de esclarecimentos sociais” (Jaguaribe, 1958: 53) na constituição de uma nação una e desenvolvida. Seguindo um critério metodológico, ao contrário dos ensaístas dos períodos anteriores, Jaguaribe faz uso da sociologia do conhecimento e da sociologia histórica para atribuir uma maior objetividade à pesquisa científica da política, assunto tratado inclusive nos primeiros capítulos de “Condições Institucionais do Desenvolvimento”.

O impacto de “O Nacionalismo da Atualidade Brasileira” foi, antes de tudo, institucional. Após a publicação desse livro em 1958, uma crise interna atingiu o ISEB por causa de um conflito sobre a questão do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás. O problema era justamente sobre a participação ou não do capital internacional, a qual para Jaguaribe era vantajosa desde que “disciplinada” ao interesse brasileiro, contrariando a opinião dos demais isebianos (Lovatto, 1996). Em 1959, Jaguaribe se desligou da instituição e deu a ela o início de uma nova fase<sup>82</sup>, desta vez marcada pela defesa radical do nacionalismo em sintonia com as Reformas de Base<sup>83</sup>.

O adversário central de Hélio Jaguaribe na crise do ISEB foi o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. Nem tudo, entretanto, era divergência; um ponto em comum entre os dois autores é o caráter autoritário da ideologia do desenvolvimento nacional, junto a suas críticas sobre tudo aquilo que poderia destruir o capitalismo brasileiro, base da segurança nacional (Toledo, 1997). Guerreiro Ramos foi um ator político que iniciou sua carreira intelectual atuando na área da saúde pública e da administração e que, mesmo após 1950, continuou preocupado com essa temática, buscando articulá-la com

---

<sup>82</sup> Cf. Lovatto (1996)

<sup>83</sup> Como ficaram conhecidas as reformas educacionais, políticas, tributárias e agrárias do governo de João Goulart. O conjunto dessas reformas foi chamado de “bandeira unificadora”.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

os problemas sociais da época sob a pretensão de que o desenvolvimento nacional fosse capaz de modificar as condições de vida do povo, como as condições sanitárias (Maio & Lopes, 2012). Ao contrário de Jaguaribe, Guerreiro Ramos acreditava que a sociologia deveria metodologicamente ser uma ciência interpretativa (Oliveira, 1995) e portanto seu posicionamento intelectual era essencialmente engajado<sup>84</sup> nas causas sociais, mesmo sob risco de perder a objetividade.

Guerreiro Ramos se consagrou no ISEB com os livros “A Redução Sociológica”, “Ideologias e Segurança Nacional” e “Condições Sociais do Poder Nacional”. O primeiro é relevante para compreendê-lo não só como autor mas também como ator engajado, pois é a afirmação de seu posicionamento em relação à sociologia brasileira que, segundo ele, deveria se empenhar em aflorar no povo uma consciência e buscar uma condição existencial. Cria então a noção de “fato nacional brasileiro”, sobre o qual o cientista político Fernando de Barros Filgueiras comenta:

“Se o objetivo da sociologia é descortinar as condições existenciais da sociedade brasileira, atesta Guerreiro Ramos que todas as questões e perguntas suscitadas pela atividade sociológica devem se dirigir ao que ele nomeou como fato nacional brasileiro. As condições existenciais que Guerreiro procurou compreender dizem respeito à configuração da identidade nacional no Brasil. O fato nacional brasileiro diz respeito ao fato de o Brasil ter deixado de ser um povo "natural" para se tornar um povo "histórico". As condições do desenvolvimento acelerado na era Vargas propiciaram o aflorar dessa consciência crítica que deveria ser organizada e refletida pela sociologia. [...] O Brasil, finalmente, havia chegado à sua condição histórica, rompendo os padrões impostos pelo estatuto colonial. E, pelo fato de ter alcançado a sua condição histórica, é que o conhecimento sociológico se torna possível e necessário.” (Filgueiras, 2012)

Mais importante, contudo, é sua visão da ideologia como *ante-factum* - partilhada pelos demais isebianos (com exceção de Sodré) -, ou seja, de uma ideologia surgida a partir das transformações materiais, o que num contexto como o dele (desde o governo Vargas) só poderia ser a industrialização e suas duas consequências secundárias, “a urbanização e as alterações do consumo popular” (Ramos, 1957). Ela pode também surgir como produto histórico, quando “a nação já possui condições que lhe permitem apoderar-se de seus destino” (Ramos, 1956). A ideologia tratada por ele e pelos demais é, quando ideal, chamada “consciência crítica” em oposição à “consciência ingênua”, alienada.

---

<sup>84</sup> O período em que esteve no ISEB e aquele que ajudou a criar a Escola Brasileira de Administração Pública da FGV foram, evidentemente, uma exceção a seu engajamento.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O militar e historiador Nelson Werneck Sodré, por sua vez, é um contrapeso em relação aos demais autores isebianos, uma vez que encarara a ideologia como uma construção *post-factum*, enxergando-a como uma falsificação que serve somente aos interesses burgueses. Segundo Caio Navarro de Toledo (1997), não é encontrado em nenhuma parte da obra de Sodré algum tipo de preocupação ou alerta para a formação de uma ideologia nacionalista. Em sua publicação intitulada “Ideologia do Colonialismo”, Sodré afirma que “toda ideologia é justificatória por definição, gerando-se de condições concretas e, portanto, sendo constituída a posteriori, pretende sempre apresentar-se como apriorística” (Sodré, 1965: 129-30).

Quanto ao nacional-desenvolvimentismo, Nelson W. Sodré, ao lado de Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto, via o imperialismo como o princípio das forças que impedem o país de se desenvolver. A explicação de Sodré é baseada na contradição “nação” e “antinação” que os isebianos tomam como o principal antagonismo nas forças de modernização e autonomia brasileira (Toledo, 1997). Segundo o autor, o imperialismo pode ser uma variável externa ou uma associação ao capital interno, sempre desinteressado nos problemas sociais do povo e voltado apenas para a grande burguesia e proprietários de terras. Outra dicotomia unânime entre os intelectuais do ISEB é a contradição “capital” e “trabalho”, superada somente quando o almejado estágio de desenvolvimento for alcançado (Toledo, 1997).

Quem melhor explorou os conceitos de “consciência ingênua” e “consciência crítica” foi Álvaro Vieira Pinto em sua obra “Consciência e Realidade Nacional”, dividida em dois volumes que somam mais de mil páginas. De acordo com seus escritos, a consciência ingênua não tem percepção sobre as relações de poder e controle sobre si mesma, sendo isenta de rigor nos seus julgamentos e concomitantemente detentora de critérios absolutos; é satisfeita consigo e, portanto, fechada ao diálogo. Já a consciência crítica é sábia das variáveis que a determinam, estando empenhada em desvendar os processos sociais e históricos, além da busca pela objetividade (Pinto, 1960). A “autoconsciência” é vital para que se tome o rumo da própria história e é isso que deve ser levado em conta pelo ISEB. O ponto é que, para Vieira Pinto, a ideologia deve proceder do povo, e não ser imposta a ele, caso contrário ela não será legítima. Quanto a isso, afirma em “Consciência e Realidade Nacional” que é natural às massas o desenvolvimentismo enquanto ideologia.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Por fim, não poderia deixar de entrar nesse levantamento o autor de “Formação e Problema da Cultura Brasileira” e “Brasília e o Desenvolvimento Nacional”, Roland Corbisier. É marcante em ambos os livros a questão da necessidade de uma identidade nacional e a descolonização completa (a nível cultural e econômico) do povo brasileiro. O crescimento da economia e a soberania política não foram suficientes para a mudança da configuração do país, visto que há ainda vínculos de dependência e influência com países como a França e Inglaterra (Corbisier, 1958). Resta então criar essa nação brasileira e, para isso, parte da ideia de “integração” nacional como base da formação de um mercado interno e aceleração do processo de industrialização (Oliveira, 2006), associando também à esse projeto ideológico e político a construção de Brasília: “Todas as grandes culturas e civilizações que conhecemos, encontram, por assim dizer, seu arremate e seu coroamento na construção da Metrópole, da grande capital” (Corbisier, 1960). Temos aqui sua implícita relação com o governo Juscelino Kubitschek.

### **Conclusão**

Um projeto, uma instituição, várias visões de mundo: o ISEB jamais fora um conjunto de ideias que se encaixavam perfeitamente e que chegava aos receptores como um manual pronto e coerente, mas sim um campo de debates, disputas e contradições provenientes de diversas leituras acerca da realidade. Apesar do seu objetivo ser claro, promover a ideologia nacionalista em prol do desenvolvimento do país, os intelectuais produziram diferentes ideais sobre as formas de como atingi-lo, tendo como causa própria a particularidade da interpretação de cada autor sobre os problemas políticos, econômicos e sociais do Brasil.

Pensando nas relações internacionais, no papel da classe trabalhadora, na construção da capital federal entre outros, os isebianos foram antes ideólogos do que cientistas sociais (Franco, 1978), transmutando-se de acadêmicos em políticos (Mota, 1977). Em “ISEB: fábrica de ideologias”, Caio Navarro de Toledo diz que “a ideologização do pensamento isebiano ocorre quando se confere à prática ideológica (em particular a ideologia do desenvolvimento) os protocolos de validação de toda produção teórica” (Toledo, 1997: 195), ou seja, a ciência passa a ser legitimada pela criação dessas ideologias.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Contudo, acontece com esses pensadores o que Michel Foucault (1974) apontara para os problemas dos intelectuais em geral quando estes desapropriam o discurso das massas e falam em seu nome. Para o autor francês, as massas não precisam de alguém que fale por elas, mas sim que possam romper o sistema para que suas vozes sejam ouvidas. Sartre (1972) também deixou claro que estar do lado da classe trabalhadora não faz do intelectual um não-burguês, o que o levaria a discursar contra si mesmo e, sobre isso, podemos imaginar um discurso que não se sobrepõe à polifonia do povo. A falha do projeto isebiano - e tomo isso como hipótese - pode justamente ser consequência da tentativa de imposição de uma ideologia, abafando uma possível reflexão que poderia surgir do povo. Vemos em Álvaro Vieira Pinto, então, alguém que percebeu essa “agressão” dos intelectuais em relação àqueles que eles mesmos pretendiam conscientizar. Já que a consciência crítica não partira das massas, mas fora imposta a elas, teria ela sido de fato crítica? Não teria, então, sido o nacionalismo uma outra forma de alienação?

### Referências Bibliográficas

- CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- DELEUZE, G.; FOUCAULT, M. *Psicanálise e ciência da história*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974, p 140-41.
- GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do centro popular de cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.
- FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. *Cad. CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, Aug. 2012.
- FRANCO, Maria S. C. O tempo das ilusões. In: CHAUI, M.; FRANCO, M. S. *C. Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1978.
- JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958.
- MAIO, Marcos Chor; LOPES, Thiago da Costa. Da escola de Chicago ao nacional-desenvolvimentismo: saúde e nação no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos (1940 - 1950). *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 30, 2012.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1977.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA, Márcio de. O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. *Soc. estado.*, Brasília, v. 21, n. 2, Aug. 2006.
- PINTO, Álvaro Vieira. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro, MEC. 1960.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia do desenvolvimento nacional*. 4. Ed. Rio de Janeiro, MEC, 1960.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1956.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- \_\_\_\_\_. A redução sociológica. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958.
- \_\_\_\_\_. Condições sociais do poder nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- SARTRE, Jean Paul. Plaidoyer pour les intellectuels. Paris. Gallimard: 1972.
- SIMON, Schwartzmann (org.). O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.
- SODRÉ, N. W. A ideologia do colonialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, Jessé. Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira. Estudos afro-asiáticos, Rio de Janeiro, n. 38, 2000.
- TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. Campinas-SP: Ed Unicamp, 1997.
- WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira In *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. [449-75]
- \_\_\_\_\_. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

**ENTRE ATRASO E MODERNIDADE: O DEBATE ENTRE VOCAÇÃO AGRÁRIA VS INDUSTRIAL**

Renato Ferreira Ribeiro – UFSCar  
renato\_7ri@yahoo.com.br

Daiane Pedro de Lima – UFSCar  
daianeplima8@gmail.com

Lincoln Sobral - UNAERP  
lincoln\_sobral@yahoo.com.br

Por volta da primeira metade do século XX ocorre no Brasil uma mudança profunda em relação às ideias econômicas e ao entendimento do papel do Estado nessa área, especialmente a partir de 1930, quando houve um reajuste da estrutura econômica do país, devido à fragilização do modelo agrário-exportador e o surgimento de uma consciência sobre a necessidade da industrialização como forma de superar os constrangimentos externos, decorrentes, principalmente, da crise de 1929. Nesse cenário, o debate sobre a vocação econômica do Brasil e sobre o apoio do Estado, começou a pender favoravelmente aos defensores do intervencionismo, e contra o liberalismo, sobretudo, por volta da década de 30, quando foram lançadas as bases do pensamento e das políticas desenvolvimentistas das próximas décadas. Sob tal perspectiva, o presente trabalho pretende abordar essa transformação ideológica, nas décadas de 30 e 40, através de três indicadores: 1) As políticas econômicas do Estado getulista, marcadas pelo intervencionismo e pela defesa da industrialização; 2) A variação do tratamento dado à questão econômica nos três textos constitucionais do período, comparando as Constituições de 1934, 1937 e 1946; e, principalmente, 3) A formação de um corpo teórico para fundamentar o projeto industrial em oposição aos interesses agrários, fundamentados no liberalismo, priorizando o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudim na década de 40.

**Palavras-chave:** Pensamento Industrial; Intervencionismo; Industrialização

**INTRODUÇÃO**

Entre o final do século XIX e a década de 1950, ocorre um processo de mudança profunda em relação às ideias econômicas e ao entendimento de qual setor da economia (o agrário-exportador ou o industrial) reuniria as condições de modernizar o país. Diante de sucessivas crises do setor mercantil e do fortalecimento gradual da indústria nacional, o segmento industrial consegue reunir o consenso social necessário para converter “o projeto industrial em questão nacional e acionar o Estado em sua defesa” (CEPEDA, 2010, p. 115), em substituição ao café.

Nessa direção, a Revolução de 1930 é considerada um momento decisivo desse processo, uma vez que o Estado que dela surge está mais afinado com as novas configurações da estrutura social brasileira (novas frações da elite, aumento da classe média, surgimento da classe operária). No entanto, é preciso ter cuidado para não interpretar a Revolução de 1930 como um simples episódio que levou à ascensão da burguesia industrial ao poder. Havia, pelo contrário, uma crise de hegemonia em que

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

nenhum grupo reunia as condições de controlar o Estado sozinho. Além disso, é ilusório pensar que existia nítida separação e contradição de interesses entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-exportadora. (FAUSTO, 1997).

Portanto, o prevailecimento da ordem industrial que se observa, sobretudo, a partir da década de 1930 deve ser visto em termos de processo histórico em que pesem as seguintes considerações:

1. O fortalecimento do segmento industrial principalmente nos anos 1930, estimulado pela dificuldade de importar e possibilitado pela existência de capacidade industrial ociosa já instalada. De acordo com dados apresentados por Boris Fausto (1997), existiam, em 1920, 13.336 estabelecimentos industriais no país; em 1940, eram 40.860 indústrias. Esse fortalecimento favorece a progressiva autonomização da fração industrial em relação à burguesia agrário-exportadora e a impele ao estabelecimento de projeto político próprio, expresso por meio de suas lideranças e ideólogos (dos quais Roberto Simonsen é o mais importante).

2. O Estado getulista caracteriza-se como um Estado de compromisso entre as diversas frações de classe capitalista e, embora tenha lançado medidas econômicas que auxiliaram o prevailecimento da ordem industrial, “torna-se claro que os primeiros anos posteriores a 1930 se caracterizaram pela atenção dada às diversas frações burguesas, e não por uma ação efetiva do Estado visando à industrialização, nas condições de incapacidade da burguesia nacional” (FAUSTO, 1997, p. 69).

Por conseguinte, através da breve análise das políticas econômicas do governo Vargas, do tratamento da questão econômica nas Constituições do período e do debate das idéias econômicas, o presente trabalho pretende captar diferentes indicadores desse processo de mudança das idéias econômicas.

### **1. INDUSTRIALIZAÇÃO E ESTADO NA DÉCADA DE 1930: HAVIA INTENCIONALIDADE DE UMA POLÍTICA INDUSTRIALIZANTE?**

Até a República Velha o Estado direcionava suas políticas ao setor mercantil-exportador, pois a economia brasileira era movimentada, quase que exclusivamente, pelo desempenho das exportações de *commodities* agrícolas, notadamente o café, além das oligarquias, em especial a cafeeira e leiteira (política café com leite) comporem a gestão governamental, sendo que a produção industrial, dependente deste setor<sup>1</sup>, apresentava pouca extensão.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Frente à crise de 1929 e a depressão no mercado internacional de café, a qual acarretou a queda dos preços deste produto, o governo interviu fortemente com o objetivo de sustentar o nível de emprego, renda e de demanda provenientes do modelo mercantil-exportador. Assim sendo, a política adota pelo governo provisório de Getúlio Vargas foi a desvalorização cambial, além de comprar e estocar o café.

Para Pedro Fonseca (1987), essa política acarretou alteração nos preços relativos entre bens importados e produzidos internamente.

Esta alteração de preços relativos, aliada à existência de uma massa de dinheiro que ficaria à disposição dos investidores e consumidores locais por não ser gasta em importações, ensejaria o processo de substituição de importações. Para a configuração deste processo fora fundamental a existência de capacidade ociosa na indústria, o que permitiu a expansão da produção acompanhar o crescimento da demanda mesmo com queda da capacidade de importar, pelo menos nos primeiros anos da década de 1930, quando esta se fez sentir com maior intensidade (FONSECA, 1987, p.174)

Desse modo, o setor industrial cresceu, principalmente, a partir desta política de valorização do café. Ainda assim, a crise dos anos 1930 demonstrou a fragilidade do modelo agro-exportador e trouxe à tona a consciência sobre a necessidade de superar os constrangimentos externos a partir da industrialização, sendo que esse cenário só foi possível devido à alteração da composição do Estado, rompendo com a descentralização da República Velha oligárquica e implementando o intervencionismo<sup>ii</sup>, ou seja, a centralização do poder e dos instrumentos de política econômica no governo federal.

Do mesmo modo, os industriais não apresentavam-se como uma classe organizada, com consciência política capaz de compreenderem-se como portadores de interesses próprios, e de disputar a direção do Estado e a hegemonia política e social, por isso, eles dependeriam de políticas estatais capazes de dar-lhe proteção para competir internamente.

Portanto, o Estado adotou medidas pró-industrialistas a partir da década de 1930, além de chamar representantes das lideranças industriais para tomarem decisões nos órgãos econômicos criados pelo governo. Dentre as políticas voltadas ao setor empresarial podemos citar a legislação trabalhista, que visava à formação e regulação de um mercado de trabalho urbano e, principalmente, a criação em 1930 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, em 1933, do Departamento Nacional do Trabalho, os quais deviam regular as relações entre empregado-empregador.

Também cabe-nos mencionar a expedição do Decreto nº 19.738 de 7.3.1931, o qual proibia a importação de máquinas para certas indústrias, sendo que somente



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

máquinas totalmente obsoletas poderiam ser substituídas. Tal decisão procurava atender diretamente aos líderes empresariais, que entendiam a crise de superprodução por eles enfrentada como mais grave. A proibição durou até março de 1937 e teve por consequência a aceleração do ritmo de produção das empresas tradicionais, a partir de 1933, com o mesmo equipamento que possuíam antes da crise (FONSECA, 1987).

Em 1934 há a criação do Conselho Federal do Comércio Exterior, da Comissão de Similares e do Plano Geral de Viação Nacional, o qual visava coordenar e orientar todas as iniciativas que se relacionem com esse rápido meio de transporte aéreo.

Deve-se salientar a criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, “a qual deveria financiar a criação de novas indústrias e a expansão das já existentes, concedendo empréstimos com prazos de até dez anos” (FONSECA, 1987, p.209).

A partir do Estado Novo, e devido o contexto de guerra, esta política de criação de órgãos, conselhos e institutos intensificou-se. Datam de 1938 o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE); de 1939, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia; de 1940, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; de 1941, além da Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Nacional do Pinho, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e o Conselho Nacional de ferrovias; de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco de Crédito da Borracha e a Comissão do Vale do Rio Doce; de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Companhia Nacional de Alcalis, a Comissão de Financiamento da Produção, a Coordenação de Mobilização Econômica, Fundação Brasil Central, Siderúrgica Social da Indústria (SESI) e Plano Nacional de Obras e Equipamentos; de 1944, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Serviço Nacional do Trigo, o Instituto Nacional do Pinho e a Comissão de Planejamento Econômico; e, finalmente, de 1945 a Superintendência da Moeda do Crédito, que iria voltar-se a regular uma das mais importantes instituições: a moeda e a política monetária (FONSECA, 2003, p.144)

Podemos inferir que a modernização brasileira fora realizada pelo alto, visto que o desenvolvimento das atividades industriais, a criação de novas leis, novos códigos, novos órgãos de decisão e de execução de políticas econômicas; a intervenção estatal direta no mercado cambial, criação de institutos para planejar e levar a cabo as políticas de interesse de vários produtos agrícolas; o impedimento da política regionalista dos estados, em favor da política nacional orientada pelo Estado; a consecução de um mercado nacional integrado, entre outras medidas foram concebidas pela ação estatal ou grupos de técnicos pertencentes à burocracia estatal. Todavia, a mudança conduzida pelo Estado não representou a ascensão das novas classes sociais, mas um controle e manutenção da ordem vindas do alto.

### **2. O ENQUADRAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL PÓS 1930 NO BRASIL**

Ainda com a finalidade de avaliarmos a atuação estatal perante a industrialização brasileiro, torna-se de suma importância realizarmos uma comparação entre três textos constitucionais (1934, 1937 e 1946), além de analisarmos como em cada momento de celebração dos pactos constitucionais a temática econômica, sobretudo a atividade urbano-industrial, foi contemplada. A escolha desse método se justifica pelo fato de as Constituições refletirem as transformações ocorridas em uma sociedade e, portanto, revelam as disputas pelo poder entre os principais grupos sociais a fim de adquirirem o direito de imposição de seus interesses através das leis. Nesse sentido, o privilégio de definir a direção político-institucional, ou mesmo ideológica, do Estado caberá ao setor que melhor se articular e possuir maior capacidade discursiva, para que se legitime seus interesses e ações, conquistando a burocracia estatal para consecução dos seus objetivos (CEPÊDA, 2013).

#### **Constituição Federal de 1934**

A Constituição de 1934 nasce em um contexto de severa transformação política na sociedade brasileira lograda pela revolução de 1930. Este pacto foi de suma importância na trajetória de construção do Estado moderno brasileiro, pois representa o início da transição do "atraso" para a modernidade.

O título IV da Constituição versa "Da Ordem Econômica e Social". Esta sessão continha dispositivos que trouxeram ao Brasil o que havia de moderno no mundo ocidental no que se refere ao campo jurídico-institucional, como o reconhecimento de sindicatos e associações trabalhistas (Art. 120); instituição da legislação trabalhista e normatização dos direitos dos trabalhadores (Art. 121 §§ 1º - 8º), que estabeleciam salário mínimo, limite de horas de trabalho diário, férias remuneradas, descanso semanal, amparo a maternidade e infância, dentre outros direitos.

Nesse sentido, é interessante mencionar a proposta de representação classista durante a Constituinte, que visava, a partir da representação dos profissionais (deputado classista), impedir que as famigeradas oligarquias regionais retomassem seus poderes (CEPÊDA, 2009). Segundo a autora, Vargas acreditava que trazendo este novo seguimento social para dentro da estrutura estatal, dificilmente as antigas elites regionais alcançariam a hegemonia no espaço estatal e na arena política. Com a crise do

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

liberalismo em meados do século XIX e início do século XX combinada a nova conjuntura internacional que se desenhava (guinada de novos países, como a Alemanha, Rússia, etc.), novas formas de organização estatal passaram a ser vislumbradas, tais como o comunismo, fascismo, corporativismo e social democracia. As idéias circularam e o Brasil recebeu essas influências como alternativa ao liberalismo que não foi capaz de solucionar as demandas econômicas e sociais e equalizar as disputas entre trabalhadores e capitalistas na Europa.

Durante a constituinte, também houve a proposta de criação dos conselhos técnicos, que funcionariam como órgãos auxiliares do parlamento e teriam como competências: propor projetos de leis; dar parecer sobre temas que dissessem respeito aos assuntos de sua competência; colaborar para regulamentação e na instrução para execução das leis. Deste modo, a proposta objetivava que os conselhos técnicos possuísem poder deliberativo e contou com o apoio de deputados que defendiam os interesses da CIESP / FIESP e teve a adesão da Chapa Única por São Paulo Unido. No entanto, a proposta não vigorou plenamente, pois era uma alternativa de combate à proposta "classista" de participação formal de representantes das associações profissionais no parlamento. Os Conselhos Técnicos foram criados (Art. 103), porém sem poder deliberativo, apenas consultivo (BARRETO, 2009).

### **Constituição Federal de 1937**

A Constituição de 1937 inaugura o Estado Novo. Período de arregimentação das forças políticas e do poder no Executivo, à época, capitaneado por Getúlio Vargas. Permaneceu, portanto, o engajamento em desenvolver e consolidar o capitalismo urbano-industrial no País. Mas como foi a proteção e o desenvolvimento do capitalismo contemplado por esta carta Constitucional? Na seção “Constituição dos Estados Unidos do Brasil”, tem-se a subseção “Do Conselho da Economia Nacional”. Este conselho subdividia-se em cinco seções, sendo uma a da Indústria e do Artesanato (Art. 57). Dentre as atribuições exercidas pelo Conselho da Economia Nacional, há:

Promover a organização corporativa da economia nacional; emitir parecer sobre todos os projetos, de iniciativa do Governo ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional; organizar, por iniciativa própria ou proposta do Governo, inquérito sobre as condições do trabalho, da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional; racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria, etc. (Art. 61).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Através da criação do Conselho da Economia Nacional durante o Estado Novo, evidencia-se a preocupação no sentido de organizar e racionalizar a produção e o trabalho nacionais, agrícola e industrial.

Analisando a seção “Da Ordem Econômica”, é interessante notar o Art. 135, o qual reconhece, assim como postula o liberalismo, o papel fundamental do indivíduo (potência) para a prosperidade e desenvolvimento de uma nação (“vícios privados, benefícios públicos”), justificando, no entanto, a intervenção do Estado no direcionamento dos interesses da nação. Cristalizando, desta forma, o reconhecimento do déficit da sociedade no tocante a existência de indivíduos verdadeiramente autônomos e capazes, conforme podemos notar no trecho a seguir:

Na iniciativa individual, no poder de criação, de organização e de invenção do indivíduo, exercido nos limites do bem público, funda-se a riqueza e a prosperidade nacional. A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores da produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado. A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estímulo ou da gestão direta. (Art. 135).

Nos artigos 136, 137 e 138 a Constituição de 1937 retoma a legislação trabalhista contemplada em 1934 e seus dispositivos de proteção ao trabalho e ao trabalhador, como o reconhecimento e a representação das associações profissionais e sindicatos. No Art. 139, uma novidade, a greve é declarada “incompatível com os superiores interesses da produção nacional”. O que pareceu ser mais um indício da preocupação em afastar possíveis ameaças de uma escalada comunista no País. Não menos curioso era o Art. 141. Atestando o interesse do Estado na proteção ao capitalismo, o referido artigo equiparava o crime contra a economia popular aos crimes contra o Estado, prevendo punição severa aos condenados.

### **Constituição Federal de 1946**

O Estado Novo chegou ao fim em 1945 e a Constituição de 1946 marcou a retomada de um momento democrático no Brasil. Tal como no texto de 1934, neste também é perceptível o tom social democrata, no Título V, “Da Ordem Econômica e Social”, conforme indica o trecho a seguir:

A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Parágrafo único - A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social (Art 145).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A temática social é latente no texto da Constituição de 1946 e a ação interventora do Estado era legitimada para salvaguardar os interesses da nação, de modo que os artigos 146 e 147 dispunham sobre a possibilidade de intervenção no campo econômico e no uso da propriedade em função do interesse nacional e do bem estar social. Depreende-se, então, que o Estado continuou exercendo a função de mantenedor da ordem econômica e, concomitantemente, cuidava do social, sobretudo das condições do trabalhador que, novamente, teve seus direitos contemplados e garantidos na Constituição de 1937. O Art. 157 dissertava sobre a legislação trabalhista e previdência social. Contava com dezessete dispositivos que regulava horas de trabalho diário, férias, salário, dentre outros. Destacamos o retorno do direito do trabalhador à greve, inscrito no Art. 1

### **3. A AFIRMAÇÃO DO PENSAMENTO INDUSTRIAL**

Embora seja possível encontrar defensores da adoção de políticas econômicas voltadas ao fomento da atividade industrial em solo brasileiro desde época anterior à Independência política, é a partir do último quartel do século XIX que o pensamento industrial ganha maior consistência e adeptos mais numerosos e relevantes. A atividade industrial conhece um aumento nesse período que, conseqüentemente, vai aos poucos colaborando para a formação de um conjunto de interesses próprios desse setor da burguesia nacional. A afirmação do pensamento industrial corresponde a essa tomada de consciência e à elaboração de idéias, argumentos e, mais tarde, teorias na tentativa de influenciar o debate e as decisões políticas a favor da industrialização.

Até a década de 1920, as indústrias locais ainda se encontravam em situação de pouca autonomia, como demonstra o fato de estarem incorporadas às Associações Comerciais e não possuírem associações próprias. Segundo Carone (1977, p. 7), “em 1928, se dá a primeira cisão importante entre a indústria e comércio, sendo fundado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, tendo à frente Francisco Matarazzo e Roberto Simonsen”. Será Roberto Simonsen, empresário, líder industrial e intelectual, o principal responsável pela elaboração de um consistente corpo teórico-ideológico em defesa da industrialização e da economia planejada, expressão “da consciência e do projeto da burguesia industrial” (CEPEDA, 2003, p.16).

Pode-se dividir o pensamento de Simonsen em três fases. Cada fase é emblemática da evolução da trajetória do ator/autor e relaciona-se à própria evolução dos fatos políticos e econômicos paulistas e nacionais. Na primeira fase (1912-1928),

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Simonsen “é antes de tudo um empresário, um ator social que se coloca em campo na posição de membro das classes produtoras” (Ibidem, p. 166), filiando-se ao liberalismo econômico e submetendo-se à aliança indústria-café própria da 1ª República. A partir de 1928, quando profere o discurso de fundação da CIESP como seu vice-presidente, Simonsen assume, a partir de uma visão sistêmica da economia nacional (influenciada, sobretudo, pelo pensamento do alemão Frederic List) a defesa da industrialização como estratégia de desenvolvimento e modernização da economia brasileira, tomando posições corporativas e aproximando-se do governo getulista. Há uma ruptura nítida “com o modelo da vocação mercantil-exportadora, com a teoria do comércio internacional e das vantagens comparativas, com a tese da mão invisível” (Ibidem, p. 225). As ideias e os argumentos de Simonsen permitiam a contestação dos fundamentos do liberalismo econômico, utilizados em favor da manutenção do Brasil como país agroexportador, sua vocação “natural” no comércio internacional, segundo tal teoria.

Foi esta a tônica do duelo teórico entre Roberto Simonsen e o renomado economista liberal Eugênio Gudin, entre 1944 e 1945. Na ocasião, Simonsen e Gudin participavam de órgãos do governo federal “mais diretamente ligados ao debate das doutrinas do Planejamento do que à atuação efetiva” (VON DOELLINGER, 1978, p. 13), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão de Planejamento Econômico, respectivamente. O texto iniciante da controvérsia trata-se de um parecer de Simonsen encomendado pelo CNPIC, intitulado “A planificação da economia brasileira”, no qual o autor defende a urgência da industrialização para a superação dos grandes problemas que atravancavam a economia brasileira e a necessidade de intervencionismo estatal estudado com as classes industriais, através de investimentos em infra-estrutura e indústrias-chaves e política comercial protecionista.

Simonsen estabelece a meta de quadruplicar a renda nacional para alcançar as economias desenvolvidas e estipula em cerca de 100 bilhões o valor dos investimentos necessários para realização da meta. A crítica de Gudin, no texto “Rumos de política econômica”, centra-se na identificação das propostas de Simonsen como “inteiramente fora da realidade” (Ibidem, p. 54) e como expressão do dogmatismo da “corrente dos que veem no ‘plano’ a solução de todos os problemas econômicos (...), mística de planificação que nos legaram o fracassado ‘New Deal’ americano” (Ibidem, p. 54), além de acusar Simonsen de defender interesses particulares dos grupos e associações industriais. O economista defende as teses liberais da especialização no comércio internacional e, ao vincular a planificação econômica a regimes totalitários, restringe a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

intervenção do Estado a “fomentar a expansão econômica do país, sem invasão no campo de atividades que nas democracias competem à iniciativa privada” (Ibidem, p. 85), não se justificando o estímulo a uma indústria não competitiva, ineficiente e obsoleta, como a brasileira.

Ainda que os dois outros textos da controvérsia em grande medida sejam reafirmações das teses contidas nos textos iniciais, destaca-se um argumento importante desenvolvido na réplica de Simonsen: de que seria preciso considerar as diferenças históricas entre os países. Existiriam profundas diferenciações “entre as estruturas econômicas e sociais das nações consideradas ricas e das que se encontram em pronunciado atraso” (Ibidem, p. 149). Sendo o liberalismo a “cristalização definitiva das leis observadas no surto progressista das nações líderes” (Ibidem, p. 180), no século XVIII, a aplicação automática desta doutrina econômica em nosso país “importaria na manutenção do nosso estado de pobreza” (Ibidem, p. 155).

A controvérsia não produziu resultados práticos diretos e imediatos, mas podemos considerá-la como expressão de um debate amplo que marcou a sociedade brasileira naquele tempo e além dele. Segundo Vera Cepeda (2003, p.11), as elaborações conceituais simonsianas antecipam muito das teorias e do projeto político que marcaram o nacional desenvolvimentismo nas décadas seguintes:

a obra de Roberto Simonsen situa-se em uma longa trajetória de defesa da industrialização enquanto via de modernização do país. Suas idéias, embora originais e vanguardistas, capturam um anterior e conflituoso debate da sociedade brasileira que remonta, pelo menos, à segunda metade do século 19. Este fluxo perpassa o pensamento simonseano e deságua posteriormente nas proposições da Cepal, dos desenvolvimentistas e nos grupos da tecnocracia governamental.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A década de 1930 é apresentada pela literatura especializada como um momento de ruptura em relação ao modelo mercantil-exportador, e a emersão do intervencionismo estatal de base industrial. Antes desse período a agricultura era definida como condição natural do processo econômico brasileiro, além de haver a defesa, em nível internacional, da teoria das vantagens comparativas no comércio internacional, o que enfraquecia o projeto industrialista.

A passagem da vocação agrícola para a industrial no Brasil, a qual ocorreu especialmente durante a década de 1930 e começo de 1940, não sucedeu a uma Revolução Burguesa, com uma classe organizada capaz de defender seus interesses

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

perante ao Estado e ao setor agrário-exportador, tal passagem fora realizada, principalmente, pelas políticas de valorização do café, as quais não intencionavam estimular a industrialização, mas sustentar o nível de emprego, renda e de demanda provenientes do modelo mercantil-exportador. Todavia, tais políticas impulsionaram o Estado a gerar um projeto industrialista e estimular o crescimento industrial no país.

Ainda assim, a força dos novos grupos de interesse, em especial a classe empresarial e operária, possibilitaram uma nova arquitetura jurídico-institucional do Estado (centralizador), ou seja, eles também influenciaram a direção político-institucional do país, além do setor empresarial conquistar espaços na burocracia estatal.

Dentre os intelectuais que influenciaram a consciência estatal sobre a necessidade de gerar a industrialização no Brasil havia Robert Simonsen, que argumentava que a energia progressista da economia cafeeira havia se esgotado, sendo ela quem gerava debilidades e pobreza à economia brasileira e, por isso, ele defendia a valorização da indústria, a única fonte real e confiável de desenvolvimento.

Portanto, podemos inferir que foi a partir do governo Vargas que o Brasil experimentou a modernização capitalista, a economia industrial moderna e uma nova engenharia política, ao entrar em contato com novas leis, códigos, órgãos, absorção dos interesses da sociedade e políticas econômicas que planejassem o processo de industrialização brasileiro, além de fomentar a diversificação agrícola e gerar a indústria de base. Assim sendo, a partir de 1930 houve um rompimento com o modelo agro-exportador e a ascensão de um outro modelo econômico.

---

<sup>i</sup> O processo de industrialização brasileiro originou-se a partir do modelo mercantil-exportador, o qual era alimentado pela dinâmica do comércio internacional. A relação entre esses dois modelos econômicos está relacionada ao fato de que a expansão produtiva do café gerou um mercado consumidor interno, devido ao surgimento do trabalho assalariado livre, monetarizado e com necessidade de consumo, o que ocasionou um forte impulso industrial, frente a necessidade de ofertar os bens necessários a esse consumo primário e pouco sofisticado. Ainda assim, a produção do café demandava ensacamentos e transporte rápido, o que possibilitou o surgimento de complexos segmentos industriais, como a indústria ferroviária, portuária, comercial, têxtil etc (CEPEDA, 2010). Da mesma forma, frente às crises no comércio internacional e, conseqüentemente, a incapacidade de importar, por falta de oferta dos mercados fornecedores ou por diminuição de divisas para bancar as importações, a demanda era suprida pela produção nativa. Dessa forma, a cada desequilíbrio da economia mercantil corresponderia um impulso positivo para o crescimento industrial. Assim sendo, a atividade industrial cresceu a partir dos recursos originados na dinâmica da economia cafeeira. “Não é à toa que durante mais de duas décadas a indústria e o comércio defenderam aguerridamente os mecanismos de proteção da economia do café” (CEPEDA, 2010, p.122).

<sup>ii</sup> A Conjuntura internacional era favorável a ideais intervencionistas. “O debate ideológico dos anos 30 no Brasil sofreu influência das ideais internacionais que, a despeito de criticarem o comunismo (o governo soviético), refutaram também o capitalismo liberal, propondo o que seria considerado uma ‘terceira via’ (um capitalismo ‘social’, ‘societário’, ‘cristão’ ou ‘corporativista’ (FONSECA, 1987, p.188)



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. **CONSELHO TÉCNICO: a proposta apresentada pela bancada paulista na Constituinte de 1933-4. História em Reflexão: Revista Eletrônica de História**, Dourados, v. 3, n. 5, p.1-12, jan-jun. 2009.

BRASIL. BRASIL. (Ed.). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934)**. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BRASIL. BRASIL. (Ed.). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)**. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>. Acesso em: 13 nov. 2013.

BRASIL. BRASIL. (Ed.). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)**. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2013.

CARONE, Edgar. **O Pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CEPÊDA, Vera Alves. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil – limites e impasses**. 350f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, p.211-242, jan-jun. 2009.

\_\_\_\_\_. A construção da industrialização no Brasil: políticas econômicas, mudança social e a crise do liberalismo na Primeira República. **Desigualdade & diversidade** (PUCRJ), v. 7, p. 115-136, 2010.

\_\_\_\_\_. As Constituições de 1934 e 1988 – trajetória histórica e inflexão política. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p.269-283, jan-jun. 2013.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Editora brasiliense, 1975.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: capitalismo em construção**. São Paulo: editora brasiliense, 1987.

VON DOELLINGER, Carlos. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.



### **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTISMO: AS TRAJETÓRIAS DE BRASIL E CHILE (1950-2010)**

Ivan Henrique de Mattos e Silva – PPGPol-UFSCar  
ivanhmsilva@gmail.com  
Bolsista Capes

A trajetória de desenvolvimento do Brasil e do Chile se dá com um ponto inicial comum, na medida em que o processo de construção da modernidade, no sentido da superação do subdesenvolvimento, se deu, nos dois casos, por intermédio de um projeto racionalmente orientado de desenvolvimento nacional, e nesse sentido a Cepal possuiu um papel central, tendo o estruturalismo cepalino servido como o cimento teórico e ideológico que fundamentou esse processo, promovendo uma intermediação estratégica entre a intelectualidade e o Estado. As universidades (e as políticas de educação superior) ocuparam um importante papel dentro dos projetos nacionais desenvolvimentistas na medida em que se configuraram enquanto instituições estratégicas na amarração entre teoria e prática política do projeto desenvolvimentista.

Apesar de um ponto de partida semelhante, Brasil e Chile se distanciam após a década de 1970, tendo o Chile caminhado fortemente para um modelo neoclássico, enquanto o Brasil permaneceu, pelo menos por mais tempo, dentro de um modelo desenvolvimentista em que o Estado ocupava um papel econômico central. Após um período de preponderância das teses liberais na década de 1990, o Brasil promove, na década seguinte, uma retomada do debate desenvolvimentista, enquanto o Chile se mantém dentro do diapasão neoclássico. O objetivo desta pesquisa é analisar como os dois Estados realizaram, nos anos 2000, o rearranjo do debate sobre desenvolvimento nacional, e como relacionaram a questão do desenvolvimento com as políticas de educação superior.

#### **Industrialização no Brasil e no Chile – a matriz desenvolvimentista**

Brasil e Chile possuem trajetórias semelhantes no que tange ao processo de construção de sua modernidade no sentido da superação do subdesenvolvimento por intermédio de um projeto racionalmente orientado de desenvolvimento nacional. Segundo Love (2009), a Cepal<sup>86</sup> teve um papel central nesse processo, de modo que o estruturalismo cepalino (que teve entre seus grandes expoentes Raul Prebisch, da Argentina, Celso Furtado, do Brasil, e Anibal Pinto, do Chile) se configurou como a corrente teórica balizadora desse processo, bem como uma contribuição autóctone de nossa região ao debate geral sobre desenvolvimento (LOVE, 2009).

A constatação do subdesenvolvimento enquanto um fenômeno histórico específico no desenvolvimento global do capitalismo (e não apenas uma fase pela qual os países passariam rumo ao estágio dos países de economia central) suscitou a análise de que, portanto, seria necessária também uma estratégia específica e autóctone para a

---

<sup>86</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada por uma iniciativa chilena na ONU em 1947.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

solução do atraso nos países periféricos, já que o liberalismo clássico funcionaria (na periferia) como um instrumento ideológico de dominação nos países centrais e de perpetuação das assimetrias e do atraso (FERRER, 2010). Desse modo, o desenvolvimento na periferia latino-americana foi, em grande medida, pensado, orientado por teses de diagnóstico (como a teoria do subdesenvolvimento) e de engenharia e projetos de desenvolvimento. Neste caso, o papel das ideias e dos intelectuais (e também da produção do conhecimento) ocupou um papel fundamental, e as universidades se constituíram em entes estratégicos na amarração entre teoria e práxis política (PÉCAUT, 1990), fazendo com que, muitas vezes, teoria e política se encontrassem inseparáveis no contexto latino-americano (LOVE, 2009; BIELSCHOWSKY, 2004; BRESSER-PEREIRA, 2000; FIORI, 2003).

Embora o Chile tivesse passado por um processo inicial de industrialização anterior ao Brasil (e mesmo a qualquer outro país latino-americano<sup>87</sup>), dois fatores conjunturais comuns influenciaram a estratégia de o Estado assumir, para si, a tarefa do desenvolvimento: a crise de 1929, que, segundo Love (2009), atuou nesse sentido devido ao fato de a alta dos preços de produtos importados (em decorrência da queda nas relações de troca e da desvalorização cambial) ter servido como um estímulo à substituição dos bens importados por manufaturas nacionais (estratégia de substituição de importações); e a Segunda Guerra Mundial, que, devido ao fato de os esforços econômicos europeus estarem exclusivamente voltados à economia de guerra, criou uma demanda muito grande por bens industrializados, o que favoreceu a produção industrial nos países periféricos<sup>88</sup>.

O projeto nacional de desenvolvimento, ancorado no modelo de industrialização por substituição de importações, vivido pelos dois países – Brasil e Chile – tinha como objetivos a superação tanto do subdesenvolvimento e quanto da dependência externa. Essa dependência se dava no âmbito econômico, mas também no âmbito científico e cultural, de modo que a constituição de um sistema nacional de instituições produtoras de conhecimento seria algo estratégico no projeto de superação do atraso. É por esse motivo que o Regime Militar no Brasil realiza um movimento de estruturação de um

---

<sup>87</sup> Ver Joseph Love (2009).

<sup>88</sup> Se antes da década de 1930, com a exceção do Chile, os passos rumo à industrialização vividos pela região eram erráticos e extremamente limitados, após a Segunda Guerra Mundial, e com uma enorme influência da Cepal e seus teóricos, “os esforços desenvolvimentistas da região se concentraram na transformação da estrutura de produção e na redução da dependência externa” (DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009:129).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sistema universitário e de pesquisa (com foco da pós-graduação), processo também ocorrido no Chile, embora anteriormente (CATANI, ESQUIVEL, GILIOLI, 2007).

E para que haja um modelo teórico autônomo, que parta das condições e realidades presentes nos países periféricos, é fundamental o papel da produção do conhecimento, bem como seu vínculo com as esferas de poder. Assim, as universidades se configuram enquanto instituições estratégicas para essa amarração entre o conceito e a prática. É por esse motivo que os Estados desenvolvimentistas brasileiro e chileno se dedicaram à constituição de um sistema universitário ancorado na capacitação técnica e na produção de conhecimento/ inovação (CATANI, ESQUIVEL, GILIOLI, 2007).

O modelo desenvolvimentista se estende, na periferia, durante todo o chamado período de ouro do capitalismo (entre 1950 e 1973), em que a macroeconomia keynesiana, a nova ordem internacional marcada por planos americanos de fomento ao desenvolvimento da Europa e da América Latina e o sistema de Bretton Woods possibilitaram a criação de instituições que regulassem as relações entre Capital e Trabalho, bem como garantissem a harmonização da ação dos entes econômicos (indivíduos, empresas e Estado) (DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009). Entretanto, a crise vivida nos países centrais, que culmina com os choques do petróleo nos anos 1970, promove uma reação monetarista (liderada pelo Federal Reserve, nos Estados Unidos) que se materializa em duas figuras principais: Thatcher e Reagan.

O corte das linhas de financiamento externo e a deterioração do ambiente econômico mundial culminam em uma profunda crise de endividamento nos países latino-americanos (DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009), e a ortodoxia liberal ganha um enorme destaque na maioria das ditaduras latino-americanas durante os anos 1970 e 1980, em detrimento das teses cepalinas (LOVE, 2009). Todavia, Brasil e Chile respondem de maneira diferente a essa nova configuração e se distanciam em termos de trajetória política de desenvolvimento: a ditadura brasileira, durante a década de 1970, promoveu um aumento do papel do Estado na economia, enquanto o Chile, após o golpe de 1973, inaugurou um processo de liberalização da economia, que seria reforçado nos anos 1980 (LOVE, 2009).

Embora Chile e Brasil tenham se distanciado na década de 1970 (com o regime militar brasileiro reafirmando seu caráter desenvolvimentista), a década de 1980 revelou os problemas estruturais de longo prazo desse modelo de desenvolvimento, de modo

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

que a crise do endividamento externo e a nova configuração da economia mundial favoreceram a adoção do receituário neoclássico de um modo geral na América Latina durante os anos 1990 (SALLUM, 2006; DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009; BRESSER-PEREIRA, GALA, 2010).

Com as crises ocasionadas pelas políticas recessivas durante as décadas de 1990 e 2000, a América Latina passa por um período de experimentação de formas alternativas de políticas socioeconômicas, que culminam no surgimento dos “Estados pós-neoliberais” (PECK, THEODORE, BRENNER, 2012), referindo-se às várias e distintas experiências verificadas no contexto latino-americano após o período da hegemonia liberal, embora haja, na literatura, um grande debate acerca de quais são esses modelos de Estado.

Esta pesquisa parte da hipótese de que o Brasil, nos anos 2000, retoma o cânone desenvolvimentista, operando uma importante mudança de foco: a constatação do problema nacional deixa de ser o atraso e passa a ser o padrão de desigualdade, de modo que a inclusão passa a ser um aspecto fundamental das novas políticas desenvolvimentistas (BRESSER-PEREIRA, GALA, 2010; OREIRO, PAULA, 2010; REGO, 2008; SICSÚ, PAULA, MICHEL, 2005), e nesse âmbito, as políticas de educação superior passam a ser um tema fundamental (CEPÊDA, 2012; MARQUES, CEPÊDA, 2012). Se o Brasil se aproxima de um perfil mais “reformista”, o Chile, embora tenha adotado nos anos 1990 e 2000 iniciativas para atenuar os problemas gerados pelo livre-mercado (SIQUEIRA, 2003), mantém um perfil mais “liberal” (LOVE, 2009; DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009).

### **Educação superior e desenvolvimentismo: Brasil e Chile**

A história da educação superior no Brasil é repleta de altos e baixos, descontinuidades e rupturas: em primeiro lugar, a colonização do Brasil (diversa do modelo espanhol) proibiu a criação de universidades, assim como a própria imprensa, de modo que nossas instituições de ensino superior são extremamente recentes se comparadas aos nossos vizinhos sul-americanos. Políticas específicas voltadas à promoção e regulamentação desse nível de ensino só seriam verificadas no século XX<sup>89</sup> (BOSI, 2000; OLIVEN, 2002; SAVIANI, 2007).

---

<sup>89</sup> O primeiro decreto com o objetivo de regulamentar e normatizar o funcionamento das universidades só viria no ano de 1928, sendo complementado depois pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, um ambicioso projeto de normatização das instituições de ensino superior no Brasil que permitiu, pela

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

No ano de 1932, em meio ao profundo processo de reordenamento político e social inaugurado pelo processo revolucionário de 1930, um grupo de intelectuais redigiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>90</sup>, documento que, não apenas constata a desorganização do sistema escolar brasileiro, mas sobretudo convocava o Estado a promover a constituição de um plano geral de educação pautado nas bandeiras do ensino público, laico, obrigatório e gratuito.

A Constituição de 1934, inspirada pelo manifesto, “estabeleceu como competência da União fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país.” (MILITÃO, MILITÃO, PERBONI, 2011, p.2). A carta constitucional de 1934 definiu, ainda, o Conselho Nacional de Educação (CNE) como sendo o órgão responsável pela elaboração do PNE. Após sua elaboração, o mesmo foi enviado ao Ministro da Educação em maio de 1937, ainda que, em função do golpe que instaura o Estado Novo, no mesmo ano, o referido Plano tenha sido abandonado (SAVIANI, 2007).

Segundo Oliven (2002), o período iniciado com a Revolução de 30 marca uma importante inflexão na concepção das políticas de educação superior no Brasil. A criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e a aprovação, no ano seguinte, do já mencionado Estatuto das Universidades Brasileiras (que vigorou até 1961), são aspectos representativos dessa mudança de concepção quanto ao papel e à importância do ensino superior no Brasil. Este estatuto definia que a universidade poderia ser de dois tipos: oficial, e portanto pública, ou livre (privada). Deveria também oferecer três cursos distintos, que poderiam ser: Direito, Medicina, Educação, Engenharia, Ciências e Letras. O papel administrativo caberia ao conselho universitário e ao reitor, escolhido a partir de uma lista tríplice (modelo que ainda está em vigor).

Apesar de a reforma empreendida por Francisco Campos (então titular do Ministério da Educação e Saúde) ter sido capaz de retirar o ensino superior de seus moldes tradicionais, o aspecto fundamental da reforma, com a ênfase nas faculdades de Educação, residiu no objetivo primordial de formação de professores para o ensino secundário, deixando em segundo plano as tarefas históricas da universidade: a

---

primeira vez, a criação de universidades por parte da iniciativa privada (o que estava vedado pelo decreto anterior, de 1928). Esse projeto promoveu, ainda, um significativo aumento do controle estatal sobre a educação superior no Brasil.

<sup>90</sup> Redigido pelo sociólogo Fernando de Azevedo e assinado por inúmeros intelectuais de peso, dentre os quais se situam Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto e Lourenço Filho. Ver “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)”, publicado pelo MEC em 2010.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

produção do conhecimento e a pesquisa. Não apenas essa reforma, mas toda a política educacional da década de 1930 não conseguiu responder aos anseios pela constituição de um sistema universitário efetivo.

O interregno democrático entre 1946 e 1964 é marcado por um processo de ampliação do acesso ao ensino médio, bem como pela federalização de uma série de faculdades privadas e estaduais, que passam a ser reunidas na criação de novas universidades federais. Ainda que esse período seja marcado por uma recusa do autoritarismo característico do Estado Novo, o modelo de Estado nacional-desenvolvimentista que começa a ser construído durante a Era Vargas vai ser consolidado. A associação programática entre políticas de ensino superior e a questão do desenvolvimento possui um papel central no processo de construção da modernidade brasileira devido ao papel estratégico enquanto instituição capaz de produzir inovação e, ao mesmo tempo, capacitar mão-de-obra em um país em profundo processo de industrialização.

Durante o final da década de 1950 e o início da década de 1960 o Brasil vai vivenciar um profundo debate<sup>91</sup> acerca da necessidade de uma reforma universitária que compreendesse a criação de institutos de pesquisa, reajustes salariais, o estabelecimento de uma política de assistência estudantil e a democratização do acesso ao ensino superior (TRIGUEIRO, 2003). Esse debate oriundo do movimento por uma reforma, do qual participaram figuras como Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Fernando de Azevedo e outros<sup>92</sup> foi interrompido pelo Golpe de 1964 (que vai romper com o regime democrático) e pela Reforma de 1968, o chamado Estatuto do Magistério Superior Federal, que vai acirrar o controle estatal sobre a produção científica, promover a censura<sup>93</sup> e a perseguição política.<sup>94</sup>

---

<sup>91</sup> Sampaio (1991) afirma que durante a primeira metade do século XX a sociedade brasileira mudou radicalmente, e o país vivenciou um crescimento significativo dos setores médios, característicos de uma sociedade industrial e urbana, e que vão demandar um melhor acesso ao ensino superior.

<sup>92</sup> Incluindo instituições de pesquisa como a Cepal e o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955).

<sup>93</sup> E, com ela, a perseguição e aposentadoria compulsória de docentes considerados “subversivos”.

<sup>94</sup> Embora o golpe tenha freado o debate, sobretudo no tocante à necessidade de democratização do acesso à universidade, a Reforma de 1968 introduziu várias demandas apresentadas no movimento pela reestruturação universitária: aboliu o sistema de cátedras, introduzindo os departamentos como unidades mínimas; implantou o sistema de institutos básicos; organizou o currículo em duas etapas (básico e profissionalizante); e flexibilizou a estrutura curricular com a implementação do sistema de créditos e a semestralidade (SAMPAIO, 1991).



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O papel da universidade enquanto instituição estratégica de produção de pesquisa e inovação com vistas à superação do subdesenvolvimento, que se fortalece a partir dos anos 1950, é mantido pelo Regime Militar. Entretanto, esse período legou à sociedade brasileira um sistema universitário híbrido e assimétrico: de um lado, a existência de um reduzido e excludente segmento universitário público (extremamente concentrado nas áreas mais desenvolvidas economicamente); e, de outro, um crescimento drástico e desordenado do segmento privado, em decorrência da delegação do papel da formação superior à iniciativa privada. Essa situação paradoxal vai se manter até o ajuste neoliberal da década de 1990 (MARQUES, CEPÊDA, 2012).

A Constituição de 1988 (marco constitucional do novo pacto democrático) muda o paradigma das políticas de ensino no Brasil ao estabelecer a educação como um direito social e *dever*<sup>95</sup> do Estado, e abre espaço para uma nova onda de políticas públicas que se iniciam durante a década de 1990, a partir da criação do Conselho Nacional de Educação (1995) e da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Essa nova onda, que pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, de 1995 a 2002, é marcado pela relativização do papel do Estado com a educação superior (ancorado na tese de que a sociedade como um todo deveria assumir essa responsabilidade) (MORAES, 1998; DOURADO, 2002; SOUZA, 2005), grande incentivo à iniciativa privada, e por um processo de reengenharia das universidades federais pautado pelo binômio eficiência e eficácia, buscando a racionalização dos recursos; o segundo momento, de 2002 em diante, associa-se com o debate do novo desenvolvimentismo, e é marcado por um processo de expansão e democratização do acesso às universidades federais, por intermédio de políticas de ação afirmativa, bem como uma política de fomento à pesquisa científica com incentivos e recursos públicos.

Durante o período 2003-2010: o orçamento anual do MEC passou por um aumento de 246,6% (enquanto nos oito anos anteriores esta cifra foi de 71,4%, três vezes menor); o total de investimentos públicos em educação como porcentagem do PIB saltou de 4,1% para 5,1%, o que representou um aumento de 24,39% (cinco vezes maior do que o aumento verificado nos anos FHC – 5,13% – passando de uma relação de 3,9% do PIB para 4,1%); 15 novas universidades federais foram criadas (ao passo em que entre 1995 e 2002 foram apenas quatro); e a oferta total de vagas na rede federal

---

<sup>95</sup> Vale destacar que, embora a educação já fosse consagrada como um direito nas constituições anteriores, é apenas na Constituição de 1988 que a sua garantia se converte em um *dever* do Estado.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

praticamente dobrou, passando de 113.263 em 2002 para 218.152 em 2010 (entre 1995 e 2002 esse crescimento foi de 38,66%) (SILVA, 2013)<sup>96</sup>.

Se no Brasil a história da educação superior é recente, no Chile esta tem raízes ainda no período colonial: em 1738 foi criada a Universidad de San Felipe (que viria a se tornar a Universidad de Chile), que, junto à Universidad Técnica del Estado (atual Universidad de Santiago), ambas públicas<sup>97</sup>, configuraram basicamente o sistema de ensino superior chileno por muito tempo. Segundo Catani, Esquivel e Gilioli (2007), a primeira “onda privatista” vivenciada pelo Chile se deu ainda no início do século XX, com a criação das universidades católicas e regionais. De todo modo, até a década de 1980, o sistema universitário chileno teve uma forte participação do Estado, e ainda que existissem seis universidades particulares e apenas duas públicas, todas eram subsidiadas por recursos públicos, as chamadas “universidades tradicionais” (SIQUEIRA, 2003; CATANI, ESQUIVEL, GILIOLI, 2007). Embora em menor número, as universidades públicas respondiam por 65% dos alunos matriculados em cursos superiores (SIQUEIRA, 2003).

As reformas no ensino superior chileno começam já em 1973, com o golpe de Estado, e tinham inicialmente o objetivo de reduzir a oposição à ditadura de Pinochet (uma vez que as universidades eram um reduto do pensamento crítico, de discussão e organização estudantil); mas elas se acentuam durante a década de 1980 por intermédio dos *Decretos con Fuerza de Ley* (DFL), dentre eles: o DFL nº1 (de 1980), que definiu a categoria “universidade”, listando 12 campos nos quais elas deveriam atuar (direito, arquitetura, bioquímica, odontologia, agronomia, engenharia, comércio, engenharia florestal, medicina, veterinária, psicologia e farmácia); o DFL nº2 (de 1980), que estabeleceu um prazo de 90 dias para os reitores apresentarem um plano de reestruturação e redução do tamanho das universidades; o DFL nº4 (de 1981), que estabeleceu três mecanismos de funcionamento: o Aporte Fiscal Direto (APL), baseado na porcentagem histórica de recursos públicos atribuída às universidades, o Aporte Fiscal Indireto, baseado no número de matriculados entre os 20.000 melhores avaliados do país, e o sistema de financiamento estudantil; o DFL nº33 (de 1981), que criou o

---

<sup>96</sup> Hoje, o ensino superior chega a regiões de maior vulnerabilidade e isolamento, de fronteira, nas periferias urbanas, incorporando mais segmentos sociais (antes excluídos do acesso ao ensino superior público) através das cotas, Ações Afirmativas, seleção via ENEM e SiSU (MARQUES, CEPÊDA, 2012; PAIVA, 2009; FERES JUNIOR, ZONINSEIN, 2008).

<sup>97</sup> As duas universidades, hoje renomeadas, permanecem estatais.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*Fondo de Desarrollo Científico y Tecnológico* (FONDECYT), que deveria funcionar em bases competitivas; o DFL nº5 (de 1981), que criou os Institutos Profissionais (IPs); e o DFL nº 24 (de 1981), que criou os Centros de Treinamento Técnico (CTTs) (SIQUEIRA, 2003).

Esse processo de reformas, profundamente influenciado pelas diretrizes do Banco Mundial e do FMI, enfatizaram a profissionalização e a formação para o mercado (como ocorreria no Brasil na década seguinte), em detrimento do antigo modelo de universidade de pesquisa. Além disso, possibilitou um crescimento significativo do sistema de ensino superior no país, que passou de oito universidades, com 116.962 alunos matriculados em 1980, para 286 instituições, com 184.434 alunos em 1984 (CASTAÑEDA, 1986). Verificou-se uma redução de 52% no financiamento público direto (AFD). Essas mudanças, todavia, não tiveram o resultado esperado de democratização do acesso ao ensino superior. A porcentagem de estudantes de baixo nível socioeconômico continuou muito baixa, tanto nas universidades tradicionais (subsidiadas pelo Estado), quanto nas novas universidades particulares, 34,2% e 24,8%, respectivamente<sup>98</sup>. (SIQUEIRA, 2003).

O governo pós-ditadura militar, iniciado em 1990, aprova uma Lei Orgânica da Educação (LOCE) no mesmo ano, que mantém o arcabouço geral iniciado pela ditadura de Pinochet, mas introduz uma série de mecanismos para atenuar parte dos problemas de qualidade e equidade gerados pela adesão à lógica do mercado, como fundos de desenvolvimento institucional e linhas de financiamento e empréstimo estudantil a estudantes de baixa renda (SIQUEIRO, 2003; CATANI, ESQUIVEL, GILIOLI, 2007).

### **Objetivos e justificativas:**

O objetivo desta pesquisa é compreender como dois países de tradição cezalina, em rota de estabilidade democrática, mas com padrões pós-desenvolvimentistas distintos, lidaram com a questão do ensino superior e como relacionaram essas políticas com o processo de desenvolvimento nacional após a redemocratização. Se, no Brasil, há uma retomada do debate desenvolvimentista nos anos 2000, pautado pela questão da

---

<sup>98</sup> Aliado a esse fato, o número reduzido de cursos de pós-graduação *stricto sensu* afetou significativamente a disponibilidade de pessoal docente qualificado, o que reforçou relações de trabalho baseadas no baixo salário e no tempo parcial. Ver Siqueira (2003).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

inclusão, e que tem nas políticas de educação superior um pilar fundamental<sup>99</sup>, como ocorre, no Chile, o rearranjo do tema do desenvolvimento, e como as políticas de educação superior se encaixam nesse processo? O objeto desta pesquisa são as políticas de educação superior, no Brasil e no Chile, no período entre 1950 e 2010, em dois focos de pesquisa: 1) o período 1950/1990 – com objetivo de verificação do papel do ensino superior (se houve e como houve) no momento cepalino; 2) a configuração do ensino superior nos dois países, no período pós 1990, tomando como pressuposto uma inclinação liberal no Chile e novo desenvolvimentista no Brasil.

A comparação entre os casos de Brasil e Chile se faz pertinente porque compartilham um ponto histórico inicial: ambos estão ancorados em uma mesma trajetória desenvolvimentista, pautada pelo estruturalismo cepalino como denominador teórico comum (DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009); e o fato de os países terem se afastado em suas trajetórias de desenvolvimento (modelo chileno de tipo neoclássico, com redução do papel do Estado – em especial no âmbito das políticas sociais; modelo brasileiro de tipo desenvolvimentista-keynesiano, com ampliação das políticas de proteção social e do papel do Estado) nos permite compreender como duas concepções teóricas e políticas distintas realizaram a amarração estratégica entre política de educação superior e desenvolvimento nacional.

### Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento. São Paulo: Contraponto Editora, 2004.

BOSI, Alfredo. A universidade pública brasileira: perfil e acesso. Cadernos Adenauer, 6, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Novo desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Revista de La Cepal, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Pobres elites iluminadas. Estudos Avançados, 38, 2000.

---

<sup>99</sup> A respeito do papel *social* e inclusivo do desenvolvimentismo brasileiro, conferir Bresser-Pereira, Gala (2010); Sicsú, Paula, Michel (2005); Rego (2008); Paiva (2009); Cepêda (2012); Marques, Cepêda (2012).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

CASTAÑEDA, T. Innovations in the financing of education: the case of Chile. Washington, DC: The World Bank, Education and Training Department, Operations Policy Staff, 1986.

CATANI, Afrânio Mendes; ESQUIVEL, Juan Carlos Campbell; GILIOLI, Renato de Souza Porto. Reformas da educação superior no Chile, no Brasil e em Portugal: uma abordagem comparativa. Curitiba: Revista Diálogo Educacional, 21, 2007.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. Estudos Avançados, 26, 2012.

DAVIS, Ricardo French; MUÑOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As Economias Latino-Americanas, 1950-1990. In Leslie Bethell (org.), História da América Latina. São Paulo: Edusp, 2009. Vol. VI.

DINIZ, Eli. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências Sociais, 4, 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. Revista Educação e Sociedade, 80, 2002.

FERES JUNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (org.). Ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FERRER, Aldo. Raúl Prebisch y el dilema del desarrollo em el mundo global. Revista de La Cepal, 2010.

FIORI, José Luís. O voo da coruja. Para reler o desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

LOVE, Joseph L. Ideias e Ideologias Econômicas na América Latina, c.1930 – c.1990. In Leslie Bethell (org.), História da América Latina. São Paulo: Edusp, 2009. Vol. VIII.

MARQUES, Antônio Carlos; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. Perspectivas, 42, 2012.

MILITÃO, Andréia Nunes; MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes; PERBONI, Fabio. Do PNE/2001 ao novo PNE (2011-2020): o financiamento da educação em análise. Curitiba: X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2011.

MORAES, Reginaldo C. C. de. Universidade Hoje – Ensino, pesquisa e extensão. Revista Educação e Sociedade, 63, 1998.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In IESALC, A educação superior no Brasil. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe, 2002.
- OREIRO, José Luis; PAULA, Luiz Fernando de. O Novo-Desenvolvimentismo e a Agenda de Reformas Macroeconômicas para o Crescimento Sustentado com Estabilidade de Preços e Equidade Social. Revista de Economia & Tecnologia, 2010.
- PAIVA, Angela Randolpho. Desigualdade, reconhecimento e políticas de ação afirmativa. Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.
- PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. Revista Novos Estudos, 92, 2012.
- REGO, Walquiria Leão. Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. São Paulo: Revista Lua Nova, 73, 2008.
- SALLUM JR., Brasília. Crise, democratização e liberalização no Brasil. Lisboa: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006.
- SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.
- SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: uma análise do projeto do MEC. Campinas: Revista Educação e Sociedade, vol. 28, n. 100, 2007.
- SOUZA, Paulo Renato. A revolução gerenciada: educação no Brasil, 1995-2002. São Paulo: Prentice Hall, 2005.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Novo-desenvolvimentismo – um projeto nacional de crescimento com equidade social. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. Educação superior e novo-desenvolvimentismo: uma análise das políticas de educação superior entre 2007 e 2010. Bogotá: VII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2013.
- SIQUEIRA, Angela C. de. As Reformas do Ensino Superior no Chile e na China. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior, 2003.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. Reforma Universitária e Mudanças no Ensino Superior no Brasil. Brasília: Digital Observatory for Higher Education in Latin America and The Caribbean, 2003.

VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e Iberistas: A Polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. DADOS, 34, 1991.

**A PRESENÇA DA TEORIA CLAUSEWITZIANA NO BRASIL: ANÁLISE SOBRE AS LEITURAS DE CLAUSEWITZ NA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA**

Carla Cristina Wrbieta Ferezin – UFSCar  
carlaferezin@gmail.com  
Fomento: FAPESP

Este trabalho tem a finalidade de analisar a leitura de Carl von Clausewitz entre os militares pertencentes a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro. As concepções de Clausewitz, considerado um dos maiores teóricos do período de formação do pensamento militar moderno, nos proporcionaram as primeiras reflexões da guerra como um instrumento da política de Estado. A partir de suas experiências com as guerras da Revolução Francesa e com Napoleão Bonaparte, o general Clausewitz construiu uma intrincada teoria da guerra, na qual ressaltou a centralidade da política ao afirmar que “a guerra é a continuação da política de Estado por outros meios”. Após a sua morte, mais precisamente no ano de 1832, foi publicada sua obra maior, *Da Guerra*, livro que eternizaria as percepções do general prussiano. Deste momento em diante, suas ideias passaram a ser lidas, citadas e ressignificadas em distintas conjunturas históricas. No Brasil, Clausewitz despertou a atenção dos militares, notadamente no período pós-Guerra Fria, quando uma determinada concepção (trindade da guerra) promovia a ressurreição da teoria clausewitziana em diversos países ocidentais. Nesse sentido, buscaremos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército brasileiro, centro de formação dos oficiais que comandarão a Força Terrestre, uma leitura mais atual acerca da teoria clausewitziana. Neste artigo investigaremos como se deu a assimilação da teoria do general prussiano dentre os alunos da ECEME através da análise de seus documentos curriculares e de seu periódico discente, a *Revista das Ciências Militares – Coleção Meira Mattos*. De forma preliminar podemos assinalar que há contato dos militares da ECEME com a teoria clausewitziana e que a leitura desses militares no pós-Guerra Fria é marcada por defesas e ataques a validade de Clausewitz para um cenário de constante evolução das tecnologias bélicas e de novos tipos de guerra.

### **Introdução**

O general Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) é um dos pensadores estratégicos mais “lidos” nas instituições militares ocidentais. Contudo, a constante citação de Clausewitz demonstrou que muitos de seus leitores distorceram o real significado de sua teoria. As preocupações inerentes ao contexto histórico e as interpretações pessoais de cada leitor parecem ter tido impacto significativo sobre as diferentes (positivas e negativas) imagens que Clausewitz recebeu ao longo do tempo, eis a hipótese central que guia este artigo. As conjunturas de conflitos (Primeira e Segunda Guerras Mundiais e Guerra Fria) disseminaram “a todo vapor” a teoria clausewitziana, o que proporcionou distintas leituras e interpretações acerca da validade



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

e atualidade da obra maior de Clausewitz, *Da Guerra*. No Brasil, Clausewitz também despertou a atenção de militares e intelectuais dedicados ao estudo da área do pensamento político-estratégico. Nesse quadro, propõe-se investigar a interpretação que os militares pertencentes à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) deram a teoria de Clausewitz, tentando evidenciar como a conjuntura (interna e externa) do pós-Guerra Fria influenciou na leitura de Clausewitz. Após levantamento bibliográfico aponta-se à ausência de estudos destinados a compreender a influência que a teoria clausewitziana teve no Brasil, assim, pretende-se preencher uma lacuna importante na área estratégica e política do país. Para alcançar o objetivo supracitado recorrer-se-á a análise de um periódico pertencente à ECEME: *Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos* (RCM). Ressalta-se aqui a pouca importância que os periódicos militares têm entre os pesquisadores da área acadêmica, poucos trabalhos procuraram destacar o importante papel que essas revistas têm para a compreensão do discurso militar. Quanto à metodologia, cabe destacar que este artigo é de cunho exploratório e é delineado, basicamente, por pesquisa bibliográfica e documental.

Feita esta introdução, apresentaremos uma concisa história da vida e do progresso intelectual de Clausewitz, na tentativa de evidenciar como a sua experiência militar influenciou decisivamente para a formulação de sua teoria da guerra. Abordaremos ainda distintas adaptações da teoria clausewitziana em conjunturas históricas de guerras. Ao final, abrangearemos as leituras que os militares pertencentes à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro tiveram da teoria clausewitziana.

### **A trajetória de Clausewitz**

Clausewitz foi um soldado profissional a partir dos seus doze anos de idade e enfrentou a sua primeira batalha logo aos treze anos, quando presenciou a ruína do Exército prussiano (1794) frente ao Exército revolucionário de Napoleão. Logo no início de sua carreira, como oficial, serviu diretamente ao reformador do Exército prussiano, o general Gerhard Scharnhorst (1755-1813) e logo depois a outro reformador militar, o general August von Gneisenau (1760-1831). Scharnhorst, sobretudo, teve papel central na evolução intelectual de Clausewitz, iniciando-o na carreira literária. Scharnhorst indicou Clausewitz ao editor do mais importante jornal militar da Alemanha, e em 1805 ele escreveu seu primeiro artigo, no qual refutava as teorias

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

estratégicas do alemão Heinrich Dietrich von Büllow (1757-1807), o mais famoso intérprete das guerras napoleônicas naquele ano.

Em 1819, o general Carl von Clausewitz começou a redigir sua mais importante obra, *Vom Kriege (Da Guerra)*, livro que eternizaria o autor como notável teórico da guerra e estrategista militar<sup>100</sup>. Em *Da Guerra*, Clausewitz expôs a incoerência de “princípios eternos da guerra”, visto que a guerra variaria em suas formas, dependendo das transformações naturais da política e da sociedade na qual ela é travada. Em novembro de 1831, Clausewitz faleceu de cólera aos 51 anos de idade. Logo, *Da Guerra* é um livro inacabado, publicado em 1832, por iniciativa da esposa de Clausewitz, Marie von Brühl (1779-1836).

Sem o desígnio de resumir a teoria clausewitziana, pontuamos, em linhas gerais, os principais conceitos contidos em *Da Guerra* e que consagraram Clausewitz como um dos principais pensadores da guerra, política e estratégia<sup>101</sup>:

- i. “A guerra é a continuação da política de Estado por outros meios”, conceito que expressa o imperativo da subordinação militar à política.
- ii. Dupla natureza da guerra, distinção entre guerra absoluta e guerra real, ressaltando-se o caráter irreal e ideal do primeiro tipo de guerra e, a inserção da política como elemento central para a compreensão das guerras reais<sup>102</sup>.
- iii. Relativismo histórico, indicando que cada período tem o seu próprio tipo de guerra e as circunstâncias restritivas adequadas à conjuntura histórica.
- iv. Trindade da guerra, conceito formado por três tendências predominantes, as quais agem como forças no interior de todas as guerras já empreendidas: a violência que funciona como o impulso para a luta contra o inimigo; o jogo do acaso e da probabilidade que permeia os combates e faz da guerra um fenômeno imprevisível e incalculável e, o elemento de subordinação, afinal a guerra é apenas um mero instrumento da política, através do Estado, para alcançar determinados propósitos.

---

<sup>100</sup> Outras obras de Clausewitz: *Princípios da Guerra* (1812), *A Campanha de 1812 na Rússia* (1824) e *A Campanha de 1815 na França* (1827).

<sup>101</sup> É relevante observar que Clausewitz tinha uma metodologia dialética e que os axiomas criados por ele são constantemente “rebatidos” dentro da própria obra *Da Guerra*.

<sup>102</sup> Não se pode dizer, no entanto, que a política não esteja presente na concepção de guerra absoluta de Clausewitz.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A guerra absoluta de Clausewitz foi o conceito mais utilizado no período das Grandes Guerras Mundiais (Primeira Guerra Mundial – 1914-1918/ Segunda Guerra Mundial – 1939-1945). Contudo, tal concepção, muitas vezes idealizada de forma equivocada, provocou uma propagação negativa do general prussiano no decorrer do tempo. Neste contexto de conflitos, muitos pensadores da História Militar e da Estratégia rejeitaram a importância da teoria de Clausewitz, determinando a imprescindibilidade de se abdicar à leitura das obras deste autor. A criação de novas tecnologias bélicas, sobretudo, o advento das armas nucleares, provocou uma discussão ainda mais forte sobre a validade da teoria clausewitziana. No decorrer da Segunda Guerra Mundial surgiram diversos intelectuais interessados em debater como Clausewitz poderia ajustar-se aos novos tempos, às novas guerras e às novas estratégias, mas ainda era forte a marca do “apóstolo da guerra total”. Entretanto, com o início da Guerra Fria (1945-1989), a imagem de Clausewitz sofreu uma transformação. Diversos leitores passaram a debater suas ideias, principalmente, acerca da validade da trindade da guerra. Vários leitores de Clausewitz empreenderam uma leitura simplificadora acerca deste conceito, o que gerou uma incompreensão do real significado não só da trindade clausewitziana, como da teoria clausewitziana em geral. No período pós-Guerra Fria, a concepção da trindade da guerra de Clausewitz originou uma intensa polêmica a respeito da validade da teoria clausewitziana para os “novos tempos”, de criações de tecnologias bélicas avançadas e de transformações no cenário político mundial.

As ideias de Clausewitz passaram a ser amplamente revisitadas a cada conjuntura histórica de conflitos bélicos, tanto para críticas, quanto para defesas de sua validade e relevância para a História Militar e para a área do pensamento político-estratégico. Após destacarmos as oscilações nas leituras de Clausewitz no decorrer do tempo, abarcaremos, de forma sucinta, com se deu a recepção de Clausewitz no Brasil no período pós-Guerra Fria. No próximo tópico, traremos evidências de que Clausewitz se constituiu em uma leitura constante entre os militares pertencentes à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro.

### **A teoria clausewitziana na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro no pós-Guerra Fria**

O escopo deste artigo é analisar a recepção de Clausewitz no pensamento dos oficiais vinculados a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

consequentemente, os quais comandarão a Força Terrestre brasileira. Para isso, pesquisamos o periódico desta instituição, a *Revista das Ciências Militares – Coleção Meira Mattos* (RCM), entre os anos de 2003 a 2009. Analisamos trinta e quatro edições da RCM e localizamos trinta artigos que o mencionaram. No entanto, selecionamos cinco textos com significativa coerência teórica para demonstrarmos como se deu a recepção do autor na instituição supracitada. As leituras de Clausewitz na *Revista das Ciências Militares* foram, em sua maioria, seletivas e superficiais e utilizaram conceitos da teoria clausewitziana para explicar ou justificar os fatos ocorridos em um determinado contexto histórico, a saber, a Segunda Guerra do Golfo, iniciada no ano de 2003.

Logo após os Atentados de 11 de setembro os Estados Unidos da América realizaram alguns eventos militares a fim de eliminar a organização responsável pelos ataques, a *Al Qaeda*, grupo terrorista com operações procedentes do Afeganistão e lideradas pelo refugiado saudita, Osama Bin Laden. Uma das primeiras ações dos Estados Unidos da América – no plano da política interna – foi divulgar uma resolução conjunta da Câmara e do Senado, a qual funcionava como um “aval” ao presidente para agir com a força necessária para combater o terrorismo em qualquer lugar que ele estivesse infiltrado. No plano da política externa, a ideia era buscar o “apoio” da comunidade internacional e do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas para efetivar a guerra contra o terror. No dia sete de outubro, alegando legítima defesa, os norte-americanos atacaram o Afeganistão através de ofensivas aéreas contra localidades militares estratégicas do país, além dos campos de treinamento da *Al Qaeda*. Em dezembro de 2001, os Estados Unidos alcançaram um de seus desígnios no Afeganistão, destituir o regime dos talibãs.

Em 2002, os Estados Unidos procuraram demonstrar como seria a sua “nova visão” sobre a segurança nacional, a partir da construção da sua “nova” Estratégia de Segurança Nacional, a NSS02. A “doutrina Bush” era uma declaração de que ataques preventivos seriam “armas” aceitas para derrotar o terrorismo. Os países que de alguma forma colaborassem com o terror configurar-se-iam em ameaças em potencial, devendo ser neutralizados através de intervenções militares antes que se tornassem inimigos poderosos. A ideia de ataques unilaterais e preventivos para combater o terrorismo presente na NSS 02 foi o discurso vigente para a invasão do Iraque em 2003. O que ficou claro mais uma vez na Guerra do Iraque foi que os Estados Unidos fariam

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

prevalecer a sua vontade a qualquer custo, utilizando-se do seu poderio militar como o mais valioso instrumento de sua política externa.

Em tal contexto, o coronel intendente e chefe do Centro de Estudos Estratégicos da ECEME Marcio Tadeu Bettega Bergo publicou em 2003 um artigo para a atualização dos alunos da Escola “A Guerra do Golfo – reflexões”, no qual procurou delinear as influências da política sobre o campo militar e, assim, apontar os principais ensinamentos desta “nova guerra” para o Exército brasileiro.

Ao se pensar na relação entre guerra e política dificilmente não se abordará Clausewitz, assim ao percorrer os impactos políticos da Guerra no Iraque, o autor imediatamente “convidou” Clausewitz ao debate. A intenção do coronel Bergo foi responder aos seguintes questionamentos: qual o papel da política no campo militar? A política ainda é central em uma guerra?

O tradicional conceito, consagrado por Karl von Clausewitz, de que “guerra é a continuação da política por outros meios”, teria mudado? É ponto básico o princípio de que a guerra é um fenômeno político. Ainda no dizer de Clausewitz, “é a política que cria a guerra; a política é a inteligência orientadora e a guerra apenas o instrumento” (BERGO, 2003, p. 56).

Mas, no conflito posto no Iraque a política ainda manteve sua função de orientadora? A ideia de Clausewitz ainda seria válida?

Da análise das condicionantes políticas deste conflito, poderemos concluir sobre indícios de uma nova concepção geopolítica no mundo contemporâneo. Uma guerra sempre terá origem em pendências não resolvidas por outros meios, e suas consequências sempre serão sentidas no campo político (BERGO, 2003, p. 56).

A política ainda estava presente, no entanto, algo mudou com a eclosão da Guerra do Iraque. Segundo este mesmo autor, o uso da ação militar de forma unilateral deu novos enfoques ao papel dos instrumentos existentes para mediar desavenças, como também alterou a própria definição de guerra, que não mais parecia ser um choque de vontades. A Guerra do Iraque deixou evidente que a atuação da diplomacia para resolver as pendências entre os Estados foi suprimida pela intervenção militar baseada na vontade obscura dos Estados Unidos da América (BERGO, 2003). A Segunda Guerra do Golfo, segundo este autor, inverteu a concepção clausewitziana de submissão militar à política, visto que o elemento militar, por meio de atos unilaterais, prevaleceu sobre o “velho jogo político travado entre Estados” (BERGO, 2003, p. 56). Bergo não deixou clara a sua opinião acerca da atualidade ou obsolescência de Clausewitz, mas

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

defendeu convictamente a mudança da natureza da guerra e do conceito clausewitziano de submissão militar à política, a partir da Guerra do Iraque.

Ainda na conjuntura da Guerra do Iraque, em um texto voltado para a atualização dos alunos pertencentes à ECEME “Objetivos políticos da Segunda Guerra do Golfo e as estratégias utilizadas – uma análise atualizada” (2003), o tenente-coronel de infantaria e instrutor da Divisão de Doutrina da ECEME, André Luis Novaes Miranda, analisou as estratégias utilizadas pelas tropas norte-americanas e iraquianas para alcançarem seus objetivos políticos na Guerra do Iraque. Segundo o autor, cada país utilizou-se de uma estratégia distinta para conquistar seus fins políticos, os Estados Unidos optou pela estratégia da guerra convencional, a conhecida estratégia direta (MIRANDA, 2003). Na contramão, o Iraque empregou a estratégia pertencente à guerra irregular, a estratégia de resistência, aquela utilizada contra inimigos visivelmente superiores (2003). Para o tenente-coronel Miranda, a Guerra do Iraque estava no campo das improbabilidades, das dúvidas, e aqui o prussiano teria algo a dizer:

De acordo com Clausewitz, todas essas incertezas, no campo da estratégia, não são apenas uma incapacidade de prever fatos, mas – muito mais importante – a consequência da indeterminação de eventos gerados pela oposição inteligente e cheia de recursos (MIRANDA, 2003, p. 96).

É interessante aqui lembrar que Clausewitz afastou-se do pensamento estratégico vigente em seu tempo, que via a guerra a partir de um prisma mecânico, calculável matematicamente. Como disse Aron, “Clausewitz detesta a fascinação que exercem as formas geométricas em estratégia e detesta também qualquer dogmatismo” (ARON, 1986, p. 80). O prussiano atacou fervorosamente as teorias de Heinrich Dietrich von Bülow (1757-1807), o qual defendia a “geometrização” da guerra sem considerar as incertezas. Clausewitz ainda criticou a ânsia de Bülow em transformar a guerra em um fenômeno racional, em uma ciência, o que o levou a produzir análises não realistas do fenômeno da guerra. Ao ver do general Clausewitz, Bülow desconsiderou os efeitos morais e psicológicos que poderiam gerar ações inesperadas do oponente, rejeitando a guerra como um fenômeno humano e social incerto e tratando-a como uma ciência exata.

Mas, para o tenente-coronel de cavalaria do Exército brasileiro e instrutor na Academia Militar de *West Point* (EUA) Fábio Benevutti Castro, a Guerra do Iraque trouxe uma certeza: as forças armadas deveriam se adequar aos novos tipos de conflito – os conflitos assimétricos – e abandonar as concepções da guerra convencional. Esta foi a ideia defendida pelo autor em seu artigo, “Os conflitos assimétricos e a adequação

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

das forças armadas”, publicado no ano de 2007. Para o autor, os exércitos dos países centrais (principalmente o norte-americano) são preparados para as guerras convencionais e não possuem técnicas militares para o enfrentamento de conflitos assimétricos, fato constatado desde a Guerra do Vietnã. Desde o século XIX, após a Guerra Franco-Prussiana, as grandes potências apresentaram visões únicas quanto ao uso e à estrutura de suas forças militares: a composição das forças armadas para o enfrentamento de combates convencionais, segundo “a racionalidade bélica de Clausewitz que caracteriza o emprego de forças convencionais” (CASTRO, 2007, p. 74). Contudo, o tenente-coronel Castro apontou outra influência teórica no processo de estruturação das forças armadas para atuarem somente em conflitos convencionais, Antoine-Henri Jomini (1779-1869). O pensamento jominiano e o pensamento clausewitziano levaram a uma “natural inadequabilidade das estruturas dos exércitos convencionais para se engajar em uma guerra insurrecional, em um ambiente complexo” (CASTRO, 2007, p. 74).

Para o tenente-coronel Castro, as forças armadas encontram-se sob um dilema: “preparar-se para conflitos assimétricos ou permanecer preparando-se para a remota possibilidade de uma guerra convencional?” (CASTRO, 2007, p. 77). Acreditamos que Clausewitz é também útil para pensar a guerra assimétrica, já que sua teoria foi desenvolvida para possibilitar o entendimento, em ampla proporção, deste fenômeno humano incerto que é a guerra. Assim, a nossa resposta para a indagação do autor é que as forças armadas devem possuir os meios técnicos e teóricos para confrontar-se com o camaleão clausewitziano, devendo adaptar-se as circunstâncias dinâmicas do século XXI, sendo capazes de enfrentar inimigos tradicionais, treinados nos moldes da guerra convencional, como também para encarar o opositor versado nas doutrinas da guerra irregular.

Novamente questionando a legitimidade das concepções de Clausewitz nos conflitos assimétricos temos o artigo do general e doutor em Ciências Militares pela ECEME, Alvaro de Souza Pinheiro, “O Conflito de 4ª Geração e a Evolução da Guerra Irregular”, publicado no ano de 2007. O autor descartou a atualidade do pensamento de Clausewitz na guerra irregular, sobretudo, em dois pontos: o que ele denomina “teoria de atrito” e centro de gravidade. Segundo Pinheiro, as transformações ocorridas no pós-Segunda Guerra – políticas, econômicas, militares, psicossociais e científico-tecnológicas – ocasionou um novo tipo de guerra, a guerra de 4ª Geração.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Diferentemente das guerras anteriores (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> Gerações), a guerra de quarta geração inseriu atores não estatais nos confrontos armados<sup>103</sup>.

Para Pinheiro, a vertente psicológica é arma fundamental nas Guerras de 4<sup>a</sup> Geração, pois o objetivo primordial deste tipo de conflito é influenciar de maneira direta o procedimento das lideranças responsáveis pelas tomadas de decisão e formulação de suas políticas. O modo de conquistar este desígnio é dado prioritariamente no campo da informação e não da batalha, neste caso, destaca-se o papel que a mídia ganhou nas batalhas do século atual, devido ao poder que as notícias veiculadas sobre os conflitos têm para mobilizar comandos políticos e a população em geral (PINHEIRO, 2007). Nos conflitos anteriores o objetivo era distinto, estava embasado na destruição da força armada do inimigo, “conforme preconizado na “teoria do atrito” de Clausewitz” (PINHEIRO, 2007, p. 19). Para o general brasileiro esta ideia não é válida nas Guerras de 4<sup>o</sup> Geração, já que o êxito destas batalhas não é dado nas operações militares desenvolvidas no terreno, o seu sucesso está embasado na destruição do inimigo através de meios tecnológicos midiáticos. É um ataque de vertente psicológica e não de destruição física do inimigo, segundo o autor, este tipo de ação ficou evidente no Afeganistão e no Iraque.

Sendo a Guerra de 4<sup>a</sup> Geração uma guerra irregular, ou seja, não convencional, não há como lutar contra ela baseado nos princípios da guerra convencional. A ineficiência das forças armadas do Ocidente em frente aos conflitos irregulares pode ter uma explicação e um culpado:

A maioria dos países do mundo ocidental possui sistemas de educação profissional militar largamente influenciados pelos pensamentos do General Carl von Clausewitz. Nesse contexto, verifica-se um consenso de que não importa se o caráter do conflito armado é predominantemente regular ou irregular. Predomina a ideia de que, numa visão estratégica, a guerra irregular conduzida por forças irregulares de diferentes matizes é governada da mesma maneira que a guerra convencional (PINHEIRO, 2007, p. 27).

O general Pinheiro criticou a utilização de Clausewitz no campo operacional da guerra irregular. Em sua opinião, a concepção mais desatualizada da teoria clausewitziana para a guerra irregular é o “centro de gravidade”. “Definido como o ponto focal de todo o poder e movimento, do qual tudo depende; a destruição da força

---

<sup>103</sup> A conceituação da guerra em quatro gerações foi lançada por pensadores militares norte-americanos ao final da década de 1980, que buscavam orientar a dinâmica geral das guerras do futuro.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

inimiga é o princípio predominante da guerra... e o centro de gravidade é sempre aonde se deve concentrar a massa decisivamente” (PINHEIRO, 2007, p. 27). O problema, no entanto, é que este conceito não pode ser aplicado devido à “multiplicação” de “centros de gravidade” nos países modernos (PINHEIRO, 2007). Contudo, os combatentes de uma guerra irregular não pensam em centros de gravidade do inimigo? Os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono não seriam uma forma de atingir o centro de gravidade dos Estados Unidos da América e assim desestabilizar os sistemas que sustentam o seu domínio? Ambos não podem ser pensados, respectivamente, como centro de poder econômico e centro de poder militar do país? Tais indagações poderiam permear a reflexão do general Pinheiro sobre a atualidade ou obsolescência de Clausewitz para as “novas guerras”.

Ignorar as incertezas da guerra foi um dos principais motivos do fracasso da Guerra do Iraque, essa é a visão defendida pelo professor Francisco Carlos Teixeira da Silva no artigo “Para além do aeroporto de Bagdá”, publicado em 2007. A análise deste professor focou-se no plano político da Guerra do Iraque, a partir de duas figuras centrais nas decisões norte-americanas sobre o conflito: o ex-secretário de defesa Donald Rumsfeld e o ex-presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz. Segundo Silva, ficou claro que Rumsfeld e Wolfowitz queriam um novo tipo de guerra para os Estados Unidos da América, baseada no gigantesco poder militar/tecnológico do país, a fim de alcançar mais facilmente os objetivos políticos propostos por Washington. A moderna guerra deveria prezar pelos seguintes aspectos: ser rápida, utilizar com excelência os meios tecnológicos e ter o número de baixas reduzidas (SILVA, F.C.T., 2007). Ainda para este autor, as tentativas de Rumsfeld e Wolfowitz de empreender um combate célere e eficiente foram frustradas. Os iraquianos evidenciaram que combateriam como pudessem às forças invasoras. Todavia, o problema maior dos Estados Unidos não foi ser surpreendido, mas não ter um “Plano B”, pois acreditavam na eficácia do seu planejamento de operações e na cientificidade de sua guerra (SILVA, F.C.T., 2007). A ideia de Rumsfeld e Wolfowitz era converter a guerra em uma ciência exata, com uma lógica inabalável, no entanto, seria possível desconsiderar o caráter incerto da guerra?

De posse do mais notável equipamento militar da história e dos recursos financeiros abundantes, imaginaram uma guerra pontuada pela exatidão, com a revogação do “Princípio de Atrição”, tão caro a Clausewitz (SILVA, F.C.T., 2007, p. 81).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Os artigos encontrados no periódico da ECEME seguem duas linhas de pensamento distintas: a primeira declarou a obsolescência de Clausewitz nas “novas guerras”, de caráter irregular, como a do Iraque. O argumento central destes textos é baseado na noção de que a teoria clausewitziana é válida somente para as guerras convencionais, da luta entre Estados, que utilizam métodos convencionais de batalha. Contrariando esta vertente, encontramos autores que defenderam a atualidade de Clausewitz para as guerras do século XXI, que destacaram a importância das incertezas que permeiam as guerras. Afinal, o debate continua: Clausewitz atual ou obsoleto? Para que o debate seja mais profundo e não baseado em entendimentos equivocados da teoria de Clausewitz, recomendamos a leitura meticulosa de *Da Guerra*.

### Referências Bibliográficas

#### Livros:

ARON, Raymond. **Pensar a guerra, Clausewitz: a era europeia**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

BASSFORD, Christopher. Jomini and Clausewitz: their interaction. IN: **23° Meeting of the Consortium on Revolutionary Europe**, Georgia State University, 1993.

BASSFORD, Chistopher. **Clausewitz in English: the reception of Clausewitz in Britain and American, 1815 – 1945**. Oxford University Press, New York, 1994.

BASSFORD, Christopher; VILLACRES, Edward. Reclaiming the Clausewitzian Trinity. **Parameters**, Autumn, 1995.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Martins Fontes. São Paulo, 1979.

CREVELD, Martin. **The transformation of war**. New York: The Free Press, 1991.

HOWARD, Michael. **Clausewitz**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

PARET, Peter. Clausewitz. In: **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

STRACHAN, Hew. **Sobre a guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

#### Artigos:

BERGO, Marcio Tadeu Bettega. A guerra do Golfo – reflexões. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.5, p.56-62, 2003.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

CASTRO, Fábio Benvenuti Castro. Os conflitos assimétricos e a adequação das Forças Armadas. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.14, p.70-78, 2007.

MIRANDA, André Luis Novaes. Os objetivos políticos da Segunda Guerra do Golfo e as estratégias utilizadas – uma análise atualizada. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.6, p.89-96, 2003.

PINHEIRO, Alvaro de Souza. O conflito de 4º Geração e a evolução da guerra irregular. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.16, p.16-33, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Para além do aeroporto de Bagdá. **Revista das Ciências Militares – Coleção Carlos de Meira Mattos**, n.14, p. 79-83, 2007.

# CIÊNCIA POLÍTICA

GT 5: TEORIA E PENSAMENTO

Sessão 2: Teoria Política

**FLORESTAN FERNANDES E A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL**

Thiago Pereira da Silva Mazucato<sup>104</sup> – UFSCar

t.mazuca@gmail.com

Fomento: CAPES

A trajetória intelectual de Florestan Fernandes coincide com o período de forte institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, através de sua presença em duas instituições que surgem nos anos 1930: a Universidade de São Paulo e a Escola Livre de Sociologia e Política e do conjunto de sua obra (incluindo os manuais e obras teóricas). Através de seus trabalhos as Ciências Sociais no Brasil conseguiram um maior rigor científico na delimitação de seus objetos, métodos e teorias. Contudo, principalmente no período dos anos 1930 até a década de 1950 havia, dentre as ciências sociais, o predomínio da circulação da Sociologia, em grande parte repetindo no Brasil o mesmo processo que ocorrera no cenário intelectual internacional. A Ciência Política consistirá na maior parte deste período nas instituições universitárias brasileiras como um apêndice ou da Sociologia (Sociologia Política) ou do Direito (estudo do Estado), passando por uma trajetória semelhante à das Ciências Sociais: começa a se institucionalizar em “cadeiras” de Ciência Política nos cursos universitários e em bibliografia especializada. Neste sentido analisaremos o livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (publicado em 1975) de Florestan Fernandes como um momento tanto da institucionalização da Ciência Política no Brasil quanto como um ponto de inflexão na trajetória intelectual de Florestan representada por uma guinada para a discussão sobre temas fortes da Ciência Política. Embora o referido livro tenha como subtítulo ensaios de interpretação sociológica, demonstraremos em nossa análise que embora o método adotado por Florestan seja o da sociologia histórica, o escopo teórico de suas análises neste livro alcança o núcleo duro da Ciência Política ao abordar temas como a natureza do Estado nacional e a forma da democracia, utilizando-se de conceitos como “revolução”, “ideologia”, “liberalismo”, “democracia”, “ditadura”, “despotismo”, “poder” e “autocracia”, dentre tantos outros.

### **Introdução**

Compreender a dimensão política da trajetória e da obra de um intelectual como Florestan Fernandes, cujas atividades acadêmicas se intensificam no final da década de 1940, pressupõe analisar alguns aspectos que remontam ao período de sua formação e mesmo ao cenário político da década de 1930 que teve como frutos duas instituições que marcaram o pensamento da *intelligentsia* paulista da qual Florestan é fruto: a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo.

Com a Revolução de 1930 e a reação paulista na forma de uma guerra civil em 1932, e a conseqüente vitória do governo de Getúlio Vargas, surge em São Paulo uma nova frente de disputa: do enfrentamento armado para a disputa ideológica (Fausto:

---

<sup>104</sup> Mestrando no Programa de Pós Graduação em Ciência Política (PPGPol) da UFSCar, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vera Alves Cepêda.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

2012; Miceli:1995). Dois projetos intelectuais, frutos de uma aliança da elite econômica e política paulista, são forjados neste processo de reação ao governo federal: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) é fundada já em 1933, tendo forte inspiração utilitarista inglesa e norte-americana, com a missão de formar quadros capazes de conduzir cientificamente as políticas de Estado (Berlinck: 2006) e, em 1934, é fundada a Universidade de São Paulo (USP), com inspiração no modelo europeu, marcado pela influência de pensadores franceses e alemães, com uma missão mais dilatada de formação de intelectuais capazes de refletir sobre a realidade social e política (Cândido: 2006; Jackson: 2007).

De acordo com Cândido (2006) o período de 1930 a 1945 marca um momento de transição no pensamento político e social brasileiro<sup>105</sup>, a qual caracterizará a produção intelectual que se formou no Brasil do final do século XIX até 1930 como *ensaísta* e a produção intelectual que se inicia em 1945 como *cientificista* (Mota: 1977). As duas instituições, ELSP e USP, serão em grande medida as responsáveis pela produção e circulação da vertente *cientificista* do pensamento político e social brasileiro, tendo recebido neste momento de transição uma forte dose de formação acadêmica em teoria e método com professores estrangeiros como Herbert Baldus, Emilio Willems, Donald Pierson, Roger Bastide, Paul-Arbousse Bastide (Cândido: 2006; Jackson: 2007).

A presença desta tradição de pensamento paulista forjada na ELSP e na USP se fará inicialmente de duas maneiras na obra de Florestan Fernandes: por um lado, numa demonstração de domínio metodológico, surgirão suas obras que transitam pela Antropologia<sup>106</sup>, por outro lado, sua atuação como assistente na cadeira de Sociologia I na USP exigiu uma outra forma de trabalho com o método, agora na condição de professor, na produção de seus manuais de sociologia<sup>107</sup>. Será nos seus manuais que Florestan estabelecerá os pilares do cientificismo no pensamento político e social brasileiro, o que seguirá até meados da década de 1970 como característica distintiva da *escola paulista* (Ianni: 1986; Cohn: 2008).

---

<sup>105</sup> Para outras informações Cf. Faoro (1994), Weffort (2006) e Brandão (2007).

<sup>106</sup> Podem ser citadas neste bloco as obras *A Organização Social dos Tupinambá* (1949), *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (1970b, publicado originalmente em 1952) e *A Etnologia e a Sociologia no Brasil* (1958).

<sup>107</sup> As obras associadas a este momento da trajetória de Florestan Fernandes constituem em sua maioria coletâneas de artigos publicados originalmente nas décadas de 1940 e 1950, e que foram republicadas em *Elementos de Sociologia Teórica* (1970a) e em *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada* (1976a).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Quando Florestan envereda, no final dos anos 1940, para uma produção de vertente sociológica, o pensamento político e social brasileiro já contava com uma safra de diversas obras com a natureza de manuais de sociologia (Meucci: 2001), evidenciando a circulação das escolas sociológicas norte-americana e europeia entre os intelectuais e as instituições acadêmicas brasileiras já no início do século XX. As escolas antropológicas tiveram uma intensificação de sua circulação no Brasil a partir da década de 1930 com a fundação da ELSP e da USP. Por sua vez a Ciência Política somente começaria a se institucionalizar a partir de meados da década de 1940, com a atuação de Lourival Gomes Machado<sup>108</sup> na USP.

A pesquisa de Roger Bastide sobre relações raciais, e a subsequente entrada de Florestan na mesma, imprimirá na trajetória intelectual deste último a marca do pensamento sociológico como característica marcante nos anos 1950 à frente da cadeira de Sociologia I da USP<sup>109</sup>, ao passo que a cadeira de Sociologia II forjou um pensamento político que culminou em 1941 na fundação da cadeira de Ciência Política<sup>110</sup> na USP. O pensamento político e social brasileiro deste momento estava fortemente marcado pela interpretação histórica do Brasil<sup>111</sup>, diferenciando-se na maioria dos casos das interpretações históricas produzidas em momentos anteriores pela presença da teoria e do método científico.

### **Interpretação, Diagnóstico e *Intelligentsia***

Retomando a análise sobre a trajetória e a obra de Florestan<sup>112</sup>, nesse momento de inflexão que se inicia nos primórdios da década de 1960, tendo como perspectiva analítica a relação entre texto e contexto<sup>113</sup>, notamos um reposicionamento teórico de

---

<sup>108</sup> Lourival Gomes Machado defendeu a primeira tese de doutorado em Ciência Política no Brasil no ano de 1942 na Universidade de São Paulo. Sua tese intitulava-se *Alguns aspectos atuais do problema do método, do objeto e divisões da Ciência Política*, sob orientação de Fernando de Azevedo, na qual, além de demarcar os referenciais teóricos e metodológicos, apresenta também uma proposta de 40 obras de 23 autores que constituiriam o *mainstream* da Ciência Política.

<sup>109</sup> Florestan assume como titular da cadeira de Sociologia I da USP em 1954, mas já vinha atuando como professor assistente há alguns anos.

<sup>110</sup> Até este momento a Ciência Política poderia ser considerada basicamente um apêndice da Sociologia (Sociologia Política), da Filosofia (Filosofia Política) ou ainda do Direito (estudos sobre Estado). Cf. Chacon (1977), Forjaz (1997).

<sup>111</sup> Podemos citar, a título de exemplo, *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior; diversas obras de Gilberto Freyre; *Coronelismo, enxada e voto* de Victor Nunes Leal; *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, até a publicação de *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado. Cf. Martins (2005: 10).

<sup>112</sup> De acordo com Lahuerta (2005) não há consenso sobre a classificação da obra de Florestan Fernandes, havendo contribuições distintas neste sentido, como por exemplo a de Arruda (1995), Freitag (1987) e Mota (1986).

<sup>113</sup> Cf. Skinner (1996; 2000), Pocock (2003), Brandão (2007).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Florestan, que, se neste momento estava pisando firme na análise sociológica, começa um ciclo de obras com a publicação de *Mudanças Sociais no Brasil* (1960) que se caracterizam pela interpretação histórica e que perdurarão até 1975 com a publicação de *A Revolução Burguesa no Brasil*.

A agenda política e intelectual de meados da década de 1950 até o fechamento do regime político em 1964 girava em torno de temas como *interpretação, diagnósticos, planejamento e democracia*, dentre outros. As teses de Karl Mannheim sobre a *intelligentsia* encontravam acolhida em pensadores de várias vertentes<sup>114</sup>, como por exemplo em Florestan Fernandes e Celso Furtado, e verificou-se esta recepção não somente no Brasil, neste mesmo período, como também em outros países latino-americanos<sup>115</sup>. A “escola paulista” tinha agora como concorrentes intelectuais duas novas instituições: a CEPAL e o ISEB (Bresser-Pereira: 2005).

Com isto as obras de interpretação histórica de Florestan deste período poderiam ser classificadas não somente como sendo de natureza sociológica, mas também como sendo de natureza política, pois analisam e discutem temas fortes como a *modernidade e a modernização incompleta*, culminando numa análise mais fina sobre a natureza do *Estado* e da *democracia*, numa tentativa de compreender as especificidades da formação e da trajetória social e política do Brasil na Modernidade. Esta guinada teórica de Florestan, com fortes impactos políticos em sua trajetória intelectual e pessoal, estava sintonizada com outros pensadores internacionais, como exemplifica a publicação em 1966 de *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* por Barrington Moore Jr., demonstrando que países com trajetórias políticas e sociais distintas entraram para a Modernidade de maneiras diferentes.

Em seguida Florestan traria à tona uma série de publicações bastante alinhadas com este espírito de *interpretação histórica* do Brasil, como se verifica em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1962), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) e *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973). Neste sentido verificamos também um acerto de contas com a tradição de interpretação histórica ensaísta das gerações anteriores<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> Cf. Lima (2012), Cepêda (2012).

<sup>115</sup> Cf. Blanco (2009).

<sup>116</sup> Algumas análises apontam para esta conclusão. Cf. Fernandes (1980), Ianni (1986), Voga (1996), Arruda (1996), Almeida (2005), Fernandes, H. (2005).



### **A dimensão política de *A Revolução Burguesa no Brasil***

O fechamento do regime político no Brasil com o golpe militar de 1964 deixou marcar profundas na trajetória de Florestan, dentre as quais poderíamos citar a sua aposentadoria compulsória da USP e o seu exílio, principalmente no período em que atuou como professor no Canadá. A publicação em 1975 de uma série de trabalhos que vinham sendo produzidos desde os anos 1960, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, deixa transparecer não somente um retorno ao tão criticado estilo *ensaísta*<sup>117</sup>, como também uma retomada mais profunda de temas fortes da Ciência Política:

Florestan Fernandes se abriu para as temáticas abrangentes e propriamente políticas, e para a ideia de um Brasil de referência, uma sociedade inteira marcada por tensões e contradições estruturais, sobretudo a partir do trabalho de seus assistentes, de que foi orientador e interlocutor.” (Martins, 2005: 13)

Outro grupo de intelectuais da USP, estes mais ligados à filosofia e liderados por Giannotti (Lahuerta: 2005), havia começado a discutir metodologicamente as teses marxistas, e, neste sentido, Martins (2005) diz que *A Revolução Burguesa no Brasil* pode ser compreendida não somente como um ponto de inflexão teórica na trajetória de Florestan, mas também como um duplo acerto de contas: em primeiro lugar com a tradição de intérpretes do Brasil que remonta ao final do século XIX, e, em segundo lugar, com uma tradição de intérpretes marxistas do Brasil dos anos 1950 e 1960.

No momento da publicação de *A Revolução Burguesa no Brasil* a Ciência Política já começara a se institucionalizar e se autonomizar no país<sup>118</sup>, tanto com a criação de cadeiras específicas nas universidades, a defesa de teses de doutoramento e também com a circulação de obras internacionais e a produção de uma bibliografia especializada nacional. Não somente pela proximidade temática e conceitual, mas também pela própria natureza da análise operada por Florestan nesta obra, e pelo diálogo crítico com o *desenvolvimentismo*, podemos compreendê-la como sendo:

---

<sup>117</sup> O subtítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil* atribuído por Florestan foi “*Ensaaios de interpretação sociológica*”. Em poucas ocasiões Florestan classificou seus trabalhos como *ensaaios*, estilo bastante criticado por ele próprio num primeiro momento de sua produção acadêmica, fortemente marcado pelo espírito cientificista. Em 1953 publicou *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia* e alguns anos depois, em 1960, publicou *Ensaaios de Sociologia Geral e Aplicada*, sendo os únicos três registros em que Florestan utilizou o termo “ensaio” no título de seus trabalhos.

<sup>118</sup> Se nos anos 1930 houve um predomínio forte do pensamento político e social brasileiro na “escola paulista”, principalmente em decorrência da existência das duas instituições acadêmicas fortes, no caso a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo, e nos anos 1945 a 1964 foram marcados por uma polarização da “escola paulista” com outras instituições como o ISEB e a CEPAL, a partir do golpe militar de 1964, a Ciência Política conta com dois outros novos centros intelectuais: o DCP (Departamento de Ciência Política) da UFMG e o IUPERJ.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Coerente com suas convicções políticas, nosso sociólogo nunca foi desenvolvimentista. Ao contrário, sempre manteve uma perspectiva crítica do desenvolvimentismo (elaborou ainda nos anos 60 o conceito de heteronomia), e nos anos 70 publica um dos seus textos clássicos – *A revolução burguesa no Brasil*, com análises por ele realizadas nas décadas de 60 e 70, após o golpe militar. Neste livro emerge toda a elaboração de Florestan sobre as possibilidades históricas revolucionárias do Brasil, onde mostra como a revolução burguesa levou a uma transformação capitalista da nossa sociedade, mas não a uma revolução nacional democrática, uma vez que a sociedade paralisou a revolução nacional porque o excedente econômico foi monopolizado pela elite, fazendo com que o capitalismo de Estado exercesse funções diretas e indiretas de proteção, fortalecimento e expansão do capitalismo privado, gerindo amplos setores econômicos como se fossem privados. À época já assinalava Florestan como a então tida como a terceira fase do capitalismo oligopolista nada mais é do que a forma de imperialismo inerente a esse tipo de capitalismo, e por isso mesmo terrivelmente dura, se fazendo manifestar nos países periféricos por meio do fortalecimento de ‘governos duros e de direita.’” (COHN, 2008: 10-1)

Desta maneira podemos compreender as teses apresentadas por Florestan em *A Revolução Burguesa no Brasil* como interpretações históricas da formação política e social do Brasil, em que são recolocados temas como o das *possibilidades históricas* e o caráter das *transformações políticas e sociais*. Se por um lado as idiossincrasias nacionais são ressaltadas, por outro lado a análise comparativa não nega a existência de uma *racionalidade* da burguesia nacional ao operar as transformações que levariam o Brasil a uma transição semelhante àquela em que os países europeus e os Estados Unidos passaram ao adentrarem na Modernidade. Todavia, as peculiaridades da formação política e social nacionais e o tempo histórico diferenciado daquele das *revoluções burguesas* dos países centrais, com mais de um século de intervalo, fizeram com que os *atores políticos* brasileiros tivessem que lidar com uma realidade econômica, política e social bastante desvantajosa em relação àquela em que já se encontravam os países centrais no começo do século XX.

Concluimos, portanto, que a análise de Florestan em *A Revolução Burguesa no Brasil* parte da interpretação histórica da formação social do país, passando pelos processos políticos e econômicos que levaram a burguesia brasileira a desenvolver uma *racionalidade* própria como uma *opção histórica* possível para se inserir na divisão internacional do trabalho no início do século XX, chegando, por fim, a temas fortes da Ciência Política (Estado, disputas ideológicas, dominação, imperialismo, autoritarismo, totalitarismo, autocracia, democracia) para compreender as alianças operacionalizadas pela burguesia nacional que culminaram no golpe militar de 1964.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A revolução burguesa na obra de Florestan Fernandes*, Revista Versões, ano 01, n. 01, 2005.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista de sociologia”*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Arremate de uma reflexão: a revolução burguesa no Brasil de Florestan Fernandes*, Revista USP, n. 29, 1996.
- BERLINCK, Manoel T. *A criação da ELSP*. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A. & SIMÕES, Júlio Assis. *A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação: 1933-1953*. São Paulo: Escuta, 2006.
- BLANCO, Alejandro. *Karl Mannheim en la formación de la sociología moderna en América Latina*, Estudios Sociológicos, Colégio del México, v. 27, n.80, 2009.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do Iseb e da Cepal à Teoria da Dependência*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e Política no Brasil: a experiência do ISEB*. São Paulo: Revan, 2005.
- CÂNDIDO, Antonio. *A sociologia no Brasil*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 18, n.01, 2006.
- CEPÊDA, Vera Alves. *Entre a Economia e a Política – os conceitos de periferia e democracia no desenvolvimentismo de Celso Furtado*, Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v. 07, n.19, 2012.
- CHACON, Vamireh. *História das Ideias Sociológicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo; Edusp, 1977.
- COHN, Amélia (org.). *Florestan Fernandes – encontros*. São Paulo: Azougue, 2008.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- \_\_\_\_\_. *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1958.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Elementos de Sociologia Teórica*. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1970a.
- \_\_\_\_\_. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1970b.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976a.
- \_\_\_\_\_. *A Sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976b.
- \_\_\_\_\_. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, Heloísa. *Chaves do exílio e portas da esperança*, Revista Versões, ano 01, n. 01, 2005.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, n. 35, 1997.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- FREITAG, Bárbara. *Democratização, Universidade e Revolução*. In: D'INCAO, M. A. (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. Unesp, 1987.
- IANNI, Octávio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1986.
- JACKSON, Luiz Carlos. *Gerações Pioneiras na Sociologia Paulista (1934-1969)*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 19, n.01, 2007.
- LAHUERTA, Milton. *Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica*, Perspectivas, n.28, 2005.
- LIMA, Marcos Costa. *Uma concepção de mundo em Celso Furtado: ciência e perplexidade*. In: LIMA, Marcos Costa e DAVID, Maurício Dias (orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Verbena, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Prefácio à quinta edição*. In: FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- MEUCCI, Simone. *Os Primeiros Manuais Didáticos de Sociologia no Brasil*. Estudos de Sociologia, v. 06, n. 10, 2001.
- MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 1995.
- MOORE JR. Barrington. *As origens sociais da ditadura e da ditadura e da democracia*. Lisboa: Edições 70, 1966.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1977.
- \_\_\_\_\_. *As Ciências Sociais na América Latina: proposta de periodização (1945-1983)*. In: MORAES, R.; FERRANTE, V. B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Significado y comprensión de la história de las idéias*, Prismas, Universidad de Quilmes, n. 04, 2000.
- VOGA, Cláudio. *Evocações na contramão*, Revista USP, n. 29, 1996.
- WEFFORT, Francisco C. *Formação do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Ática, 2006.

**AS TRÊS IMAGENS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA  
FORMULAÇÃO DE UMA TEORIA DE POLÍTICA INTERNACIONAL: UMA  
DISCUSSÃO NEORREALISTA**

Paulo Victor Zaneratto Bittencourt – UNESP/Marília  
paulovbittencourt@gmail.com

A intenção do trabalho que se propõe é a análise da formulação de uma teoria de política internacional como concebida por Kenneth Neal Waltz (1924-2013), cientista político norte-americano. A partir do livro “man, the state, and war”, em que Waltz propõe a existência de três imagens para análise das relações internacionais, examina-se a construção de um sistema teórico que vise à análise da política internacional, objetivo cumprido pelo autor em “theory of international politics”, obra de 1979 a qual inaugura o que didaticamente se convencionou chamar terceiro debate das teorias de relações internacionais, que contrapõe Waltz, autor neorrealista (ou realista estrutural), a seus críticos. A importância da obra é fundamental para a compreensão das relações internacionais e seus debates, e o trabalho pretendido aqui buscará analisar os fundamentos teóricos da obra em questão, visando a uma melhor compreensão das propostas teóricas do neorealismo.

**Introdução**

Kenneth Neal Waltz (1924-2013), cientista político norte-americano, foi um dos grandes nomes das teorias das relações internacionais no século XX, principalmente a partir de 1979, quando do lançamento de seu livro *Theory of international politics*, o que, inclusive, levou a considerações acerca de tal pensador como “o homem que salvou o realismo político no estudo das relações internacionais”<sup>119</sup> na ocasião de seu falecimento. Contudo, a reputação de Kenneth Waltz no estudo das relações internacionais já se tornara conhecida, principalmente a partir de 1959, quando o autor lança uma obra menos conhecida, mas igualmente importante, baseada em sua tese de doutoramento: *Man, the state, and war*, onde a grande pergunta feita por Waltz é “o que causa a guerra?”. A partir de tal pergunta, o autor se dispõe a analisar a teoria e a filosofia política ocidentais para buscar a resposta ao seu questionamento, chegando a uma conclusão: as causas da guerra, partindo-se das concepções dos autores analisados, podem-se agrupar sob três imagens: a natureza humana, a estrutura doméstica dos Estados, e o sistema de Estados (sistema internacional, de aqui por diante), o que dá o nome ao livro.

---

<sup>119</sup> Trata-se do artigo de Ian Hall, da Australian National University, cujo título é “Kenneth Waltz, the man who saved realism”. Para consulta do texto, ver: <<http://www.e-ir.info/2013/06/24/kenneth-waltz-the-man-who-saved-realism/>>.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A teoria das imagens das relações internacionais fornecerá, vinte anos depois, o substrato para a formulação da teoria da política internacional que o autor propõe, o que inaugura aquilo que, didaticamente, se convencionou chamar de “terceiro debate” da disciplina de Relações Internacionais, contrapondo Waltz e seu pensamento sistêmico (termo este a ser explicado mais adiante), e seus críticos, buscando o falseamento da teoria.

Dessa maneira, o que pretendemos neste trabalho é, de certa forma, simples, e limitado às ferramentas de que temos uso como estudantes de graduação. Buscaremos, aqui, num primeiro momento estabelecer uma discussão sobre a teoria das imagens de Waltz, em que as explicaremos com suas mais evidentes consequências; depois, nos dedicaremos à distinção que o autor faz entre teorias reducionistas e teorias sistêmicas, objeto de grande preocupação dos quatro primeiros capítulos de sua obra mais importante (*Theory of international politics*). Após tais considerações, dedicar-nos-emos à sua teoria da política internacional, buscando evidenciar como as duas obras citadas até o momento dialogam, ou seja, nos preocuparemos com a lógica interna do pensamento de Waltz; e passaremos a breves considerações finais sobre o autor.

Para tanto, basear-nos-emos grandemente nos dois textos supracitados, além de alguns trechos de outros textos do autor, e, sempre que necessário for, recorreremos aos autores de que fala o próprio Waltz, visando a dar-lhes voz quando da explicitação de seus argumentos pelo cientista político; dessa forma, concluímos que o trabalho se valerá grandemente de uma revisão bibliográfica e se baseará, no que toca seu caráter epistêmico, no positivismo, base comum a Waltz.

### **O homem, o Estado e a guerra: a teoria das imagens das relações internacionais**

No pensamento de Kenneth Waltz, as “imagens” referem-se à maneira como alguém enxerga ou concebe o mundo, sendo, nesse sentido, o ponto de partida para análises sobre a realidade internacional<sup>120</sup>, já que não se é possível enxergar a *política internacional* senão a partir de algum parâmetro de análise. O fenômeno internacional que Waltz se propõe a estudar para propor a sua categorização é justamente a guerra, já

---

<sup>120</sup> Ressaltamos “internacional”, porque este é o objeto de preocupação de Waltz, uma vez que o autor se propõe à investigação sobre as causas dos conflitos internacionais.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

que este é um fenômeno de grande recorrência na história das relações internacionais (desde quando as unidades políticas ainda não eram “nações” no sentido estrito). Quanto à guerra, afirmará Waltz como um “lugar comum” na introdução de *Man, the state, and war*, ela não tem vencedores, apenas perdedores, de modo que apenas se pode falar de maiores ou menores graus de derrota<sup>121</sup>.

Dessa maneira, à pergunta sobre a causa das guerras, Waltz propõe uma resposta que segundo a qual, tais causas se encontram sob três tópicos, que serão as “imagens” de que trata o autor, novamente a saber: a natureza humana, a estrutura interna dos Estados, ou o sistema internacional. Waltz adverte, mais adiante, mas cabe-nos trazer tal advertência para este momento que “within each image there are optimists and pessimists agreeing on definitions of causes and differing on what, if anything, can be diverted” (WALTZ, 2001, p. 19).

A primeira imagem tratará sobre a natureza humana como local onde se encontra a causa da guerra, devido a sua natureza, ou ao seu comportamento. Nesse sentido, os homens tendem a buscar seus interesses, mas esta busca não respeitam sempre as premissas racionais, e os homens não evitarão usar as armas que tiverem às mãos para tal, já que sua natureza é egoísta, belicosa, agressiva:

Man, a self-conscious being, senses his limits. They are inherent. Equally inherent is his desire to overcome them. Man is a finite being with infinite aspirations, a pigmy who thinks himself a giant. Out of his self-interest, he develops economic and politic theories and attempts to pass them off as universal systems; he is born and reared in insecurity and seeks to make himself absolutely secure; he is a man, but thinks himself a god. The seat of evil is self, and the quality of evil can be defined in terms of pride (WALTZ, 2001, p. 21).

Basearão suas análises em tais termos Santo Agostinho, Espinosa e Hans Morgenthau (este último, autor de uma obra muitíssimo importante no estudo das relações internacionais: *Politics among nations, the struggle for power and peace*, que o tornou conhecido como o grande “papa” do realismo). Suas conclusões políticas são baseadas numa dada natureza humana, presumida das observações de tais autores. Peguemos o exemplo de Hans J. Morgenthau, autor com quem temos maior intimidade. Segundo WALTZ (2001, p. 36), “realists have tended to accept the idea of a neat dichotomy between two schools of thought. (...) It is explicit in Morgenthau’s assertion

---

<sup>121</sup> Interessantíssima é a comparação que Waltz traz entre a guerra e um terremoto: “asking who won a given war, someone has said, is like asking who won the San Francisco earthquake” (WALTZ, 2001, p. 1).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

that modern political thought divides into two schools – the utopians (...) and the realists”. De fato, ao buscarmos no artigo citado por Waltz, Morgenthau diz sobre as duas escolas de pensamento que “what sets them apart is not necessarily a matter of practical judgement, but of philosophies and Standards of thought” (MORGENTHAU, 1952, p. 961), indo o autor alemão radicado nos Estados Unidos ainda mais adiante: “the history of modern political thought is the story of a contest between two schools which differ fundamentally in their conception of the *nature of man*, society, and politics” (MORGENTHAU, 1952, p. 961, grifos nossos). De fato, tomando por base a advertência de Waltz de que há, em cada imagem, autores pessimistas e autores otimistas, a dicotomia proposta por Morgenthau está dentro de tal horizonte, sendo os autores idealistas (“utopians”), os otimistas, enquanto os realistas seriam os pessimistas<sup>122</sup>.

Em suma, valendo-nos da voz do próprio Kenneth Waltz, “what the first-image analysts, optimists and pessimists alike, have done is: (1) to notice conflict; (2) to ask themselves why conflict occurs, and (3) to pin the blame on one or a small number of behavioral traits” (WALTZ, 2001, p. 39), de modo que “the evilness of men, or their improper behavior, lead to war; individual goodness, if it could be universalized, would mean peace” (WALTZ, 2001, p. 39).

Já a segunda imagem das relações internacionais diz respeito à estrutura interna dos Estados, suas instituições, formas de governo, e concepções ideológicas, sendo tais características mais ou menos propensas ao conflito. Esta imagem está ligada a crenças generalizantes (e sem validade científica) de que “democracias não vão às guerras”, ou que a extinção do capitalismo extinguiria também as guerras. Esta imagem possui consequências morais: “bons” Estados são aqueles que não vão à guerra; “maus” Estados, sim. A citação que segue é longa, mas necessária para um panorama dos pensadores e da matriz de pensamento da segunda imagem:

Among those who have taken this approach to international relations there is a great variety of definitions. Karl Marx defines “good” in terms of ownership of the means of production; Immanuel Kant in terms of abstract

---

<sup>122</sup> É claro, não podemos nos omitir, esta nossa concepção da teoria de Morgenthau é reducionista. Dentro de sua obra mais importante, *Politics among nations*, a ideia de interesse e poder são colocadas o tempo todo, contudo há diversas nuances ao longo de toda a obra (que apresenta mais de trinta capítulos, dispostos em mais de dez partes), que exige um cuidado maior do que o que estamos tendo com a obra. O que pretendemos aqui é a demonstração da teorização de Waltz, e não um estabelecimento das teorias com que ele trabalha em todas as nuances que elas possam ter.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

principles of right; Woodrow Wilson in terms of national self-interest and modern democratic organization. Though each definition singles out different items as crucial, all are united in asserting that if, and only if, substantially all states reform will world peace result. That is, the reform prescribed is considered the sufficient basis for world peace. This, of course, does not exhaust the subject. Marx, for example, believed that states would disappear shortly after they became socialist. The problem of war, if war is defined as violent conflict among states, would then no longer exist. Kant believed that republican states would voluntarily agree to be governed in their dealings by a code of law drawn up by the states themselves. Wilson urged a variety of requisites to peace, such as improved international understanding, collective security and disarmament, a world confederation of states. But history proved to Wilson that one cannot expect steadfast cooperation of undemocratic states in any such program for peace (WALTZ, 2001, p. 83-84).

Em tais termos se define a segunda imagem das relações internacionais: mudando-se alguns comportamentos dos Estados, entenda-se de sua estrutura doméstica, os conflitos internacionais (logo, problemas de âmbito *externo*), seriam abolidos como fenômeno. Em suma, a segunda imagem lida com a realidade dos conflitos internacionais a partir do comportamento do Estado, e propõe uma mudança para tal realidade a partir de um “vir a ser” (ou um “dever-ser”), de modo que a paz somente existiria se se mudasse a realidade. Contudo, quanto a qual deveria ser tal mudança, os autores divergem entre si. Se nos direcionarmos, como exemplo, pelo pensamento de Woodrow Wilson, teríamos que “national self-determination is to produce democracy, and democracies are by definition peaceful” (WALTZ, 2001, p. 118). Essa ideia de democracia e uma correspondência quase imediata para com a paz, vem da ideia republicana de Kant, segundo quem, o povo decidindo sobre assuntos de guerra e de paz (essência do republicanismo), seria partidário desta última realidade, pois seriam eles que sofreriam com as lástimas da guerra.

Já a terceira imagem das relações internacionais lida com o sistema de Estados, e a inexistência de uma fonte de sanções legítimas aos Estados, ou seja, de um órgão *governamental* acima dos Estados; em outras palavras, a terceira imagem atribui os conflitos internacionais a uma causa que condiciona toda e qualquer ação internacional: a *anarquia* internacional. Nesse sentido, diz Waltz, que uma imagem sozinha não é capaz de compreender as causas dos conflitos internacionais. Contudo, há que se conceder uma maior importância para a terceira imagem: é ela a causa permissiva (*permissive cause*, no original) dos conflitos. Em outras palavras, os conflitos ocorrem porque são inevitáveis do ponto de vista do ambiente em que se inserem os Estados soberanos, que decidem por si mesmos. O ambiente internacional é um sistema de polos

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

de poder descentralizados, que decidem quais serão suas formas de agir. Dessa forma, as outras duas imagens das relações internacionais agiriam como causas eficientes (*efficiente cause*, no original) dos mesmos conflitos.

### **Teorias reducionistas e teorias sistêmicas**

É principalmente aqui que percebemos a necessidade de, ao se estudar a teoria de política internacional de Waltz, conhecer sua teoria das imagens. Waltz se propõe em *Theory of international politics* a estabelecer uma teoria *sistêmica* das relações internacionais. Mas o que seria essa teoria sistêmica?

Antes de conhecê-la, é importante que se estabeleça seu parâmetro: as teorias reducionistas. Tais teorias são conhecidas a partir das partes de um todo: este todo, se concebido, o é como um simples resultado das partes que o compõem. Em tais termos, compreendendo-se uma teoria de política internacional, o sistema internacional, aqui, se chegar a ser concebido, sê-lo-á como uma simples resultante do comportamento dos Estados, o que, para Waltz, trata-se de behaviorismo: “the old realism is behavioral: good states produce good outcomes; bad states, bad ones” (WALTZ, 2004, p. 5). Nesse sentido, as ações pretendidas pelos Estados geram o sistema internacional, o que é inconcebível numa teoria sistêmica.

Waltz, ao conceber sua teoria sistêmica da política internacional prevê a existência de um sistema internacional, constituído por unidades que interagem (o que é comum entre ele e outros teóricos realistas) e também por uma *estrutura* internacional, o que é uma novidade em sua obra e nos estudos de política internacional. A estrutura é um meio de constrangimento, que faz com que as ações pretendidas por um Estado tenham consequências não imaginadas por ele, ou não pretendidas. De maneira simples: causas iguais podem gerar efeitos diferentes; causas diferentes, efeitos iguais. A estrutura compõe-se de princípios ordenadores das relações, ou seja, a *anarquia*; de unidades soberanas (e por “soberanas” entenda-se “autônomas”) e funcionalmente indiferenciadas (Waltz parte do pressuposto de que os Estados buscam a própria sobrevivência, transformando o sistema internacional num sistema do tipo “self-help”); e de capacidades que são distribuídas desigualmente entre os Estados, de forma que todos eles são submetidos às mesmas tarefas, mas apenas alguns a desempenham de maneira eficaz o suficiente para serem polos da estrutura. Dessa maneira, a estrutura define o sistema internacional como *unipolar*, *bipolar*, *multipolar*, de acordo com a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

quantidade de polos que haja no sistema, e por polos entendemos unidades com grandes capacidades. A distribuição de tais capacidades é um atributo do sistema, e não das unidades, como se poderia supor.

Dessa maneira, temos, em sua: teorias reducionistas baseiam-se nas duas primeiras imagens das relações internacionais para se comporem, ignorando a existência de constrangimentos sistêmicos que levem os Estados a ter posturas mais calculadas; teorias baseadas na terceira imagem são sistêmicas, pois demonstram como algumas ações são condicionadas pelo sistema e por ele são distorcidas, gerando resultados que podem não ter sido os pretendidos pela unidade.

### **A teoria da política internacional**

A teoria da política internacional de Waltz buscará, a partir da terceira imagem (em consonância, contudo, com as outras duas) causas permanentes e padrões de comportamento dos Estados. Ora, a partir de dois dos elementos formadores da estrutura do sistema internacional (a saber: a anarquia do sistema internacional e as unidades que buscam sua própria sobrevivência), Waltz estabelecerá e algumas bases científicas para lidar com um fenômeno que apresenta uma regularidade de lei (*law-like regularity*, no original) no sistema internacional: a balança de poder.

A balança de poder será o padrão de comportamento dos polos do sistema internacional, ou seja, aquelas unidades que consigam melhor desempenhar os papéis que a elas são dados – e é aqui que falamos de “unipolaridade”, “bipolaridade”, ou “multipolaridade”, pois esta estrutura depende do número de polos de poder que temos no sistema internacional. Havendo um sistema de organização do tipo *self-help*, isto é, aquele em que os Estados devem por si só buscar seus interesses e desempenhos de função, e uma ordem em que não haja órgão de autoridade legítima sobre os Estados, a balança de poder passa a ser o único meio de estabilização do sistema internacional, pois é ela que mantém, através de políticas de alinhamento e contenção, os Estados, principalmente as superpotências, num padrão de comportamento que não gere um estado de guerra constante. Em outras palavras: as superpotências do sistema internacional são os polos da estrutura de dito sistema, e os outros países, que não são superpotências, socializam-se por padrões que são aceitos naquela estrutura.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Nesse sentido, a estrutura pode passar por transformações apenas devido a uma razão: a distribuição das capacidades entre as unidades que a compõem. Dessa maneira, por exemplo, podemos considerar a Segunda Guerra Mundial como uma guerra de transformação de estrutura, pois o sistema internacional substituiu, a partir dela, uma estrutura multipolar (composta por França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e União Soviética) para uma estrutura bipolar (Estados Unidos e União Soviética). Houve, dessa forma, uma redistribuição de capacidades na estrutura, que nos permite, segundo Waltz, pela primeira vez em trezentos anos de história, falar em um sistema mundial de estrutura bipolar.

### **Considerações finais**

É interessante e notável o rigor com que Waltz trabalha sua teoria da política internacional, teoria esta em sintonia com sua categorização e sistematização presente em *Man, the state, and war*. Segundo Martin Griffiths, comentador da obra de Kenneth Waltz, “*Man, The State and War* was not only a superb exercise in the history of ideas on the causes of war between states – it also contained the germs of an idea that Waltz only fully developed a quarter of a century later” (GRIFFITHS, 1999, p. 46-47). O filósofo que Waltz elege como ícone para a terceira imagem é Rousseau, autor segundo o qual o sistema internacional (termo ainda não presente no horizonte teórico do filósofo, mas cujas ideias levam ao mesmo significado), por possuir diversos Estados que perseguem cada qual sua própria vontade geral, acaba sendo portador de diversas vontades particulares (cada uma correspondendo à vontade geral de um Estado específico). Nestes termos, o conflito se torna inevitável. O grande trabalho de Waltz, contudo, é chegar ao conceito de *estrutura*, dispositivo este que constringe determinadas ações dos Estados e que os leva à socialização de regras e à competição de acordo com estas. Sobre as outras duas imagens, e valendo-se do pensamento de Rousseau, diz Waltz que

The proposition that irrationality is the cause of all the world's troubles, in the sense that a world of perfectly rational men would know no disagreements and no conflicts, is, as Rousseau implies, as true as irrelevant. Since the world cannot be defined in terms of perception, the very real problem of how to achieve an approximation to harmony in cooperative and competitive activity is always with us and, lacking the possibility of perfection, it is a problem that cannot be solved by simply changing men (WALTZ, 2001, p. 170)

Para Rousseau, as guerras nascem das tentativas de paz (ROUSSEAU, 2002, p. 57). Para Waltz, isto é facilmente explicado por meio de um sistema competitivo do tipo

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*self-help* e anárquico, em que as ações de cada unidade serão vistas por desconfiança pelas outras unidades. Nesses termos, emerge a balança de poder, que, de certa forma, estabiliza o sistema internacional. É interessante ver o resgate que Waltz faz de autores clássicos, trazendo-os para as discussões contemporâneas de teoria de relações internacionais e, a partir deles, desenvolver uma teoria que tenha, ao menos pretensamente, validade em diversos momentos da história, se considerarmos *unidades políticas* não apenas os Estados moderno-contemporâneos. Waltz, com sua teoria de política internacional, traz um forte e novo elemento para as discussões acerca das teorias de relações internacionais, que, não por outro motivo, inaugura aquilo que didaticamente chama-se terceiro debate das teorias de relações internacionais.

### Referências Bibliográficas

GRIFFITHS, Martin. **Fifty Key thinkers in International Relations**. Londres: Routledge, 1999.

MORGENTHAU, Hans Joachim. Another “great debate”: the national interest of the United States. **The American Political Science Review**, V. 46, 1952, pp. 961-988.

ROUSSEAU, J. J. **Rousseau e as Relações Internacionais**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

WALTZ, Kenneth Neal. **Man, the state, and war: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. “Neorealism: Confusions and Criticisms”. **Journal of Politics and Society**, XV, 2004, pp. 2–6.

\_\_\_\_\_. **Theory of international politics**. New York: McGraham Hill, 1979.

**O PROCEDIMENTALISMO NA TEORIA DEMOCRÁTICA: AS VISÕES DE HANS KELSEN, JOSEPH SCHUMPETER E ANTHONY DOWNS**

Renata Priscyla Carolina de Oliveira – PUC/Goiás  
renatapriscylla@hotmail.com

João Pedro Tavares damasceno – UFG  
tavaresgyn@gmail.com

Marcelo Marques de Almeida Filho – UFG  
mma\_filho@hotmail.com

Ana Paula Brito Vila Nova – UFG  
anapcristal@gmail.com

Têm-se conhecimento que a democracia surgiu na Antiguidade, tendo como berço a Grécia Antiga. Seu conceito original é o de governo do povo, que veio sendo reformulado através dos tempos. Posteriormente, teóricos como Rousseau, Montesquieu, Tocqueville, Weber, Marx, John Stuart Mill, entre outros, deram importantes contribuições aos estudos sobre o sistema democrático, em um período revolucionário tanto na Europa como nas Américas, incluindo temas como a liberdade, a igualdade, economia e sistemas de governo à discussão. Houve ainda, a ascensão dos pensamentos liberais que influenciaram na propagação do sistema democrático posteriormente e em sua respectiva (re) formulação, havendo também uma mudança brusca nos modelos de produção econômica e na divisão do trabalho a nível internacional, onde ascendia o capitalismo burguês.

Contemporaneamente, as características e estruturação do sistema democrático moderno têm gerado uma série de discussões, agregando vários temas como o procedimentalismo (práticas democráticas), o pluralismo (participação e inclusão dentro da democracia), a ação coletiva (estudos sobre os comportamentos sociais coletivos e busca de objetivos comuns), o liberalismo igualitário e inclusivo (que perpassa a questão da justiça para instituições e indivíduos e da igualdade jurídica e de acessibilidade), questões republicanas e sobre participação popular e ativismo político (que aborda temas como revoluções, direitos fundamentais, apatia política, entre outros), deliberação política (referente à inclusividade do sistema democrático e ligados às justificativas das decisões tomadas pelos cidadãos), teorias regionalistas sobre democracia (que adaptam estudos sobre democracia às realidades locais), dentre outros.

Para efeito desse estudo, centraremos a análise nas questões procedimentalistas, onde os estudos desenvolvidos por Hans Kelsen (1881-1973), Joseph Schumpeter (1883-1950) e Anthony Downs (1930-1977) darão respaldo teórico ao escrito. Trata-se de um texto teórico-argumentativo, onde procuraremos demonstrar alguns pontos que ligam os três autores à corrente procedimentalista da democracia, levantando pontos relevantes das contribuições dadas por eles à discussão.

## **INTRODUÇÃO**

O procedimentalismo democrático muitas vezes se concentra em analisar os processos que compõem a prática (funcionamento) democrática (como formação de governos, funcionamento das instituições, participação popular, manutenção das garantias fundamentais da existência humana, entre outros pontos).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Com vista a indicar o ponto objetivo do procedimentalismo, Habermas (2011, p.183) afirma que “o paradigma procedimentalista do direito procura proteger, antes de tudo, as condições do procedimento democrático”, o que implica que a qualquer momento um determinado tema poderá ser debatido na esfera pública política, desde que este seja aceito pela opinião pública, tanto por parte de um parlamento quanto por parte da administração.

Para Habermas (2011), o núcleo procedimentalista seria a mediação recíproca entre a soberania do povo, institucionalizada juridicamente, e a não institucionalizada.

Dada uma breve definição sobre procedimentalismo, cabe destacar que alguns pensadores ofereceram também importantes contribuições sobre os estudos procedimentalistas, como Kelsen (2000), Schumpeter (1961) e Downs (1999), objetos desse estudo. Com vistas a enriquecer a discussão apresentada neste trabalho, será feito o desenvolvimento textual, abordando os tópicos propostos e analisando os levantamentos teóricos desenvolvidos por estes autores, sob um olhar crítico. Utilizou-se na realização deste trabalho o método qualitativo, que prevê a revisão bibliográfica, através do estudo dos textos científicos pertinentes ao tema, na busca de se abordar de forma clara o tema proposto.

### **PROCEDIMENTALISMO E DEMOCRACIA EM HANS KELSEN**

Uma das maiores contribuições de Hans Kelsen à Teoria democrática foi sua obra intitulada “A Democracia”, uma coletânea de artigos organizados e publicados postumamente. Em Kelsen (2000), a democracia não deve ser limitada em sua acepção clássica de governo do povo, pois muitas vezes essa concepção não funciona como um “governo para o povo”, podendo este conceito ser aplicado inclusive a uma outra forma de governo que não seja uma democracia, mas que direcione suas políticas em ações para o povo.

Para o autor, não existe também uma definição formulada de vontade do povo, estando esta condicionada ao nível individual, além de que o povo não teria capacidade para distinguir uma demanda comum de uma vontade particular, mesmo se esta existisse, dado o fato de que a concepção de interesse comum é levada sempre ao nível pessoal. Seguindo essas premissas, os próprios governos, de maneira geral, se intitulam como defensores dos interesses do povo e da vontade coletiva, o que nem sempre é verdade.

Em Kelsen (2000), a democracia se caracteriza como um sistema de governo onde se é possível a participação popular, de forma direta ou de representativa, elegendo

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

seus representantes através do sufrágio universal, igualitário, livre e secreto. Essa participação, direta ou indireta, dos governados no governo são o que constituem processos (procedimentos) para Kelsen e dessa forma o conceito de “governo do povo” adquire caráter processual.

Conforme o autor, o governo pode ser exercido por um ou mais grupos de indivíduos, por assembleias populares organizadas ou câmaras ou ainda por somente um membro da sociedade popularmente eleito. Entretanto, essas lideranças têm seus poderes restritos para que se preservem as liberdades individuais e para que não haja usurpação do poder conferido ao povo. Essa limitação no poder dos governos surgiu em decorrência das reformulações que o liberalismo político imprimiu ao conceito de democracia, criando o conceito de democracia liberal (KELSEN, 2000).

Kelsen (2000), portanto, cria uma significação na qual se mesclam os conceitos de governo do povo e governo para o povo, onde o sistema democrático se caracteriza como um sistema político que promove o ordenamento social, criado e aplicado pelos indivíduos comandados pela ordem pré-estabelecida pelos mesmos, onde é preservada a liberdade política individual e garantidas algumas liberdades como a de consciência e de imprensa.

Já a concepção de democracia de Schumpeter é um tanto quanto diferente da de Kelsen.

### **A TEORIA DEMOCRÁTICA E O PROCEDIMENTALISMO EM SCHUMPETER**

O economista Joseph Schumpeter acabou por se destacar dentro da Ciência Política moderna por ser o primeiro pesquisador que iniciou estudos sobre o conceito de democracia utilizando-se de bases mais pragmáticas e realistas, se tornando referência para novos estudos e discussões, como as elaboradas por Anthony Downs (1999) e Robert Dahl (2005). O autor é interpretado dentro da ciência política como sendo teórico da corrente minimalista da Teoria Democrática.

Conforme o autor, a definição clássica de democracia no século XVIII é a de que esta é “o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realiza o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade” (SCHUMPETER, 1961, p. 305). Como crítica direta a esse conceito, que o autor associa ao utilitarismo, o autor levanta que não existe uma definição de bem comum pré-determinada e maciçamente aceita, o que implica a não-existência de uma vontade comum e mesmo que esta existisse de forma



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

suficientemente elaborada, os casos desviantes a nível individual não seriam satisfatoriamente solucionados, semelhante a definição de vontade comum de Kelsen. Dessa forma, como não existe uma vontade comum, que pudesse se transformar em bem comum (legitimamente aceito), também não seria possível se formular decisões políticas especificamente direcionadas.

Para o autor, a definição clássica de democracia é similar à religião, desprovida de uma base lógica, utilizada para justificar fatos históricos ocorridos por motivações adversas. É uma arena onde os representantes políticos ainda consideram atraente a definição de “defensores da vontade popular”, mesmo que esses persigam objetivos egoístas enquanto estão no poder (como evitar as responsabilidades e esmagar os adversários), o que faz com que essa conceituação persista ao longo dos tempos. Destaca ainda que a vontade individual não é fator importante, pois os indivíduos por si só não são capazes de identificar claramente suas vontades, que muitas vezes são influenciadas pelas formulações e discursos políticos. Mesmo se o cidadão soubesse com clareza qual sua vontade, não se geraria uma vontade comum dentro do processo democrático (SCHUMPETER, 1961).

Schumpeter (1961) apresenta a visão de que o governo não deve ser conduzido pelo povo, mas sim aprovado pelo povo, não sendo sustentável a ideia de que o povo deve exercer o governo, a não ser em pequenas comunidades, pois o autor trabalha com a ideia de que os indivíduos comuns não agem racionalmente, além de não possuírem interesses por temas de política. Para ele, não há critérios universais que delimitam o que se entende por povo, já que isto depende de cada sociedade, dadas suas especificidades. Entretanto, o próprio autor considera que essa definição não é uma solução para a questão na qual o povo governa, pois um governo autoritário também pode ser aprovado pelo povo, se tornando um caso desviante. Segundo Schumpeter (1961), o exercício da democracia por parte dos cidadãos consiste em formar governos que os liderem e tomem as decisões políticas, uma vez que o cidadão comum não possui conhecimento de política, cabendo-lhes o controle dos governantes através da possibilidade de reeleição, onde estes oferecem ou retiram o apoio popular. Isso pode ocorrer de forma direta (em sistemas presidencialista) ou através da eleição de um Parlamento (que recebe do povo a atribuição de formar o governo, em sistemas Parlamentaristas). Através dessa definição, podemos classificar a teoria Schumpeteriana como procedimentalista, dado o enfoque no método de escolha de governantes, assegurando a prática democrática. É agregado ainda o conceito de que cada cidadão

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

equivale a um voto, o que caracteriza a igualdade política em Schumpeter, princípio também utilizado por outros autores, como Downs (1999) e Dahl (2005).

Dessa forma, conforme Schumpeter (1961, p. 329) pontua que,

[...] Nossa teoria, não é, naturalmente, mais definida do que o próprio conceito de luta pela liderança. Esse conceito apresenta dificuldades semelhantes ao conceito de concorrência na esfera econômica, com a qual pode ser utilmente comparado. A concorrência jamais está completamente ausente da vida econômica, mas raramente é perfeita. Da mesma maneira, há sempre alguma concorrência na vida política, embora talvez apenas potencial, pelo apoio do povo. No intuito de simplificar o caso, limitamos esse tipo de concorrência, que definirá a democracia, à livre concorrência livre pelo voto livre. Essa ação justifica-se pelo fato de que a democracia parece implicar um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade.

O autor, portanto, entende a democracia como um sistema institucional onde são tomadas as decisões políticas, onde o indivíduo (líder) adquire o poder de definir as políticas adotadas, mediante competição pelos votos dos eleitores, tendo em vista se manter no poder. Ao reconhecer a importância das lideranças, Schumpeter destaca que a teoria clássica conferiu importância demasiada à iniciativa popular, afirmando ainda que possam, sim, surgir vontades coletivas autênticas, que precisam ser organizadas e se tornar programas de ação através de uma liderança (SCHUMPETER, 1961).

Advoga ainda que apenas pessoas capacitadas devem participar da formação de governo, constituindo um grupo seletivo, distinto dos cidadãos comuns, o que permite que Schumpeter seja diretamente ligado à corrente neolibertária da Ciência Política. Segundo o mesmo, o princípio da democracia é o de que o governo deve ser dirigido por aqueles que conquistaram maior apoio político em relação aos adversários. Mesmo que o governo seja composto por pessoas capazes, a representação delegada aos políticos eleitos não os obriga a fazer o que seu eleitorado gostaria, inclusive porque a vontade desse grupo de eleitores diverge. A liberdade em Schumpeter (1961) é caracterizada pela possibilidade de concorrência livre pelo apoio dos eleitores (voto livre)<sup>123</sup>, o que estabelece a relação entre democracia e liberdade individual. A existência da liberdade de concorrência pelos votos é responsável também por garantir considerável liberdade de expressão à todos e liberdade de imprensa. Entretanto, a visão de liberdades democráticas em Schumpeter não abrange algumas condições para a existência de um

---

<sup>123</sup> Schumpeter estabelece cinco pré-condições que garantiriam que as eleições fossem livres e competitivas, gerando um regime democrático. Primeiro, uma liderança preparada; segundo, o leque das decisões públicas não deve ser excessivo; terceiro, uma burocracia bem treinada, com prestígio social e de *esprit de corps*; quarto, o “autocontrole democrático”, ou seja, a necessidade de os líderes políticos aceitarem as medidas legalmente instituídas pelas autoridades competentes. Por fim, a tolerância política (GAMA NETO, 2011)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

modelo democrático, o que a tornaria uma visão submínima de democracia, ultrapassando o minimalismo, o que pode ser considerado um ponto negativo aos estudos sobre democracia e participação política, constituindo ainda um ponto de crítica nas teorias sobre qualidade da democracia. Conforme o autor, a luta pela liderança política acaba por tornar desnecessário o sistema de representação proporcional, pois não se demanda que a vontade da maioria esteja representada, dado o modelo schumpeteriano, sendo que, ao contrário do esperado, o sistema proporcional dificulta a formação de governos estáveis e eficientes.

Para Schumpeter (1961), o Parlamento e os partidos políticos tem papel limitados, dada a redução do processo democrático a disputa por apoio popular (voto). Ao Parlamento é delegada a capacidade de apoiar ou retirar o apoio ao líder de governo em cada votação, onde o papel legislativo não cabe a este órgão, nem os papéis de fiscalizar as contas do governo e participar da formulação de orçamentos de governo. Os partidos políticos, outra importante instituição no sistema democrático, também assume papel minimalista, sendo caracterizados como grupos ou espaços onde os membros que o compõem agem de forma competitiva na disputa pelo poder, conforme normas e regulamentos que lhes são próprios, e que estes não perseguem o bem estar público, delimitado por princípios comuns.

Assim como em Downs, Schumpeter advoga a ideia de que os governos tem a intenção de se manter no poder. Entretanto, na ciência política considera-se que Downs ofereceu avanços a teoria Schumpeteriana, incluindo ainda aspectos ligados à racionalidade da escolha e ao procedimentalismo democrático.

### **DOWN'S: A TEORIA ECONÔMICA DA DEMOCRACIA E A ESCOLHA RACIONAL**

Anthony Downs (1999) assumiu em sua obra “Uma Teoria Econômica da Democracia” que a teoria econômica não delegava a importância aos atributos que são intrínsecos aos governos nos estudos sobre democracia, nem estipulava regras para uma conduta racional destes, o que não era considerado nos cálculos sobre tomada de decisões a nível privado. A partir desta constatação o autor se propõe a estabelecer padrões de comportamento para o governo democrático e apontar suas implicações. Baseado no pensamento econômico de que o homem exibe padrões de comportamento e que estes agem racionalmente com o intuito de atingir seus objetivos conscientes, Downs coloca que se torna possível fazer previsões, cálculos, comparações pautadas na racionalidade e na razoabilidade sobre qual a melhor maneira de se atingir tal objetivo,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

readaptando esse conceito à análise dos governos, procurando desenvolver “uma regra de comportamento generalizada, porém realista para um governo racional” (DOWN, 1999, p.25).

Conforme Downs (1999), para a teoria econômica, a racionalidade<sup>124</sup> implica na escolha dos meios mais eficientes para que sejam atingidos os objetivos traçados (que para Downs se concentram nas dimensões política e econômica). Para tanto, faz-se necessária a identificação dos objetivos e a partir disto, selecionar os meios mais razoáveis para que estes sejam alcançados, de forma mais lucrativa possível. Outro ponto importante é que a análise de Downs adota a concepção de que os indivíduos buscam seu interesse próprio, não negando o fato de que pode haver ações altruístas na política. Para Downs, é fundamental para que o comportamento racional ocorra, o estabelecimento de uma ordem social previsível e estável, que é possibilitada pelo governo que está no poder<sup>125</sup>, construindo a ordem social, o que depende do funcionamento eficaz do sistema político, sendo a racionalidade a condicionante desse processo. Para tanto, as eleições, em sua função política, devem selecionar um governo de modo eficaz, um dos pontos do procedimentalismo de Downs<sup>126</sup>.

Em Downs (1999), o governo é tratado como um agente social específico impar que possui a função especializada na divisão do trabalho, cabendo-lhe ordenar a política e a economia, em um cenário de incertezas, dados os custos de se obter informações sobre os grupos concorrentes, sendo, portanto, um agente separado dos seus cidadãos. Apesar de considerar que outras formas de governo podem proporcionar a ordem e as bases para a ação racional, a teoria downseniana se concentra em estudar o regime democrático. Downs entende que um governo democrático apresenta algumas características que o distingue dos demais, sendo elas:

- 1) Um único partido (ou coalizão de partidos) é escolhido por eleição popular para gerir o aparato de governo.

---

<sup>124</sup> Não há razão *a priori* para presumir que esse ordenamento é racional, isto é, razoavelmente dirigido para a realização de objetivos conscientes. Entretanto, a teoria econômica se erigiu sobre a suposição de que prevalece a racionalidade consciente, apesar das ácidas afirmações contrárias de homens como Thorstein Veblen e John Maurice Clark. Já que nosso modelo *ex definitione* diz respeito ao comportamento racional, temos também que fazer essa suposição (DOWNS, 1999, p. 26).

<sup>125</sup> Para o autor, todo governo busca maximizar o apoio político e se manter no poder, através da reeleição. Sendo este o objetivo primordial dos governos torna-se possível identificar quais os meios mais eficientes de conseguiu-la. Já os grupos adversários buscam ascender ao poder (DOWNS, 1999).

<sup>126</sup> Downs adota a definição de governo expressas por Dahl e de Lindblom, onde “Os governos são [...] organizações que têm um monopólio suficiente de controle para impor uma resolução ordeira de disputas com outras organizações na área [...] Quem quer que controle o governo geralmente tem a ‘última palavra’ sobre uma questão; quem quer que controle o governo pode impor decisões a outras organizações na área” (DAHL; LINDBLOM 1953 apud DOWNS, 1999, p. 44).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- 2) Essas eleições são realizadas dentro de intervalos periódicos, cuja duração não pode ser alterada pelo partido no poder agindo sozinho.
- 3) Todos os adultos que são residentes permanentes da sociedade, são normais e agem de acordo com as leis da terra são qualificados para votar em cada uma dessas eleições.
- 4) Cada eleitor pode depositar na urna um e apenas um voto em cada eleição.
- 5) Qualquer partido (ou coalizão) que receba o apoio de uma maioria dos eleitores tem o direito de assumir os poderes de governo até a próxima eleição.
- 6) Os partidos perdedores numa eleição não podem jamais tentar, por força ou qualquer meio ilegal, impedir o partido vencedor (ou partidos) de tomar posse.
- 7) O partido no poder nunca tenta restringir as atividades políticas de quaisquer cidadãos ou outros partidos, contanto que eles não façam qualquer tentativa de depor o governo pela força.
- 8) Há dois ou mais partidos competindo pelo controle do aparato de governo em toda eleição (DOWNS, 1999, p. 45).

Como os governos detém o monopólio da política econômica e sobre a formulação de orçamentos, procurando atingir seu objetivo intrínseco de maximizar seu apoio político, estes gastam as verbas públicas com o intuito de conseguir votos, e continuam os gastos até que consigam igualar ou ultrapassar a perda de votos decorrentes dessa desses investimentos. Downs coloca que, em situações de certeza a estratégia ótima que devem ser tomadas pelo governo é aquela que recebe o maior apoio popular, o que não garante a reeleição, no entanto.

Dado o fato de que as preferências dos grupos majoritários nem sempre prevalece, sobretudo quando se trata de questões específicas, pois a oposição pode organizar uma coalização de dissidentes e vencer as eleições, explorando os pontos onde a visão minoritária prevalece ou ainda o grupo majoritário pode não ter uma posição claramente definida, Downs (1999) advoga que nos dois casos a queda do partido governante se dá pela ausência de um consenso forte no eleitorado, ou pela lei da ação e reação, onde a oposição aguarda a ação governamental para tomar um posicionamento, o que é parte fundamental do jogo político. Em sistemas bipartidários, entretanto, os grupos majoritários apoiam as políticas de um governo preferencial de forma mais substancial, onde prevalecem sobre os grupos minoritários.

Ainda cabe ao governo a elaboração do orçamento, onde estes podem adotar duas estratégias, segundo Downs (1999): (1) avaliar cada ação separadamente e adotar as opções que mais agradam os eleitores, separando das opções que os possam irritar; (2) avaliar cada um dessas ações como parte de seu plano de gastos para todo o mandato, adotando as opções que, no conjunto, renderão mais votos. Essas ações são tomadas com vistas a satisfazer as expectativas do eleitorado. Uma relação de interdependência surge, portanto, quando o governo toma ações com vistas a conseguir

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

se manter no poder e a população avalia essas ações para decidirem seu voto nas eleições subsequentes, sistema que retroalimenta o funcionamento da democracia.

Na teoria downseniana, três grupos tem fundamental relevância para o sistema democrático, sendo eles os partidos políticos (que forma o governo), os indivíduos e os grupos de interesse. O autor parte da definição de que os partidos são equipes de homens com objetivos e preferências comuns, que buscam controlar o governo, através da obtenção de cargos públicos nas eleições, onde os objetivos fundamentais destes é conseguir renda, prestígio e poder e pela emoção do jogo político. Para esses partidos, o poder é um fim, e não um meio de implantar políticas, dados os objetivos dos membros do partido, vinculados aos objetivos de governo (permanecer no poder, conservando a renda, o prestígio e o poder). Considera-se que as políticas são, portanto, instrumentos para se atingir objetivos privados, concentrados nas mãos dos políticos eleitos. Conforme, “os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições, e não ganham eleições a fim de formular políticas” (DOWNS, 1999, p. 50).

Dessa forma, a função social do governo é exercida acidentalmente, pois estas geralmente são alcançadas quando beneficiam os membros do partido governante, que perseguem fins privados e egoísta, ideia inspirada em Schumpeter. Há uma combinação no modelo downseniano dos objetivos formais dos partidos (criar e executar políticas governamentais) com os interesses privados de seus membros e associados<sup>127</sup>. Outra esfera abordada por Downs é a questão do indivíduo. Conforme a teoria da escolha racional, em um ambiente onde o eleitor racional recebe informações completas e sem custo, vota segundo as seguintes preferências: (1) compara os ganhos decorridos do atual governo com o que poderia ganhar caso o adversário governasse, formulando suas preferências; (2) em um sistema bipartidário, elege seu partido preferencial. Caso o sistema seja multipartidário, (a) vota em seu partido, caso tenha boas chances, (b) vota em outro partido bem cotado, caso o seu preferido não possua chances de vencer, buscando fazer oposição aos que apoia menos ou (c) vota no partido de sua preferência, mesmo que este não possua chances de vencer, com o intuito de o fortalecer futuramente; (3) se o partido no poder está empatado com pelo menos um partido de oposição e o eleitor não consegue estabelecer uma preferência, (a) caso as plataformas ou políticas atuais sejam diferentes, se abstêm ou (b) caso os partidos têm plataformas e políticas atuais idênticas, compara o desempenho do ocupante do governo com o de

---

<sup>127</sup> O interesse pessoal dos políticos é limitado, porém, a duas condições: (1) os políticos não podem cometer atos ilegais (aceitar suborno, se corromper, utilizar-se de sua atribuição para violar a constituição; (2) este não pode tentar prejudicar ou se aproveitar de outros membros do partido (DOWNS, 1999).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

seus antecessores e vota no partido governante se fez um bom trabalho, vota contra ele caso tenha feito um mau trabalho e abstém-se caso o desempenho não seja bom nem mau (DOWNS, 1999).

Outro importante agente que toma decisões políticas são os grupos de interesse, como corporações, sindicatos, associações (agindo como grupos de *lobby*, no sentido estadunidense). Estes perseguem objetivos egoístas e sua racionalidade se encontra justamente na perseguição de interesses próprios (DOWNS, 1999).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme podemos constatar, o procedimentalismo democrático se caracteriza por uma atenção especial aos processos democráticos, como a eleição e formação de governos, ponto de destaque nos escritos de Kelsen, Schumpeter e Downs.

Discussões sobre a formação de governos e das práticas políticas, caracterização e definições do que é entendido como democracia, bem como requisitos mínimos para que esta possa funcionar corretamente são pontos-chave no trabalho apresentado. Outros fatores recorrentes são a governabilidade, a participação dos governados no governo, vontades coletivas versus vontades individuais, dentre outros temas polêmicos, que são parte dos estudos desenvolvidos pelos autores trabalhados.

Apesar de se tratar de três obras substancialmente diferentes, vários pontos em comum podem ser detectados ao longo dos três autores, incluindo o ponto central de discussão nos três escritos: o sistema democrático e seu funcionamento. A partir dessa análise, puderam-se constatar algumas contribuições das teorias ligadas ao procedimentalismo democrático à Ciência Política. Com o intuito de fomentar o saber e gerar discussão pertinente ao tema, os pontos levantados se mostraram oportunos, dado que a democracia é uma pauta de discussão que não se esgota.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo. EdUSP, 2005.
- DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo EdUSP, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade**. Vol. 2. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 2011.
- KELSEN, Hans. **A democracia**. São Paulo. Martins Fontes, 2000.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1961.

### **REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS**

GAMA NETO, Ricardo Borges. **Minimalismo Schumpeteriano, Teoria Econômica da Democracia e Escolha Racional**. In. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 27-42, fev. 2011. [Online]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a03.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2013.



# CIÊNCIA POLÍTICA

## GT 6: COMPORTAMENTO POLÍTICO E ELEITORAL

### Sessão 1: Partidos, Eleições e Representação

**(IN)FIDELIDADE PARTIDÁRIA OU TRANSFUGISMO NOS CONGRESSOS  
NACIONAIS DA AMÉRICA LATINA**

Marcelo Marques de Almeida Filho – UFG  
mma\_filho@hotmail.com

Ana Paula Brito Vila Nova –UFG  
anapcristal@gmail.com

O transfugismo, algo recorrente na prática política, pode ser caracterizado, de forma genérica, como a mudança de partido em pleno exercício de mandato em cargo público eletivo, onde o parlamentar continua a exercer o cargo, que é usurpado do partido, coalizção ou bancadano qual se elegeu, atividade guiada por interesses particulares ou de grupos. É uma prática passível de observação em países democráticos que permitem a reeleição de candidatos, podendo ou não ser regulamentada por lei. Também é conhecida como infidelidade partidária. Esta pesquisa, de cunho quali-quantitativo, implica em uma coleta de dados e análise destes segundo as definições e conceitos teóricos pertinentes. Para tanto, foram pesquisados o número de senadores e deputados federais eleitos nas duas últimas eleições de dezessete países latino-americanos até o ano de 2012, sendo eles Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. É válido observar que apenas nove destes países adotam o sistema bicameral. Os dados foram coletados nos respectivos Tribunais Eleitorais Superiores, Tribunais relacionados, nas páginas das Câmaras de Deputados e Senadores, na base de dados do Observatório de Instituições Representativas da Universidade de Salamanca (Espanha), do banco de dados da União Inter - Parlamentarista (IPU), dados de Bibliotecas Nacionais, entre outros. Justifica-se a elaboração de tal estudo pelo vínculo que o tema possui com a Ciência Política, havendo ainda escassez de dados referentes ao transfugismo na América Latina, sobretudo dados regionais, objetivando-se a confecção de uma base de dados, além da contribuição para a ciência e o saber e projeção da América Latina no mundo. A contagem foi feita levando-se em conta as proscricões nas leis eleitorais dos respectivos países, o que qualificou os casos de mudança como sendo ou não transfugismo. Uma vez contabilizados os parlamentares trânsfugas, utilizou-se o método matemático de regra de três simples para determinar a porcentagem de mudanças ocorridas entre uma eleição e outra, comparando-se o número de mudanças com o número total de pleitos vigentes, o que equivale em proporcionalidade a 100% das cadeiras previstas pelas respectivas Constituições Federais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transfugismo, América Latina, Democracia, Senado, Câmara dos Deputados

## **INTRODUÇÃO**

Uma definição de transfugismo, segundo Liliam Mateo (2013), é a de que *“transfugismo se refiere al paso de un legislador o parlamentario de una bancada a otra, ya sea por cuenta propia o por un acuerdo entre partidos”*. Nessa acepção, o transfugismo pode ocorrer de forma unilateral, ou previamente negociada, como a troca de parlamentares dentro de uma coligação.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O dicionário da Real Academia de La Lengua (RAL) conceitua transfuga como *“persona que pasa de un partido a otro en tanto textos de sinónimos nos señalan que La palabreja se relaciona con deslealtad, infidelidad, felonía, perfidia, apostasía, alevosía y traición”*.

A infidelidade partidária, segundo José Afonso da Silva (2008), se manifesta de dois modos: a oposição, pela atitude ou pelo voto, a diretrizes legitimamente estabelecidas pelo partido; e o apoio ostensivo ou disfarçado a candidatos de outra agremiação e não podendo esquecer os casos mais recorrente, e interesse da pesquisa, os que se desligam do partido.

Há ainda um debate que tem em vista diferenciar o transfugismo da dissidência partidária. A dissidência partidária pode ser compreendida como uma discordância com algumas diretrizes, políticas ou decisões tomadas dentro de um partido, o que pode fragmentar a votação conjunta pela bancada aliada, podendo comprometer a força de um partido ou obstruir sua atuação. Através dela, pode ocorrer a negociação dos termos ou a mudança de partido por parte de um membro, havendo ainda a possibilidade de um grupo de dissidentes criar um novo partido, caso do PSD no Brasil, uma dissidência do DEM, do PSDB e de outros partidos. No caso da dissidência, não há necessariamente a troca de partido. Segundo o comentarista político Fagundes Murta (2012), “a dissidência dá vigor aos partidos”.

O transfugismo acontece de forma um pouco mais ampla. Em países com regulamentação desta prática em lei, caso um parlamentar abandone um partido para ingressar em outro em pleno exercício do mandato, em muitos casos é considerado como prática ilegal, cabendo a perda do mandato. O grande debate que a prática do transfugismo levanta é se os mandatos devem pertencer aos indivíduos eleitos ou aos partidos/bancadas/coalizões pelos quais estes se elegeram.

Segundo Anthony Downs (1999), o interesse dos candidatos é de maximizar sua permanência no poder. Para tanto, escolhem os meios que melhor os convém e que aumentem suas chances de continuar no exercício público. Dessa forma, o transfugismo se torna uma ferramenta para que estes atinjam seus objetivos, de forma mais eficiente e lucrativa.

O objetivo do presente artigo é informar os dados referentes ao transfugismo nos Congressos de vários países latino-americanos, levando-se em conta a taxa de mudança de partido e as legislações pertinentes ao tema em cada um dos países pesquisados. Justifica-se a elaboração de tal estudo pelo vínculo que o tema possui com

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

a Ciência Política, havendo ainda escassez de dados referentes ao transfugismo na América Latina, sobretudo dados regionais, abrindo pressupostos para a confecção de uma base de dados dentro da Universidade Federal de Goiás, além da contribuição para a ciência e o saber e a projeção da América Latina no mundo.

Esta pesquisa é parte componente de uma análise sobre alguns pontos da democracia na América Latina, compreendendo o estudo de temas como a volatilidade, fragmentação política, taxa de reeleição, taxa de renovação, entre outros pontos, focando-se no Poder Legislativo (Câmara de Senadores e Câmara de Deputados (Federais), onde houverem. Os dados foram levantados de acordo com observatórios de importantes universidades que pesquisam o tema e possuem uma base de dados já consolidadas, bem como também foram consultados os dados das Câmaras dos respectivos países, em uma pesquisa analítico-comparada. Foram ainda levantados dados de outros organismos oficiais, como bibliotecas governamentais, tribunais superiores, páginas de partidos, bem como também foram analisados dados de outras fontes extraoficiais, como revistas e jornais online.

Para efeito, partimos da análise das duas últimas eleições para deputados federais e senadores de dezessete países latino-americanos realizadas até o primeiro semestre do ano de 2012, sendo eles Argentina (eleições 2009-2011 e 2011 e 2013), Bolívia (2005-2010 e 2010 e 2015), Brasil (2006-2010 e 2010-2015), Chile (2006-2010 e 2010-2014), Colômbia (2006-2010 e 2010-2014), Costa Rica (2006-2010 e 2010-2014), Equador (2009-2011 e 2011-2013), Guatemala (2008-2012 e 2012-2016), Honduras (2005-2009 e 2009-2013), México (2006-2009 e 2009-2012), Nicarágua (2007-2011 e 2012-2016), Panamá (2004-2009 e 2009-2013), Paraguai (2003-2008 e 2009-2013), Peru (2006-2011 e 2011-2016), Republica Dominicana (2006-2010 e 2010-2014), Uruguai (2004-2009 e 2009-2011) e Venezuela (2000-2005 e 2005-2010). Diante dos resultados das respectivas eleições buscou-se identificar os deputados e senadores que em um sufrágio foram eleitos por um partido e na eleição seguinte, após reeleitos pela mesma bancada, mudaram para outro. Caso isso ocorra injustificavelmente caracteriza-se como prática do transfugismo ou infidelidade partidária, contribuindo para a migração interpartidária.

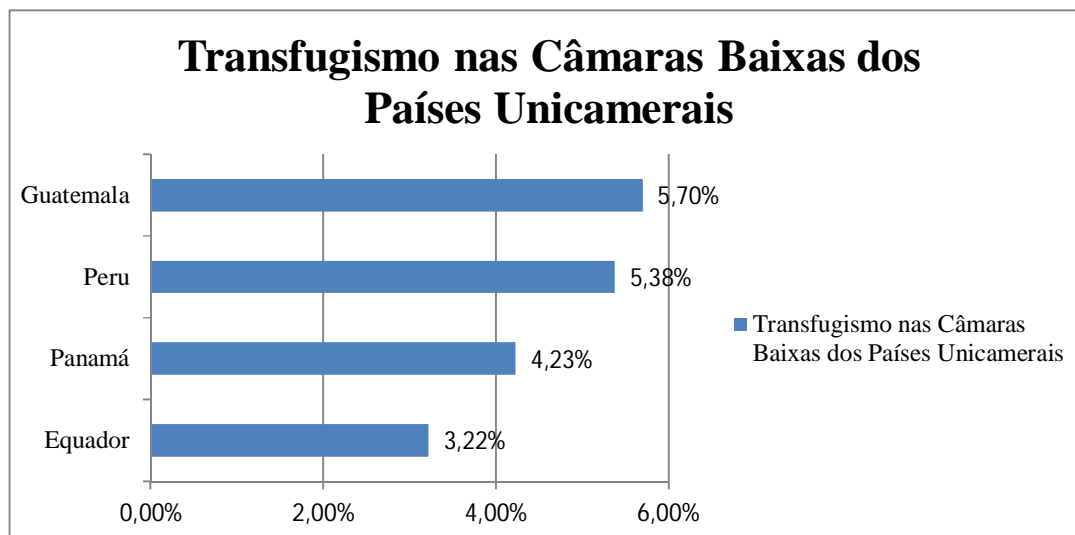
Para tanto, partiremos da análise dos dados coletados sobre o transfugismo nas Câmaras de Deputados Federais e a seguir, serão analisadas as taxas de infidelidade do Senado.

**INFORMAÇÕES CONSTATADAS COM A COLETA DE DADOS (CÂMARAS DE DEPUTADOS)**

Com base nos resultados da coleta das eleições podemos constatar que as maiores taxas de transfugismo encontra-se nas câmaras baixas de países bicamerais e em alguns países unicamerais não ocorre o fenômeno, apesar de a legislação permitir.

Nos países unicamerais, Venezuela, Honduras, Nicarágua não ocorreram casos de transfugismo. No caso da Venezuela justifica-se devido à rigurosidade da nova reforma partidária. Em Honduras até pouco tempo o presidente não poderia se reeleger. Isto gerou o incidente que teve como desfecho a deposição do presidente Jose Manuel Zelaya Rosales. Dentre os unicamerais que apresentam índices de transfugismo podem destacar que a maior taxa, 5,70%, encontra-se na Guatemala, seguida pelo Peru 5,38%, Panamá 4,23% e Equador 3,22%. A Costa Rica não autoriza a reeleição sucessiva. Os presentes dados foram sistematizados no Gráfico I.

**Gráfico I – Transfugismo nas Câmaras de Deputados Federais Latino – Americanos (Unicamerais, em %)**



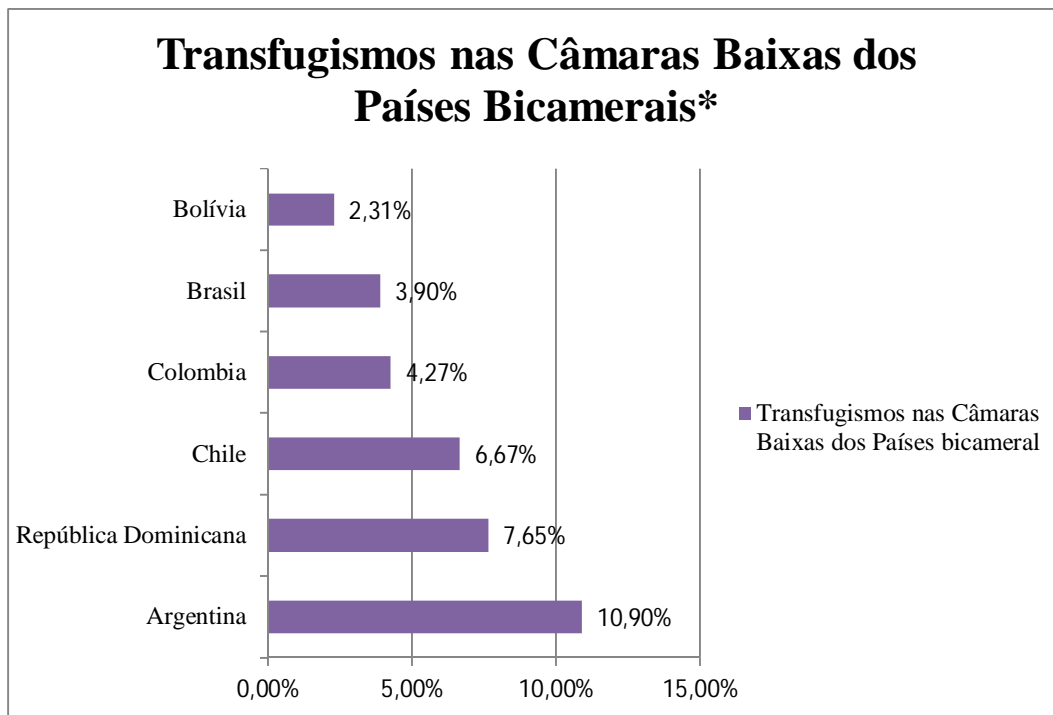
\*Gráfico elaborado conforme a coleta de dados.

Já nos países bicamerais, temos a Argentina com o maior índice de transfugismo, com taxas em torno de 10,90%. Isto se deve ao fato de o país não ter uma legislação específica sobre o transfugismo, permitindo bancadas com um pequeno número de deputados e, de certa forma, uma “livre” troca de partidos. Também com altas taxas temos a República Dominicana com 7,65%, seguido pelo Chile com 6,67% e a Colômbia 4,27%.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Temos também o Brasil, que mesmo com uma lei que controla tal prática, não consegue controlar os índices de infidelidade partidária de maneira eficiente e os índices chegaram a 3,90% no período analisado e a Bolívia com 2,31%. No Paraguai e Uruguai não foi constatado nenhum caso e no México a legislação não permite a reeleição sucessiva. Os dados foram sistematizados no gráfico abaixo.

**Gráfico II – Transfugismo nas Câmaras de Deputados Federais Latino – Americanos (Bicamerais, em %)**



\*Gráfico elaborado conforme a coleta de dados.

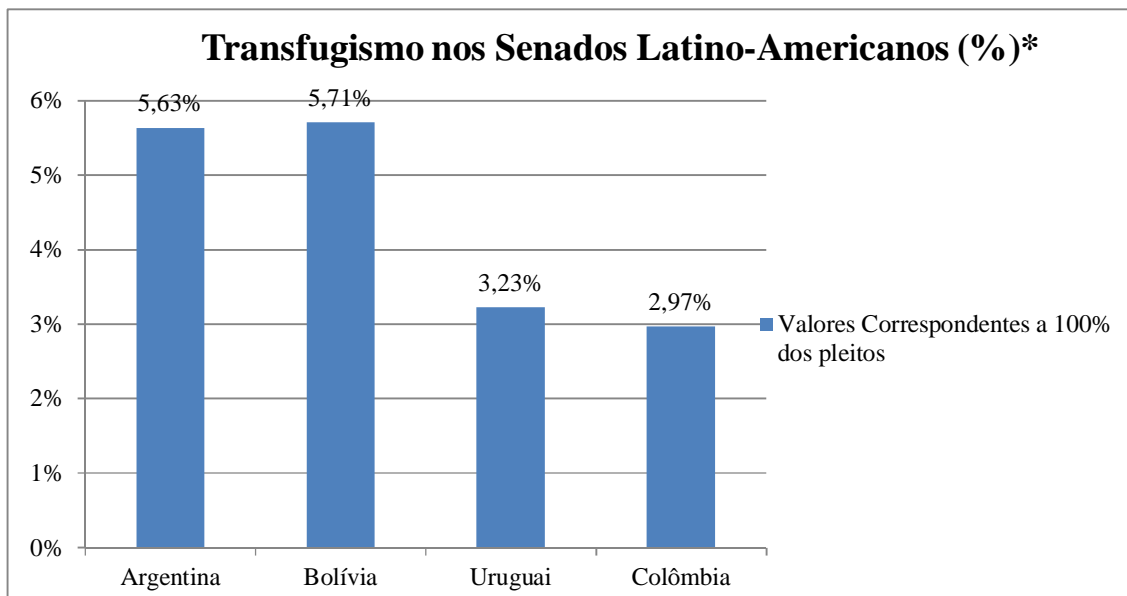
Não podemos esquecer que o que se encontra em alguns países poderia ser melhor categorizado como migração interpartidária do que como transfugismo, dado que nos países que detêm leis específicas nem todos os parlamentares trãnsfugas foram penalizados ou mesmo puderam ser encaixados no fenômeno.

Se somarmos os valores das porcentagens encontradas pelos países e dividirmos pelo número de países que fizeram parte dessa pesquisa, podemos afirmar que a média de transfugismo nas Câmaras dos Deputados Federais latino-americanos pesquisados é de 3,19% na totalidade de países, sendo 2,32% nos oito países unicamerais e 3,97 nas nove nações bicamerais.

### INFORMAÇÕES CONSTATADAS COM A COLETA DE DADOS (SENADOS)

Nos Senados Federais, constatou-se que o índice de transfugismo nos países pesquisados correspondem a 5,63% na Argentina, 5,71% na Bolívia, na Colômbia, 2,97% e 3,23% no Uruguai, não havendo casos durante esse período no Brasil, no Chile, no Paraguai e na República Dominicana. O caso mexicano é impar, pois a legislação eleitoral do país não permite a reeleição sucessiva e dessa forma os senadores e deputados não podem se reeleger imediatamente após o mandato, sendo necessário esperar outros seis anos para se reelegerem, período de duração dos mandatos no Senado (o mandato dos deputados é de três anos). Estes dados estão sistematizados no gráfico III.

**Gráfico III – Transfugismo nos Senados Latino – Americanos (em %)**



\*Gráfico elaborado conforme a coleta de dados.

Levantou-se também a questão de o transfugismo em cada país ser diretamente ligado à regulamentação legislativa eleitoral e as práticas políticas. Em um apanhado geral, o Brasil, a Colômbia e o México são os três únicos países que controlam o transfugismo através da legislação eleitoral.

No Brasil, regula-se a prática de transfugismo através da resolução do TSE nº 22.610/2007, que dispõe sobre infidelidade partidária e sanções para quem a praticar (perda do mandato).

No caso colombiano, de acordo com a Lei 974/2005, art. 4, é prevista a punição para quem praticar dupla militância, pois o país é governado por bancadas.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Entretanto, está tramitando um projeto de lei (Lei Estatutaria N°. 12), que permitiria que partidos se dissolvessem ou que os membros pudessem deixá-los, caso não estivessem satisfeitos com as condutas e diretrizes dos mesmos, além de encerrar o problema da dupla militância, tendo já sido aprovado o primeiro de oito debates sobre o assunto (EL UNIVERSAL, 2012).

O México dispõe de mecanismos constitucionais que impedem a reeleição, evitando, assim, a prática do transfugismo. Na Argentina, na Bolívia e no Chile não existe legislação específica para controlar o transfugismo, mas o assunto tem sido constantemente discutido nos respectivos Senados.

Um caso interessante é o da República Dominicana, onde está sendo formulado pelo Partido Revolucionário Dominicano (PRD), um projeto de Lei de Transparência Plena, onde uma das medidas trata da questão do transfugismo político (LISTIN DIARIO, 2008).

Sobre o Uruguai e o Paraguai, os índices de transfugismo são considerados baixos e não foram encontrados muitos dados referentes ao tema nas discussões das suas respectivas bancadas.

Se somarmos os valores das porcentagens encontradas pelos países e dividirmos pelo número de países bicamerais que fizeram parte dessa pesquisa, podemos afirmar que a média de transfugismo nos Senados latino-americanos pesquisados é de 4,39%.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a realização da pesquisa, o maior empecilho foi encontrar uma fonte de dados confiáveis e testáveis, dado o fato de que alguns países não disponibilizam as listas de senadores e seus respectivos partidos, assim como algumas leis eleitorais que tratam sobre fidelidade partidária, sobretudo na Argentina, que não disponibiliza muitas informações nem nos meios oficiais, nem na mídia. Mesmo recorrendo a dados oficiais, ainda ocorreram desencontros de informações e a falta de alguns detalhes, quando comparadas as pesquisas dos grandes polos com os dados das bancadas nacionais. Não há, ainda, uma conceituação e um consenso claro sobre o que é transfugismo, estando este sujeito à livre interpretação das legislações nacionais, o que não permite criar mecanismos claros de generalização para abordar o tema, visto que muitas vezes a percepção de transfugismo varia de um país para outro, existindo casos anômalos.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Contradições ainda surgiram quando analisados os sistemas eleitorais de alguns países, sendo alguns deles governados pelo modelo de bancada política, outros por partidos ou coalizões de partidos, ocorrendo ainda em alguns deles a permissão para candidaturas independentes, o que tem relevância para a pesquisa. Devido a tantos infortúnios, é impossível colher dados destes vários países com uma precisão de 100% de exatidão e os autores assumem, portanto, possíveis erros ou contradições dentro deste escrito.

No decorrer da pesquisa, quanto às Câmaras dos Deputados foram percebidas algumas dissidências: no Brasil temos a junção de partidos de uma eleição à outra (exemplo PL e PRONA e assim formando o PR), a troca de nomenclatura partidária (exemplo PFL para DEM), e a criação de novos partidos, como o PSD.

No Peru, algumas coligações surgem para determinado período eleitoral (como *Fuerza 2011*). Na Colômbia, para se reeleger ou trocar de partido, os deputados precisam renunciar em um prazo de um ano antes das eleições, sendo o mecanismo para “barrar” os infiéis, previsto na Lei nº 974/2005, art. 4. Na Costa Rica, os deputados podem se reeleger, mas não sucessivamente.

Na Argentina, encontramos a dificuldade devido à eleição ocorrer de quatro em quatro anos. Porém, a cada dois anos são renovadas as cadeiras, essa dissidência requereu mais cuidado para investigação sobre transfugismo. No México a constituição não admite a reeleição.

Mas sem dúvida, o enquadramento de um deputado como infiel/trânsfuga é bastante complicado. Isto se dá pelo fato de cada país ter leis diferentes. No Brasil, a Resolução nº 22.610/2007 estabelece medidas de controle para os deputados infiéis e pode resultar na sua cassação. Mesmo com a lei em vigor, temos poucos casos de deputados federais cassados o primeiro aconteceu em 2008, com a cassação do então deputado Walter Brito Neto (PRB-PB).

Um caso particular foi à aprovação da reforma partidária na Venezuela onde a medida prevê a perda de mandato para os deputados que ignorarem as orientações e posições políticas previstas no programa de seu partido e ainda proibição da saída do deputado da organização política ou social pela qual se elegeu para integrar ou formar outro grupo parlamentar e prevê ainda a suspensão do posto ou a inabilitação para exercer cargo público do deputado enquadrado na nova lei, após solicitação popular ou legislativa. Outra informação importante nesse país foi a união de partidos políticos de

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

oposição ao presidente Chávez e assim conseguindo um número significativo de cadeiras e maioria no Congresso.

Se tratando dos Senados, houveram casos onde o índice de transfugismo foi consideravelmente alto e em outros países não houveram casos. O caso argentino chama atenção pelo fato de as eleições ocorrerem de quatro em quatro anos, mas de dois em dois anos serem renovados os assentos, sendo também permitida a candidatura independente. Não há um controle direto sobre o transfugismo. O sistema nacional é também formado por eleições que podem variar conforme as datas das eleições nas províncias, que não ocorrem em um período unificado, mas dentro de um prazo comum previsto.

Em relação à Bolívia, o transfugismo não é regulamentado por lei, mas está em discussão, sobretudo após alguns problemas que envolveram a troca de partido por alguns parlamentares.

No caso do Brasil, houve ainda questões que influenciam na pesquisa sobre trãnsfugas no Senado, sendo elas as fusões partidárias e a criação de novos partidos, o que gera alterações nos dados que precisam ser cautelosamente avaliadas.

Há ainda o caso peruano, onde as coligações são formadas especificamente para uma eleição. O país regulamenta o transfugismo através da Lei de Fidelidade Partidária, de 2007, prevendo a perda do mandato para quem trocar ilegalmente de partido.

O Chile tem certa tolerância com o transfugismo, não havendo regulamentação deste por lei, sendo possuidor de um dos maiores índices de transfugismo. Há, entretanto, algumas discussões parlamentares acerca do tema.

Na Colômbia, para se reeleger ou trocar de partido, os candidatos precisam renunciar em um prazo de um ano antes das eleições, mecanismo previsto na Lei nº 974/2005, art. 4, contra a infidelidade partidária. Entretanto, a Câmara tem estudado o afrouxamento das diretrizes sobre troca de partido pelos parlamentares, visto que o sistema é formado por bancadas e é considerado bastante rígido.

No México, a Constituição nacional não admite a reeleição sucessiva, e, no caso dos senadores, estes tem que esperar o prazo de um mandato (seis anos) para poderem se candidatar novamente. Para esta pesquisa, compreendemos, com base na questão da reeleição, que não ocorre o transfugismo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A República Dominicana ainda não possui um mecanismo de regulação sobre transfugismo, mas a bancada governamental tem trabalhado na elaboração de uma Lei da Transparência, que regulamentará a prática no país.

No caso do Uruguai, há um índice considerável de fidelidade partidária, não havendo uma regulamentação direta por parte da lei com o transfugismo.

O Paraguai, conforme as pesquisas comparativas entre os senadores eleitos nos períodos 2003-2008 e 2008-2013, não apresentou casos de transfugismo e apresenta baixos índices relacionados. Sabe-se que o país não regulamenta o transfugismo. Entretanto, não foram encontradas muitas informações diretas de como o país lida com o transfugismo, nem se existem discussões da bancada do governo sobre o tema.

O transfugismo é ainda um jogo contraditório. Alguns advogam que ele é prejudicial, visto que enfraquece e diminui a legitimidade dos partidos políticos, dificultando ainda a governabilidade democrática e cria um sentimento de infidelidade parlamentar. Já outros afirmam que ele é uma das ferramentas essenciais da democracia, garantindo a possibilidade de que as pessoas possam formar e fazer parte de partidos políticos, se eleger para cargos públicos, exprimirem sua opinião e adquirir informações de fontes confiáveis (já que o transfugismo muitas vezes acontece por falta de afinidade partidária e em alguns casos, por falta de informação), dentre outros, remontando aos pressupostos levantados por Robert Dahl (2005). Há de se levantar, portanto, que um consenso e estudos mais aprofundados ainda não foram firmados sobre o tema, o que deve ser providenciado, por se tratar essencialmente da análise do funcionamento do sistema democrático.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

ASAMBLEA LEGISLATIVA PLURINACIONAL DE BOLÍVIA- CÁMARA DE SENADORES. **Senadores.** Disponível em:

<[http://www.senado.bo/lista\\_de\\_senadores](http://www.senado.bo/lista_de_senadores)>. Acesso em: 15 dez. 2013.

ASAMBLEA NACIONAL DELA REPUBLICA DEL ECUADOR. **Pleno – Asambleístas.** Disponível em: <<http://www.asambleanacional.gob.ec/>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

CONGRESO DE LA REPUBLICA DE COLOMBIA. **056/2012 C Régimen de Partidos.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.co/portal2011/proceso-y-tramite-legislativo/proyectos-de->

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

ley?option=com\_proyectosdeley&view=ver\_proyectodeley&idpry=894>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CONGRESO DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA – SENADO DE LA REPÚBLICA. **Senadores**. Disponível em: <[www.senado.gov.co](http://www.senado.gov.co)>. Acesso em: 10 dez. 2013.

CONGRESO NACIONAL CHILE. **Historia Política Legislativa del Congreso Nacional de Chile**. Disponível em: <<http://historiapolitica.bcn.cl/>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Reseñas Biográficas Parlamentarias**. Disponível em: <[http://historiapolitica.bcn.cl/resenas\\_parlamentarias](http://historiapolitica.bcn.cl/resenas_parlamentarias)>. Acesso em: 11 dez. 2014.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo. EdUSP, 2005.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo EdUSP, 1999.

DIÁRIO CRÍTICO DE BOLÍVIA. **PSOE y PRC, juntos contra el tranfuguismo**. Disponível em: <<http://bolivia.diariocritico.com/2007/Noviembre/cantabria/48147/transfuguismo.html>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

EL UNIVERSAL. **Nueva ley abriría la puerta para el transfuguismo político**. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.co/cartagena/politica/nueva-ley-abriria-la-puerta-para-el-transfuguismo-politico-85172>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

GEORGETOWN UNIVERSITY - BASE DE DATOS POLÍTICOS DE LAS AMÉRICAS. **Composición del Congreso y reglamentos de sesiones ordinárias**. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/comp/legislativo/Congreso/composicion.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

**INTER-PARLIAMENTARY UNION DATABASE**. Disponível em: <<http://www.ipu.org/english/home.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **MEXICO - Cámara de Senadores (Senate)**. Disponível em: <<http://www.ipu.org/parline-e/reports/2212.htm>>. Acesso em:

\_\_\_\_\_. **URUGUAY - Cámara de Senadores (Senate)** Disponível em: <[http://www.ipu.org/parline-e/reports/2342\\_A.htm](http://www.ipu.org/parline-e/reports/2342_A.htm)>. Acesso em:

**LEGISLATINA. Argentina**. Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/argentina.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

\_\_\_\_\_. **Bolívia.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/bolivia.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Brasil.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/brasil.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Chile.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/chile.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Colômbia.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/colombia.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Costa Rica.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/costarica.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Equador.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/ecuador.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Guatemala.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/guatemala.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Honduras.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/honduras.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **México.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/mexico.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Nicarágua.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/nicaragua.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Panamá.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/panama.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Peru.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/peru.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Panamá.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/panama.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **República Dominicana.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/repdominicana.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Uruguai.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/uruguay.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Venezuela.** Disponível em: <<http://americo.usal.es/oir/legislatina/venezuela.htm>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

LISTIN DIARIO. **El PRD prepara una ley contra el transfuguismo.** Disponível em: < <http://www.listindiario.com.do/la-republica/2008/8/23/71015/El-PRD-prepara-una-ley-contra-el-transfuguismo>>. Acesso em 13 fev.2013.

MATEO, Lilian. **Transfuguismo y Ley de Partidos.** Disponível em: <<http://www.tribunadominicana.net/Portada/?p=7454>>. Acesso em: 09 fev. 2013.

MÉXICO. **Senado de la República.** Disponível em: <<http://www.senado.gob.mx/?ver=int&mn=9&sm=1>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MURTA, Fagundes. **A Dissidência Partidária.** Disponível em: <[http://www.jornalwebminas.com.br/notas\\_novo.php?coluna=139](http://www.jornalwebminas.com.br/notas_novo.php?coluna=139)>.

PARLAMENTO DEL URUGUAY. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/palacio3/index1280.asp?e=0&w=1366>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Tránsfuga.** Disponível em: <<http://lema.rae.es/drae/?val=transfuga>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

REPÚBLICA ARGENTINA. Honorable Cámara de la Nación. **Diputados Nacionales.** Disponível em: <<http://www.diputados.gov.ar/diputados/listadip.html>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

REPÚBLICA DE CHILE – SENADO. **Senadores.** Disponível em: <[http://www.senado.cl/prontus\\_senado/site/edic/base/port/senadores.html](http://www.senado.cl/prontus_senado/site/edic/base/port/senadores.html)>. Acesso em: 10 dez. 2013.

REPÚBLICA DEL PARAGUAI. **Cámara de Senadores.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.py/nomina>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

REPÚBLICA DE PERÚ. **Partidos Políticos.** Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/parties/peru/desc.html>>. Acesso em: 10 nov.2013.

RODRIGUES, Karen Marinho. **Fidelidade partidária - Titularidade do mandato eletivo.** Disponível em: <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca\\_videoteca/monografia/Monografia\\_pdf/2009/Karen%20Marinho%20Rodrigues%20MONOGRAFIA%20EM%20PDF.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca_videoteca/monografia/Monografia_pdf/2009/Karen%20Marinho%20Rodrigues%20MONOGRAFIA%20EM%20PDF.pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2013.

ROLLEMBERG, Gabriela. **Análise crítica da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral sobre Fidelidade Partidária.** Disponível em: <<http://ibrade.org/pdf/gabriela.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

SENADO DE LA NACIÓN ARGENTINA. **Listado de Senadores.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.ar/web/senadores/senadores.php?iOrden=0&iSen=ASC&Page=1&iPageSize=40>>. Acesso em:

SENADO DE LA REPUBLICA DOMINICANA. Disponível em: <<http://www.senado.gob.do/senado/>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Transparencia.** Disponível em: <[http://www.senadord.com/rep\\_perfil.html](http://www.senadord.com/rep_perfil.html)>. Acesso em: 17 dez. 2013.

**UM ESTUDO DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS NO PFL/DEM E PSDB**

Brina Deponte Leveguen- UFSCar  
brinadl@hotmail.com  
Fomento: FAPESP

Existem muitos estudos sobre partidos políticos, mas pouquíssima análise sobre as estruturas dirigentes desses. Antes de competir em eleições e atuar externamente, um partido necessita se organizar internamente, para tanto conta com os órgãos dirigentes, no caso os Diretórios e as Comissões Executivas em níveis nacionais, estaduais e municipais. O presente trabalho analisa o PFL (Partido da Frente Liberal), que em 2007 mudou pra DEM (Democratas) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) sob a perspectiva estrutural da Executiva Nacional, como órgão dirigente mais importante do partido, desde a provisória (em 1984 no PFL e em 1988 no PSDB) até a mais recente (2011 e 2013 respectivamente), a fim de responder as seguintes questões: qual é a porcentagem de parlamentares e ocupantes de cargos executivos? Qual o grau de oligarquização dessa cúpula? Quais fatores podem ter contribuído para esses valores? Existe alguma relação entre parlamentarização e oligarquização? Para tanto busca relacionar autores clássicos sobre partidos políticos e teoria das elites, como Michels e Duverger, com artigos atuais sobre ambos os partidos. Na análise das Executivas em relação a parlamentarização foi considerada a função que o membro ocupava no instante de formação de cada Executiva, ou seja, se era mandatário eleito, ex-mandatário, ocupante de cargo público não eletivo, ex-ocupante de cargo público não eletivo ou sem histórico de cargos. Cada integrante foi classificado em apenas uma categoria. Ao avaliar a oligarquização usou-se os indicadores criados por Schonfeld: taxa de permanência, substituição simples, renovação simples e, principalmente, renovação da elite. Não foram considerados suplentes nem alterações inter-Encontros. O cruzamento dessas duas variáveis forma um panorama sobre quem e quantos são os estreates. Foram formuladas hipóteses sobre os resultados encontrados, por meio de uma comparação intra e interpartidárias e situações tanto endógenas quanto exógenas que possam ter afetado esses valores. A pesquisa está relacionada com o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar.

\*\*\*

O estudo sobre partidos políticos é um dos grandes temas na área de Ciência Política, mas são poucas as análises com foco na organização, principalmente sobre estruturas dirigentes. Cada partido conta com Diretórios e Comissões Executivas, nos três níveis da federação. “A modalidade de organização de um partido estabelece o desenho da estrutura interna de poder, delimita as regras de filiação e define o programa e as diretrizes políticas que orientarão a ação partidária.” (ROMA, 2002, p. 72).

O Partido da Frente Liberal (PFL) foi fundado em 1985 a partir de uma dissidência, a Frente Liberal, do PDS, por não concordarem com a indicação de Paulo Maluf para ser candidato à presidência. O PFL se articulou então com Tancredo Neves. Em 2007 o partido aprovou a troca de nomenclatura, passando a ser o partido Democratas (DEM).



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi criado em 1988, por parlamentares dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). “Sua criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades extra-eleitoral e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes” (ROMA, 2002, p. 72). Com a organização interna federalizada existe uma autonomia para líderes locais em questões locais, mas a nível nacional ocorre uma centralização das decisões por parte dos dirigentes.

Esse trabalho analisa o PFL- DEM e o (PSDB) sob a perspectiva estrutural da Executiva Nacional, como órgão dirigente mais importante do partido, desde a provisória (em 1984 no PFL e em 1988 no PSDB) até a mais recente (2011 e 2013 respectivamente). No total cada partido teve 13 Executivas.

A opção por analisar as Comissões Executivas Nacionais como estrutura dirigente é que mesmo o órgão principal, em tese, sendo o Diretório Nacional, pois cabe aos membros dele tomar as principais e mais relevantes decisões, inclusive definir a Executiva, a grande quantidade de membros, em alguns casos passando de 200, dificulta a reunião e resolução das questões. Já as Executivas tiveram no máximo 45 membros no PFL-DEM e 33 no PSDB, por isso na prática têm um poder maior. Os estatutos admitem que as Executivas exerçam praticamente todas as atividades dos Diretórios, tais como ditar regras sobre o lançamento de candidaturas e decidir sobre a prorrogação dos mandatos dos próprios dirigentes.

Dessa forma o estudo sobre as Executivas é de extrema importância para compreender ações dos partidos atuais.

Sendo assim, os estudos sobre o papel das Executivas são de extrema importância para entender partidos atuais como o PSDB, principalmente na questão da oligarquia partidária.

O objetivo principal da pesquisa é avaliar o perfil dos membros da Executiva em duas perspectivas, a parlamentarização e a oligarquização a fim de responder as seguintes questões: qual é a porcentagem de membros que tem um papel relevante também fora do órgão, seja parlamentares ou ocupantes de cargos públicos não eletivos; Qual o grau de oligarquização dessa cúpula; Quais fatores podem ter contribuído para esses valores; Existe alguma relação entre parlamentarização e oligarquização;

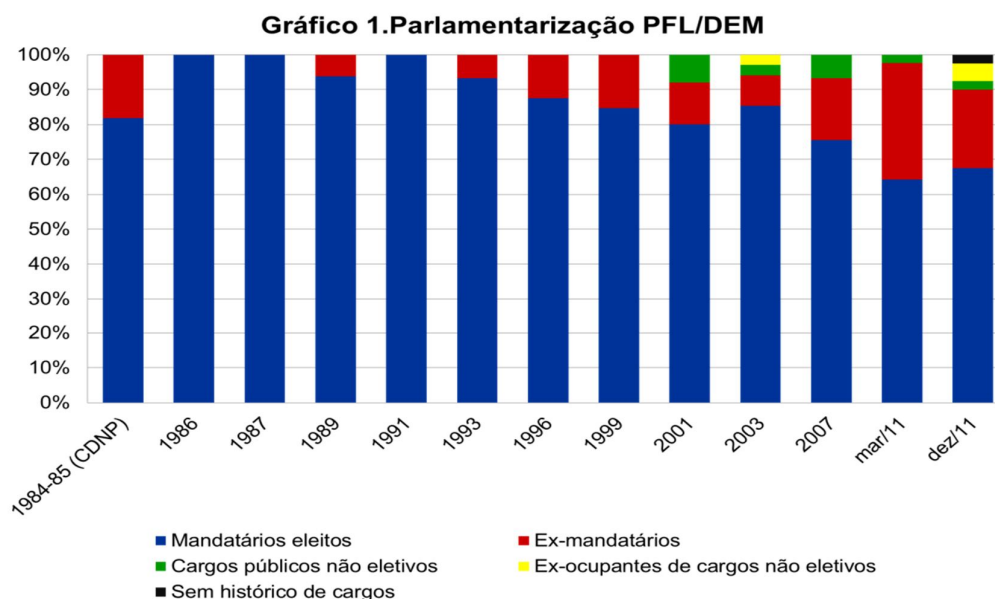
### Parlamentarização

Nos estatutos dos partidos não existe nenhuma restrição sobre a presença de parlamentares nas Executivas.

A metodologia utilizada para avaliar a parlamentarização foi ver dentre as categorias, mandatário eleito (ocupante de cargo executivo ou legislativo eleito-vereador, deputado estadual, deputado federal, senador, prefeito, governador, presidente e vices, ex-mandatários, cargos públicos não eletivos- ministro, secretário municipal, secretário estadual, assessor parlamentar, entre outros, ex-ocupantes de cargos não eletivos ou sem histórico de cargos- eletivos ou de confiança- o membro se encaixava no momento de formação de cada Executiva (algumas listas não traziam a data exata da formação, apenas o ano).

Em alguns casos tiveram que ser feitas algumas escolhas subjetivas, como por exemplo quando o membro era ex-mandatário e ex-ocupante de cargo público não eletivo foi classificado no cargo de maior importância. Não foram consideradas alterações inter-Encontros, como a substituição de membros, seja por renúncia, morte ou doença e nem os suplentes, líderes da Câmara e do Senado e membros natos, pois esses são selecionados em esferas externas (bancadas).

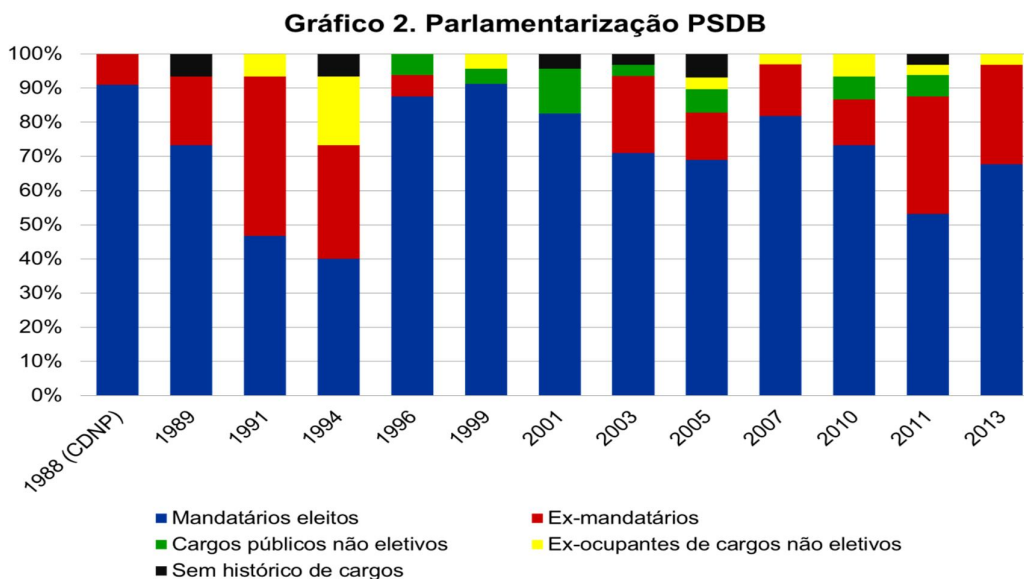
No PFL-DEM o número de membros foi no mínimo 11, o número mínimo exigido para a formação da Executiva provisória e no máximo 45, com média de 24 membros. No PSDB foi 11 e o máximo foi 33 e média de 23 membros.



Fonte dos gráficos: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O PFL-DEM possui um nítido perfil de partido parlamentarizado, pois a expressiva maioria é de mandatários e ex-mandatários e as outras categorias juntas nunca passaram de 10%. A presença de ex-mandatários aumenta conforme o partido vai definhando eleitoralmente.



Fonte dos gráficos: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Comparativamente ao PFL-DEM o PSDB tem maior presença de ocupantes e ex-ocupantes de cargos públicos não eletivos. No PSDB ocorre a presença de quadros importantes da gestão tucana, seja nos estados, com a participação considerável de governadores, seja no governo presidencial do Fernando Henrique Cardoso.

### Oligarquização

Segundo Duverger (1987), a maior parte das organizações quer apresentar características democráticas, mas quando analisadas a fundo possuem um sistema oligárquico. Os partidos e suas cúpulas não são diferentes. No caso dos órgãos partidários, a oligarquia pode ser percebida caso não haja uma rotatividade considerável dos membros de uma Executiva em relação à anterior. A estrutura tende a ser oligárquica, pois os dirigentes acabam compondo uma classe, a classe de chefes. E como oligarquia, os membros se prolongam no poder, resultando num envelhecimento,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

com troca apenas quando alguém morre ou se afasta por vontade própria. Para ocorrer uma renovação, um rejuvenescimento da estrutura, é preciso lutar contra essa tendência.

O uso do voto indireto possibilita essa aparência democrática, sem que seja de fato, porque não é a base que vota nos dirigentes, mas sim esta define os delegados e esses posteriormente votam nos membros para as instâncias superiores. Além disso, na maioria dos partidos uma única chapa se inscreve para ser a nova Executiva, portanto, os delegados não votam plenamente e sim só ratificam a decisão, dando uma aparência de democracia. “A eleição deveria impedir o nascimento de uma oligarquia; de fato, parece antes favorecê-la. As massas são naturalmente conservadoras; apegam-se elas aos seus velhos chefes, desconfiam de novas fisionomias” (DUVERGER, 1987, p. 188).

Para verificar se ocorre de fato esse processo no PFL-DEM e no PSDB, foram usados os indicadores criados por William Schonfeld a fim de avaliar o grau de estabilidade dos membros.

Os indicadores foram sistematizados e explicados claramente na tabela a seguir, em Ribeiro (2010):

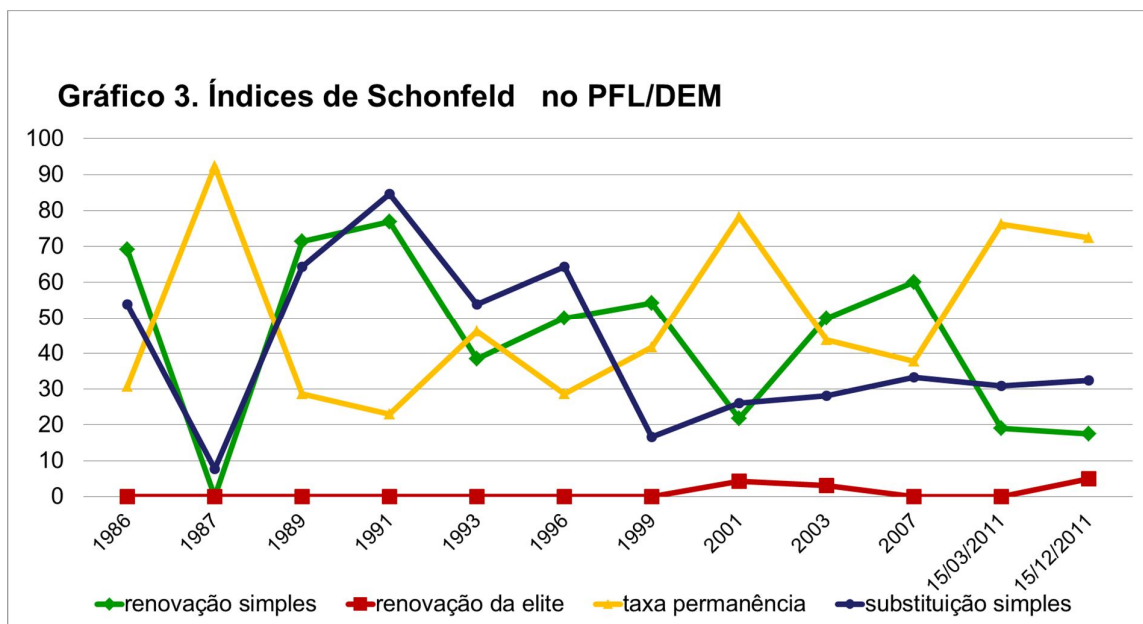
### INDICADORES DE OLIGARQUIZAÇÃO: OS ÍNDICES DE SCHONFELD

Índice e Fórmula	Pergunta Respondida	Observação
<i>Renovação simples</i> $= \text{estreadantes} \div \text{NCt}$ , onde NCt expressa o total de postos da composição recém-eleita.	Do total de membros de Ct, quantos (%) integram a instância pela primeira vez?	
Renovação da elite = nova elite $\div$ NCt onde nova elite é a diferença entre estreadantes e “estreadantes de elite”.	Do total de Ct, qual a proporção de membros (%) que, além de nunca terem integrado a instância, tampouco exerceram mandatos eletivos relevantes fora do	Subtraímos dos estreadantes aqueles que já haviam exercido alguma função relevante fora do partido. Esses “estreadantes de elite” são deputados estaduais e federais, senadores,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

	partido?	governadores e prefeitos, e os ex-ocupantes desses cargos. A renovação da elite mensura a chegada de membros efetivamente novos à direção nacional, ou seja: a formação e acesso de novas elites partidárias. (Sempre: índice 1 $\geq$ índice 2)
$Taxa\ de\ permanência = reeleitos \div NCt$	Do total de membros de Ct, quantos (%) já integravam Ct-1?	Mede a taxa de reeleição dos membros, sempre em comparação com a composição imediatamente anterior.
$Substituição\ simples = (estreantes + retornantes) - \# \div NCt$ , onde <i>retornantes</i> são aqueles dirigentes que, embora não estando em Ct-1, já haviam participado da mesma instância anteriormente.	Do total de Ct, qual a proporção(%) de cadeiras em que houve troca de membros em relação a Ct-1?	Mede a substituição total entre Ct e Ct-1, agregando tanto os estreantes quanto os que retornam à instância depois de um período de ausência, e descontando-se o peso inercial do aumento de vagas. Índice capta, assim, o efeito do <i>rodízio</i> de dirigentes. (NCt = reeleitos + estreantes + retornantes).

Ao fazer a análise das Executivas Nacionais e o processo de oligarquização foram considerados os membros presidentes, ex-presidentes, vice-presidentes, secretários, tesoureiros e vogais, não foram considerados suplentes, líderes da Câmara e do Senado e nem as mudanças de membros inter-Encontros. A decisão por não considerar esses membros é que os suplentes e as mudanças não estão assumindo no momento da eleição e os líderes são membros natos.



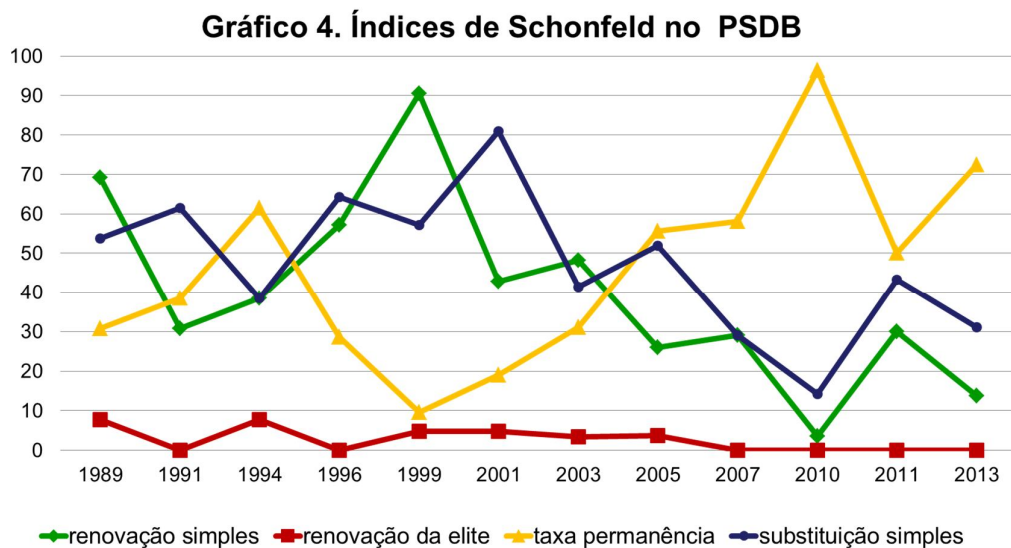
Fonte dos gráficos: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

A média da taxa de permanência foi de 50%, a de renovação simples foi de 44%, a substituição simples foi de 41% e a renovação da elite foi de 1%.

Os valores mostram que em 1987 teve a maior taxa de permanência, mas a partir de 2007, quando o partido se renomeia em Democratas, essa taxa teve uma alta. Em 2007 também teve uma renovação simples alta, mas a substituição não foi no mesmo ritmo, demonstrando que a renovação foi em parte pelo acréscimo de vagas, tanto que foi a maior Executiva, com 45 membros.

O indicador que reúne parlamentarização e oligarquização é renovação da elite, pois mostra quantos e quem são os estreantes. Alguns estreantes podem ser considerados “de elite” pois já ocuparam algum cargo importante fora do partido, como deputado, senadores, governadores e prefeitos, ou ex. Portanto o indicador mensura o acesso de novas elites partidárias.

Na maioria do tempo a renovação da elite foi 0%, indicando que mesmo que tenha um número expressivo de estreantes, como em 1991, eles já tinham relevância fora do partido, não sendo, portanto, membros efetivamente novos.



Fonte dos gráficos: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

A média da taxa de permanência foi de 46%, a de renovação simples foi de 40%, a substituição simples foi de 47% e a renovação da elite foi de 3%. A maior taxa de permanência foi em 2010, com 96% e a maior queda em 1999, que teve a maior renovação simples, que pode ser explicada pela reeleição do presidente tucano Fernando Henrique Cardoso. Confirmando essa hipótese, a maior substituição simples foi em 2001, explicada pelo fato de que teve muitos retornantes, ou seja, alguns membros saíram para assumir algum cargo de confiança e com o fim do mandato do presidente no próximo ano voltaram para a Executiva.

Mesmo um pouco maior que no PFL-DEM, a renovação da elite ainda continua menor que 10%, chegando no máximo a 08%. A partir de 2005 a taxa de permanência sempre foi maior ou igual a 50%. . Esse dado comprova a afirmação de Ribeiro (2013) de que, com a perda do cargo de presidente, o partido perdeu o acesso a cargos de confiança e a grupos de interesse, então “a construção de uma organização mais sólida, mais centralizada nacionalmente, e mais concentrada em termos decisórios emergiu como estratégia de sobrevivência para as duas cúpulas (PFL\ DEM e PSDB), na tentativa de *atravessar o deserto da oposição* de volta ao governo” (RIBEIRO, 2013, p. 259).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### **Conclusões**

Ambos os partidos estudados tem características em comum, tanto que se coligaram nas disputas eleitorais. Os dois possuem o perfil de partido parlamentarizado, ou seja, com um grande número de mandatários e ex-mandatários. Isso se relaciona com a baixíssima taxa de renovação da elite, demonstrando que mesmo com diferenças substanciais, algumas vezes com mais estreantes, outras não, os novos membros já são figuras notáveis fora do partido.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- DUVERGER, M.. Os partidos políticos. 3ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 1987.
- GUARNIERI, F., A força dos “partidos fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo. 2009.
- KATZ, R. & MAIR, P., The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), p. 753-766. 2009.
- MELO, C. R., 2010. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Issue 4, pp. 13-41.
- MENEGUELLO, R., Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997). 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1998.
- PANEBIANCO, A., 1995. Modelos de Partido: organización y poder en los partidos políticos. Madrid: Alianza Editorial.
- PRAÇA, S. & DINIZ, S., Partidos políticos: funcionam?. 1ª ed. São Paulo: Paulus. 2005.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 225-265. 2013 .
- \_\_\_\_\_.2010. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

RIBEIRO, P.F. ; LEVEGUEN, B. D. 2013. Elites partidárias no Brasil: dados preliminares. 2013..

ROMA, Celso. Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006, [http://campus.usal.es/~revistas\\_trabajo/index.php/1130-2887/article/view/2482/2530](http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/1130-2887/article/view/2482/2530)

\_\_\_\_\_. 2002 A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002, [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200006&script=sci_arttext)

SANTOS, F. & VILAROUCA, M., Political Institutions and Governability from FHC to Lula. In: T. Power & P. Kingstone, eds. *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 2008.

SHONFELD, W. 1980, “ La stabilité des dirigeants des partis politiques: le personnel des directions nationales du Parti socialiste et du mouvement gaulliste”. *Revue Française de Science Politique*, 30, 477-505.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega. 1983.

TAROUCO, G., 2010. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 169-186.

**O GOVERNO DILMA ROUSSEFF À LUZ DOS CLÁSSICOS DA POLÍTICA**

Lidiane Silva – UENF

Este paper é resultado das atividades desenvolvidas na disciplina Fundamentos de Teoria Política, ministrada pelo professor Hugo Borsani, do Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política da UENF. O trabalho contribuiu para reflexão sobre a realidade política nacional à luz dos clássicos da Sociologia Política tratados no decorrer do curso. As discussões aqui presentes centram-se suas ideias em dois temas específicos: Indivíduo, Sociedade e Estado; e a Representação e participação política. Para tratar esses temas serão utilizados três autores clássico: Nicolau Maquiavel, Jonh Locke e Jean Jacques Rousseau a partir de suas respectivas obras O Príncipe; Segundo Tratado sobre o Governo; e O Contrato. Os autores e obras acima relacionados servirão como alicerce para possíveis ponderações dos eventos no percurso do governo, da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, a primeira mulher na presidência do país. Esses autores trazem para o paper suas contribuições na construção e interpretação do pensamento político moderno. O primeiro deles, Nicolau Maquiavel, um italiano que viveu na época do Renascimento e ocupou um cargo importante na administração de seu país. Sua obra O Príncipe foi escrita para presentear o Príncipe Lourenço, Filho de Pedro de Médici. Maquiavel traçou diretrizes em sua obra com o intuito de orientar o governante, oferecendo-lhe estratégias eficazes para chegar e se manter no poder. Para tanto fez uso de um profundo exame de governos e governantes precursores, bem como seus sucessos e insucessos. Jonh Locke, por sua vez, traz em Segundo Tratado sobre o Governo sua grande contribuição para o pensamento político: a Teoria da Propriedade. Segundo Locke o contrato social é um pacto de consentimento, onde os homens concordam livremente na formação da sociedade civil em defesa de seus bens – lêm-se, suas propriedades – que passam ser amparadas pelas leis. Contudo, neste paper será considerada de maior relevância, nos escritos de Locke, a divisão dos poderes descritos e ponderados pelo autor – a saber: legislativo, executivo e federativo. Por fim, Rousseau em O Contrato. Assim como Locke um contratualista, porém, via o pacto social como único fundamento legítimo do poder político, isto é, a única razão pela qual o cidadão pode submeter-se sua vontade particular à vontade geral. Em sua obra dois pontos em particular serão ressaltados: a soberania e a participação popular.

**INTRODUÇÃO**

A escolha do tema baseia-se nas manifestações ocorridas no Brasil no primeiro semestre de 2013 e suas respectivas consequências políticas. É sabido que as corriqueiras manifestações que se espalharam pelo Brasil, desde então, têm colocado em cheque o desempenho da presidenta. Sobretudo, as ações adotadas – algumas desastrosas – mediante as pressões que partem das ruas que vêm derrubando não apenas sua popularidade, mas também as chances de permanência no poder.

Esse trabalho analisa, de forma breve, alguns pontos relevantes dos três clássicos considerados convenientes para a proposta principal que é: a leitura do governo da

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Dilma Rousseff. Há de ressaltar que não serão contextualizadas todas as fundamentais contribuições dos teóricos, porém, serão recortados apenas determinados pontos pertinentes.

Em *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel serão considerados apenas três capítulos da obra para ilustrar a discussão acerca da trajetória da presidenta. Na segunda obra, *Segundo Tratado sobre o Governo*, o ponto a ser considerado como fundamental é relação de peso e contra peso entre poderes e a subordinação dos mesmos à comunidade, lê-se, à sociedade. Ainda será destacada em *O Contrato* a questão da soberania, onde o poder emana do povo, ou melhor, da vontade geral. O povo representa, assim, a fonte legítima da soberania do Estado.

Resumidamente, serão utilizados os entendimentos sobre esses clássicos para a reflexão da dinâmica política atual.

### INDIVÍDUO, SOCIEDADE E ESTADO

#### ▪ NICOLAU MAQUIAVEL

O contexto histórico da obra e do autor se situa num período de muitos conflitos na península italiana, bem como uma falta de estabilidade política. Nos vinte e seis pequenos capítulos da obra de Maquiavel são apresentadas diretrizes a serem adotadas pelo governante e pela nação. A ideia que se destaca é a manutenção de um governo sólido, sendo assim, Maquiavel apresenta seu escrito como uma série de estratégias para que a Itália alcançasse o tão desejado equilíbrio político.

Considerando que na Itália do Renascimento reinava uma desordem política, o autor defende um Estado forte, astuto, ágil e fulminante ante os inimigos. Tal Estado teria que ser comandado com mãos ferro e uma cabeça astuta perante aos oponentes, e também, aos seus governados que igualmente carregavam uma natureza suspeita. Portanto, é papel do Estado controlar com maestria o seu domínio – indivíduos, sociedade e opositores – como garantia de permanência no poder, e qualquer postura contrária concebe o fracasso.

Pela primeira vez percebe-se um descolamento entre política e religião. *O Príncipe* traz técnicas de como fazer política respaldado na concepção de uma natureza humana má – o homem como ser naturalmente mau, mentiroso e ávido por vantagens. A obra

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

não agrada os preceitos religiosos, e, mesmo em sua época, teve uma conotação negativa por romper com a esfera da moral e da religião.

Dois importantes e difundidos conceitos foram criados pelo autor e não podem deixar de ser mencionados. O primeiro deles é a *virtù*. Neste caso a *virtù* se contrapõe a concepção cristã da virtude. O termo, aqui, significa a capacidade do governante – a partir da sua sabedoria e força – conquistar para si a honra, a glória e o poder, típicos das ostentações mundanas. Então, para Maquiavel era fundamental que “o príncipe” possuísse a capacidade de manter a autoridade e respeito dos governados, ainda que não fosse por virtudes. O segundo conceito é a *fortuna* que concebe a sorte, ou seja, a aptidão de converter em favor as adversidades que porventura sobrevenham.

*O Príncipe* ganhou grande notoriedade no universo político, tornando-se um clássico na Ciência Política, e possivelmente esta notoriedade chegou, ao longo dos tempos, às cabeceiras de muitos políticos de carreira.

Neste ponto serão ressaltados alguns dos assuntos defendidos por Maquiavel como fundamentais para o sucesso de um governante e concomitantemente será feita uma breve vinculação das últimas e principais atuações políticas da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

### CONTEXTUALIZANDO AS ESTRATÉGIAS AO ATUAL GOVERNO BRASILEIRO

O capítulo II do livro trata *Dos Principados Hereditários*. Maquiavel considera neste capítulo principados e não repúblicas, mas ainda assim, seus conselhos serão parafraseados para uma herança no contexto presidencial.

O autor considera que governo herdado é mais fácil de controlar se comparado ao governo novo, uma vez que, há uma legitimidade do governo antecessor.

Dilma iniciou o mandato sob o clichê “sombra de Lula”, embora não se trate de uma monarquia, é inegável que o governo da presidenta é uma herança da administração anterior. A princípio foi considerado que a autoridade do presidente Lula constrangeria o seu desempenho, aos poucos, porém, Dilma foi consolidando o seu perfil de governo e encerrou o seu primeiro ano de mandato com índices de aprovação superiores aos obtidos pelos os dois últimos ex-presidentes em seus respectivos primeiros anos de governo.

Mas há de se considerar que para além da *fortuna* de receber o poder por legado, a presidenta recebeu o que se pode considerar uma “herança maldita” – colisões de governo e a aliança com ministros que outrora eram amparados pelo governo antecessor

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

e que posteriormente causaram sérios desconfortos. Neste caso, a herança não determina apenas um viés positivo como descreve o autor, o governo herdado traz em si aspectos negativos que dificultam a administração seguinte.

A presidenta Dilma herdou as coalizões organizadas pelo governo Lula e um número considerável de partidos na base de apoio, todos ávidos por espaço no governo. Logo, a base de sustentação política de Dilma é uma herança do governo Lula. Uma base que se move por interesses corporativos, ancorados no patrimonialismo e no clientelismo. A justificativa para não mudar: a necessária e indispensável manutenção da governabilidade. Esta conjuntura política trouxe inúmeras dificuldades, resistência e tensões para o atual governo.

Entre os três capítulos separados de *O Príncipe*, o VII certamente é o mais importante para a compreensão das principais dificuldades encontradas no governo em questão. No capítulo VII, *Dos principados novos que são conquistados com armas e com virtudes alheias*, Maquiavel adverte sobre o risco de um governo ser adquirido através de virtudes de terceiros. Neste caso a *fortuna* acaba com a chegada ao poder, pois as dificuldades são bem maiores para permanecer nele.

Uma vez que o poder surge como dádiva, o governante desconhece os caminhos e expertises para administrar as adversidades. Considerando que o Estado deve ser forte e astuto, isso representa uma fragilidade.

Em relação ao governo Dilma, a principal mudança foi a interação da personalidade no trato com o poder, logo, substituída pela institucionalidade. Lula conduzia a política com certa personalidade, fruto de seu carisma particular. Dilma é mais técnica e pragmática em suas condutas. Este é um ponto crucial. Se o poder é transferível, o carisma não. O carisma configurava a principal característica do sucesso do governo do presidente Lula, o carisma não era um mero atributo, mas uma forma astuta de exercer poder. Ele não apenas legitimava as ações do presidente, mas abrandava seus possíveis deslizes.

O atual governo ficou órfão da capacidade prática de atenuar as crises e solucionar problemas. Dilma com o seu estilo gerencial, menos político, e arraigada a sua concepção desenvolvimentista nem sempre se sensibilizou pelas demandas apresentadas.

Os protestos que nos últimos meses se difundiram em toda nação e fora dela – este que já é considerado historicamente o principal movimento popular das massas no

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Brasil – esbarram com uma extrema falta destreza na solução de crises por parte dos poderes legítimos, sobretudo, da presidenta.

Os atuais protestos se desenham há tempo pelo acúmulo de perdas e de insatisfações, portanto, não são fruto do acaso, mas da aprendizagem sobre o papel da sociedade civil num contexto democrático. A sociedade se colocou acima de posições partidárias, para além de direita ou esquerda, ela expôs que não deseja um sistema político voltado apenas para o jogo do poder.

Uma vez instalada a crise, as fragilidades do governo Dilma ficam mais expostas e todo e qualquer resíduo de estabilidade política é perdido. Entre as soluções encontradas para este colapso foram adotadas: 1º a proposta de convocação de constituinte exclusiva para votar a reforma política; 2º a realização de um plebiscito para fazer uma reforma política; 3º para atender as demandas na área de saúde e suprir a falta de profissionais o governo cogitou a possibilidade de obrigar futuros estudantes de medicina trabalhar dois anos em hospitais públicos; e 4º a importação de médicos estrangeiros para atender as necessidades nacionais. Essas foram as principais medidas descontraídas da presidenta, todas, salvo a última – que ainda pode ser rejeitada – foram imediatamente descartadas por razões comuns: teor inconstitucional e arbitrário.

A falta de habilidade em momentos delicados trouxe à tona o isolamento da presidenta e o centralismo que imobiliza seu governo, isto é, um descompasso para a democracia. A presidenta não encontrou respaldo na base aliada, nos demais poderes, nos segmentos sociais, nem mesmo uma posição pública de seu mentor político.

No capítulo XXII, *Dos Ministros dos príncipes*, Maquiavel recomenda que o governante julgue o caráter, as intenções e as qualidades daqueles por quem será cercado. Segundo ele esta é uma estratégia imprescindível para a estabilidade política.

Dilma alcançou altos índices de aprovação no início de seu mandato ao eliminar parte do seu ministério – herança do governo Lula – por envolvimento em ações corruptas. A forma de Dilma conduzir as articulações políticas, a dureza nas negociações e as demissões de ministros criaram um mal-estar na base aliada e no seu próprio partido.

Seu perfil moralizador se perdeu nos laços eleitorais, pois para acomodar os partidos das coligações foram criados vários ministérios para inserir grupos e figuras já consideradas superadas no mundo da política em busca de sustentação para o governo.

Dilma já provou que censura a lógica dos “ministérios por legado”, e que tem preferência por ministros que obtenham resultados, nomes menos políticos e mais

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

técnicos. Sabe, entretanto, que não há como fugir da equação do “governo de coalizão”.

### REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

#### ▪ JONH LOCKE

John Locke foi um inglês de fundamental relevância para a Ciência Política. Foi um liberal contratualista e ainda considerado o fundador do empirismo – doutrina pela qual considera que todo o conhecimento tem origem na experiência e na reflexão – assunto também tratado em sua obra “*O Segundo Tratado do Governo Civil*” sobre a tripartição dos poderes, onde a idéia principal é que o surgimento das sociedades civis se faz necessário para preservação da propriedade.

Nessa obra, Locke constrói, desde a gênese da historia humana, a condição natural do homem, ou seja, a existência de um Estado em que todos sejam livres, irrestritamente livres, para decidir sobre seus atos e seus bens como bem entender, respeitando os limites do direito natural. Ele defende que o direito natural é pautado na liberdade humana, garante e estabelece a cada individuo direitos, pois todos são iguais perante o Criador Supremo, por isso seus tais direitos devem ser resguardados, não podendo ser lesados por ninguém.

Para ele a origem a legitimidade do poder político estava, ou seja, do contrato estava na preservação dos direitos naturais – liberdade e propriedade. Assim, segundo Locke nasce a concepção de Estado liberal.

A sociedade política nasce a partir do momento que os indivíduos abrem mão do seu direito natural, passando-o para o sociedade, de forma que todos obedeçam as leis, excluindo qualquer julgamento ou ações privadas contrários a lei. A sociedade torna-se árbitro das regras já estabelecidas. Resumidamente, o individuo se submeteria apenas ao poder consensual, sendo assim, ninguém seria obrigado a fazer ou deixar de fazer algo que não fosse previamente estabelecido em lei.

No Capítulo XII, Locke propôs a divisão das funções do Estado como sendo a Legislativa, a Executiva e a Federativa.

Locke ressalta a primazia do poder legislativo sobre os demais. Este poder, contudo, não funcionaria permanentemente para evitar a arbitrariedade, uma vez, que tem a compromisso de criar as leis e preservar os interesses do corpo social.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### CONTEXTUALIZANDO AOS PODERES NO BRASIL

Locke foi um dos grandes pensadores que colaborou com a teoria da tripartição do poder, fundamental para que entendêssemos o pensamento político moderno. Constitucionalmente a divisão de poder, vigente no Brasil, se faz em três poderes: executivo, legislativo e judiciário, onde teoricamente são todos autônomos e independentes entre si, porém, na prática há constantes interferências entre os poderes, principalmente, nos últimos tempos, a intervenção do poder judiciário sobre os demais.

O Brasil vive uma crise ética e as ações do judiciário têm encontrado respaldo nos anseios da sociedade que almeja uma sociedade mais igualitária e uma política menos alinhada aos interesses de seus representantes.

As manifestações já mencionadas ressoaram em todos os poderes do país, resultado: governantes, congressistas e magistrados puseram-se a trabalhar como nunca antes foi visto. Em poucos dias os anseios antigos da sociedade foram atendidos. Este despertar fez surgir um questionamento: por que não foram solucionados antes? Propostas foram votadas no Congresso com voz de urgência. Pressionados pelas as manifestações populares, deputados e senadores resolveram num furor legislativo até então desconhecido – uma série de demandas dos eleitores, a Câmara aprovou o fim do voto secreto em processos de cassação. O Legislativo por sua vez transformou corrupção em crime hediondo. O executivo, principalmente a presidenta, ainda que de forma equivocada vem tentando reduzir os danos promovidos pela participação popular nas ruas. Coube ao judiciário realizar o sonho da sociedade: ver um político condenado por corrupção ir para cadeia.

O maior desgaste, sem dúvidas, recaiu sobre o poder executivo – na pessoa da presidenta – que para resolver a situação abriu o Palácio do Planalto para manifestantes, governadores, prefeitos e sindicalistas e acabou, mais uma vez, se equivocando em suas decisões.

#### ▪ JEAN JACQUES ROUSSEAU

Jean Jacques Rousseau foi um grande intelectual do seu tempo e teve grande relevância no pensamento da constituição para o Estado e sociedade civil, tal como, configura o pensamento político moderno. Rousseau defendeu a idéia que o homem nasce livre, bem como tem a natureza humana boa, sendo esta corrompida a partir da sociedade.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Para o autor o contrato social é a resposta para a questão: como preservar a liberdade natural do homem e ao mesmo tempo garantir a segurança e o bem-estar da vida em sociedade? Por meio do contrato social sobressairia a soberania da sociedade, a soberania política da vontade coletiva.

Ele entendeu que a busca pelo bem-estar seria o único móvel das ações humanas e, da mesma, em determinados momentos o interesse comum poderia fazer o indivíduo contar com a assistência de seus semelhantes. Por outro lado, em outros momentos, a concorrência faria com que todos desconfiassem de todos. Dessa forma, nesse contrato social seria preciso definir a questão da igualdade entre todos, do comprometimento entre todos. Se por um lado a vontade individual diria respeito à vontade particular, a vontade do cidadão (daquele que vive em sociedade e tem consciência disso) deveria ser coletiva, deveria haver um interesse no bem comum.

Dessa maneira, tratar-se-ia de um pacto legítimo pautado na alienação total da vontade particular como condição de igualdade entre todos. Logo, a soberania do povo seria condição para sua libertação. Assim, soberano seria o povo e não o governante (este apenas um funcionário do povo), fato que colocaria Rousseau numa posição contrária ao Poder Absolutista vigente na Europa de seu tempo. Ele fala da validade do papel do Estado, mas passa a apontar também possíveis riscos da sua instituição.

O pensador considerava que assim como um indivíduo poderia tentar fazer prevalecer sua vontade sobre a vontade coletiva, o Estado também poderia subjugar a vontade geral. Logo, se o Estado tinha sua autoridade, ele não seria soberano por si só, mas suas ações deveriam ser dadas em nome da soberania do povo, fato que sugere uma valorização da democracia no pensamento de Rousseau.

O discurso em torno da origem convencional do contrato encontra seu ponto culminante no conceito de soberania. A soberania, para Rousseau, é o exercício da vontade geral. Desse modo, a soberania não pode ser alienada ou dividida e jamais está concentrada nas mãos de um homem ou de um grupo. A vontade geral favorece ou obriga a todos os cidadãos de maneira equitativa, por ser uma convenção que tem como base o contrato social e útil por não ter outro objeto que não o bem geral. Ela é o fundamento da convenção entre os indivíduos que, vivendo na sociedade civil, podem resgatar a liberdade original.

Ele ressalta uma sociedade e um Estado bem ordenados onde o poder soberano encontra-se no povo. Ora, se não existem senhores todos se submetem a si mesmos e recupera a liberdade perdida. E aí, então, é alcançado o ideal de Rousseau: o ser humano

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

livre. Em outras palavras, a soberania popular é quem possibilita uma consciência coletiva orientada para o bem da coletividade, bem este que resulta em benefícios para cada indivíduo enquanto parte da mesma.

Outro aspecto indispensável e importante do conceito de soberania sistematizado por Rousseau é a participação política. Rousseau repele o modelo representativo ao afirmar que a soberania não pode ser alienada em nome da participação direta do povo no momento de tomada de decisões políticas. O povo é o soberano e não pode ser representado. Enquanto parte do corpo coletivo precisa participar efetivamente da vida política. Assim, nenhum cidadão pode estar alheio aos acontecimentos políticos. Enquanto soberano, o povo tem o poder de tomada de decisões e precisa apresentar-se nas assembleias para exercer efetivamente esse poder.

Quando não reunido em assembleia, cada indivíduo deve ser fiscalizador das atividades do governo para que as leis estatuídas não sejam ignoradas ou subvertidas.

### **CONTEXTUALIZANDO A PARTICIPAÇÃO E SOBERANIA POPULAR NO BRASIL**

Os conceitos teorizados por Rousseau, a participação e soberania popular, são poucos exercidos pelo o povo brasileiro. Costumeiramente, no Brasil entende-se de modo superficial que participação popular resume-se na obrigação eleitoral: o voto; quanto à soberania, embora conste na Constituição de 1988, no parágrafo único de seu artigo 1º: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, a história prova que uma parcela ínfima deste povo tem consciência desta verdade.

Este princípio constitucional que fundamenta a democracia e a soberania popular precisa ser lembrado em momentos como o atual em que decisões tomadas em alguns dos três poderes da República - o Legislativo, o Executivo e o Judiciário - geram conflitos e se apresenta como ameaças à democracia.

De encontro aos valores culturais brasileiros que reconhecidamente evita conflitos, a sociedade brasileira abriu os olhos, se compreendeu como soberano e assumiu o seu papel de participar efetivamente da vida política. Para assombro e desespero dos poderes, fundamentalmente, o executivo.

Muito desacostumados ao processo democrático, os poderes se surpreenderam com a força das ruas. A presidenta em uma de suas declarações infelizes demonstrou-se perdida quando o desafio é governar um povo consciente e participativo. Surpresa com

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

a comoção popular destacou em seu o pronunciamento a necessidade de ouvir as ruas e de ampliar o foco da democracia brasileira.

### CONCLUSÃO

Esta breve análise das últimas repercussões acerca da administração da presidenta Dilma busca identificar as teorias políticas e suas influências na atual percepção de poder do mundo moderno.

Considerando as estratégias relacionadas por Nicolau Maquiavel, ficam perceptíveis vários deslizes administrativos da presidenta do país. O primeiro deles não chega ser um erro, mas uma significativa fragilidade. O fato de ter recebido o poder como uma dádiva a obrigou adotar uma série de medidas vinculadas ao governo antecessor. Isso notoriamente a engessa coibindo uma maior autonomia administrativa. Se é impossível negar que Dilma tem a *fortuna*, segundo Maquiavel, é inegável nela a ausência da *virtù*. O segundo e grande equívoco, este sim sério, foi ter conquistado o poder com as virtudes do ex-presidente. Embora tenha herdado o poder, não desfruta da melhor artimanha do seu antecessor, o carisma. Outro grande erro da presidenta foi se cercar de pessoas nocivas à estabilidade do seu poder: seus ministros. Infelizmente, a Dilma até começou se desvincular desta armadilha, mas novamente por falta de autonomia política se vê atrelada aos mesmos problemas.

Quanto à teoria do Locke é generosamente contribuidora ao notarmos que a baixa representação de um dos poderes, logo desperta a sobreposição de outros poderes. A forte tendência de judicialização na política brasileira cresceu na última década e esta tendência apresenta-se como neutra e técnica, uma vez que é utilizada como uma luta política para democratização do efetivo direito no Estado brasileiro. Por exemplo, recentemente, numa interferência direta, e abrupta, no funcionamento do poder Legislativo, o Judiciário determinou a suspensão da tramitação de um projeto de lei que fere interesses da oposição por alterar as regras para a criação de um partido político.

Rousseau, por sua vez traz a grande contribuição em suas teorias sobre a participação e soberania popular que constam na principal carta de direitos brasileira, a Constituição Federal de 1988. Para além da CF esta soberania se faz efetiva no momento em que povo se vê como soberano, vai às ruas e literalmente grita por seus direitos. Este é o momento que a teoria vira prática, ou melhor, torna-se real.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Concluindo, é impossível não vislumbrar as teorias clássicas na realidade política-administrativa atual da sociedade brasileira e compreender suas bases teóricas.

### **BIBLIOGRAFIA**

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. In *Locke*, Coleção os Pensadores, São Paulo, Ed. Abril.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Coleção os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril.

ROUSSEAU, Jean J. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*. In *Rousseau*, Coleção os Pensadores, São Paulo, Ed. Abril. Rousseau, Jean J. *O Contrato Social*. In *Rousseau*, Coleção os Pensadores, São Paulo, Ed. Abril.

# CIÊNCIA POLÍTICA

## GT 6: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES

Sessão 2: Comportamento Eleitoral e Mídia

**ANÁLISE DA CONTRUÇÃO DA IMAGEM DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO  
NA COBERTURA DO “MENSALÃO” PELO JORNAL NACIONAL**

Laura Arantes Gobbi - UFSCar  
lauragobbi8@gmail.com

A televisão é o principal meio de comunicação de massa no Brasil. Assim, exerce influência sobre a população diretamente por meio de sua programação. Os telejornais se tornam, desta forma, centrais na formação de opinião dos telespectadores. A construção da imagem por meio de tais programas se torna importante por esse motivo. Neste contexto, é de extrema importância analisar a imagem construída de certas instituições e atores. O caso do “mensalão” obteve grande destaque da mídia e alcançou um longo espaço na agenda dos telejornais. Em sua segunda parte, foi dado destaque a fase do julgamento tendo como principais atores os integrantes do Judiciário brasileiro. Porém, primeiramente é fundamental entender como foi construída a imagem dos atores envolvidos como primeiro passo de uma compreensão de como o determinado ocorrido foi passado à audiência. A escolha do Judiciário brasileiro se torna pertinente num momento em que o destaque dado aos seus componentes é grande, chegando a ocupar um lugar na mídia que frequentemente não ocupavam. Desta maneira, houve a influência nas opiniões de pessoas, o que demonstra a importância em entender como e de que maneira foi construída tal imagem. Assim, temos como principal objetivo desse trabalho, analisar a construção da imagem do Judiciário brasileiro na cobertura do “mensalão” pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Para isso, serão usados os programas do JN exibidos durante o julgamento do “mensalão”.

**Introdução**

A televisão é o principal meio de comunicação de massa no Brasil e também o principal meio de informação do brasileiro, muito pela diminuição da utilização do rádio e pela queda de venda dos jornais impressos (AZEVEDO, 2006). Os aparelhos televisivos estão presentes em 97,2% dos domicílios brasileiros, enquanto o rádio está em 80,9% e apresentando uma queda em comparação a 2011, diferente da televisão (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO, 2012). Assim, a televisão é um importante veículo de informação e formação da opinião pública, firmando uma agenda pública com base nos tópicos de maior interesse dos telespectadores.

Segundo Renato Ortiz (1988), a televisão teve seu domínio como veículo de massa a partir dos anos 60 e se beneficiou dos anos de Regime Militar para isso. Tal fato se deve a uma reorientação econômica trazida pelo Regime que levou ao aumento da indústria e do mercado e ao fortalecimento da indústria de produção de bens culturais. Foi neste período em que também se fortaleceu o hábito de assistir televisão,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

pois houve grande investimento do Estado no setor, que resultou em melhoria dos aparelhos. A partir de então, a televisão se consolidou como indústria cultural.

“Em 1970 existiam 4 milhões 259 mil domicílios com aparelhos de televisão, o que significa que 56% da população era atingida pelo veículo; em 1982 este número passa para 15 milhões 855 mil, o que corresponde a 73% do total de domicílios existentes”. (ORTIZ, 1988, p. 130)

Nos anos de Regime Militar, não só a política e as empresas de bens materiais passam por transformações, mas a indústria cultural também passa por tais mudanças. As medidas econômicas feitas pelo regime levam a mudanças na dimensão cultural, contexto este em que os capitães de indústria dão lugar ao *manager*, assim nos anos 60 e 70 os empreendedores se concentram na administração de aglomerados que aglutinam vários setores empresariais. A TV Globo fazia parte do conglomerado formado por Roberto Marinho, o qual possuía, além da emissora, o Sistema Globo de Rádio, a Rio Gráfica, VASGLO (promoção de espetáculos), Telcom, Galeria Arte Global e a Fundação Roberto Marinho. Inicia-se, desta forma, uma divisão entre a figura pessoal do empresário e suas empresas com as duas não se confundindo mais, com uma equipe administrando suas atividades e sem a dependência de apenas uma grande figura em sua administração (ORTIZ, 1988). A Rede Globo de Televisão foi ganhando seu espaço a partir dos anos 60 e manteve sua posição de liderança até os dias de hoje.

“Em termos de cobertura, a Rede Globo e suas 117 afiliadas estão presentes em todos os estados, cobrindo cerca 5482 municípios, 98,44% do território nacional, e alcançou, em 2011, 99,50% dos telespectadores que possuíam aparelho de televisão no Brasil. Internacionalmente o seu canal possui assinantes em mais de 115 países, a emissora ainda lucra com a venda de seus programas para mais de 130 países.” (FERREIRA; SANTANA, 2012, p. 154).

### **A importância do Jornal Nacional**

Entre seus principais programas, está o Jornal Nacional (JN), principal jornal televisivo da Rede Globo e do Brasil em audiência, sendo o terceiro programa mais assistido do canal de 11 de novembro de 2013 a 17 de novembro de 2013 (INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA, 2013), além de liderar o “horário nobre” da TV. É coerente pontuar que segundo PORTO (2007), o horário nobre acontece a partir das 20 horas indo até 21:59, constando como o horário de maior audiência na televisão.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O destaque do JN quanto a sua posição de veículo de informação sobre os outros jornais televisivos comprova-se pela sua audiência comparada aos outros níveis de audiência. De janeiro a outubro, o JN registrou média de 26,3 pontos, enquanto o Brasil Urgente, da Band, marcou 4,7. O “SBT Brasil” marcou 4,7 e o Cidade Alerta, da Record, 8,6 (FOLHA DE S. PAULO, 2013). Outro fator importante está na prevalência da TV aberta sobre a TV fechada. Segundo o IBOPE (2013), entre as 7 horas a meia noite, os quatro canais mais vistos da TV paga eram a Globo, Record, SBT e Band, os principais canais da TV aberta. A Rede Globo registra 3.079.300 em audiência, contra os 222.600 registrado pelo *Discovery Kids*, a maior audiência entre os canais pagos.

No JN encontra-se, portanto, uma das principais fontes daqueles cidadãos que buscam obter informações por meio de um veículo de comunicação. Assim, temos que o conteúdo veiculado por essa fonte específica é de extrema importância visto o seu alcance superior ao dos jornais impressos e o destaque que ganha na determinação do grau de saliência em determinados temas na vida das pessoas.

“Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naqueles que são as mais importantes questões o dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função agendamento dos veículos noticiosos” (MCCOMBS, 2009, p. 17).

### **O caso do “mensalão” e o Judiciário brasileiro**

Segundo Mauro Porto (2007), de 20 de setembro a 13 de novembro de 1999, “política” ocupou 20% do tempo do jornal e foi o assunto de 21% das notícias, tendo como tema “política” mais frequente em 37% das notícias, corrupção e escândalos. Acontecimentos políticos acabam recebendo destaque na mídia e causam comoção na população, levando a uma cobertura que constrói uma imagem para os atores políticos envolvidos. Porém, os jornalistas não trabalham apenas passando a informação, mas atuam no modo em que é dado sentido ao mundo da política (PORTO, 2007).

“O jornalismo deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos. Isso não significa que os repórteres tenham lâminas políticas a afiar ou sigam conscientemente agendas partidárias ou ideológicas particulares. Ao contrário, o que complica estabelecer o papel político dos jornalistas é que sua influência política pode decorrer de sua adesão a princípios de objetividade e deferência aos fatos e sua distância “custe o que custar” em relação às consequências sociais e políticas de sua cobertura, e não a despeito dessa adesão” (COOK, 2011, p. 1).



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Assim, no ano de 2005 tivemos no cenário político brasileiro, o chamado “maior escândalo de corrupção do Brasil” denominado “mensalão” pelo delator do esquema, o deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, termo esse que foi adotado pela grande mídia. Durante o início do primeiro mandato do ex-metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), havia pouco apoio no Congresso Nacional o que comprometeria uma agenda de votações do partido a qual naufragaria com pouco apoio. Apesar disso, o presidente conseguiu apoio o que possibilitou a aprovação de diversos projetos, alguns que dificilmente seriam aprovados sem apoio. Em junho 2005, o então deputado federal e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um dos aliados do governo, Roberto Jefferson, veio a público denunciar um esquema de corrupção envolvendo compra de votos de congressistas no Planalto. O nome “mensalão” foi dado pelo próprio Jefferson em sua primeira entrevista relacionada ao tema no jornal Folha de S. Paulo.

[...] “o escândalo do mensalão ficou conhecido como um complexo esquema de corrupção que envolveu partidos e líderes da base aliada do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. [...] empresas do publicitário Marcos Valério teriam recebido 135,9 milhões de reais para pagamento de políticos de cinco partidos (PT, PMDB, PP, PL e PTB), recursos usados, de acordo com a alegação dos envolvidos, para quitar dívidas do PT e financiar ilegalmente campanhas eleitorais. [...] Em outubro de 2012, o STF condenou pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha líderes do PT, como José Dirceu (ex-ministro da Casa Civil) e Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT), e José Genoíno (ex-presidente do PT) apenas pelo de corrupção ativa” (NUNOMURA, 2013, p. 2).

Dentro do meio jurídico, o evento recebeu o nome de Ação Penal 470, tendo sido o julgamento mais duradouro da história do Supremo Tribunal Federal, com 53 sessões ao todo contra 38 réus, dos 25 foram condenados e 12 absolvidos. A ação envolvia os crimes de corrupção ativa; corrupção passiva; evasão de divisas; gestão fraudulenta de instituição financeira; lavagem de dinheiro; formação de quadrilha e peculato (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2013). Com o espaço dado aos escândalos e corrupção, o caso do “mensalão” ocupou lugar de destaque na mídia em sua primeira fase. Em sua segunda parte, foi dado destaque a fase do julgamento tendo como principais atores os integrantes do Judiciário brasileiro.

O Supremo Tribunal Federal é um órgão pertencente ao Poder Judiciário, cuja função é proteger os direitos da Constituição. Ele é composto por onze ministros

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

escolhidos pelo Presidente da República após a aprovação absoluta no Senado Federal. Entre suas funções está na área penal, por exemplo, a de julgar as infrações penais comuns do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos membros do Congresso Nacional, do Procurador-Geral da República, entre seus próprios ministros. É composto atualmente por: Joaquim Barbosa (presidente); Ricardo Lewandowski (vice-presidente); Celso de Mello; Marco Aurélio; Gilmar Mendes; Cármen Lúcia; Dias Toffoli; Luiz Fux; Rosa Weber; Teori Zavascki e Roberto Barroso. No período em que se desenvolveram os fatos analisados pela pesquisa, o presidente era Ayres Britto, Cezar Peluzo ainda fazia parte e os ministros Teori Zavascki e Roberto Barroso ainda não haviam entrado (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2013). Tal instituição, formada apenas por magistrados, não teria tanta identificação do público, principalmente devido à linguagem utilizada ser mais específica e que afastaria o público médio (FERNANDES, 2013), porém, os veículos de informação continuaram cobrindo o desenrolar do julgamento informando ao público as principais informações sobre o caso.

### **A cobertura sobre o “mensalão”**

Atraindo grande destaque da mídia, o “mensalão” chamou a atenção do público despertando a importância em saber em qual medida o fato influenciava no comportamento da população. Porém, primeiramente é fundamental entender como foi construída a imagem dos atores envolvidos como primeiro passo de uma compreensão de como o determinado ocorrido foi passado à audiência. O destaque dado ao Judiciário brasileiro se torna pertinente num momento em que o espaço dado aos seus componentes é grande, chegando a ocupar um lugar na mídia que frequentemente não ocupavam.

Entre os atores de maior destaque estava o ministro Joaquim Barbosa, primeiro negro a ocupar tal cargo e, devido a ocupar a função de relator do “mensalão”, ganhou a fama de “herói” com a população (FOLHA DE S. PAULO 2012). Já o ministro Ricardo Lewandowski, em uma coluna do jornal Folha de S. Paulo do dia 2 de setembro de 2013, que tinha como título: “Lewandowski deve ler em plenário trechos de voto sobre embargos no mensalão”, recebeu comentários diferentes. Como que insinuações de que o ministro atua ao lado dos réus, chamados de “mensaleiros” em um comentário.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“Mesmo no noticiário político, em que muitas vezes são relatados fatos relacionados ao mais alto poder público e a disputas eleitorais acirradas, com questões ideológicas e político-partidárias entremeando os acontecimentos, há uma construção narrativa que molda a face dos personagens envolvidos, reforça tensões, constrói crises e traz à tona possíveis heróis e vilões” (FERNANDES, 2013, 2).

Temos assim, que durante o dia 2 de agosto de 2012 a 23 de outubro de 2012, parte considerável do JN foi destinada à cobertura do julgamento do “mensalão”, ou seja, foram produzidos por esse canal de informação conteúdos noticiosos que conformaram a imagem do poder judiciário brasileiro. O uso da televisão justifica-se principalmente devido a sua linguagem audiovisual forte junto de sua velocidade, visibilidade, instantaneidade, simultaneidade e espetacularização, os quais juntos modificam a esfera pública (AZEVEDO, 1998). Assim, o estudo sobre a construção de imagem realizada pelos programas jornalísticos televisivos possui importância por tentar demonstrar o modo como os telespectadores encaram as instituições políticas.

Desta maneira, é de grande importância investigar a forma pela qual essa imagem foi construída pelo JN partindo-se do princípio de que a agenda dos telespectadores é constituída de acordo com o determinado meio de comunicação de massa. A construção da imagem do Judiciário se torna central por poder influenciar o modo como os telespectadores enxergam a política e o modo como a tratam.

“Todos os sujeitos, instituições e ações públicas possuem um conceito temporal sobre a sua qualidade política, pois ele é construído por diferentes imagens (positivas e negativas), a partir de informações às quais a sociedade e os indivíduos têm acesso, sobre as partes que lhes for permitido ver, saber ou ouvir. Não é necessário conhecer uma figura pública para formar uma imagem. Todas as instituições e sujeitos que disputam os espaços públicos, votos e boa vontade, por quaisquer meios, são vulneráveis a julgamentos, curiosidade, expectativas e, portanto, passíveis de formação de opiniões, imagens e dúvidas. Neste sentido, a dramatização de ações faz com que os sujeitos assumam papéis de atores, personagens da sua própria obra, da parte que pode ser mostrada” (WEBER, 2004, p. 274).

### **Considerações finais**

A pesquisa encontra-se em fase inicial, tendo como proposta geral mostrar a importância da mídia na construção de imagem dentro do contexto nacional. Até agora, a partir de uma observação prévia, podemos identificar a relevância da abordagem da cobertura da mídia tradicional, principalmente do JN, dos grandes acontecimentos

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

políticos. Assim, o caso do “mensalão” se torna um bom exemplo para se pensar esse tipo de cobertura.

A partir de uma análise que considere o enquadramento concebido pelo sociólogo norteamericano Erving Goffman (1986), na obra “*Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*”, método o qual consiste em analisar os fenômenos sociológicos que levam a formação das preferências e que tem sido cada vez mais usado no Brasil nos estudos sobre a relação entre mídia e política (PORTO, 2004), pretende-se obter a identificação dos enquadramentos noticiosos identificando por meio das notícias relacionadas ao tema e as atribuições positivas e negativas e assim, entender suas contribuições na construção da imagem do Judiciário brasileiro.

“O conceito de enquadramento noticioso oferece uma sólida alternativa para analisar a mídia nacional, pois trata com a questão de como a mensagem é organizada, ressaltando preferências de um determinado enquadramento em oposição a outros. A importância desse conceito está diretamente relacionada à identificação das tendências dos meios noticiosos nacionais e à análise de comunicação com um enfoque que é específico do campo jornalístico” (PLINIO, 2011, p. 12).

Tal conceito tem se mostrado eficaz indo contra a ideia de que o papel da mídia seria o de apenas informar e ser imparcial, gerando um “paradigma da objetividade” que acaba por ofuscar diversos aspectos a serem observados (PORTO, 2004).

O principal material empírico utilizado foram os 57 programas do Jornal Nacional exibidos de segunda-feira a sábado do dia 2 de agosto de 2012 (início do julgamento do “mensalão”) ao dia 23 de outubro de 2012 (quando os ministros começaram a debater sobre a dosimetria do julgamento) e que trataram sobre o assunto. Os vídeos foram obtidos do site do próprio Jornal Nacional (<http://g1.globo.com/jornal-nacional/>) e ao todo somam 258 minutos.

Através do discurso dos âncoras e reportes do JN, da análise do tempo destinado pelo JN ao julgamento do “mensalão”, do tempo destinado dentro de cada notícia a cada ator e a seleção das falas dos atores, pretende-se definir se a imagem a cobertura foi positiva ou negativa sobre o Judiciário brasileiro. A seleção da fala dos atores é importante devido à exibição de falas de determinados atores, devendo-se especificar quais são esses atores e quais falas são essas. Espera-se obter uma análise sobre o conteúdo do discurso do JN nas chamadas e nos conteúdos das matérias e na seleção

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

dos atores e seus discursos. A partir desse material empírico e da metodologia como descrita é possível chegar a uma série de possibilidades.

Assim, por meio da teoria do enquadramento será possível obter os atributos noticiosos que deram origem a formação da imagem, os enquadramentos e os formatos adotados durante a cobertura, além da realização de índices que demonstrem o tempo destinado ao “mensalão” e os personagens do Judiciário com maior destaque e a criação de um banco de dados.

### Referências bibliográficas:

- AZEVEDO, Fernando Antônio. Agendamento da Política. In. *Comunicação & Política: conceitos e abordagens*. UNESP, 2004.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Espaço público, mídia e modernização das campanhas eleitorais no Brasil. In: *REUNIÃO ANUAL DA COMPÓS*, 7., 1998, São Paulo.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *Mídia e Democracia no Brasil: relações e entre o sistema de mídia e o sistema político*. Opinião Pública, Campinas, vol.12, nº1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.
- COOK, Timothy. O jornalismo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº6, Julho/Dezembro, 2011, p. 203-247.
- FERNANDES, Kamila Bossato. A Narrativa do Mensalão no Jornal Nacional. In: *Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política*, 5., 2013, Curitiba.
- FERREIRA, Raquel Marques Carriço; SANTANA, Dhione Oliveira. A “publicização” do consumo: um estudo das ações publicitárias inseridas nas telenovelas da Rede Globo por faixas de horário. *Signo y Pensamiento*, Bogotá, vol. 32, nº62, Janeiro/Junho, 2013.
- FOLHA DE S. PAULO. *Joaquim Barbosa rejeita rótulo de herói e diz que é “barnabé”*. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1146877-joaquim-barbosa-rejeita-rotulo-de-heroi-e-diz-que-e-barnabe.shtml> >. Acesso em: novembro 2013. 2012.
- FOLHA DE S. PAULO. *Lewandowski deve ler em plenário trechos de voto sobre embargo no mensalão*. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2013/09/1335473-lewandowski-deve-ler-trechos-de-voto-de-decano-do-stf-sobre-embargos-no-mensalao.shtml> >. Acesso em: novembro 2013. 2013.
- FOLHA DE S. PAULO. *Noticiários noturnos da TV perdem audiência em 2013*. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/140567-noticiarios-noturnos-da-tv-perdem-audiencia-em-2013.shtml> >. Acesso em: dezembro 2013. 2013.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis*. Boston: Northeastern University Press.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. *Top 5: São Paulo – Semana 46 – 11 a 17/11/2013*. Disponível em < <http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/TabelasMidia/audienciadetvsp/Paginas/TOP-5-S%C3%83O-PAULO-SEMANA-46.aspx> >. Acesso em: novembro 2013. 2013.
- LEAL, P. M. V. *Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso*. FAAC-UNESP, 2007.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

LIEDTKE, Paulo Fernando. Governando com a mídia: o agendamento mútuo entre o Estado e os Mass Media na política nacional. In: *Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Comunicação*. 2007, Curitiba.

MCCOMBS, Maxwell. *A Teoria da Agenda – A mídia e a opinião pública*. Petrópolis. Ed. Vozes. 2004.

MUNDIM, Pedro Santos. *Imprensa e Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 2002 e 2006*. Rio de Janeiro. 2010.

NUNOMURA, Eduardo. *O julgamento midiático do mensalão nas páginas da Folha e da Veja*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5., 2013, Curitiba.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1988.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. *Domicílios Brasileiros: Domicílios Brasileiros (%) com Rádio TV, Telefone, Microcomputador e Micro com Acesso à Internet*. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/pnad.asp>>. Acesso em: setembro 2013. 2013.

PORTO, Mauro, P. Enquadramentos da Mídia e Política In. ALBINO, Antonio, RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Comunicação e Política: Conceitos e abordagens*. UNESP, 2004.

PORTO, Mauro P. *Televisão e Política no Brasil- A Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro. E- papers. 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *AP 407 – Ação Penal*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp>>. Acesso em: novembro 2013. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Composição atual*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfComposicaoComposicaoPlenariaApresentacao>>. Acesso em: novembro 2013. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Conheça o STF*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>. Acesso em: novembro 2013. 2011.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Histórico das Composições*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/composicaoPlenaria/composicaoPlenariaAnterior.asp>>. Acesso em: novembro 2013. 2012.

TV Pop. *Canais da TV Aberta Dominam a Audiência da TV Fechada*. Disponível em: <<http://tvfoco.pop.com.br/audiencia/canais-da-tv-aberta-dominam-a-audiencia-da-tv-fechada-confira-o-ranking/>>. Acesso em: dezembro 2013. 2013.

**A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO USUÁRIO DE DROGAS: ANÁLISE DOS DOCUMENTÁRIOS “CORTINA DE FUMAÇA” E “QUEBRANDO O TABU”**

Gabriela Pandeló Paiva – UFSCar  
gabippaiva@gmail.com

As mudanças sobre a política de drogas adotadas por diversos países do mundo, bem como a recente quebra de paradigmas sobre o consumo de maconha vêm demandando novas maneiras de se pensar esse tema. A propagação de imagens implantada no inconsciente da população é essencial para a construção de uma opinião pública acerca de qualquer tema relevante no critério da mídia. Dessa maneira, propõe-se a análise da construção da imagem dos usuários de drogas, especialmente de maconha, a partir de dois documentários “Cortina de Fumaça” e “Quebrando o Tabu” que percorrem caminhos diferentes ao tratarem da mesma temática, gerando então soluções distintas para o problema de drogas no país.

\*\*\*

O estudo do papel da mídia na política pressupõe alguns conceitos que coordenam a linha de pensamento. Comumente, a mídia é vista como uma fonte de informação para orientar os cidadãos, e para que o sistema democrático caminhe nos trilhos, as notícias devem ser transmitidas de forma objetiva e imparcial. Segundo Porto (2004):

A partir deste ponto de vista, a crítica do papel político da mídia se restringe geralmente a ressaltar a falta de objetividade ou a imparcialidade das mensagens. Implícita, neste paradigma, está a visão de que, ao tratar de temas políticos, a mídia deve impedir que valores e ideologias (principalmente dos proprietários e jornalistas) interfiram no relato dos “fatos” (a noção de objetividade) ou evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, partido ou candidato (a noção de imparcialidade). (PORTO, 2004)

Segundo Azevedo (2006), os meios de comunicação no país apresentam aspectos peculiares: cerca de quinze grupos familiares controlam 90% da mídia no Brasil e parte das emissoras de rádio e televisão regionais e locais são controladas por políticos, criando um “coronelismo eletrônico” de interesses pessoais e partidários. Essas características ajudam a compor um cenário onde não há diversidade de fontes nem opiniões, estagnando o sistema de mídia e sua articulação com o sistema político.

Em resumo, o monopólio familiar, a propriedade cruzada dos principais meios de comunicação de massa, o controle parcial de redes locais e regionais de TV e rádio por políticos profissionais, e a inexistência de uma imprensa partidária ligada a interesses sociais minoritários com alguma expressão nacional faz com que nosso sistema de mídia apresente ainda, depois de mais de duas décadas do retorno à democracia, uma reduzida e precária diversidade externa. Este quadro adverso na oferta de fontes diversificadas de informação e opinião converte automaticamente a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

questão da diversidade interna num dos pontos cruciais no exame da articulação entre o nosso sistema de mídia e o sistema político. (AZEVEDO, 2004)

Uma forma contemporânea de produzir informações sem a necessidade de aprovação dos grandes grupos midiáticos é o documentário. Este gênero cinematográfico tem sido responsável pela transmissão de diversas realidades. Seu caráter informacional lhe dá certa credibilidade na reprodução do cotidiano.

O documentário é o formato de produção audiovisual que lida com a verdade, mostra fatos reais ou não imaginários, o que normalmente chamamos de "não-ficção". Aborda um tema ou assunto em profundidade a partir da seleção de alguns aspectos e representações auditivas e visuais. Para eleger um tema é preciso pensar sobre a sua importância histórica, social, política, cultural, científica ou econômica. Além disso, não devemos esquecer que o documentário pode reconstituir ou analisar assuntos contemporâneos de nosso mundo histórico vistos por uma perspectiva crítica. (CARVALHO, 2004)

Um tema muito abordado em documentários nos últimos anos é o consumo de drogas psicotrópicas<sup>128</sup>: seu lugar na sociedade, seus dilemas médicos, seus prós e contras. A maconha é considerada uma droga psicotrópica e sua temática é geradora de polêmicas ao redor do mundo todo: o uso medicinal, o uso recreativo, uso religioso, diferenciação entre usuários e traficantes, regulação do mercado e do consumo, plantio caseiro, legalização.

No século XIX a maconha era amplamente usada para fins medicinais, e seu consumo não causava “grandes intoxicações”. Essa situação mudou no século XX com a declaração da ONU de que a maconha era tão perigosa quanto a heroína. Recentes pesquisas, entretanto, mostraram uma inédita atuação da maconha no cérebro. De acordo com o doutor Elisaldo Carlini professor titular de psicofarmacologia na Universidade Federal de São Paulo e pesquisador emérito da Secretaria Nacional de Políticas sobre Droga do Ministério da Justiça,

A identificação dos princípios químicos ativos da maconha, a descrição segundo a qual o cérebro humano tem "receptores" para esses princípios, a surpreendente descoberta de que o nosso cérebro sintetiza uma substância capaz de atuar naqueles receptores (como se tivéssemos uma maconha produzida pelo nosso próprio cérebro, a anandamida) e a descrição de um sistema de neurotransmissão nervosa chamado de sistema canabinoide endógeno trouxeram um novo status científico para a maconha. E mais: muitos trabalhos científicos clínicos foram feitos no mundo demonstrando claramente que a maconha tem boas propriedades terapêuticas (dores neuro e miopáticas; esclerose múltipla; náusea e vômito resultantes da quimioterapia do câncer; e mais recentemente epilepsia e dores terminais do câncer). E, ainda,

---

<sup>128</sup> Segundo CARLINI *et al.*: “pela OMS (1981), são aquelas que: “agem no Sistema Nervoso Central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de auto-administração” (uso não sancionado pela medicina). Em outras palavras, essas drogas levam à dependência.”



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

recentes pesquisas epidemiológicas, seguindo milhares de usuários crônicos e até pesados da maconha, feitas em importantes universidades dos Estados Unidos e do Reino Unido, cabalmente mostram que a maconha não afeta o desempenho cognitivo, não produz ganho de peso e não está associada a efeitos adversos da função pulmonar (CARLINI, 2014)

Em janeiro de 2014, o Senado brasileiro aceitou discutir o tema da regulação do consumo de maconha nos âmbitos medicinal, recreativo e industrial após mais de 20 mil internautas terem apoiado a iniciativa de projeto de lei. Cristovam Buarque (PDT-DF) foi escolhido como relator da proposta, e, apesar de ser contra a legalização, acredita que não se pode mais negar esse debate.

Em 2008 a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia lançou uma declaração em que aponta diretrizes sobre a política de drogas e as estratégias de combate ao tráfico de drogas no continente.

O modelo atual de política de repressão às drogas está firmemente arraigado em preconceitos, temores e visões ideológicas. O tema se transformou em um tabu que inibe o debate público por sua identificação com o crime, bloqueia a informação e confina os consumidores de drogas em círculos fechados, onde se tornam ainda mais vulneráveis à ação do crime organizado. (...) Significa que devemos reconhecer a insuficiência dos resultados e, sem desqualificar em bloco os esforços feitos, abrir o debate sobre estratégias alternativas, com a participação de setores da sociedade que se mantiveram à margem do problema por considerar que sua solução cabe às autoridades. (DECLARAÇÃO DA COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA, 2008)

No Brasil existe um problema das drogas. A socióloga Eleonora de Lucena, em entrevista à Folha de São Paulo<sup>129</sup>, discorre sobre essa questão. Segundo ela que foi diretora-geral do sistema penitenciário do Rio de Janeiro entre os anos de 1991 e 1994, os métodos brasileiros para lidar com essa questão apenas “enxugam gelo”. Por lei, ser usuário de drogas é proibido, mas este não pode ser preso. Isso, entretanto fez com que milhares de pessoas encontradas com pequenas quantidades de drogas fossem presas por tráfico, gerando duas conseqüências importantes: a primeira é a de que os presídios abrigam uma quantidade de presos muito maior do que sua capacidade, gerando condições de vida desumanas e diminuindo qualquer chance de reabilitação; e a segunda é que esses pequenos traficantes presos são facilmente substituídos, não alterando em nada a estrutura do tráfico. Um detalhe importante deve ser mencionado: estas pessoas presas por tráfico mencionadas anteriormente, são em sua maioria negras e pobres. Um indivíduo branco e de boas condições socioeconômicas quando encontrado com grandes quantidades de drogas suborna o policial, argumenta que não é traficante e é liberado.

---

<sup>129</sup> Entrevista publicada em 11 de janeiro de 2014, intitulada “Situação nos presídios expõe guerra contra a pobreza, diz socióloga”.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Em outros países, este tema já recebeu diferentes abordagens. A maconha medicinal já é utilizada em diferentes tratamentos de saúde como esclerose múltipla e câncer em alguns estados dos EUA e em países da Europa. A França aprovou em 2014 um medicamento que contém o princípio ativo da maconha para o alívio das dores em pacientes de esclerose múltipla. No estado norte americano do Colorado, o uso recreativo já é liberado em lugares privados desde 1 de janeiro de 2014: a venda é feita em estabelecimentos registrados, o consumo é restrito a 30 gramas e o usuário deve ser maior de 21 anos; o governo espera arrecadar mais de 500 milhões de dólares de impostos. Na Holanda a maconha não é legalizada, mas desde 1976 o consumidor é descriminalizado e a venda regulada em estabelecimentos específicos.

O Uruguai, em dezembro de 2013, aprovou uma proposta inédita: a regulação estatal

A nova legislação, que gerou grande polêmica tanto no nível internacional como no local, estabelece taxativamente o controle e a regulação por parte do Estado da importação, exportação, plantação, cultivo, colheita, produção, aquisição, armazenamento, comercialização, distribuição e consumo da maconha e seus derivados. (...) A nova legislação estabelece, além disso, a criação de um ente estatal regulador que se encarregará de emitir licenças e controlar a produção e a distribuição da droga. (DOIS TERÇOS DOS URUGUAIOS SÃO CONTRA LEI QUE LEGALIZA MACONHA, DIZ PESQUISA, 2013)

A proposta do governo uruguaio é o combate ao tráfico de uma maneira alternativa já que o método de repressão não tem sido efetivo. 66% da população uruguaia é contra essa medida. (Idem)

Tendo em vista essa necessidade de compreensão sobre o tema, recorreu-se a dois documentários que tratam do assunto: “Cortina de Fumaça” (Rodrigo Mac Niven, 2011) e “Quebrando o Tabu” (Fernando Grostein Andrade, 2011). Apesar de apresentarem a mesma temática e terem sido produzidos na mesma época, eles apresentam visões distintas sobre o tema. A sua escolha se justifica pelo fato dos enquadramentos apresentados em cada um desses filmes proporem não apenas visões distintas sobre o problema do consumo da maconha, mas principalmente construções diferentes da imagem do usuário de drogas (considerado como o primeiro problema a ser resolvido), e conseqüentemente a apresentação soluções diferentes para essa questão.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Os documentários são um gênero cinematográfico que propõem representações da realidade, permitindo que cada autor a reproduza da maneira que se encaixe melhor com os seus paradigmas ideológicos, resultando assim diferentes versões de uma mesma realidade. Entre as temáticas mais abordadas por este gênero, estão as biografias, exploração do mundo animal, reflexões sobre novos comportamentos, entre outros. (CARVALHO, 2004) Tendo em vista a temática das drogas ser tratado com certa cautela pela mídia devido ao preconceito do público sobre o assunto, o meio documental pode ser uma fonte alternativa para se investigar e difundir esta pauta para aqueles que buscam mais referências sobre esta questão.

A análise dos dados a serem obtidos nesta pesquisa será realizada a partir do modelo de Enquadramentos proposto por Goffman (1986). Este modelo é utilizado no estudo de fenômenos sociológicos relacionados à formação de preferências. Robert Hackett (1993) afirma que a mídia desempenha papel político e ideológico quando produz conteúdo a partir de uma matriz ideológica limitada, dessa forma os enquadramentos são o recurso utilizado para selecionar peculiaridades em determinado assunto, determinando a interpretação dos fatos.

Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (GITLIN, 1980, p. 7).

Atualmente, se tornou essencial a diversificação das fontes de informação que guiam as construções da agenda do público, tendo em vista a limitação que os grandes grupos de mídia proporcionam. A apresentação de diferentes vieses sobre um mesmo assunto é essencial para a construção de uma opinião concreta. Considerando a necessidade de ampliação do debate sobre a questão das drogas, parte-se da abordagem sobre o consumo de maconha, propondo-se então a análise desses dois filmes documentais que, apesar de retratarem o mesmo assunto, constroem imagens diferentes sobre o usuário de drogas, personagem principal para se modificar a configuração da política de drogas.

### **Considerações finais**

A pesquisa propõe de modo geral a análise da construção da imagens dos usuários de drogas, e ainda está em andamento. Até agora, a partir de uma observação

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

prévia de ambos os filmes, podemos identificar que cada um deles apresenta personagens distintos, enquanto em “Quebrando o Tabu” predomina um discurso sobre políticas públicas tanto de saúde, quanto de ex-líderes de Estado, no documentário “Cortina de Fumaça” as principais personagens são especialistas de diversas áreas fazendo análises sociais sobre a questão, abrangendo tanto vieses médicos e neurológicos, quanto agrícolas, históricos, de segurança pública, entre outros. A partir de uma análise que considere o enquadramento ressaltado por Goffman e Gitlin poderemos concluir se as imagens que os diretores constroem são positivas, negativas ou neutras e como isso influencia na apresentação da temática, bem como nas possibilidades de resolução do problema social em que está inserido.

### **Bibliografia:**

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Agendamento da Política.** In. Comunicação & Política: conceitos e abordagens. UNESP, 2004.

CARLINI, E. A. NAPPO, S. A. GALDURÓZ, J. C. F. NOTO, A. R. **DROGAS PSICOTRÓPICAS - O QUE SÃO E COMO AGEM.** Revista IMESC n.3, 2001. pp. 9-35. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/pdf/artigo%201%20-%20DROGAS%20PSICOTR%20C3%93PICAS%20O%20QUE%20S%C3%83O%20E%20COMO%20AGEM.pdf>>. Acesso 5 março 2014.

CARLINI, Elisaldo. **O BRASIL DEVERIA DESCRIMINALIZAR A MACONHA? SIM.** In. Folha de São Paulo, fevereiro 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/02/1405931-o-brasil-deveria-descriminalizar-a-maconha-sim.shtml>>. Acesso em 1 março 2014.

CARVALHO, Márcia. **O documentário e a prática jornalística.** In. Revista Pj:Br. ECA - USP. São Paulo, n. 7, 2006. Disponível em: <[http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios7\\_d.htm](http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/ensaios7_d.htm)>. Acesso em 27 fevereiro 2014.

**COLORADO LEGALIZA VENDA DE MACONHA PARA USO RECREATIVO.** Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/33251/colorado+legaliza+venda+de+maconha+para+uso+recreativo.shtml>>. Acesso em 27 fevereiro 2014.

**CONHEÇA SETE PAÍSES E SUAS DIFERENTES POSIÇÕES SOBRE A MACONHA.** Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/32789/conheca+sete+países+e+suas+diferentes+posicoes+sobre+a+maconha.shtml>>. Acesso em 1 março 2014.

**CORTINA DE FUMAÇA.** Direção: Rodrigo Mac Niven. 88 minutos. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=m8auXBla9Hk>>. Acesso em 10 fevereiro 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

**DECLARAÇÃO DA COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA.** Disponível em: <[http://www.drogasedemocracia.org/Arquivos/declaracao\\_portugues\\_site.pdf](http://www.drogasedemocracia.org/Arquivos/declaracao_portugues_site.pdf)>. Acesso em 1 março 2014.

**DOIS TERÇOS DOS URUGUAIOS SÃO CONTRA LEI QUE LEGALIZA MACONHA, DIZ PESQUISA.** Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/33182/dois+tercos+dos+uruguaio+sa+o+contra+lei+que+legaliza+maconha+diz+pesquisa.shtml>>. Acesso em 1 março 2014.

**FRANÇA APROVA MEDICAMENTO COM PRINCÍPIO ATIVO DA MACONHA PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA.** Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/33366/franca+aprova+medicamento+com+principio+ativo+da+maconha+pela+primeira+vez+na+historia.shtml>>. Acesso em 27 fevereiro 2014.

GITLIN, T. **The whole world is watching.** Berkeley: University of California Press, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis.** Boston: Northeastern University Press.

PORTO, Mauro, P. **Enquadramentos da Mídia e Política** In. ALBINO, Antonio, RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). Comunicação e Política: Conceitos e abordagens. UNESP, 2004.

**QUEBRANDO O TABU.** Direção: Fernando Grostein Andrade. 80 minutos. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=tKxk61ycAvs>>. Acesso em 9 fevereiro 2014.

**SENADO VAI DISCUTIR LEGALIZAÇÃO DO CONSUMO DA MACONHA.** Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1412545-senado-vai-discutir-legalizacao-do-consumo-da-maconha.shtml>>. Acesso em 27 fevereiro 2014.

**SITUAÇÃO NOS PRESÍDIOS EXPÕE GUERRA CONTRA A POBREZA, DIZ SOCIOLOGA.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1396192-situacao-nos-presidios-expoe-guerra-contra-pobreza-diz-sociologa.shtml>>. Acesso em 5 março 2014.

**VEJA COMO É A LEGISLAÇÃO RELATIVA À MACONHA EM OUTROS PAÍSES.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/12/veja-como-e-legislacao-relativa-maconha-em-outros-paises.html>>. Acesso em 4 março 2014.

# CIÊNCIA POLÍTICA

## GT 7: CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

### Sessão 1: Cidadania e políticas públicas

### **CIDADANIA E PSEUDOCIDADANIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Alex Ricardo Bombarda –UNESP/FCLAr

alexrbo@marilia.unesp.br

Fomento: CNPq

O Programa Nacional de Direitos Humanos surgiu com a participação do Brasil na II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, no ano de 1993. O Brasil, que teve importante participação no evento, seguiu as recomendações propostas pela conferência e decretou, no ano de 1996 o primeiro PNDH. Posteriormente, duas novas edições do programa foram decretadas: o PNDH-2, de 2002 e o PNDH-3, no final de 2009. Apesar de ter sido elaborado de modo semelhante aos anteriores, o PNDH-3 foi alvo de uma série de críticas vindas de setores da mídia, das Forças Armadas, da Igreja e dos grandes latifundiários, representados no Congresso Nacional pela bancada ruralista. Dentre os itens que geraram polêmica estão a proposta de regulamentação da mídia, a de criação da Comissão Nacional da Verdade, a legalização do aborto e a proposta de lei que previa a mediação entre as partes envolvidas como ato inicial na resolução de conflitos fundiários rurais e urbanos, que será objeto de análise neste trabalho. As mudanças ocorridas no PNDH-3 demonstram como práticas políticas clientelistas impedem a constituição de um país pautado em princípios democráticos. Mesmo sendo fruto do resultado de uma série de conferências nacionais temáticas, que foram realizadas desde o ano de 2003, muitas propostas, foram questionadas e modificadas por colocar em risco interesses particulares. Assim, nota-se que o direito à propriedade predomina em relação aos demais como, por exemplo, o direito à moradia e à terra.

**Palavras chave:** Cidadania. Clientelismo. Democracia. PNDH.

### **INTRODUÇÃO**

Tendo como referência o terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), o presente trabalho visa discorrer acerca do modo como a Frente Parlamentar da Agropecuária (ou bancada ruralista) se posicionou no Congresso Nacional frente ao item presente na diretriz 17, objetivo estratégico VI, que trata do acesso à justiça no campo e na cidade. A proposta de lei, que previa o uso da mediação entre as partes envolvidas como primeira etapa a ser utilizada para a resolução de conflitos fundiários agrários e urbanos, tinha como alvo evitar a ocorrência de violação dos direitos humanos, comuns em situações de reintegração de posse. No entanto, apesar do uso da mediação ser condizente com os princípios legais presentes na Constituição Cidadã, de 1988, e de estar presente em diversos acordos internacionais, nos quais o Brasil é signatário, foi assinado, devido à forte pressão exercida pelos membros da bancada ruralista, um novo decreto que promoveu mudanças no item referente à mediação de conflitos e em outros que haviam gerado polêmica.

Com a assinatura do decreto 7.177, de 12 de maio de 2010, as propostas polêmicas do programa, que afetavam grupos como a Igreja, as Forças Armadas, setores da mídia e os grandes latifundiários, representados no Congresso Nacional pela

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

bancada ruralista, foram alteradas ou excluídas. É importante reforçar que as proposições presentes no PNDH-3 foram sugestões recolhidas de diversas conferências nacionais temáticas, que contaram com a participação de diferentes grupos, movimentos e ONGs da sociedade civil.

A atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional levanta dúvidas acerca dos princípios democráticos que regem algumas decisões políticas. Na medida em que interesses particulares prevalecem sobre o direitos de grupos historicamente excluídos, como é o caso dos sem-terra e dos sem-teto, ficamos cada vez mais distantes de ideais democráticos e próximos de antigas práticas políticas como o corporativismo e o clientelismo, que impedem a constituição de um Estado democrático de direito pautados na cidadania e na dignidade da pessoa humana.

### **O PNDH**

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) surgiu através da participação do Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, no ano de 1993. Durante a conferência foi recomendado aos países participantes que elaborassem programas e ações voltadas à promoção dos direitos humanos. O Brasil, que teve importante participação no evento, decretou, no ano de 1996, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o primeiro PNDH.

Através do decreto nº1.904, de 13 de maio de 1996, as 228 propostas de ações governamentais do PNDH-1 estavam, em sua maioria, focadas nos direitos civis e políticos. Medidas voltadas à proteção do direito à vida e à segurança das pessoas, a luta contra a impunidade, a proteção do direitos à liberdade e à liberdade de expressão, a luta contra o trabalho forçado e a criação de mecanismos para agilizar processos e julgamentos foram alguns dos itens presentes na primeira edição do programa.

Cabe ressaltar que o primeiro PNDH também apresentou medidas voltadas ao tratamento igualitário de todos perante a lei, incluindo metas que tinham por intuito reforçar os direitos de cidadania<sup>1</sup> para crianças e adolescentes, mulheres, a população negra, sociedades indígenas, estrangeiros, idosos e pessoas com deficiência.

Quando o PNDH completou um ano, segundo informações publicadas no dia 13

---

<sup>1</sup> De acordo com T.H. Marshall (1967), a cidadania é constituída por três elementos: os direitos civis, políticos e sociais.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

de maio de 1997 no jornal Estado de São Paulo<sup>2</sup>, apenas 14, das 169 propostas que deveriam ser cumpridas a curto prazo, haviam saído do papel. No entanto José Gregori, secretário nacional de Direitos Humanos da época, observou que os projetos de lei presentes no programa deveriam ser cumpridas não em apenas um ano, mas durante todo o governo<sup>3</sup>

De acordo com o relatório da ONG Anistia Internacional, comentado pela reportagem<sup>4</sup> da folha de São Paulo do dia 13 de maio de 1997, foi apontado, em relação ao PNDH a falta de metas bem definidas e a necessidade, diante da complexidade da implementação do programa, de elaborar um calendário com a definição de objetivos. O PNDH apenas apresentava propostas de curto, médio e longo prazo. O movimento LGBT também criticou ausência de direitos relativos à livre orientação sexual e à identidade de gênero no programa.

Apesar de muitas propostas não terem saído do papel, algumas mudanças importantes ocorreram por conta do PNDH, tais como: a transferência para a justiça comum dos crimes cometidos por policiais militares; a lei criminalizando o porte ilegal de armas; criação de lei que tipifica o crime de tortura; lei que estabelece o Registro de Identidade Civil e Cadastro Nacional de Registro de Identidade Civil; criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos; elaboração de Mapas de Violência de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba; criação, em convênio com o movimento Viva Rio, de Balcões de Direito para prestar serviços gratuitos de assessoria jurídica; assinatura de convênios com Estados para ajudar na proteção de testemunhas e realização de cursos – em convênio com entidades nacionais e internacionais – sobre direitos humanos para policiais militares<sup>5</sup>

A ênfase que foi dada aos direitos civis e políticos no primeiro PNDH é apontada por Sérgio Adorno pelo fato de:

anteriormente, a área econômica do governo FHC, sobretudo no primeiro mandato, manteve sob férreo e cerrado controle a política econômica e sua execução orçamentária. Essa política de controle fiscal, visando garantir a estabilidade monetária e os indicadores

---

<sup>2</sup> LUIZ, Edson. Programa faz um ano sem cumprir metas. *Estado de S. Paulo*, Brasília, 13 maio 1997. Cidades, p.21. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19970513-37827-spo-0021-cid-c3-not/busca/PNDH>. Acesso em: 27 abr. 2014.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p.21.

<sup>4</sup> GIELOW, Igor. Plano está sem metas, diz Anistia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 maio 1997. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff130550.htm>. Acesso em 26 abr. 2014.

<sup>5</sup> LUIZ, Edson. Programa faz um ano sem cumprir metas. *Estado de S. Paulo*, Brasília, 13 maio 1997. Cidades, p.21. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19970513-37827-spo-0021-cid-c3-not/busca/PNDH>. Acesso em: 27 abr. 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

macroeconômicos, exerceu uma espécie de interdito a todas as demais iniciativas governamentais que demandassem aplicação de recursos extra-orçamentários (ADORNO, 2010, p.12).

As críticas, no entanto, serviram de base para a elaboração do PNDH-2, decretado em 13 de maio de 2002. A segunda edição do programa incluiu os direitos econômicos, sociais e culturais que, distribuídos nas 518 propostas de ações governamentais, passaram a ter a mesma importância dos direitos civis e políticos, que também estavam presentes. O conteúdo da segunda edição atentou também para o direito dos afrodescendentes, na busca de proporcionar oportunidades iguais a todos, extinguindo o preconceito racial. Todas as ações presentes foram resultado de propostas discutidas em vários seminários regionais, que contaram com a participação de órgãos governamentais e grupos da sociedade civil.

O PNDH-2 também contou com instrumentos para melhor conduzir o processo de implementação de suas proposições. O programa, e a sua efetivação, passou a estar relacionado a elaboração de orçamentos federais, estaduais e municipais. Assim, sua implementação ocorreu “... a partir da Lei Orçamentária anual – LOA – de 2002, com recursos orçamentários oriundos do Plano Plurianual – PPA 2000/2003...”(GERIN, 2004, p.2).

Apesar das inovações o PNDH-2, ao longo do governo Lula (2003-2010), foi poucas vezes utilizado como referência para a elaboração de políticas públicas e “...também não houve continuidade na elaboração de planos de ações anuais. A própria sociedade civil não lutou para sua implementação ou para o estabelecimento de um sistema de monitoramento...” (CICONELLO; FRIGO; PIVATTO, 2010, p. 3).

Dando continuidade às edições anteriores o PNDH 3, promulgado no dia 21 de dezembro de 2009, incorporou.

Resoluções da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos e propostas aprovadas nas mais de 50 conferências nacionais temáticas, promovidas desde 2003 - segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc. - refletindo um amplo debate democrático sobre as políticas públicas dessa área (BRASIL, 2009, p. 11).

Organizado em torno de 6 eixos temáticos, subdivididos em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programático o PNDH-3, apesar de ter sido elaborado a partir de várias conferências ocorridas em todo o território nacional, foi alvo de uma

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

série de críticas, que partiram principalmente da igreja, das Forças Armadas, de setores da mídia e dos ruralistas, que manifestaram um verdadeiro repúdio ao programa, alegando que o mesmo continha princípios que feriam a constituição brasileira, sendo uma tentativa estabelecer uma revolução comunista no Brasil. De acordo com Sérgio Adorno, as duras críticas em relação ao PNDH-3:

Colocaram novamente em evidência termos de debate que pareciam superados. Durante a transição para a democracia no Brasil (1979-1988) e por quase duas décadas, temas de direitos humanos suscitavam reações depreciativas, frequentemente associados, pela opinião pública, à defesa dos direitos de bandidos, à utopia de militantes que imaginavam uma sociedade despida de violência e de graves violações de direitos humanos ou ainda à sede de vingança por parte de quem havia sido perseguido na ditadura militar (ADORNO, 2010, p.5).

Entre os itens que geraram polêmica está a proposta que trata da "...aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia da mulheres para decidir sobre seus corpos..." (BRASIL, 2009, p.91). Devido a pressão de grupos como a CNBB, o texto foi alterado de modo a "...considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia de acesso aos serviços de saúde..." (BRASIL, 2010, p.91).

Outro item, que também gerou críticas por parte da igreja, foi a proposta de "...desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da união..."(BRASIL, 2009, p.100). Este item foi excluído do programa. Além da igreja, setores das Forças Armadas também desaprovaram o PNDH-3, principalmente por conta dos dispositivos presentes no eixo orientador VI, referentes ao "Direito à Memória e à Verdade", que propôs, na Diretriz 23 "promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticados no contexto da repressão política ocorrida no Brasil".

Sob a ameaça do Ministro da Defesa da época, Nelson Jobim, de pedir demissão caso o projeto não fosse revisto as mudanças, dadas pelo decreto 7.177, de 12 de maio de 2010, afetaram algumas ações programáticas propostas no eixo orientador VI, Direito à Memória e à Verdade, que buscavam esclarecer uma série de fatos ocorridos no contexto da ditadura militar (1964-1985).

Setores da mídia também questionaram o PNDH-3. A proposta de regulamentação dos meios de comunicação, que estabelecia a "...criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

autorizados..." (BRASIL, 2009, p.165) foi acusada de ser um projeto de lei que iria instituir a censura dos meios de comunicação. Assim, devido às críticas, a proposta foi modificada ficando previsto "...a criação de um marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados..."(BRASIL, 2010, p. 165).

Outro item, que trazia a ideia de criar um "ranking" nacional dos veículos de comunicação indicando os que estavam (ou não) comprometidos com os direitos humanos, foi revogado. A alegação dos que foram contrários ao item era de que tais medidas eram um atentado à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa.

O item presente no eixo orientador IV, diretriz 17, objetivo estratégico VI, que trata do "Acesso à justiça no campo e na cidade", também provocou fortes reações dos defensores do agronegócio. A proposta, que inicialmente fora incluída no programa, compreendia políticas sociais voltadas para coibir o desrespeito aos direitos humanos em função da remoção forçada de grupos afetados pela falta de moradia ou de terra. O uso da força como meio para o restabelecimento da propriedade invadida geralmente provoca, contra esses grupos já desrespeitados enquanto cidadãos, diversas outras formas de violência e até mesmo mortes, como no caso ocorrido durante a reintegração de posse na comunidade pinheirinho, em janeiro de 2012.

Tais ocorrências, em que indivíduos deixam de ser reconhecidos enquanto portadores de direitos, como é o caso daqueles que não contam com o acesso à moradia e aqueles grupos que, devido a fatores históricos, encontravam-se na condição de sem-terra configura-se como um atentado aos principais direitos de cidadania.

Durante a elaboração do PNDH 3, no ano de 2009, chegou-se a propor um projeto de lei que tinha por intuito contribuir para que o desfecho dos mandados de reintegração de posse tivessem um final diferente. Presente no objetivo estratégico VI, o item previa:

Projeto de lei para institucionalizar a utilização da mediação como ato inicial das demandas de conflitos agrários, priorizando a realização de audiência coletiva com os envolvidos, com a presença do Ministério Público, do poder público local, órgãos públicos especializados e Polícia Militar, como medida preliminar à avaliação da concessão de medidas liminares, sem prejuízos dos outros meios institucionais para a solução de conflitos (BRASIL, 2009, p.148).

A proposta, no entanto, devido à forte pressão sofrida por grupos ligados a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

chamada bancada ruralista, foi modificada, deixando de ser a mediação entre as partes envolvidas um ato inicial na resolução do conflito. Mesmo tendo sido elaborada através de consultas realizadas junto à sociedade, reunindo estudiosos e ONGs, elas foram ignoradas, sugerindo que os interesses defendidos pelos congressistas foram aqueles mais alinhados com os dos grandes latifundiários e do agronegócio.

Assim, mais uma vez demandas vindas de grupos e entidades sociais são descartadas. Cabe ressaltar que o PNDH é fruto de propostas que, para se efetivarem enquanto leis, necessitam ser votadas no Congresso Nacional. O modo como a Igreja, as Forças Armadas, setores da mídia e os ruralistas se manifestaram em relação ao programa demonstram o desprezo que estes grupos políticos tem em relação a constituição de um país pautado por valores democráticos.

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Kátia Abreu, que também é senadora, empresária e pecuarista, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 2013 acusa o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de ser uma:

organização sem personalidade jurídica (insuscetível de ser processada por seus atos criminosos), mas com existência concreta, munida de verbas do Estado por meio de ONGs e transgressora recorrente do direito de propriedade, cláusula pétrea constitucional (ABREU, 2013)<sup>6</sup>.

Ao se referir ao PNDH-3, a senadora escreve que:

trata-se de um conjunto de transgressões democráticas, propondo censura à imprensa, legalização das invasões de propriedades (tirando do Judiciário o poder de arbitragem e incluindo o invasor como instância de mediação), proibição do uso de símbolos religiosos em locais públicos, revisão do currículo das academias militares etc. (ABREU, 2010).

Verifica-se que a atual senadora do PMDB defende interesses bastante particulares no âmbito do Congresso Nacional. Ao negar a proposta de mediação presente no PNDH-3 (sugerida por movimentos como o MST e o MTST<sup>7</sup>) foi negada a possibilidade de diminuir os numerosos casos de mortes ocorridas em decorrência de conflitos no campo e na cidade.

Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura da época, também preocupado com

---

<sup>6</sup> ABREU, Kátia. Milícias do pensamento. *Folha de S. Paulo*. Mercado 2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/98807-milicias-do-pensamento.shtml>. Acesso em 27 abr. 2014.

<sup>7</sup> Movimento dos Trabalhadores sem Teto.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

o impacto que a proposição do PNDH-3 poderia causar, afirmou que a medida tornaria o ambiente do campo inseguro<sup>8</sup>, se posicionando abertamente contra o programa mesmo quando o que estava em jogo eram aqueles direitos responsáveis pela constituição da cidadania no Brasil.

### CONCLUSÃO

Apesar dos avanços conquistados em relação ao acesso da população aos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais as bases de sustentação da democracia brasileira demonstram fragilidade, o que causa prejuízos ainda mais graves à população pobre, sem-terra, sem-teto, excluída do mercado de trabalho e dos demais direitos e deveres presentes na Constituição Cidadã.

O corporativismo e o clientelismo, que ainda se mostram presentes atualmente, demonstram sua força e poder de organização política quando o que está em jogo são medidas que possam vir a lhes prejudicar. Isto se aplica às Forças Armadas e também à bancada ruralista. Como a constituição brasileira é pautada por princípios democráticos, a presença de grupos conservadores seria algo natural e até mesmo esperado. No entanto, o que preocupa é o poder desproporcional que tais grupos mantêm ao longo de séculos e o modo como desprezam medidas pautadas em valores democráticos. Tais fatores acabam por desequilibrar os alicerces democráticos que sustentam o Brasil, interferindo para que todos possam, sem exceção, vivenciar plenamente seus direitos e deveres de cidadania.

### BIBLIOGRAFIA

ABREU, Kátia. Milícias do pensamento. *Folha de S. Paulo*. Mercado 2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/98807-milicias-do-pensamento.shtml>**Erro! A referência de hiperlink não é válida..** Acesso em: 27 abr. 2014.

ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Novos Estudos*, n°86, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a01.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ADORNO, Sérgio. Direitos Humanos. In: OLIVEN, R. G. O.; RIDENTI, M;

---

<sup>8</sup> SIFFREDI, Bruno. Ministério da Agricultura recebeu versão diferente do PNDH. *Estado de S. Paulo*. 15 jan. 2010. Política. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,ministerio-da-agricultura-recebeu-versao-diferente-do-pndh,496250,0.htm>. Acesso em 28 abr. 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

BRANDÃO, G. M. A Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Aderaldo & Rothshild: Anpocs, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Título I: dos princípios fundamentais. Art 1º, 2º, 3º, 4º. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 de abr. 2014

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Ver. e atual. – Brasília: SDH/ PR, 2010. 228 p.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001 (capítulos 2, 3 e 4).

COSTA. N. R. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (3), 693-706, 2009.

CICONELLO, A; PIVATTO, L; FRIGO, D. Programa Nacional de Direitos Humanos: efetivar direitos e combater as desigualdades. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/05/Artigo-PNDH-Programa-Nacional-de-DH-efetivar-direitos-e-combater-as-desigualdades.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2014.

GERIN, A. Plano Nacional de Direitos Humanos: falta executar. Nota Técnica, nº89, Jun. 2004. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.inesc.org.br%2Fbiblioteca%2Fpublicacoes%2Fnotas-tecnicas%2Fnts-anteriores%2Fnts-2004%2FNT.%252089%2520-%2520PNDH%2520falta%2520executar.pdf%2Fat\\_download%2Ffile&ei=zHdgU4mvGui0sOTfp4CQCg&usg=AFQjCNGwNrS5Axvq\\_hKF2e4c6Yox4TrNwA&bvm=bv.65636070,d.cWc](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.inesc.org.br%2Fbiblioteca%2Fpublicacoes%2Fnotas-tecnicas%2Fnts-anteriores%2Fnts-2004%2FNT.%252089%2520-%2520PNDH%2520falta%2520executar.pdf%2Fat_download%2Ffile&ei=zHdgU4mvGui0sOTfp4CQCg&usg=AFQjCNGwNrS5Axvq_hKF2e4c6Yox4TrNwA&bvm=bv.65636070,d.cWc). Acesso em: 27 abr. 2014.

GIELOW, Igor. Plano está sem metas, diz Anistia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 maio 1997. Cotidiano. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff130550.htm>. Acesso em: 26 abr. 2014.

LUIZ, Edson. Programa faz um ano sem cumprir metas. *Estado de S. Paulo*. Brasília, 13 maio 1997. Cidades, p.21. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19970513-37827-spo-0021-cid-c3-not/busca/PNDH>. Acesso em: 27 abr. 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

MARSHALL, T.H. Cidadania e Classe Social. In: *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

POCHMANN, M. Proteção Social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (2): 49-56, 2004.

SIFREDI, Bruno. Ministério da Agricultura recebeu versão diferente do PNDH. *Estado de S. Paulo*. 15 jan. 2010. Política. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,ministerio-da-agricultura-recebeu-versao-diferente-do-pndh,496250,0.htm>. Acesso em: 28 abr. 2014.



**POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL:  
CIDADANIA OU CONTROLE?**

Arieli J. Buttarello - UFSCar  
arielibuttarello@hotmail.com

Através da noção de cidadania posta pela Constituição federal brasileira de 1988 e a produção de políticas públicas que então tomam tal conceito como central em suas elaborações, a análise aqui apresentada atenta-se à política pública de saúde mental brasileira, com base em seu último paradigma validado a partir da Lei 10.216/2001 que garante a cidadania do indivíduo portador de doença mental. A temática da relação jurídica, institucional e social do paciente mental apresenta longo processo histórico de discussões e transformações nas diferentes esferas e saberes que lidam com a saúde mental. Sob a abordagem da construção dessa relação, o recorte feito neste trabalho dá-se pela inclusão das crianças e dos adolescentes na política nacional de saúde mental, entendidas como sujeitos de direitos; porém compreendidas de forma ambivalente, pois são vistas como dependentes pelo olhar adultocêntrico inculcado no entendimento de necessidade de proteção. A problemática levanta-se por serem os cuidados a saúde mental dos infanto-juvenis fundados sob os auspícios de desenvolvimento, que em termos foucaultianos dá-se como controle dos indivíduos. Diante disso, traz-se aqui a relevância de dar visibilidade a questão. O trabalho baseia-se em análises teóricas acerca das interações mencionadas, como documentos oficiais do Ministério da Saúde brasileiro e da Organização das Nações Unidas sobre a infância e a adolescência. Carrega-se o esforço em suscitar reflexões acerca de uma temática com debates escassos, pautando quais as perspectivas permeiam a relação dos infanto-juvenis doentes mentais e seus direitos garantidos legitimamente.

**Introdução**

Com a intenção de trazer ao debate as perspectivas de garantias de direitos aos infanto-juvenis considerados doentes mentais, o presente trabalho toma alguns eixos que alinhavam a complexidade da temática, a saber: o que se pauta como garantia de cidadania às crianças e adolescentes, um breve histórico do desenrolar da ciência psiquiátrica e sua atenção voltada aos infanto-juvenis, e o que se garante como cuidado às crianças e jovens institucionalizados com base na política pública brasileira de saúde mental. O esforço feito buscará evidenciar alguns olhares reflexivos sobre a relação, entendida aqui como contraditória, que se dá na prática de cuidado à saúde mental infanto-juvenil e suas garantias de direitos como cidadãos.

A noção de cidadania encontra lugar privilegiado no Brasil após a consolidação da Constituição Federal em 1988, incorporada como um de seus fundamentos. Tal conceito traz diversos entendimentos e discussões sobre o que realmente significa e qual a sua prática e suas garantias, sendo aqui usada a definição de Moreno e Saeki (1998)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

que colocam que a cidadania traz em seu bojo três direitos: os civis, os políticos e os sociais. Tal divisão dos direitos pode ser encontrada nos apontamentos de Marshall (1967), que apresenta um histórico contextualizado do desenrolar da constituição desses diferentes direitos; porém colocando a cidadania como uma característica do direito social e apontando que o direito de reivindicar direitos processou-se bem mais que o atendimento dos mesmos. Diante tal entendimento sobre as reivindicações, focalizamos nossa discussão para o surgimento do Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS) emergido junto a Constituição de 1988, sob reivindicação popular, com garantia de atendimento universal à população. Apresentando princípios democráticos de atenção à saúde da nação, traz a *participação popular* como uma forma de garantia de cidadania do sujeito, em que o usuário do SUS pode opinar e auxiliar na construção desse sistema; não sendo tal tarefa restrita apenas aos profissionais atuantes nas instituições de saúde pública ou aos políticos autorizados a falarem sobre os feitos relacionados ao caminhar da política pública de saúde.

Juntamente com o desenrolar do Movimento da Reforma Sanitária durante a década de 1980 que culminou na conquista de saúde gratuita e universal, tivemos o Movimento da Reforma Psiquiátrica que culminou na conquista de legitimação de substituição da forma de tratamento dado aos doentes mentais. Tal Movimento tem origem na Itália a partir dos estudos e ideias do psiquiatra Franco Basaglia (1924-1980) que contrariava o sistema institucional psiquiátrico baseado em internações e exclusão do doente mental em hospitais psiquiátricos denominados manicômios ou hospícios; defendendo que tais métodos cronificavam a doença trazendo como alternativa uma nova concepção e abordagem nas formas de entender a doença mental. O desenvolvimento dessa nova visão resultou no Brasil o Movimento da Luta Antimanicomial que em 2001 teve suas reivindicações aprovadas através da Lei nº 10.216, que garante direitos e proteção universal a qualquer indivíduo acometido por transtorno mental. Criam-se os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em substituição aos hospitais psiquiátricos, visando um tratamento que objetive a inserção social do usuário, que antes só contava com a lógica do afastamento social; dado por uma equipe multiprofissional, idealizando, portanto, a quebra hierárquica da dominação da ciência psiquiátrica em discursar sobre a saúde ou a doença mental.

Obviamente, todas as conquistas dadas por leis mencionadas não se deram facilmente. No caso das políticas de assistência ao doente mental tem-se uma crônica de

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

desencontros de propostas e práticas concretas (RESENDE, 1997), tendo como os maiores protagonistas contra-Reforma os empresários de hospitais psiquiátricos particulares e a indústria farmacêutica.

Em 1990, tem-se a legitimação do Estatuto da Criança e do Adolescente sob a Lei nº 8.069, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Percebe-se que a atenção dada aos infanto-juvenis é recente, levando-nos, portanto, a questionar sobre o modo como até então as crianças eram consideradas dentro de diversos campos. Oliveira (2008), analisando sobre a noção de criança e infância construída por documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), aponta que o entendimento sociológico voltado para as crianças em si também se fez recente; levando-nos a perceber a interação dos contextos sociais nas teorizações sobre o tema e vice-versa. Das investigações dessa autora, que serão uma das bases para a discussão deste trabalho, por ora destacamos dois pontos relevantes; sendo um que a Sociologia da infância constitui-se como um campo que considerada a criança como *ator* – perda de caráter passivo no processo de socialização – e também combate a noção uniformizadora de infância, evidenciando a existência de *infâncias* (Sarmiento, 2005; James & James, 2004 *apud* Oliveira, 2008), colocando a construção infantil contextualizada em diferentes estruturas; e outro, que a concepção de infância contida nos documentos da ONU, adotados e seguidos globalmente, dá-se por uma não-consideração de experiência de diversidade, ou seja, adota-se a noção de infância como pré-produto da fase adulta e então trata-as como uma “fôrma” de homem, que seguindo os preceitos históricos da moral ocidental dominante, deve ser um “capital humano para o futuro”. A crítica contida nas análises dessa autora dá-se pelo fato de que a criança deve ser considerada como um ator em sentido pleno e não simplesmente como um ser em devir; pois a criança é um “sujeito social, que participa de sua própria socialização, assim como da reprodução e da transformação da sociedade” (Mollo-Bouvier, 2005: 393 *apud* Oliveira, 2008: 65).

Voltando-nos para a saúde mental infanto-juvenil, notamos também uma atenção tardia no âmbito das políticas públicas, com a criação de alas para as crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos públicos apenas em meados do século XX (BUENO, 2013). No Brasil, os efeitos perversos na institucionalização de crianças e jovens foram apontados na II Conferência Nacional de Saúde Mental realizada em 1994. Em 2004, diretrizes para o processo de desinstitucionalização de crianças e

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

adolescentes com doenças mentais foram determinadas pela criação do Fórum Nacional de Saúde-Mental Infanto-Juvenil, trazendo visibilidade às diversas dificuldades que por muito tempo ficaram em segundo plano, ou eram até mesmo ignoradas.

Da criação dos CAPS, já mencionada, teve-se a criação de Centros com serviços voltados especificamente aos grupos infanto-juvenis (CAPSi – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil), tendo como base de funcionamento a articulação de serviços de natureza clínica em conjunto com agências não clínicas presentes na vida das crianças e dos jovens, como a escola, a igreja, os órgãos da justiça e da infância e adolescência, o Conselho Tutelar, as instituições de esporte, lazer e cultura, dentre outros. De acordo com essa prática de tratamento, podemos mencionar duas visões dentro de nosso interesse: uma visão de compreensão dentro do olhar psiquiátrico e das ciências multidisciplinares que constituem o Centro, de que tais práticas são tidas como produto final do **progresso** em lidar com o doente mental; e outra visão de entendimento pautada em conceitos foucaultianos (FOUCAULT, 1977, 2006), que evidenciam o controle e a disciplinarização por trás do caráter de “boa ação” de tal prática – ou seja; ao adentrarem e pulverizarem-se em várias instâncias da vida das crianças e dos adolescentes, as ciências cuidadoras da saúde mental infanto-juvenil são legitimadas cada vez mais a poderem dominar e controlar esses indivíduos através de seus discursos e saberes sobre eles e sobre “o que é melhor” para eles, sendo tal poder inserido em todos os indivíduos de forma “natural” e **silenciosa**. Através desses pontos é que se levantam reflexões acerca da garantia de exercício de cidadania de tais indivíduos - para ser considerado doente mental é necessária a existência de um diagnóstico, que é dado por **outro**, ou seja, é o psiquiatra que detém o poder de avaliar e afirmar legitimamente quem é ou não doente mental; assim sendo, o usuário do CAPSi delega sua autonomia a um profissional; e assim será durante todo o seu tratamento, pois será a equipe multidisciplinar que lhe dirá sobre suas melhoras, piores ou estabilidades. A partir desse pensamento tocamos no cerne do que aqui queremos refletir.

### **Os rumos da Psiquiatria infantil**

Segundo o Ministério da Saúde, os serviços de saúde mental devem assumir uma função social que extrapola o fazer meramente técnico do tratar, e que se traduz em ações, tais como acolher, escutar, cuidar e possibilitar ações emancipatórias. Tem

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

também como função melhorar a qualidade de vida da pessoa portadora de sofrimento mental, tendo-a como um ser integral com direito a plena participação e inclusão em sua comunidade, partindo de uma rede de cuidados que leve em conta as singularidades de cada um e as construções que cada sujeito faz a partir de seu quadro (BRASIL, 2005). Porém, uma criança não ingressa em algum tipo de terapia psíquica por livre e espontânea vontade (SZASZ, 1994); ela é levada por alguém – pressupondo-se a doença mental infantil ser apenas um comportamento que incomoda os adultos, que têm autoridade legal e poder para defini-la e controlá-la, sendo a responsabilidade médica a de psicopatologizar a má conduta das crianças (SZASZ, 1994).

De tais críticas, destacamos o *Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade* como um dos atuais movimentos de indagações sobre certos problemas como a “massificação” da doença mental, juntamente com a iatrogenia e o perigo de intensificação da cultura analgésica<sup>130</sup>. Destacamos também, um caso colocado por Fuck (2010), que ao problematizar a relação dos diagnósticos psiquiátricos com o ensino escolar das crianças aponta uma evidência de ignorância da escola às ocorrências sociais, assim como a desconsideração do contexto concreto pela Psiquiatria. O caso é de um menino que era visto como “não esforçado”, que havia repetido várias vezes as séries escolares e que era “fedido”, tendo como explicação discursiva oral pelos profissionais da escola, o porquê sua “mãe era prostituta” e ele se ausentava das aulas por “falta de vontade”. Quando de uma investigação mais profunda, soube-se que sua casa não possuía saneamento básico e ele era sujeito à mendicância para conseguir dinheiro para comprar um pouco de comida. Fuck (2010) evidencia que se há incompreensão das dificuldades apresentadas pelos pacientes psiquiátricos, não há possibilidade de superá-las. Os problemas escolares são transferidos aos tratamentos psiquiátricos e psicológicos – com o fim dos tratamentos desumanizados tidos nos manicômios; a internação moderna dirige-se ao tratamento médico; sendo que mesmo apesar das intenções reformistas ocorridas no campo da psiquiatria, há uma

---

<sup>130</sup> Pauta-se tais críticas nos conceitos de *medicalização* cunhado por Ivan Illich, que o usou para descrever a invasão pela Medicina de um número cada vez maior de áreas da vida individual, podendo ocasionar iatrogênese, que são os prejuízos causados pela ação médica como o abuso ou o uso incorreto de medicamentos; e *psiquiatrização*, cunhado por Robert Castel, que condiz à interrogação da relação da Psiquiatria e seus usos sociais em sua inserção num contexto histórico produzindo determinados efeitos específicos. Sobre o *Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade*, melhores esclarecimentos são encontrados no site <http://medicalizacao.org.br/> e nos *Cadernos de não à medicalização da vida* (Conselho Federal de Psicologia, 2004), disponível em <http://site.cfp.org.br/publicacao/subsidios-para-a-campanha-nao-a-medicalizacao-da-vida-medicalizacao-da-educacao/>.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*naturalização* dos diagnósticos e persistência dos modos mais tradicionais como referências ao transtorno mental. Os indivíduos subjetivados como doentes mentais são submetidos a viver dependentes de instituições de cuidados, sendo essas físicas em si ou metafóricas, evidenciadas pelo preconceito e estigma<sup>131</sup>.

Fonseca e Jaeger (2012) evidenciam também, que o campo psiquiátrico apodera-se do processo de produção do **devir** humano que em nome da prevenção, dos riscos, dos estados potenciais de adoecimento e do crescente aumento de distúrbios mentais reforça políticas relacionadas às classificações diagnósticas, relacionando condutas e estado de anormalidades que não podem ser corrigidas. As críticas ao trabalho psiquiátrico dão-se muitas vezes por ser feito em cima de incertezas baseadas em alegações sobre o “o que a criança pode tornar-se”; colocando a preocupação com “o que formar para o futuro” como justificativa dos agenciamentos dos doentes mentais.

De forma semelhante, Oliveira (2008) aborda a questão da concepção da criança e da infância aceita globalmente através de documentos da ONU, como já mencionado. A preocupação com o cuidar da criança não se dá por um humanitarismo, no sentido de solidarização em prol das crianças vistas como indefesas e dependentes; há um “projeto” por trás de tais aspectos, em que a autora aponta ser o de interesse em formação de capital humano pautado no sistema capitalista:

O capitalismo, ao mesmo tempo em que joga as crianças no risco e as transforma no próprio risco, faz dois movimentos inversos: primeiro, produz a “criança-risco” como o “outro” como negação absoluta; num momento posterior, utilizando-se de suas medidas de proteção e assistência, transforma essa criança em “portadora de direitos”, ou seja, produz a criança como uma identidade negativa e depois recusa essa negatividade para dar ao capitalismo um sentido positivo de ação. (OLIVEIRA, 2008: 162-163)

Da mesma forma, a partir do caráter de disciplinarização, dá-se o histórico de institucionalização infantil - o problema de onde colocar as crianças traz ideias de *escolarização*, mas em função de tirar dos pais o encargo de cuidar das crianças, já que o cuidado a essas era um obstáculo aos seus trabalhos. Percebemos a importância que se dá à educação e à escola ao pautarmos temas acerca das crianças e dos jovens, havendo uma inter-relação entre a escola e o campo da doença mental; como já exemplificado com o diagnóstico de “crianças-problemas” na escola. Tal interação dá-se desde o

---

<sup>131</sup> GOFFMAN, E., 1922. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

surgimento da intervenção psiquiátrica às crianças, sendo essas objeto de vigilância o tempo todo, efetuada tanto pela família quanto pela escola - seu comportamento, seu caráter, sua sexualidade eram observados em busca da percepção se seu desenvolvimento estava de acordo com o definido como normal pela ciência médica.

Interessante notar que a psiquiatrização da criança dá-se por intermédio de uma criança que é qualificada *não-louca*. Foucault (2006) aponta que a difusão do poder psiquiátrico deu-se através de observações de crianças que não se encaixavam nos critérios de normalidade e desenvolvimento pautados em duas normatividades: uma em relação a comparações de crianças de mesma idade e a outra como produto final o adulto. **Estágios e velocidades** são esboçados para definir o anormal entre as crianças, constituindo comportamentos que não são doentios, mas são desviantes em relação às duas normatividades colocadas. As pesquisas sobre a doença mental que ocorrem no fim do século XIX voltam-se para o meio escolar, identificando “quais são as crianças que não acompanham devidamente a escola, quais são as que se fazem notar por sua turbulência e, enfim, quais as que não podem mais nem sequer frequentar a escola” (FOUCAULT, 2006, p. 269).

Ao buscar corrigir as crianças atrasadas inicia-se um processo de internação das “crianças-obstáculos”, alargando o campo de incidência da Psiquiatria que se transforma em uma tecnologia de defesa, proteção e ordem social, reforçando o caráter de fixidez a partir de um balizamento do que é considerado normal e esperado. Embora as mudanças realizadas durante todo o processo da psiquiatria desde então, até culminar nos ideais da Psiquiatria Preventiva que balizam os serviços dos CAPSi; notamos as mesmas críticas de quando o início dos estudos psiquiátricos<sup>132</sup>.

Schulte e Tolle (1977) destacam que há dificuldade nas pesquisas devido a alguns tipos de doenças não serem tão *facilmente distinguíveis* do comportamento humano normal, e os estudos não permitem uma conclusão quanto à patogênese das doenças psíquicas, mas somente, talvez, quanto à influência de fatores sociais na sua evolução que definirão as práticas de atendimento e prevenção adotadas. Amarante

---

<sup>132</sup> Sobre o histórico psiquiátrico e o desenvolvimento da Psiquiatria Preventiva no Brasil, consultar: RESENDE, H. Política de saúde mental no Brasil: uma visão histórica. In: TUNDIS, S.A. (org.), **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997- (Coleção Saúde e Realidade Brasileira). DELGADO, P.G.G. Perspectivas da psiquiatria pós-asilar no Brasil. In: TUNDIS, S.A. (org.), **Cidadania e loucura**: políticas de saúde mental no Brasil. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997- (Coleção Saúde e Realidade Brasileira). STROILI, M.H.M. **Saúde Mental no Brasil: uma análise da estruturação e desenvolvimento do campo**. Tese de Doutorado. Unicamp, 2002. Disponível em [www.bibliotecadigital.unicamp.br](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br) Acesso em: 22 nov. 2013.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

(1996) evidencia que a Psiquiatria construiu conceitos de sintomas e doenças sobre fenômenos que lhes são absolutamente incompreensíveis, cumprindo um papel meramente ideológico, colocando que “o questionamento do sistema institucional transcende a esfera psiquiátrica e atinge as estruturas sociais que o sustentam, levando-nos a uma crítica da neutralidade científica - para depois tornar-se crítica e **ação política**” (AMARANTE, 1996: 84, grifo nosso), ou seja, o campo psiquiátrico infanto-juvenil apresenta tendências contraditórias em suas bases, dando abertura aos questionamentos acerca da eficiência e eficácia de seus métodos.

Ainda nessa linha que denominamos “crítica psiquiátrica” citamos as afirmações de Cardoso (2002), que através de pesquisas acerca da etiologia e do tratamento das doenças mentais têm evidenciado que antes de serem “enfermidades” clinicamente definidas, as doenças mentais são construções sociais, dando-nos aval a entender a “loucura” como produzida socialmente através de mediadores, como a polícia, os clínicos gerais, os advogados, os assistentes sociais, etc., sendo que o psiquiatra tem por função proteger a sociedade contra os que transgridem regras aceitas de convívio social. Na ausência de vírus biológico dada a dificuldade de comprovar na empiria médica a existência da doença mental, vírus sociais são constantemente construídos.

Dos apontamentos feitos, que atrelam-se ao esforço de questionar sobre a cidadania dos infanto-juvenis doentes mentais, sob os aspectos de entendimento da existência de uma dominação psiquiátrica exagerada, destaca-se que as causas atuais mais frequentes de atendimentos psiquiátricos emergenciais em crianças e adolescentes são comportamentos **sem** diagnóstico estabelecido, comportamento suicida e depressão; e os primeiros procedimentos são aliviar sintomas por meio do emprego de **medicações** (SCIVOLETTO; BOARATI; TURKIEWICZ, 2010). Aponta-se a delegação de vontades dos infanto-juvenis aos profissionais de saúde mental que intervêm quimicamente em seus organismos; e colocamos então a problemática de entendimentos sobre a cidadania: se a compreensão recair sobre “garantia de direitos”, coloca-se a assistência à saúde como um exercício de direito à cidadania e então defende-se as intervenções; porém se o entendimento de cidadania recai sobre o direito a autonomia, conceito tão válido à assistência psiquiátrica pós-Reforma, pode-se interpretar as intervenções como agressão a esse valor.



### **Infância: tema controverso**

Diante de todo o apresentado, pautamos, então, a invalidação de critérios que abrem fendas às críticas existentes às práticas aos cuidados à saúde mental infanto-juvenil, e também a existência de um objetivo de *ajustamento* do indivíduo; que nos leva a entender a criança como um ser  **moldável**. As crianças são vistas como uma população específica que tem despertado interesse dos campos científicos, e assim que ganhou visibilidade houve combates acerca da legitimação por ações específicas que objetivem o poder e o saber sobre o seu corpo. Vistas por uma *socialização vertical* tendo os valores do mundo adulto inculcados, a criança passa recentemente a ser entendida como produtora de um meio próprio, como apontado no início do trabalho. A construção da noção de infância atrelou-se a certas práticas discursivas que trouxeram um sentimentalismo e uma disputa por dominação, já que como colocado por DeMause (1991, p. 18 apud OLIVEIRA, 2008 p. 19) “quanto mais se retrocede na história, mais provável que elas fossem mortas, abandonadas, agredidas e abusadas sexualmente”.

A problemática atual dá-se, como coloca Abramowics (s.d., apud SANTOS, 2012) na busca de enquadrar as crianças e os adolescentes no mundo adulto; impondo a elas uma cultura já pré-estabelecida, procurando perfeccionizá-las, ignorando o seu presente através de um olhar adultocêntrico, orientando-as a assumir papéis adultos, desconsiderando a dinâmica atual. Nessa linha, Cortello (2013) coloca que há um certo problema de *impaciência de lidar com as crianças*. Como muito se percebe, somos pautados em viver em uma sociedade *acelerada, ansiosa*, em busca de uma insatisfação nunca preenchida ou alcançada. Ao mesmo tempo em que se percebe uma “obsessão evolucionista”, percebe-se também que o futuro das gerações está sendo arrancado. Na intenção de “preparar” o indivíduo, monitorando suas ações enquanto crianças para preveni-lo de problemas futuros, com base em critérios mentais; o que se faz é tirar a *essência* infantil dos seres, que têm sua força no lúdico, na imaginação, na traquinagem (Cortello, 2013).

Oliveira (2008) vem elucidar uma ambivalência na garantia de cidadania infanto-juvenil: a existência de uma infância protegida (dependente) e de uma infância cidadã (participativa), e defendendo que “não se deveria pensar em direitos às crianças, que busquem torná-la um adulto produtivo ou qualquer coisa que seja, mas somente em deixar que as crianças sejam crianças.” (OLIVEIRA, 2008:169). Através das garantias de direitos à cidadania de crianças e jovens, aqui mencionados, apontamos que: “O

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

discurso jurídico toma o corpo da criança e esse deve ser cultivado, formado, reformado, corrigido e controlado para que possa desenvolver determinadas aptidões, qualidades para o trabalho futuro, ou seja, é a formação de um corpo como força de trabalho” (OLIVEIRA, 2008:156).

Desse entendimento, trazemos novamente o ponto central da discussão desse trabalho: as contradições entre os apontamentos de “controle” na garantia da cidadania dos infanto-juvenis com foco nas garantias da política pública de saúde mental, que pautadas nos princípios do SUS, colocam a participação social como um direito dos usuários das instituições. Além dos apontamentos da generalização de entendimento de criança e infância como uma “fôrma” do homem adulto; trazemos a problemática de como garantir a participação dos usuários dos CAPSi, sendo que eles são “tutelados”, são coagidos a delegarem suas vontades em prol de tratamentos e enquadramentos em sintomas e doenças.

### **Conclusão**

Ao mesmo tempo em que se possibilita o direito à assistência médica e de cuidados terapêuticos, anula-se desses usuários as demais condições de cidadania. Sob a proteção do Estado tem-se um tipo de garantia pautada em uma contradição estrutural que se inscreve na constituição histórica da doença mental (FERNANDES, OLIVEIRA, FERNANDES, 2003) – desenrolando-se entre técnicas de cuidado e de controle. Em validação ao que aqui está sendo colocado, nota-se que muitas instituições pós-Reforma ainda adotam implícita ou explicitamente a estrutura manicomial como modelo de assistência, exemplificando como a existência de portões com grades que ficam fechados durante o funcionamento dos Centros, que discursam sobre a garantia de liberdade de ir e vir do usuário dentro da lógica atual do tratamento ao doente mental.

As questões apresentadas fazem-se complexas por carregarem carga histórica e contextual de negatividade no imaginário social: a cidadania suprimida por muitos anos em nosso país, e a doença mental e seus estigmas e noções de controle. Se as leis bastassem, muitos ideais já estariam consolidados. Mas um direito para ser conquistado ou mudanças para serem alcançadas implicam em lutas cotidianas e organizadas. A doença mental vista como limitadora de autonomia (em qualquer idade e mesmo após as mudanças advindas com o esforço da Luta Antimanicomial) tende a duplicar-se quando

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

o olhar volta-se às crianças e aos jovens, também entendidos como indivíduos não-autônomos.

As considerações aqui feitas buscam fazer emergir pensamentos acerca da temática que contribuam para questionar e impactar na situação conflituosa que se dá entre “a teoria e a prática”, entre “o entendimento e as ações”, visando compreensões acerca do tema que busquem sintonizar as duas contrariedades que foram as bases para suscitar o que aqui se apresentou.

### Bibliografia

BRASIL. **Caminhos para uma Política de Saúde Mental Infanto-Juvenil** (2005). Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caminhos\\_infantojuv.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caminhos_infantojuv.pdf)>. Acesso em: 24 ago.2013.

\_\_\_\_\_. **Fórum Nacional de Saúde Mental Infanto-Juvenil**, RJ, (2005a). Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Recomendacao.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.216/2001.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110216.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110216.htm)>. Acesso em: 25 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 25 abr.2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069/1990.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CARDOSO, M. Antropologia das emoções ou “somatização” da teoria social? Em defesa da sociologia. *Olhar*, São Carlos: UFSCar, V. 9, p. 17-29, 2003.

CORTELLO, M.S. **A criança em seu mundo.** Programa Café Filosófico, TV Cultura (vídeo). Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=-y1-o\\_kJ5Kk](http://www.youtube.com/watch?v=-y1-o_kJ5Kk)>. Acesso em: 4 dez. 2013.

FERNANDES, Josicelia Dumêt; OLIVEIRA, Maria Rita; FERNANDES, Juliana. **Cidadania e qualidade de vida dos portadores de transtornos psiquiátricos: contradições e racionalidade.** *Rev. esc. enferm. USP*, São Paulo , v. 37, n. 2, jun. 2003. Disponível em

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342003000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342003000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em : 27 mar. 2014.

FONSECA, T.M.G.; JAEGER, R.L. **A psiquiatrização da vida**: arranjos da loucura, hoje. *PolisePsique*, v. 2, 2012, p 188 - 207. Disponível em: [seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/download/40327/25634](http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/download/40327/25634) . Acesso em: 24 nov. 2013.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Roberto Machado (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

\_\_\_\_\_. Constituição da criança como alvo da intervenção psiquiatria. In: **O poder psiquiátrico**. Curso dado no Collège de France (1973-1974). Eduardo Brandão (Trad.). Ed. Martins Fontes, 2006, p.153 – 178.

\_\_\_\_\_. Os modos de generalização do poder psiquiátrico e a psiquiatrização da infância. In In: **O poder psiquiátrico**. Curso dado no Collège de France (1973-1974). Eduardo Brandão (Trad.). Ed. Martins Fontes, 2006, p.255- 298.

FUCK, L.B. **Raízes da psiquiatrização da escola**: aspectos da mitomania. Dissertação (Mestrado em Educação) UFSC. Santa Catarina, 2010. Disponível em: <[http://nuca.org.br/Paginas/dissertacao\\_mestradoeducacao\\_ufsc\\_larabeatrizfuck.pdf](http://nuca.org.br/Paginas/dissertacao_mestradoeducacao_ufsc_larabeatrizfuck.pdf)>. Acesso em: 17 fev. 2014.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDEIROS, Soraya Maria de and GUIMARAES, Jacileide. **Cidadania e saúde mental no Brasil: contribuição ao debate**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2002, vol.7, n.3, pp. 571-579. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13033.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

MORENO, Vania e SAEKI, Toyoko. **Refletindo sobre a cidadania nos serviços de saúde mental**. *Rev. Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 19, n.2, p. 91-94, jul. 1998. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4197/2218>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

OLIVEIRA, F. de. **A criança e a infância nos documentos da ONU**: A produção da criança como “portadora de direitos” e a infância como “capital humano do futuro”. Tese de Doutorado. UFSCar, São Carlos, 2008. Disponível em: <[http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2241](http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2241)>. Acesso em: 17 fev. 2014.

SANTOS, M.W. Crianças no tempo presente: a sociologia da infância no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v.23, n.2, ago 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072012000200017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 fev. 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

SCHULTE, W.;TOLLE, R.. **Manual de psiquiatria**. Celeste de Oliveira Vieira (Trad.). São Paulo: EPU, 1977. Cap. 1, p. 1 – 30.

SZASZ, T.S. **Cruel Compaixão**. Ana Rita P. Moraes (Trad.) Campinas, SP: Editora Papyrus, 1994.

## **DESVENDANDO A CAIXA PRETA DO BOLSA FAMÍLIA**

Isabela Fagundes Cagnin- UFSCar  
isabelafagundes@yahoo.com.br  
Fomento: FAPESP

O Programa Bolsa Família, completa em 2014, dez anos de existência, neste período conquistou o reconhecimento mundial como uma política pública de assistência social, que deu e está dando certo. Porém tal reconhecimento não retira a necessidade de estudar o programa e entender seu funcionamento. O trabalho tem como objetivo desvendar os critérios de seleção do Bolsa Família (BF). O BF é uma política pública de transferência de renda direta que visa à superação da extrema pobreza e da pobreza no Brasil, atende mais de 16 milhões de famílias, que possuem uma renda per capita de 70 até 140 reais. Além da renda critérios como, número de crianças e jovens até os 17 anos, gestantes e nutrízes, são levadas em consideração. Porém devido a diferença entre o número de cadastros feitos em relação à quantidade efetiva de famílias que recebem o benefício e a procura de explicações pelas famílias, pelos motivos do não recebimento do benefício, mesmo estando dentro dos critérios, fez surgir a questão: Quais são os critérios de seleção das famílias? Para buscar informações sobre os critérios, foram realizadas entrevistas com a coordenadora geral de concessão e administração dos benefícios em Brasília e com os cadastradores do Cadastro Único em São Carlos. Com as entrevistas, constatou-se desconhecimento, despreparo e falta de comunicação entre os níveis federativos da gestão do programa. Frente a este cenário propomos uma análise da relação, entre as gestões municipais a cargo de partidos de oposição ou alinhadas com o governo federal e suas manifestações na condução do programa Bolsa-Família. Esta análise é feita a partir das variáveis que compõem o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). O IGD é um índice utilizado para quantificar a qualidade da gestão do BF nos municípios com o objetivo de transferir recursos para a melhoria do desempenho na condução do programa.

### **I) INTRODUÇÃO**

O programa de transferência de renda, Bolsa Família (BF), conquista no ano de 2014, dez anos de vigência, carregando consigo o consenso de avaliações como uma política pública com resultados positivos. Ou seja, os objetivos propostos pelo BF estão sendo cumpridos, as famílias em situação de extrema pobreza e pobreza conquistaram através do benefício condições de superação da vulnerabilidade e acesso a direitos antes negados. Porém, apesar da imensa quantidade de estudos produzidos sobre a política, há ainda questões a serem resolvidas. Com um olhar atento sobre o BF na cidade de São Carlos, é possível observar que apesar da taxa de cobertura do programa ser maior que 100% a quantidade de cadastros válidos para o programa aumentava, porém a quantidade de famílias beneficiárias não aumentava proporcionalmente.

Diante deste cenário, questões como, Quais os critérios de seleção do Bolsa Família? Porque algumas famílias são beneficiárias e outras não? Qual a interferência

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

partidária na gestão da política pública em nível municipal? A tentativa é de elucidar estas questões e apresentar outras, em um fluxo de produção de conhecimento, sobre uma das, se não a principal, política de transferência direta de renda do Brasil.

### II) DESENVOLVIMENTO

O Brasil, país com a economia mais desenvolvida, importante e principal representante da América Latina, carrega em sua história a permanência de altos níveis de desigualdade social, principalmente de distribuição de renda. Ocupava em 2012 o 4º lugar, na América Latina, no ranking de desigualdade social feito pela ONU.

Uma das formas para reverter o quadro em que o Brasil se encontra é através da produção de políticas públicas, que visam o acesso a condições mínimas de sobrevivência, educação, saúde e desenvolvimento social. Entretanto o histórico da produção de políticas públicas com objetivo da diminuição da desigualdade social e a constituição dos próprios direitos sociais são contraditórios.

Os direitos sociais, a cidadania e a assistência social foram constituídos no Brasil, com características que moldam até hoje a concepção de direito. A primeira característica, conforme aponta Carvalho (2002), é a inexistência de formação de cidadãos brasileiros durante o período imperial, faltava portanto, o próprio sentido de cidadania e de igualdade perante as leis, sendo estas (as leis), incorporadas pelos “homens bons” que passavam além de detentores de riquezas, como terras, a deter as funções judiciárias. O “cidadão” comum ficava neste período a mercê dos “homens bons” em relação as leis e as instituições religiosas ou particulares, referente a assistência social.

A segunda característica é a responsabilidade das atribuições de assistência social por parte de associações particulares e religiosas, retirando do Estado qualquer obrigação frente a produção de políticas. Ou seja, não houve mudanças na estrutura política, já que a independência não acarretou em uma troca da elite política, mantendo portanto o gerenciamento dos direitos sociais e assistência social como antes. A terceira característica, conforme aponta W. G. dos Santos é a produção de políticas por parte estatal, focalizando apenas trabalhadores de carteira assinada, acarretando ao atributo “cidadão” ligação direta com a concepção de “trabalhador”. Com a Constituição Federal de 1988, a assistência social, torna-se responsabilidade pública e do estado. A produção de políticas públicas e assistência social ganha espaço no debate político e como

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

resultado a concepção de mérito, cidadão e culpabilização do sujeito pelas suas condições sociais vão dando lugar, lentamente, para a concepção de direito e dever estatal em garantir condições de manutenção da vida.

Com a formação dos direitos sociais, cidadania e assistência social concomitantemente ao acirramento do sistema capitalista, a distribuição desigual de bens, aumento da pobreza e da desigualdade social. A política pública de redistribuição de renda surge como ferramenta para amenizar as diferenças na concentração de riquezas.

Em 1991, o Senador Eduardo Suplicy apresentou o Projeto de Lei nº 80/ 1991 com a proposta do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que tinha como objetivo o beneficiamento de pessoas maiores de 25 anos de idade, com renda que corresponderia hoje em torno de 1,5 salário mínimo. No ano de 1995, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, temos as primeiras experiências de programas de Renda Mínima, em princípio municipais. Em 1996 teve início o programa PETI (programa de erradicação do trabalho infantil). Em 2001, ainda no governo FHC, houve a criação dos programas federais: Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

No mandato do presidente Lula, que se iniciou em 2003, houve uma unificação dos programas federais de transferência de renda, quatro programas foram unificados: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação, e o novo programa passa a ser chamado de Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família (BF) é uma política pública de redistribuição de renda direta, que visa famílias em situação de extrema pobreza e de pobreza, este surgiu durante o primeiro mandato do governo Lula (2004) através da unificação dos programas federais de transferência de renda, que são: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. Hoje o programa integra o Plano Brasil Sem Miséria e atende mais de 13 milhões de família no Brasil que possuem uma renda na faixa de 70 reais até 140 reais *per capita*. O BF trabalha com três eixos que são: 1) transferência de renda, 2) condicionalidades e 3) ações e programas complementares. A transferência de renda tem como objetivo o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso aos direitos sociais básicos na área da educação, saúde e assistência social. As ações e programas complementares têm como objetivo a superação da situação de vulnerabilidade.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O benefício do BF é constituído a partir de cinco variáveis, que de acordo com a composição familiar e a renda *per capita*, formará um único benefício familiar. As cinco variáveis são: 1) Benefício Básico, no valor de 70 reais mensais, concedido a famílias extremamente pobres com renda per capita igual ou inferior a 70 reais; 2) o Benefício Variável, no valor de 32 reais, concedido para famílias com crianças de 0 a 15 anos, gestantes ou nutrizes, tendo um limite de até cinco benefícios por família atualmente; 3) o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente, no valor de 38 reais, concedido para famílias com jovens entre 16 e 17 anos, limitado a dois jovens por família; 4) o Benefício Variável de Caráter Extraordinário, com valor calculado caso a caso, concedido para famílias migradas de programas remanescentes ao PBF; 5) o Benefício para Superação de Extrema Pobreza na Primeira Infância, conhecido como “Programa Brasil Carinhoso”, com valor correspondente ao necessário para que todas famílias beneficiadas, com crianças de 0 a 15 anos, superem os 70 reais mensais por pessoa.

Olhando para a divisão do benefício nas variáveis junto com a renda *per capita* de no máximo 140 reais, poderíamos afirmar que os critérios de seleção das famílias para o BF seriam esses e as famílias que estiverem dentro dos critérios receberiam o benefício. Porém, devido à diferença entre a quantidade de cadastros feitos pelo Cadastro Único, na cidade de São Carlos, e a quantidade de famílias efetivamente beneficiadas pelo PBF, e devido à procura constante das famílias por explicações da não concessão do benefício, mesmo estando dentro dos critérios, foi suposto que algo além desses critérios interferia na seleção das famílias.

Os critérios de seleção do BF informados pelos cadastradores locais, da cidade de São Carlos, são a renda de no máximo 140 reais *per capita* e se há crianças e jovens na família. A cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo, possui uma população, segundo o Censo de 2010, de 218.080 habitantes. Foi cadastrado em 2012 um total de 13.447 famílias, das quais apenas 5.857 famílias recebem o benefício. Porque há famílias que se enquadram dentro dos critérios, informados pelos cadastradores locais, que não recebem o benefício?

Segundo a coordenadora geral de concessão e administração de benefícios do Bolsa Família, **é feita a partir de quatro requisitos diretos: 1) a renda de no máximo 140 reais per capita, 2) a presença na família de crianças de 0 a 15 anos e jovens de**

**16 a 17 anos, 3) a presença de mulheres gestantes e nutrizes e 4) a atualização do cadastro único. Além desses há os requisitos indiretos, que são: o aumento do orçamento do programa e diminuição em cada município da estimativa de pobreza que interfere no recebimento do benefício (indicador da cobertura do benefício no município). Segundo a coordenadora, o orçamento do programa e a estimativa de pobreza são os principais bloqueadores ou impeditivos para que as famílias que possuem uma habilitação no perfil do Bolsa Família tenham que esperar na fila até que haja uma vaga.**

**Um dos problemas do PBF é que tanto os requisitos diretos quanto os indiretos**, explicados como critérios de seleção e priorização pela coordenadora geral de concessão e administração de benefícios do Bolsa Família em entrevista realizada em Brasília, **não são explicitados nos municípios, seja para os beneficiários, seja tampouco para os cadastradores** do cadastro único, que é a porta de entrada do PBF e o primeiro contato que as famílias possuem com informações sobre o funcionamento do programa.

As questões que chegam até os cadastradores, como o motivo da demora em receber o benefício, por que uma família recebe uma quantidade em dinheiro e a outra supostamente em mesmas condições recebe mais, o que faz uma família ser selecionada e outra não, dentre outras questões, apresenta uma problemática de comunicação entre os níveis de gestão, federal e municipal, do Cadastro Único e do Bolsa Família, que acarreta para os gestores municipais, em relação ao público atendido, uma posição de desconfiança e incredibilidade quanto ao seu serviço, tanto quanto em relação a política BF. As informações que faltam aos cadastradores são em sua maioria em relação aos critérios de seleção (diretos e principalmente indiretos), a operacionalização do BF e as ferramentas que compõem a execução deste, ou seja, qual a responsabilidade de cada uma.

A desinformação sobre os critérios diretos de seleção destaca-se, a atualização do cadastro único, o cadastro possui validade de dois anos, passando deste limite a família, perde o benefício, se for beneficiária, caso não seja beneficiária, mas está dentro dos outros critérios, não receberá o benefício. Já os critérios indiretos, estes são desconhecidos pelos cadastradores. O aumento do orçamento do programa BF, possibilita uma ampliação no número de famílias beneficiárias, influenciando na taxa de

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

cobertura do benefício no município, que é o segundo critério indireto. Quando a taxa de cobertura está acima de 100%, como o caso da cidade de São Carlos, as famílias mesmo que estejam habilitadas, não recebem o benefício, nestes casos surge uma fila de espera e a demora na liberalização do benefício.

A operacionalização do BF também tem seus pontos desconhecidos, as responsabilidades tanto da gestão municipal como das ferramentas que compõem o programa, sofrem de mais esclarecimento. A gestão local fica responsável pelo desenvolvimento do BF, ou seja, desde a atualização de cadastros, a busca ativa por famílias dentro perfil do programa, e o entrosamento entre as áreas das condicionalidades (educação, saúde e assistência social), até o investimento em infraestrutura para a operacionalização do Cadastro Único e do BF. Já as ferramentas utilizadas pelo BF, que são a CAIXA e o Cadastro Único, são responsáveis respectivamente, pela liberalização do benefício e informações sobre o benefício e o BF.

A desinformação e desconhecimento dos gestores municipais sobre os critérios e a operacionalização do programa interferem não só na gestão do benefício e da relação com as famílias, mas também em relação aos mecanismos que o próprio município tem para obtenção de recursos, IGD-M, no investimento de infraestruturas, que vão desde obtenção de material, como computadores, cadeiras, carros até construção de unidades responsáveis pela gestão do BF e do Cadastro único.

Os problemas de desinformação e desconhecimento dos cadastradores em relação a política pode ser explicado pela centralização das decisões e das informações decisivas de formulação do PBF no nível federal, encarregado da formulação, reformulação do programa e da operacionalização do benefício, isto é a concessão do benefício para as famílias. Fica claro que os encargos e responsabilidades descentralizadas para os municípios referem-se à implementação operacional do PBF, e não aqueles que implicam em poder de decisão sobre o programa.

A bibliografia sobre federalismo e o processo de centralização e descentralização da administração pública no Brasil mostra como esta problemática sempre esteve em pauta. A administração centralizada durante o período colonial e monárquico e a forma como ocorreu a independência e a proclamação da república, sem uma mudança da base política, mantiveram a centralização no nível federal.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Foi através da Constituição de 1891 que houve uma definição da nova ordem republicana, com a estrutura federativa, que rompe com a tradição do unitarismo imperial; contudo, como notara Rui Barbosa, tivemos no Brasil primeiro a União e depois as partes (ABRUCIO, 1998).

Por outro lado, o movimento de descentralização do poder, muito bem caracterizado pelo coronelismo e pelas oligarquias regionais, em que o poder local é forte e o central fraco, levava a um esvaziamento de poder, o que dificultava a imposição do poder público. Durante a Era Vargas foi iniciado o processo de recentralização, e para tanto se cria uma legislação social, interventorias, departamento de administração de serviço público e estruturação de órgãos específicos para a política de desenvolvimento.

A recentralização de 1930 resulta em dois movimentos: 1º) centralização financeira, em que os principais recursos fiscais e tributos passaram a ser competência exclusiva do governo federal, 2º) fortalecimento institucional, que compreendeu a criação de órgãos administrativos capazes de formular estratégias de desenvolvimento econômico e de inovação em política social, bem como formação de burocracias tecnicamente preparadas (ARRETCHE, 1996).

Durante o regime militar a centralização chega ao nível mais alto. É também nesse período que as políticas de Welfare State são implementadas, com base em duas linhas de políticas: as de caráter redistributivo, que eram políticas assistencialistas que tinham como objetivo diminuir a desigualdade provocada pelo acelerado crescimento econômico, e as políticas produtivas, que visavam o processo de crescimento econômico.

Nos anos 80, durante o processo de redemocratização, há também o processo de descentralização política e financeira. Aos municípios foram atribuídos poderes para gerir sua própria política partidária, acreditando na maior eficácia e eficiência das políticas e do governo local, que levavam em consideração as características e singularidades de seu território, e por outro lado assumindo que o fortalecimento das instancias subnacionais dariam ao cidadão maior influência e controle dos governos locais.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

É possível observar com o PBF que há novamente um processo de centralização na tomada de decisões, ou seja, a formulação e reformulação da política ficam a encargo do nível federal, porém a implementação e a gestão tanto do BF como do Cadastro Único, é responsabilidade dos municípios. Responsabilidade esta que é financiada pelo nível federal, através do repasse de recurso calculado pelo IGD-M (índice de Gestão Descentralizada Municipal).

### III.) BIBLIOGRAFIA:

ACOSTA, A. R.; TURINE, M. A. Santos.; *SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO SOCIAL: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA*; in Família: Redes, Laços e Políticas Públicas; São Paulo- PUC, Ed. Cortez Editora, 5ª edição

AZEVEDO, Sergio de. *POLÍTICAS PÚBLICAS: DISCUTINDO MODELOS E ALGUNS PROBLEMAS DE IMPLEMENTAÇÃO*. Artigo publicado em 2003 em coletânea preparada pela FASE para cursos de gestores municipais direcionados para lideranças populares das metrópoles brasileiras.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. *A POLÍTICA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS*. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2005, vol.20, n.59, pp. 97-110. ISSN 0102-6909.

OLIVEIRA, J. A. Puppim de. *DESAFIOS DO PLANEJAMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS: DIFERENTES VISÕES E PRÁTICAS*. *RAP*. Rio de Janeiro 40 (2): 273-88, MAR./ABR. 2006.

SAWAIA, Bader B.; *FAMÍLIA E AFETIVIDADE: A CONFIGURAÇÃO DE UMA PRÁXIS ÉTICO-POLÍTICA, PERIGOS E OPORTUNIDADES*; in Família: Redes, Laços e Políticas Públicas; São Paulo- PUC, Ed. Cortez Editora, 5ª edição

SOUZA, Jessé. *A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SUBCIDADANIA: PARA UMA SOCIOLOGIA POLÍTICA DA MODERNIDADE PERIFÉRICA*. Ed. Editora UFMG, 2ª edição, 2012.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

TELLES, V. Silva; *POBREZA E CIDADANIA: FIGURAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL MODERNO*. São Paulo: 34, 2001. 167 p. ISBN 85-7326-204-4

TREVISAN, A. P.; BELLEN H. M. *AValiação de Políticas Públicas: Uma Revisão Teórica de um Campo em Construção*. RAP. Rio de Janeiro 42(3): 529-50, MAIO/JUN. 2008.

ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os barões da federação: os governadores e redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 253

ARRETCHE, Marta. “Mitos da Descentralização: Mais Democracia e Eficiência nas Políticas Públicas?” *Revista Brasileira de Ciências Sociais-RBCS*. 1996, no 31. São Paulo: ANPOCS

ARRETCHE, Marta. “Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 2004. Vol. 18. no 2.

CARVALHO, José Murilo (2002). *Cidadania no Brasil – O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e Justiça - a política social na ordem brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Laura Teixeira Motta (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. 194 p

# CIÊNCIA POLÍTICA

## GT 8: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES

### Sessão 1: Organizações e Economia

**TEORIA DA JUSTIÇA *VERSUS* COMUNITARISMO – DISCUSSÕES SOBRE A POSIÇÃO ORIGINAL E A CONCEPÇÃO DE INDIVÍDUO EM JOHN RAWLS**

André Matos de Almeida Oliveira  
andrematosalmeida@hotmail.com;

Franklin Vinícius Marques Dutra – UFMG  
franklinmarquesdutra@gmail.com

A filosofia busca, desde seus primeiros momentos, estabelecer uma base, um fundamento, para guiar o comportamento ético dos indivíduos e uma distribuição justa dos recursos pelo Estado. As clássicas teorias do contrato social que surgiram na modernidade são, talvez, a tentativa de resposta mais famosa de todos os tempos a essas indagações e tiveram importância fundamental para o pensamento filosófico ocidental. No entanto, no contexto que se instaurou no século XIX, elas sofreram duros golpes filosóficos (como, por exemplo, as severas críticas de Hegel) e científicos (a teoria da evolução de Darwin); assim, encontravam baixa apreciação entre teóricos em meados do século XX. Com a publicação do livro *Uma Teoria da Justiça*, em 1971, John Rawls voltou a alçar o contratualismo a importância central nos debates de filosofia política de sua época. Trazendo conceitos como "véu de ignorância" e "posição original", Rawls fez sua proposta chegar a um nível de refinamento e abstração inéditos e pretendeu escapar às críticas clássicas. Seu contrato é, cumpre ressaltar, filosófico-hipotético - um experimento mental - e não tem nenhuma pretensão de qualquer conexão com nosso passado histórico. Rawls também não pretende usar o contrato como fundamento à obediência ao Estado, como o fizeram os clássicos (Hobbes, Locke, Rousseau). Ao contrário, o filósofo norte-americano utilizou o contrato como método, como auxílio na escolha de princípios de justiça que regerão as instituições básicas da sociedade. Contudo, o contrato rawlseano é agora alvo de novas e também severas críticas. Algumas das mais importantes delas são formuladas pela corrente comunitarista. Com sua concepção de que o indivíduo só é formado e estruturado plenamente com o contexto de uma vivência em comunidade, os teóricos comunitaristas criticam a tentativa de abstração e criação de indivíduos isolados de Rawls. Essa posição original, hipotética, seria enganosa, já que pressuporia "eus" desvinculados da sociedade/comunidade. O objetivo deste trabalho, nesse sentido, é analisar mais detidamente a concepção de contrato hipotético de Rawls, bem como as críticas comunitaristas que surgem contra ele. O trabalho investigará se, ou até que ponto, Rawls conseguiu, de forma coerente e satisfatória, reintroduzir as vantagens e benefícios alegados pelo contratualismo.

**1 - A Teoria da Justiça e o contrato hipotético de John Rawls**

Antes de começar a falar da teoria especificamente, vale ressaltar que o grande projeto de Rawls em seu livro foi criar um sistema em que há proteção a certos direitos independentemente do aumento do benefício geral. Em outras palavras, ele quer basicamente encontrar uma alternativa viável do Utilitarismo. Só que essa foi uma tarefa árdua, sendo que talvez resida aí o grande mérito do autor. Isso porque desde John Stuart Mill, a filosofia da utilidade estava bem consolidada no debate político e moral anglo-saxão, sendo que por muito se acreditou que o Utilitarismo estava certo. Apenas ainda faltava se encontrar a versão mais correta da teoria, que iria



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

definitivamente resolver o debate. Evidentemente que uma resposta definitiva não pode ser encontrada. Ressalta-se também que, devido à hegemonia da utilidade, o único contraponto que ela encontrava era o Intuicionismo, que não chega a ser uma teoria filosófica, mas apenas um conjunto de intuições, indícios, indicações subjetivas do que diz o nosso senso de justiça. Significa dizer que a oposição ao Utilitarismo nada mais era do que uma pluralidade de princípios de justiça que carece de método próprio e muito longe de uma sistematização.

É nesse ambiente que Rawls lança sua “Teoria da Justiça”, reascendendo o debate. Rawls parece querer aproveitar alguns pontos que considera positivos do Utilitarismo, mas, tendo suas raízes neokantianas, se mostra claramente um de seus objetores, talvez o maior deles na contemporaneidade. Seu grande objetivo foi, assim, desenvolver uma teoria, um sistema político cujas estruturas vão de acordo com nossas intuições de justiça, isto é, uma teoria cujas consequências, ainda que mais exacerbadas, não sejam contrárias ao nosso senso de justiça (ele argumenta que este é exatamente um dos pontos fracos do Utilitarismo, que é a princípio muito sedutor, mas que, se levado às últimas consequências, produz resultados altamente contraintuitivos).

Dessa forma, tem-se como a ideia central de justiça que “todos os bens sociais primários (liberdade e oportunidade; renda e riqueza; e as bases do autorespeito, o respeito a si mesmo) devem ser igualmente distribuídos, a não ser que uma distribuição desigual de qualquer um deles seja vantajosa para os menos favorecidos”. É como se Rawls tivesse dado aos menos favorecidos na sociedade um poder de veto sobre desigualdades, de acordo com a metáfora criada pelo próprio autor.

Tendo sempre a ideia acima em mente, passamos para o que o autor chama de Sistema Lexical de Prioridades de sua teoria, em que ele nos apresenta os bens importantes da teoria na ordem que considera mais importante. Como bom liberal, ele coloca a máxima da liberdade no lugar mais alto, de modo que ele entende que somente se aceita restrições da liberdade individual se forem no sentido de aumento da liberdade geral. Este é o ponto menos controverso, já que o valor da liberdade, pelo menos no mundo ocidental, é amplamente aceito. O segundo ponto é mais problemático, em que ele trata das desigualdades sociais. Ele é dividido em dois: que as desigualdades devem ser permitidas se em benefício dos menos favorecidos e que deve haver igualdade de oportunidades entre as pessoas para que elas busquem os bens sociais e econômicos. A esse segundo ponto ele deu o nome de Princípio da diferença.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Nesse sentido, maximizar a soma de vantagens resultantes da igualdade de oportunidades para a busca por bens sociais, ou seja, pressuposto para haver a possibilidade de desigualdades na sociedade é que elas não sejam resultado de motivos moralmente arbitrários, mas sim das escolhas posteriores de cada um. Além disso, e é aqui que ele impõe um limite claro para a ideia de maximização de utilidade dentro de sua teoria, ele claramente se manifesta no sentido de que, ainda que o resultado da aplicação do princípio da diferença diminua a utilidade da sociedade, ele não pode ser sacrificado. Veja que, com isso, ele protege alguns direitos fundamentais individuais que não serão em hipótese alguma suprimidos, ainda eu em face da coletividade.

Nessa lógica, o que se buscou foi criar um sistema em que sucesso ou fracasso do individuo serão resultado das escolhas que cada um faz, tendo em vista um sistema que possibilite igualdade de oportunidades. Embora seja um conceito mais complexo, por hora resigna-se a dizer que tal igualdade, fundamental para o conceito rawlseano de equidade, significa exclusão de motivos moralmente arbitrários, a saber: determinismos econômicos e sociais (por exemplo, ter nascido em uma família rica e, por isso, ter tido acesso a um melhor sistema de educação, que possibilita melhores oportunidades de trabalho e, com isso, melhor remuneração), mas vai além, incluindo aqui o determinismo natural, os talentos naturais de cada um (por exemplo, um QI elevado ou inata criatividade para compor músicas).

A ideia do autor, sumariamente, é de organização de uma estrutura em que esses talentos trabalhem na sua máxima eficiência, até o momento em que permitir essa eficiência não mais crie vantagens para aqueles cujo “destino” não foi tão amigável. Nesse sistema, ninguém merece benefícios resultantes de seus dons naturais ou posição social em que nasce. Entretanto, entende-se que não é injusto permitir que aqueles que os possuem deles se utilizem e obtenham benefícios sociais, desde que estes trabalhem para melhorar a posição daqueles que nasceram em posições sociais ou pouco favorecidos na loteria natural.

Rawls, então, irá apresentar dois argumentos legitimadores do princípio da diferença: ele vai no sentido de nossas intuições e o argumento do contrato social. Passaremos mais sucintamente pelo primeiro, até porque o que interessa a esse artigo é o segundo argumento. O próprio Rawls é expresso ao dizer que o segundo argumento é muito mais forte do que o primeiro. Pois bem, ao afirmar que o princípio da diferença é intuitivo, o autor está dizendo que posições sociais serem distribuídas por motivos moralmente arbitrários não é justo, o que podemos aceitar facilmente, o que vai de

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

acordo com intuições do que seja justo. Finalmente, o contrato social de Rawls, como se irá defender adiante, não se pretende ser uma explicação de como foi a passagem do “estado de natureza” para o “estado social”, muito menos em ser um dado histórico, verificado em algum momento na história da evolução humana. Ele é, nesta concepção, absolutamente hipotético. Na famosa expressão do autor, não é o que fizemos, mas sim o que faríamos em determinada situação.

Nesse sentido, ele desenha a posição original, em que estipula uma série de requisitos para as pessoas que ali se encontram (por exemplo, a aversão ao risco), todas elas convergindo no sentido de não permitir que as pessoas saibam minimamente a posição que irão ocupar na sociedade, muito menos quais os seus dons naturais. Sobre o olhar de cada um na posição original, Rawls coloca o véu da ignorância: a ideia por trás do véu é fazer com que se discutam quais os princípios de justiça fundarão aquela sociedade não tendo em mente a posição pessoal que se ocupa. Ou seja, não se tem a menor ideia do quanto cada um irá receber. Parece que a preocupação do autor aqui é apenas de criar um cenário em que motivos egoístas não interfiram na eleição dos princípios: cada um raciocina com o mais puro interesse público em mente para criar a sociedade mais justa possível.

O autor diz que toda teoria moral busca contemplar um projeto do que se considera uma vida boa, que se realiza com a boa distribuição de bens primários: sociais (aqueles distribuídos pelas instituições sócias) e naturais (os talentos, que são afetados pelas instituições sociais, mas não diretamente por elas distribuídas). Na posição original, cada um busca a melhor forma de distribuir os bens sociais. Nesse ponto, ele lança mão de outro recurso argumentativo para melhor explicar a forma de decisão na posição original: a estratégia maximin. Ela é basicamente a forma de fugir dos riscos de se estar na pior posição em uma sociedade utilitarista, mostrando que, segundo o autor, as pessoas na posição original iriam adotar sua teoria. Maximin, para Rawls, é a forma de pensar das pessoas em seu contrato hipotético segundo a qual se busca maximizar os bens sociais da pessoa que se encontra na pior posição, ou seja, que receberá a mínima quantidade deles.

Dessa forma, o autor entende que desse exercício mental resulta o princípio da diferença. Isto é, a sua concepção de justiça é derivada desse contrato hipotético. É, contudo, curioso ressaltar que o autor primeiro concebeu o princípio da diferença e, depois, o contrato. Com isso, este se trata de uma ferramenta argumentativa de que o autor se utiliza para demonstrar como sua teoria é intuitiva (até porque ele defende que

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

os dois argumentos são convergentes entre si), resguardando, contudo, a possibilidade de alterar alguns dos elementos da posição original do contrato para que deste decorra o princípio da diferença, sem, contudo, alterar os seus pontos mais fundamentais, o que, ao que tudo indica, comprometeria a derivação do princípio da diferença.

### **2 - A corrente do comunitarismo**

Uma tendência ao longo de toda a segunda metade do século XX em relação à construção das teorias morais foi a especial ênfase dada aos conceitos de liberdade e igualdade, em contraposição ao de comunidade. Se o grande lema dos revolucionários franceses era “liberdade, igualdade e fraternidade”, apenas os dois primeiros foram desenvolvidos mais sistematicamente nesse período. Provavelmente esse distanciamento tenha acontecido por causa da especial prodigalidade com que sistemas políticos autoritários do século XX tenham se utilizado desse conceito para dar cabo a catástrofes e tragédias. Por muito tempo, de fato, foi difícil pensar que outro valor fosse atingir importância central como os dois anteriores alcançaram.

No entanto, nos últimos anos a corrente comunitária ressurgiu. Seus novos proponentes têm uma visão muito mais aberta, democrática e moderada do que os antecessores. De fato, sua reivindicação é de que, se essa discrepância entre os valores continuar, quem cometerá injustiças e prejudicará a vida das pessoas vão ser os que ignoram o valor da comunidade. Essa nova corrente é a comunitarista e seus proponentes argumentam que a comunidade é um valor fundamental, que deve ser preservado e protegido.

É interessante notar a forma que a história repete padrões. No século XIX, Hegel teceu severas críticas aos liberais clássicos, como Locke, afirmando que suas teorias eram abstratas demais, distantes demais e que não podiam ser aplicadas à realidade adequadamente. Hegel elevou a importância da comunidade, da estrutura histórica e social a requisitos para se construir um sistema de justiça mais adequado. No século XX, a teoria liberal foi reformulada, especialmente com Rawls e pareceu escapar a essa crítica dirigida aos clássicos. No entanto, os defensores da comunidade também parecem ter passado por semelhante processo de reformulação, e agora tece novas críticas aos liberais.

Os novos liberais são os principais alvos de suas críticas, porque, afirmam eles, estão entre os que mais se afastaram da valoração do conceito de comunidade. Esse afastamento gerou distorções que a corrente comunitária agora aponta como importantes

e que devem ser superadas. A concepção de contrato social de Rawls, como importante elemento fundador de sua teoria liberal não passou incólume a elas. Vamos agora passar analisar uma de suas críticas.

### **3 - Crítica comunitária ao contrato rawlseano: o “eu” vazio**

Passando agora à indicação e à análise das críticas dos teóricos comunitaristas ao contrato hipotético de Rawls, vemos, nessa concepção de contrato, que é pressuposto um indivíduo que é livre para analisar as condições sociais em que está inserido e modifica-las ou sair delas, se for preciso. Essa formulação de “eu” é comumente chamada de “kantiana”, pois o filósofo alemão foi um dos maiores defensores da visão de que “o eu é anterior aos seus papéis socialmente dados e de que é livre apenas se for capaz de distanciar-se destas características de sua situação social e julgá-la segundo os ditames da razão” (KYMLICKA, 2002, p. 266).

A formulação kantiana do “eu” é fundamental à teoria liberal-igualitária de Rawls e refutá-la teria consequências devastadoras para ela (ibidem, p. 265). E, no entanto, é justamente aí que incide boa parte das críticas comunitaristas ao contrato social rawlseano e à sua Teoria da Justiça como um todo. Para os comunitaristas, tal concepção de “eu” é vazia e essa total liberdade para questionar as condições da sociedade em que se está inserido acabaria por derrotar a si mesma. Como diz um dos principais teóricos dessa corrente, Charles Taylor:

A liberdade completa seria um vácuo no qual nada valeria a pena ser feito, nada mereceria ser considerado para coisa nenhuma. O eu que chegou à liberdade colocando de lado todos os obstáculos e intrusões exteriores não tem personalidade e, portanto, nenhum propósito definido (TAYLOR, 1979, p. 157).

Desse modo, se negarmos todos os valores de uma comunidade em nome da autonomia desse eu quase místico, acabaríamos, em última análise caindo em um inescapável nihilismo onde eles seriam negados em nome de tal “liberdade” e nada restaria. Todos os valores seriam arbitrários e a única possibilidade seria a de se ter uma “vontade de poder” (ibidem, p.159), que seria uma situação quase hobbesiana de existência. Portanto, para os comunitaristas, o grande erro dos liberais é considerar a liberdade como um fim em si mesmo, descartando tudo o mais. Daí nada pode vir senão uma concepção vazia e estéril.

Ao invés disso, propõem eles, torna-se necessário que se estabeleçam metas e diretrizes a serem buscadas socialmente. Devem existir projetos que valham a pena e

que devam ser buscados por todos os membros de uma comunidade. A liberdade não deixaria de existir, mas seria apenas um meio de escolha para se alcançar os projetos estabelecidos. Então se inverteria a ordem hierárquica tradicionalmente defendida pelos liberais: os projetos se tornariam fins em si mesmos e a liberdade de escolha seria apenas o meio para atingi-los. As pessoas não empreendem projetos e objetivos de vida por amor à liberdade, isso não teria sentido. Elas os empreendem porque veem um valor intrínseco neles, acham que por algum motivo vale a pena fazê-lo. Os projetos é que têm que ter um valor intrínseco na vida delas. Como escreve Kymlicka:

A melhor defesa das liberdades individuais não é necessariamente a mais direta, mas a que melhor se harmoniza com a maneira como as pessoas, ao refletirem, se compreendem o valor de suas vidas. E se encararmos o valor da liberdade desta maneira, então, parecerá que a liberdade de escolha, apesar de central para uma vida valiosa, não é o valor central buscado em tal vida (KYMLICKA, 2002, p. 269)

Sem dúvida, se a concepção liberal for a descrita acima, ela estará sujeita a críticas severas e talvez inescapáveis. Parece claro que alguns autores liberais realmente sustentam essa concepção errônea. John Stuart Mill, um dos mais célebres deles, por exemplo, parece se encaixar nessa categoria (Berlin, 1969, p. 192). Resta, no entanto, saber se o mesmo acontece na teoria liberal-igualitária rawlseana em, entre outras coisas, sua concepção de contrato social. Ou seja, se o autor americano sustenta realmente essa concepção de “eu” sem prioridades e vazio, em uma apreciação do conceito de liberdade como fim em si mesmo, que cairá na armadilha de considerar todos os valores dispensáveis e arbitrários.

Isso será analisado no próximo ponto.

#### **4 - Resposta liberal-igualitária à crítica do “eu” vazio**

A crítica do “eu” vazio tem, inegavelmente, peso considerável e um teórico liberal deve examiná-la com bastante cuidado. No entanto, parece que os críticos comunitários continuam a cair em um problema parecido aos que os teóricos clássicos que davam valor à comunidade, como Hegel, caíam. Acreditamos que a nova formulação do contrato social de Rawls é mais refinada e escapa a elas. Tal crítica, talvez, seria eficaz apenas contra as correntes liberais clássicas.

Acontece é que os teóricos comunitaristas, nesse caso, partem do pressuposto de que Rawls formulou tal contrato como fundamento absoluto, critério único e universalizável para qualquer teoria moral: algo como o imperativo categórico kantiano.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A partir disso, afirmam que tal critério estático e atomizador seria enganoso, já que os indivíduos, na verdade, são dinâmicos e apenas concebíveis em sociedade. Tais críticos não parecem entender o motivo da formulação do dispositivo pelo autor americano. Ele, na verdade, não serviria como fundamento de uma teoria moral, mas antes como método de refinamento dela. Nesse sentido, serviria para ajustar, para fazer o que Rawls chama de “equilíbrio reflexivo” entre as intuições morais de um indivíduo e sua teoria moral a ser formulada. Repare-se, portanto, que em momento algum as condições sociais, da comunidade, são desconsideradas ou afastadas das considerações de fundamento teórico do autor. Tais elementos, na verdade, sempre se encontrarão presentes nas intuições e na teoria moral que um indivíduo utiliza para “preencher” o experimento mental da posição original ((KYMLICKA, 2002, p. 85). Rawls não nega a importância da comunidade na construção do “eu” e nem, em momento algum afirma que ele é vazio. Apenas estabelece critérios e princípios pelos quais esse eu poderá compatibilizar e deixar em equilíbrio os seus valores de justiça constitutivos. Não há, entre o “eu” e os métodos do contrato hipotético social contradição alguma com os valores da comunidade que preenchem e formam o indivíduo.

### **5 - Conclusão**

O contrato social rawlseano foi formulado com um grau de refinamento que o permite se desviar das críticas clássicas ao contrato moderno, como, por exemplo, a de que a seleção natural já havia provado a sociedade como inata ao ser humano e não como acordo de partes autônomas e dispersas, ou a crítica hegeliana de que seus princípios seriam demasiados abstratos e inaplicáveis na prática.

Ao trazer conceitos como "véu de ignorância" e "posição original", Rawls transformou seu contrato em filosófico-hipotético - em um experimento mental - que não tem nenhuma pretensão de qualquer conexão com nosso passado histórico. Rawls também não pretende usar o contrato como fundamento à obediência ao Estado, como o fizeram os clássicos (Hobbes, Locke, Rousseau). Ao contrário, o filósofo norte-americano utilizou o contrato como método, como auxílio na escolha de princípios de justiça que regerão as instituições básicas da sociedade.

Acreditamos que sua teoria, pelos mesmos motivos, também continua prevalecendo contra umas das principais críticas que lhe foram direcionadas pelos comunitaristas, a do “eu” vazio. Seu contrato, na verdade, serve como critério, como método para fundamentarmos nossas intuições de justiça e entrarmos em “equilíbrio

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

reflexivo”. Ele de modo algum nega a existência e a importância dos valores comunitários na formação de um indivíduo.

Ainda há muitas outras críticas comunitaristas direcionadas aos liberais e os debates entre essas duas linhas teóricas é frutífero e extenso. De modo algum este trabalho abordou ou teve a pretensão de tratar o assunto completamente. No entanto, pela faceta que analisamos, concluímos que, apesar da crítica analisada proporcionar uma reflexão profunda e fundamental de alguns pontos importantes de sua teoria, parece, por fim, adequado afirmar que sua concepção de contrato ainda consegue se sustentar.

### **6 - Referências Bibliográficas**

BARRY, Brian. *The liberal theory of justice*. Oxford University Press. 1973.

BERLIN, Isaiah. *Four essays on liberty*. Oxford University Press. 1969.

KYMLICKA, Will. *Filosofia Política Contemporânea*. Martins Fontes. 2005.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Martins Fontes. 2010.

TAYLOR, Charles. *Hegel and Modern Society*. Cambridge University Press. 1979.



# CIÊNCIA POLÍTICA

## GT 8: INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÃO

### Sessão 2: Instituições políticas

**JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA - O CASO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NO ESTADO DE GOIÁS**

Paulinny Marques Freitas (UFG)

E-mail: paulinnymarques@hotmail.com

Marcelo Marques de Almeida Filho (UFG)

mma\_filho@hotmail.com

Tema polêmico, desenvolvido nos debates internacionais e acolhido nas discussões brasileiras, a judicialização da política tem sido constantemente analisada, extrapolando os âmbitos do Direito e passando a fazer parte das esferas de estudos das Ciências Sociais, sobretudo da Ciência Política. Tendo como precursor o estudo de C. Neal Tate e Torbjorn Vallinder (1995), o termo judicialização da política (ou politização da justiça) tem sido empregado para indicar as consequências da extensão das atividades do Poder Judiciário quanto aos processos decisórios políticos nas democracias contemporâneas, partindo de uma visão predominantemente institucional/normativa. Segundo esta abordagem, judicializar a política é apropriar-se de métodos tipicamente derivados de decisões judiciais para a resolução de contenciosos e demandas de ordem política quando da expansão dos círculos de atuação das instâncias do Poder Judiciário, através do uso do poder de revisão constitucional das decisões dos poderes Executivo e Legislativo ou do aumento do corpo judicial ou de procedimentos de caráter judicial no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo (MACIEL; KOERNER, 2002). Conforme Luís Werneck Vianna et al. (1999), em perspectiva nacional, as análises tem se concentrado sobretudo quanto à utilização de Ações Diretas de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), abordando a judicialização das relações sociais por outro ângulo. Dessa forma, os estudos sobre a jurisdição constitucional têm se sobressaído neste cenário. Segundo o STF (online), as Ações Diretas de Inconstitucionalidade “tem por finalidade declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional, ou seja, contraria a Constituição Federal”, se caracterizando como instrumento de controle de constitucionalidade concentrado, podendo ser propostas apenas por confederações sindicais ou entidades de classe que representem os cidadãos comuns, atores indicados no artigo 103 da Constituição Federal de 1988, em consonância com o artigo 12-A da Lei Federal nº 9.868/1990. O propósito deste trabalho é analisar a partir da Ciência Política, os julgamentos do STF nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) do estado de Goiás, entre os anos de 1988 à 2013, conforme dados publicizados pelo Supremo Tribunal Federal e sistematizados em pesquisa desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, se tratando de uma análise quali-quantitativa.

**INTRODUÇÃO**

A judicialização da política não faz parte de um protagonismo institucionalizado por parte do Judiciário, porém advém de uma nova cultura política, representada por práticas de resistência da sociedade civil, aumentando sua representatividade. Para abordar o tema da judicialização, é importante a discussão por um melhor enquadramento e sistematização da pesquisa, sendo levantados os prognósticos de teorias pertinentes.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Com vistas a conceituar o termo, Tate & Vallinder (1995) colocam que Judicialização da Política é a reação do Poder Judiciário frente as provocação derivadas dos outros poderes e de grupos de interesse da sociedade, tendo como finalidade a revisão de decisões políticas através do uso dos dispositivos constitucionais, sobretudo nos países democráticos. Sobre as condições políticas necessárias para o surgimento ou conformação de um processo de judicialização da política, Tate & Vallinder (1995) indicam alguns elementos que apontam se é passível de desenvolvimento do processo de judicialização nas Nações, sendo eles a existência de um sistema democrático pautado na separação dos poderes, ampla asseguaração de direitos políticos civis, liberdade no uso dos Tribunais por grupos de interesse organizados e partidos de oposição e processos de defasagem ou inefetividade das instituições políticas majoritárias (Executivo e Legislativo), além da influência dos aspectos socioculturais de cada nação.

É importante ressaltar que a ideia fundamental desta pesquisa não é testar ou comparar teorias. Faz-se, contudo, necessária a apresentação de tais perspectivas teóricas, para enriquecimento do tema aqui discutido. Nossa proposta é mapear as ações diretas de inconstitucionalidade no estado de Goiás, no período compreendido entre 1988 e 2013, pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, se tratando de uma análise quali-quantitativa.

### **ALGUNS PONTOS RELEVANTES DA TEORIA DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA**

Antoine Garapon (1999) aponta que, além do fim da Guerra Fria e da possibilidade de expansão da influência do *judicial review*, existem vários outros motivos para que o processo de judicialização da política se propagasse, como a crescente apatia popular, descrença nas instituições democráticas e a inércia ou inação do poder político quanto à garantia das demandas sociais e proteção dos direitos fundamentais. O empoderamento e evocação do poder judiciário, desta forma, tornou-se uma via de solução para sanar as frustrações dos cidadãos jurisdicionados, dentro do debatido e contraditório contexto contemporâneo de “crise das democracias”. Conforme Garapon (1999), a omissão frente a temas altamente controversos da modernidade e questões morais polêmicas e politicamente complicadas pelos legisladores, tem propiciado a expansão das atividades políticas do judiciário, dado que tais questões

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

podem acarretar ônus consideravelmente altos para os políticos democraticamente eleitos, que preferem deixar as decisões para o corpo jurídico “politicamente neutro” quanto ao eleitorado.

Mauro Cappelletti (1999) endossa tal análise ao afirmar que o “absolutismo separatista dos poderes” se encontra em fase de declínio na contemporaneidade, dado que o pluralismo das sociedades democráticas tem gerado volumoso grau de demandas por representatividade, o que tem sido acompanhado de certo déficit por parte dos Poderes Legislativos nos sistemas democráticos, o que tem remanejado as questões políticas de difícil resolução (por vezes polêmicas) dos legisladores ao judiciário, incitando aos magistrados atuarem como legisladores, em primeira instância. Desta forma, quando existe polemização em torno de um tema, há comprometimento do processo de tomada de posição, o que através da pluralização da sociedade (que gera um sem fim de demandas, por vezes conflitantes) induz a certa inoperância do Poder Legislativo, onde o Legislativo conduz suas atividades de forma abstrata, recorrendo a cláusulas indeterminadas, gerando uma lacuna a ser preenchida pelo judiciário, que atua de forma política no sentido de preservação da razão pública.

Partindo de uma visão que privilegia as questões estratégicas sob as abordagens ideológicas ou estruturais da judicialização da política, Tom Ginsburg (2003) advoga que os grupos políticos presentes nos outros Poderes tem interesses diretos no avanço da judicialização política, haja visto que o Poder Judiciário por si só não tem condições de levar a cabo o cumprimento das suas funções e a manutenção de seu modelo de interpretação da Constituição, sem o aval dos outros Poderes, que detém as funções administrativas e de produção das leis ordinárias, ou seja, controlam as finanças, a burocracia e a formulação do Direito. No caso brasileiro, a organização dos três Poderes como responsáveis por interpretar e fazer cumprir a Constituição agrava ainda mais tal situação. De acordo com Ginsburg, o empoderamento das cortes reporta à criação de uma espécie de “seguro político” aos grupos politicamente relevantes contra as incertezas eleitorais, principalmente por parte dos grupos que estão ameaçados de perder um processo eleitoral. Uma vez que a Constituição determina o jogo democrático e sua reprodução, sobretudo as questões materiais (garantias aos grupos derrotados nas urnas da continuidade das regras básicas do processo democrático e um núcleo mínimo de execução das propostas política de tais grupos), contêm-se os excessos dos grupos majoritários e vitoriosos.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Segundo Ernani Rodrigues de Carvalho (2004), de maneira resumida, o debate sobre judicialização da política segue duas linhas, sendo elas a normativa, onde é avaliada a questão da supremacia das Constituições sobre as demais leis e decisões dos legisladores, de caráter majoritário, pressupondo amplo debate teórico e abarcando o debate entre democracia e constitucionalismo, sendo alguns autores a favor da judicialização, outros a favor conforme haja limite e moderação do judiciário e autores que se posicionam contra esse fenômeno e a linha analítica, que se ocupa com o cenário institucional e político no qual se desenrola o processo de judicialização, com sua dinâmica e práticas enquanto processo politizado, procurando estabelecer definições, mensuração e avaliar tal processo. A abordagem que estamos desenvolvendo adota pressupostos das duas linhas, sendo que o posicionamento adotado para este trabalho é em favor da judicialização.

Conforme expõe o pesquisador Marcos Faro de Castro (1996), a interação entre o sistema judicial e o sistema político em suas duas esferas gera resultados tanto políticos como econômicos e sociais, se caracterizando como arena para o debate e resolução de disputas e do próprio exercício do poder, fundamental para a manutenção dos sistemas de democracia constitucional. Coloca que passou a existir uma nova demanda dos tribunais jurídicos com o intuito de expandir o escopo de questões competentes a se formar juízos jurisprudenciais sobre questões antes delegadas exclusivamente aos poderes Executivo e Legislativo, o que poderia ser caracterizado como um novo ativismo judicial, havendo ainda a demanda e interesses de autoridades administrativas por se adotarem procedimentos e padrões jurisprudenciais próximos aos processos e deliberações judiciais, passando a haver provocações políticas ao Poder Judiciário no sentido em que este passe a gestar e compartilhar tais parâmetros (CASTRO, 1996).

Werneck Vianna et al. (1999) , mediante o uso de dados estatísticos sistematizados, expõem que a judicialização nacional da política se conformou como uma tendência, mas que este processo não implica necessariamente em uma procura por sobreposição do Poder Judiciário sobre os Poderes Executivo e Legislativo. Segundo os autores, a tendência de ação política do judiciário “não substituiria a política, mas preencheria um vazio, que, nas sociedades de massa com intensa mobilização social (como a brasileira), poderia vir a conceder ‘consistência democrática a excedente de soberania popular que escapa à expressão do sufrágio’” (VIANNA et al., 1999, p. 258).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

De acordo com Vianna et al. (1999), a judicialização é também um reflexo das novas práticas de resistência da sociedade civil em busca do aumento de sua representatividade nas decisões políticas, sobretudo por minorias excluídas dos processos de decisão majoritária. Uma vez que na esfera social o regime militar brasileiro aumentou a indiferença política popular, em questões de direito, comprometeu o processo de passagem da população de meros indivíduos sociais à cidadãos politicamente engajados, visto que a modernização autoritária do país na área econômica, que fez crescer e modernizar a economia brasileira, não teve o mesmo efeito no campo social, fazendo com que na fase de transição para a democracia política não houvesse uma cultura cívica disseminada entre a população do país, o que de certa forma ainda persiste. Deste modo, incumbiu-se ao Direito e às instituições de justiça fomentar a concretização do processo democrático e instruir a população nos moldes do civismo (ou ativismo político), ou seja, de forma inclusiva e cidadã, retomando as raízes históricas da tradição política brasileira de atuação da Justiça, o que foi reafirmado, revigorado e reforçado pela Constituição de 1988.

Conforme Barros (2008), três foram as causas da judicialização no Brasil, sendo: 1) o processo de redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988, onde o judiciário deixou de ser um organismo tipicamente técnico-especializado e foi dotado de poder político; 2) a constitucionalização abrangente, dotando a Carta Magna de atributos que antes eram exercidos por legislação ordinária ou pelos processos políticos majoritários, seguindo ainda tendências internacionais expressas pelas Constituições, e; 3) o formato do próprio sistema brasileiro de controle da constitucionalidade, que conforme já foi dito é híbrido (ou eclético) e é classificado como um dos mais abrangentes do mundo, abarcando aspectos do sistema estadunidense (controle incidental e difuso) e do sistema europeu (controle por ação direta), já que qualquer instância judicial ou magistrado pode deixar de aplicar uma lei caso haja precedentes concretos (jurisprudência) que a caracterizem como inconstitucional, existindo a permissão para que determinadas pautas sejam deliberadas diretamente pelo Supremo Tribunal Federal, dado que o artigo 103 da Constituição ampliou o direito de propositura amplo de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (e suas derivações<sup>133</sup>).

---

<sup>133</sup> Ação direta de inconstitucionalidade (ADI ou ADIn), ação declaratória de constitucionalidade (ADC) e arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Sobre as críticas ao empoderamento do Poder Judiciário, sobretudo em relação ao processo de judicialização, Luís Barroso (2008) advoga que, no caso do Supremo Tribunal Federal, este foi convocado a se manifestar sobre os temas politizados que foram levados para os trabalhos da instância, atuando dentro de seus limites institucionalmente constituídos. A Suprema Corte, independente de conhecer ou não as ações, ou mesmo de avaliar sua competência sobre tais processos, preencheu os requisitos constitucionais para atuar sobre tais pautas, o que confere validade às decisões tomadas pela instância e mesmo o respeito destas por parte dos Poderes Executivo e Legislativo. Partindo deste princípio, o processo de judicialização existente de fato, “não decorreu de uma opção ideológica, filosófica ou metodológica da Corte. Limitou-se ela a cumprir, de modo estrito, o seu papel constitucional, em conformidade com o desenho institucional vigente” (BARROSO, 2008, p.6).

Podemos depreender das teorias apresentadas que tais visões não são exclusivas entre si, mas sim complementares, sobretudo quando da interpretação do fenômeno da judicialização, o que nos permite compreender de uma forma mais clara a expansão do Poder Judiciário e aumento da proatividade dos magistrados e tribunais. Finalizada a discussão teórico-conceitual, adentraremos no próximo tópico a questão das inconstitucionalidades legislativas. No caso serão enfocadas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI's ou ADIns). Apresentaremos, *posteriori*, uma análise dos dados coletados no sítio do STF sobre os casos de judicialização via ADI's no Estado de Goiás no período 1988-2013.

### **INCONSTITUCIONALIDADES LEGISLATIVAS**

Inconstitucionalidade legislativa seria quando o legislador, democraticamente eleito e responsável pela elaboração de norma que deveria ser produzida por determinação da Constituição Federal, não as elabora. Sendo assim a inconstitucionalidade legislativa corresponde ao não cumprimento de lei constitucional pelo Legislador e também uma forma de omitir direitos que deveriam favorecer o constituinte. Isto deixa claro que esta ação é inconstitucional, pois desobedece a norma expressa na nossa Constituição.

Esta ação não pode ser proposta por um cidadão comum, mas por confederações sindicais ou entidades de classe que o represente, o rol é taxativo. Os legitimados estão no artigo 103 da Constituição de 1988, combinado com o artigo 12-A da lei federal nº 9.868/1990, são: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal;

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou a da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Procurador- Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional. Apenas o STF tem competência para processar e julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade, quando a decisão é proferida por este tribunal, reconhecendo a inconstitucionalidade, o artigo 103, § 2º da CF, reza que a autoridade do órgão competente responsável pela inconstitucionalidade deve sanar esta no prazo de trinta dias. O STF pode também analisar o caso específico e o interesse público envolvido. Sobre os efeitos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, eles são *erga omnes*, ou seja, o efeito alcança a todos os cidadãos e não apenas aqueles que inicialmente eram parte no processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

É importante salientar, portanto, que a inconstitucionalidade pode ser parcialmente ou totalmente. Sendo parcial, quando existir uma ação para viabilizar um direito, porém esta ação for insuficiente ou inadequada ou a inconstitucionalidade pode ser total quando nenhuma ação for proposta para validar um direito.

Descumprindo a norma constitucional de editar normas regulamentadoras, inviabilizando uma série de direitos do cidadão, o legislador impede a efetividade de muitas normas constitucionais. E, para garantir que esses preceitos sejam concretos, a própria constituição visa alguns mecanismos garantidores para proteger o cidadão das omissões legislativas.

### **O CASO GOIANO**

Para efeito deste trabalho, foi desenvolvido o mapeamento das ações diretas de inconstitucionalidade (ADI's/ADIns) do Estado de Goiás, compreendendo um período entre 1988 e 2013, sendo os dados escolhidos para a elaboração da pesquisa o número de série dos processos, a data de entrada dos processos no Supremo Tribunal Federal (STF), os Ministros relatores, os agentes requerentes, os agentes requeridos, os dispositivos legais questionados, as matérias abordadas por cada dispositivo, a fundamentação constitucional que ampara cada processo, os resultados liminares e os resultados finais. É importante frisar que esse recorte se fez necessário para dar seguimento à pesquisa, já que foi proposto o mapeamento de todas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade do Estado de Goiás no período dado.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Todos os dados coletados se encontram divulgados no próprio veículo *online* da instância máxima da Justiça brasileira, STF, e são de domínio público. Vale lembrar que em uma parcela de casos, alguns dados não foram fornecidos pelo Supremo, o que não compromete o andamento da pesquisa. No período correspondente foram contabilizados um total de 119 processos julgados ou em trâmite no Supremo Tribunal Federal, apresentados ordenadamente no quadro I (Anexo I).

Segundo os dados apresentados, podemos observar que o período compreendido entre 2000 e 2006 apresenta a maior concentração de ações impetradas. No ano de 1997, 1995 e 2008 também houve considerável número de entradas de processos no Supremo, conforme sistematizado no Gráfico I (Anexo I). Por não haver a disponibilização dos dados por parte do STF, um número expressivo de ações foi ainda classificado como não datadas.

Conforme já mencionado, as ações diretas de inconstitucionalidade só podem ser apresentadas por entidades de classe, confederações sindicais e outras organizações coletivas previstas pelo Artigo 103 da Constituição Federal, reforçados pelo artigo 12-A da Lei Federal nº 9.868 de 1990. De acordo com as informações recolhidas, as ações do Estado de Goiás foram requeridas, sobretudo, por partidos políticos e seus respectivos diretórios (30 casos), pelo Procurador-Geral da República em exercício (26 casos), Governadores de Estado (16 casos), Associações (13 casos), Confederações (8 casos), pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (6 casos), por Federações (4 casos), Sindicatos, Mesa Diretora da Assembleia Legislativa Estadual e Empresas Públicas ou Privadas (2 casos cada). O Quadro II (Anexo II) ilustra com mais detalhe quem propôs as ações no Estado de Goiás, no período em questão. A grande maioria das ADI's impetradas foram propostas por um único agente.

A Procuradoria Geral da República (31%), seguida dos Partidos Políticos (25%) e dos Governadores Estaduais (13%) apresentaram os maiores índices de ações impetradas, sendo assim os principais requerentes. Para melhor entendimento, a quantidade proporcional das ADI's requeridas foi reproduzida no Gráfico II (Anexo II).

Dos atores acionados por ADI's, as ações concentram-se, sobretudo, contra a Assembleia Legislativa, com 80 processos, o Governo do Estado, na figura do Governador vigente, com 51 processos e a Prefeitura e Prefeito do Município de Cidade Ocidental (Gestão 2002), com respectivos 10 processos e 11 processos cada.

A Assembleia Legislativa foi acionada conjuntamente com o Governador do estado de Goiás por 47 vezes, durante o período da análise. Duas ações compreendem

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

um número maior de requeridos, sendo eles uma ação que envolveu o Governo do Estado de Goiás, a Assembleia Legislativa do Estado e o Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Goiás. A outra ação, além do Governo e da Assembleia Legislativa Estadual, também incorporou o Secretário da Fazenda do Estado de Goiás e o Presidente do Tribunal de Justiça goiano em exercício no período. Os dados gerais foram ordenados de forma mais completa no Quadro III (Anexo III), conforme o número de vezes em que cada organismo ou entidade pública foi acionado.

Das fundamentações previstas na Constituição Federal de 1988 mais acionadas, se encontram os artigos<sup>134</sup> 037 (32 vezes acionado), 005 e 022 (17 vezes acionados), 025 (8 vezes acionado) e o artigo 002 (7 vezes acionado). Outros artigos ainda foram acionados expressivamente, como os artigos 001, 024, 039, 075,096, 144, 236 (com 5 acionamentos cada), os artigos 018, 155, 167, 170 (cada qual com 4 acionamentos) e os artigos 034, 061, 073, 084, 125 e 145 (acionados 3 vezes cada). Além das já mencionadas, outras fundamentações constitucionais foram acionadas como amparo às ADIns e se encontram tipificadas no Quadro V (Anexo IV).

Os Ministros da Justiça que foram relatores dessas ações são, respectivamente, Ayres Britto, Carlos Velloso, Cármen Lúcia, Carlos Britto, Celio Borja, Celso de Mello, Dias Toffoli, Ellen Gracie, Eros Grau, Francisco Rezek, Gilmar Mendes, Ilmar Galvão, Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Marco Aurélio, Maurício Corrêa, Menezes Direito, Moreira Alves, Nelson Jobim, Octavio Gallotti, Paulo Brossard, Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Sepúlveda Pertence, Sydney Sanches e Teori Zavaski.

Dos Dispositivos legais questionados mais frequentemente se encontram Leis (112 ocorrências, sendo dezoito destas Leis Estaduais, cinco Leis Complementares e uma Lei Ordinária Estadual), a Constituição do Estado de Goiás e suas respectivas Emendas (26 ocorrências), Decretos (15 ocorrências), Resoluções (12 ocorrências), a Constituição Federal e suas respectivas Emendas (duas ocorrências), Provimentos Administrativos (duas ocorrências) e Decreto-Lei (uma ocorrência). Em algumas ações, mais de uma lei, decreto ou outro dispositivo legal foram acionados, havendo casos em que leis e outros dispositivos foram acionados conjuntamente. Dessa forma, os dispositivos legais mais questionados foram leis (66%), a Constituição do Estado de Goiás e Emendas (15%), Decretos (9%) e Resoluções (7%), conforme podemos observar no Gráfico III (Anexo V).

---

<sup>134</sup> Foram acionados alguns de seus parágrafos, incisos, súmulas, caputs, e outros pontos específicos, conforme pode ser observado nos Quadros III e IV (Anexo IV).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Sobre os resultados liminares, a situação da maioria dos processos se encontra sem liminar (34 processos). Dos outros processos, alguns foram prejudicados (29 processos), outros estão aguardando julgamento (22 processos) ou foram deferidos (20 processos) e os demais foram indeferidos (9 processos) ou deferidos em parte (4 processos). Conforme podemos observar no gráfico IV (Anexo V), em percentual, 29% dos processos foram taxados como sem liminar, 24% foram prejudicados, 19% se encontram aguardando julgamento, outros 17% foram deferidos, 8% foram indeferidos e 3% do total foram deferidos em parte.

Quanto aos resultados finais, os números apontam que a maioria dos processos se encontra aguardando julgamento (30 casos), outros tiveram a decisão monocrática como seguimento negado (25 casos), vinte casos foram julgados como procedentes, houveram onze decisões monocrática como prejudicada a ação e outras onze decisões monocráticas como resultado não conhecido, seis casos foram julgados como procedente em parte, quatro como não conhecida, três casos (cada uma) como prejudicada, improcedente ou decisão monocrática que extingue o processo e por fim, um caso julgado como prejudicada a ação e um julgado como decisão monocrática - Indeferida a Inicial. Dados os valores e as porcentagens, podemos constatar que 25% dos casos se encontram aguardando julgamento, 21% tiveram como decisão monocrática negada o seguimento e 17% dos casos julgados como procedentes, caracterizando o valor mais expressivo das decisões proferidas. Os dados percentuais completos sobre os resultados finais encontram-se organizados no Gráfico V (Anexo V).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os debates sobre judicialização seguem entre pesquisas e formulações tanto em favor de tal processo como contrárias ao mesmo. Tais análises buscam entender as origens, singularidades, prós e contras, mudanças temporais do presente fenômeno. Autores como Tate & Vallinder propuseram dar estatuto conceitual ao tema, o que é amplamente discutido e dispõe de visões controversas. É fato que o processo de judicialização tem gerado benefícios ao sistema democrático, não deixando de possuir alguns riscos, como os expostos por Barroso (2008): ilegitimidade democrática, politização da justiça, capacidade institucional limitada do Poder Judiciário. Conforme o próprio autor argumenta, tais riscos são inerentes do processo democrático e podem ser contornados, já que o Judiciário é uma instância representante da vontade popular,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

mesmo que indiretamente e cabe aos tribunais e magistrados ponderarem sua ação em se tratando de política.

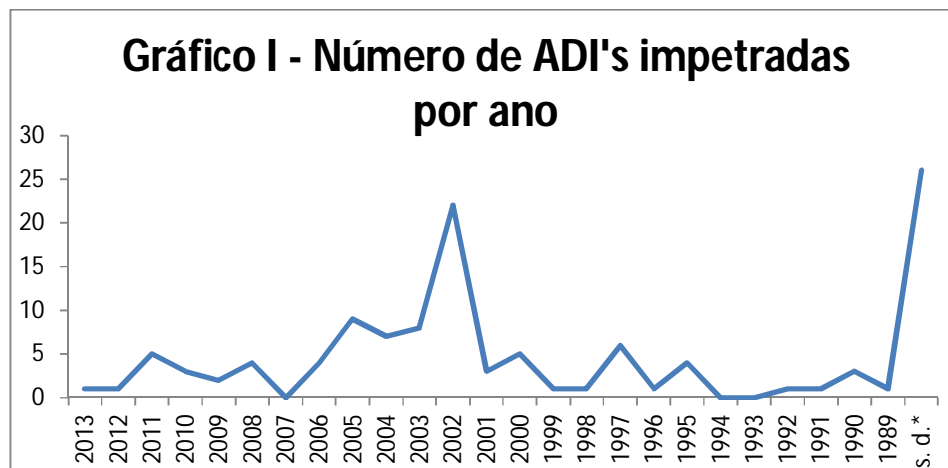
Uma vez definido o que é inconstitucionalidade legislativa, em acordo com as informações apresentadas, foram mapeadas as Ações Diretas de Inconstitucionalidade do Estado de Goiás, no período entre 1988 e 2013. Os indicadores foram escolhidos e apresentados para facilitar o entendimento sobre como essas ações atuam em favor do processo de judicialização da política no estado, expondo que nas unidades federativas do Brasil, a judicialização é um fenômeno que tem se popularizado, agindo como uma forma de coibir abusos e omissões contra os direitos cidadãos da população brasileira.

### ANEXO I – Quadro I e Gráfico I

#### QUADRO I - NÚMERO DE ADI's IMPETRADAS POR ANO

<i>2013</i>	1	<i>2000</i>	5
<i>2012</i>	1	<i>1999</i>	1
<i>2011</i>	5	<i>1998</i>	1
<i>2010</i>	3	<i>1997</i>	6
<i>2009</i>	2	<i>1996</i>	1
<i>2008</i>	4	<i>1995</i>	4
<i>2007</i>	0	<i>1994</i>	0
<i>2006</i>	4	<i>1993</i>	0
<i>2005</i>	9	<i>1992</i>	1
<i>2004</i>	7	<i>1991</i>	1
<i>2003</i>	8	<i>1990</i>	3
<i>2002</i>	21	<i>1989</i>	1
<i>2001</i>	3	<i>s. d.*</i>	26

Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.



Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.

\*Segundo as determinações técnicas da ABNT, o termo em latim *Sine Die* (s.d.) é utilizado quando uma referência se encontra sem data definida.

**ANEXO II – Quadro II e Gráfico II**

<b>QUADRO II – PARTES REQUERENTES</b>	
<b><i>Procurador-Geral da República</i></b>	<b>37</b>
<b><i>Partidos Políticos</i></b>	<b>30</b>
Partido Democrático Trabalhista - PDT	22
Partido Social Liberal - PSL	2
Partido Humanista da Solidariedade – PHS	2
Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	1
Partido dos Trabalhadores – PT	1
Partido Trabalhista Brasileiro - PTB	1
Diretório central do Partido Social Cristão - PSC	1
<b><i>Governadores de Estado</i></b>	<b>16</b>
Governador do Estado de Goiás	15

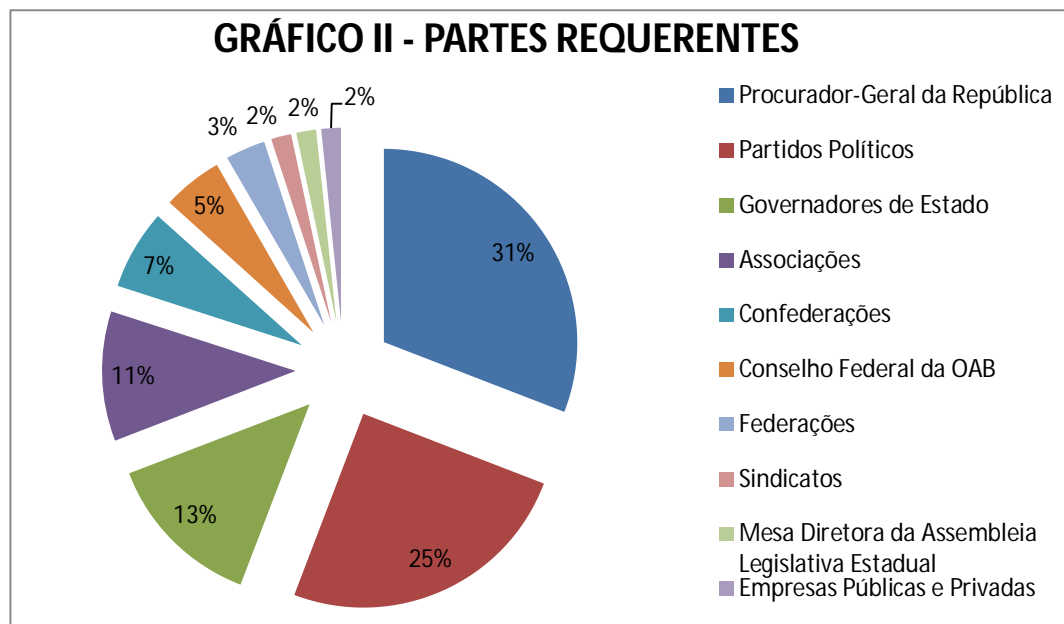
## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Governador do Estado de São Paulo	1
<hr/>	
<b><i>Associações</i></b>	<b><i>13</i></b>
Associação Nacional dos Procuradores de Estado-ANAPE	4
Associação dos Notários e Registradores do Brasil-ANOREG/BR	3
Associação dos Magistrados Brasileiros	2
Associação Nacional dos Membros do Ministério Público	1
Associação dos Delegados de Polícia do Brasil	1
Associação Brasileira de Defesa do Cidadão-ABRADEC	1
Associação das Empresas de Estacionamento e Garagens do Estado de Goiás	1
<hr/>	
<b><i>Confederações</i></b>	<b><i>8</i></b>
Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino	2
Confederação Nacional da Indústria - CNI	1
Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM	1
Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo	1
Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB	1
Nacional dos Trabalhadores Em Educação-CNTE	1
Confederação Nacional das Profissões Liberais	1
<hr/>	
<b><i>Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil</i></b>	<b><i>6</i></b>
<hr/>	
<b><i>Federações</i></b>	<b><i>4</i></b>
Federação Nacional do Fisco Estadual-FENAFISCO	3
Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil	1
<hr/>	
<b><i>Sindicatos</i></b>	<b><i>2</i></b>

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Sindicato dos Trabalhadores Em Educação de Goiás - SINTEGO	1
Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal E Interestadual do Estado de Goiás	1
<b><i>Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás</i></b>	<b>2</b>
<b><i>Empresas Públicas e Privadas</i></b>	<b>2</b>
Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia	1
Unidas Gráfica E Editora Ltda.-UNIGRAF	1

Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.



Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### ANEXO III – Quadro III

#### QUADRO III - CONCENTRAÇÃO DOS REQUERIDOS POR ADIns

<i>Requeridos</i>	<i>Número de requerimentos</i>
Assembleia Legislativa	80
Governador do Estado de Goiás	51
Prefeito de Cidade Ocidental	11
Prefeitura do Município de Cidade Ocidental	10
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	3
Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	2
Congresso Nacional	1
Estado de Goiás	1
Conselho Superior da Magistratura do Estado de Goiás	1
Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Goiás	1
Secretário da Fazenda do Estado de Goiás	1
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	1
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	1
Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Goiás	1
Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás	1
Tribunal Regional do Trabalho 018ª Região	1
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	1

Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### ANEXO IV – Quadros IV E V.

#### QUADRO IV - FUNDAMENTAÇÕES CONSTITUCIONAIS MAIS ACIONADAS

<i>Artigos</i>	<i>Nº de vezes que foi acionada</i>	<i>Capítulos, parágrafos, alíneas, caput, outros</i>
037	32	Caput, 00I, 0II, 00V, 00X, 0XI, 0XV, VII, XIII, XVIII e XXII
005	17	Caput, 001, 0II, XVII, XIII, 0XX, XXI, XXII, XXIV, "a", XXXIV, XXXV, XXXVI, LIII, LIV, 0LV
022	17	§001º, 00I, 0II, 0IV, XVI, 0XX, XXV
025	8	"caput", §001º
002	7	
001	5	0IV
024	5	§§001º ao 004º, 00I,º 003º, 0XI, XII
039	5	§001º
075	5	parágrafo único, caput
096	5	00I e 0II, "b"
144	5	00I, 0IV, §001º, 00I, 0II, 0IV, §004º, 004, §§001º, §§0014 e 006
236	5	caput e parágrafos, §§001º e 003º, §§002º
018	4	§004º
155	4	inciso 00I, alínea "b", inciso XII, alínea "g", 0II, §002º, XIII, "g"
167	4	00V e VII, 0IV
170	4	caput, 0II, III e 0IV
034	3	§§, 003º e 008º do ADCT, XII, "d"
061	3	§001º, 0II, "c" e "e"

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

073	3	caput, in fine, §002º, 00I e 0II
084	3	0II, III, VI e XXV, c/c art. 025
125	3	caput, §001º
145	3	§002º, 0II

Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.

**QUADRO V - DEMAIS ARTIGOS UTILIZADOS COMO FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL**

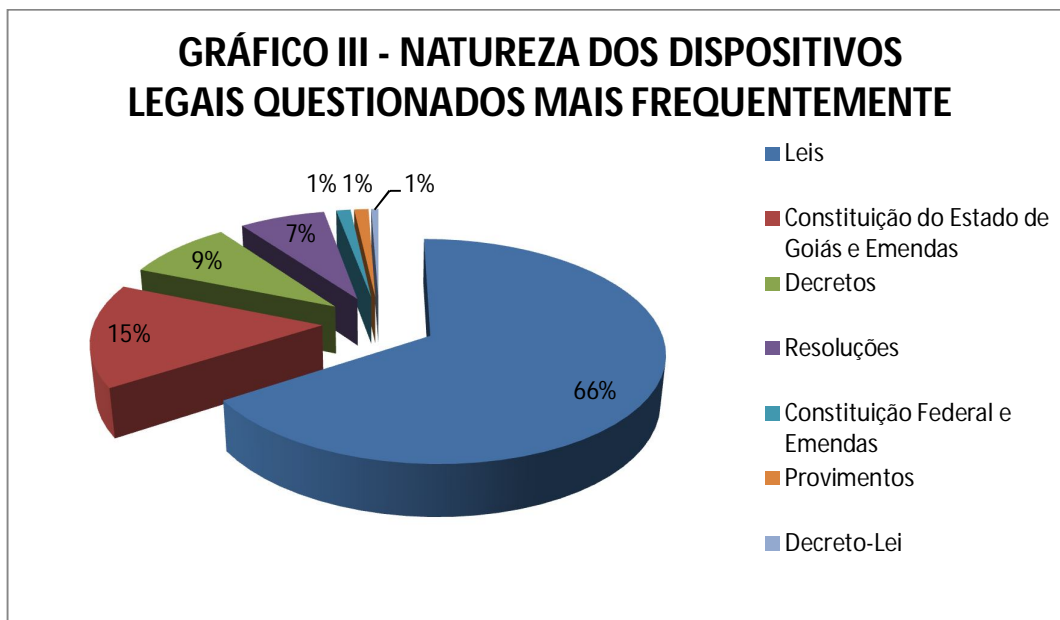
<i>Artigos</i>	<i>Nº de acionamentos</i>	<i>Parágrafos e outros Pontos utilizados</i>	<i>Artigos</i>	<i>Nº de acionamentos</i>	<i>Parágrafos e outros Pontos utilizados</i>
003	2		052	1	XIII
007	2	0VI e parte final do inciso 0IV	069	1	ADCT
008	2	00I e 0IV	076	1	
029	2	0IV, letras "a", "b" e "c"	083	1	
036	2		093	1	III
051	2	00I, 0IV	103	1	0IX
060	2	§004º, 00I	127	1	§002º
071	2	0XI	132	1	
095	2	§único, 0II	134	1	
102	2	00I, alínea "a" c/c Art. 103, 0IX	135	1	
128	2	§005º, 0II, "d", "e"	146	1	III, "a"
129	2	00I, III, VII e VIII, §§002º e 003º	153	1	III
130	2	Seção 00I do Capítulo 0IV	163	1	00I e 0II
149	2	Parágrafo único	165	1	§009º, 0II
150	2	Inciso 0II, 0IV	169	1	Parágrafo único, 00I e 0II
154	2	00I	192	1	
195	2	§004º, §005º	194	1	00V, parágrafo único
196	2		199	1	

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

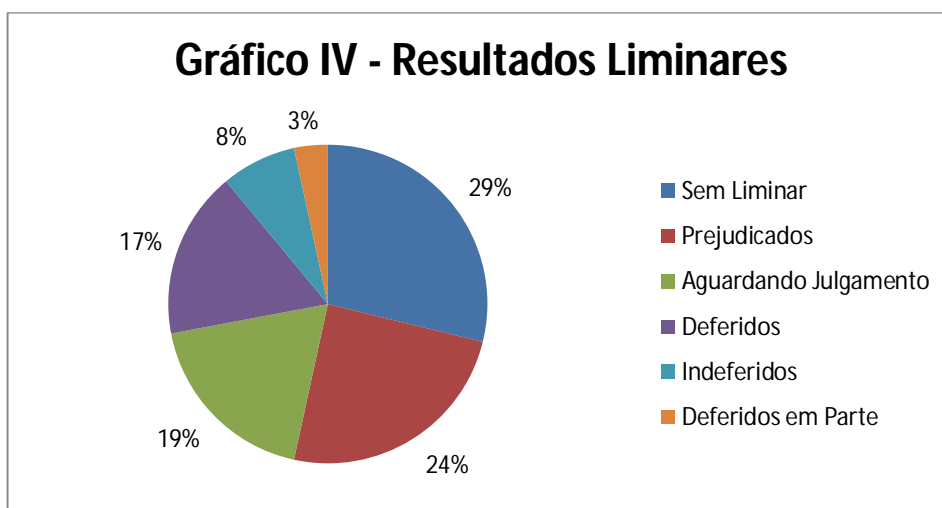
009	1	§001°	200	1	§002°
027	1	§002° (EC nº 001)	203	1	
031	1	Caput e §001°	206	1	OVI
035	1	OII	209	1	
040	1	§003°	241	1	
049	1		374	1	OII

Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.

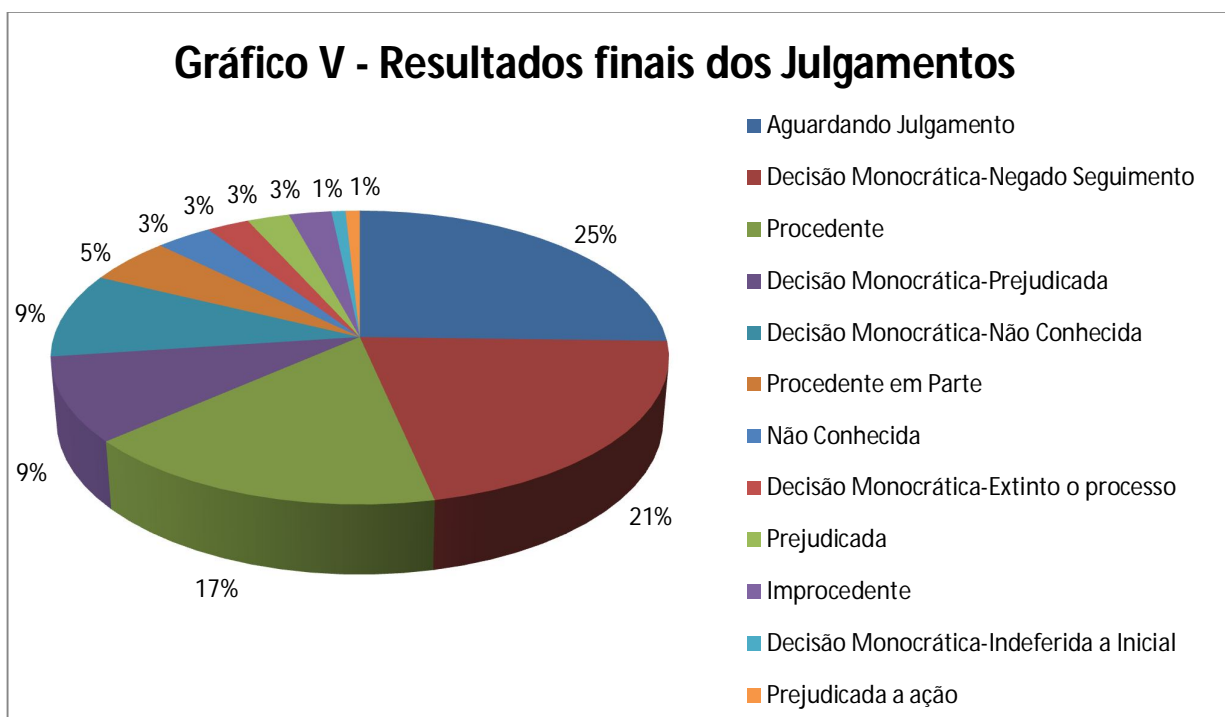
### ANEXO V – Gráficos III, IV E V.



Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.



Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.



Fonte: Sítio do Supremo Tribunal Federal. Elaborado pelos autores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática.** In. *Revista de Direito do Estado*, Rio de Janeiro, n. 13, jan/mar 2009.
- BRASIL Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília. Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- CARVALHO, Ernani Rodrigues. **Em Busca da Judicialização da Política no Brasil: Apontamentos Para uma Nova Abordagem.** In. UFPR. **Revista de Sociologia Política.** Nov. 2004, n.23, p.127-139.
- CASTRO, Marcos Faro de. **O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política.** In. ANPOCS. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** vol. 12, n. 34, São Paulo, jun. de 1997.
- DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípios.** Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo. Martins Fontes, 2000.
- CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?** Tradução Carlos Alberto Alvaro de Oliveira. Porto Alegre. Sérgio Fabris, 1999.
- ELY, J. H.. **Democracy and Distrust: a Theory of Judicial Review.** Massachusetts, USA. Harvard University Press, 1980.
- GARAPON, Antoine. **O Juiz e a Democracia: o guardião de promessas.** Rio de Janeiro. Revan, 1999.
- GINSBURG, Tom. **Judicial Review in New Democracies: Constitutional Courts in Asian Cases.** Cambridge, UK. Cambridge University Press, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade.** Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1997.
- MACIEL, Débora Alves & Koerner, Andrei. **Sentidos da Judicialização da Política: duas análises.** Revista Lua Nova 57, p. 113, 2002.
- PONTE NETO, José Júlio da. **A Judicialização da Política e a Efetivação do Exercício Da Cidadania Nas Esferas Municipais.** Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/12\\_217.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/12_217.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjorn. **The global expansion of judicial power: the Judicialization of politics.** New York: New York University Press, 1995.
- VIANNA, Luís et al. **A Judicialização da Política e das Relações Sociais no Brasil.** Rio de Janeiro. Revan, 1999.

**ENTRE A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E O ATIVISMO JURÍDICO:  
UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SEU  
PROTAGONISMO NOS PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL**

Ana Carolina de Moraes Colombaroli – UNESP/Fclar  
carolcolombaroli@hotmail.com;

Agnaldo de Sousa Barbosa – UNESP/Fclar  
agnaldweb@gmail.com

Fomento: FAPESP

O STF apresenta-se como ator cada vez mais central no sistema político brasileiro, influenciando fortemente a implementação de políticas públicas. É evidente a ampliação do fenômeno mundial da “judicialização”, ao passo que questões sociais e politicamente relevantes estão sendo decididas pelo Judiciário, em detrimento dos Poderes Executivo e Legislativo. No Brasil, tal fato atinge proporções ainda maiores, em razão da constitucionalização abrangente e analítica e do sistema de controle de constitucionalidade vigente. Em decorrência do enfraquecimento dos laços entre classe política e sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva, o “ativismo judicial” alcança lugar de destaque. Como resultado, tem-se uma revolução pela via judicial, profunda, mas relativamente silenciosa, em relação a inúmeras práticas políticas, conduzidas por uma jurisprudência progressista no que tange aos direitos fundamentais. Cientes dessa realidade, os movimentos sociais vêm recorrendo sistematicamente ao Judiciário. A legalidade apresenta-se, contemporaneamente, como uma das principais vias de luta, importante fonte de conquista de direitos e reconhecimento das diferenças. **OBJETIVO:** Analisar o empoderamento do STF no Brasil e o papel que vem desenvolvendo numa perspectiva de mudança social. **METODOLOGIA:** Utiliza-se da pesquisa bibliográfica para estabelecer uma conceituação dos fenômenos da “judicialização” e do “ativismo judicial”. Posteriormente, busca-se compreender a relação entre os movimentos sociais, o Direito e seu potencial emancipatório. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** O STF é dotado de uma posição de primazia na determinação do sentido e do alcance da Constituição. Essa supremacia judicial, ao determinar “o que é direito” é, obviamente, um poder político, com todas as implicações para a legitimidade democrática. A atuação do STF, na história recente do país, cumpre múltiplos papéis no aprofundamento da dinâmica da mudança social. Primeiramente, tem sido decisivo na resolução de grandes temas do cenário político-nacional. Por outro lado, diante das reformas de matiz neoliberal, que resultaram no afrouxamento da estrutura de direitos sociais, vem representando um importante canal de acolhimento de expectativas sociais quando partidos e sindicatos se mostram impotentes. É igualmente representativo de sua centralidade na consolidação democrática do país o papel que tem desempenhado como instrumento de racionalização da administração pública, confrontando interesses oligárquicos regionais.

## **1. INTRODUÇÃO**

Grande parte da bibliografia política recente sobre o Brasil, ao que nos parece, estabeleceu um consenso acerca da ausência de uma cultura democrática profundamente enraizada. Embora atestando alguns câmbios positivos, tende a reafirmar a distância que nos separa dos níveis confortáveis para a consolidação da democracia. Segundo tal viés,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

a democracia brasileira teria seu componente cívico atrofiado: afinal, uma sociedade que nunca viveu uma revolução, cuja trajetória política conheceu longos períodos ditatoriais e que, diante da globalização, vê enfraquecido o Estado-nação, não se habituou à democracia.

A abordagem sociológica da democracia tem buscado condicionantes na “cultura política”, associando-a aos processos de institucionalização das democracias, a partir do entendimento da sociedade e da natureza do processo político como expressões de uma comunidade de valores e consciências. O argumento sociológico sobre a democratização em países não originários está voltado para os movimentos (re)construtivos de identidades coletivas (CARVALHO, 2002, p. 307). Este argumento está presente nas concepções pessimistas acerca da democratização brasileira.

[...] a sugestão de que a democracia brasileira é débil porque a cultura política democrática jamais grassou entre nós articula uma ampla gama de interpretadores com implantação histórica real na imaginação do país, mais buliçosa agora, quando o *revival* culturalista encontra franca acolhida nas pesquisas de opinião mundializadas (p. 308).

No entanto, diferentemente da maioria dos intérpretes da democracia brasileira, Luiz Werneck Vianna – ao qual nos filiamos – e Guillermo O’Donnel se afastam da rota do pessimismo sociológico e enfrentam a questão da cultura democrática brasileira deslocando o tema da *cidadania cívica* para o da *cidadania jurídica*.

Embora estes dois autores apresentem divergências nas definições que oferecem de democracia, convergem teoricamente em torno da idéia de que a assimilação e institucionalização da democracia não necessitam de um acordo ético preliminar, ao passo que as normas obrigam todos os destinatários a um comportamento, o que preenche as expectativas generalizadoras.

Segundo Maria Alice Rezende de Carvalho (2002, p. 309-310), essa idéia desdobra-se no reconhecimento de que a democracia não se resume à institucionalidade do governo, mas demanda também um Estado Democrático de Direito, sustentador das normas legais que correspondem à permanência e exigência do regime democrático, bem como que esse sistema legal seja válido, ou seja, capaz de ordenar, de fato as relações sociais, de utilidade reconhecida por todos.

Em oposição ao “pessimismo sociológico”, acreditamos que a construção democrática brasileira ganha força na contemporaneidade, especialmente com o advento da Constituição Federal de 1988, de caráter *societário e comunitário*, nos dizeres de Carlos Alberto de Siqueira Castro (1987).



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O processo constituinte marcado pela efetiva participação de diversos setores da sociedade civil faz emergir uma Constituição com uma estrutura normativa que envolve um *conjunto de valores*. Pode-se afirmar, portanto, que existe uma conexão de sentido entre os valores compartilhados pela comunidade civil e política e a ordenação jurídica fundamental, que prioriza os valores de igualdade e dignidade humana.

José Afonso da Silva (1985, p. 6), acerca das características constitucionais brasileiras, afirma que

O constituinte [...] rejeitou a chamada constituição sintética, que é a “constituição negativa”, porque construtora apenas de liberdade-negativa ou liberdade-impedimento, oposta à autoridade, modelo de constituição que, às vezes, se chama de “constituição-garantia” (ou constituição-quadro). A “função garantia” não só foi preservada como até ampliada na nova Constituição, não como mera garantia do existente ou como simples garantia das liberdades negativas ou liberdades-limites. Assumiu o novo texto a característica de “constituição-dirigente”, enquanto define fins e programa de ação futura [...].

O constitucionalismo brasileiro assume caráter definitivamente democrático, com base no binômio dignidade humana/solidariedade social, significando um *movimento de retorno do direito* no país.

Num contexto de construção democrática tardia, a constitucionalização de direitos civis, políticos e sociais e a incorporação da linguagem dos direitos pela cena política e jurídica brasileiras faz com que floresça um processo de *cidadania jurídica* concomitante à *procedimentalização democrática*, ativando processos de identidades coletivas.

O acesso à justiça passa à raiz da adesão à democracia, ao permitir a construção de uma atividade política permanente na busca pela satisfação de interesses, culminando no *ativismo judicial* e *judicialização da política* como processos intrínsecos à dialética de mudança social.

Concebendo a *cidadania jurídica* como perspectiva democrática e, no intuito de compreender de que modo o direito, o ativismo jurídico e constitucional se constituem instrumento de dialética da mudança social na contemporaneidade, nas próximas páginas discorreremos sobre o potencial emancipatório do Direito, empreenderemos discussões sobre o ativismo jurídico e a judicialização da política, bem como sobre o protagonismo do STF na implementação de políticas públicas com vistas à mudança social.

## 2. DISCUSSÕES SOBRE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E DAS RELAÇÕES SOCIAIS

A discussão acerca da ampliação do controle normativo do Poder Judiciário se desenvolve tanto na ciência política, quanto na sociologia jurídica e na filosofia do direito. O protagonismo do Poder Judiciário parece abalar o princípio da separação dos poderes, bem como inaugura um novo espaço público, desvinculado das instituições político-representativas tradicionais.

A fronteira entre o político e o jurídico torna-se cada vez mais fluida na contemporaneidade. Se nos países de *common law* o ativismo judicial já era favorecido em razão das práticas criativas jurisprudenciais e da influência política do juiz, nos países de *civil law*, especialmente após o movimento neoconstitucionalista, como é o caso do Brasil, a instituição do Estado Democrático de Direito garante espaço a interpretações construtivistas por parte da jurisdição constitucional. Já é, inclusive, possível falar em um *direito judicial*, em oposição ao *direito legal* (CITTADINO, 2002, p. 17-18).

A judicialização significa que algumas questões de repercussão política e social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário, e não pelas instâncias tradicionalmente políticas, como as Câmaras Legislativas e o Poder Executivo. Envolvendo uma transferência de poder aos juízes e tribunais, com alterações de linguagem, argumentação e modo de participação da sociedade, a judicialização indica a expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas (BARROSO, 2009).

### 2.1. Judicialização da política e das relações sociais

Tal qual definida por Vallinder (1995, p. 13 apud EISENBERG, 2002, p. 47), a judicialização corresponde ao processo de “infusão de processos decisórios e de procedimentos típicos de tribunais nas arenas políticas onde estes processos e procedimentos não se faziam presentes”. Assim, a judicialização da política é um processo composto de dois movimentos distintos: (1) refere-se a um processo de expansão dos poderes de legislar e executar leis do sistema judiciário, representando uma transferência do poder decisório do Poder Executivo e do Poder Legislativo para os juízes e tribunais – isto é, uma politização do Judiciário; (2) a disseminação de métodos de tomada de decisão típicos do Poder Judiciário nos outros Poderes.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A expansão do princípio democrático tem provocado, por toda a parte, uma institucionalização do direito na vida social, invadindo espaços antes a ele inacessíveis. É visível e crescente a expansão do direito, seus procedimentos e instituições, tanto sobre a política quanto sobre a sociabilidade. A emergência do constitucionalismo democrático no mundo ibérico europeu e americano trouxe consigo a universalização do *judicial review*, bem como a afirmação de leis fundamentais que impõe limites à regra da “vontade da maioria”.

Esse contexto de ampliação do alcance da ação executiva e legislativa do Judiciário resulta numa expansão das demandas por resolução dos conflitos sociais, gerando a necessidade de raciocinar sobre novas conseqüências desejáveis.

No entendimento de Werneck Vianna et. al. (1999, p. 15), o fim à rigorosa separação entre o Estado e a sociedade civil, marcada pela ótica liberal de liberdades negativas, foi efeito da emergência dos novos detentores de direitos, especialmente o movimento operário e da institucionalização do *welfare*. Com a adoção da agenda de igualdade, o direito é difundido na sociabilidade e a relação entre os três Poderes, redefinida, adjudicando ao Judiciário a função de controle dos poderes políticos.

Assim, a democratização social, tal como se apresenta no *Welfare State*, e a nova institucionalidade da democracia política que se afirmou, primeiro, após a derrota do nazi-fascismo e depois, nos anos 70, com o desmonte dos regimes autoritários corporativos do mundo ibérico (europeu e americano), trazendo à luz a Constituições informadas pelo princípio da positivação de direitos fundamentais, estariam no cerne do processo de redefinição das relações entre os três Poderes, ensejando a inclusão do Poder Judiciário no espaço da política. O *Welfare State* lhe facultou o acesso à administração do futuro, e o constitucionalismo moderno, a partir da experiência negativa da legitimação do nazi-fascismo pela vontade da maioria, lhe confiou a guarda da vontade geral, encerrada de modo permanente nos princípios fundamentais positivados na ordem jurídica (WERNECK VIANNA, 1999, p. 22).

A possibilidade de tutela jurídica aos conflitos entre grupos sociais e à proteção de interesses coletivos e difusos por meio das *class actions* e *public interests litigation* resulta num envolvimento do direito na própria construção da sociabilidade, na medida em que tais ações favorecem a formação de identidades e de núcleos de organização social, sem os quais seria impossível a viabilização.

As mudanças no campo de disputa de conflitos, mais do que um novo padrão de relacionamento entre os Poderes, têm levado a uma ação social substitutiva a dos partidos e instituições políticas tradicionais, na qual o Poder Judiciário surge como alternativa para a solução de conflitos coletivos, para agregação do tecido social e mesmo para a adjudicação da cidadania, traduzida em facilitação no acesso à justiça

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

(WERNECK VIANNA et. al., 1999, p. 22). A juridificação da sociedade brasileira apresenta-se como um *substitucionismo*, ou seja, em sua versão mais radical, “espera-se que o Judiciário seja o ponto de partida da regeneração do sistema social, de luta contra a desigualdade social e patrimonialismo” (SORJ, 2001, p. 115).

Os procedimentos políticos são substituídos pelos mecanismos judiciais, expondo o Judiciário à interpelação direta de indivíduos e grupos sociais em busca materialização dos princípios “deixando-se para trás as antigas fronteiras que separavam o *tempo passado*, de onde a lei geral e abstrata hauria seu fundamento, do *tempo futuro*, aberto à infiltração do imaginário, do ético e do justo” (WERNECK VIANNA et al., 1999, p. 23).

No entanto, se o diagnóstico de “invasão” do campo da política e da sociabilidade pelo direito no mundo contemporâneo é comum, as avaliações sobre as repercussões são bem divergentes.

De um lado, temos o eixo de compreensão *procedimentalista*, identificado em Habermas e Garapon, restaurando as sombrias previsões de Tocqueville e entendendo-se, contemporaneamente, que a judicialização da política e das relações sociais e a ampliação do papel direito na positivação de direitos fundamentais desestimularia a face libertária e reivindicatória da cidadania social. A subsunção da efetivação e implementação dos direitos sociais ao campo do direito, portanto, fora do terreno da sociedade civil, conduziria a uma *cidadania passiva de clientes*.

Nessa chave de leitura, o processo de democratização social em sua orientação igualitária é visto como uma ameaça à liberdade, reclamando uma forte intermediação da política com o objetivo de restaurar as suas “instituições clássicas” e os valores republicanos no homem comum, mesmo considerando que a diluição das identidades sociais e com ela, a perda de substância da vida associativa e dos partidos, faz parte da natureza da sociabilidade contemporânea, inclusive pelos naturais efeitos derivados do processo de globalização em curso (WERNECK VIANNA; BURGOS, 2002, p. 369).

Conforme esse eixo interpretativo, “a igualdade somente daria bons frutos quando acompanhada de uma cidadania ativa, cujas práticas levassem ao contínuo aperfeiçoamento dos procedimentos democráticos, pelos quais o direito deveria zelar, abrindo a todos a possibilidade de intervenção no processo de formação da vontade majoritária” (WERNECK VIANNA et al., 1999, p. 23).

Em outro pólo, o eixo de compreensão *substancialista*, encontram-se Capelletti e Dworkin. As mudanças nas relações entre direito e política, especialmente por meio da criação jurisprudencial, seriam, além de inevitáveis, favoráveis ao desenvolvimento das efetivações da agenda igualitária, sem prejuízo à liberdade. O juiz é, nesse eixo,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

valorizado enquanto personagem de uma *intelligentzia*, especializada em declarar enquanto direito, princípios admitidos pela sociedade, como intérprete do justo na prática social.

(...) o eixo Capelletti-Dworkin confronta a invasão da política pelo Direito de uma perspectiva um pouco mais otimista, apontando para o importante papel que juízes e demais atores do judiciário exercem no sentido de estabelecerem um contraponto conservador à inevitável tendência dos legisladores de atuarem em convergência com os desejos da maioria. Defensores da Constituição, símbolo máximo do contrato original que estabelece o horizonte normativo da ordem política democrática, os juízes são capazes (e têm, até mesmo, a responsabilidade) de intervir ativamente nos processos políticos no sentido de assegurar a estabilidade e a coerência dessa ordem, bem como a sua extensão aos setores menos integrados da sociedade (EISENBERG, 2002, p. 45).

Filiamo-nos, aqui, ao eixo *substancialista*, alimentado por uma perspectiva pragmática, tendo em vista os sistemas legais e suas condições de imposição no Ocidente moderno. Em países de democracia não originária, podendo-se dizer, até mesmo, retardatários, como o Brasil, a judicialização da política viabiliza o encontro da comunidade com os propósitos declarados constitucionalmente, sendo necessária, por motivos pragmáticos.

Nos dizeres de Paulo Bonavides (1993, p. 9-10)

A Constituição aberta levanta, entre outras, a questão medular da validade da democracia representativa clássica e tradicional ao modelo vigente na América Latina, de natureza presidencialista [...]. Sem meios de produzir legitimidade capaz de manter os titulares do poder no exercício de uma autoridade efetivamente identificada com os interesses da cidadania, o bem estar, a justiça e a prosperidade social, a velha democracia representativa já se nos afigura em grande parte perempta, bem como desfalcada da possibilidade de fazer da Constituição [...] o instrumento da legítima vontade nacional e popular [...]. A Constituição aberta, que põe termo a uma ordem constitucional assentada sobre formalismos rígidos e estiolantes, somente se institucionalizará, a nosso ver, em sociedade por inteiro franqueada à supremacia popular. De tal sorte que a politização da juridicidade constitucional dos três Poderes possa fazer assim legítimo o sistema de exercício da autoridade, com o funcionamento dos mecanismos de governo transferidos ao arbítrio do povo.

Embora não desacreditemos na democracia representativa, não é possível ignorar a conjuntura de exclusão das minorias no processo de formação da vontade do soberano, não é possível acreditar que ela seja suficiente para promover a justiça. Nos últimos anos, evidencia-se uma crise de legitimidade, representatividade e funcionalidade no âmbito dos Poderes políticos por tradição. O executivo e o legislativo não se comportam como instituições de vocalização popular – e a população brasileira, ciente disso, dá demonstrações de descrédito à classe política tradicional –, mas atua como complexa estrutura política que, em busca de vantagens, opera em diferentes

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

centros de poder, resultando não necessariamente na vontade popular, e sim, com frequência, na concretização de interesses de grupos com interesses conflitantes.

Não queremos dizer, com isso, que os juízes sejam os personagens ideais para decidir acerca de direitos – é necessário considerar que estes têm seus próprios interesses e ideologias envolvidas nos processos que julgam, e podem, também, ser déspotas. No entanto, não existe razão, *a priori*, para considerá-los teóricos políticos menos competentes que os legisladores (DWORKIN, 1994, p. 388 apud WERNECK VIANNA et al., 1999, p. 35).

Werneck Vianna e Burgos (2002, p. 342) estabelecem um paralelo interessante entre a valorização do direito e o conceito de *americanismo*<sup>135</sup> em Gramsci. O americanismo é explorado a fim de conceber uma contínua radicalização da democracia pela procedimentalização da produção do direito e pela procedimentalização de sua aplicação.

O americanismo como filosofia em ato do homem-massa da sociedade moderna significaria, pois, um processo “espontâneo” – como tal, não utópico nem “cerebrino” – de criação da vida estatal e do direito, este último, sob a ótica de Gramsci, mais uma vez contra a corrente, destinado a cumprir importante papel de caráter educativo e criativo na mudança social (WERNECK VIANNA; BURGOS, 2002, p. 357-358).

A emergente pluralidade de formas expressivas da soberania na atualidade – processos de afirmação da democracia deliberativa, da democracia representativa e das organizações não governamentais – nos leva à idéia de *soberania complexa*, proposta por Rosanvallon (apud WERNECK VIANNA; BURGOS, 2002, p. 370-371). Ao lado da cidadania política, vinculada ao processo eleitoral, tem-se feito uma cidadania social, compreendendo, além dos representantes eleitos pelo povo, os que falam, agem e decidem em seu nome, como a magistratura e as demais instâncias legitimadas pela lei com a finalidade de exercer funções de regulação.

A influência da sociedade no processo político é aumentada no contexto de *soberania complexa*. O social se auto-institui, pelas vias institucionalmente disponíveis, participando enquanto sociedade civil organizada.

---

<sup>135</sup> O americanismo pode ser compreendido enquanto “modalidade particular de revolução passiva que admitiria, ao contrário do sentido de origem desse conceito – a solução reacionária dada ao *Risorgimento* italiano –, uma revolução continuada a partir de uma autocomposição social, irradiada, em sua teoria, pela eticidade nascida na fábrica moderna” (WERNECK VIANNA; BURGOS, 2002, p. 342). “O americanismo representaria em Gramsci a percepção de uma revolução passiva em *registro positivo*, expressando tanto uma aceleração da *societas rerum*, em um protagonismo dos ‘fatos’ tendente a intensificar as transformações moleculares na sociedade e nas relações desta com o Estado, quanto mudanças na *societas hominum*, dando partida a um processo constituinte permanente de regulação ‘por baixo’ de uma nova vida estatal (WERNECK VIANNA, 1997, p. 81; GRAMSCI, 2001, v. 4, p. 241 apud WERNECK VIANNA; BURGOS, 2002, p. 358).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A judicialização da política, na conjuntura nacional, ao invés de enfraquecer o sistema de partidos, especialmente os de esquerda e oposição, tende a reforçá-los, propiciando uma conexão entre democracia representativa e participativa, onde a cidadania tem legitimidade para impetrar processos judiciais contra as instâncias de poder. Estabelece-se, assim, uma judicialização da política que tem como base a Constituição de 1988 e sua apropriação por parte da sociedade civil. Quanto ao processo de judicialização

Não se trata, pois, de uma “migração” do lugar da democracia para o da Justiça, mas da sua ampliação pela generalização da representação, que pode ser ativada tanto pela cidadania política nas instituições clássicas da soberania quanto pela “cidadania social”. (...) Nesse sentido, se a cidadania política dá as condições ao homem comum de participar dos procedimentos democráticos que levam à produção da lei, a cidadania social lhe dá acesso à proceduralização na aplicação da lei por meios de múltiplas formas, individuais ou coletivas, de um simples requerimento a uma ação pública, proporcionando uma outra forma de participação na vida pública (WERNECK VIANNA; BURGOS, 2002, p. 371-372).

A abertura dos procedimentos jurídicos dá ao Poder Judiciário uma capilaridade sem precedentes, capaz de abranger praticamente todo o tecido social, solidarizando a comunidade à Constituição Federal, o direito e seus procedimentos a toda a sociedade civil. A mobilização social para a defesa de seus interesses e direitos não pode prescindir dos recursos que lhe estão disponíveis para que alcancem sua emancipação enquanto cidadãos.

### **3. ATIVISMO JUDICIAL, O STF E SEU PROTAGONISMO NA IMPLEMENTAÇÃO DE MUDANÇAS SOCIAIS**

Nas duas últimas décadas, o Supremo Tribunal Federal vem se tornando um ator cada vez mais central no cenário político brasileiro. É impossível não notar sua influência na formulação e implementação de políticas públicas. Esse protagonismo fica mais evidente a partir da extensa cobertura midiática dedicada ao Judiciário na medida em que este é chamado para decidir sobre questões notáveis da agenda de políticas públicas.

Nos últimos anos o STF foi chamado a decidir sobre temas como privatização de empresas; a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos; a pesquisa com células-tronco; o aborto de anencéfalos; a demarcação de terras indígenas; a implementação do sistema de cotas na universidade; a fidelidade partidária; a distribuição de medicamentos; a liberdade de expressão na imprensa; a delimitação do campo de autonomia das agências reguladoras; o reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo para fins de previdência (união homoafetiva) etc. (TAYLOR, 2007; VIEIRA, 2009, SADEK, 2011 apud OLIVEIRA, 2012, p. 89).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Quando chamado a decidir questões de importância, em âmbito nacional, o Supremo vê aumentada a sua força política e sua influência na agenda de políticas públicas, num processo de transferência de poder das instâncias tradicionais de representação política (Legislativo e Executivo) para o Judiciário.

Essa expansão de autoridade do STF, decorrente dos instrumentos ofertados pela própria Constituição Federal, leva-o a exercer uma espécie de poder moderador, o responsável pela última palavra sobre inúmeras questões de importância nacional, ora referendado as decisões dos órgãos “tradicionalmente políticos”, ora se posicionando contra decisões majoritárias. Podemos chamá-la ativismo judicial.

O termo *ativismo judicial* foi utilizado pela primeira vez em 1947, pelo jornalista americano Arthur Schlesinger denotando a postura do juiz que se incumbem do dever de interpretar a Constituição no sentido de garantir direitos (RAMPIN, 2011, p. 211).

Embora não tenham as mesmas origens, a judicialização e o ativismo judicial são fenômenos muito próximos. Como demonstrado acima, a judicialização no Brasil surge em decorrência das conjunturas sociais, políticas e do modelo constitucional adotado, mas não é um exercício deliberado da vontade política do Poder Judiciário. “Se a norma constitucional permite que dela se deduza uma pretensão, subjetiva ou objetiva, ao juiz cabe dela conhecer, decidindo a matéria” (BARROSO, 2009). O ativismo judicial, por sua vez, representa a escolha de um método específico, proativo de interpretação da Constituição, ampliando seu alcance.

Via de regra, o ativismo judicial se apresenta em situações de retração do Poder Legislativo, como reflexo do descolamento entre classe política e sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva. Sua idéia está associada a uma participação ampla e intensa do Judiciário na concretização de valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos Poderes Executivo e Judiciário (BARROSO, 2009).

A postura ativista do Poder Judiciário pode se manifestar, basicamente, por meio de três diferentes condutas:

- (i) a aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto e independentemente de manifestação do legislador ordinário; (ii) a declaração de inconstitucionalidade de atos normativos emanados do legislador, com base em critérios menos rígidos que os de patente e ostensiva violação da Constituição; (iii) a imposição de condutas ou de abstenções ao Poder Público, notadamente em matéria de políticas públicas (BARROSO, 2009).

No caso brasileiro, os juízes têm tomado uma posição claramente ativista. Pode-se citar, como exemplo, os casos em que a Constituição é diretamente aplicada em



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

situações que não estejam expressamente contempladas em seu texto, e independente de manifestação do legislador: o da fidelidade partidária, onde o STF declarou que a vaga no Congresso pertence ao partido político; a extensão de vedação ao nepotismo aos Poderes Legislativo e Executivo; a declaração de inconstitucionalidade da aplicação de novas regras sobre coligações eleitorais à eleição que se realizaria em menos de um ano da sua aprovação; a declaração de inconstitucionalidade das normas legais que estabeleciam cláusula de barreira (BARROSO, 2009).

Outro ponto em que o ativismo judicial faz-se fortemente presente é na imposição, ao Executivo, da execução de políticas públicas, especialmente em relação à saúde, distribuição de medicamentos e determinação de terapias por meio de decisão judicial. Embora a questão não tenha sido ainda contemplada pelo STF, as decisões que obrigam a União, Estado e/ou Distrito Federal se multiplicam nas justiças estaduais de todo o país.

A aplicação do ativismo judicial apresenta contornos específicos em se tratando de tutela coletiva, posto que, com ela, entra em cena uma maior participação do magistrado nos processos coletivos, resultante do forte interesse público nessas causas, por meio do princípio inquisitivo e do impulso oficial. Se é poder e responsabilidade do Poder Judiciário a jurisdição, nas ações coletivas, os entes legitimados não possuem somente a faculdade, mas também a responsabilidade pela solução de lides coletivas, posto que a efetividade deste tipo de direitos depende da sua efetiva participação (RAMPIN, 2011, p. 212).

### **4. CONCLUSÃO**

Em nosso entendimento, a atuação do STF, na história recente do país, cumpre múltiplos papéis no aprofundamento da dinâmica da mudança social. Primeiramente, é decisivo na resolução de grandes temas do cenário político-nacional. Por outro lado, diante das reformas de matiz neoliberal, que resultaram no afrouxamento da estrutura de direitos sociais, vem representando um importante canal de acolhimento de expectativas sociais quando partidos e sindicatos se mostram impotentes no que tange à garantia de acesso à saúde, educação, benefícios trabalhistas e previdenciários, entre outros. É igualmente representativo de sua efetiva centralidade na tarefa de consolidação democrática do país o papel que tem desempenhado como instrumento de racionalização da administração pública, confrontando interesses oligárquicos regionais no julgamento de ADINs apresentadas contra legislativos estaduais.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O STF tem atuado como agente público que, mobilizando recursos Constitucionais, se coloca como executor das prerrogativas previstas no texto da lei maior, buscando cumpri-las em sua acepção plena. Seu fortalecimento implica em possibilidades de transformação, num vibrante processo de emergência de novos atores da esfera de materialização dos direitos sociais.

Embora o ativismo judicial apresente caráter extremamente positivo ao atender demandas da sociedade que não foram, ou foram insuficientemente, atendidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, ele exhibe a crise apresentada nas instâncias tradicionais de representação, e não fomenta a reaproximação destas com a sociedade civil.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro**: um novo ramo do direito processual. São Paulo: Saraiva, 2003.

BARROSO, Luis Roberto. **Constituição, Democracia e Supremacia Judicial**: Direito e Política no Brasil Contemporâneo. *Atualidades Jurídicas* (Brasília), v. 11, p. 62-106, 2011.

\_\_\_\_\_. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Revista Atualidades Jurídicas**. nº 4, jan-fev/2009, OAB. Disponível em <<http://www.oab.org.br/oabeditora/>>. Acesso em 14 de maio de 2012.

BONAVIDES, Paulo. **A Constituição Aberta**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 1993.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. Elementos para a sociologia do campo jurídico. In.: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 209-254.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil. In. WERNECK VIANNA, Luiz (org.). **A democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. p. 297-336.

DINAMARCO, Candido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 13. ed. São Paulo: Ed.Revista dos Tribunais, 2008.

DUARTE, Ronnie Preuss. **Garantia de acesso à justiça**: os direitos processuais fundamentais. Coimbra (Portugal): Coimbra Editora, 2007

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico** (1895). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Divisão do Trabalho Social** (1893). Vol. I. Lisboa: Presença, 1984.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Loyola: Ed. Unimep, 1977.

EISENBERG, José. Pragmatismo, direito reflexivo e judicialização da política. In: WERNECK VIANNA, Luiz (org.). **A democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. p. 43-62.

FERNANDES, Ricardo Vieira de Carvalho. Ativismo judicial: por uma delimitação conceitual à brasileira. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v.7, n.12, p. 249-268, jan./jun. 2012.

MOTTA, Luiz Eduardo. Acesso à justiça, cidadania e judicialização no Brasil. **Revista de Ciência Política**. n. 36. jul./ago. 2007.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 9. ed. Sao Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

O'DONNELL, Guilherme. Democracia delegativa? **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, 1999, p. 577-654.

RAMPIN, Talita Tatiana Dias. **A tutela coletiva como pressuposto conformador do Estado democrático de direito brasileiro**. Franca: [s.n.], 2011. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

SADEK, Maria Tereza. Magistrados: uma imagem em movimento. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, oct. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 set. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Los nuevos movimientos sociales. **OSAL**. set/2001. P. 177-188.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 65. mai/2003. P. 3-76.

\_\_\_\_\_. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. nº 48. jun. 1997. p. 11-32.

SILVA, Jose Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 22. ed. Sao Paulo: Malheiros, 2003.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

\_\_\_\_\_. Tribunais Constitucionais e jurisdição constitucional. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 60/61, UFMG, 1985.

SIQUEIRA CASTRO, Carlos Roberto de. Pela criação do Tribunal Constitucional. **Revista Contextos**, n. 2, Departamento de Direito/PUC-Rio, 1997.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WERNECK VIANNA, Luiz. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300004&lng=en&tlng=pt). 10.1590/S0011-52581996000300004. Acesso em: 02 set. 2013.

WERNECK VIANNA, Luiz et. al. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

\_\_\_\_\_. **Corpo e alma da magistratura brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WERNECK VIANNA, Luiz; BURGOS, Marcelo Baumann. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In. WERNECK VIANNA, Luiz (org.). **A democracia e os Três Poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002. p. 337-550.

**SOCIEDADE CIVIL E AMBIENTALISMO NO BRASIL**

Laura Marcondes Ferraz Alcocer – UFSCar

lali\_mfa@hotmail.com

Fomento: PIBIC CNPq

A pesquisa busca analisar relações entre sociedade civil e ambientalismo no Brasil, a partir de aspectos relacionados a participação e influência de distintos atores no atual cenário político de debate ambiental no Brasil, como Movimentos Sociais, Organizações Não-Governamentais, Sindicatos, Entidades e Associações, e as relações estabelecidas com o Estado brasileiro. Para a pesquisa de campo, estamos utilizando a ONG brasileira Vitae Civilis – Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz. A entidade classifica-se como uma organização civil sem fins lucrativos cujo objetivo é contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, mediante o apoio à implementação participativa de políticas públicas integradas. Entendemos que é papel da sociedade civil realizar esforços de controle e pressão sob o Estado, em busca de maior transparência e publicização das políticas públicas, além de ter garantido o direito de participação efetiva nos espaços de decisão visto que, apesar de considerarmos responsabilidade do Estado a implementação de políticas públicas, a sociedade civil deve ser amplamente ouvida e levada em consideração nas tomadas de decisões políticas. Ao final da pesquisa, espera-se que o trabalho de campo discuta a problemática da participação de atores sociais nas questões ambientais atuais e suas aplicações para a definição desse campo. O relatório deverá conter uma discussão sobre os impactos desses grupos no ambientalismo brasileiro. É imprescindível a identificação do perfil e das estratégias de atuação desses grupos e os rumos dessa discussão no âmbito nacional e internacional, principalmente em relação à questão das novas práticas de ativismo ambiental.

\*\*\*

O estudo busca analisar interações entre sociedade civil e ambientalismo, a partir de aspectos relacionados a participação e influência de distintos atores sociais no debate político ambiental, como Movimentos Sociais, Organizações Não-Governamentais, Sindicatos, Entidades, Associações etc, e problematizar suas diferentes relações com o Estado brasileiro. Ao falarmos em *ambientalismo*, *questão ambiental* ou ainda *problemática ambiental*, pretendemos afastar esses termos de um modelo unilateral e estático de relações sociais que não relativiza tempo e espaço ao situar historicamente os parâmetros valorativos atribuídos a estes termos. Em outras palavras, não é um fenômeno dado e estático, e sim oriundo de disputas, conflitos e consensos entre distintos atores. Para atingirmos tal fim utilizaremos o conceito de *campo social* de Pierre Bourdieu (1989; 1996) na análise da construção/desconstrução do *campo ambiental* enquanto espaço autônomo, prático e discursivo.

O interesse pela questão ambiental nas Ciências Sociais é recente quando comparado a outras temáticas estudadas por estes saberes. No caso da Sociologia,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Hannigan (1997) destaca que a Sociologia Ambiental, como um campo de pesquisa autônomo, foi instituído a partir dos anos de 1960, em decorrência de diversos marcos históricos e mudanças sociais ocorridas nesta década, conhecida como a década ambiental. Destaca-se o *Dia da Terra* de 1970, tido como o marco inicial e emblemático do Movimento Ambientalista Moderno ou Novo Ambientalismo, e a repercussão atribuída pela mídia de massa estadunidense a este dia como o *Dia 1* no Novo Ambientalismo, de impacto fundamental para a disseminação da causa ou questão ambiental. Dada a amplitude que o *Dia da Terra* alcançou, os sociólogos encontram-se sem referencial teórico sobre esse novo movimento, suas reivindicações, em suma, sobre a os questionamentos da relação entre sociedade e meio ambiente.

Com a queda das explicações sociais baseadas em teorias de determinismo geográfico e biológico, por exemplo o darwinismo social, os fundamentos da teoria sociológica no início do século XX não se baseavam em fatores físicos-ambientais para explicar a sociedade. Assim, Hannigan (1997) nos mostra que tal aversão foi um dos principais motivos que adiaram o interesse da Sociologia pela questão ambiental, sem nos esquecermos que os problemas ou riscos ambientais não são óbvios, isto é, não são “coisas” dadas e explícitas no meio ambiente, e sim fruto de construções e definições sociais atribuídas a determinados acontecimentos físicos no meio ambiente (que já existiam anteriormente, mas não eram “vistos” como problemas; ou ocorreram em determinado tempo e espaço, mas só foram tratados como problemas pela construção social prévia acerca do que são ou não problemas ambientais).

O autor diz que alguns fatores da atmosfera social e política fizeram com que acadêmicos da sociologia passassem a se interessar definitivamente pela questão ambiental, como Riley Dunlap, e conseqüentemente, estabeleceram a Sociologia Ambiental como um campo de pesquisa científica acadêmica. Entre esses marcos históricos destacamos as críticas e questionamentos dos novos movimentos ambientalistas dos anos de 1960 e 1970; a imensa atenção que o livro *Silent Spring* (1962) de Rachel Carson despertou na sociedade e opinião pública dos Estados Unidos ao expor os danos causados à natureza pelo uso de pesticidas na agricultura; o destaque que as previsões apocalípticas do livro *The Limits of Growth* (1970) alcançaram e a ‘crise energética’ de 1973. Portanto, “abriu-se o leque de interesse sociológico com problemas ambientais para incluir assuntos relacionados à escassez de recursos e uso de energia” (HANNIGAN, 1997: 27). Inicialmente, o interesse de pesquisa de sociólogos ambientais foi o perfil de ativistas e grupos ambientalistas, suas táticas e meios de agir;

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

posteriormente, o interesse se ampliou e passou a abranger diversos temas relacionados às interações entre sociedades industriais modernas e meio ambiente.

Seguindo a tendência internacional, no Brasil as primeiras tentativas de institucionalização da Sociologia Ambiental também ocorrem em meados dos anos de 1980, em especial em universidades da região sudeste e sul (Universidade Estadual de Campinas – SP; Universidade de São Paulo – SP; Universidade Federal de Santa Catarina – SC). Destaca-se o papel central exercido pelo Grupo de Trabalho *Ecologia, Política e Sociedade* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) na agregação de demandas intelectuais produzidas por diversos grupos em todo o país sobre o subcampo ambiental das Ciências Sociais. Desde o final da década de 1990, a centralidade do GT *Ecologia, Política e Sociedade* da Anpocs para a temática ambiental nas Ciências Sociais perdeu força, visto que foi incentivada a criação de fóruns, mesas-redondas e outros meios de corroborar o debate intelectual e produção científica desta área. Costa Ferreira (2004) diz que isto não significou uma perda de interesse pela área, pelo contrário, em nível nacional e internacional os intelectuais da temática ambiental direcionaram suas pesquisas para outros fóruns acadêmicos, por exemplo, para a *Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)*, *Sociedade Brasileira de Antropologia*, *Associação Brasileira de Sociologia Rural*, *Latin American Studies Association (Lasa)* e para a *Internacional Sociological Association (ISA)*. Além disso, houve investimento na criação de veículos próprios de divulgação, como a *Revista Ambiente & Sociedade* e a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), o que mostra a importância adquirida pela questão ambiental no Brasil nas últimas décadas.

Mas afinal, o que é a *questão ambiental* ou *ambientalismo*? Quando surgiram os *problemas ambientais*? Quem são os atores detentores de legitimidade sobre a definição da *problemática ambiental*? Segundo Gerhardt & Almeida (2005), ao falar-se em *questão ambiental*, *ambientalismo* ou ainda *problemática ambiental*, assumimos esses termos a partir de um modelo estático de relações sociais, sem nenhuma relativização de tempo e espaço que situem historicamente os parâmetros valorativos atribuídos a estes termos. A constituição do ambientalismo, enquanto fenômeno socialmente construído e reformulado ao longo do tempo e espaço, é marcado por densa complexidade de valores sociais, econômicos, culturais, éticos e políticos advindos do peso histórico das relações entre seres humanos e o ambiente que os cerca. Em outras palavras, não é um fenômeno dado e estático, e sim oriundo de disputas, conflitos e consensos entre distintos atores.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A dimensão e valoração dos *problemas ambientais* nem sempre foram as mesmas, visto que em algumas épocas certos “problemas” (como enxergamos atualmente) não eram considerados problemas, ou não traziam depois de “problemas” o termo “ambientais”. Assim, dado o contexto social no qual são identificados como problemas por determinado grupo ou grupos sociais, os problemas ambientais do passado qualitativamente e quantitativamente se diferem das concepções contemporâneas que temos, sem que isso anule o fato de certos acontecimentos estarem presentes em distintos períodos; a questão é a partir de quando e por que esses acontecimentos passaram a ser chamados de *problemas ambientais*. Deste modo, observa-se que a disseminação e interiorização das questões ambientais nas diferentes sociedades contemporâneas se deram de forma particular em cada caso (processo observado também na constituição e institucionalização da área ambiental nas Ciências Sociais, descrito anteriormente). Certas demandas emergiram porque certos acontecimentos se converteram em *problemas*, em alguns casos considerados em escala global (“problemas ambientais globais” ou “crise ecológica”), objetivamente identificáveis no ambiente e na relação estabelecida entre humanos e ambiente. Ainda de acordo com Gerhardt & Almeida (2005), a própria ideia de meio ambiente, também chamado de natureza e até mesmo de não-humanos, é alvo de diferentes interpretações e significações.

De maneira geral, algumas concepções de meio ambiente o concebem como recurso material obrigatoriamente disponível a espécie humana visto que atribuem superioridade racional e dominação humana em relação a outras espécies; em outros casos aposta-se no desenvolvimento científico de tecnologias como meio de conciliar ou reparar danos ambientais; há ideias de proteção da natureza que acabam (re)sacralizando-a como uma espécie de ser superior intocável que deve ser protegido da ameaça destruidora (o ser humano) ou de intervenções humanas em seu ciclo natural; já em outras concepções, aponta-se a existência de certo desequilíbrio na relação estabelecida entre seres humanos e natureza (entendida como seres vivos e não-vivos do ambiente), portanto deve-se buscar uma convivência harmoniosa. Em suma, os autores apontam que apesar da ampla gama de concepções acerca da ideia de meio ambiente sejam elas objetivas e subjetivas, existe na atualidade certo consenso sobre a delimitação ou separação entre ser humano e natureza, esta última sendo concebida simultaneamente como um recurso material (em termos econômicos), também chamada de riqueza natural, e como um valor no sentido que deve ser utilizada conscientemente



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

(desenvolvimento sustentável) e preservada para as gerações futuras (bem-comum da humanidade, hipótese Gaia etc).

Partindo da mesma concepção interpretativa que Gerhardt & Almeida (2005), acreditamos que a questão ambiental, enquanto fenômeno social multifacetado, deve ser concebida da seguinte forma: admite-se a existência de eventos concretos no meio ambiente, este último entendido como o ambiente físico que nos cerca e no qual ocorrem interações entre “nós” (humanos) e os diversos seres vivos e não-vivos; as interações são vistas e sentidas de diferentes maneiras pelos agentes sociais no sentido coletivo quanto individual, portanto, os problemas ambientais são fatos observados e filtrados de acordo com as percepções e concepções de “problemas ambientais” dos agentes, sem nos esquecermos do contexto histórico, social e cultural em que se passam esses fatos e suas (re)significações.

Utilizando o conceito de *campo social* de Bourdieu (1989; 1996) e mais especificamente as contribuições teóricas desenvolvidas por Carvalho (2001), os autores Gerhardt & Almeida (2005) destacam que o *campo ambiental* se estrutura e se institucionaliza enquanto espaço prático/discursivo a partir do processo de construção/desconstrução e da autonomia relativa aos demais campos sociais. Em outras palavras, o *campo ambiental* é localizado em determinado tempo e espaço, é um sistema de posições sociais que possui características, regras, dinâmicas, sentidos e valores próprios, sendo um espaço de conflitos, negociações e consensos entre os agentes, além de se relacionar com outros campos sociais sem perder sua autonomia. Se no conceito de *campo social* de Bourdieu (1996) cada elemento do campo é um agente, e os agentes de um determinado campo podem partilhar um conjunto de interesses e capitais comuns, ao mesmo tempo travam uma luta concorrencial decorrente de relações de poder internas ao campo: a luta pelas classificações é contínua nos e entre campos sociais dada a incessante busca por *legitimidade*.

Ao aplicarmos o conceito de *campo social* ao meio ambiente, percebemos que o *campo ambiental* enquanto espaço prático/discursivo é decorrente assim dos sentidos constituídos e legitimados socialmente. Esta característica, aliás, permite inserir como elemento de análise os papéis diferenciados que cada agente participante dos debates ambientais desempenha no sentido da estruturação e valorização de certas práticas e modos de pensamento em detrimento de outras, o que implica, por sua vez, considerar as especificidades existentes em termos das suas trajetórias sociais, posições que

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

ocupam, instituições a que pertencem e grupos com quem se identificam etc. (GERHARDT & ALMEIDA, 2005: 15)

Enquanto espaço estruturado e estruturante, o *campo ambiental* produz valores, sentidos, princípios e práticas sociais que formam um *habitus*. As múltiplas formas de pensar, agir e ver o mundo segundo este *habitus* se dá em diversos âmbitos organizacionais e institucionais (públicos e privados), que disputam a legitimidade de ações e discursos, visto que existem assimetrias de poder (simbólico, político, econômico) entre os atores, grupos e instituições em disputa. É neste cenário que a sociedade civil se apresenta em suas diversas formas organizacionais (ONGs, movimentos sociais, associações etc) como um dos atores concorrentes pela legitimidade de significados e representações no campo ambiental: este é um dos motivos que justifica o papel da sociedade civil enquanto ator social que constata problemas ambientais e participa efetivamente da formulação de políticas ambientais, bem como ter garantido o acesso a todas as informações necessárias para que possa se posicionar em relação às questões que envolvam o meio ambiente, ou o que ela entende por meio ambiente. A temática ambiental implica no reconhecimento de que a sociedade já não pode mais ser considerada uma simples receptora dos atos e políticas públicas. Ademais, dada a complexidade da questão ambiental e a natureza difusa dos bens ambientais, não pode a administração pública pretender tutelá-la sem a gestão participativa da sociedade, o que, todavia, ocorre de modo frequente, principalmente quando se trata de ajustar interesses econômicos contrários à preservação do meio ambiente e às relações sociais intrínsecas a ele. (TESSMANN, 2007: 20)

Segundo Viola (1996) como consequência da crescente preocupação pública em relação a questões ambientais, em expansão durante três décadas desde seu “nascimento” na década de 1960, aumenta consideravelmente o número de organizações não governamentais, movimentos sociais e grupos comunitários que lutam, entre outras causas, pela proteção e qualidade ambiental, contra injustiças ambientais e como grupo de pressão e denúncia ao papel do Estado na formulação, aplicação e fiscalização de políticas públicas ambientais; o número de agências estatais em nível federal, estadual e municipal também tem altíssimo aumento; além disso, grupos e instituições científicas se interessam cada vez mais em pesquisas sobre as questões ambientais; setores empresariais buscam adequar seus processos produtivos ao novo paradigma “verde”, isto é, desde as matérias-primas até o produto final devem ser produzidos de forma ‘sustentável’ inclusive para receberem os selos verdes (ISO 14000,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

por exemplo); diversas convenções sobre meio ambiente e tratados internacionais são realizadas pela ONU, entre outros.

Em relação a formação do *campo ambiental* no Brasil, pode-se dizer que o projeto político nacional adotado pelo governo federal brasileiro na década de 1970, período de ditadura civil-militar (1964-1985), ignorava os diversos danos ambientais nacionais e globais discutidos na época, sendo um dos portadores do discurso que catalogava o meio ambiente como fonte de recursos para o desenvolvimento econômico do país, independente das consequências ligadas a isso. De acordo com Leis (1996) “considera-se que os recursos naturais do Brasil são quase infinitos e que se deve explorá-los do modo mais rápido e intenso possível, em vez de serem usados de modo conservacionista (como propõe o programa ambientalista internacional), para atingir altas taxas de crescimento econômico.” (LEIS, 1996:99)

Todavia, a política nacional ambiental não deixou de ser alvo de críticas, conflitos e discordância dentro do Ambientalismo brasileiro em relação ao posicionamento nacional-desenvolvimentista do governo, visto que “concomitantemente, os grupos ambientalistas que se organizam e multiplicam de forma bastante acelerada nessa época no país sofrem forte influência dos ideários defendidos por seus pares nos Estados Unidos e na Europa, notadamente no que se refere à adoção de um sistema de valores que representa um questionamento dos impactos da civilização urbano-industrial, assim como da degradação ambiental provocada pelos empreendimentos humanos.” (JACOBI, 2003: 6)

A partir da segunda metade da década de 1980 e em especial nos anos 1990, o Ambientalismo no Brasil sofreu mudanças significativas dada a congruência entre a questão ambiental e diversas questões sociais. Assim, “a importância da vertente socioambientalista pode ser verificada pelo crescimento do número de entidades não governamentais, movimentos sociais e sindicatos que incorporam a questão ambiental na sua agenda de atuação. A presença destas práticas aponta para a necessidade de pensar modelos sustentáveis, revelando uma preocupação em vincular intimamente a questão ambiental à questão social.” (JACOBI, 2003: 12) A heterogeneidade ideológica, política e social do movimento ambientalista brasileiro, com suas múltiplas facetas e diferentes posicionamentos dos atores envolvidos, convergiu na formação e implantação de políticas públicas ambientais, além da maior atenção que certos setores econômicos passaram a atribuir à questão ambiental, incorporando-a em seus discursos. Entretanto, “as políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso-legislação bastante

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

ambientalizado e um comportamento individual-social bastante predatório. Se, por um lado, as políticas públicas têm contribuído para estabelecer um sistema de proteção ambiental no país, por outro lado, o poder público é incapaz de fazer cumprir, tanto aos indivíduos quanto às empresas, uma proporção importante da legislação ambiental.” (LEIS, 1996: 110)

Adentrando à cidadania no Brasil, Ferreira (1996) nos mostra como a conquista e expansão de direitos da sociedade civil coincide com o tema Ambientalismo. A autora nos lembra que foi no contexto, e na herança, de reivindicações e conquistas de direitos sociais no país que o ambientalismo (enquanto movimento plural e diversificado) se movimentou no Brasil. Em outras palavras, a esfera da cidadania deve se expandir ao ponto de abarcar outros seres vivos além do ser humano, garantindo-lhe efetivamente direitos em pé de igualdade com a espécie humana. (FERREIRA, 1996: 242-3-4). A autora aponta também que “o ambientalismo emergente no país teve que conviver com a ausência de espaços de reconhecimento e de vínculos propriamente civis, traduzidos pela dificuldade de formular os dramas cotidianos públicos e privados na linguagem dos direitos.” (FERREIRA, 1996: 245).

Dessa forma, o ambientalismo brasileiro se confrontava na década de 1980, e ainda o faz nos dias atuais, com uma herança cultural e política que enxerga a questão ambiental como entrave ao desenvolvimento econômico e social do país, e que deve, portanto, estar fora do universo da cidadania, ainda que a legislação ambiental vigente diga o contrário enquanto aparato legal e legítimo do Estado e da sociedade. Neste momento já é possível visualizarmos o difícil papel exercido pelos movimentos sociais na democracia enquanto atores sociais dinâmicos e engajados em processos e lutas políticas, estas últimas contendo em seu núcleo forças e poderes provenientes de distintos setores políticos e econômicos, que podem apresentar posições divergentes frente aos problemas levantados pela sociedade civil.

Nas sociedades contemporâneas o papel político dos indivíduos acaba se restringido ao voto, portanto, a participação e pressão política pretendida pelos movimentos sociais e organizações são de importância fundamental para o exercício de um regime de fato democrático, ao trazerem demandas de pessoas privadas e grupos sociais para o âmbito público, também chamado de *esfera pública*, e reivindicarem maior participação política nas tomadas de decisões. A esfera pública, segundo Habermas (1997) é uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomada de posição e opiniões, sendo que, por meio dela, os fluxos comunicacionais são filtrados e

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sintetizados, condensando-se em opiniões públicas relacionadas a temas específicos. O reduzido papel político imposto à sociedade civil brasileira durante o período autoritário começa a se configurar de outra forma, isto é, a sociedade civil em seu conjunto torna-se protagonista da luta pela democracia, deslocando a visão de que é o Estado o único encarregado por essa transição. Na medida em que certas demandas da sociedade civil não são atendidas pelas instituições democráticas e há um agravamento dos problemas de desigualdade e exclusão social, a sociedade civil brasileira passa a lutar não só pela abertura e ampliação democrática, e sim por uma radicalização da própria noção de democracia e maior controle sob o Estado. (DAGNINO, 2002: 9-10)

Em relação à participação da sociedade civil brasileira em espaços de decisão, a autora nos mostra que as transformações tanto no âmbito do Estado quanto da sociedade civil alteram as relações entre esses atores, visto que a extrema oposição, confronto e antagonismo característicos do período do regime militar de 1964 perderam certo espaço ao longo do processo de democratização, dando espaço, assim, para posturas de negociação entre as partes. Em outros termos, a participação da sociedade civil em termos de negociação, possibilidade de consensos e atuações conjuntas entre Estado e sociedade ocorreram pelo rompimento do Estado autoritário e pelo protagonismo adquirido pela sociedade civil, lida como um conjunto de atores sociais diversificados e em disputa pela construção democrática, esta última sendo muito recente na história política do Brasil.

De modo geral, no Brasil o termo ONG foi adotado por alguns centros de assessoria ligados a movimentos sociais nos anos 1980, e em 1991 esses centros fundaram a Associação Brasileira de ONGs (Abong). Para entender o fenômeno das ONGs no Brasil, a autora Teixeira (2002) destaca a relação que essas entidades estabelecem com três setores diferentes: Estado, movimentos sociais ou setores sociais com os quais se relacionam e agências de financiamento internacional. Entretanto, o papel de parte das ONGs no Brasil foi reformulado ao serem consideradas pelo governo mais eficazes e ágeis na realização de alguns projetos governamentais do que o próprio Estado, o que levantou polêmicas e controvérsias por parte de algumas ONGs e movimentos sociais que acusavam o Estado de se desresponsabilizar dos direitos sociais, isto é, algumas ONGs estariam assumindo as responsabilidades sociais que o Estado brasileiro estaria abandonando. No entanto, uma parte minoritária das organizações que se considera mais voltada a mobilização social teme que as ONGs se tornem substitutas do Estado, temem colaborar para o processo de desresponsabilização

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

estatal e se recusam a estabelecer relações com ele. A maioria, ao contrário, acaba estabelecendo relações com o Estado, sejam elas mais diretas como no caso de repasse de recursos, seja indiretamente na tentativa de controle, pressão e monitoramento de ações do governo. O processo pelo qual o Estado transfere às ONGs funções ou tarefas estatais é chamado de “publicização” e se consiste, basicamente, numa redefinição do papel do próprio Estado que pretende diminuir seu tamanho atribuindo responsabilidades que lhe pertencem a outros atores sociais.

Uma questão que queremos destacar, e identificar na pesquisa de campo, é o dilema enfrentado pelas ONGs nas últimas décadas: a perda de autonomia causada, entre outros fatores, pelo financiamento estatal. Com a diminuição de financiamento proveniente da cooperação internacional ao contrário do que ocorria na década de 80 e 90, muitas ONGs brasileiras se viram sem meios de dar continuidade aos projetos e até a própria organização, recorrendo assim aos recursos advindos de setores do Estado. Em contrapartida, sua autonomia em relação às tarefas que deve cumprir diminuiu ou simplesmente inexistiu e, inclusive, compromete laços e alianças feitos com outras organizações e setores sociais visto que se tornaram concorrentes por verbas ou simplesmente não compactuam com essa postura de ser um “braço do Estado”.

Vale a pena salientar que, assim como Teixeira (2002), compartilhamos da ideia de que “participação da sociedade civil” não significa transferência de responsabilidades estatais para grupos e organizações sociais. Visualizamos a necessidade e importância dos espaços públicos que estabelecem, ou deveriam estabelecer, diálogos efetivos entre os diferentes atores estatais e não-estatais, permitindo a difusão de ideias da sociedade civil sobre determinada política pública ou projeto governamental visto que o papel político da sociedade vai muito além de mera espectadora do Estado, portanto, é direito da sociedade influenciar, pressionar, e até mesmo se opor às políticas estatais quando estas não estão de acordo com os princípios e projetos políticos defendidos pela sociedade civil, sendo papel do Estado ouvir as demandas e críticas provenientes dos diversos grupos sociais, além de ser transparente e aberto, compartilhando o poder de decisão com estes últimos atores.

Conclui-se que, sabendo das assimetrias de poder de decisão nas arenas políticas, reforçamos a necessidade dos canais de diálogos entre Estado e sociedade civil (não necessariamente organizada no formato ONG) que permitem discussões, conflitos, debates, discordâncias e consensos entre os distintos grupos sociais que compõem essas esferas, visto a extrema importância para os valores democráticos e para

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

a luta dos mais diferentes interesses sociais. É nesse sentido que o estudo pretende contribuir para as atuais reflexões sobre relações entre sociedade civil e ambientalismo no Brasil.

### **Bibliografia**

ARATO, A.; COHEN, J. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, L. (Org.) *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de sociedade civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: Avritzer, L. (org.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte, Del Rey Editora, 1994

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo, Ed. da USP, 1996

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1989

CARVALHO, Isabel. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2001

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. *Sociedad Civil y Teoría Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?*. In: Mato, Daniel (coord.). *Políticas de cidadania y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p.95-110. 2004

FERREIRA, Lúcia da Costa . *Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro*. Revista Ambiente Sociedade, Campinas, SP, v. 1, n. 5, p. 35-54, 2000

FERREIRA, Lúcia da Costa. *Idéias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 77-89, jul./dez. 2004. Editora UFPR

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

- FERREIRA, Lúcia da Costa. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: FERREIRA & VIOLA. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas, Ed. Unicamp, 1996
- FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- GERHARDT, Cleyton Henrique; ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambient.soc.vol.8 no.2* Campinas July./Dec. 2005
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol.II. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997
- HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Edições Loyola, 2002
- HANNIGAN, John A. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa, Instituto Piaget, 1997
- JACOBI, Pedro. *Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas*. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP, 2003
- LANÇAS, V.R.; KRITSCH, R.. *Sociedade civil e participação nas democracias contemporâneas: uma abordagem*. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/sociedade\\_civil\\_e\\_participacao\\_nas\\_democracias\\_contemporaneas\\_uma\\_abordagem.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/sociedade_civil_e_participacao_nas_democracias_contemporaneas_uma_abordagem.pdf)>
- LEIS, H.R.. Co-autoria de VIOLA, E.J.. A emergência e evolução do Ambientalismo no Brasil. In: *O Labirinto: Ensaios sobre Ambientalismo e Globalização*. Editora da FURB, São Paulo- Blumenau, 1996
- MARZOCHI, S.F.. *Greenpeace: mundialização e política*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013
- MCCORMICK, J.. A Revolução Ambientalista (1962-1970). *Rumo ao Paraíso; A História do Movimento Ambientalista*. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1992
- Organização Não-Governamental *Vitae Civilis*: Disponível em <[www.vitaecivilis.org.br](http://www.vitaecivilis.org.br)>



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

TEIXEIRA, A.C.C.. A atuação das Organizações Não-governamentais entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002

TESSMANN, E. K. *Sociedade civil e (re)construção do espaço público: gestão democrática ambiental para reflexão na esfera pública*. In: Congresso Nacional do Conselho de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 15., 2007, Manaus. Anais... Manaus: CONPEDI, 2007. Disponível em: <[http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/campos/erotides\\_kniphoff\\_tessmann.pdf](http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/campos/erotides_kniphoff_tessmann.pdf)>.

TREVISOL, J.V.. Globalização, sociedade civil e novos atores locais/globais. In: *Atores sociais e Meio ambiente; Análise de uma rede transnacional de organizações da sociedade civil*. Coleção Debates, Argos Editora Universitária, Chapecó 2007

VIOLA, Eduardo. A Multidimensionalidade da Globalização. As novas formas sociais transnacionais e seu impacto na Política Ambiental do Brasil, 1989-1995. In. FERREIRA, Leila da Costa e VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

# SOCIOLOGIA

# SOCIOLOGIA

## GT 9: IDENTIDADES E DIFERENÇAS

Sessão 1: Relações étnicas e raciais

**REDISCUTIR FANON A PARTIR DA VIVÊNCIA ESCOLAR**

Sandro de Santana Ferreira – UFRRJ-PPGEDUC  
sandrosantana@hotmail.com

Lenita Ramos Vasconcelos – UFRRJ-PPGEDUC  
lenitarv86@gmail.com

O presente trabalho busca refletir sobre a obra de autoria de Frantz Fanon; “Pele Negras Máscaras Brancas”, e a partir disso construir perspectivas de leitura para os problemas do racismo que se manifestam no ambiente escolar. Para tal intuito pensamos numa leitura atenta e contemplativa sobre a obra deste autor, leitura essa que terá como base as reflexões de Hommi Bhabha e Mikhail Bakhtin. Bhabha em seu trabalho, “O Local da Cultura”, já apresenta uma importante apreciação do trabalho de Fanon, enquanto Bakhtin nos ilustra no que tange o potencial de leitura do autor pela totalidade da obra e ao mesmo tempo como habita nesta a capacidade de sua ressignificação. Aqui buscamos um movimento de contexto, fazendo Fanon renascer sobre o que seria o problema ainda pobremente encarado pela escola acerca do racismo. Trabalhando em conjunto com essa reflexão, constrói-se um lugar entre-cruzado ao abordar a vivência cotidiana deste mesmo que vos escreve, o qual atua como professor de história nas séries iniciais da rede pública municipal da cidade de Magé/RJ. Assim, repensando os princípios éticos do funcionamento de uma instituição pública de ensino. A escolha de Fanon e desta obra se deve pela percepção e sensibilidade do tal ao perceber na experiência colonial a construção do racismo, tanto como algo violento, como algo de uma sutileza perversa. Essa esfera dupla do racismo, fruto do trauma colonial, permite sua existência como algo imperceptível e constitutivo do status quo das sociedades pós-coloniais. Desta forma, optamos por inserir a realidade brasileira e mageense como uma realidade pós-colonial, pois não se percebe nesta a superação da hierarquização axiológica, a qual traduz tudo aquilo que é relativo ao seio desta nossa terra como algo invariavelmente inferior ao norte imperialista do mundo.

**Chegada a Fanon**

Antes de pensar sobre o que penso e o que edifico. Aqui existe, anteriormente, um caminho... Pesquisar pode ser entendido como trilhar uma trilha, onde o método é o caminho, a teoria a bússola, o objeto o solo e o objetivo nosso ponto de chegada... Essa esquematização simples emerge como uma metáfora sobre o fazer que aqui propomos fazer. Sendo desta forma tanto as resposta quanto, o onde, o como, o quando e o porque, precisam anteriormente ir para um certo lugar. O qual defino como a partir de um indagar: que lugar é esse que se começa?

Não se invoca isso por uma verborragia ou muito menos por uma espécie de metalinguagem. O que se fala, é dito pelo fato de que o caminho não muda apenas pelo o que se quer chegar. A chegada se define pelo próprio começo, o qual mede diretamente a dificuldade da missão proposta.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Assim, surge um lugar de começo duplo, pois ele indica onde queremos ir e aponta os pés do andarilho. Desta forma, vamos começar por algo que nós dois (escritor e leitor) devemos saber ao mesmo tempo, mas não da mesma forma. Esse trabalho será sobre Frantz Fanon, não necessariamente o homem, mas sim o autor e por isso viajaremos por sua obra, não por sua vida. Nesta que tentaremos pensar certas questões...

E quais seriam elas?

Para tal intuito nos deslocamos de forma misteriosa para o começo, para uma gênese antes da caneta, antes desse papel, anterior até mesmo a esse título. Vamos para uma vida, uma pequena existência de uma pequena pessoa que ira dar as razões do que é dito pelo porque é dito.

No caso, como uma manobra leve vamos para aquilo que insinuo como minha narrativa. Voltando assim meus olhos num espelho de escrita, onde faço sentido no inacabamento de minha existência, para dizer o que me moveu ao meu movimento.

Primeiramente, devo dizer que esse “eu” é um ser que se identifica como um aluno de um programa de mestrado... Um aluno confuso, que chegou cheio pretensões e pouca destreza... ele durante um ano não sabia bem o que faria, ou mesmo o que fazia, escrevia abundantemente numa tentativa de emergir na escrita algo que poderia ser chamado de pesquisa...

Todavia, havia um problema grande, pois se a vontade lhe habitava, uma coisa lhe era vaga... seu objeto e assim sem um lugar para fincar sua trilha, acaba por chegar em lugar algum.

Suas leituras percorriam obras diversas e em nenhuma delas ressoava seu trabalho. Acabava por acumular uma erudição despretensiosa e principalmente sem objetivo, logo sem método, sem trabalho e etc.

Em um ano se deitou sobre obras que poderiam lhe dar uma boa “base teórica”, ou seja lá o que este pretendia. Na sua mente confusa rodava ensaios perdidos, como se fazer boas perguntas tivesse algo haver com o olhar habilidoso. Claro que ninguém pergunta sem ter uma ideia, contudo, a pergunta deve apontar para o que se quer saber, o saber não se move por si só. É a dúvida sistêmica que move um saber para outro.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Parte de tudo aquilo que é saber é dar acabamento a certas coisas sem forma. Por isso um entre-lugar da ordem e do caos.

Doravante, nunca seria na teoria que se encontraria um objeto. Isto seria o mesmo que tentar fazer com que os olhos ao olhar a si mesmos iluminassem um caminho que resultaria num trabalho exterior aos olhos.

Ora, olhar a si mesmo, não é perscrutar um caminho para além do olhar. Olhar a si mesmo é transformar uma pessoa numa ostra. Não que isso não seja importante, ou mesmo bom no nível adequado, mas quando se mergulha no esimesmamento, acabamos numa confissão, pois uma pesquisa não é apenas para o “eu” que se concilia consigo mesmo. O excedente de visão (BAKHTIN,2010) que emerge do trabalho deve potencializar uma reflexão sobre a condição dos outros entre os outros.

A pesquisa por seu próprio estilo é expansiva, ela não é apenas um “eu” que me move, ela é um algo a mais. Olhar a mim mesmo por prismas dos mais ricos e diversos pode ser algo ótimo e enriquecedor, mas não constituem em hipótese alguma, até onde vive meu pobre saber, numa pesquisa.

A ciência é para o mundo, o cientista mergulha no mundo e oferece ao mundo o próprio mundo. Se existe um “eu” é para que ele desapareça nesse mundo, para deixar de ser um mero “eu”, para ser um estar como o Outro. Dependo da minha existência ética para poder ter um fazer estético, contudo o autor que aqui se busca não é meramente um auto-conciliar-se.

Logo, leitor, você deve perguntar: onde ele quer chegar? Ao falar de si mesmo, para dizer que esse “eu” é o menos importante. No caso em questão, apenas sinalizo que não chegava em lugar nenhum, que na minha busca dessa tal “base teórica”, que era apenas um movimento de acumulo de erudição, me via refletindo sobre o olhar de pesquisar e pensar, mas assim ignorando que não se inventa telescópios para se ver telescópios.

A pergunta não emana da visão, mas de um movimento de vontade, o juízo e o pensamento dão a potência do caminho da resposta, mas não é necessariamente pensando melhor que pergunto melhor. Posso entender esquemas abstratos diversos e ao mesmo tempo não me proponho a algo novo, posso muito bem apenas girar em torno de mim mesmo e ficar numa tautologia infinita...

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Ora, se a pesquisa me move para um caminho que sai de onde estou para um lugar que não estou e ao mesmo tempo essa trilha não é para um “eu”, mas para o Outro. Ela não deveria andar em círculos, mas sim mover o mundo em Outro mundo. Mesmo que este seja por alguns detalhes milimétricos diferentes. Todavia, estes potencialmente podem fazer parecer que certo lugar, ali, não estava...

Talvez, todo mundo já sinta a existência desse lugar, pretensamente diferente. Talvez não seja algo tão puramente inédito, mas de uma certa maneira aqui, por ser autor, na experiência única de viver uma vida que não se repete, pode-se colocar nesse mover um impressão que até então não existia. Posso estar no mesmo lugar, mas o sentido que pode surgir entre a relação de você comigo é sempre único, pois a história é sempre única, irrepetível (BAKHTIN, pp. 57, 1993).

E assim, nesse corte, surge Fanon...

De fato se não achava chão, precisei mudar o que olhava, ao colecionar nomes para formar uma tal “base teórica” percebi que o que movia essas letras, que fazia caneta e papel virar texto era essa mesma suposta teoria.

Tirei Fanon do lugar de lente, para o lugar de chão... e por que isso? Bom, este autor era inicialmente um pensador para pensar sobre a condição de discriminação de raça/cor. Tal problema seria o foco inicial da minha pesquisa refletir sobre a condição do racismo... No caso desenhava de maneira vaga onde iria ver essa manifestação, contudo, como fenômeno ela emerge de tudo e em tudo. Se vivemos num mundo que pode ser dito racista, isso emerge como poder, ação e olhar.

A leitura de Fanon (2008) potencializa um olhar sobre elementos constitutivos desse fenômeno (o racismo) em esferas do reconhecimento do ser como ser. Sua obra perpassa da linguagem, relações de gênero, de valores. Seu legado demonstra que o racismo representa a destruição de um sentido ontológico, pois com o racismo, negros e brancos não podem ser reconhecer dialeticamente. Não há a superação do senhor pelo escravo, ou vice e versa (FANON, 2008). O que percebemos é um clima de naturalização a partir do sentido essencial que compartilha nossa visão ocidental. O negro representa algo negativo, mesmo que isso não se refira a um ser. A luta entre o bem e o mal se encarna entre o negro e o branco (FANON, 2008), assim essencializando um estado de não poder ser no negrx como negrx.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Desta forma Fanon surgiu-me como um interlocutor. Cotnudo, o erro residia não no ato de ler Fanon, mas ler Fanon sem saber o que queria responder, sem saber onde pensava em chegar.

O que surgia era um esforço estranho de fazer da teoria nascer a evidência, sendo que o que seria mais adequado é a teoria surgir do evidente. Do abstrato somente mergulhamos no abstrato, pois o pensamento só produz novos pensamentos.

(...) o conhecimento, por serem concebidos, constituem uma relação relativa e reversível, uma vez que o sujeito do conhecimento como tal não ocupa um lugar concreto na existência. Porém, esse mundo único do conhecimento não pode ser percebido como o único todo concreto, preenchido pela diversidade de qualidade da existência, da mesma forma como percebemos uma paisagem(...) A contemplação estética e o ato ético não podem abstrair a singularidade concreta do lugar que o sujeito desse ato... (BAKHTIN, pp. 22, 2010)

Bakhtin sinaliza a partir da distância do mundo do conhecimento e do mundo da vida, que uma ética pautada em princípios feitos por pura especulação lógica não permitem a participação de cada pessoa. Ele sinaliza um ato arbitrário constituir uma moral pautada em elementos morais que não emergem do ato concreto e da vivência que cada sujeito têm. Ele sinaliza que a construção arquitetônica de nosso tempo é uma relação de falsear a vida

Se eu me abstraio do centro que constitui o ponto de partida da minha participação única no Ser, e eu faço isso, além do mais, não apenas da determinação de conteúdo da minha participação (determinação com respeito a tempo, espaço, etc.), mas também do fato de ela ser realmente, emocionalmente e volitivamente reconhecida e afirmada, então a unicidade concreta e a necessária realidade do mundo começará inevitavelmente a se decompor; ela se desintegrará em momentos e relações abstratamente universais, meramente possíveis, que podem ser reduzidos a uma unidade meramente possível, igualmente abstrato-universal. (BAKHTIN, pp. 58, 1998)

Assim para ser autor e fugir de uma ética onde se edifica com princípios que são alheios a participação de cada ser... foi feita uma escolha. Quando torno Fanon o objeto de minha reflexão, edifico um lugar para me fincar, um lastro que não me faz flutuar em ideias dispersas e confusas, as quais caminham para um ponto longínquo da vida.

Por isso uma pergunta emerge também: o que quero da obra de Fanon? O que lhe pergunto para fazer o movimento da pesquisa? Uma coisa que Boaventura



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

(SANTOS, 2011) sinaliza sobre o pensamento Rosseau, que as boas perguntas são aquelas que de tão simples somente uma criança poderia fazer.

Indagando dessa forma questiono... O que Fanon pode nos ajudar na educação? Ora, vivemos uma sociedade racista e a educação como lugar de inserção da novidade na continuidade gera uma potência de ruptura sistêmica. Logo, podemos caminhar nessa pesquisa simples de mover Fanon, um psicólogo, para nós educadores. Já que algo que ainda não foi mencionado, mas que é ulterior a esse escrever é que aqui pensamos sobre educação e não qualquer educação, uma que vê de maneira cara as questões étno-raciais em nossa sociedade.

A educação aqui é um lugar de disputa, onde disputamos um sentido de liberdade, onde todos podem ser invariavelmente iguais em suas diferenças.

O racismo traduz uma concentração acentuada de melanina como um valor negativo em nossa sociedade. Como a inevitabilidade da cor de minha pele fosse a inevitabilidade da tragédia de uma existência maldita. Isso faz com que pessoas com o mesmo gênero, mesma classe social, ou seja, pessoas que partem quase do mesmo lugar, sejam invariavelmente diferentes. Contudo, não uma diferença que emerge do inevitável fato que reside no fato de cada um ser único, mas sim uma diferença atravessada por uma hierarquia, onde ser de tal forma é ser menos que de outra.

Fanon ilustra isso com brilhantismo e grande acuidade, na sua obra “Pele Negra Máscaras Brancas” (), de modo quase poético, a opressão de raça sobre a luz do trauma da colonização. Ele percebe a destruição do negro como um “ser” para se tornar um “quase coisa”. Ele ilustra um ambiente neurótico onde a pessoa negra cresce reconhecendo que ser pessoa é ser branco, contudo quando este lida com a inevitabilidade de sua epiderme percebe uma invariável atitude negativa sobre o que é (FANON, 2008). Assim também como o próprio branco é incapaz de perceber plenamente o negro com um ser autônomo e/ou uma forma de vida que pode ser potencialmente tão civilizada como o branco, o qual poderia assumir sua dinâmica ontológica propriamente dita entre si. Tal elemento gera um ambiente doentio entre ambos, seja na sua mecânica interna (negro com negro, branco com branco) e externa (negro com branco).

### **Chegada em Magé**

A partir deste elementos gerais penso que podemos nos sentar sobre uma possível ressignificação dessa obra para edificar uma revisão sobre o fenômeno da educação institucional. Assim construir potenciais movimentos de estranhamento aos elementos racistas, que muitas das vezes emergem como se fosse algo natural e não construído. No caso em questão se assume aqui como fonte de pensar a educação na vivência que este autor tem como professor das séries iniciais. Mais especificamente como professor de história do fundamental II (sexto até o nono ano) na cidade de Magé localizada no estado do Rio de Janeiro.

No caso precisamos dar um lugar mais claro a vivência desse lugar. Dizer que trabalho em Magé diz muito pouco e isso precisa ser depurado. Primeiramente, o que se entende por Magé? Podemos dizer que ela é uma cidade que se localiza nos limites entre a região metropolitana do rio e a região serrana. Esse mesmo lugar faz dessa cidade se colocar como uma cidade que se pensa menor do que ela realmente é. Como morador e professor compartilho um certo consenso que perpassa no ar.

Os moradores de Magé, principalmente, os alunos parecem encarar sua cidade como um lugar incompleto. Magé é a cidade sem cinema, sem lugar para sair, sem um shopping, sem estrutura, etc, etc. O que parece nos diferentes discursos que surgem da narrativa da cidade é um certo mal estar, ou melhor, uma falta de autoestima.

Amar Magé para os alunos que convivo parece um disparate. Claro que eles não se expressam dessa forma, mas se faço um elogio sobre a cidade em sala. Isso muitas vezes é passível de risadas ou de comentários ácidos. A insatisfação com aquilo que se apresenta como cidade para esses jovens parece ser poderosa, da mesma forma que isso emana um certo espírito maldito como se ela sempre foi e será assim, incompleta, pela metade.

Tais elementos podem ser associados em diferentes níveis do que poderíamos chamar de trauma colonial. A ideia de um mundo do sul pela metade porque ele não é o norte completo civilizado emana desse mesmo legado. Aqui vemos um ponto de conexão entre o que dissemos a cerca do pensamento de Fanon e a experiência direta da escola que traduzo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Esses elementos se incorporam no viver da escola num certo duplo estranho. Por um lado as ausências são presentes. A escola que trabalho carece dos elementos e materiais mais diversos e obviamente necessários, que vão de quadras, espaços de convivência, como coisas que chegam a assustar de sua carência como cadeiras, giz e apagadores. Essa presente ausência daquilo que se pensa ser indispensável faz o que seria um certo excesso um sonho distante. A carência se torna argumento da inferioridade e de sua naturalidade.

O espírito que incorpora as falas diversas emanam de uma arquitetônica de naturalidade carente. As escolas se tivessem o que precisavam criaram um certo estranhar, pois como escolas de Magé (periferia da periferia) tem que ter naturalmente ausências.

O ritual do início das aulas não se incorpora como um símbolo “no épico e no hino, vocalizado por um povo unânime reunido na auto-presença de sua fala” (BHABHA, pp. 157, 2013). Toda vez que se formam as filas para se cantar o hino da cidade e o nacional não vemos um reconhecimento, mas sim um ato burocrático.

A cidade no seu vazio se faz apenas na presença da obrigação. O viver numa escola de Magé é um eterno virar de chave. Sinais e ordens sinalizam uma vivência esvaziada de um porquê... Isso afeta diretamente a maneira dos alunos em lidar com as atividades para ele oferecidas. O viver dos alunos assume um ar apático de indiferença ao que a escola oferece e uma atitude persistente de “o quanto mais rápido me livrar disso melhor”.

O intuito das crianças ali dentro é se libertar e para isso é ter o mínimo coeficiente necessário para “passar de ano” e o que puder fugir, seja com a conversa entre os amigos, seja com seus aparelhos celulares e suas músicas.

### **O entre-lugar Magé e Fanon**

Em face dessa breve narrativa, a qual fiz com o intuito de sinalizar um desafio onde vivo, não o que seria a totalidade de ser professor numa escola de Magé, faço a pergunta: A que nos serve Fanon?

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Antes de mergulhar nesse indagar, gostaria de trazer algumas palavras de Homi K. Bhabha

Ler Fanon é vivenciar a noção de divisão que prefigura- e fende- a emergência de um pensamento verdadeiramente radical que nunca vem à luz sem projetar uma obscuridade incerta. Fanon é o provedor da verdade transgressiva e transicional. Ele pode ansiar pela transformação total do Homem e da Sociedade, mas fala de modo mais eficaz a partir dos interstícios incertos da mudança histórica: da área de ambivalência entre raça e sexualidade, do bojo de uma contradição insolúvel entre cultura e classe, do mais fundo da batalha entre representação psíquica e realidade social. (BHABHA, pp. 77, 2013)

O que sinalizamos aqui? A própria relação dupla do olhar de Fanon. Sua poderosa frase “O negro não é. Nem tampouco o branco.”(FANON, pp 210, 2008) Sinaliza esse duplo de luz e trevas em Fanon, pois este não propõe uma resolução final ao problema do racismo, mas sim ao trazer uma pergunta decisiva ao processo.

O acesso à imagem da identidade só é possível na negação de qualquer ideia de originalidade e plenitude; o processo de deslocamento e diferenciação (ausência/presença, representação/repetição) torna-a uma realidade limiar. A imagem é a um só tempo uma substituição metafórica, uma ilusão de presença, e, justamente por isso, uma metonímia, um signo de ausência e perda. É precisamente a partir dessa extremidade do sentido e do ser, a partir dessa fronteira deslizante de alteridade dentro da identidade, que Fanon pergunta: “O que quer um homem negro?” (BHABHA, pp. 95, 2013)

Essa crise axiológica tem uma forte potencia de aproximar o sentido que se perde nos corredores de uma escola de Magé.

O naturalismo de uma inferioridade mageense pode ser aproximado ao sentido que Fanon dá para o estranhamento da imagem do negro pelo olhar branco

Eu tinha de olhar o branco nos olhos. Um peso desconhecido me oprimia. No mundo branco o homem de cor encontra dificuldades no desenvolvimento de seu esquema corporal... Eu era atacado por tantãs, canibalismo, deficiência intelectual, feitichismo, deficiências raciais... Transporte-me para bem longe de minha própria presença... O que mais me restava senão uma amputação uma excisão, uma hemorragia todo o corpo de um sangue negro? (FANON, pp. 157-158, 2008)

Isso nos aproxima a perceber o clima que perpassa o ar dentro de certas escolas que como colocamos aqui corporifica uma existência incompleta burocrática e mecânica.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Tais elementos se fazem como uma experiência coletiva, contudo também desigual dentro deste mesmo esvaziar. Nas próprias estratégias de fuga vejo que certos corpos e tons tem mais recursos que os demais.

Um elemento frisado anteriormente é a presença dos aparelhos eletrônicos. Mesmo numa escola humilde com alunos de baixa renda, não é raro perceber a presença de aparelhos celulares de ponta, em alguns casos mesmo tablets ou laptops. A tecnologia que serve como fuga da própria atividade burocrática da escola é presente com maior frequência em alunos com determinada cor, no caso, quase todos brancos. Assim como a presença na direção, devido a problemas “comportamentais”, e majoritariamente de alunos homens e negros.

Se podemos frisar uma experiência coletiva uma experiência coletiva da cidade nesse âmbito de vivência pós-colonial. Podemos também sinalizar que nas especificidades internas do corpo da cidade Magé, que aqueles que no degrade de valores traduzido em cor as quais estão mais próximo do europeu colonizador demonstram dentro do que existe uma diacronia entre essas relações.

Essa diacronia pode ser percebida em elementos simbólicos, como o próprio caderno de ocorrências, onde se sinalizam o comportamento considerado inadequado dos alunos, o qual é coberto por um “TNT” negro sinalizando o peso de seu símbolo.

Deste elementos penso no sentido de reler Fanon a luz desse mesmo cenário. Levantar esses elementos sobre a realidade deste professor não significa em hipótese alguma colocar como objeto o ambiente escolar, mas ao trazê-lo permitimos um lugar de reler Fanon. Isso implica em repensar o possível potencial de resinificação que este pode ter em nossa realidade.

Aqui tentamos colocar uma questão sobre a própria ética do profissional da educação em relação ao que Fanon coloca como autor. Nesse dialogo nós nos colocamos para pensar nossa ação e assim transformar nossa atitude diante do fazer docente.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### **Bibliografia:**

BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2010, 5ª ed.

BAKHTIN, M. Para um Filosofia do Ato. Tradução Carlos Alberto Farraco e Cristovão Tezza. 1993.

BHABHA, H. K. O local da cultura. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2013, 2ª ed.

FANON, F. Pele Negra Máscaras Brancas. Tradução Renato da Silveira. Salvador. EDUFABA, 2008.

SANTOS, B. S. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo. Editora Cortez. 2011. 8ª ed.

**QUE FANON É ESSE NA TEORIA CULTURAL CONTEMPORÂNEA?**

Erik W B Borda – UFSCar  
ewbborda@gmail.com

O trabalho aqui apresentado visa realizar uma breve discussão acerca das apropriações de Fanon por dois movimentos intelectuais contemporâneos, a saber, os estudos pós-coloniais e a perspectiva decolonial. Identificou-se, após um balanço preliminar, que existem abordagens diferentes da obra de Fanon em cada um desses movimentos, inclusive influenciando os textos preferencialmente lidos e o que é feito com base nessa bibliografia. Não é o objetivo deste trabalho dar uma resposta definitiva acerca do estatuto de Frantz Fanon na Teoria Social produzida por esses autores do “sul global”, mas apenas identificar tendências. Por fim, propõe-se uma leitura “não cindida” da obra de Fanon para suplementar eventuais lacunas entre as perspectivas. A importância deste trabalho se justifica pelo crescente interesse sobre a obra fanoniana, e nesse sentido, pode contribuir para melhor situar a obra do autor.

**Introdução**

O colonialismo não foi apenas um mero evento, coincidentemente encontrado nessa configuração histórica que chamamos de Modernidade. Não é um acidente histórico, o qual devemos esquecer e pensar apenas como uma “fase” no permanente percurso de aprimoramento do Humano. Tampouco se trata de algo superado, uma vez autonomizadas as administrações políticas nacionais... afinal, a matriz de poder à que lhe corresponde – que Aníbal Quijano chamou de *Colonialidade do Poder* – segue bem viva, e deixando muito mais do que “*veias abertas*”. O processo de negação radical da alteridade, uso ostensivo da violência e hierarquização dos povos a partir da idéia de *Raça* está tão presente agora quanto antes, lançando-nos questões decisivas às quais não encontraremos respostas satisfatórias no interior dos paradigmas gerados por essa mesma matriz de poder que nos propomos a criticar. É chegado o momento de nos atentarmos às *mentes abertas da América Latina*, em direção a “*alternativas às alternativas*”! Elas estão aí, sempre estiveram, nós é que nos mantivemos surdos imaginando que essas alternativas não passavam de fósseis de um passado mítico pré-colonial, não mais existente. Contudo, se há algo que bem nos ensina Gabriel García Márquez é que na América Latina se fundem diferentes temporalidades<sup>136</sup>, e já não é

---

<sup>136</sup> Segundo Aníbal Quijano, as relações entre história e tempo são muito diferentes na América Latina em relação à Europa. Dessa forma, haveria mais um motivo de incompatibilidade das teorias europeias e norte-americanas em relação à América Latina, onde há uma simultaneidade, e não uma sequência. Aqui o passado penetra no presente de uma forma muito específica; a questão é, como apreender isso em uma obra? “*No es, pues, de ningún modo un accidente que no fuera un sociólogo, sino un novelista como Gabriel García Márquez el que, por fortuna o por conciencia, encontrara el camino de esta revelación, por la cual, en verdad, se hizo merecedor del Premio Nobel. Porque ¿de qué modo sino estético-mítico,*

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

mais possível ignorá-las! A luta de descolonização que está em jogo no momento atual é menos a “*substituição de uma ‘espécie’ de homens por outra ‘espécie’ de homens*” (FANON, 2006. p. 51) que nos fala Fanon em *Os condenados da Terra* do que as pretensões do mesmo autor em *Pele negra, máscaras brancas*, isto é, “*liberar o colonizado*<sup>137</sup> *de si próprio*”.

Liberar o colonizado de si próprio significa, antes de tudo, uma verdadeira revolução epistemológica, uma mudança na forma como produzimos conhecimento e experimentamos o mundo.<sup>138</sup> A luta contra colonialidade do poder não pode ser desligada da luta contra colonialidade do ser e do saber. Tal revolução epistemológica implica necessariamente em levar a sério toda a ampla gama de experiências historicamente desperdiçada, implica em alargar nossa ontologia para abarcar o que foi apagado pela Modernidade. Existem povos no mundo que desde o início desse processo não estavam de acordo com a imposição do saber europeu – inicialmente teológico e posteriormente técnico-científico –, e apresentaram alternativas críticas, versões contra-hegemônicas à narrativa moderna.

Demorou muito tempo para nos darmos conta de que não era essa a Modernidade que queríamos. O sangue derramado desde o século XV como consequência do expansionismo europeu ganhou visibilidade quando violências similares começaram a ocorrer no seio dos centros imperiais, contra sua própria população. Foi aí que se notou o lado escuro da Modernidade, sua cara metade que a possibilitou, mas que ainda não a haviam nomeado. Os autores do grupo Modernidade/Colonialidade, como sugere o próprio nome do movimento, sustentam que a Modernidade emerge no momento do contato entre Europeus e os povos nativos americanos em 1492. Nesse sentido, a Colonialidade é o outro lado da moeda da Modernidade, uma vez que é apenas com a ideia de um continente novo – a América – que se tornou possível conceber o “olhar para o futuro” tão caro a nossa era. Nesse momento específico se assiste a uma total reconfiguração da imagem do Universo em ambos os mundos, e o início de

---

*se puede dar cuenta de esta simultaneidad de todos los tempos históricos en un mismo tiempo* (grifo meu)? *¿De qué otro modo que convirtiendo todos los tempos en un tiempo? [...]Eso es, a mi juicio, lo que básicamente hizo o logró García Marquez en «Cien años de soledad». Eso, sin duda, vale un Premio Nobel.*” (QUIJANO, 1988. pp. 61 – 62.)

<sup>137</sup> Fanon utiliza, na verdade, a expressão “homem de cor” ao invés colonizado, contudo, para fins de análise o resultado é o mesmo. “O problema é muito importante. Pretendemos, nada mais nada menos, liberar o homem de cor de si próprio.” (FANON, op. cit. p. 26)

<sup>138</sup> Para uma melhor apreensão da temática acerca de novas epistemologias, ver os ensaios compilados por Boaventura de Souza Santos (2010) em *Epistemologias do Sul* e o livro *Renovar a teoria crítica, reinventar a emancipação social*, do mesmo autor.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

epistemícidios e dominações sem precedentes na história humana. O processo colonial que aí se inicia – depois difundido ao resto do mundo – engendra um padrão global de poder que persiste após fim das estruturas políticas que o sustentavam, não obstante, no período atual tal matriz de poder é desestabilizada. Todas as vozes silenciadas pelo colonialismo começam a se fazer mais presentes, os subalternos finalmente podem falar e aos poucos serem ouvidos. A geopolítica do conhecimento – que objetiva basicamente o primeiro mundo como um local de produção de conhecimentos e o terceiro mundo como produtor de culturas a serem conhecidas –, nos termos de Mignolo, passa a ser abalada. Entre as inúmeras maneiras de se captar a voz daqueles que foram deixados de lado na marcha do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno duas se fazem mais significativas; os Estudos pós-coloniais e, a mais recente, perspectiva decolonial. Como devemos pensar o colonialismo e quais foram de fato seus impactos? Essas duas perspectivas visam a responder a essa pergunta.

### **1. Estudos pós-coloniais e o local da Cultura.**

O pós-colonialismo – pensado enquanto um acervo de perspectivas teóricas – surge no momento em que intelectuais dos antigos territórios coloniais, em geral de domínio britânico ou francês, ingressam em Universidades estrangeiras no período do pós-guerra. Nesses grandes centros, espectros teóricos críticos vagavam já fazia algum tempo. Entre eles poderíamos encontrar os Estudos Culturais, por exemplo, que através de um diálogo ambivalente com o marxismo buscavam novas formas de pensar a dimensão da cultura e sua centralidade para as lutas políticas contemporâneas. Nos anos que se sucederam à criação do primeiro centro de Estudos Culturais (CCCS) no departamento de inglês da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, assistiu-se na Europa uma verdadeira explosão de pensamentos críticos que afetaram todas as áreas de conhecimento, da Filosofia à Antropologia, da Linguística à Sociologia. São desse período as críticas de Foucault ao sujeito, demonstrando a existência deste apenas a partir das práticas discursivas e determinadas relações de poder, e mesmo Lévi-Strauss ainda tem a oportunidade de levar ao limite seu estruturalismo, dessa forma jogando outra “pá de terra” sobre o Humano, cuja morte já havia sido preconizada por Nietzsche. É nesse momento que observamos reinterpretações e renovações do marxismo, como as oferecidas por Althusser, e da Psicanálise, pelos trabalhos de Lacan. A teoria cultural vive sua era dourada! Não é de se surpreender, portanto, que os intelectuais do Terceiro Mundo que chegaram em tal momento se nutriram de maneira intensa das novas

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

vertentes críticas do pensamento Europeu. A teoria pós-colonial surge, assim, estreitamente ligada às elaborações teóricas do pós-estruturalismo e dos Estudos Culturais, sendo construída nas principais universidades metropolitanas a partir das contribuições desses pensadores homens, brancos e europeus.

Ressaltar o lugar social dos sujeitos que produziram essas novas formações de pensamento não é algo irrelevante, na verdade, é justamente o contrário. A perspectiva decolonial, à qual retornaremos mais adiante, leva ao extremo a proposta foucaultiana de que os saberes emergem em contextos sócio-históricos específicos, e nesse sentido, as teorias pretensamente universais europeias não passariam, por sua vez, de teorias extremamente provincianas. O trabalho intelectual para os autores do grupo decolonial está profundamente enraizado nas relações sociais e de poder, algo que chamarei aqui de uma “ontologia hiper-sóciohistoricizada”. No entanto, não havia apenas autores europeus sendo articulados por esses intelectuais pós-coloniais na construção de suas críticas. Alguns autores do sul foram utilizados, e outros inclusive resgatados devido a seu potencial de crítica epistemológica às formas eurocêntricas de conhecimento: Frantz Fanon foi um deles. A leitura de Frantz Fanon, um psiquiatra negro martiniquenho, marca um giro importante na teoria social contemporânea cujos impactos ainda não puderam ser suficientemente mensurados<sup>139</sup>. O autor introduz em seu livro *Pele negra, máscaras brancas* uma dimensão que não havia ainda sido investigada com profundidade quando se falava na “questão colonial”, isto é, o abalo subjetivo gerado por essas estruturas de dominação. Pensadores pós-coloniais como Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Avtar Brah, Stuart Hall, Edward Said e etc. trabalharam com – e sobre – os escritos de Fanon, em especial o livro mencionado, como porta de entrada para discussões inéditas acerca do papel da Cultura no processo colonial, assim como as relações deste com a construção das Ciências Sociais e Humanidades – produzidas nas Universidades europeizadas – não necessariamente europeias, mas as que partilham de seu modelo colonial de produção de saberes. Desse modo, os Estudos pós-coloniais marcaram uma ruptura importante no interior do pensamento europeu, na medida em que utilizaram as teorias pós-modernas e pós-estruturalistas para explicitar justamente as próprias lacunas e insuficiências desses paradigmas. A cultura ganhou uma

---

<sup>139</sup> Segundo Stuart Hall (2009), é importante quando estudamos qualquer trabalho intelectual nos atentarmos menos às continuidades do que as rupturas. As leituras da obra de Fanon, sua “*after-life*”, devem ser vistas, pois, em termos das rupturas que ela estabeleceu no interior da Teoria cultural contemporânea. Como as apropriações ainda são muito recentes, torna-se relativamente difícil mapear satisfatoriamente seus impactos.

centralidade ainda mais intensa em relação a sua posição nos Estudos Culturais, que em alguma medida precederam e possibilitaram os Estudos pós-coloniais ao situar raça e etnia como traços importantes na análise de formações sociais. Inaugurou-se, dessa forma, pela primeira vez um pensamento crítico antieurocêntrico desapegado a essencialismos de qualquer espécie, e que podia finalmente nos lançar em direção a um “novo humanismo”...Será mesmo?

### **2. A perspectiva decolonial e a ideia de América Latina.**

De maneira geral, pode-se dizer que a perspectiva decolonial surge como uma reação à teoria pós-colonial a partir da radicalização de suas propostas. (BALLESTRIN, 2013) Para entender tal movimento é necessário, antes de tudo colocar, em relevo duas considerações. A primeira diz respeito à composição dos autores do grupo. A segunda, por sua vez, corresponde ao fato do surgimento do grupo ser relativamente recente, pouco mais de dez anos. Os autores que compõe o grupo Modernidade/Colonialidade são latino-americanos. Em um primeiro momento tal afirmação pode parecer trivial, mas se for levado em conta à origem dos autores principais que marcaram os Estudos pós-coloniais, em sua maioria sul-asiática, africana ou do Oriente Médio, rapidamente nos é possível captar as implicações advindas dessa consideração. Os latino-americanos que tiveram contato com as novidades teóricas do pós-colonialismo se queixavam – dentre os muitos problemas identificados – da centralidade concedida ao colonialismo anglo-francês nessas vertentes, e dessa forma do total desconhecimento de outras formas coloniais (pré)existentes que em alguma medida ensaiaram a dominação imperial na África e na Ásia entre os séculos XVIII e XX. Como dissemos na introdução, para os latino-americanos do grupo decolonial a Modernidade começa com a invenção do continente americano (inicialmente índias ocidentais) ao final do século XV, e o processo colonial que aí se inaugura funda uma forma totalmente nova da dominação e o surgimento do sistema-mundo colonial global. Para autores como Mignolo (2007), a própria possibilidade do que Edward Said chamou de *Orientalismo* já estava gestada no processo de conquista da América, uma vez que é nela que há o surgimento do Ocidentalismo, seu precursor lógico e epistemológico. Quando se leva isso em consideração, não se torna mais possível limitar a reflexão sobre o período pós-colonial apenas às ex-colônias não-ibéricas. A empreitada de levar adiante a reflexão sobre essa parte significativa do sistema-mundo ficou, pois, relegada aos autores latino-americanos.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

**Quadro 1. Perfil dos membros do Grupo Colonialidade/Modernidade.**

Integrante	Área	Nacionalidade	Universidade onde leciona
Aníbal Quijano	Sociologia	Peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
Enrique Dussel	Filosofia	Argentina	Universidad Nacional Autónoma de México
Walter Mignolo	Semiótica	Argentina	Duke University, EUA
Immanuel Wallerstein	Sociologia	Estadonidense	Yale University, EUA
Santiago Castro-Gómez	Filosofia	Colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	Filosofia	Porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Ramón Grosfóguel	Sociologia	Porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Edgardo Lander	Sociologia	Venezuelana	Universidad Central de Venezuela
Arthuro Escobar	Antropologia	Colombiana	University of North Carolina, EUA
Fernando Coronil	Antropologia	Venezuelana	University of New York, EUA
Catherine Walsh	Linguística	Estadounidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
Boaventura Santos	Direito	Portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal
Zulma Palermo	Semiótica	Argentina	Universidad Nacional de Salta, Argentina

Fonte: BALLESTRIN, 2013. p. 98

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A segunda consideração toma como base os pouco mais de dez anos do surgimento do grupo, o que por sua vez garante, pelo menos até o momento presente, uma relativa identidade no que concerne ao compartilhamento de “*noções, raciocínios e conceitos* [...]”, (dessa forma) *contribuindo para a renovação analítica e utópica das ciências sociais latino-americanas do século XXI.*” (BALLESTRIN, op. cit. p. 99) A crítica e teoria pós-colonial originada nos principais centros produtores de teoria seria, pois, com relação à perspectiva decolonial bem menos homogênea, o que torna um pouco mais complexo o mapeamento de seu surgimento e noções partilhadas. Algo, porém, deve ser retido. Afirmamos a centralidade que Fanon possuía para os autores pós-coloniais, mas devemos dizer que também os decoloniais se debruçaram sobre sua obra e têm produzido textos igualmente originais, como lidar com isso? Como foi possível a leitura básica de um mesmo autor suscitar interpretações e reflexões teóricas diversas? Há alguma diferença na apropriação de Fanon feita por essas duas vertentes? Estariam elas lendo o mesmo Fanon?

### 3. As duas máscaras de um mesmo Fanon

Stuart Hall, em um artigo intitulado *The after-life of Frantz Fanon*, longe de querer capturar o “verdadeiro” Fanon, lança-se sobre as apropriações atuais da obra do autor. Embora não tenha sido possível no texto discutir o grupo Modernidade/Colonialidade – que se consolida após a escrita do artigo –, suas discussões sobre “que Fanon é esse na teoria cultural?” nos podem ser muito úteis para pensar as diferenças de perspectiva entre os dois movimentos intelectuais apresentados nas seções anteriores. O que importa aqui é a vida após a morte de Fanon, nos termos de Derrida, o “efeito espectral”. De fato, o psiquiatra martiniquenho é ainda visto de maneira muito diversa pelas Ciências Humanas contemporâneas. Hall aponta tal fato com base em Henry Louis Gates;

Henry Louis Gates, que é basicamente simpático a grande parte da empreitada pós-colonial e pós-estruturalista, alegra-se, no entanto, ao expor quão variadas, e mesmo internamente contraditórias, são as “leituras” recentes de Fanon enquanto um teórico global. (HALL, 1996. p. 15)<sup>140</sup>

Em grande parte, isso se deve à crença em uma suposta ruptura entre os escritos de Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*<sup>141</sup> e sua obra final, *Os condenados da*

---

<sup>140</sup> Tradução livre

<sup>141</sup> A partir de agora PNMB

*Terra*<sup>142</sup>. Stuart Hall considera tal proposição “dúbia”, e durante o artigo voltará sua atenção a essa questão e à forma como devemos reler a multivocalidade de *Pele Negra, máscaras brancas*. (idem, p. 16)

O que está proposto aí nos parece, antes de tudo, uma alternativa teórica a essas diferentes apropriações de Fanon. Para os fins deste trabalho, operaremos a partir do pressuposto de que há um privilégio, por parte da perspectiva pós-colonial, da leitura de PNMB, enquanto a perspectiva decolonial por sua vez dedicaria mais atenção a obra CT. O empreendimento de Hall ao evocar os laços de continuidade entre essas duas obras reformularia totalmente nossa apreensão disso que talvez seja um pseudoproblema teórico. De que maneira Hall sustenta essa continuidade? E qual precisamente é a implicação de afirmar tal continuidade quando pensamos as diferenças entre decolonialismo e pós-colonialismo?

### **3.1. Os três diálogos inconclusos de Fanon.**

Para Stuart Hall, é impossível ler PNMB sem levar em conta que a obra é também produto de três diálogos inconclusos e inter-relacionados, aos quais Fanon sempre retorna ao longo de sua vida e trabalho. O primeiro é com a psiquiatria francesa, o segundo, com a obra de Sartre e o terceiro com o movimento da Negritude. Esses temas estariam presentes em Fanon do começo ao fim de sua produção intelectual. Seu debate com a psiquiatria francesa é exemplificado no artigo de Hall por meio de seu desacordo com Lacan. Ambos os autores, segundo Hall, optam por utilizar a concepção hegeliana de totalidade, mas para Fanon o bloqueio que destotaliza o “reconhecimento” do Eu pelo Outro na troca do olhar racializado emerge da estrutura especular historicamente específica do racismo, e não de um mecanismo geral de autoidentificação (Id. *ibid.* p. 26). Isso nos atenta ao quão racialmente neutro é o discurso de Lacan, e ao mesmo tempo o quão racializada é sua epistemologia. As conseqüências políticas advindas de tal fato não devem ser desprezadas, na medida que para Bhabha, por exemplo, – aceitando a política de subversão que subjaz à ambivalência – há a conseqüência, a partir da perspectiva teórica de Lacan, de que a ambivalência faz parte do “script” do colonialismo. Por outro lado, para Fanon, há a questão de justamente acabar com essa ambivalência pois é ela que o está matando! Nesse sentido, para Stuart Hall fica a

---

<sup>142</sup> A partir de agora CT

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

pergunta: como articular a visão de ambivalência de Lacan com a proposta fanoniana de fixidez?

O debate com a obra de Sartre seria, na verdade, o debate de Fanon com Hegel através de Sartre, em especial com a dialética do Senhor e do Escravo apresentada no livro *A Fenomenologia do Espírito*<sup>143</sup>. Para Hegel, o homem apenas é humano na medida em que tenta impor sua existência a outro homem com o fim de ser reconhecido por ele. Há aqui a obrigatoriedade da reciprocidade absoluta “*Eles se reconhecem ao reconhecerem mutuamente um ao outro*” (HEGEL apud HALL. 1996. p. 28) Caso haja resistência, surge aí o desejo por reconhecimento que leva o escravo à luta selvagem. Não obstante, Hall aponta que “*para Fanon, o negro escravo nunca lutou até a morte com o senhor, ou arriscou sua vida. Foi-lhe dada a liberdade, o que na realidade nada mais é do que a liberdade de ‘assumir a atitude do senhor’, de comer à sua mesa. ‘vamos ser bonzinhos com os pretos’*” (HALL, op cit. p. 29) Mais uma vez aqui, a relação colonial desvirtua a possibilidade de dialética, ou nos termos de Fanon “*...qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada.*” (FANON, op. cit. p. 103) Todas essas convoluções sartro-hegelianas importam? Alguns afirmam que Fanon poderia ter “seu filme queimado” ao vincular seus escritos a qualquer sinal de diálogo com o pensamento europeu. Hall aponta o essencialismo prejudicial que subjaz a essa assertiva, uma vez que demonstra o total desconhecimento dos impactos de Fanon na cultura francesa. A carreira de Fanon é incompreensível quando são negligenciadas as complexidades das relações que o colonialismo francês constituía aos intelectuais antilhanos. E “*last but not least*”, é apenas à luz da “*luta até morte*” que é possível se compreender o trabalho tardio de Fanon. “*É o senhor absoluto de Hegel, a morte, que abre as portas para a atividade auto-construtora do homem negro, um ‘em-si-para-si’*” (id. ibid. p. 31).

Por fim, o terceiro e último debate, com a Negritude – ou nos termos de Hall, “*a idéias da cultura negra como um ponto positivo de identificação*” (idem). Não reterei aqui muita atenção a esse terceiro diálogo, uma vez que Hall tampouco dedica grande atenção a ele. Basta-nos reter que a discussão de Fanon com Negritude pode ser resumida com o seguinte problema: quais são os riscos de me manter preso à construção que o Outro fez de mim? Apegar-se apaixonadamente aos “pontos positivos” de ser

---

<sup>143</sup> Diz respeito especialmente ao papel concedido à dialética senhor/escravo também pelo fato de Hegel dar centralidade à luta-de-vida-e-morte, que é a fase final da luta do escravo por reconhecimento. Para Fanon é a desigualdade inerente ao sistema colonial que abre as portas à necessidade de luta até a morte do escravo – tema que a que voltará a sua obra mais tarde.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

negro não seria para Fanon uma boa estratégia, uma vez que assim estaríamos mudando apenas o conteúdo do debate, mas não os seus termos. É preciso antes de tudo liberar o homem negro de si mesmo, ou seja, justamente dessa prisão subjetiva gerada pela categoria negro – categoria essa inventada para inferiorizá-lo. De acordo com Hall, Fanon é mais levado à questão da “opressão política em um contexto colonial enquanto violação da ‘essência humana’ do que sugere Homi Bhabha”. (id. ibid. p. 35) A insistência de Fanon em explorar os desejos do homem negro à suas profundezas é tão carregada quanto a empreitada de Freud ao refletir acerca dos desejos das mulheres. Tal insistência nos leva necessariamente “além do limite onde alienação cultural solapa a ambivalência da identificação psíquica.” (idem) Esse estudo da opressão política em um contexto colonial está presente tanto nos Estudos pós-coloniais quanto Decoloniais. Em alguma medida, no entanto, tenta-se demonstrar a ruptura entre o Fanon de PNMB e CT. Ballestrin, por exemplo, no artigo já mencionado neste trabalho, em uma nota de rodapé nos diz com base em Maldonado-Torres que: “A *Colonialidade do Poder e do Saber* ganhou várias elaborações do grupo (*Modernidade/Colonialidade*), enquanto que a *Colonialidade do Ser* (grifo meu), primeiramente pensada por Mignolo e posteriormente desenvolvida por Maldonado-Torres, não foi recebida com entusiasmo.” (BALLESTRIN, op. cit. p. 100) A questão do ser tende em geral a se fazer mais presente na obra PNMB do que CT, que tende a preocupar-se mais com a questão do poder político e econômico no contexto de uma África sob regime colonial. As implicações de partir do pressuposto da ruptura entre o “primeiro Fanon” de PNMB e o “segundo Fanon” de CT leva justamente à aflição de Ballestrin e Maldonado-Torres, pois tal pressuposto não dá conta de capturar o acervo comum de preocupações e diálogos inconclusos que perpassam a obra do autor, levando as apropriações a se polarizarem em torno da leitura desses “dois Fanons”. Se é verdade que há pouca ênfase no grupo *Modernidade/Colonialidade* sobre a questão do ser (Idem), e por sua vez na Teoria pós-colonial uma autonomização da Cultura e desconsideração da dimensão econômica (LARSEN, 1994; EAGLETON, 2005), isso teria muito possivelmente como um motivo tal leitura cindida da obra de Fanon. Perde-se de vista que ele próprio em PNMB já dizia que:

A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo:

- inicialmente econômico;
- em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização



dessa inferioridade. (FANON, 2008. p. 28)

De certa forma tal passagem já seria por si só suficiente para sinalizar a continuidade entre as duas obras. Somando-se a ela a intensa análise que fez Stuart Hall da obra de Fanon, podemos afirmar com garantia a continuidade. Resta agora operacionalizar isso na construção de um corpo teórico que articule as diferentes apropriações de Fanon enquanto um único autor.

### **3.2 Um Fanon e muitas leituras – conclusão**

Acredito que no texto tenha ficado clara a proposta de Outra leitura de Fanon, que não seja nem “marxista” nem “colonizada” pelo pós-estruturalismo de matriz francesa em voga na academia. Hall parece demonstrar no primeiro diálogo a necessidade de se escapar, por exemplo, da leitura de Fanon via Lacan e reconhecer diretamente no próprio autor os problemas que estão colocados<sup>144</sup>, embora com o devido cuidado de que “não há um Fanon verdadeiro”. A releitura a que incessantemente retorna Hall ao longo de seu artigo nos força a perceber que PNMB está intimamente relacionado a CT enquanto projeto político-intelectual de longo prazo, e dessa forma a retenção analítica – ou opção política – à apenas uma das obras ou uma de suas leituras acaba por ser improdutivo do ponto de vista da produção de conhecimento, uma vez que se perde de vista a inexistência de uma “vida” de Fanon, esta só garantida devida a sua “vida após a morte”, ou seja, suas diversas interpretações. No que diz respeito às diferenças de apropriação por parte das perspectivas decoloniais e pós-coloniais, o impacto se mostra arrasador. Se a idéia de Hall é que nos esforcemos em “trabalhar com Fanon”, pouco interessam eventuais rupturas em sua obra, interessando mais as redes de continuidade, que nos levam também a ver com outros olhos o “trabalhar com” a teoria decolonial e a pós-colonial. Devemos da mesma forma verificar nelas mais as continuidades do que as rupturas. A descolonização da mente como precedente à descolonização do Mundo se torna mais efetiva a partir do momento em que esforços teóricos diversos são articulados em conjunto na direção de uma matriz epistemológica crítica, do contrário, o que manifestamos na introdução deste trabalho como sendo o grande potencial e a grande tarefa de descolonização no século XXI acaba por se tornar mais um diálogo vertical, mero reproduzidor do Sistema-mundo colonial.

---

<sup>144</sup> Como o já mencionado vínculo entre estruturas-político-econômicas racistas e o psiquismo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### **Bibliografia.**

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília: maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FANON, F. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

\_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

HALL, S. *The after-life of Frantz Fanon: Why Fanon? Why now? Why Black skin, white masks?* In: *The fact of blackness: Frantz Fanon and visual representation*. Seattle: Bay Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Estudos Culturais: Dois Paradigmas*. In: SOVIK, L. (Org.) *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. pp. 123 - 150.

LARSEN, N. La teoría crítica brasileña y la cuestión de los "Cultural Studies". In: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Año 20, No. 40 (1994), pp. 155-164.

QUIJANO, A. *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Ediciones Sociedad y Política, 1988.

MIGNOLO, W. *Historias locales, diseños globales*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

\_\_\_\_\_. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. In: *journal of worldsystems research*, VI, 2, summer/fall 2000, 342-386

\_\_\_\_\_. *La idea de América Latina*. Barcelona: Gedisa editorial, 2007.

SANTOS, B de Sousa. *Renovar a teoria critica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B de Sousa et MENESES, M P. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

**UM DRAMA NA BACIA DE CAMPOS OU CONFLITOS ENTRE SABERES NATURALÍSTICOS E CIENTÍFICOS**

Fábio Reis Mota – UFF

fabioreis@gmail.com

Yann Almeida Belmont Paula –UFF

yann.abelmontpaula@gmail.com

A Bacia de Campos, situada na costa Norte do Estado do Rio de Janeiro, vem enfrentando nos últimos anos inúmeras transformações, devido às atividades de extração de hidrocarbonetos e com a construção do Complexo do Açú. Nesse contexto, percebe-se a presença de estruturas metropolitanas em franca expansão coexistindo com estruturas “tradicionais”, em especial, assentamentos de pescadores. Tal situação tem gerado inúmeros conflitos entre grupos que realizam atividades ligadas ao universo do petróleo e grupos que realizam atividades heliêuticas. A partir de pesquisa etnográfica realizada no assentamento de pescadores localizado no distrito de Farol de São Tomé, Campos dos Goytacazes, identificamos alguns desses conflitos, bem como, os impactos das atividades de produção na dinâmica da pesca e no saber tradicional naturalístico dos pescadores locais. Assim, a presente pesquisa busca aprofundar a reflexão sobre a dinâmica local da pesca e da organização social e política dos pescadores diante dos impactos das atividades petrolíferas nas modalidades de pesca locais e no sofisticado conhecimento naturalístico que informa a tomada de decisões dos pescadores sobre em que lugar e quando pescar.

**Primeiros passos da Pesquisa**

No primeiro semestre de 2010, após a leitura de partes do livro *O Pensamento Complexo* do sociólogo francês Edgard Morim, eu optei por fazer a faculdade de Ciências Sociais no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Este livro me causou um grande impacto à época.

Sem saber ao certo o que era sociologia ou como eram os processos de realização de uma pesquisa sociológica, eu tinha em mente logo no início de meu curso participar de um grupo de pesquisa nessa área. Eu estava muito animado em aprender a ser ‘pesquisador’.

Tudo era novo e inclusive a própria construção do departamento de Ciências Sociais. Neste mesmo ano, o Instituto desempenhava um importante papel no processo de interiorização e expansões da Universidade Federal Fluminense. O período era de construção e consolidação de novos cursos, de grupos de pesquisa, de espaços institucionais de socialização e inserção de alunos na prática acadêmica etc.

Neste mesmo período, o professor Fábio Reis Mota ministrava a disciplina de Antropologia I, no qual apresentava de modo introdutório o universo conceitual e metodológico da teoria antropológica. Dois textos me chamaram a atenção: 1) a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

introdução da obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski; 2) e o ensaio *Trabalho de campo*, de Roberto da Matta.

Esses dois textos só aumentaram minha curiosidade e desejo em participar das práticas de pesquisa que eram possíveis até aquele momento. No segundo mês de curso, aproveitando a apresentação e discussão dos textos, perguntei ao professor Fábio se haveria a possibilidade de minha participação como voluntário no grupo de pesquisa que ele orientava. Solícito, trocamos e-mails e a partir daí eu comecei a participar das reuniões do grupo.

As reuniões ocorriam semanalmente. Éramos orientados em nossas leituras de textos e discutíamos o projeto de pesquisa<sup>145</sup> que o professor Fábio propunha como mote norteador de nossas atividades. A participação neste espaço de socialização acadêmica foi de suma importância para a compreensão das práticas de pesquisas e do fazer antropológico e sociológico desde o início de minha formação.

O contexto de interiorização e expansão da Universidade dava um tom a mais as nossas acaloradas conversas. Somado a isso, estávamos curiosos e atentos a outro processo que a região Norte do Estado do Rio de Janeiro vinha sofrendo: as mudanças estruturais significativas em virtudes dos investimentos do setor petrolífero com a construção do Complexo do Porto do Açú no município de São João da Barra e no Farol/Barra do Furado. Tínhamos interesses em aprofundar a reflexão sobre a dinâmica local no que tange a políticas públicas de grandes empreendimentos que alteram significativamente a morfologia social, cultural e econômica de grupos sociais da região.

No final do mês de julho, o professor Fábio, ao ser contemplado com uma Bolsa PIBIC de Iniciação Científica, me ofereceu a possibilidade de ser o bolsista e assim poder realizar um trabalho de campo com ajuda de custo. Eu fiquei imensamente satisfeito, já que esta possibilidade me proporcionava duas coisas que eu mais desejava: 1) realizar um exercício de pesquisa etnográfica; 2) e custear o aluguel mensal da pensão em que eu morava.

---

<sup>145</sup> Do direito à diferença aos diferentes direitos: as mobilizações de populações tradicionais e suas demandas de direitos e reconhecimento no Estado do Rio de Janeiro.

### O lugar: Farol de São Tomé

Após acertarmos a entrega dos documentos e a assinatura do termo de compromisso, começamos a definir o planejamento das atividades a serem realizadas no âmbito da mesma. Atentos às injunções de mudanças que a região vinha enfrentando, me foi sugerido realizar o trabalho de campo junto aos pescadores do distrito de Farol de São Tomé, localizado a 54 km do centro de Campos dos Goytacazes, devido às especificidades que poderiam ser vislumbradas.

Com aproximadamente 18 km de praia, que vai do oeste a leste, situado a 54 km de distância do centro de Campos dos Goytacazes, o Farol de São Tomé apresenta-se como um lugar confuso e exuberante. A existência local, como bem observara o historiador campista Roberto Lamego, parece uma incógnita ao visitante.

Nela, localiza-se um significativo grupo de pescadores tradicionais que se dedicam à pesca artesanal. Tal grupo encontra-se, em sua maioria, cadastrados na colônia de pescadores Z-19 e divididos em dois grupos: os que pescam no Porto da Areia e os que pescam na Barra do Furado. Segundo Kant de Lima (1997, p. 35), estes espaços delimitam a própria atividade de pesca e são parte de um complexo sistema de regras que ordena a captura das espécies. Vale destacar, que a pesca é a principal atividade econômica local, no qual estão inseridos homens, que atuam diretamente em funções específicas, e mulheres que atuam na função de limpeza do pescado.

No que se refere à organização da pesca local, esta mantém um sofisticado sistema de relações sociais altamente hierarquizadas, de caráter interno e externo: no primeiro caso, como as mantidas com vendedores de diesel, mestres de pescaria, etc., e no segundo caso, como as mantidas com os compradores de outros estados, representantes das empresas petrolíferas locais e agentes de órgãos governamentais que regulam e fiscalizam as atividades de pesca.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### **Saberes e conflitos**

Tempo e espaço são conceitos que com o advento da modernidade foram reconfigurados pelo Ocidente. O tempo, uma idealização que baliza tudo o que se entende como o social, que o modela, que determina seu ritmo e que estrutura a organização do trabalho. O espaço, como dizia Lefebvre, morada do homem destituído de toda neutralidade. Nele se traduz as regras construídas para a ordenação das relações sociais efetivadas no seu uso, configurando a posição e oposição entre as identidades.

Com isso, novas temporalidades e novos espaços surgem, neste, não mais existindo a dicotomia homem (cultura) e natureza. O espaço agora inclui ambos, onde em alguns casos, a natureza deve ser preservada idílica excluindo a própria existência humana. Além disso, seu uso serve a políticas econômicas com perspectivas, lógicas e princípios mais variados, sendo partilhado e apropriado por grupos que possuem maior hegemonia política.

Desse modo, a nova maneira de como o espaço é concebido pelo Poder Público, ONGs, movimentos sociais e setores da sociedade civil, faz surgir novos dilemas, conflitos e paradoxos.

No Farol de São Tomé, os conflitos existentes encontram-se inscritos no quadro acima, em que tradição e mudança se encontram face a face. Vale destacar, que a atmosfera de conflitos adquire sentido pelos atores locais em sua condição cultural e de modo não universal – os significados atribuídos aos conflitos pelos atores são de caráter diversificado.

Os conflitos locais encontram-se balizados por interesses, projetos e perspectivas distintas ligadas à produção, em que o saber ou conjuntos de conhecimentos teóricos e técnicos constituem-se um fator importantíssimo para a manutenção e continuidade da atividade pesqueira. Ou seja, o processo de produção implica estratégias de exploração e apropriação que por sua vez exige saberes ou conhecimentos teóricos construídos culturalmente. Trata-se, portanto, de um conhecimento, empírico, que se funda num sofisticado conjunto de categorizações e observações sobre o modo como os recursos naturais renováveis se reproduzem.

O saber tradicional/naturalístico se configura como uma “ciência do concreto” nos termos de Lévi-Strauss, que orienta a prática produtiva dos pescadores locais, cujos sistemas não são menos reais; o saber técnico refere-se à “ciência moderna” que orienta a prática produtiva das empresas que realizam atividades petrolíferas na Bacia de Campos e a gramática jurídica referente à instituição do Defeso. Tanto o primeiro,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

quanto o segundo, são conhecimentos da natureza diferenciados, sendo construídos segundo os significados culturais no qual se insere.

Ao se analisar ambos saberes, nota-se logo de imediato que cada um supõe uma objetividade ativa e metódica, um querer saber estruturado que se consubstancia em regras técnicas que ao serem respeitadas condicionam seu êxito (KANTE DE LIMA, 1998, p.).

No que tange ao saber tradicional/naturalístico, os pescadores em sua atividade deparam-se constantemente com a imprevisibilidade, pois as condições objetivas que estão submetidas às espécies, seu objeto por excelência, e suas formas de se reproduzir fogem de seu controle. Assim, a própria modalidade de pesca condiciona um esquema particularizado de produção do conhecimento.

Tal saber requer uma curiosidade que se transfigura numa verdadeira posição intelectual, que aproveita o arcabouço do aprendizado adquirido ao longo das gerações, fundando um conhecimento que é nutrido pela observação sistemática de circunstâncias concretas vivenciadas.

Sua interpretação cognitiva da realidade não passa de uma construção dinâmica que se realiza na própria dinâmica da pesca. Como exemplo, temos a classificação da distância dos pesqueiros em relação à praia e as espécies que cada um deles corresponde. Qualquer pescador do Farol de São Tomé munido de GPS saberá com eficiência quantas milhas será necessário percorrer para se capturar camarão da espécie sete-barba (*Xiphopenaeus kroyeri*) ou barba ruça (*artemesia longinaris*). Qual dia devido ao tipo de vento se pode realizar a pesca ou não. Saberá que no inverno a pescadinha “viaja” para o município de Macaé e desaparece do Farol. Saberá com a temperatura da água o mês em que cada espécie se reproduz.

Portanto, o saber tradicional é um sistema de reflexão e conhecimento prático do comportamento das comunidades marinhas que se configuram objeto de trabalho das diferentes modalidades de pesca sobre condições locais. Seguramente os pescadores do Farol de São Tomé conhecem a dinâmica dos recursos naturais renováveis da área que habitualmente pescam. Trata-se de um conhecimento especializado do local.

Como reflexão e conhecimento prático, converte-se em um “inventário” de fatos naturais que os abarca em uma linguagem simbólica; sua sistematização se baseia em signos engendrados na própria dinâmica da cultura. Sua reprodução e transmissão carregam em si sentimentos sensíveis, crenças e valores que se manifestam nas próprias relações sociais que a pesca constrói.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Em paralelo, o saber técnico pressupõe uma objetividade sistemática que se constrói com certo distanciamento da realidade que se deseja conhecer. Sua forma de abstração está balizada por uma posição que ressalta o todo e que busca pensar as particularidades existentes. Desse modo, sua linguagem busca abstrair a dimensão simbólica, correspondendo a uma proliferação conceitual, “uma atenção mais firme em relação às propriedades do real, a um interesse mais desperto para as distinções que aí possam ser introduzidas” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.). Com isso cria-se a ilusão da “objetividade científica”.

No entanto, do mesmo modo que o saber tradicional, o conhecimento técnico científico também possui suas crenças e valores que se manifestam na dinâmica das relações sociais. O progresso, o desenvolvimento, sustentável ou não, a busca de uma previsibilidade, tecnologia, eficácia, em síntese, uma sistematização pautada por um princípio cultural, ocidental e iluminista, que é a utilidade prática.

Vale ressaltar ainda, que ambos são legitimados e deslegitimados socialmente. O saber técnico se vale de uma postura de que os modelos teóricos “bem mais elaborados” possuem uma “cientificidade maior” se comparado aos modelos “simbólicos” do saber tradicional. Nesse sentido, há uma relação assimétrica entre o saber técnico e o saber tradicional.

No caso brasileiro, essa assimetria se acentua diante do forte viés hierárquico e desigual que informa a nossa compreensão sobre o conhecimento, evidenciando que a natureza dos conflitos entre o saber técnico e o conhecimento tradicional adquire forma e sentido de acordo com o contexto social e cultural. Essa concepção hierárquica tem implicações, ainda, na concepção relativa à noção sobre o espaço público, nesse caso o mar, que é concebido como um lugar de todos, mas comumente apropriado particularizadamente pelos que detêm maior legitimidade social, econômica, política e simbólica.

Nesse sentido, os conhecimentos técnicos que cada grupo, pescadores artesanais e empresas ligadas ao desenvolvimento de atividades petrolíferas, detêm em algumas circunstâncias se chocam face à incomunicabilidade imposta por essa perspectiva hierárquica e desigual presente em nossa cultura política, jurídica e moral.

Os conflitos no Farol de São Tomé emergem dessa incomunicabilidade de saberes, ou melhor, das diferenças de orientação ou ação que ambos oferecem na realização da atividade produtiva dos respectivos grupos locais. Essa situação cria uma barreira dialógica entre os grupos que notoriamente demonstra-nos não somente uma



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

assimetria entre saberes, mas entre demandas econômicas, identidades e membros que compõe a sociedade civil.

Isto pode ser percebido nos conflitos existentes entre os pescadores e o IBAMA, no que diz respeito ao Defeso, paralisação da pesca por um período de meses com objetivo de assegurar os ciclos de reprodução da ictiofauna por lei.

O ponto de vista jurídico considera somente como legítimo o saber técnico científico que informa as tomadas de decisões dos órgãos fiscalizadores. Na comunidade do Farol de São Tomé o Defeso se apresenta como algo ineficaz e válido somente em sua dimensão jurídica. Para os pescadores, a data determinada como sendo para reprodução pelo IBAMA não corresponde; segundo o pescador Marcos, 49 anos: “o pessoal do IBAMA determinou o período do Defeso, mas a data não está muito certa; eles determinaram e nem nos procurou para dialogar nada. Pocha desde criança que trabalho nesse marzão e ninguém vêm conversar!”

Em contrapartida, há pescadores que concordam com o período determinado por Lei, mas que devido ao valor do seguro não sustentar as despesas familiares continuam pescando normalmente.

Tal situação possibilita a emergência de conflitos, inviabilizando uma incorporação, por parte dos pescadores, das regras formuladas pelo Estado. Por ser considerado crime ambiental, muitos pescadores, que lançam mão do conhecimento acerca dos ciclos de reprodução das espécies naquele local, se vêem em situações delicadas com a apreensão dos peixes e mesmo da prisão de alguns companheiros.

O discurso de legitimação da pesca por parte dos nativos nesse período é a aceitação de seu conhecimento sobre o mar como uma variante válida. As vozes desse grupo alegam que os pescadores sabem sobre mar assim como os biólogos.

O Estado é percebido como algo abstrato cuja eficiência é posta em dúvida. No tocante a regulamentação da pesca, ressalta uma total desconsideração pelo saber tradicional local sobre a reprodução e desenvolvimento da ictiofauna.

Na prática, a atmosfera de conflituosidade referente ao Defeso se dá tanto mais no descontentamento dos pescadores locais por não poderem participar do processo decisório do que as punições estabelecidas por lei.

“O defeso é temporário... o que nós desejamos é ter voz, poder participar do processo de paralisação. Se os pescadores fossem unidos, poderíamos juntos com o Governo determinar realmente o período certo do Defeso. Poderíamos separar três a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

quatro pescadores para observar e dizer que mês tal espécie de camarão está se reproduzindo”.

Como se vê, a relação diacrítica entre o saber tradicional/naturalístico é percebido pelos próprios atores locais. O desejo de ser ter voz expressa o dilema da concepção de subalternidade do saber tradicional em comparação ao técnico científico que baliza a gramática jurídica.

Interessado em saber como se dava a relação entre os fiscais do IBAMA com grupo de pescadores, relataram-me que todos chegam de “surpresa para dar o bote, Campos inteiro sabe que a pesca corre solta”.

Como numa relação diacrítica, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Os fiscais caracterizados sempre como do IBAMA, podendo ser também de instâncias municipais, lançam mão de uma postura que afirma a gramática jurídica que regulamenta a pesca não importando o quanto ela não encontre respaldo nas práticas sociais. A solução para se restabelecer a ordem e as hierarquias tão bem relacionáveis entre si se efetiva com a conciliação mútua dos conflitos.

### **Petrobras e Porto do Açú**

No que tange a atuação da Petrobras e das obras do complexo do Açú, destaco duas situações que os atores locais explicitavam constantemente nas interlocuções estabelecidas com o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira situação diz respeito à interferência ativa da Petrobras na dinâmica da pesca local. A imagem da Petrobras entre os pescadores locais em todas as abordagens carrega em seu discurso um forte sentimento negativo.

“A vinda da Petrobras significou a derrota do Farol; ela só trás aporrinhção para a vida do pescador. Ela é maldita... mata os pescados, os berçários, tartarugas e depois vem ensinar com a cara mais limpa para nós sobre biodiversidade”.

A incógnita local recai sobre o duplo caráter de sua atuação, ora enfatizando a necessidade de um desenvolvimento sustentável ora pouco se importando com ele quando se refere a otimização da atividade petrolífera na região.

Outro ponto a destacar são os impactos que as atividades de perfuração de poços para a descoberta de novos campos petrolíferos:

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“Ao perfurarem os poços para descobrirem petróleo ela (Petrobras) suja tudo com o minério, este pó afunda e nas localidades dos berçários atrapalha a reprodução do camarão”.

Neste ponto os pescadores mais antigos não deixavam de reiterar e conscientizar os demais pescadores acerca do “perigo” que a pesca enfrenta, segundo o pescador João, 56 anos:

“os trabalhos que a Petrobras faz aqui no Farol tem afetado a vida marinha. Os pesqueiros têm migrado para regiões mais distantes e os berçários estão sendo destruídos. Se as coisas continuarem assim, a pesca pode acabar”.

Os conflitos se agravam ainda mais, pois a Colônia Z-19 é, vista em parte, como “amiga da Petrobras”. Nas interlocuções os atores buscavam demonstrar que há um clientelismo entre a atual direção e setores da Petrobras.

A segunda situação a destacar diz respeito à construção do Complexo do Açúcar no município de São João da Barra. Neste caso, a problemática concentra-se nos impactos ocasionados em dois períodos: no período de construção, como a destruição das localidades de reprodução e desenvolvimento do camarão, e no período de efetivação das atividades que poderá levar a uma total reorganização dos pesqueiros e conseqüentemente da pesca.

### **Tradicionalidade e demandas de direitos**

Os atores locais ao depararem com o processo de reorganização dos espaços de pesca afirmam que “o mar está sendo loteado, onde o pescador fica com os lotes mais inferiores e sem peixe para pescar”. Tal situação faz com que os espaços sejam delimitados e proibidos para atividades de pesca, pela localização das plataformas, pelo tráfego de embarcações de grande porte, etc., e, por conseguinte, reorganize os locais comuns para a realização da pesca. Isso é percebido paulatinamente pelas campanhas, que para conseguirem capturar o pescado se afastam cada vez mais da costa da praia.

A categoria de pesca “artesanal” e/ou “tradicional” é desse modo, reconhecida em oposição à pesca industrial e considerada sempre posta em risco, ou seja, são devido às circunstâncias vivenciadas na região passíveis de se perderem:

“A pesca no Farol está ameaçada com essas inovações e intromissões na vida dos pescadores; o mar é loteado, podemos pescar aqui, mas não ali; é a plataforma, são os barcos grandes, é a mudança das localidades dos pesqueiros... com essas mudanças todas teremos que mudar nosso jeito de pescar”.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

As mudanças advindas com as atividades ligadas ao petróleo obrigam os atores a reformularem seus próprios conhecimentos locais acerca de como pescar. Impactos que levam a verificação e reelaboração do saber naturalístico local que implicam a construções sofisticadas para se ajustar as novas configurações do uso público do mar.

A tradicionalidade nesse contexto, apesar de ser percebida como algo em risco face às mudanças é apropriada como dispositivo simbólico e político. Nas situações de resistências, ela se faz presente nos discursos, seja nas denúncias à imprensa local, à marinha, nos departamentos de ouvidoria das empresas ou nas medidas mitigadoras das atividades petrolíferas na região.

### **Referências Bibliográficas**

ACSELRAD, Henri. (Organizador). Conflito social e meio ambiente no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BRITO, Rosyan Campos de Caldas. Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ). Niterói: EdUFF, 1999.

DA MATTA, Roberto. Quanto custa ser índio no Brasil. In: Dados. Rio de Janeiro: IUPERJ, n. 13, 1976.

KANT DE LIMA, Roberto e PEREIRA, Luciana. Pescadores de Itaipu. Niterói: EdUFF, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Claud. A Ciência do concreto. In: O pensamento selvagem. Tradução: Tânia Pellegrini. São Paulo: Ed. Papyrus, 1989. P. 15 a 49.

LOBÃO, Ronaldo. Reservas Extrativistas Marinhas: Uma reforma agrária no mar?. Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense para obtenção do Grau de mestre, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental, um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Ed Abril Cultural, 1976.

MARSHAL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOTA, Fabio Reis. Manda quem pode e obedece quem tem juízo? Uma reflexão antropológica sobre disputas e conflitos nos espaços públicos brasileiro e francês. In: Dilemas- Revista de estudos de conflitos e controle social. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, vol. 2, n<sup>o</sup>4, 1999.

**SÍRIOS E LIBANESES: EM BUSCA DA IDENTIFICAÇÃO DE REDES MIGRATÓRIAS NO ESPAÇO URBANO DE SÃO CARLOS**

Giovanni Tosi Neto – UFSCar  
giovanni\_gtn@hotmail.com

Mário Sacomano Neto – UFSCar  
msacomano@ufscar.br

Oswaldo Mário Serra Truzzi – UFSCar  
truzzi@ufscar.br

O projeto “Sírios e libaneses: em busca da identificação de redes migratórias no espaço urbano de São Carlos” tem como objetivo investigar de que modo se deu a inserção dos imigrantes sírio-libaneses no espaço urbano de São Carlos. A nossa hipótese é de que São Carlos tenha sido um ponto de convergência de redes migratórias desse grupo étnico, hipótese essa respaldada pela relevância da cidade como pólo econômico na economia cafeeira paulista do início do século XX e o grande contingente de imigrantes que ela recebeu nesse período. A partir de registros paroquiais de casamento e de outros documentos de época, formamos um banco de dados que serviu de ponto de partida para entrevistar descendentes das primeiras famílias sírio-libanesas da cidade. As entrevistas nos forneceram, além das informações fundamentais para a realização da pesquisa, contatos de outras famílias de interesse, expandindo nosso campo amostral. Ao fim, podemos observar as particularidades da imigração sírio-libanesa no interior paulista, como operou esse movimento ao longo da primeira metade do século XX e como se deu a inserção socioeconômica dessas famílias nessa região.

**Introdução**

A pesquisa histórica é uma das, senão a mais, tradicional forma de pensar-se a sociologia. Theda Skocpol afirma que os pensadores clássicos da sociologia (Marx, Tocqueville, Durkheim e Weber) trabalham todos, em graus variados, análises históricas das estruturas sociais e da mudança social das sociedades capitalistas ocidentais, evidenciando que, “de uma forma básica, a sociologia sempre foi uma empreitada fundada e orientada historicamente” (SKOCPOL, 2004, p.7). Dessa forma, a busca por redes migratórias na cidade de São Carlos representa, enquanto uma investigação de forte cunho histórico, importante contribuição histórica e social para a reconstituição do passado de uma das mais pujantes cidades do oeste paulista durante o auge da economia cafeeira (TRUZZI e BASSENEZI, 2009, s/p) e para a compreensão de sua realidade socioeconômica hoje.

Mais que pelo seu papel econômico, São Carlos é de grande interesse para pesquisas étnicas por causa das grandes levas de imigrantes que recebeu no início do século XX, período no qual também se deu o auge da imigração sírio-libanesa no Brasil. Logo, o conceito de redes migratórias nos interessa neste caso. Se tivermos que São

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Carlos recebeu grandes contingentes migratórios em sua história, não podemos crer que esse movimento se deu ao acaso ou por motivação exclusivamente individual e particular de inúmeras pessoas. Porém, assim como ocorre com diversos conceitos dentro das ciências humanas e sociais, a conceituação de redes ou cadeias migratórias são muitas e, por vezes, se contrastam. O ponto principal desta linha de pensamento é a maior relevância dada às redes sociais, nas quais a troca de informações e os laços interpessoais são os pontos centrais do movimento migratório ao facilitar a inserção do imigrante em seu novo ambiente. Este modelo contrapõe o clássico modelo *push-pull*, no qual são enfatizadas as condições estruturais das regiões de origem e de destino do imigrante.

Ao optarmos pelo conceito de redes migratórias como vertente dos esforços de pesquisa, isso se traduz em uma clara opção pela micro-história (LEVI, 2008, p. 136). Tal escolha acarreta na redução da escala de observação e pelo uso intensivo de fontes nominativas, na convicção de que uma observação microscópica revelará aspectos e significados até então não observáveis em análises macro. Pode-se partir de indivíduos a princípio tomados isoladamente, mas o que se persegue é identificar e recuperar suas redes de relacionamento. Dessa forma, com o objetivo de investigar de que modo se deu a inserção dos imigrantes sírio-libaneses no espaço urbano de São Carlos, buscamos encontrar indícios de relações interpessoais nas motivações dos primeiros imigrantes dessa etnia na cidade. Respalda-nos nas concepções de migração e cadeia de Charles Tilly (TILLY, 1976) e, principalmente, no conceito de redes migratórias de Douglas Massey (MASSEY, 1993), acreditando ser plausível a hipótese de que São Carlos tenha sido um ponto de convergência de redes migratórias desse grupo étnico.

### **Redes migratórias**

Quando tratamos de imigrantes, é importante tentarmos definir o que faz de um estrangeiro em um determinado país um imigrante de fato, diferenciando de outros grupos estrangeiros que não se estabelecem da mesma forma na estrutura socioeconômica. Precisamos também, da mesma maneira, tentar compreender o fenômeno migratório (tanto na micro, quanto na macro dimensão), no que o conceito de “redes migratórias” pode ser de grande ajuda. Contudo, como ressaltado por Dimitri Fazito em seu artigo *A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade*,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“(…) embora o interesse sobre as “redes” tenha crescido no campo dos estudos de migração, especialmente a partir dos trabalhos de Douglas Massey e seus colegas (Massey et alli, 1987 e 1997), parece-nos que o debate ainda se limita aos aspectos metafóricos das redes sociais, isto é, as análises não avançam para além da simples descrição e, na maioria das vezes, apenas a sugestão de sua existência.” (FAZITO, 2002, p. 1)

Essa condição é evidente ao analisarmos outros autores que tratam dos fenômenos de redes, como os apresentados a seguir. Porém, mesmo que não possamos encontrar um consenso sobre o conceito de redes migratórias, é possível delimitar as idéias centrais que permeiam o debate. Charles Tilly, sociólogo americano da Universidade de Michigan, escreve em 1976 um artigo dedicado a compreender o fenômeno migratório europeu, menos preocupado com suas origens e mais com a sua categorização. Em seu ver, a primeira dimensão do fenômeno migratório se refere à distância e à duração do deslocamento, sendo movimentos relativamente longos e relativamente permanentes (TILLY, 1976, p. 4). A segunda dimensão se refere ao grau de ruptura da unidade social do imigrante em relação ao seu local de origem (TILLY, 1976, p. 4), o que pode ser interpretado como o grau de desligamento do indivíduo com seu universo de sociabilidade anterior. Essas duas dimensões nos permitem diferenciar o que queremos definir como imigrante de outras categorias. Um turista a passeio por Nova York, por exemplo, não constitui um imigrante pela curta duração de sua estadia, tal qual o indivíduo que muda de bairro também não se enquadra por não constituir uma mudança drástica em seu cotidiano.

Baseado nas características da mobilidade, Tilly prossegue criando uma tipologia para os movimentos migratórios, sendo elas: locais, circulares, de carreira ou em cadeia. Oswaldo Truzzi sumariza bem as formas criadas por Tilly em um artigo dedicado à análise de redes migratórias.

“(…) as migrações abrangem outras categorias e, sempre segundo Tilly (1978), podem ser classificadas em:

- a) Locais: quando o indivíduo se desloca a um mercado (seja este de trabalho, de terras, seja mesmo matrimonial) geograficamente contíguo, que normalmente já lhe é familiar.
- b) Circulares: quando o indivíduo se desloca a um mercado por um determinado intervalo de tempo definido, ao cabo do qual retorna a sua origem.
- c) De carreira: em que o indivíduo se desloca respondendo a oportunidades de ocupação de postos oferecidos por uma organização a que pertence ou associados a uma profissão que já exerce.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

d) Em cadeia: que envolve o deslocamento de indivíduos motivados por uma série de arranjos e informações fornecidas por parentes e conterrâneos já instalados no local de destino.” (TRUZZI, 2008, p. 200)

A forma de mobilidade que nos interessa neste trabalho é a migração em cadeia, também traduzida como redes migratórias ou redes sociais. O principal problema com o qual nos deparamos ao trabalhar esse fenômeno é sua definição abrangente, que coloca indivíduos cujas motivações podem ter sido diversas, como a busca por um salário melhor, pela diversificação da renda familiar, ou mesmo uma resposta à demanda de empresários estrangeiros pela vinda de mão-de-obra barata; dentro de uma mesma nomenclatura (MASSEY, 1993, p. 448). Isso apenas para tratar de motivações econômicas, as quais podem constituir a principal fonte para o início de migrações em cadeia, mas não necessariamente se perpetuam para a manutenção das redes ao longo do tempo, quando os aspectos sociais e canais de troca de informação vão surgindo na comunidade imigrante, ressignificando o processo de deslocamento (MASSEY, 1993, p. 448).

Nas pesquisas de Truzzi, ao analisar os diversos usos do termo “cadeia migratória” na literatura científica, nota que:

“Tais definições, relativamente amplas, contemplavam na verdade alguns tipos bastante distintos de cadeias migratórias: as migrações de homens solteiros por intermédio de agentes recrutadores (*padroni*, como se convencionou chamar na literatura norte-americana); a imigração contínua de trabalhadores incentivada pela ajuda de outros indivíduos trabalhadores já instalados; e a imigração defasada da família, quando esposa e filhos se reúnem ao marido que anteriormente havia partido em busca de trabalho.” (TRUZZI, 2008, p. 202)

Uma teorização mais concisa surge sob o termo “redes migratórias”, utilizado por Massey ao notar que, tratando-se de migrações em massa, há “a tendência da migração a tornar-se independente das condições econômicas que lhe deram origem”<sup>146</sup> (MASSEY, 1988, p. 396. Tradução minha.). Dessa forma, embora o mercado continue a ter influência sobre os fluxos migratórios, eles passam, em certo ponto, a funcionar de forma relativamente independente, devido aos mecanismos sociais constituídos ao longo do tempo que possibilitam a sua perpetuação a partir de si mesma, tal qual a criação de instituições que auxiliem o deslocamento ou estabelecimento do imigrante no local de destino. Um exemplo atual desse fenômeno é o Centro de Direitos Humanos e

---

<sup>146</sup> “(...) the tendency for emigration to become progressively independent of the economic conditions that originally caused it.”



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Cidadania do Imigrante (CDHIC) que auxilia imigrantes em São Paulo, em sua maioria boliviana, a regularizarem sua situação no país em custo<sup>147</sup>.

Massey dá grande destaque às redes migratórias ao afirmar que são “provavelmente, o mais importante mecanismo estrutural no qual se baseia migrações internacionais de causas múltiplas”<sup>148</sup> (MASSEY, 1988, p. 396. Tradução minha.). Ele as define como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade.”<sup>149</sup> (MASSEY apud TRUZZI, 2008, p. 203). Essa definição mais ampla contrasta, por exemplo, com a definição de cadeias migratórias dada por pesquisadores australianos na década de 1960, originalmente definidos como

“(…) movimento pelo qual potenciais migrantes tomam conhecimento de oportunidades, obtêm acesso a transporte, e tem inicialmente hospedagem e emprego arranjados graças às relações sociais que tiveram primeiramente com migrantes anteriores.”<sup>150</sup> (MACDONALD e MACDONALD, 1964, p. 82. Tradução minha.)

As razões pelas quais a constituição de redes migratórias facilita o fluxo migratório rumo ao local destino são várias. Primeiramente, as redes diminuem o custo da migração, não simplesmente em seu sentido financeiro, mas também ao impacto da ruptura do imigrante com sua cultura natal. Enquanto os pioneiros no processo migratório se encontravam sozinhos em um novo local e tiveram que lá criar laços, os que vêm posteriormente por meio de laços de amizade ou parentesco encontram uma estrutura social forjada que facilita sua entrada em um novo local, seja através do fornecimento de abrigo em sua chegada ou pela obtenção de emprego por meio de contatos (MASSEY, 1993, p. 449). Em segundo lugar, redes migratórias tornam a migração muito mais atraente ao reduzir os seus riscos. Quando a rede está em um

---

<sup>147</sup> Para mais informações: [http://www.boliviacultural.com.br/ver\\_noticias.php?id=764](http://www.boliviacultural.com.br/ver_noticias.php?id=764)

<sup>148</sup> “Network formation is probably the most important structural mechanism supporting cumulative causation in international migration.”

<sup>149</sup> “Migrant networks are sets of interpersonal ties that connect migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through ties of kinship, friendship, and shared community origin.” Definição presente em *Theories of International Migration: A Review and Appraisal* e em *Economic Development and International Migration in Comparative Perspective*. Optei por manter a tradução de Truzzi.

<sup>150</sup> “Chain migration can be defined as that movement in which prospective migrants learn of opportunities, are provided with transportation and have initial accommodation and employment arranged by means of primary social relationships with previous migrants.”

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

estágio bem desenvolvido, a comunidade é capaz de oferecer empregos para sua própria comunidade, garantindo àquele que pretende imigrar uma forma de renda antes mesmo que a migração se consolide, tornando a migração virtualmente livre de riscos (MASSEY, 1993, p. 449).

Feita essa exposição, levaremos como eixo de análise nesta pesquisa o conceito de redes migratórias dada por Massey. Nela, sobressaem-se as redes interpessoais, levando-se em conta que, primeiramente, são os aspectos macroestruturais (econômicos e sociais) que “disparam” o processo migratório e, por conseqüência, definem também os contornos das redes migratórias (FAZITO, 2002, p. 9). Assim, temos a migração como processo social, o qual implica fundamentalmente a presença de uma complexa estrutura social. A investigação acerca dos sírio-libaneses em São Carlos, portanto, passará por questionamentos não só às relações interpessoais e troca de informações, como já ressaltado anteriormente, mas às condições econômicas e sociais de época na terra de origem do imigrante e na cidade de São Carlos (além de outras que possam vir a ser mencionadas) à época.

### **Metodologia**

A pesquisa tem como objetivo investigar de que modo se deu a inserção dos imigrantes sírio-libaneses no espaço urbano de São Carlos. A partir de nossa base conceitual, sua hipótese é a de que a inserção desses imigrantes no espaço urbano de São Carlos se deu através de fluxos de redes migratórias. Assim, buscamos em um grande banco de dados informações sobre aqueles que seriam os primeiros sírio-libaneses a se instalar em São Carlos, a fim de entrevistar seus descendentes (caso ainda habitem em São Carlos) e descobrir, se possível, os motivos que levaram os pioneiros a se instalarem na cidade, como eles se inseriram na economia local, se tinham pretensões de retornar ao seu local de origem, se auxiliaram de alguma forma a vinda de seus conterrâneos, etc. Essas são questões fundamentais para a confirmação ou negação da hipótese da pesquisa.

A partir das características da imigração sírio-libanesa no Brasil, as categorias que procuramos encontrar em nossa investigação no espaço urbano de São Carlos por meio de documentos e relatos são: de pessoas do sexo masculino; imigrantes jovens; sem conhecimento da língua portuguesa ao desembarcar no continente americano; que

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

atuaram no comércio e, primeiramente, se ocuparam na mascateação; que tenham vindo com auxílio ou que tenham auxiliado na vinda de terceiros para o Brasil. Acreditamos ser esse o tipo-ideal do imigrante sírio-libanês com base na bibliografia utilizada, podendo ou não se manter ao fim da investigação.

No sentido de compor um estudo histórico, descritivo e com uso de estudos de casos, a pesquisa recorreu a duas etapas. Na primeira etapa, foi feita uma grande coleta em nosso banco de dados, que consiste em quatro fontes: os Almanques de São Carlos, os Registros matrimoniais da Igreja São Carlos Borromeu, os Censos e o Registro de Negociantes e Industriais. O objetivo era encontrar registros sobre habitantes de São Carlos no final do século XIX e no começo do século XX que fossem ou tivessem ascendência sírio-libanesa, a fim de possível criar uma lista com os sobrenomes árabes comuns na cidade, que servisse de ponto de partida para localizar os descendentes das famílias hoje.

Na segunda etapa, os estudos de casos foram realizados a partir de entrevistas feitas com os potenciais descendentes dos primeiros imigrantes sírio-libaneses em São Carlos, encontrados nos registros históricos. Foram entrevistadas também pessoas de famílias árabes que, apesar de não constarem nos registros, nos foram recomendadas por outros entrevistados. Essa etapa foi muito proveitosa, pois os relatos contados pelos entrevistados, cada qual contando sobre sua história familiar e das pessoas com quem conviveram que, somada às demais, formam uma rede amostral significativa para incrementar a reconstituição do passado que buscamos. Para as entrevistas, elaboramos primeiramente um questionário para guiar a investigação. Ele foi formulado visando explorar a vida dos antepassados, traçando uma trajetória da família até chegar ao entrevistado, sublinhando ocupações, casamentos, local de domicílio rural ou urbano, sua escolaridade, deixando sempre o entrevistado livre para contar suas histórias e aberta a possibilidade de retornar para complementar a entrevista. Ao fim da pesquisa, conseguimos entrevistar, ao todo, dez famílias de origem sírio-libanesa em São Carlos, possibilitando-nos fazer uma análise concisa sobre as hipóteses levantadas ao início da pesquisa.

### **Resultados da pesquisa**

Podemos considerar a hipótese inicial da pesquisa como válida, ou seja: em São Carlos pode ser observada a formação de redes migratórias sírio-libanesas. Essa afirmação é embasada na grande parte dos depoimentos nos quais os imigrantes possuem um contato, ou de familiares ou de amigos próximos, já estabelecidos em São Carlos, o que conversa diretamente com as formulações de sobre os mecanismos de migração em cadeia (TILLY, 1976) e com o conceito de redes migratórias (MASSEY, 1993). Tal qual Massey estipula, há a presença de elementos desencadeadores do processo migratório específico dos sírio-libaneses para o Brasil, tal qual a dominação turca, já observada por outros autores ao estudar a imigração deste grupo para cá (CABEIRA, 2001); a expectativa de enriquecimento rápido ou o fato da relativa ausência de conflitos externos tornarem o continente, aos olhos dos imigrantes, um lugar onde poderiam viver pacificamente.

Contudo, a presença de redes é materializada no elemento crucial que está presente em quase todos os relatos: um contato prévio no país, sob forma de parentes próximos ou distantes. Através deles, a inserção dos novos imigrantes na cidade é facilitada pelas suas relações interpessoais, o que certamente influenciou positivamente na decisão dessas pessoas a se deslocarem para um novo território, ao reduzir os riscos de sua empreitada. Esses novos imigrantes também, por sua vez, passam posteriormente a trazer seus familiares e conterrâneos para São Carlos, uma vez que conseguem se estabelecer no município e auferir uma fonte de renda estável, esta quase sempre representada por estabelecimentos comerciais familiares. Dessa forma, desenvolveu-se uma rede de conexões calcadas na proximidade dentre os membros de etnia sírio-libanesa, a qual movimentou recursos e principalmente pessoas em massa para o Brasil e, especificamente no caso que nos interessa, para São Carlos.

É possível notar-se, por meio dos relatos obtidos, forte coesão social entre as famílias de etnia sírio-libanesa em São Carlos. Porém, um ponto chama muita atenção: quando indagados se sobre outras famílias árabes com as quais a sua tivesse contato, muitos entrevistados citavam outras famílias marcantes no que se referiam como “colônia árabe”, destacando-se famílias como Kabbach, Azouri, Damha, Cury e João. Contudo, são poucas as famílias que se estabeleceram diretamente em São Carlos e dentro do recorte histórico estabelecido no início da pesquisa (entre 1890 a 1930). Isso quer dizer que, se pudermos falar de colônia árabe em São Carlos, essa colônia não seria

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

composta majoritariamente pelas famílias árabes pioneiras da imigração para São Carlos no início do século XX, mas por aquelas que se estabeleceram em meados da metade do mesmo século. Para fins comparativos, a colônia árabe em São Carlos não atuou da mesma forma como, por exemplo, a colônia árabe na cidade de São Paulo (TRUZZI, 1997). Nesta, a coesão social foi forte o bastante para a colônia institucionalizar-se e formar diversas associações filantrópicas como, a Sociedade Beneficente de Senhoras, formada por mulheres integrantes da primeira geração de imigrantes sírios e libaneses, fundadora do Hospital Sírio-Libanês de São Paulo. Apesar de não haver associações desse tipo na colônia árabe de São Carlos, é notável a sua presença em outras instituições filantrópicas, tal qual o Rotary Clube de São Carlos, que goza de considerável importância na cidade (como já apresentado anteriormente), na qual pelo menos cinco das famílias entrevistadas tinham familiares que são ou já foram membros do clube, sendo dois deles ex-presidentes da instituição. Tal observação nos revela que, mesmo sem deter uma instituição formalmente delimitada para si, a colônia sírio-libanesa de São Carlos fez valer sua rede de sociabilidade dentro de outra capaz de cristalizar as suas aspirações enquanto grupo social coeso e apto a realizar significativas intervenções sociais.

### **Considerações finais**

A realização de nossa investigação certamente contribuiu positivamente, através de sua documentação, para aprimorar o registro histórico de São Carlos, em maior relevância para os sírio-libaneses que muito gentilmente nos contaram suas histórias com a satisfação de dar um significado científico para a sua vivência. Além de sua relevância histórica, buscamos com esta pesquisa contribuir para o debate acerca de migrações em massa, trazendo maior embasamento empírico para as análises de redes migratórias e seu delineamento étnico, a fim de respaldar essa significativa ferramenta de análise social.

Se, por um lado, esta pesquisa foi capaz de elucidar quais famílias compuseram a colônia árabe de São Carlos e apontar que eles são, em sua maioria, descendentes que se instalaram na cidade em meados da metade do século XX; por outro, deixa em aberto a questão: onde estão os sírio-libaneses que aqui residiam no início do século XX? Uma explicação plausível pode ser a movimentação dos imigrantes árabes pelo interior

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

paulista durante esse período. A maioria dos entrevistados declarou que São Carlos não foi o primeiro destino de suas famílias ao chegar ao Brasil, tendo residido primeiramente na capital do estado ou em outras cidades do interior. Dada a natureza comercial dos imigrantes dessa etnia e a característica itinerante da atividade de mascateação, é plausível crer que essas pessoas estivessem propensas a se estabelecer em outras cidades próximas ou onde já tivessem algum contato, posto que houvesse uma perspectiva melhor de crescimento socioeconômico. Contudo, essas afirmações são baseadas em suposições a partir da bibliografia apresentada e relatos dos entrevistados, carecendo de estudos empíricos sobre o tema especificamente.

Futuramente, pode ser interessante empreender-se uma pesquisa que tratasse da imigração sírio-libanesa na região central do Estado de São Paulo como um todo, pois através desta pesquisa que desenvolvemos, fica evidente a mobilidade desse grupo étnico por cidades do interior paulista e pela capital. Sendo freqüentes os deslocamentos por razões matrimoniais, visto que foram comuns os relatos de entrevistados sobre casamentos de seus familiares (ou mesmo seus próprios) com descendentes sírio-libaneses de cidades vizinhas, como Araraquara e Rio Claro, há razões para acreditarmos que possam existir relações sociais que se traduzam, por exemplo, em cooperação econômica entre si em escala regional.

### **BIBLIOGRAFIA**

CABREIRA, Marcia. **Cultura e identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa.** EccoS Revista Científica. UNINOVE, São Paulo. Vol. 3 nº 1. 2001. p. 93-103

FAZITO, D. **A Análise de Redes Sociais (ARS) e a Migração: mito e realidade.**

Disponível em:

[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt\\_mig\\_st1\\_fazito\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_mig_st1_fazito_texto.pdf)

LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história" In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

MACDONALD, L. & MACDONALD J. S. (1964). **Chain migration, ethnic Neighborhood formation and social networks.** *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, XLII (1): 82-96.

MASSEY, Douglas. **Economic Development and International Migration in Comparative Perspective.** *Population and Development Review*, Vol. 14, nº 3. 1988. p. 383-413.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

MASSEY, Douglas *et al.* **Theories of International Migration: A Review and Appraisal.** Population and Development Review, Vol. 19, nº 3. 1993. p. 431-466.

SKOCPOL, Theda. **A imaginação histórica da Sociologia.** Tradução de Richard Miskolci. Estudos de Sociologia, Araraquara, 16, 7-29, 2004.

TILLY, Charles. **Migration in Modern European History.** Universidade de Michigan, 1976.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1. 2008. p. 199-218

\_\_\_\_\_ **Patrícios: sírios e libaneses e São Paulo.** Editora Hucitec. São Paulo. 1997.

TRUZZI, Oswaldo e BASSENEZI, Maria. **População, grupos étnicos-raciais e economia cafeeira: São Carlos 1907.** Revista Brasileira de Estudos de População. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982009000200004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000200004)

# SOCIOLOGIA

## GT 9: IDENTIDADE E DIFERENÇA

Sessão 2: Gênero, subjetividades e diferenças



**MULHERES DA RUA: QUESTÕES DE GÊNERO NA PRÁTICA DO GRAFITE**

Lenita Ramos Vasconcelos – UFRRJ, PPGEDUC

lenitarv86@gmail.com,

Sandro de Santana Ferreira – UFRRJ, PPGEDUC

sandrodsantana@hotmail.com

Na cidade não existe uma trilha pronta, o caminhar se altera de acordo com as vidas que se cruzam e se enredam, as rotas dos sujeitos sofrem intervenções contínuas, constroem e são construídas em um diálogo. O meio urbano é cenário de muitas relações, os movimentos que emergem nesse contexto elucidam a produção de conhecimento, a resistência, ou simplesmente as diferentes formas de viver daqueles que nele estão inseridos. Nesse contexto, à mulher são oferecidas as contradições do corpo que está presente nesse espaço, mas que ainda é associado ao lugar do que é privado e submetido. Entre as variadas culturas que emergem nas/pelas/para as ruas, poucos são os estudos em que a mulher está presente como protagonista, entre os que se apropriam dos espaços. Atualmente, vem crescendo o número de mulheres em uma das manifestações urbanas mais populares, o grafite, apesar da participação minoritária, a inserção feminina em tal prática se configura como um fenômeno social e remete a novas formas de relações entre a mulher e a cidade.

\*\*\*

“Ainda vão me matar numa rua.

Quando descobrirem,

principalmente,

que faço parte dessa gente

que pensa que a rua

é a parte principal da cidade.”

Paulo Leminski

As referências possíveis vinculadas à palavra rua são muitas, um espaço que carrega os passos dados, o vagar, a multidão. Entre o imaginário do perigo e da liberdade, do coletivo e do abandono, a rua abriga de conversas informais até contestações populares. Pensando em expressões como “morador de rua”, “criança de rua”, “mulher da rua”, nota-se a alusão ao que não tem seu próprio lugar, não só um lugar físico, onde seja possível estar de maneira privada e aconchegante, mas também um lugar simbólico, um lugar social de participação e de aquisição de direitos. Ainda dentro das expressões, fala-se do que é considerado vadio, miserável e sujo, do que é imoral e digno de pena, aquilo com que não se quer cruzar, que não se quer ser, ou se

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

lembrar que existe, o que é invisibilizado e esquecido para evitar a dor, o choque e/ou a verdade.

Nesse território fica-se a mercê do imprevisível, e como ambiente dos que são “sem lugar”, a rua é considerada perigosa. O perigo se encontra no próprio medo da casualidade e do que não se pode ter controle; no receio sobre o que pode resultar a aproximação com quem a rua hospeda; e na esquivia de toda esquina em que more a penúria produzida socialmente. A rua é um espaço que acaba transitando entre ser de todos e ser de ninguém. Da mesma forma que é evitada por representar uma ameaça, a rua é procurada por despertar a inquietude da alma, a procura pelo incerto, a beleza e o risco de se entregar ao acaso. Deixar-se seguir os fluxos das ruas pode ser uma experimentação de liberdade e uma forma de apropriar-se do mundo.

Assim, ela é também um lugar de retomada, uma maneira de dar domínio e sentido aos territórios, quando se ocupa as ruas, elas ganham donos, não donos no aspecto do controle e da exclusividade da lógica capitalista, mas donos que lhe darão vida e movimento. Muitos são os modos de realizar tais ocupações: feiras, festas, encontros, jogos, brincadeiras, protestos, etc. Estas são resistências à frente das opressões e construções de cada grupo que se coloca nas ruas contando e fazendo história.

A rua pode ser composta então por cheiros, sons, cores, e outras marcas deixadas por quem passa por ela. Pensando nisso, existe uma manifestação cultural frequente que acontece nas metrópoles em ato e se registra em tinta: o grafite. Entretanto, nas entrelinhas dos muros, estão questões para além de traços expostos. Nos bastidores do ato de grafitar existem encontros entre pessoas, lugares e seus rastros; existem ideias, críticas e criações; existem aprendizados na vivência de tudo que uma cidade pode oferecer.

A expressão já mencionada, “mulher da rua” é designada, geralmente, para referir-se a prostitutas e a mulheres que se relacionam com homens casados. Como também já foi dito, a rua é um espaço associado aos caos, à liberdade, ao imprevisível, ao sujo, parecendo assim ser impróprio para uma mulher. Não existe aqui uma tentativa de mostrar prós e contras à prostituição, mas sim observar a expressão citada inicialmente. O valor designado a uma mulher tem fortes influências de padrões morais sobre seu comportamento, seu corpo e sexualidade. “Vender o corpo” é uma das situações encaradas como degradantes em nossa sociedade, tendo impactos sobre as

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

atribuições de se caráter, de dignidade, e de espaço na sociedade. A prostituição, apesar de seu estigma, é comum, principalmente em figuras não masculinas, a repercussão negativa sobre a prostituição, ao lado de seu estado genérico, revela que existem condições designados à mulher, entre elas o de objeto e de submissão. A prostituição incomoda pela relação moral com o sexo e pela falta de associação da mulher a um único homem, pois aquela que possui um único parceiro, não vai necessariamente deixar de estar em “lugares” mencionados a pouco (objeto e submissão), se estabelece uma relação de propriedade. Estar em casa e não na rua também remete às responsabilidades dos trabalhos domésticos atribuídos a figura feminina. Sendo assim, a “mulher da rua” não possui um “dono”, não tem hora para chegar em casa, enfrenta os riscos da cidade e expõe sua sexualidade. Essas condições rompem com a lógica de fragilidade, e, na verdade, mostram que o status de ser frágil está ligado a construção de um ideal de submissão e controle.

Os “moldes” em que a mulher deveria se enquadrar estão relacionados às imagens das famílias burguesas. No Brasil, a imposição desses “modelos” se instaurou, também, em concomitância com a modernização das metrópoles e as intenções de higienizar e civilizar as cidades:

As imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social associava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava á sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racionalidade e uma sexualidade sem freios. As características atribuídas às mulheres era suficiente para justificar que se exigissem delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem, e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento. (...) (SOIBET, 2011, p. 363)

No trecho a seguir, fica clara a perspectiva de associação da mulher ao que é privado, à relação de propriedade, em uma manifestação de sua relação com a cidade:

Com base no comportamento feminino dos segmentos médios e elevados, acresce em relação às mulheres as prescrições dos juristas acerca da impropriedade de uma mulher honesta sair só. Coadunava-se tal norma com a proposta burguesa, referendada pelos médicos sobre a divisão de esferas que destinava às mulheres o domínio da órbita privada e aos homens, o da pública. Embora as mulheres mais ricas fossem estimuladas a frequentar as ruas em determinadas ocasiões, nos teatros, casas de chá ou mesmo passeando nas novas avenidas, deveriam estar sempre acompanhadas. (Ibid, p. 365)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Esses padrões nunca se enquadraram à realidade das mulheres das camadas populares, que chefiavam suas famílias, trabalhavam e tinham costumes multifacetários, diferentes daqueles considerados adequados. Os estilos de vida dessas mulheres eram vistos como impróprios e perigosos, havia uma contradição entre o que lhe era cobrado e o que lhe fazia sentido e/ou era possível viver.

Essas dificuldades se agregavam, pois muitas das ideias das mulheres dos segmentos dominantes se apresentavam fortemente às mulheres populares. Mantinha, por exemplo, a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam; embora muitas vezes reagissem, aceitavam o predomínio masculino; acreditavam ser de sua total responsabilidade as tarefas domésticas, ainda que tivessem que dividir com o homem o ganho cotidiano. (Ibid, p. 367)

No início do século XX, boa parte dos trabalhadores das fábricas eram mulheres e crianças, as condições e carga horária eram extremamente exaustivos e degradantes. Havia uma comoção sobre isso, mas que em relação à mulher, ressaltava a inadequação diante de sua “fragilidade” e de seus deveres domésticos e maternos atrapalhados pela dinâmica fabril. O trabalho, para a mulher, era mais uma questão de moralidade, uma ameaça à sua honra. (RAGO, 2011)

Voltando à expressão “mulher da rua”, seus desdobramentos mostram que as associações sobre a cidade entram em conflito com o que é pregado como um comportamento aceitável feminino, na verdade, um comportamento feminino, burguês e europeu. Diferenças entre as mulheres de classes distintas mostram que as opressões sofridas pelas mesmas não eram apenas uma questão de gênero, mas também de classe, raça, etc. O próprio movimento feminista sofreu críticas, pois suas reivindicações iniciais não contemplavam a diversidade, como pobres, negras e lésbicas.

Uma mulher que se apropria da cidade vai contra a ordem vigente. Sendo o grafite uma arte que durante algum tempo teve sua prática criminalizada no Brasil e outras regiões, podendo ainda ser considerado crime pelo Estado quando feito sem autorização, e sendo também uma arte de rua, o envolvimento feminino pode aparentar certa inadequação. A presença da mulher como parte protagonista desta cultura, em seu início, não era usual, existindo resistência dentro do próprio movimento. Hoje, há participação, feminina, ainda em minoria, dentro do grafite em diferentes locais do mundo, havendo ainda certa surpresa pela sociedade acerca do envolvimento da mulher nesta atividade.

O grafite é um dos elementos artísticos da cultura Hip Hop, que surgiu como uma estratégia de negação à violência entre gangues rivais em cidades dos Estados

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Unidos nas décadas 60 e 70. O Hip Hop passa a ser um movimento político, por trazer a força e a voz dos sujeitos invisíveis das periferias, ele foi ressignificado de acordo com os diferentes contextos culturais com que entrava em contato ao longo do tempo e se espalhou, principalmente pela música e por filmes. (OLIVEIRA, 2006)

No Brasil, outros contextos influenciaram a prática de grafitar, segundo Rink (2013) na utilização como instrumento de protesto as primeiras pichações e grafites nos muros das cidades surgiram na ditadura militar de 1964. No exterior também aconteciam registros nas ruas de cunho reivindicatório, na França, na década de 1960 “... As ruas francesas se tornaram o palco da história, em que muros pichados foram fonte de inspiração para movimentos jovens que buscavam a transformação social. ...” (RINK, 2013, p.34). Ainda segundo a autora em Nova York aconteciam revoltas populares, sob influência do momento francês, passam a acontecer manifestações em forma de frases, pichações e grafites.

Aquele que realiza o grafite transita pelos locais da cidade, percebendo-a, buscando paisagens para fazer parte. O poder de intervir nos espaços gera a apropriação sobre eles, desconstruindo imaginários criados pela violência simbólica sobre possibilidade e merecimento de estar em um lugar, pertencer e ter direitos sobre ele. Seguir o fluxo da cidade permite ir a lugares que não seriam escolhidos usualmente, conhecer pessoas e culturas que estariam de fora de um ciclo de convívio habitual. Os artistas, de origens distintas, se encontram desde ruas das periferias às dos bairros das elites. A desvalorização social pela falta de infraestrutura e pelo abandono Estatal afeta não só o local, mas aqueles que estão nele. O grafite também é usado como uma forma de revitalizar territórios, tanto pela estética apresentada, quanto pelo o que representa enquanto apropriação e recolocação do espaço, cores são acrescentadas nos caminhos e nos olhares.

Não há como negar a ligação direta do grafite com a cidade, e sendo assim, com um contexto amplo e coletivo. Mas há, da mesma forma, uma intensa troca do grafite de um sujeito perante ele mesmo. Há todo um prazer individual e subjetivo em estar estendido pelos espaços, no êxtase da criação acontece um processo de autoconhecimento, de construção de si. Sendo o aparato da obra a própria cidade, esse sentimento pode se ampliar, pela dimensão da relação individual/coletivo, micro/macro. Parte do artista nasce, se recria, registra o caminho, se apaga com o tempo, e ressurgem de outras formas (maneira e formato), tão fluido quanto seu suporte.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O sujeito que realiza o grafite percebe e constrói sobre si mesmo. Já que a identidade é transitória, construída ao longo do tempo por meio de muitas interferências e contribuições como a história, o território, a linguagem, e a cultura, em um processo de ser, estar e vir a ser.

... Têm a ver não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. (HALL, 2000, p.109).

A paisagem é tudo o que vemos, tudo que nossa vista alcança (SANTOS, 2012). Ou seja, é tudo que for perceptível aos sentidos, fazendo parte também os sons, os cheiros, etc. Se pensarmos nas paisagens de um centro urbano e quais as representações presentes sobre a mulher, certamente será fácil a recordação de uma grande quantidade de publicidades destinadas ao público feminino. Entre pôsteres e outdoors, quando a mulher não é colocada como a fiel consumidora de uma aparência perfeita, segundo o estabelecido pela mídia, ela é o produto, um objeto, mais uma coisa a ser consumida.

Uma reportagem no ano de 2012<sup>151</sup>, fala da grafiteira afegã Shamissia Hassani, a peculiaridade de seu trabalho, que emergiu em um território extremamente controlador, fez com que a jovem de 26 anos chamasse atenção de mídias e artistas. Muitos de seus trabalhos retratam a opressão feminina, segundo ela “As mulheres e as vítimas da guerra são como peixes mortos em um rio, flutuando sem rumo enquanto o resto da sociedade flui”. Na época, segundo a reportagem, Shamissia era a única grafiteira do país. No ano de 2013 foi noticiada, por diferentes fontes, a ação de Shamissia já com mais uma mulher: Malina Suliman. O site Mistura Urbana<sup>152</sup> relata os trabalhos das artistas como formas de “apagar” os sinais da guerra e apoiar as mulheres do país: “Malina Suliman tem 23 anos e formada em Realism Art no Paquistão. Ela é pintora, escultora, grafiteira e professora. Com um estilo mais ousado costumava sair à noite escondida para grafitar mensagens com críticas política pelas ruas de Kandahar. Malina já sofreu ameaças do Taliban e após o seu pai ser agredido na rua teve que se refugiar na Índia por alguns meses. Hoje, de volta ao seu país, ainda se arrisca com spray nas ruas e atualmente prepara uma exposição solo.”.

---

<sup>151</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tag/grafite-no-afeganistao/> (acesso em junho de 2013).

<sup>152</sup> Disponível em: <http://misturaurbana.com/2013/09/entrevista-primeiras-grafiteiras-do-afeganistao-tentam-ofuscar-a-guerra-com-arte/> (acesso em setembro de 2013)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Já nos Estados Unidos, no ano de 1979 já havia a presença feminina no grafite, Lady Pink foi uma das pioneiras. Seus grafites possuem muitas figuras femininas, muitas delas compostas por estruturas das próprias como tijolos e escadas. Em uma entrevista<sup>153</sup>, a artista fala sobre algumas questões envolvidas em ser uma grafiteira “É difícil para uma mulher se envolver com grafite (...) Existe uma presunção de que mulheres são muito fracas, ou a ideia de que elas simplesmente não conseguem. Na época (em que comecei) eu tinha quinze anos, e não queria mais ouvir essas coisas. Como uma mulher no graffiti, também, você se sente como se estivesse jogando sua reputação na lama. Todos pensam que você dorme com os caras (outros grafiteiros). Eu precisei erguer minha cabeça e provar que eu superaria, pelas outras mulheres.”.

No Brasil, em uma de suas maiores e movimentadas metrópoles, São Paulo, destaco duas artistas: Mag Magrela e Evelyn NegaHamburger.

As obras da artista paulista que se intitula Mag Magrela são melancólicas, muitas retratam angústias, dores, a mulher é uma constante nos murais. Em muitas das imagens as personagens têm expostos seus corpos nus, essa nudez, em junção com os tons sóbrios e o ar triste, traz um sentimento de naturalidade e exposição de um ser humano em sua essência (seus medos, suas aflições, sua pele, etc.), o revelar de alguém. Em figuras com traços que elucidam o caos, as mulheres exibem cicatrizes, pedaços faltando na estrutura física, órgãos exteriorizados e cordas que amarram e atravessam seus corpos.

Já NegaHamburger, foca de maneira mais explícita em algumas angústias femininas, os padrões estéticos são constantes em seus desenhos. A jovem de 24 anos também trabalha com telas e ilustrações, e em fevereiro de 2014 lançou um livro com histórias reais de mulheres e suas questões (assédios, opressões no trabalho, imposição de padrão de beleza etc.), com figuras ilustradas para cada história contada. Muito do cotidiano é posto em seus trabalhos, há questionamento sobre as cantadas que as mulheres escutam todos os dias pelas ruas, o tabu da masturbação feminina e a busca da vivência de uma beleza real, que não precise se enquadrar em padrões.

No rio de Janeiro, coloco como exemplo as grafiteiras Panmela Castro e Diana Couto (Di Couto), com trabalhos diferentes, as duas possuem reconhecimento e carreiras consolidadas.

---

<sup>153</sup> Disponível em : <http://falacultura.com/mulheres-na-arte-urbana> (acesso em dezembro de 2013)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Di Couto também trabalha com designer e ilustradora, intervém na paisagem com mulheres desenhadas em formas bem definidas. São obras que parecem se diluir, mulheres que escorrem pelo concreto, se espalham pelo rio em cor e beleza. É uma presença suave e profunda, traduzida em semblantes de serenidade contemplação. Ocorre a demarcação do espaço pelo efêmero, o desenho surge como uma chuva de verão refrescando a tarde. Panmela Castro é uma das grafiteiras brasileiras mais conhecidas internacionalmente. Ela realiza também um trabalho social, é presidente da Rede Nami -Rede Feminista de Arte Urbana, uma ONG - Organização não Governamental que tem entre os seus objetivos contribuir para a equidade de gênero. Tal grupo utiliza a arte urbana para a promoção dos direitos da mulher por meio de oficinas, encontros e debates em ambientes distintos. A palavra Nami é o termo “mina” com as sílabas invertidas. A organização surgiu depois do projeto “Grafiteiras pela lei Maria da Penha”, que acontecia na baixada fluminense em 2008, iniciativa da ONG “COM CAUSA” a fim de promover a lei 11.340/6 com oficinas de grafite. Após o fim do projeto, as artistas participantes, entusiasmadas com o que viveram, lançaram a rede NAMI em 2010, que passou a ser ONG em 2012. A NAMI já recebeu prêmios internacionais relacionados a direitos humanos e atualmente possui também parcerias com grades empresas.

Da mesma forma que no cenário carioca existe a Rede NAMI, há, em outras localidades grupos de mulheres que realizam grafite, se reúnem e exploram temáticas variadas, com recorrência ideias sobre empoderamento da mulher. Como alguns exemplos, temos em Pernambuco o “Cores Femininas”, que procura reunir artistas ligadas ao Hip-Hop a fim de incentivá-las, promovê-las, compartilhar experiências e discutir sobre gênero; ainda em Pernambuco, o “Flores do Brasil” tem seus grafites baseados na causa da luta de mulheres indígenas e negras; em Minas Gerais há registros de um grupo de mulheres grafiteiras as “minas de Minas”, que além de figuras femininas grafitadas, realizam oficinas e eventos de grafite; o coletivo efêmera, de São Paulo, utiliza diversas formas de se relacionar com a cidade (fotografias, música, skate, grafite e outras intervenções). A iniciativa da organização de coletivos compostos apenas por mulheres em diferentes locais do país, assim como a regularidade de discussões e das figuras femininas nas obras, mostra a possibilidade de construção de uma identidade de gênero em tais grupos.

Tanto as artistas como seus trabalhos variam desde as que querem deixar claro uma militância referente a relações de poder e opressão, até aquelas que evitam



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

situações em que se coloquem como uma “Mulher Grafiteira”. No livro “Graffiti Women: Street Art from Five Continents”, de Nicholas Ganz (2006), são trazidos trabalhos de grafiteiras dos cinco continentes, são 193 artistas, entre elas, sete brasileiras. A obra é iniciada com o depoimento de “Swoon”, uma das artistas apresentadas. Em sua fala ela enfatiza que nunca quis que seu trabalho fosse marcado por seu gênero, ou se identificar como uma “artista mulher”, entretanto, percebe que algumas questões são gritantes: as mulheres fazem poucas coisas para si mesmas, a quantidade menor de representantes mulheres em alguns segmentos, e que classe e gênero não deveriam ser aspectos que criam limites para o reconhecimento de um artista. Na mesma obra, outras melhores fazem comentários com a mesma ideia, como a artista F. Lady: “Pra mim, não se trata de ser uma mulher que faz grafite, mas sim de fazer grafite.”<sup>154</sup> (GANZ, 2006, p. 26)

Seria limitador tentar enquadrar obras como “pinturas de homens” e “pinturas de mulheres”, tendo como base uma identidade de gênero, afinal cada sujeito possui muitas identidades, que transitam, se entrelaçam e podem ser contraditórias também.

Até mesmo pensando em um grupo específico, como o de mulheres que praticam grafite, não seria adequado pensar em um universo feminino sendo representado, mas talvez, em universos de diferentes mulheres sendo representados, de maneiras múltiplas. Algumas artistas querem afastar suas produções de temas e símbolos que remetam à imagens mais “típicas” de mulher. A grafiteira Profana (MORENA, 2011) diz que suas obras são sobre o dia-a-dia da mulher e não “coisas de menininha” como flores e símbolos delicados; Mickey (GANZ, 2006) se mostra incomodada com trabalhos de mulheres que se caracterizam por letras arredondadas, borboletas, corações e personagens com olhos grandes. É interessante que esses traços mencionados, que estariam em um senso comum relacionados à figura de mulher, também recebe esse simbolismo pelo fato de que seria menor a probabilidade de encontrar homens que produzissem tais elementos, afinal, não estaria de acordo com um ideal de força, bravura e racionalidade. Não se trata somente de uma suposta delicadeza e romantismos das mulheres, mas também do que não é permitido ao homem expressar, é a negação do que seria emotivo e gracioso aos universos masculinos. Trazer tais elementos ao grafite, à rua e a tudo que ela representa, também é desmistificar o

---

<sup>154</sup> Tradução da autora

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

espaço dos mesmos, rompendo com limites impostos tanto para as mulheres quanto para os homens.

Percebe-se em diferentes locais do Brasil e do mundo a entrada das mulheres no mundo do grafite, desde as mais antigas, como a Lady Pink, nos Estados Unidos, até as mais recentes, como as artistas afegãs. Com isso nota-se uma nova configuração nas relações da mulher com a cidade, independente do que retrata os grafites, a participação feminina, por si só, é um fenômeno social, dentro e para além do universo do grafite.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GANZ, Nicholas. **Graffiti Women: Street Art From Five Continents**. New York: Abrams, 2006.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos Culturais*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORENA, Margarida. **Mulheres no muro: Grafites e Grafiteiras em Salvador**. 95 f. Dissertação (mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. **Territorialidades no mundo globalizado: outras leituras de cidade a partir da cultura Hip Hop na metrópole carioca**. 168 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. . In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

RINK, Anita. **Intervenção urbana e arte: Apropriação dos espaços urbanos com arte e sensibilidade**. Curitiba: Appris, 2013.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SOIBET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano**. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

# SOCIOLOGIA

## GT 10: VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME

Sessão 1: Marginalidades e formas de gestão social

**A VIOLÊNCIA E A BUROCRACIA NA OBRA 1984: INTERFACE ENTRE A LITERATURA E O ESTADO**

Pâmela de Rezende Côrtes - UFMG

pamela.recortes@gmail.com

André Matos de Almeida Oliveira – UFMG

andrematosdealmeida@hotmail.com

A literatura é um campo fértil de reflexão política e sociológica, e as distopias são trabalhos literários que permitem claramente essas reflexões. Nesse sentido, a obra 1984, de George Orwell, é de grande riqueza para análises sociais e políticas. O Estado orwelliano representa uma violência crua, desmedida, que, controlando indivíduos e vontades, alça-se à categoria de fim em si mesmo. Ele se torna uma instituição em que o poder existe pelo poder e, por decorrência, a violência pela violência. A organização institucional perde qualquer caráter finalístico. Nesse contexto, a burocracia - separação de funções e de competências no interior dos órgãos do Estado - exerce um papel importantíssimo de pulverização do poder. A organização burocrática do Estado surge como forma eficiente de ocultação da face material do poder e da violência estatais, fazendo com que o indivíduo não saiba exatamente de onde a força dominadora provém. Desse modo, o Estado totalitário orwelliano se torna uma entidade que não pode ser individualizada - indefinível - em que, apesar de haver o partido, ninguém sabe quais são seus membros principais, ninguém sabe exatamente o que eles são. Todos são o partido – mas todos podem ser contra o partido, todos podem ser seu inimigo. Tal Estado, por fim, alcança sua perfeição cabal quando faz emergir a figura do Grande Irmão como símbolo centralizador do partido. Ele se torna uma presença difusa, que tudo vê, tudo sabe, tudo vence, mas que nunca é vista, nunca se apresenta, nunca assume funções específicas. A burocracia, assim, perde sua noção tradicional de finalidade e assume o simples objeto de manutenção da função pela função. A violência de Estado na obra encontra-se materializada – e ao mesmo tempo, portanto, imaterializada - nas mãos dessa burocracia acrílica. Este trabalho pretende, com base no exposto acima, fazer um recorte dessa obra, analisando o papel da burocracia na manutenção da violência e do sistema autoritário em 1984. Desde a disposição de ministérios sem qualquer esclarecimento sobre sua finalidade, até a existência de personagens que não sabem bem a que força ou organização respondem, mas respondem assim mesmo, a crítica é assaz pertinente.

## **1 - INTRODUÇÃO**

As distopias são trabalhos literários que apresentam uma visão pessimista quanto à condição da humanidade e das sociedades, contrapondo-se às utopias. Em 1984, de Orwell, tal extrapolação da realidade é levada às suas últimas consequências sem, no entanto, perder seu caráter realista e sua assustadora verossimilhança com a realidade e com o contexto histórico em que a obra estava inserida.

Distopias, nesse sentido, dialogam com e são influenciadas diretamente por visões e teorias políticas, fazendo com que a literatura seja alçada a um campo fértil de

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

reflexão política e sociológica. A obra 1984, como importante produto dessa tradição, é fonte de uma riqueza sem fim para análises sociais e políticas. Os medos de uma sociedade totalitária e de um Estado que não respeita a liberdade não são exclusividade de uma época, mas são intrínsecos à atividade da filosofia política e do direito.

Este trabalho objetiva analisar uma das facetas que compõem o totalitarismo, forma de exercício opressivo de poder que, conseqüentemente, é fonte de preocupação constante para todas as pessoas com consciência política em nossa sociedade atual. Essa faceta se trata da violência estatal e, mais do que isso, das formas que esse Estado usa para legitimá-la, institucionalizá-la.

Já escrevia Kelsen, na sua construção de uma Teoria Pura do Direito, que o elemento caracterizador do Direito (e, por decorrência, do Estado, já que o autor fazia uma identificação entre os dois) é a coação<sup>155</sup>. A coação é a forma que a ordem jurídica encontra para fazer com que alguém que tenha agido de algum modo contrário a ela, se submeta aos seus comandos. Nesse caso, surge para o Estado a possibilidade de utilizar a força física, exterior, para cumprir o que é devido na norma. Em outras palavras: o Estado poderá utilizar a violência. É interessante perceber que para Kelsen a existência de leis não é necessária para a existência da ordem jurídica. Esse é um fato importante na análise de 1984, já que logo no começo da obra Orwell afirma que “nada era ilegal, visto que já não existiam leis”<sup>156</sup>.

No nível de desenvolvimento social que atingimos é difícil negar que não seja importante e até benéfico socialmente que o Estado de fato detenha o monopólio da força. Isso tanto pelo seu efeito pacificador, que impede escaladas de violência, justiça privada e libelos de sangue, por exemplo, quanto pela razoável imparcialidade e conseqüente aproximação da justiça que cria, sendo hipoteticamente um terceiro desinteressado para a solução de conflitos. O monopólio da violência impede que as pessoas sejam juízes de suas próprias causas. Mas esses são argumentos que desde Hobbes vêm sendo largamente utilizados<sup>157</sup>.

No entanto, é preciso estabelecer um critério para aferir até que ponto um Estado deve usar a violência e a partir de que ponto ele não está autorizado a fazê-lo; um

---

<sup>155</sup> KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 8ª edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. 35.

<sup>156</sup> ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17.

<sup>157</sup> PINKER, Steven. Os Anjos Bons da Nossa Natureza: Por que a violência diminuiu. Tradução Bernardo Joffily e Laura Teixeira Motta. 1ª Edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2013, p 70.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

critério para verificar quando seu poder é exercido legitimamente e quando a legitimidade dá espaço ao abuso e ao autoritarismo. As obras utópicas buscam responder essa pergunta de alguma forma. Autores como Morus, Campanella e, por que não, Platão e Santo Agostinho buscam o método do extremo. Para saber se um Estado tem legitimidade para uso da força e para subjugar algum de seus cidadãos é preciso criar um modelo ideal, perfeito, para comparar ao imperfeito, ao posto no mundo – ao nosso. Claro, para fazermos comparações, precisamos de critérios. E o que melhor do que o critério perfeito? Assim, o Estado é tanto melhor quanto mais se aproximar dos modelos utópicos.

Mas, no decorrer do século XX, na utilização desse mesmo critério ocorreu uma subversão. Agora, para responder à pergunta, alguns autores não se concentravam mais no muito bom, no perfeito. Eles recorreram ao outro extremo do espectro, à ponta do muito ruim, do contrário ao ideal: do distópico. A distopia parece ser uma resposta a *contrario sensu* da questão da legitimidade do Estado. Quanto mais perto um Estado chegar do critério colocado, então pior ele é. Acompanhando escritores como Huxley e Bradbury, Orwell, em sua obra 1984, nos apresenta sua distopia. E diz o que é um Estado totalitário, supressor de liberdades e de individualidades e por meio de quais mecanismos atua.

### **2 - A OBRA 1984, DE GEORGE ORWELL**

É difícil destacar ao longo da história da literatura obras que sejam os clássicos que permanecerão, apesar do tempo. Contudo, certamente o livro 1984 estará entre elas. Em sua distopia – extrapolação e abordagem pessimistas da condição humana e social – Orwell apresenta reflexões sobre a natureza humana e a natureza das sociedades políticas. Os temores de todos com relação ao poder são universais, perenes, e sua publicação, em 1949, contribuiu e ofereceu novos elementos para aprofundar o nível de análise da filosofia política sobre esse tema.

A história acontece na Oceânia, um dos três Estados existentes no mundo. A guerra é a única realidade existente, e essa guerra se estende não só aos três estados, mas a estes com relação a inimigos internos. Há sempre um inimigo, um canalizador do ódio que se expressa não só nos 2 minutos de ódio, mas em todas as chances possíveis.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Esse ódio em Oceânia é direcionado ora a um dos Estados, a Lestásia, ora a outro, a Eurásia.

Por outro lado, a figura que comanda e para a qual todos devem se voltar é a figura do Grande Irmão. Ele é a representação do poder, do messias, do salvador, símbolo do Estado e da unidade da Oceânia. Contudo, é preciso esclarecer que não é possível dizer até que ponto esses personagens “existem”, ou são apenas construções simbólicas do poder. Em 1984, a fronteira entre a existência e a não existência, a individualidade e difusão é tênue e parece, de fato, ser propositalmente aberta.

Algumas informações são importantes sobre a estrutura da trama. Primeiro, a linguagem. A língua oficial é a novafala, língua criada com o objetivo de limitar ao máximo as expressões idiomáticas desnecessárias, as conexões frasais, a beleza da poesia e os instrumentos da liberdade de expressão. Todos os comunicados são escritos em novafala, assim como as notícias.

O lema do partido é elemento fundamental não só na história, mas na análise que se sucederá ao longo desse artigo. Os três slogans do partido são: “Guerra é paz; Liberdade é escravidão; Ignorância é força”<sup>158</sup>. Toda a estrutura política e social da obra pode ser destrinchada a partir dessas frases. Primeiro, a necessidade de ter sempre um inimigo para alcançar a paz social e forçar ao máximo os limites dos trabalhadores e “cidadãos” em nome da vitória na guerra contra os outros Estados.

O último slogan tem relações diretas não só com a pacificação, mas com a função do personagem principal, Winston Smith. Ele é um funcionário do Ministério da Verdade. Ironicamente, é lá que a verdade é fabricada, alterada e remexida para que toda conduta do governo pareça sempre um passo à frente. Quando a guerra se altera, e o aliado é outro, mudam-se todos os registros anteriores até que a verdade seja aquela que o partido definiu: o inimigo fora sempre o mesmo. O mesmo acontece com relação às quantidades de chocolate, por exemplo, distribuída a cada um. Se a quantidade diminuía, logo a verdade era alterada até que de fato ela tivesse aumentado se comparada a qualquer registro do governo. O segundo slogan nos dá o direcionamento dessa pesquisa. Não há liberdade. Esse ponto é fundamental na história. A liberdade está no cumprimento das ordens, ela não existe a não ser como o seu oposto, a liberdade está subsumida na escravidão de ideias, de linguagem, de ocupação funcional. Esse exercício

---

<sup>158</sup> ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 27.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

de definir pelo contraste, anulando os conceitos para que eles sejam fruto de deliberação do partido é um dos princípios do Socing, sistema político que reinava na Oceânia. É chamado de duplipensamento, e também é fundamental na construção da narrativa. Duplipensamento é a habilidade de pensar o 1 e o -1 como se fossem identidade, é a completa anulação da lógica em nome da pacificação social. Duplipensamento, novafala e a mutabilidade do passado são outras três chaves de compreensão fundamentais.

### 3 - O CONCEITO DE BUROCRACIA

Afastando-se momentaneamente da análise obra de Orwell, iremos tentar dar contornos gerais e conceituar o termo burocracia. Burocracia é um sistema de organização adotado por instituições com maior nível de complexidade e grande tamanho. O Estado é o exemplo principal de instituição que estruturalmente se organiza pelo sistema burocrático, mas nada impede que ele seja também adotado por outras, como grandes empresas e até igrejas.

Seus elementos essenciais são a especialização, a organização hierárquica e a existência de regras formais que regulam as condutas dos burocratas. Assim, burocracia pode ser definida como um sistema de organização baseado em regras e procedimentos regulares, onde cada indivíduo possui sua especialidade, responsabilidade e divisão de tarefas<sup>159</sup>. Essa estrutura é feita para maximizar a eficiência da organização, bem como para garantir que seu funcionamento seja o mais padronizado possível. As regras na burocracia devem ser gerais e abstratas, devem retirar o máximo possível de elementos pessoais, variáveis, para se aproximar mais da eficiência e da racionalidade (no sentido de melhor meio para alcançar um fim).

Desse modo, o sistema burocrático não carrega intrinsecamente consigo nenhum conteúdo negativo e deve ser bem distinguido do tom pejorativo com que usamos o termo “burocracia” ou “burocrata” em linguagem popular. De fato, a pretensão de um sistema burocrático é de, ao ser adequadamente implantado, conseguir aumentar a eficiência, a celeridade e adequação das decisões da organização, sendo, portanto, justamente o contrário do sentido que popularmente atribuímos ao termo, de lentidão, ineficiência, inadequação.

---

<sup>159</sup> WEBER, Max. O Que é a Burocracia. Tradução Sebastião Luiz de Mello. CFM, p 9.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Um dos fundadores da sociologia do século XX, Max Weber, defendeu que a burocracia atingiu seu mais alto grau de racionalidade no contexto do Estado moderno. Com sua complexificação, seu crescimento contínuo e maior preocupação com leis gerais e abstratas, essa instituição foi o terreno adequado para se implantar o sistema da burocracia<sup>160</sup>. Como já dito acima, Weber identifica e elenca a divisão e distribuição de funções, a seleção de pessoal especializado, os regulamentos e a disciplina hierárquica como fatores que fazem da burocracia moderna o modo mais eficiente de administração, tanto na esfera privada quanto na administração pública<sup>161</sup>.

No entanto, Weber também reconhece nela outra função que vai além da busca do aumento de eficiência e que se aproxima mais do objetivo deste trabalho. A burocracia seria também um mecanismo para a dominação legítima estatal de seus cidadãos. Ela integra o conceito de dominação legal que Weber cria e que é contraposto a outros dois: a dominação tradicional e a dominação carismática<sup>162</sup>. O modelo de dominação tradicional é o em que as características predominantes são o patrimonialismo, o patriarcalismo e o conservadorismo. Nele, a autoridade que domina é a dita tradicional, e a obediência a ela é justificada pela tradição, pelo hábito ou pelo costume. É comum em tribos, clãs e na própria estrutura familiar em geral. Há também o modelo de dominação carismático, em que sua justificação se dá pela existência de características místicas, arbitrárias ou personalísticas na autoridade ou líder. É comum em partidos políticos e grupos revolucionários, por exemplo.

As sociedades burocráticas, de dominação legal, se caracterizam pelo predomínio de normas impessoais e, o máximo possível, racionais. A autoridade tem seu poder justificado na técnica, na justiça, na lei ou na meritocracia. Esse modelo é comum, como já dissemos, nos Estados modernos.

Weber considera o modelo de dominação legal o mais evoluído e acredita que sem ele as nações não poderiam existir e se desenvolver. Nesse sentido, a organização burocrática seria condição indispensável ao melhor funcionamento possível do Estado, de sua gestão de serviços públicos e para todas as atividades econômicas particulares.

Apesar das vantagens apontadas, no decorrer do século XX esse sistema mostrou também desvantagens e injustiças evidentes. Pelo aumento imprevisível do Estado e da

---

<sup>160</sup> Ibidem, p 21.

<sup>161</sup> Ibidem, p 37.

<sup>162</sup> Ibidem, p 73.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

quantidade de serviços que assumiu, o modelo burocrático muitas vezes mostrou sinais de estagnação e fracassou completamente quanto a seus objetivos de eficiência e celeridade. A realidade atual brasileira não deixa de ser exemplo nítido quanto a isso. Por outro lado, o aparelho burocrático, quando por demais fechado e inacessível, também foi utilizado como ferramenta para inibir qualquer possibilidade de participação democrática e manter um centro autocrático constituído no poder por longo período de tempo. Isso é o que aconteceu, por exemplo, na experiência da União Soviética.

Voltando ao livro 1984, percebemos que Orwell (apesar de negar posteriormente) construiu uma sociedade distópica que carregava semelhanças fundamentais e, ao mesmo tempo levadas ao extremo do modelo soviético. Analisaremos, portanto, como o autor concebe a burocracia em Oceânia, e como sua função de opressão e dominação é exercida pelo Partido.

### 4 - A BUROCRACIA NA DISTOPIA

A burocracia existente na obra 1984 é fundamental para a manutenção do sistema autoritário vigente. Na verdade, ela é a única materialização do poder. Não há, exceto como uma figura simbólica, um tirano na obra. O Grande Irmão nunca é visto, nunca é encontrado. Ele paira como uma legitimação simbólica do sistema, não como uma figura atuante. A elite dirigente é assim composta:

O Grande Irmão é o disfarce escolhido pelo Partido para mostrar-se ao mundo. (...) Abaixo do Grande Irmão está o Núcleo do Partido, com efetivos limitados a seis milhões, ou um pouco menos de dois por cento da população de Oceânia. Abaixo do Núcleo do Partido vem o Partido Exterior, que, se o Núcleo do Partido é descrito como cérebro do Estado, poderia ser adequadamente visto como as mãos do Estado. Abaixo estão as massas ignaras que habitualmente denominamos “os proletas”, totalizando cerca de oitenta e cinco por cento da população.<sup>163</sup>

A linha de comando é exercida pelos dirigentes do partido. O Núcleo do Partido compõe a casta dirigente e que detém não só o poder como os melhores produtos disponíveis. “É tudo reservado para o consumo do Núcleo do Partido. Os pulhas têm de tudo, para eles nunca falta nada.”<sup>164</sup>. Há ainda os demais membros do partido, no qual se inserem o personagem principal, Winston Smith, e a personagem que o desperta para

---

<sup>163</sup> ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 245.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 170.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

o mundo, Júlia. Eles compõem os corpos intermediários, como esclarece Montesquieu<sup>165</sup>, que dão condição de existência à autoridade de um ou, no caso, do Partido. Eles são o sustentáculo do governo, ocupam os ministérios e dão condição de existência ao regime político. São a burocracia, as “mãos do Estado” nas palavras de Orwell.

Os Ministérios são a forma de divisão do Estado. Há o Ministério da Verdade, no qual trabalha o personagem principal. É responsável pela manutenção da verdade oficial. O conceito de verdade aqui precisa ser relativizado. A verdade é construída de acordo com os interesses do partido, e todos os arquivos são alterados de forma a fazer com que os “fatos” se ajustem. “Comentava-se que o Ministério da Verdade continha três mil salas acima do nível do solo e ramificações equivalentes abaixo.”<sup>166</sup> É uma grande estrutura concentrada em manter unívoca a narrativa da história. Além deste, há o Ministério da Paz, “responsável pela guerra”; o Ministério do Amor, “ao qual cabia manter a lei e a ordem” e o Ministério da Pujança<sup>167</sup>.

A estação de trabalho de Winston é representativa de como o trabalho e a linha de comando se dava:

Com o suspiro profundo e inconsciente que nem a proximidade da teletela o impedia de soltar quando seu dia de trabalho começava, Winston puxou o ditógrafo para junto de si, soprou a poeira do bocal e pôs os óculos. Em seguida, desenrolou e uniu com um clipe os quatro pequenos cilindros de papel que o tubo pneumático já despejara no lado direito de sua escrivaninha. Nas paredes da estação de trabalho viam-se três orifícios. À direita do ditógrafo, um pequeno tubo pneumático para as mensagens escritas; à esquerda, um tubo de maior calibre para os jornais; e na parede lateral, ao alcance das mãos de Winston, uma grande abertura retangular, protegida por uma grade de arame. Esta última destinava-se aos papéis a descartar(...)<sup>168</sup>

Não havia necessidade de comunicação ou de contato. As ordens eram recebidas e devolvidas com as devidas alterações, sem espaço para se questionar de onde provinham. Todos os serviços do Estado parecem ser executados de forma mais ou menos automatizada, sem visão global e de forma completamente compartimentada. “Winston não sabia em detalhes o que acontecia no labirinto invisível a que os tubos

---

<sup>165</sup> MONTESQUIEU, Charles de Secondat. O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

<sup>166</sup> ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. p. 14.

<sup>167</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 51.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

conduziam, mas tinha uma visão geral da coisa. (...) No Departamento de Documentação as pessoas não ficavam tagarelando sobre suas atividades.”<sup>169</sup>

Não existe liberdade no sistema político e de governo imaginado por Orwell. Nem mesmo é possível imaginar uma liberdade nas elites dirigentes. Muito pelo contrário, eles eram os mais vigiados, os mais submetidos às técnicas de dominação e submissão, especialmente quando confrontados com a guerra constante. Quando o Winston começa a ler o livro que pretende explicar a origem da ordem social e política e vigente, num dado momento o livro esclarece que

é no Núcleo do Partido que a histeria guerreira e o ódio ao inimigo são mais fortes. Em sua qualidade de administrador, muitas vezes é necessário que um membro do Núcleo do Partido saiba que este ou aquele item do noticiário de guerra é fictício (...), mas esse conhecimento é facilmente neutralizado pela técnica do duplipensamento.<sup>170</sup>

O Partido Exterior não foge à regra. Parte atuante do Estado, também precisam digerir e regurgitar a ideologia do sistema sem espaço para questionamentos ou críticas. “Trata-se de moldar incessantemente a consciência tanto do grupo dirigente como do grupo executivo situado logo abaixo dele.”<sup>171</sup>

Eficiência é um conceito difícil de ser aplicado ao contexto. Não há resultado a ser alcançado para que se pense no emprego dos meios. O único objetivo do sistema é sua perpetuação. Orwell mesmo afirma que “[n]ada é eficiente na Oceânia, exceto a Polícia das Ideias”<sup>172</sup>. Não há de se falar em eficiência quando não há mensuração de objetivos e estabelecimento de metas.

Por fim, a racionalidade e a padronização são questionáveis. No aparato estatal da obra, não há racionalização das ações. Sem objetivos definidos, os membros da burocracia servem tão somente para reproduzir padrões. Mas esses padrões não estão expressos em outro lugar que não na manutenção e nas ordens dos órgãos superiores. Retomando a definição weberiana de burocracia, percebe-se que a história apresenta uma alta hierarquização no comando do Estado, e há uma hiperespecialização das funções. As regras, no entanto, se encontram difusas, individualizadas em relação ao ministério e da função exercida. Há um objetivo comum, unívoco, que é a da

---

<sup>169</sup> Ibidem, p. 54-56.

<sup>170</sup> Ibidem, p. 228-229.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 245.

<sup>172</sup> Ibidem, p. 235. Polícia das Ideias é o órgão criado para manter os indivíduos submetidos à ideologia do Partido, como se fossem uma ordem de espionagem interna, uma forma de manter os ouvidos do partido em toda parte.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

manutenção do sistema e da guerra. Essa é a única forma de racionalizar as ações dos indivíduos de Oceânia.

### 5 – CONCLUSÃO

É claro que a uma obra de tamanha profundidade em termos de filosofia política é importante e pode ser objeto de análises e reflexões que ultrapassem sua fruição enquanto genuína obra de arte. A obra 1984, de George Orwell, pode ser lida como uma obra de cunho político. É uma extrapolação, mas não deixa de produzir visões que condizem com a realidade.

A reflexão sobre a burocracia e a violência estatal também pode ser vista assim. Orwell nos lembra que há limites para a ação estatal, e para a ação dos agentes estatais. É preciso sempre vislumbrar o resultado da ação, o objetivo que funda e legitima o Estado. É preciso ter em vista os objetivos dos indivíduos que compõem a tessitura social, e os objetivos públicos que superam os objetivos estatais. É preciso sempre ter em vista que a liberdade é fundante e necessária para a existência de agentes que, em nome de uma figura simbólica, detenham o monopólio da violência. A obra de Orwell nos deixa um aviso: é preciso ter sempre o controle público sobre as ações daqueles que estão no poder. Sob o risco de, esquecidos da finalidade do Estado, esquecermo-nos da existência das vontades que o compõem – e deixarmos de ser, de existir, para apenas servir.

### 6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução João Baptista Machado. 8ª edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *O espírito das leis: as formas de governo, a federacao, a divisao dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo*. 4.ed. Sao Paulo: Saraiva, 1996.

ORWELL, George. *1984*. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

PINKER, Steven. *Os Anjos Bons da Nossa Natureza: Por que a violência diminuiu*. Tradução Bernardo Joffily e Laura Teixeira Motta. 1ª Edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2013.

WEBER, Max. *O Que é a Burocracia*. Tradução Sebastião Luiz de Mello. CFM.

# SOCIOLOGIA

## GT 10: VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME

Sessão 2: Polícia, justiça e prisões

**A REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO E A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL**

Márcia Rebeca Silva de Oliveira - UFAM  
Fomento: FAPEAM

Este trabalho tem por objetivo compreender as questões políticas e ideológicas envolvidas no debate do Anteprojeto de Reforma do Código Penal que está em tramitação no Senado Federal e na discussão da diminuição ou não da maioria penal no Brasil, a partir da perspectiva teórica da do Monopólio Estatal da Violência, definido por Max Weber e da Crítica da Pena, definida por Klaus Günther.

Caminha através do distanciamento do debate referente apenas a tipificação de novos tipos de crimes e intensificação da pena, para a aproximação de um debate com recorte mais humanista, de formulação de novas formas de responsabilização individual que não se contrapunham as normativas nacionais e internacionais referentes a garantias de direitos fundamentais. Todo o percurso é analisado a partir da formulação de alguns teóricos da justiça penal, da legislação vigente, do envolvimento da mídia e das posições políticas adotadas como meio de manutenção do poder. Visa apresentar, por fim, uma proposta teórica de abordagem sobre a reforma do Código Penal através de novos paradigmas sobre a justiça penal, que considerem a necessidade do empoderamento popular nessa discussão, através de uma alternativa de democratização da responsabilização, centrada nos avanços referentes aos Direitos Humanos.

\*\*\*

No Brasil, o ordenamento legal penal existe desde 1830, quando instituído o primeiro código penal do país, substituído 60 anos depois, em 1890. O atual Código Penal Brasileiro foi instituído a partir do Decreto-Lei nº 2.848 de sete de dezembro de 1940, durante o Estado Novo, sob a presidência de Getúlio Vargas. Ao longo dos anos, diversas alterações foram realizadas a fim de contemplar novas leis, a partir de diversas modificações no texto do Decreto-Lei, como as várias mudanças na redação sobre crimes hediondos e formas de imputabilidade. Todavia não se esgotou a inclusão de toda a matéria penal brasileira, que cresce constantemente, e nem tampouco a insistente necessidade de se aumentar as penas para crimes praticados no país.

Ao passar das décadas a sociedade brasileira passou por mudanças sociais significativas quanto à conquista de direitos e a cidadania, acompanhando a evolução do debate acerca dos direitos humanos pelo mundo. Foram mudanças que refletiram em avanços por meio de leis e de políticas públicas passando a garantir o cumprimento de normativas nacionais e internacionais de proteção à infância e à juventude. Diante dessas mudanças, a reforma do Código Penal brasileiro tornou-se imprescindível, tendo em vista que se passaram mais de 70 anos da promulgação do código vigente. A proposta de Lei do Senado PLS nº 236 de 2012, de autoria do Senador José Sarney (PMDB-AP), que trata do Anteprojeto de Código Penal está atualmente no estágio de



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

recebimento de emendas, todavia, o debate sobre o tema gira em torno da tipificação de novos tipos de crimes, como os crimes praticados na internet e na intensificação dos tipos de pena.

Ao fazer uma análise superficial sobre o Código Penal brasileiro e o sistema prisional pode-se notar que a punição através das penas de encarceramento não são bons agentes de enfrentamento a violência, visto que os presídios estão cada vez mais lotados. A situação leva então ao seguinte questionamento: se a punição, através do encarceramento e aumento de penas, não está servindo de alternativa para a paz entre os adultos, porque ela serviria a crianças e adolescentes, que ainda estão em fase de transição para a vida adulta?

Envolver a sociedade civil deve ser um dos pontos chaves para que a relação entre crimes e suas punições seja compreendida para além da esfera jurídica, como um ato de promoção da justiça, baseados em uma vida justa e humana, e se distanciando da punição como meio de vingança, que atualmente permeia o seio da sociedade brasileira.

Percebe-se na sociedade brasileira o entendimento de que direitos humanos não deveriam existir para criminosos, ou que são apenas para protegê-los. Para esta parcela da população, respeitá-los, significa desrespeitar as vítimas, esquecendo o direito à justiça. Esse pensamento é reforçado constantemente pela mídia, que expõem de maneira descontrolada e sensacionalista casos emblemáticos de violência e por parlamentares, que transformam o medo instalado na sociedade como meios de manutenção do poder, através da alimentação do debate de endurecimento das penas, além da leniência do Poder Judiciário.

No Brasil tem-se observado a crescente diminuição da legitimação do monopólio estatal da violência. A ideia de o Estado ser o detentor do monopólio estatal da violência, descrito por Max Weber passa pelo sentido deste monopólio exercer o controle da ordem pública, tanto entre indivíduos quanto em grupos dentro da sociedade. Quando, por algum motivo, este monopólio é abalado ou questionado, a ordem pública fica ameaçada, envolvendo toda a sociedade. E é o que está acontecendo no país, com a mídia cada vez mais empenhada na espetacularização de crimes e com números que por vezes corroboram com a argumentação de que a violência está generalizada, como o aumento de crimes de latrocínio entre 2011 e 2012<sup>173</sup>, torna-se constante na população o

---

<sup>173</sup> Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario\\_2013.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_2013.pdf)> Acesso em: 10 de março, 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sentimento de que o caminho para conter a violência é a repressão policial e o endurecimento penal.

Esses fatores são robustecidos pela ausência de debates aprofundados e especializados sobre o tema, e por outro fator preponderante: a imensa desigualdade se torna fator relevante na legitimação do monopólio estatal da violência, quando a violência é utilizada de formas distintas nas diversas camadas da sociedade.

De um lado setores mais abastados e conservadores se utilizam da repressão policial para marginalizar determinados grupos de indivíduos, em geral jovem, negro e pobre, a fim de garantir uma maior sensação de segurança; por outro lado essa forma de repressão policial, que atua nos territórios desses grupos sociais, tende a colaborar com Neste cenário, o Poder Público busca desenhar mecanismos, que garantam a retomada do monopólio, reestabelecendo a lei e a ordem dentro de uma sociedade que já o fortalecimento de grupos milicianos e do tráfico. Esses grupos paralelos se fortalecem com a oferta de proteção à população diante da ação policial vigente.

busca fazer justiça com as próprias mãos, diante de um cenário em que 70% da população não confia na polícia<sup>174</sup>.

Diante deste cenário, é crescente a ideia de que a justiça só se aplica de fato quando as sanções satisfaçam o esforço das vítimas. Neste sentido, a pena já não satisfaz seus preceitos mais básicos de reparação, compensação e prevenção de ilicitudes futuras.

Se pensarmos na questão da pena, principalmente no Brasil, observa-se que as justificativas são passíveis de crítica, justamente porque atualmente, e quiçá ao longo da história, elas não satisfazem seu propósito, de contenção da violência e criminalidade a partir da justiça. Como mecanismo de prevenção, a pena está muito longe de ser razoável já que novos crimes são praticados a cada dia sem que o Código Penal seja um impeditivo.

Todos esses argumentos, devidamente ponderados, levantam o questionamento: Se a lei punitiva é dura, porque ainda crimes são praticados?

Diversos fatores levam a existência da criminalidade em uma sociedade. Podemos pensar a partir da obra, A Cultura do Controle, de David Garland onde ele

---

<sup>174</sup> Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2013.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013.pdf)> Acesso em: 10 de março, 2014.

fortalecendo e reproduzindo os modelos já instituídos de segregação e como aponta Garland, são fatores que contribuem para o aumento da criminalidade:

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

elencas duas “forças transformadoras mais básicas dos tempos modernos: a força econômica da competição capitalista e a luta por igualdade social e política” (GARLAND, 2008, pág. 185).

A concentração de renda é grande e o Estado ignora milhares relegados às periferias, sem acesso às garantias mais básicas descritas na Constituição Federal e não obstante, a sociedade capitalista do consumo valoriza o ter, mesmo sem condições ou um mercado de trabalho aquecido.

O emaranhado jogo político e midiático visa, em boa parte das ocasiões, atender as perspectivas da minoria – a minoria detentora do poder político e econômico, a elite – fortalecendo e reproduzindo os modelos já instituídos de segregação e como aponta Garland, são fatores que contribuem para o aumento da criminalidade:

“Essa correlação entre mudanças sociais da pós-modernidade e elevadas taxas de criminalidade não foi mera coincidência. A explicação mais provável para o rápido e constante aumento, em âmbito nacional, é de natureza social estrutural, apontando para parâmetros comuns de desenvolvimento social. (...) o impacto inicial da pós-modernidade constituiu em vincular as altas taxas de criminalidade aos novos arranjos sociais e econômicos que lhe foram inerentes.” (GARLAND, 2008, pag. 203).

Ou seja, em uma sociedade como a brasileira, na qual a desigualdade está longe de ser superada, e onde “entre os homens reunidos, nota-se a tendência contínua de acumular no menor número os privilégios, o poder e a felicidade, para só deixar à maioria miséria e fraqueza” (BECCARIA), é o desejo de se sentir parte que leva um indivíduo ao crime e o restante da sociedade ao medo. Em *Vigiar e Punir*, Michael Foucault também evidenciava esses aspectos, abordando a partir da mudança nas formas de criminalidade, que não deixavam de serem mudanças no que tange a aspectos econômicos:

“Na verdade, a passagem de uma criminalidade de sangue para uma criminalidade de fraude faz parte de todo um mecanismo complexo, onde figuram o desenvolvimento da produção, o aumento das riquezas, uma valorização jurídica e moral maior das relações de propriedade, métodos de vigilância mais rigorosos, um policiamento mais estreito da população, técnicas mais bem ajustadas de descoberta, de captura, de informação: o deslocamento das práticas ilegais é correlato de uma extensão e de um afinamento das práticas punitivas.” (FOUCAULT, 1987, pág 97).

Uma sociedade com medo que exige cada vez formas mais duras de penas e de controle social. Vejamos o que diz Klaus Gunther:

“No mundo ocidental há uma demanda geral e onipresente pela pena. Como uma assombração, ela se aninha em todas as faixas estarias, em todas as

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

camadas e classes sociais, em todas as profissões e em todos os níveis de escolaridade, assim como em quase todos os grupos políticos” (GUNTHER, 2004, pág 187).

O clamor por punição tem se transformado em leis cada vez mais punitivas e em forças mais repressivas no enfrentamento ao crime. Uma exigência de uma sociedade que valoriza o controle social, a lei e a ordem. Entretanto que se contradiz, pois ao mesmo tempo em que exige um maior controle por parte do Estado, busca formas alternativas de satisfazer seus anseios punitivos e de segurança, visto que não confiam nas instituições de segurança, e, por conseguinte fugindo de sanções legais, com o respaldo do clamor por punição e da defesa própria.

Deste modo, quanto mais à população se vê vítima da violência, mais distante está o Estado de seguir detendo o monopólio da violência legítima, representado na figura das polícias e da justiça e passa a dialogar em um campo de relações políticas que abre espaço para a formação de novos tipos de aparelhos legitimados de violência, como as milícias e as recém-noticiadas ligas da justiça, bem como a investida de setores na esfera parlamentar com o intuito de endurecer as penas atuais:

“Diante dessa constatação, é natural que se procurem as causa do fenômeno em uma influência recíproca entre a mídia e a política. (...) Tem-se quase a impressão de que à demanda por punição não importa a contradição entre os supostos e os verdadeiros efeitos da pena, ou mesmo efeitos de qualquer tipo, insistindo apenas na sua mera satisfação, por meio da execução da pena”. (GUNTHER, 2004, pág. 189).

Associado ao fato de que faz parte do senso comum à punição para além da justiça, e sim como meio de vingança para um mal imputado, as penas em seus sentidos, de reparação, compensação e ressocialização, e principalmente a pena privativa de liberdade está aquém de atender essas expectativas, que na prática age como um meio de segregação social daqueles que entram em conflito com a lei.

As penitenciárias estão se consolidando como um ambiente de descarte social, onde os males feitores de menor potencial são depositados, enquanto os grandes utilizam-se dos meios legais para manterem-se distante destes espaços.

Mesmo com as penitenciárias superlotadas, a sensação que paira sobre a sociedade é de que a impunidade é uma constante, e dentro deste espectro o clamor por mais leis penais e o endurecimento das penas já existentes torna-se cada vez maior e

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

presente no dia-a-dia. Somado a estes fatores, temos ainda o populismo eleitoral que encontra nesta necessidade por punição, um espaço de ganho político.

Outro fator importante é que a prática cotidiana vem mostrando que os ideais humanitários que cercam os escritos de Beccaria e de Gunther estão cada vez mais distantes do senso comum. A reflexão sobre Direitos Humanos, proporcionalidade da pena e no monopólio de punir do Estado está cada vez mais distante da sociedade. Diante de crimes cruéis, intensifica-se a produção de leis que pensam apenas em satisfazer aquela comoção momentânea e por vezes estão desconectadas da humanidade e longe de serem agentes responsáveis pela transformação da desigualdade, fugindo do que Beccaria descreveu como o direito de punir:

“As penas que ultrapassam a necessidade de conservar o depósito da salvação pública são injustas por sua natureza; e tanto mais justas serão quanto mais sagrada e inviolável for a segurança e maior a liberdade que o soberano conservar aos súditos.” (*BECCARIA*)

Como produto da somatória desses fatores tem-se em discussão, no Congresso Nacional Brasileiro, o Projeto Final de Revisão do Código Penal.

O Congresso Nacional é o espelho da sociedade, ou seja, reflete os anseios da sociedade brasileira, que em sua maioria é conservadora. O debate sobre o Anteprojeto de Código Penal acontece hoje dentro desses parâmetros conservadores, que defendem o endurecimento penal como resposta à guerra entre os denominados cidadãos de bem e os que estão em conflito com a lei.

O aumento da defesa de teses, que apontam para o recrudescimento penal como alternativa de contenção da violência, sem o devido aprofundamento do debate tem proporcionado o surgimento equivocado de Propostas de Emenda à Constituição (PEC) e diversos pedidos de realização de plebiscitos para definição sobre a mudança, que ameaçam milhares de jovens brasileiros. Klaus Gunther, em um de seus estudos assim descreve essa realidade:

“A produção legislativa acompanha essa tendência, na medida em que amplia cada vez mais o direito penal, torna as penas mais duras e permite um número cada vez maior de métodos investigativos que interferem nos direitos fundamentais dos cidadãos”. (*GUNTHER, 2004, pág. 188*)

Neste sentido, a discussão sobre este tema deve estar profundamente ligada à democratização da responsabilização envolvendo sociedade civil e agentes públicos, estabelecidos dentro de um estado democrático de direito, que devem lutar pela

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

aplicação e garantia dos direitos básicos dos cidadãos, entretanto o debate da responsabilização individual não pode ser preterido.

Gunther defende a ideia de que entre a demanda subjetiva por punição e a verdadeira eficácia da pena existe um fosso semelhante ao que há entre a real ameaça representada pela criminalidade e o medo subjetivo que ela provoca<sup>3175</sup>.

No Brasil vivem diversos grupos de jovens com singularidades distintas. Num país cheio de miscigenação deve-se reconhecer a existência de diversas juventudes, com diferentes formas de agir, expressar e também mostrar suas diferentes identidades, compondo assim uma grande rede de experiência, que clama por valorização.

O Brasil é um país erguido em cima da desigualdade, onde as diversas classes da sociedade têm acesso diferenciado a garantias básicas de cidadania. A partir da Constituição de 1988 o país vive um período de garantias de direitos bem definidos, todavia essas garantias nem sempre se materializam na prática. Os jovens são um clássico exemplo da não garantia de direitos, incluindo pelo fato de não terem uma normativa constitucional que respaldasse esta camada da sociedade.

Esta realidade manteve-se ativa até meados de 2005, com a promulgação da Lei 11.129/2005, que dispunha sobre os primeiros passos na construção de uma política nacional de juventude, visto que:

“Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências”. (Presidência da República, 2005).

Com a organização dessas instituições ligadas à juventude, a legislação que ampara os jovens brasileiros passou a se tornar realidade para além das conquistas oriundas com a Lei 11.129/2005. A promulgação da Emenda Constitucional 65, em 2010, veio para consolidar os marcos legais, incluindo o jovem no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, dando a esta camada da sociedade, um tratamento prioritário diante da construção de políticas públicas que de fato possibilitem aos jovens o pleno desenvolvimento, direitos que já eram garantindo às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres.

A juventude deve ser tratada como uma condição social, que compreende no Brasil, a faixa etária entre 15 e 29 anos, de acordo com o Art. 1º da Lei 12.852/2013 que

---

<sup>175</sup> Reflexão levantada no artigo Crítica da Pena I.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

instituiu o Estatuto da Juventude, uma declaração de direitos da população jovem. Nas palavras da Relatora do Projeto de Lei, a Deputada Manuela D'Ávila significa que:

“O Estatuto da Juventude é uma legislação avançada por ter sido construída coletivamente com a colaboração dos mais diversos segmentos sociais ao longo de nove anos. Essa carta de direitos para jovens entre 15 e 29 anos consolida conquistas, garantindo políticas públicas de Estado, e não de governos, para cerca de 52 milhões de brasileiros. Considera essa parcela da população como atores estratégicos que devem ter o papel potencializado para a transformação do Brasil<sup>176</sup>”.

Todavia, faz-se necessário enfatizar que a ação cotidiana mostra a dificuldade de se colocar em prática o novo ordenamento jurídico que dispõe sobre a juventude.

Os governos ainda estão caminhando no sentido de ofertar políticas públicas para a juventude, com isso os jovens seguem sendo negligenciados, diante de sua vulnerabilidade. Somado aos direitos negligenciados pelo Estado, tem-se - novamente - a influência da sociedade capitalista, do fetichismo e da grande necessidade de atender as imposições da sociedade e de inclusão em uma sociedade onde o ter é mais valioso que o ser.

Como consequências dessa junção de fatores tem-se ampliado o aumento na criminalidade e de atos infracionais praticados por jovens na faixa de 15 a 29 anos, com um aumento de 5,8% das taxas de jovens cumprindo medidas sócio-educativas no país<sup>177</sup>.

Dados do IPEA sobre juventude mostram que os jovens que se encontram em conflito com a lei são aqueles com menor acesso a direitos fundamentais, ou seja, são aqueles que de alguma forma são negligenciados pelo Estado e sofrem dentro da sociedade, sendo cada vez mais marginalizados.

São eles que figuram na criminalidade como vítimas ou infratores, como vem sendo mostrado pela mídia e também os números apontam isso, visto que quase 60% da população carcerária brasileira compreende a faixa etária de 18 a 29 anos<sup>178</sup>.

---

<sup>176</sup> Trecho do artigo da Deputada Manuela D'Ávila, publicado originalmente no Jornal Zero Hora de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2013/04/juventude-transforma-o-brasil-por-manuela-d%C2%B4avila/>> Acesso em: 1º de março, 2014.

<sup>177</sup> Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario\\_2013.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/anuario_2013.pdf)> Acesso em: 10 de março, 2014.

<sup>178</sup> Dados do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Relatório Estatístico – Analítico do Sistema Prisional – Brasil: dezembro de 2012. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=pt-br&params=itemID%3D%7BC37B2AE9-4C68->

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Com a crescente exposição da mídia dos crimes praticados por jovens, principalmente os que se enquadram sob a salvaguarda do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e por estarem cada vez mais presentes nas estatísticas de violência, vem se tornando cada vez maior o clamor para que os rigores da legislação atual sejam ampliados, com a redução da maioridade penal, dos atuais 18 anos, para 16 anos.

Este clamor para o endurecimento penal sobrecarrega principalmente sobre os jovens resguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que por terem cometido algum ato infracional: condutas descritas no Art. 103º do ECA, estão em conflito com a lei. Esse tipo de pensamento vem, constantemente sendo corroborado e estimulado pela mídia como reprodutora da ideologia dominante e formadora de opinião, tendo forte contribuição e responsabilidade na propagação de que os jovens – e é importante salientar aqui: os jovens negros das periferias – são ameaças a manutenção da paz na sociedade.

Será que diminuir a maioridade penal resolverá o problema da criminalidade juvenil, ou apenas varrerá para baixo do tapete um problema maior?

No Senado Federal foi apresentado pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-GO), a Proposta de Emenda à Constituição – PEC de nº 33/2012<sup>179</sup>, que visa alterar a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, de modo que a maioridade penal no Brasil seja a partir dos 16 anos. A PEC foi rejeitada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, contudo a rejeição da PEC da Maioridade pela CCJ do Senado não foi o suficiente para arrefecer o debate sobre o tema, que agora será analisada por todos os senadores da República. Paralelo ao debate entre os senadores, o Senado Federal promoveu uma enquete, que contou com a participação de 4.200 internautas. Deste total, 81% se mostraram favorável à mudança na lei que permite que crianças e adolescentes sejam punidos como adultos<sup>180</sup>.

---

4006-8B16-24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D> Acesso em: 1º de março de 2014.

<sup>179</sup> Texto e tramitação na íntegra, disponível em: <[http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=106330](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=106330)> Acesso em: 20 de fevereiro, 2014.

<sup>180</sup> Dados do DataSenado, órgão do Senado Federal. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/07/pesquisa-do-datasenado-aponta-apoio-de-81-ao-fim-da-maioridade-penal>>. Acesso em: 3 de março, 2014.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Dentro deste cenário, grupos pró-redução se organizam junto à sociedade pela sensibilização e pela exploração de casos de violência protagonizados por jovens menores de idade, como a proposta de levar o tema a um plebiscito ainda em 2014.

Estamos diante de um campo de batalha na qual o radicalismo de opiniões, sem levar em consideração a especificidade de cada situação, pode punir toda uma camada da população que vem sendo constantemente e historicamente marginalizada.

Ampliar o envolvimento popular, através dos mecanismos constitucionais de participação é salutar, entretanto em meio ao fogo cruzado do medo e da insegurança, e do bombardeio da mídia sobre a juventude, sobretudo a juventude negra e marginal, torna-se um perigo, visto que o debate tem pendido para o lado conservador, com pouco espaço para o diálogo com as opiniões contrárias. E principalmente porque não existem pesquisas que comprovem a relação direta da redução da maioria penal, com a redução da criminalidade, e pelo contrário, “estudos apontam que a criminalização precoce, com políticas de repressão focadas especialmente nos jovens, sem o devido cuidado, tende a fortalecer o comportamento desviante”. (FERREIRA et AL, 2009, pág 193).

Por conseguinte, levar outro contingente populacional para o regime de privação da liberdade não será a solução, principalmente em um país que ainda não consegue oferecer educação de qualidade aos seus jovens e onde as prisões não são espaços de regeneração e ressocialização daqueles condenados pela justiça.

Os esforços no enfrentamento à violência e a criminalidade devem estar atrelados a políticas sociais, não apenas ocupando seu tempo; e sem atrelamento a medidas emergenciais e eleitoreiras, produtos de um momento em que o clima de insegurança paira sobre a sociedade.

As políticas sociais devem atuar para que os jovens tenham uma visão cidadã da sociedade, com formação completa de direitos e deveres, e maior chance de sociabilização através de oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Essas ações são o caminho para a diminuição dos problemas de violência e criminalidade juvenil, reforçando valores democráticos, participação e desconstruindo preconceitos.

**4. FONTES E REFERÊNCIAS**

AGENCIA SENADO. Disponível em:  
<<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/19/ivo-cassol-elogia-decisao-de-construir-ponte-emergencial-em-rondonia>>. Acesso em: 19 de março, 2014.

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e Das Penas. Versão para e-Book. Disponível em:  
<<http://www.abrasd.com.br/biblioteca/direito/Dos%20Delitos%20e%20das%20Penas%20-%20Cesare%20Beccaria.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro, 2014.

CÓDIGO PENAL. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-normaatualizada-pe.pdf>> Acesso em: 20 de dezembro, 2013.

ESTATUTO DA JUVENTUDE. Disponível em:  
<[http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/redacao\\_final\\_manuela\\_davila\\_juventude.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/redacao_final_manuela_davila_juventude.pdf)>. Acesso em: 27 de fevereiro, 2014.

FERREIRA, Helder, et al. Juventude e Políticas de Segurança no Brasil. In: Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

GÜNTHER, Klaus. Crítica da Pena I (2004). In: Revista Direito GV4. Volume 2, nº2, pág 187-204. Jul/Dez 2006. Disponível em:  
<<http://pt.scribd.com/doc/96572230/Critica-Da-Pena-I-Klaus-Gunther>>. Acesso em: 25 de julho, 2013

SENADO Federal. Projeto de Lei do Senado nº236/2012. Anteprojeto de Código Penal. Brasília: 2012. Disponível em:  
<<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=111516&tp=1>> Acesso em: 10 de agosto, 2013

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

ZALUAR, A. “Violência e Crime”. In MICELI, S. (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)* – Antropologia. São Paulo: Sumaré, Anpocs, Capes, 1999, v. 1, p. 15-107.

**FACÇÕES CRIMINOSAS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO – ESTADO DA BAHIA.**

Franklim da Silva Peixinho - UFRB

Este estudo tem por objetivo analisar o modo de organização social formada por detentos do sistema prisional baiano, especialmente na Colônia Penal Simões Filho, CPSF, Bahia – Brasil. Numa perspectiva, sociológica, o estudo se concentra na identificação e descrição da morfologia dos grupos de detentos e, como tais associações estabelecem estratégias de comunicação com e na instituição total. Assim, pretende-se identificar os elementos da vida na prisão que desencadeiam o processo de institucionalização do interno, como também em que ponto as ações das facções criminosas que existem na CPSF, estão inseridas na construção da identidade do desviante, e demais sentimentos por estes vivenciados na carreira prisional. Para a construção deste estudo foi realizada a análise documental de ofícios e livros de ocorrências da CPSF, relatos de presos e agentes penitenciários o confronto dos diplomas legais, a leitura de dados de reportagens jornalísticas, acesso a meios eletrônicos, como também se utilizou as informações relatadas em um Diário de Campo, pautada pela observação participante.

## **1. INTRODUÇÃO**

O processo de institucionalização trabalhado por Goffman (2008) enfoca aspectos ligados à assunção de uma nova identidade e a renúncia compulsória a pequenos espaços de propriedade, tidos por elementos constituintes da personalidade de cada indivíduo. Assim, o arquétipo da instituição total além de limitar o contato com meio externo, também incide sobre os indivíduos, com novas pautas de ajustes que marcarão trajetória do interno dentro e fora da vida institucional.

Com base em tais ideias buscou-se neste trabalho uma breve análise empírica acerca do processo de institucionalização, levando em conta a atuação das facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas da Região Metropolitana de Salvador. Para tanto, apresenta-se tais grupos e posteriormente como se dá o ingresso dos presos na Colônia Penal de Simões Filho (CPSF) – Estado da Bahia. Trata-se de um trabalho descritivo, regido pelo método indutivo e pautado pela observação participante, olhar este transcrito em um Diário de Campo, relatos de entrevistas feitas com presos<sup>181</sup>, revisão bibliográfica e consulta a documentos oficiais.

Por fim, saliente-se que tal trabalho compõe o conjunto de pesquisas que convergem para a dissertação de mestrado apresentada ao Mestrado em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

---

<sup>181</sup> Tais foram identificados por números.

### 2. COMISSÃO DA PAZ E O GRUPO CAVEIRA

A formação de grupos sociais nas unidades prisionais envolve diversos conteúdos de interação, na medida em que os presos desenvolvem suas relações, tendo em vista o alcance de certos fins que a instituição não permite o acesso ao preso. Contudo, este utiliza a própria estrutura da prisão, suas características em termos físicos, como também as formas de sociação<sup>182</sup> que servidores prisionais buscam para uma convivência harmoniosa com os detentos, como meios para suas razões teleológicas (SIMMEL, 1983). Assim, os presos formam uma espécie de cooperação com o corpo de servidores para administrar os problemas da cadeia e mantê-la “na paz”, muito embora, os fatos do dia a dia demonstram uma realidade intracárcere intensamente conflituosa.

No presídio de Simões Filho pode-se constatar esta divisão social do trabalho entre os presos, em que há um grupo responsável por administrar tarefas do dia a dia do cárcere, tais como: a entrega de alimentos, a retirada do lixo, a entrega de medicamentos, a organização dos presos que irão ao médico, defensor público, assistente social e psicólogo, como também por informar a coordenação de segurança por meio do “carteiro”<sup>183</sup>, medidas que precisam ser solucionadas. Estes presos que desenvolvem estas atividades são conhecidos como “frente da cadeia” ou a “faxina”, em regra, se identificam com uma facção ou grupo ligado ao tráfico de drogas na cidade de Salvador-Bahia. Os presos desta unidade prisional – CPSF - são separados em pavilhões, um sob o comando do grupo Caveira, ligado ao traficante Genildo Lima, o “Perna”; e outro, onde estão os presos da Comissão da Paz – a CP – que foi liderado pelo traficante Pity, morto em 2007, em troca de tiros com a Polícia Militar da Bahia (LOURENÇO LUIZ E ALMEIDA, 2013). Esta definição de espaço faz parte de uma cultura da cadeia, com aspectos territoriais ligados ao tráfico de drogas. Na recepção do interno é possível verificar como se dá essa divisão territorial e a compatibilidade do preso com este ou aquele grupo, ilustrando aquilo que Goffman (2008) denomina de cerimônias de profanações do eu<sup>184</sup>.

Dia 19/03/2012 – segunda-feira. Ocorrência 79/2012

---

<sup>182</sup> “[...] uma forma pela qual os indivíduos satisfazem seus interesses” na constituição de uma forma social (SIMMEL, 1983).

<sup>183</sup> O carteiro é o preso que tem a função de fazer a entrega de remédios, a compra de utensílios no mercadinho e levar algum comunicado à coordenação de segurança ou ao agente penitenciário.

<sup>184</sup> Este conceito trazido por Erving Goffman será mais bem trabalhado na seção deste capítulo sobre as Instituições Totais.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

(...) ingressou na unidade prisional, o interno Antônio Silva, evadido, isto é, o mesmo foi beneficiado com a saída judicial de sete dias, mas, no entanto, não retornou para o restante do cumprimento da pena. Foi lhe perguntado, em que pavilhão o interno poderia ser alojado, o mesmo opinou pelo pavilhão B, sendo assim, alojado na cela denominada “seguro” 1B, para ser observado se a população carcerária aceitaria o ingresso daquele interno no pátio. Para tanto, observou-se que, após a saída dos agentes penitenciários, os internos identificados como “frente da cadeia” fizeram algumas perguntas ao mesmo. (COLONIA PENAL DE SIMOES FILHO, DIARIO DE CAMPO, 2012-2013).

A organização do espaço carcerário a partir das facções delimita a escolha do interno a uma opção existente para filiação, ou ainda, vincular-se ao grupo de presos evangélicos, hipótese esta que estaria livre do assédio das facções Caveira ou Comissão da Paz. Após a recepção institucional por parte da coordenação de segurança da prisão, o contato com os demais presos é uma das mais importantes etapas a ser enfrentada pelo recém-iniciado na carreira delitativa, pois a depender da sua escolha, o interno, certamente, tatuará uma marca que o acompanhará por todo o cumprimento da pena, influenciando ainda na sua progressão ou reincidência criminal, a depender da intensidade dos vínculos estabelecidos, como também representará o salvo conduto ou sentença de morte, conforme o espaço que esteja transitando.

O que mais “rola” na cadeia é isso. O impacto é grande, e algumas “facção” você é obrigado a se envolver, e se você não se envolver você vai pro outro lado, se ele não é um lado, ele é o lado oposto, não tem alternativa, por exemplo, se for um crente ele é separado. Se for “ovelha”, ele é separado, se for pro meio dos “bode” é problema, porque ele vai ter que se infiltrar ali e alguma coisa, ou uma ou outra, ele vai ter que participar, porque neutro, no meio ele não pode ficar. A facção entre um grupo rival e outro, é um querendo ganhar do outro [...] até em cela você não pode andar, porque diz que você “tá” armando pra tomar a frente, eles “cria” essa situação, que então, já é motivo pra você apanhar. E aí, pegou de facção, eles “pega” pra matar, se você é de uma facção, se você é “CP” cai do lado da “Caveira”, você morre, se você é da “Caveira” e cai do lado “PCC”, morre. Você vai tem que decidir, porque ele lhe coloca entre a parede, aí você tem que decidir [...]. É um impacto muito grande, muitas vezes você entra, mas não pra fazer sua vontade, você tá entrando contra sua vontade e uma coisa muito ruim, pro ser humano, não digo nem só pro preso, é fazer uma coisa contra sua vontade (ENTREVISTADO 4).

Estes protocolos informais de recepção são de ciência dos servidores prisionais, como também a gênese de tais grupos que gerenciam os cárceres baianos, de forma que tal realidade está enraizada na praxe administrativa, até mesmo para preservação da integridade física do interno. O agente penitenciário, de início, questiona a qual facção o preso está ligado para evitar agressões e até mesmo assassinatos entre membros de grupos rivais, quando da entrada daquele no pátio. Quando tal fato é ignorado, ainda que o preso seja isolado na cela de segurança, podem ocorrer retaliações por outras

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

formas, como a descrita na ocorrência 063/2013, item 2.4, em que o interno, queixa-se de não receber alimentação, por que o grupo de presos do pavilhão B – ligados a CP - não permitiu a entrega das refeições, por ser ele ligado a facção Caveira.

Os outros internos indagam sobre a procedência dele e a facção. Já os agentes os colocam em uma cela de observação para poder analisar a conduta e os primeiros contatos do interno com a massa carcerária (ENTREVISTADO 1).

[...]

São facções que na maioria das vezes se originam fora das unidades prisionais, mas que são levadas para a realidade intramuros. Por questões de segurança e para manter a integridade física dos internos, o estado acaba separando esses indivíduos de acordo com esses grupos. Isso começa a atrapalhar o nosso trabalho, quando há casos de superlotações. As vezes as celas estão tão cheias, que não cabem mais ninguém. Se os novos internos que adentrarem na unidade pertencerem a determinada facção de determinado pavilhão, e o mesmo estiver superlotado, aí teremos problemas para achar vagas e colocá-los em determinadas celas (ENTREVISTADO 1).

Portanto, não se pode olvidar no estudo dos grupos organizados nas unidades prisionais baianas esta divisão territorial, um espaço de demarcação e assunção de identidades, por partes daqueles que ingressam na instituição total.

### 3. A INSTITUCIONALIZAÇÃO NA CPSF.

A entrada do interno em uma unidade prisional está cercada de vários protocolos de recepção, tanto nas esferas oficiais, quanto no âmbito de convivência com outros colegas de cárcere. O recém-chegado na CPSF passa por um processo de admoestação pelos agentes penitenciários e pela coordenação de segurança, em que a disciplina e as regras da unidade prisional são apresentadas – o ajustamento primário - como também, é comum a oferta de conselhos ao interno para este não se envolver em problemas e “tirar a cadeia pelos cantos”<sup>185</sup>; em seguida, o interno é colocado na cela de segurança, onde é avaliado pelos outros presos, ocorre aí outro ajustamento primário em relação à vida social dos encarcerados. Assim, após a recepção pelos internos da CPSF, estes informam aos agentes penitenciários se aquele recém-chegado foi aceito ou não no convívio com os demais (DIÁRIO DE CAMPO DA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO, 2012-2013).

---

<sup>185</sup> Expressão que significa não procurar se envolver em confusões na prisão.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“Na época a detenção tinha um regime, não existia os ‘direitos humanos’, quando a gente chegava, podia ser alto estudo, apanhava mesmo, pra poder já pegar o ritmo de respeitar, “não senhor, sim senhor”. (ENTREVISTADO 3)

O adentrar do interno na instituição total está cercado de violência, que se diferencia na forma de expressão. A submissão às ordens de uma autoridade e a retirada da esfera de individualidade é uma violência estatal, legitimada pelo direito penal, que correspondem aos ajustamentos primários, mas isso não impede que outras formas ilegais de reforço desta submissão sejam aplicadas na chegada de presos, tais como o uso da intimidação, violência física e verbal.

Rapaz, quando eu cheguei, pelos agentes eu fui mal recebido, eu fui recebido com ignorância, eles recebem a gente como um cachorro, aqui é: “não senhor, sim senhor”, “seja bem-vindo ao inferno”, “se nunca foi no inferno, seja bem-vindo” e depois pelos presos que tirava lá no pavilhão [...], e aí ficaram gritando [os presos], dizendo que eu era matador de ladrão, que na rua eu trabalhava como polícia e “não sei o que” e que lá eu não ia tirar (ENTREVISTADO 4).

Nesse passo, as relações sociais dentro do cárcere, devido ao isolamento com o meio externo, produz uma infinidade de signos que se formam devido às privações e a subordinação perante as autoridades de naturezas distintas e paralelas, tais como os agentes de segurança e os presos líderes da sociedade carcerária. Esta criação de um modo de vida faz parte de um vasto repertório da “cultura da cadeia”, que gravita desde a construção artesanal de alambique para fabricação da “Maria Louca”<sup>186</sup> – cachaça feita de arroz - a estruturação de um sistema jurídico, tributário e/ou um código linguístico: ajustamentos secundários.

Uma das expressões culturais observáveis na Colônia Penal de Simões Filho, no pátio B, são as “ladainhas”, cânticos entoados pelos presos, e expressões como “já é”, que tem por função informar quando os agentes ou alguém, ecologicamente, estranho está prestes a entrar no pátio. No caso dos agentes penitenciários, em regra, sua presença se dá no momento do fechamento e da abertura da cadeia. A ladainha está presente em outros momentos da vida na prisão, na feitura das faxinas do pavilhão, quando um preso está saindo em liberdade, por alvará de soltura ou algum benefício da execução penal; como observa um servidor, “alguns presos puxam certas cantorias e os

---

<sup>186</sup> JUNIOR, Erizon. JACOBINA: POLÍCIA APREENDE 40 LITROS DE MARIA LOUCA “BEBIDA ALCOÓLICA Á BASE DE ARROZ FEITA POR PRESOS”. Bahia Boa. Net. [S.l.]. 17. mai.2012. Disponível em: <<http://www.bahiaboa.net/2012/05/jacobina-policia-aprende-40-litros-de.html>>. Acesso em: [Acesso 29/03/2013].



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

outros repetem enquanto executam as suas atividades. Eu acho com essas ladainhas, eles se sentem mais unidos” (ENTREVISTADO 1):

Cadê a maloca de escorpião?

Êa!

Cadê a maloca de Piti?

Êa!

Deus levou, mas tá no coração!

E quem não gostou?

Passa o portão!

Chicleteiro eu, chicleteiro ela

Chicleteiro eu, chicleteiro ela

De quem é a arena?

Mestre Piti e Escorpião!

Nós mata aqui, nós mata lá,

Em qualquer lugar

Mata aqui e mata lá fora Se mandar pegar, nós pega

Se mandar matar, nós mata. (LOURENÇO LUIZ e ALMEIDA, 2013, p. 43-44).

“Ladainha” do grupo Caveira:

É nós, é nós, quando a Caveira passa

É nós, é nós, a gente esbagaça

Salva cadeia! Na manha

Eu sou Caveira de coração

Eu sou do bonde que esbagaça os “alemão”

Qual a missão da Caveira?

Mata CP sem misera,

Como ideia?

Uma só! (DIÁRIO DE CAMPO DA COLÔNIA PENAL DE SIMÕES FILHO 2012/2013).

Em outro ponto, a linguagem forma uma identificação de mundo e espaço, que influencia e interfere no comportamento alheio, não sendo incomum a utilização das gírias e construções fonéticas dos presos por parte dos agentes penitenciários e demais

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

servidores, até mesmo na redação de documentos oficiais, como se lê no Ofício nº 691/08; “[...] o interno em baila, foi transferido em caráter de URGÊNCIA, em função de ter ‘passado o portão’, procedimento este, adotado pelos internos que se sentem ameaçados de morte [...] – [grifos no original]”. Na elaboração dos livros de ocorrência, feitos pelo chefe do plantão, também se encontra tais expressões: “após entendimento com a ‘frente’” – Ocorrência nº 352, item 2.7, 19/12/2012 – “passou o portão” – Ocorrência nº 364, item 2.9. Assim, diante dessa nova conjuntura de signos, servidores prisionais e internos se encontram em um novo processo de socialização, que, inexoravelmente, estão e serão intermitentemente submetidos.

Pelos relatos de ocorrências, a não adequação aos ajustamentos primários da instituição total e da sociedade carcerária, origina o “passar o portão”, uma situação em que o interno, pede para sair do pavilhão ou é expulso, na maioria das vezes, após ser espancado, em virtude de descumprimento de alguma regra da vida carcerária, dívidas não pagas, roubos cometidos dentro do pavilhão, desrespeito com a visita de outro interno ou ainda não cumprimento de um acordo. O Entrevistado 3, relata que foi acusado de uma infração na convivência carcerária, pois, segundo o mesmo; “disseram que eu ‘tava’ ‘chocando’<sup>187</sup> família de preso”<sup>188</sup>. Há normas que estabelecem privilégios e direitos aos presos mais velhos, estes têm funções no cárcere, tais como a descrita no depoimento de um preso que entregou “a faca ao interno mais velho da cela” (PAD 01/2013) para que este informasse a “frente da cadeia” que tal objeto foi achado entre os seus pertences, de forma que somente aquele interno, o mais velho, é quem poderia

---

<sup>187</sup> Chocar é o ato de observar a visita de outro interno. Quando uma visitante entrar no pátio da cadeia os presos param e viram as costas até a mesma ir para a cela do visitado.

<sup>188</sup> Com relação às regras de convivência no cárcere tem-se, por exemplo, a proibição de “chocar a visita” alheia, isto é, olhar ou procurar intimidade com a visitante de outro preso. Nesse sentido, um preso da Penitenciária Lemos de Brito, no Complexo da Mata Escura, Salvador, conhecido como “Ravengar”, frente ou “xerife” do corpo I, daquela unidade, criou um código de normas e o imprimiu para distribuição entre os demais sentenciados. Tal documento ficou conhecido como o “Código de Ravengar”, e dentre os preceitos normativos, denominadas de “obediências”, tinha-se as seguintes: “Obediência IV Constitui-se desobediência o interno que circular em dias de visita sem camisa, com short apertado e visualmente sem cuecas”. RIOS, Mariana, GAUTHIER, Jorger e LYRIO, Alexandre. Código de ética elaborado por traficante dita normas na PLB. Ravengar chegou a sugerir o uso do estatuto pelo Estado como regra geral. Correio da Bahia. Salvador. 06. out. 2009. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-4/artigo/codigo-de-etica-elaborado-por-traficante-dita-normas-na-plb/>>. Acesso em: 12. Mar.2013.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

fazê-lo. Este tem ainda a função de avisar quando há um interno doente, impedindo que outros internos batam nas celas.

[...] Porque o preso mais velho, ele tem moral, o mais novo tem que ficar “sapatinho”, tem que ficar “pianinho”, quieto, pelos cantos, que nem “diz” eles, né? [...] Tem a punição que a pessoa toma o tapa de leve, toma o “sacode” e fica de boa, mas tem punição que leva a morte, dependendo do fato, do espancamento, a pessoa pode morrer, dependendo das pancadas que a pessoa vai levar, a pessoa pode ir a óbito, né? [...] Porque a gente tá encurralado por duas leis, a lei da justiça e a lei da cadeia. Tem a lei do mais velho, o mais velho pode “fazer isso”, pode “fazer aquilo” porque é mais velho e você não pode fazer isso, porque chegou agora, é novato, é “corró”, como eles “fala”[...] como eles “diz”, errou, como você pegou algo de pessoas sem pedir, você não pode pegar sem pedir, aí você pegou sem pedir, já é um motivo, você deu mole, vacilou, você chegar e sentar na cama do preso sem pedir, não pode porque eles tem uma coisa de “tá limpo”, “aqui é pra visita”, “senta aqui no chão, não sei se tu é doente, não sei se tu tá são”, aí fica nesse negócio, tudo já é um motivo, tudo é motivo pra você sofrer uma violência. (ENTREVISTADO 4).

As ameaças circundam também a teia de submissões tensamente vividas, que se desenvolvem intestinamente; o ofício 498/08 da CPSF, por exemplo, informa a transferência de dois internos em virtude das ameaças sofridas e por não poder, a unidade prisional, garantir a integridade física dos mesmos. Assim, se constitui os diversos elementos necessários para a construção do ser institucionalizado na CPSF.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ingresso do interno nas unidades prisionais inaugura uma nova etapa na vida do desviante. O desenvolvimento de estratégias de vida no ambiente prisional é um fato social, imperativo para aqueles que se encontram institucionalizados.

Realidade premente são as redes de poder que há nas prisões com as lideranças da Comissão da Paz e do Grupo Caveira. As formas sociais ali encontradas informam uma sociedade secreta, que se deixa revelar em alguns pontos, mas não completamente. E nesse sentido, quem entra e quem sai, para onde vai, se poder ir ou não, o controle realizado pelos presos da “frente da cadeia”, é de certo modo, um poder reconhecido e, paradoxalmente, ignorado pela administração pública nos atos oficiais.

Esta cultura da cadeia implica em submissões, assunção de identidades e códigos que alimentam a maior crença nas normas internas do cárcere, do que em relação regras oficiais do Estado. Tem-se, então, a verdadeira ressocialização do ingresso, na assimilação dos preceitos da sociedade carcerária e a incorporação de tais signos à

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

personalidade do interno, de forma que o processo de institucionalização no sistema prisional baiano tem um novo elemento na sua constituição, as facções criminosas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

DIÁRIO DE CAMPO DA COLÔNIA PENAL DE SIMOES FILHO. Relato sobre as rotinas dos internos do Presídio de Simões Filho, Bahia, elaborado para a redação da dissertação de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012-2013.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

JUNIOR, Erizon. JACOBINA: POLÍCIA APREENDE 40 LITROS DE MARIA LOUCA “BEBIDA ALCOÓLICA Á BASE DE ARROZ FEITA POR PRESOS”. Bahia Boa. Net. [S.l.]. 17. mai.2012. Disponível em: <<http://www.bahiaboa.net/2012/05/jacobina-policia-apreende-40-litros-de.html>>. Acesso em: [Acesso 29/03/2013].

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALMEIDA, Odilza Lines de. “Quem quer manter a ordem, quem quer criar desordem” - dinâmicas das gangues prisionais no estado da Bahia. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 25, n. 1.2013.

RIOS, Mariana, GAUTHIER, Jorger e LYRIO, Alexandre. Código de ética elaborado por traficante dita normas na PLB. Ravengar chegou a sugerir o uso do estatuto pelo Estado como regra geral. Correio da Bahia. Salvador. 06. out. 2009. Disponível em:

<<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-4/artigo/codigo-de-etica-elaborado-por-trafficante-dita-normas-na-plb/>>. Acesso em: 12. Mar.2013.

SIMMEL, G. **Sociologia**. Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho; São Paulo: Ática, 1983.

# SOCIOLOGIA

## GT 11: SOCIOLOGIA DO TRABALHO E RURALIDADES

Sessão 1: Trabalho

**REFLEXOS DA VIDA MODERNA: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS DA MODERNIDADE NA IDENTIDADE E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Gloriete Santos Scavichia –UNESP/Araraquara

Fomento: CNPQ

Este trabalho tem por escopo apresentar algumas considerações sobre o impacto da vida moderna na identidade do indivíduo e nas relações de trabalho, sob o olhar dos sociólogos contemporâneos Zygmunt Bauman, Anthony Giddens e Stuart Hall. Inicialmente, far-se-á um breve recorte sobre as transformações da identidade decorrente da vida moderna sob as perspectivas estudadas pelos sociólogos em análise e num segundo momento analisaremos como estas mudanças da vida moderna se refletem no mundo do trabalho. A delimitação deste tema objetiva estreitar um diálogo entre os três teóricos sociais contemporâneos, além de tratar-se de um desdobramento da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo objeto de estudo é “A flexibilização das relações de trabalho a partir da década de 1970”. Por este viés analisaremos o indivíduo e sua relação no mundo do trabalho, no contexto da modernidade.

**Introdução:**

A discussão acerca da identidade nas ciências sociais ocupa, atualmente, lugar de destaque. Desse modo e diante da relevância que este tema sugere, objetiva-se neste trabalho apreender os nexos existentes entre a identidade numa perspectiva individual e laboral, segundo os sociólogos contemporâneos Zygmunt Bauman, Anthony Giddens e Stuart Hall.

Assim é que seguindo a argumentação de Hall (1998) pode-se dizer que a identidade torna-se um problema ainda mais relevante num contexto em que as identidades não mais se referem à grupos fechados, ou apenas identidades étnicas. Num mundo instável - numa sociedade de risco (BECK, 2003), numa modernidade líquida (BAUMAN, 2001) – as identidades e as relações construídas também se tornam instáveis.

Da mesma maneira, Giddens<sup>189</sup> entende que é impossível separar a constituição das sociedades modernas, em sua complexidade atual, sem levar em conta as conseqüências que a globalização ou os riscos sociais imprimem tanto ao indivíduo quanto à coletividade, contribuindo de forma decisiva para afetar os aspectos mais pessoais de nossa existência. Sua reflexão não está centrada no “eu” fruto de uma abordagem elevadamente psicológica, mas na importância do entendimento dos

---

<sup>189</sup> “Modernidade e Identidade”. Obra publicada em 2002, por Anthony Giddens.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

mecanismos de auto-identidade que são constituídos pelas instituições da modernidade, influenciando também em sua constituição.

E é na obra *A Modernidade Líquida*, que Bauman<sup>190</sup> indica o fim da estabilidade e a concretização do reino da incerteza também no mundo do trabalho. Portanto, tal como as transformações na identidade, na atualidade, há igualmente uma evolução em curso no mundo do trabalho.

Neste trabalho serão contrapostas e associadas as idéias desses três autores acerca da modernidade. Começaremos debatendo diretamente as semelhanças e diferenças desses autores sobre a modernidade e seus reflexos individuais. Em seguida serão expostas questões subjacentes ao debate sobre o reflexo da modernidade no cotidiano laboral dos indivíduos.

### **A modernidade e seus reflexos na identidade: uma análise em Giddens, Bauman e Hall**

Em que pesem os vários estudos acerca da modernidade e identidade, o fato é que não podemos tratar deste tema sem nos referir aos estudos realizados sistematicamente por Giddens, Bauman e Hall, que se debruçaram de forma profícua para análise desta temática, com toda a complexidade que este tema sugere.

Giddens (1991), conceitua modernidade como um modo de vida, costumes, e organização social, que emergiu na Europa por volta do século XVII e que se tornou mundial rapidamente (GIDDENS, 1991). Observa que vivemos uma época marcada pela desorientação, pela sensação de que não compreendemos plenamente os eventos sociais e que perdemos o controle. A modernidade transformou as relações sociais e também a percepção dos indivíduos e coletividades sobre a *segurança* e a *confiança*, bem como sobre os *perigos* e *riscos* do viver:

*“A modernidade, pode-se dizer, rompe o referencial protetor da pequena comunidade e da tradição, substituindo-as por organizações muito maiores e impessoais. O indivíduo se sente privado e só num mundo em que lhe falta o apoio psicológico e o sentido de segurança oferecidos em ambientes mais tradicionais”.*  
(GIDDENS, 2002: 38)

Para Giddens, não basta inventar novas palavras para explicar estes acontecimentos, mas deve-se olhar com atenção à própria modernidade e analisar as suas conseqüências:

---

<sup>190</sup> “A Modernidade Líquida” obra publicada em 2001, por Zygmunt Bauman

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*“Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Além da modernidade, devo argumentar, poderemos perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é “pós-moderna”; mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de “pós-modernidade”. (GIDDENS, 1991: 12-13)*

Giddens (2002) considera ainda que uma das principais características da modernidade tardia, como prefere chamar, a radicalização da *reflexividade*: cada vez mais as práticas sociais são revisadas mais rapidamente sob a luz de conhecimentos – estes, agora, produzidos mais rapidamente e em maior quantidade. Essa radicalização da *reflexividade* torna a modernidade tardia ainda mais imprevisível, e impede qualquer possibilidade de ordenamento racional da sociedade e do meio ambiente. Os sistemas peritos atuam como um dos principais meios por onde atua essa *reflexividade*, e são, na busca de oferecer soluções especializadas para os problemas, um gerador de novos problemas, pois:

*“(...) quanto mais um problema é colocado e foco, tanto mais as áreas circundantes de conhecimento se tornam embaraçadas para os indivíduos que delas se ocupam, e tanto menos é provável que eles sejam capazes de antever as conseqüências de sua contribuição para além da esfera particular de sua aplicação.” (GIDDENS, 2002, p.35)*

Dessa forma, Giddens considera que a modernidade nas condições da globalização amplia tanto as oportunidades quanto as incertezas e os perigos. Daí a sensação de mal-estar e de desorientação. O mundo tornou-se cada vez mais um lugar inseguro e essa insegurança é sentida pelo indivíduo em sua mais remota comunidade. A experiência da modernidade em tempos globais colocou por terra as certezas: as surpresas e os riscos estão sempre à espreita e o futuro parece uma impossibilidade se pensado enquanto construção histórica a partir do passado e do presente. A modernidade na globalização se assemelha a uma grande e perigosa aventura, à qual, independente da nossa vontade, estamos presos e temos que participar:

*“A experiência global da modernidade está interligada – e influencia, sendo por ela influenciada – à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço. Estamos todos presos às experiências do cotidiano, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto aqueles que afetam a humanidade como um todo. As experiências do cotidiano refletem o papel da tradição – em*



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*constante mutação – e, como também ocorre no plano global, devem ser consideradas no contexto do deslocamento e da reapropriação de especialidades, sob o impacto da invasão dos sistemas abstratos. A tecnologia, no significado geral da “técnica”, desempenha aqui o papel principal, tanto na forma de tecnologia material da especializada expertise social”. (GIDDENS, 1991: 77)*

A modernidade mina a confiança fundada nos valores tradicionais e pressupõe um novo ambiente em que possa se desenvolver a “**segurança ontológica**”, isto é, o “ser no mundo”.

De outra parte, Bauman começa por distinguir a modernidade em dois períodos: modernidade e pós-modernidade (1998; 1999); ou como tem preferido chamar em seus últimos trabalhos: modernidade sólida e modernidade líquida (2001; 2004; 2006).

Bauman (2001) chama de modernidade líquida essa nova fase da modernidade. Ele usa a idéia de liquidez em oposição da solidez, que seria a metáfora apropriada da primeira modernidade.

A modernidade sólida, para Bauman, é caracterizada, principalmente, através da idéia de projeto moderno. O projeto moderno seria o projeto de controle do mundo pela razão. Esse projeto consistia em tornar o mundo o “melhor possível dos mundos” através do ordenamento racional e técnico. São dois os elementos de destaque em sua análise do projeto moderno: os Estados-Nações e a ciência. Através desses dois elementos o projeto moderno seguia o caminho de sua realização. O Estado através de seu projeto:

*(...) fornecia os critérios para avaliar a realidade do dia presente. Esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas.” (BAUMAN, 1999, p.29)*

Já a liquidez, para ele, estaria invadindo todos os setores da modernidade que antes eram sólidos. A economia se desterritorializou, e se tornou independente do local, o trabalho que antes era localizado, e vigiado em grandes fábricas, hoje é flexível, não depende mais da produção de bens materiais, não depende da localidade onde são produzidos, e muitas vezes nem mesmo dos que trabalham - esses passam a ser mão-de-obra flexível, cada vez com menos direitos trabalhistas. O poder que antes dependia da localidade também se tornou fluído, hoje não é necessário estar num local para manter ele sob controle, a própria distância e o nomadismo se tornaram estratégias de poder. Em meio a isso, o indivíduo se torna cada vez mais apto a escolher “livremente”, dentre

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

as opções que o mercado dispõe ao consumo. Suas possibilidades são infinitas, mas isso não faz dos indivíduos mais felizes: em meio a tantas possibilidades, as consequências de uma má escolha recaem sobre o indivíduo, não existem mais bases sólidas nas quais se apoiar caso tomem uma má decisão<sup>191</sup>.

Para Bauman, o projeto moderno, motor da modernidade sólida, realizava através dos Estados-Nações, uma eliminação da ambivalência. Tudo deveria ser conhecido e categorizado – para então ser controlado. Toda ambivalência – tudo que permanecesse duplo, confuso, “em cima do muro” – deveria ser eliminado. A ciência operou essa eliminação da ambivalência através da classificação do mundo, visando seu posterior uso técnico.

Por fim, Hall entende que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado.” (HALL, 1998, p.7) Para ele, as mudanças estruturais que tiveram início nas sociedades modernas no fim do século XX estão transformando com elas as idéias que temos de sujeito, e nossas formas de “exercer” uma identidade.

Segundo Hall “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado.” (HALL, 1998, p.7)

*“Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’.” (HALL, 1998, p.75)*

Para Hall, as mudanças complexas pelas quais passavam as sociedades modernas, é que fez surgir o sujeito sociológico.

É uma visão que surgiu por volta do fim do século XIX, mas se tornou muito aceita durante meados do século XX. Essa visão consistia na descoberta que o sujeito não era autônomo como se imaginava, que ele não poderia ser auto-suficiente, e de que sua identidade era construída num diálogo incessante com as pessoas da sociedade em que vive. O sujeito ainda tem sua individualidade, um “eu interior”, só que esse é

---

<sup>191</sup> A questão da identidade em Giddens e Bauman - Alan Delazeri Mocellim, Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC - Vol. 5. n. 1 (1) agosto-dezembro/2008 ISSN 1806-5023

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

formado, e transformado, de acordo com as experiências do indivíduo no meio social. É uma noção de identidade que depende de uma estrutura social, e que não pode ser constituída independentemente dela. Podemos encontrar essa noção se desenvolvendo, inicialmente, nos trabalhos de Émile Durkheim, e pode-se dizer que também nos de Karl Marx e mesmo Sigmund Freud, mas ela chega a seu auge nos trabalhos dos interacionistas simbólicos, como Goffmann e Garfinkel (*apud* - Alan Delazeri Mocellim, *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* - Vol. 5. n. 1 (1) agosto-dezembro/2008 ISSN 1806-5023A *questão da identidade em Giddens e Bauman*).

Porém, Hall, acrescenta que o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.” (HALL, 1998, p.12)

Tudo isso acontece em meio a um momento de intensa globalização. O desenvolvimento incessante das tecnologias de transporte e comunicação, cada vez mais liga o local ao global. A maior interdependência global leva a um colapso das identidades tradicionais, ligadas ao local, e produz uma diversidade cada vez maior de estilos e identidades (HALL, 1998). E se por um lado, o acesso a informações provenientes de muitos lugares do mundo hibridiza, por outro também homogeneiza, é um processo duplo. De um lado os locais, se misturam, e identidades que antes eram locais podem ser encontradas agora em qualquer local. De outro, certos padrões se encontram em todos lugares, padrões que se relacionam ao consumo.

Isto posto, conclui-se que as reflexões sobre a modernidade se contrapõem e se aproximam com grande estreiteza, conceituando e dando novas denominações, como podemos constatar na modernidade tardia ou alta modernidade de Giddens, modernidade líquida de Bauman ou pós-modernidade de Hall, todos para explicar as conseqüências da modernidade na vida do indivíduo. No tópico seguinte, analisaremos os reflexos desta modernidade ou em sua forma pluralizada “modernidades”, refletem no mundo do trabalho.

### **A modernidade e seus reflexos nas relações de trabalho**

Neste tópico, analisaremos os reflexos da modernidade no mundo do trabalho, cujas transformações foram drásticas para melhor se adaptar às novas demandas do capital, decorrente do mundo globalizado, sintetizado pela modernidade.

E é aqui que se propõe de forma mais específica um diálogo entre os autores mencionados no tópico anterior com o objeto do tema de dissertação de mestrado “*A flexibilização das relações de trabalho a partir da década de 1970*”, cujos desdobramentos perpassam pelas transformações do próprio indivíduo.

O fato é que, assim como a identidade do indivíduo foi se transformando como consequência da vida moderna, o mundo do trabalho igualmente sofreu significativas metamorfoses, passou de manufatura para fordismo, posteriormente taylorismo e por fim a acumulação flexível. Transformações essas que alteraram a forma de ser da classe trabalhadora, como aponta Ricardo Antunes, ao observar que ela nunca esteve tão heterogênea, fragmentada e complexificada, num mundo globalizado.

Na visão de Bauman, a globalização se configura como um novo estágio na dinâmica capitalista de produção e organização do mundo instaurado após a efervescência do modelo de acumulação do capital, particularmente na atual conjuntura com sua face flexível (flexibilização da economia, das leis, das relações de trabalho, das relações de sociabilidade etc.), no entanto, essas mudanças do processo histórico capitalista não representaram mudanças equitativas do ponto de vista social, político ou econômico nas sociedades contemporâneas, na verdade, introduziram uma reconfiguração das necessidades mercadológicas de acumulação flexível do capital cuja consequência mais imediata é a liquidez dos valores políticos, jurídicos, culturais etc., das instituições e as relações sociais se moldando sob uma conjuntura moderna e globalizada (BAUMAN, 1999, 2000, 2006).

A questão proposta por Bauman é a de que o progresso se sustenta na autoconfiança em si mesmo e no desenvolvimento. O estágio da modernidade líquida no qual o progresso está inserido não é mais considerada uma medida temporária ou transitória que conduz a realização duradoura do bem-estar e viver, mas sim um desafio e uma necessidade perpétua e, quiçá, infundável de permanecer vivo e bem.

Para ele, a relação do trabalho onde o indivíduo tem se movimentado do estado sólido, com planejamentos de longo prazo, como trabalhar por anos a fio numa mesma empresa, até sua aposentadoria, cede lugar ao movimento curto, no qual o trabalhador articula e planeja algo em torno de dois movimentos futuros e deixa o sistema fluir.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

RICHARD SENNETT<sup>192</sup>, nos seus estudos sobre os efeitos do trabalho contemporâneo no carácter pessoal, procura demonstrar que a dinâmica de flexibilidade laboral pressupõe a fragmentação do tempo, é viver em risco e ambiguidade, é perder a noção de estabilidade, é a vida feita de sucessivos agoras e recomeços contínuos.

Por esta razão, o culto desta noção de organização das relações laborais e conseqüente reconfiguração do trabalho prevêem que as empresas procurem trabalhadores polivalentes que estejam disponíveis e receptivos a acompanhar o ritmo de mudança, que tenham competência para desenvolver novas capacidades no emprego de modo a se adaptarem a todas as situações que sejam exigidas pelas empresas. Hoje em dia, os trabalhadores têm que saber fazer “um pouco de tudo”. É esta força de trabalho, muitas vezes de carácter multicultural, que as empresas procuram, pois é a forma que têm de lutar e sobreviver num mercado globalizado.

No entanto, tal como lembra Giddens<sup>193</sup>, estas novas formas de trabalho apresentarem, para muitos, grandes oportunidades, podem também produzir uma ambivalência profunda por parte daqueles que se sentem enclausurados num mundo em constante mudança. Para ele, a mudança brusca pode ser perturbadora. Os trabalhadores, em diversos tipos de ocupação, vivem hoje a precarização do trabalho, um sentimento de receio a respeito da estabilidade futura da sua posição e do seu papel no local de trabalho.

Naturalmente, esta nova arquitetura das relações laborais, movida pelas dinâmicas da flexibilidade, vem, inquestionavelmente, contribuir para um novo quadro de valores no trabalho e, de forma simultânea, gera um novo quadro de perspectiva e expectativas relativas ao trabalho, sendo a incerteza o denominador comum.

Neste ponto, oportuno salientar que a modernização reflexiva proposta por Giddens, tal como já referido no tópico anterior, é um processo contínuo pouco percebido e praticamente autónomo de mudanças que afeta as bases da sociedade industrial. O próprio capitalismo - que forjou esta sociedade industrial - é agente de sua transformação que culminou na acumulação flexível.

Assim, diante de uma realidade que não para de se alterar, as pessoas tendem a valorizar as antigas certezas da sociedade industrial criando momentos em que é necessário decidir entre uma convicção do passado e uma realidade transformadora.

---

<sup>192</sup> SENNETT, Richard (2001). *A corrosão de carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar. p. 17

<sup>193</sup> GIDDENS, Anthony (2009). *Sociologia*. 7 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. p. 413

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Este confronto entre as convicções herdadas e as novas formas sociais conferem à modernização um caráter reflexivo. Para Giddens (1991), a reflexividade provoca exames e reformulações em práticas sociais, que são constantemente examinadas à luz de informações renovadas sobre as próprias práticas, alterando de forma constitutiva e contínua seu caráter.

No capitalismo moderno há a nova mentalidade que prega o curto prazo e os interesses do indivíduo não atrelados necessariamente do capital. A flexibilidade de ir e vir, o espaço virtual, a mobilidade de transitar por outras esferas apregoa que a vida no trabalho está sujeita a incertezas, o qual gera uma força individualizadora. Há uma fragilidade que permeia as relações no trabalho, um desengajamento unilateral. Entretanto, poderia ser acrescentado o aspecto bilateral, onde as partes envolvidas perseguem seus próprios objetivos e interesse independente, ou seja, o indivíduo e a empresa são entes independentes.

Os antigos funcionários cedem lugar aos colaboradores que têm menor laço com a empresa, na medida em que a relação de comprometimento no longo prazo se torna exígua. Os interesses das empresas e dos indivíduos não ficam claros para nenhuma das partes e assim para evitar uma frustração futura tendem a desconfiar de qualquer lealdade em relação ao local de trabalho ou projetos futuros.

No fundo, o trabalho no contexto da modernidade, condensa as incertezas quanto ao futuro e ao planejamento a longo prazo, a insegurança estabelecida nas relações e a falta de garantias entre as partes. No mundo do desemprego estrutural ninguém se sente suficientemente seguro ou amparado, ou seja, a flexibilidade é o termo que rege os novos tempos. Assim a satisfação instantânea é perseguida, ao contrário do adiamento da mesma, uma oportunidade não aproveitada é uma oportunidade perdida. Não obstante, a satisfação instantânea é a única maneira de sufocar o sentimento de insegurança, recolocada aqui, não a única, mas sim uma das formas para dominar o sentimento de insegurança, haja vista, que existem outros subterfúgios a serem aplicados no campo da psicologia com esse intuito.

### **Algumas considerações**

Por fim, diante das reflexões ora propostas, observa-se que o estudo da modernidade, assume especial relevância para a compreensão das transformações da identidade, cujo processo de construção é constante diante das mutações da vida moderna. Da mesma forma, o processo de globalização refletidas no mundo do trabalho, ao acelerar as mudanças numa esfera ampliada, ampliam-se também as mudanças na

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

esfera do trabalho, que num contexto moderno as perspectivas são maximizadas e altamente céleres, o que não cabe dizer aqui se tais mudanças são positivas ou negativas, o que sugere uma discussão para um próximo trabalho.

### **Referências bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2ª Ed. Campinas: Pontes, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista à Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. 1.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. 1.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BAUMAN, Z. **Globalização: conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou Capitalismo**. São Paulo: editora UNESP, 2003.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**. 1.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. (5. ed.) Petrópolis: Vozes, 2005

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura** (v.1) São Paulo: Paz e Terra.1999.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed.,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade/** tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo, Loyola, 1993.

Mocellim, Alan Delazeri. **A questão da identidade em Giddens e Bauman.** Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC - Vol. 5. n. 1 (1) agosto-dezembro/2008 ISSN 1806-5023.

RODRIGUES, Leôncio M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização.** São Paulo: Brasiliense 1974.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter.** Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio/São Paulo, Record, 1999.



**AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ESTRANHAMENTO E AS  
RELAÇÕES ENTRE TRABALHO E NATUREZA**

Pedro Martins Vicente – IFCH (Unicamp)

Fomento:CAPES

A partir de perspectivas que identificam a existência de uma série de crises ambientais e sua profunda relação com o capital enquanto processo social, faz-se necessário traçar um recorte de classe por entender que o ser humano se relaciona com a natureza não de forma homogênea, mas sim a partir de grupos sociais (historicamente posicionados mediante gênero, classe social, etnia, etc.). Nesse sentido, o presente trabalho pretende investigar de que maneiras as formas contemporâneas de estranhamento/alienação (ANTUNES, 2002) afetam a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora em sua relação com a natureza e o meio-ambiente. Desta forma, tomamos como fios condutores da investigação os conceitos marxianos de estranhamento/alienação e fetichismo da mercadoria (MARX, 1844; 1867), dialogando com bibliografia sociológica pertinente acerca do tema, para traçar um quadro das relações sociais separadas (e separadoras) entre natureza e classe trabalhadora, bem como das consequências dessa ruptura.

**Introdução:**

A notoriedade da questão ambiental cresce a cada ano. Não apenas ONGs e movimentos sociais, mas, e principalmente, mídia, empresas, partidos políticos e governos, produzem discursos e posicionamentos acerca da relação entre humanidade e natureza<sup>194</sup>. Nesse sentido, a questão ganha força material ao, a partir dos discursos, teorias e posicionamentos partilhados, transformar-se em práticas (do nível individual/familiar ao nível global). A própria concepção da problemática do ambiente está em disputa, ao mesmo tempo em que também está as formas pelas quais a humanidade pretende encarar a situação. Tomamos como ponto chave de nossa elaboração que tal disputa é um importante momento das lutas de classes.

Pretendemos, pois, refletir de que forma a classe trabalhadora em sua atual configuração se relaciona com a questão ambiental e quais as consequências da forma pela qual tal relação se dá. Desta forma, prosseguirei com a elaboração da seguinte maneira; 1a) apresentando apontamentos acerca dos discursos em relação ao meio-ambiente, 1b) refletindo o lugar da classe trabalhadora na crise ambiental, 1c) indicando as especificidades do trabalho contemporâneo e as novas formas de estranhamento, e por fim, 2) argumentando que a produção social do estranhamento tem íntimas relações com a exploração da natureza (nos campos objetivo e subjetivo).

---

<sup>194</sup> Desde cúpulas internacionais como o Rio92, Protocolo de Kyoto, Rio+20, etc, até campanhas de marketing de empresas grandes, passando por diversas reportagens jornalísticas e programas de partidos políticos

### **Crise ambiental e classe trabalhadora**

*“Mãos e planeta limpos: embalagem de papel sustentável e reciclável”*<sup>195</sup>

Há alguns anos esta frase está estampada na embalagem do papel da cadeia de restaurantes *McDonald's*. Em um primeiro nível de análise tal fraseado nos aponta que a rede de *fastfood* apresenta uma preocupação com o planeta. Em um nível um pouco mais aprofundando podemos arrolar a franquia conjuntamente a um enorme número de empresas, das mais diversas áreas de atuação, que trazem em suas campanhas publicitárias e sítios na internet mensagens e seções, respectivamente, destinadas à preocupação ambiental, o que evidencia a enorme atenção que vem sendo destinada ao tema<sup>196</sup>. Em um nível ainda mais indagador podemos questionar se seria mais “sustentável” que o papel apenas não tivesse uma embalagem, ou ainda mais adiante, se não seria mais respeitoso para com o planeta se a rede não existisse.

Ainda que tal multinacional do ramo alimentício se funde sobre exploração do trabalho e da natureza<sup>197</sup> não seria profícuo analisar o problema a partir de uma questão moral, cabe ao pesquisador, então, investigar as relações sociais que sustentam a existência (contraditória) de uma empresa que se vende como o oposto, no campo publicitário, do que é no campo das relações econômicas e sociais.

Desta forma, um aspecto moral se evidencia, com a ajuda da publicidade, perante a sociedade: o *McDonald's* possui uma preocupação ambiental. O aspecto econômico, estrutural, social, da sociedade, no entanto, subjaz velado: o restaurante tem uma determinada posição dentro de um mundo moldado, entre outras coisas, pela forma com a qual a humanidade produz e distribui sua riqueza, e a partir de tal posição pretende vender mais e mais produtos, explorando mais e mais seus trabalhadores, a fim de obter o lucro necessário para a sobrevivência do negócio e para o viver elitizado de seus empresários. A rede faz uma opção moral, que é exposta, pela “preocupação com o planeta”, enquanto sua forma de ser, profundamente relacionada com a forma de ser da própria sociedade, é encoberta.

---

<sup>195</sup> Imagem disponível em: [http://lh5.ggpht.com/-2kgAkekDAXg/Tyco8chQhRI/AAAAAAAAAFDM/yT6tAJBSZ5M/Guardanapos\\_thumb%25255B4%25255D.jpg?imgmax=800](http://lh5.ggpht.com/-2kgAkekDAXg/Tyco8chQhRI/AAAAAAAAAFDM/yT6tAJBSZ5M/Guardanapos_thumb%25255B4%25255D.jpg?imgmax=800)

<sup>196</sup> Sites de banco como o Itaú, e de gigantes da agroindústria como a Monsanto, possuem seções destinadas à sustentabilidade em seus sítios, assim como campanhas publicitárias atrelando sua marca ao cuidado com o planeta.

<sup>197</sup> É um fato nitidamente observável que a rede de restaurantes opera a partir de um sobre-consumo, de uma perspectiva de venda de alimentos em um nível calórico muito maior do que o necessário para uma refeição, bem como pela utilização de carne vermelha em larga escala, carne que necessita de um gasto gigante de água para sua produção, para citar alguns exemplos.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Tal posicionamento moral em relação ao problema ambiental é, em nosso ver, o mais difundido, o mais apropriado pela sociedade em geral e pela classe trabalhadora em particular<sup>198</sup>. O recente problema envolvendo a falta de água nos reservatórios do sistema Cantareira em São Paulo, e o possível racionamento em parte do Estado, é sintomático. A campanha dos governos e das companhias de distribuição de água se fundam no aspecto do consumo residencial (um aspecto moral), inclusive indicando a possibilidade de multa para aqueles que consumirem mais do que a média. Sendo aceito, ainda que com polêmica, pela população. Sabe-se, entretanto, que o consumo doméstico equivale a 8% do consumo mundial de água doce (indústria e, principalmente, agroindústria respondem por mais de 80%), e que as próprias empresas distribuidoras são responsáveis pela perda de 40% da água tratada no Brasil<sup>199</sup>.

O que mais chama atenção, nesse sentido, é a escassez de matérias jornalísticas que tragam tais dados. As reportagens se focam no aspecto moral e individual do consumo, raramente levantam questões relacionadas à gestão<sup>200</sup>, e, de maneira alguma, questionam a forma pela qual a sociedade produz, organiza e distribui a riqueza no mundo. Apontamos previamente que a classe trabalhadora, de um ponto de vista mais subjetivo, se apropria dos discursos hegemônicos acerca da questão da natureza, e que, de um ponto de vista mais objetivo, possui uma relação específica dentro do contexto da crise ambiental.

Para refletir um pouco sobre o entrelaçamento entre os problemas do trabalho e do ambiente, destaco os acontecimentos narrados no texto *The limits of environmentalism without class*<sup>201</sup> de John Foster, relevante para explicitar o desafio em questão. No noroeste dos Estados Unidos, a militância ecológica se opunha às madeireiras que destruíam as florestas da região e ameaçavam a existência de várias espécies, dentre elas um tipo de coruja pertencente àquela área. Em pouco tempo, como é relatado, as madeireiras e a opinião midiática utilizaram o discurso de que o desaceleramento na produção iria afetar cerca de vinte e cinco mil postos de trabalho.

---

<sup>198</sup> É interessante notar que tal discurso tem fortes vinculações com a ideologia do indivíduo. A escolha por ser ou não um cidadão sustentável pode partir do sujeito ou de seu núcleo familiar. O indivíduo possui força para mudar o mundo individualmente, dentro de tais perspectivas.

<sup>199</sup> Dados levantados pelo Laboratório de Química Ambiental da Unicamp, disponíveis em: <http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2014/02/14/por-que-punir-o-consumidor-pelo-desperdicio-de-agua>

<sup>200</sup> Lembrando que em alguns contextos políticos, como no estado de São Paulo, setores da mídia dificilmente tecem críticas à determinados partidos políticos, que são, em verdade, seus aliados ou preferidos.

<sup>201</sup> FOSTER, John Bellamy. *The limits of environmentalism without class* in **Ecology against capitalism**. New York: Monthly Review Press, 2002. 104-136p.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Os trabalhadores chegaram ao ponto de matar as corujas em forma de protesto. Por fim, militantes ambientais se chocaram com os próprios trabalhadores, devido em grande parte aos limites de classe dos primeiros, e a mesma luta (pela emancipação do trabalho e da natureza) fora dividida violentamente, enquanto a classe que de fato se aproveitava da natureza continuou a explorar o trabalho e as florestas daquela região.

No capitalismo, a realidade do labor interconecta-se e se confunde com a "recente" questão do problema ambiental<sup>202</sup>. A organização do trabalho humano, bem como a distribuição e apropriação dos resultados desta atividade, são fatores cruciais à relação travada entre homem e natureza, e à utilização desta última. A esse respeito, e tendo em perspectiva o capital, Mézaros nos aponta que:

*"Naturalmente, a relação entre os indivíduos e a humanidade depende do modo como a interação necessária entre os seres humanos e a natureza é mediada, sob as circunstâncias dadas, por um conjunto de relações sociais historicamente determinadas. O problema sério e em princípio insuperável para o sistema do capital é que ele sobrepõe as inevitáveis mediações de primeira ordem entre a humanidade e a natureza um conjunto de mediações alienantes de segunda ordem, criando, por meio disso, um círculo vicioso 'eternizado' - e conceitualizado dessa maneira mesmo pelos maiores pensadores da burguesia - do qual não pode haver escapatória uma vez que se compartilhe da perspectiva do capital"*<sup>203</sup>

Desta forma, a relação metabólica entre homem e natureza mediada pelo trabalho é submetida a outras formas historicamente determinadas - ou *mediações alienantes de segunda ordem*. O capital enquanto processo social não só engendra a necessidade da acumulação, do trabalho excedente e da valorização do mundo das coisas, como as tornam absolutas ao mesmo tempo em que relativiza todo o resto, incluindo a natureza e seu caráter finito<sup>204</sup>. O tempo relativo (aquele do trabalho excedente) é transformado em algo absoluto, natural, enquanto o tempo natural, absoluto (aquele da vida humana, da finitude dos recursos naturais) é relativizado.

---

<sup>202</sup> A preocupação com a natureza e seu uso pelo homem não é, absolutamente, uma novidade. John Bellamy Foster aponta em seu **Marx's Ecology: materialism and nature** que uma série de autores já se ocupavam deste tema: de Epicuro a Darwin e Marx, todos autores pertencentes, na visão do autor, à tradição materialista. Notadamente, a recente preocupação com a crise ambiental, bem como sua explosão midiática, pode ser observada pelo crescimento e divulgação do tema, tanto a partir de trabalhos acadêmicos, reportagens jornalísticas e campanhas de marketing e propaganda de diferentes empresas e corporações, quanto de programas políticos e, não coincidentemente, reuniões de cúpula de Estados.

<sup>203</sup> MÉSZAROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007. 40p.

<sup>204</sup> MÉSZAROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007. 27p.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O processo de reprodução do sistema do capital necessita da máxima exploração da natureza e da, nas palavras de Ricardo Antunes, classe-que-vive-do-trabalho. O capital necessita da exploração do tempo de trabalho excedente para se reproduzir. Assim, um sistema direcionado por esta relação e pelo imperativo da acumulação invariavelmente direciona a atividade produtiva no sentido de esgotar recursos naturais e humanos. De tal forma que nos encontramos de frente, neste início de século XXI, ao grave problema da crise ecológica.

A crise ambiental pode ser apreendida como uma crise do sistema do capital. Na apresentação da revista *Margem Esquerda*, nº14, Ivana Jinkings e João Alexandre Peschanski identificam que a crise ecológica traz à tona a fundamental contradição do capitalismo entre sistema produtivo e condições de produção, pois a conquista histórica de lucro sobre lucro não pôde se dar senão com a destruição de trabalhadores e da natureza, contraditoriamente minando sua própria capacidade de reprodução. O sociólogo norte-americano John Bellamy Foster indica que, no capitalismo, o homem se separa da natureza, deixando o caminho livre para que o sistema destrua os recursos naturais e ameace as próprias condições de existência na terra em favor da acumulação de capital.

Assim, a crise ambiental têm importantes conexões com a forma de ser da sociedade do capital: a busca pela acumulação mediante produção excedente, a necessidade de aumentar cada vez mais os padrões de consumo de uma parcela da população mundial, o gasto de recursos e trabalho com produção de armas e veículos bélicos, a utilização destes mesmos recursos para feitura de uma série de mercadorias produzidas para durar pouco, a não adoção de medidas ecologicamente sustentáveis em favor dos lucros (e do aumento destes), a égide de uma sociedade baseada no carbono e no combustível fóssil, a relativização do tempo, a separação entre homem e natureza, etc.

Partindo para as contribuições de Karl Marx, ressalto os conceitos de estranhamento e de fetichismo da mercadoria. O principal texto de apoio para a análise do conceito de trabalho alienado/estranhado são os *Manuscritos Econômico-filosóficos*<sup>205</sup>, principalmente o trecho "Trabalho estranhado e propriedade privada". Nesta passagem, Karl Marx aponta o caráter estranhado do trabalho dentro do capital, e sua relação simbiótica com a propriedade privada.

---

<sup>205</sup> - MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Identificamos considerações que apontam para um processo de transformação do trabalhador em mercadoria. Pois “*o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. O trabalho não produz somente mercadorias, mas produz a si próprio e ao trabalhador como mercadorias*”<sup>206</sup>. O processo de produção de uma coisa é também processo de produção do homem (que trabalha) em coisa, e de seu trabalho como coisa. O mundo dos homens (*Menschenwelt*) é a espinha dorsal da construção do mundo das coisas (*Sachenwelt*), e no mundo das coisas, aquele que trabalha, e seu trabalho, também viram coisa.

O produto do trabalho é, desta forma, encarado pelo trabalhador como um ser estranho. Primeiro porque é um produto que, embora seja objetivado pelo trabalho humano, nega o próprio caráter humano de quem o produz. Há também o fato de que a coisa produzida dificilmente é apropriada por quem a produz. Nos campos objetivo e subjetivo, a mercadoria expropria o homem (que trabalha) da sua própria condição humana, da sua capacidade de modificar a natureza mediante o trabalho para que possa sobreviver e viver.

Fora indicada acima uma forma aparente do estranhamento, qual seja, de que ele é existente apenas no momento pós-produtivo. No entanto, é importante colocar que tal posição, em nosso entendimento, limita a análise. A *Entfremdung* não pode apenas ocorrer em um momento posterior ao processo laboral, mas e principalmente, no próprio momento da produção. O trabalhador estranha a si mesmo durante o trabalho, estranha o seu próprio ato laboral e estranha, conseqüentemente, o outro trabalhador ao seu lado. No mundo das coisas, as coisas se humanizam e os humanos se coisificam.

Ao retomarmos trecho em que Marx aponta “*Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza*” (*Karl Marx*)<sup>207</sup>, temos que o homem é parte da natureza. Desta forma, ao estranhar a si mesmo, ao processo de trabalho e aos outros a sua volta, inevitavelmente estará estranhando o ambiente, o qual não controla, não se apropria e não se congrega de maneira frutífera, mas sim autodestrutiva.

Ao estranhar a natureza, o trabalhador se defronta com um poder externo a ele, que não faz parte direta de sua existência. Sem uma realidade de congregação entre homem e seu corpo externo, e com o acesso (ou o não acesso) a bens provenientes da

---

<sup>206</sup> Ibidem, 80p.

<sup>207</sup> MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. 84p.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

natureza mediado pela propriedade privada, a relação entre os dois torna-se frágil. O homem não se identifica como parte da natureza, como ela própria.

Ao resgataremos a questão do fetichismo da mercadoria tomamos que ao abstrair o trabalho, o capital ergue as sólidas bases do reino das mercadorias. Não é mais o trabalho do ferreiro - e o próprio ferreiro - que se relaciona com o trabalho do tecelão (e, novamente, o próprio tecelão), mas sim os produtos de seu trabalho que se comunicam, se relacionam e se congregam socialmente. Os tempos dos trabalhos contidos nas mercadorias são indiferenciados, são marcadores e valorizadores daqueles produtos que "se lançam ao mercado".

Se o trabalho é indiferenciado também o é tudo que envolve esse processo de relação do homem com a natureza. O consumidor enxerga apenas um produto que satisfaz alguma necessidade sua, mas é impossibilitado de compreender toda energia e recurso naturais empregados na feitura daquele item, muito menos toda uma série de fatores ambientais que não são levados em conta por não serem valor de troca ou por ainda não terem sido relegados a essa condição<sup>208</sup>.

A classe trabalhadora figura como aquela que produz as mercadorias dentro de um sistema estruturalmente insustentável, que não se apropria do resultado de tal produção destrutiva, e que, fatalmente, sofre de maneira contundente os efeitos das crises ambientais: são as classes pobres que moram em locais próximos à lixões, rios e terrenos poluídos, são os países pobres que recebem lixo da Europa, Japão e Estados Unidos<sup>209</sup>.

No entanto, até o momento exploramos apenas relações referentes à produção, tendo em vista o capitalismo industrial do tempo de Marx, faz-se necessário, assim, posicionar a classe trabalhadora contemporânea e as novas formas de estranhamento.

Para Antunes, a classe-que-vive-do-trabalho<sup>210</sup> é submetida hoje a um estranhamento próprio que é dado pela cooptação dos trabalhadores e por uma lógica de

---

<sup>208</sup> ALTVATER, Elmar. **The Future of the Market: an essay on the regulation of money and nature after the collapse of the 'actually existing socialism'**. Londres: Verso, 1993. 5-6p.

<sup>209</sup> O sociólogo John Foster levanta dados de exportação de lixo de países europeus para países africanos. Recentemente, no Brasil, a polícia federal apreendeu um navio com toneladas de lixo provenientes dos Estados Unidos em Santa Catarina.

<sup>210</sup> Termo cunhado pelo sociólogo Ricardo Antunes, principalmente em **Adeus ao trabalho?**, que se exprime tanto no sentido de negar o tal adeus ao trabalho (ou à "não-classe" e ao "não-trabalho"), como dar conta de incorporar as mais diversas formas de exploração e extração de mais-valia, referentes à uma série de formas laborais distintas e contemporâneas que formam o quadro dos trabalhadores assalariados do período da "acumulação flexível". A classe-que-vive-do-trabalho é polifacetada, múltipla e heterogênea, portanto mais complexa. São trabalhadores que não atuam mais somente no chão-de-fábrica,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

"integração" destes no processo. Essa aparente flexibilização e atualização do processo laboral leva a análises que afirmam que estamos diante de um trabalho não alienado, que não separa trabalho intelectual de manual, e que, de certa forma, liberta os empregados. No entanto, a classe trabalhadora não decide as formas e o que produzir, tampouco se apropria integralmente do que produz enquanto classe.<sup>211</sup>

Não só o trabalho não está "menos alienado" como todos os momentos da vida da classe passam por um processo de reificação e fetichização, como aponta Antunes:

*"Nesta fase do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e pela precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constrange ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica. Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, ao turismo, onde o tempo livre é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho"*

Se configura, então, um pleno domínio das relações estranhadas e fetichizadas não apenas no tempo laboral da classe trabalhadora, mas também no restante de seu tempo, não apenas para aqueles que laboram no chão-de-fábrica, mas para todo o corpo da classe trabalhadora e, em última instância, da sociedade.

### **O processo social do estranhamento no mundo das mercadorias**

Se, mediante análise dos conceitos marxianos, identificamos o processo de produção do estranhamento e das relações fetichizadas a partir das relações sociais de trabalho, poderíamos, erroneamente, tomar como fato que; apenas no momento da produção – aquela mediação entre homem e natureza – que o trabalhador realiza o mundo das mercadorias. Desta feita, grande parte da classe trabalhadora hoje seria não alienada, não estranhada, mais intelectualizada, ou até mesmo emancipada, por se tratar de um vasto contingente de profissionais que atuam fora do ramo da produção industrial, e portanto não estariam circunscritos ao processo alienante. O que pretendemos demonstrar, no entanto, é que as especificidades do capitalismo atual contribuem ainda mais para a exploração do trabalho e da natureza<sup>212</sup>.

---

mas nas diferentes áreas dos serviços, conformando-se uma classe trabalhadora distinta e precarizada, um proletariado dos serviços.

<sup>211</sup> ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995. 34p.

<sup>212</sup> É importante ressaltar que este engendra uma série de mistificações que afastam a consciência ambiental da conclusão de que o sistema social do capital é, ele próprio, insustentável



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

No texto *Alienação do trabalho e crise ambiental: compromissos e rupturas com o controle do metabolismo social*, Guilherme Rezende mobiliza formulações de Engels e Mézaros para refletir a transferência do controle social dos homens para o capital, que, a partir de uma perspectiva totalizadora, incide seu modo societal em todos os aspectos do viver<sup>213</sup>.

*“E, uma vez que no sociometabolismo do capital tudo passa a estar subordinado à necessidade de acumulação de riqueza, o trabalho perde seu sentido e função originais, pois ao invés de libertar o homem, em sentido ontológico, da dependência da natureza, estará permeado por limitações novas e artificiais, ainda que, agora sociais e não mais naturais”<sup>214</sup>*

Uma forma, que serve de exemplo desse processo, aparece nas formulações de Ricardo Antunes, quando o autor aponta para um momento complexo do estranhamento na sociabilidade contemporânea, qual seja, o capitalismo conseguiu estender as formas de estranhamento e fetichização para a esfera do consumo<sup>215</sup>. Tal capacidade está intimamente ligada ao recente momento do capitalismo, dado pela ampliação do consumo, e pela cooptação das classes trabalhadoras através da capacidade desta de apropriação de mercadorias.

Assim, com a realização da propriedade privada, e com a sublimação do caráter fetichizado do mundo, o trabalho se configura cada vez mais como “meio” para a vida, e não “vida humana”, se configura como plataforma para que se possa alcançar os bens que sejam possíveis serem alcançados. Nesse sentido, o homem se rescinde de maneira ainda mais decisiva da natureza. O humano seria aquele que controla seu metabolismo social com a natureza, quando o capital é quem controla o metabolismo, socialmente a humanidade se vê fadada à uma relação de violência com a natureza. Contemporaneamente vemos um movimento ainda mais fortalecido de realização da propriedade privada, de sublimação do mundo das coisas. O próprio ascenso social, no caso do Brasil, é dado pela capacidade de consumo.

Independente da conformação percentual da classe trabalhadora, é palpável que a sociedade do capitalismo atual, muitas vezes identificada como sociedade do consumo, torna as mercadorias sujeitos, enquanto torna os trabalhadores, não só os operários, objetos. A realização pessoal é dada pelo consumo, mediada por uma subjetividade reificada – no sentido de que é uma subjetividade que enaltece os

---

<sup>213</sup> Claro que tal incidência se dá em maior ou menor grau mediante resistência. Em um determinado estágio da luta de classes a correlação de força pode ser diferenciada.

<sup>214</sup> REZENDE, Guilherme. **Alienação do trabalho e crise ambiental**. P9-10.

<sup>215</sup> ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995. P129-130.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

produtos. Socialmente, as formas de estranhamento avançam por todo o globo, por todas as classes e frações de classes. A realização do consumo, e do sobre-consumo por uma parcela da população, ignora as especificidades ambientais, ignora as necessidades da natureza, pois a realização do controle sociometabólico está nas mãos do capital, que, invariavelmente, organiza-se orientado para acumulação e reprodução de seu sistema<sup>216</sup>.

Estamos diante de um imenso desafio: de que forma podemos compreender as complexidades das relações de trabalho e das relações da humanidade com a natureza, e, sobretudo, de que forma poderemos atuar para a superação das explorações de trabalho e ambiente? O que pretendemos ter feito aqui é ter contribuído com anotações e pistas preliminares para o debate acerca deste tema extremamente relevante

### Referência Bibliográfica

ALTVATER, Elmar. **The Future of the Market: an essay on the regulation of money and nature after the collapse of 'actually existing socialism'**. Londres: Verso, 1993.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. A atualidade de Marx para o debate sobre tecnologia e meio ambiente in **Revista Crítica Marxista**, 27n, 11-25p, 2008. Consultado dia 17/08/2013 em [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo153Artigo1.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo153Artigo1.pdf)

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação)** in Caderno CRH, Salvador, n.37, 23-45p, jul/dez. 2002

FOSTER, John Bellamy. **Ecology Against Capitalism**. New York: Monthly Review Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **Marx's Ecology**. New York: Monthly Review Press, 2000.

\_\_\_\_\_. **The Ecological Revolution**. New York: Monthly Review Press, 2009.

\_\_\_\_\_. **The Great Financial Crisis**. New York: Monthly Review Press, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**. (1v). São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>216</sup> Ainda que não seja o foco do texto, é importante ressaltar que o capitalismo realiza o valor de troca em detrimento do valor de uso. No sentido ecológico, tal prevalência acarreta no descaso com uma série de bens que não são pensados em termos de valor de troca, bem como no imperativo do sobre-consumo, do trabalho excedente e da acumulação.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZAROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **The Structural Crisis of Capital**. New York: Monthly Review Press, 2010.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

REZENDE, Guilherme. **Alienação do trabalho e crise ambiental**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt9/alienacao.pdf> (acessado em 28/04/2014).



# SOCIOLOGIA

## GT 11: SOCIOLOGIA DO TRABALHO E RURALIDADES

Sessão 2: Ruralidades

**TÃO EXÓTICOS E TÃO NATIVOS: O CAQUI E A BANANA EM UM CONTEXTO DE AMBIENTALIZAÇÃO DE VALORES E AFIRMAÇÃO TERRITORIAL NO PARQUE ESTADUAL DA PEDRA BRANCA – RJ**

Marcia Cristina de Oliveira Dias – UFRRJ

marcia.cristina1964@gmail.com

Fomento: FAPERJ

A alimentação, além de ser uma necessidade intrínseca à vida, é também uma construção cultural. Cada sociedade, de acordo com seus valores culturais e socioeconômicos, define os tipos de alimentos dos quais se apropriará para manutenção de sua existência. Setenta por cento dos alimentos que consumimos é proveniente da agricultura familiar, porém as transformações de algumas áreas agrícolas em Unidades de Conservação, especialmente as do tipo parque, vêm direcionando agricultores familiares que vivem e produzem nestas áreas a reverem algumas práticas e ressignificar outras a fim de se adaptar às restrições impostas pelos gestores destes parques.

Utilizando como recorte o Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB – criado em 1974 e localizado no município do Rio de Janeiro, este trabalho tem por objetivo evidenciar como estes agricultores têm transformado o ato de comer em ato político, cultural e socioeconômico, agregando valor à sua produção, acessando novos mercados e, concomitantemente, reafirmando seu direito ao território onde vivem e produzem. O registro etnográfico possibilitado pela observação participante – participação em reuniões dos agricultores, visitas às feiras orgânicas, entrevistas com os agricultores, participação na colheita do caqui, entre outros – e a leitura de bibliografias com a temática socioambiental foram algumas das metodologias de pesquisa adotadas. No PEPB, a proteção das culturas nativas coexiste com a produção de culturas exóticas – com destaque para a banana e o cáqui. O cultivo destes frutos, além de gerar renda para os agricultores, atua como demarcador de território, pois, por serem culturas exóticas, comprovam a presença da população nativa muito antes desta área ser transformada em parque. Para agregar valor a sua produção e acessar os novos mercados de alimentos saudáveis – como as feiras orgânicas localizadas em vários bairros do Rio de Janeiro, onde comercializam os frutos in natura e processados – farinha de banana e o vinagre de cáqui, entre outros – estes agricultores, que em sua maioria já praticavam a agricultura sem uso de aditivos químicos, também se apropriaram do termo “orgânico” evidenciando a importância – tanto para a manutenção do meio-ambiente quanto da saúde da população – do cultivo, preparo e consumo de alimentos saudáveis – articulando cultura, produção, consumo e mercados.

### **Introdução**

O Brasil concentra 20% de toda biodiversidade existente no planeta (MMA) e tem o compromisso, definido por meio de vários acordos internacionais, de preservar estas espécies e para cumpri-lo, uma das ferramentas utilizadas pelo Brasil é a criação de Unidades de Conservação (UCs). Segundo dados do CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – existem no Brasil 1828 UCs que ocupam uma área total de 1524080 Km<sup>2</sup>.

Figura 1. Localização do Parque Estadual da Pedra Branca no município do Rio de Janeiro  
Fonte: PPEGEO.



Os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação são estabelecidos pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – instituído no ano 2000, através da Lei 9.985.

As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos – Proteção Integral e Uso Sustentável – que compreendem 12 categorias. As UCs do tipo Parque são “*de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas*”<sup>217</sup> (UC, 2014). Quando os Parques – tipo de UC que prevê a inexistência de moradores – são criados em áreas já habitadas, surgem os conflitos.

Na cidade do Rio de Janeiro está localizada a maior floresta urbana do mundo, ocupando 16% do município. Esta floresta está abrigada em área que, em 1974, foi transformada no Parque Estadual da Pedra Branca – PEPB. A criação deste parque impôs uma série de restrições – proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expansão das áreas cultivadas e de utilização de veículos motores – para os agricultores familiares, que habitam este território. Além das restrições quanto ao uso do solo, a criação do PEPB representa uma ameaça a continuidade do cultivo do caqui e da banana – consideradas espécies exóticas e, portanto, passíveis de serem retiradas do parque.

<sup>217</sup> <http://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

A legislação, apoiada no discurso científico, define as ações “necessárias” à preservação ambiental e, entre estas ações, o manejo de espécies exóticas – caqui e banana, no caso do PEPB – é uma das que suscita mais conflitos e polêmicas, pois, interfere não apenas na paisagem, como também nas formas cotidianas de subsistência e interação de grupos comunitários com essas plantas. Historicamente, a presença destas espécies exóticas tem atuado como demarcador de território comprovando a presença da população nativa muito antes desta área ser transformada em parque.

Neste debate visões dicotômicas sobre usos e costumes se confrontam: por um lado, assistimos o discurso dos gestores do Parque, que baseados na ciência, afirmam a urgência da retirada de toda espécie exótica do Parque para recuperação e proteção da biodiversidade. De outro lado, surge o estranhamento da população local que não entende que preservação é essa que pressupõe a retirada de plantas saudáveis, que por sua existência tão remota, são identificadas, por esta população, como nativas. São visões opostas de uma mesma realidade.

O trabalho de campo – participação em reuniões dos agricultores, visitas às feiras orgânicas, participação na colheita do caqui, entre outros – aliado a entrevistas e a leitura de uma ampla bibliografia sobre o tema possibilitou o acompanhamento das estratégias de resistência adotadas por estes agricultores na busca pela legitimação do direito ao território e a percepção de como estes conflitos tem reconfigurado o espaço de vida desta população.

A geração dos pequenos agricultores do PEPB não se reconhece fora deste espaço, pois percebe este território não apenas como fonte de recursos, mas como espaço construtor de identidade e, neste sentido, como um território cultural que precede o território político, econômico e geográfico (HAESBAERT, 2002).

### **Duas leituras de uma mesma realidade empírica**

Conforme assinalado acima, o PEPB possui em seu interior uma população nativa que percebe a área do maciço da Pedra Branca, como o seu território. É neste espaço que eles se reconhecem como agricultores e cidadãos dotados de direitos e deveres. Direito a preservar sua cultura, a manter sua produção agrícola, a transitar livremente na área e dever de cuidar e proteger a mata que é o quintal de suas casas. E



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

assim tem sido há gerações. Vivendo na e da mata. Plantando, colhendo, replantando, até que, em 1974, o seu quintal foi transformado em Parque e os nativos – juntamente com o caqui e a banana – desde então, são ameaçados de remoção pelo fato de, segundo técnicos de instituições governamentais relacionados com a preservação ambiental, representarem uma ameaça à floresta.

Com argumentos científicos, o poder institucionalizado busca invisibilizar e se sobrepôr aos saberes tradicionais e aos valores culturais da população local que, no entanto, afirma ter sempre vivido nesta área e não aceita ser tratada como invasora. Um morador de Vargem Grande resume a questão da seguinte forma: “*Não foi a gente que entrou no parque, foi o parque que entrou na gente.*” (FERNANDEZ, 2009, p.136).

Quanto à banana e o caqui, estes são lidos pela população local como parte da paisagem e interpretados como espécies nativas desta área, pois estão ali há tanto tempo que é impossível conceber esta mata sem a presença dos bananais e dos caquizais. São discursos dicotômicos sobre uma mesma realidade empírica. Enquanto a população nativa defende seu direito ao território e ao cultivo da banana e do caqui, entre outras espécies, o poder público insiste na remoção dos moradores e das plantas exóticas do parque.

Em 2011, um representante da Coordenadoria de Combate aos Crimes Ambientais afirmava ao portal G1 que a Secretaria Estadual do Ambiente tinha entre seus projetos, a retirada da população local e a extinção dos bananais. À época, uma das ideias defendidas era a instalação de uma cerca de 25 km no entorno do parque (G1, 2011). Dois anos depois, em 2013, o secretário de meio ambiente, Carlos Alberto Muniz, voltou a defender a extinção dos bananais das encostas do Parque Estadual da Pedra Branca afirmando que “*nada justifica produção agrícola em parques*” (O GLOBO, 13/07/13). Porém, segundo os agricultores do Parque, os bananais sempre estiveram ali e nada justifica sua retirada.

Os bananais são responsáveis por atrair e alimentar não apenas os moradores locais, mas os passarinhos e outros animais, conforme afirma agricultora Cristina, nascida e criada no maciço da Pedra Branca, “*se acabar com os bananais [...] virar tudo floresta, os animais vão viver de que, vão comer o que? os passarinhos, os micos, os macacos [...], hoje tem bastante passarinhos, não tinha, hoje tem bastante*”.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O conhecimento produzido, pela interação direta destes agricultores com a floresta, não é considerado pelos técnicos que não reconhecem o fato de que, para esta população nativa, os recursos da biodiversidade, mais que um valor de uso tem um valor simbólico – a natureza está presente em seus mitos de origem, símbolos e em toda sua cosmologia (SANTILLI, 2004).

### **A banana e o caqui: culturas exóticas na paisagem agroflorestal**

Figura 2. A tropa de banana. Ilustração de Antônio Magalhães Corrêa.  
Fonte: O Sertão Carioca, 1936.



Andando pelos caminhos<sup>218</sup> do PEPB a paisagem nos brinda com a visão de inúmeras bananeiras e caquizeiros. A banana e o caqui são culturas antigas no PEPB e fazem parte da vida cultural e socioeconômica da geração de agricultores locais. Magalhães Corrêa, em seu livro “O Sertão Carioca”, escrito em 1933, dedicou um capítulo as bananeiras e seu cultivo no maciço da Pedra Branca. Discorreu sobre a variedade, tipo de solo ideal para o plantio, condições climáticas e ao vendedor deste fruto – o bananeiro. As bananeiras se espalham por toda a área do PEPB.

Segundo os agricultores, o bananeiro produz frutos o ano inteiro e, em virtude deste fato, não faz muito sentido ter um dia dedicado ao cultivo da banana como existe para o caqui. Devido à longínqua existência da banana não se pode afirmar com exatidão a sua origem, porém segundo Corrêa (1933), na Malásia e nas Filipinas a

---

<sup>218</sup> Caminhos é o modo como a população nativa se refere às trilhas (nome adotado pela administração do PEPB)

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

banana já era cultivada há mais de 4 mil anos. A banana é um fruto que se reproduz com facilidade em terreno úmido e de clima quente e preferencialmente íngremes, todas as características do maciço da Pedra Branca.

O caqui – outra das espécies exóticas – é originário da China, da Coréia e do Japão. O nome caqui é uma alusão à cor do fruto, que em japonês significa “amarelo escuro” (BRASILCULT). Assim como a banana, os pés de caqui também se espalham pelas encostas íngremes e irregulares do maciço da Pedra Branca. São árvores com galhos grandes, ligeiramente finos e repletos dos delicados frutos.

Segundo relato de agricultores, as primeiras mudas de caqui chegaram ao PEPB na década de 1950, quando foi plantada a primeira muda, que veio de Santíssimo também na zona oeste do município do Rio de Janeiro, por um agricultor, já falecido, de Rio da Prata. Este agricultor distribuiu as mudas entre seus amigos e em pouco tempo, o caquizal já estava disseminado por todo o maciço. A melhor época para plantar o caqui – que frutifica durante 40 anos – é entre os meses de junho/julho/agosto. O caqui é tão significativo para os agricultores do PEPB que foi adotado como símbolo de uma das associações de agricultores da PEPB – são três associações no todo. Além da banana e do caqui, os agricultores cultivam aipim, chuchu, abacate entre outros.

Figura 3. Caquizal no Maciço da Pedra Branca  
Fonte: Arquivo pessoal



### **Dia do Tira-Caqui**

Desde 2011, os agricultores do Maciço da Pedra Branca dedicam um dia do ano à colheita solidária do caqui – símbolo dos agricultores de Rio da Prata – com o objetivo de auxiliar na colheita e divulgar o cultivo do fruto na região. Neste dia, agricultores de todo o maciço, amigos e parceiros se reúnem no sítio escolhido para a realização da colheita do caqui, recebem orientações sobre técnicas de colheita e manejo do fruto – que é muito delicado – e, em seguida, dão início à colheita. Após a colheita é servido uma almoço comunitário. É um dia de celebração da safra do caqui e também de lutas e de valorização da produção agroecológica. Este movimento, iniciado pelo olhar do outro, dos mediadores – Rede Ecológica, Profito, Rede Carioca de Agricultura Urbana, entre outros – se repete pelo quarto ano consecutivo e tem como objetivo primeiro fomentar a discussão sobre a questão socioambiental e os conflitos inerentes a transformação de uma área habitada em Unidade de Conservação. Entre os resultados obtidos podemos citar o reconhecimento da identidade social do agricultor e a divulgação da existência de atividade agrícola no município do Rio de Janeiro.

### **A defesa da alimentação saudável como estratégia de ação política**

Entre as muitas ações adotadas pela população nativa em defesa do direito de uso e permanência na área do PEPB está a valorização da produção local. Para agregar valor a sua produção e acessar os novos mercados de alimentos saudáveis – como as feiras orgânicas localizadas em vários bairros do Rio de Janeiro, onde comercializam os frutos in natura e processados – farinha de banana, caqui-passa e o vinagre de caqui, entre outros – estes agricultores, que em sua maioria já praticavam a agricultura sem uso de aditivos químicos, também se apropriaram do termo “orgânico” evidenciando a importância – tanto para a manutenção do meio-ambiente quanto da saúde da população – do cultivo, preparo e consumo de alimentos saudáveis.

Através da parceria com outros agricultores e com instituições públicas e privadas, estes agricultores recebem orientação prática sobre as ações necessárias para alcançar a certificação necessária à comercialização da produção nas feiras orgânicas e o apoio da população adepta da alimentação saudável.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O alimento é intrínseco à vida, no entanto, a escolha do que comer é sociocultural. Se por um lado, a oferta de alimentos prontos, congelados e de *fast food* atende a necessidade de agilidade e objetividade pertinente à correria e ao stress do dia-a-dia do mundo globalizado, industrializado e em constante processo de desenvolvimento, por outro, este mesmo contexto social, alerta sobre a necessidade da adoção de práticas alimentares saudáveis, que atenda às necessidades calóricas e nutricionais necessárias para a manutenção da saúde e da vitalidade. Existe um público crescente que busca nos alimentos orgânicos não apenas uma forma de alimentar-se de forma saudável, mas também de valorizar as práticas agrícolas, de ter um contato direto com o agricultor que produz seu alimento e de valorização da natureza.

Os agricultores do PEPB ao adotarem o termo “orgânico” estão não apenas valorizando sua produção e se afirmando com agricultores familiares do PEPB, mas reiterando uma prática antiga, pois, como a maioria deles não utiliza insumos químicos, eles sempre foram orgânicos, embora não utilizassem este termo. A utilização do termo “orgânico”, mais que uma adjetivação para sua produção é uma ação política.

### **Conclusão**

O estudo do Parque Estadual da Pedra Branca ilustra os conflitos gerados pela criação de um Parque e a oposição entre a leitura realizada pela população local – calcada no saber tradicional – e a realizada por representantes do poder público – baseada na ciência e na invisibilização do outro. Paradoxalmente, ao tentar justificar a retirada desta população e das espécies exóticas – banana e caqui – como ações necessárias à preservação ambiental e à restauração da floresta, os representantes do governo acabam reconhecendo a convivência, a gerações, do homem com a floresta. Para a população local, a floresta é mais que o local de morada e de trabalho, é a própria vida deles, que não se reconhecem fora deste espaço. E neste ambiente, o homem age e interage com as plantas, os caminhos, os animais. O que a ciência classifica como “espécies exóticas” os agricultores reconhecem como “frutas nativas”. Frutas que alimentam os moradores do parque e seu entorno, alimentam os animais e alimentam o próprio solo, pois o que não é aproveitado para alimentação, serve de adubo natural para a floresta. Neste estudo podemos perceber como, através da adoção de novas práticas e

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

ressignificação de antigas, estes agricultores buscam o reconhecimento da agricultura e alertam para a importância da produção e consumo de alimentos saudáveis além de valorizar as relações sociais – como o contato direto do produtor com o consumidor. Concomitantemente, este trabalho nos permite refletir sobre as contradições do poder dominante que, em pleno “Ano Internacional da Agricultura Familiar” impõe uma série de restrições aos pequenos agricultores familiares do município do Rio de Janeiro.

### **Bibliografia**

BRASILCULT. Disponível em <<http://www.brasilcult.pro.br/frutas/frutas08.htm>>. Acesso em 25 abr. 2014.

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em 24 abr. 2014.

CORRÊA, A. M. O Sertão Carioca. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1933 (reimpressão: Departamento de Imprensa Oficial. Secretaria Municipal Adm., 1936)

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Editora Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

FERNANDEZ, A.C.F. Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=144198](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=144198)>. Acesso em 20 jan. 2014.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial, v. 3, p. 43-70, 2002.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

G1. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html>>. Acesso em 25 abr. 2014.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira>>. Acesso em 29 jul. 2013.

O GLOBO. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>>. Acesso em 25 abr. 2014.

PPEGEO. Portal de Periódicos Eletrônicos em Geociências. Disponível em <<http://ppegeo.igc.usp.br/img/revistas/anigeo/v32n2/a02fig01.jpg>>. Acesso em 27 abr. 2014.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: Elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção. In: II Encontro da ANPPAS, 2004, São Paulo. Encontro anual. Encontro 2, 2004. Disponível em <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/#8](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/#8)>. Acesso em 29 abr. 2014.

UC – Unidades de Conservação no Brasil. Disponível em <<http://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>>. Acesso em 28 abr. 2014.

**PRODUÇÃO ALTERNATIVA E AS TRANSFORMAÇÕES DOS ESPAÇOS E ATORES RURAIS: O CASO DO INSTITUTO ANNONA DE AGRICULTURA SUSTENTÁVEL**

Jéssica Aline Troiano – UNESP/Fclar  
jessycatroiano@gmail.com  
Fomento: FAPESP

A proposta de trabalho pretende discutir as transformações que estão ocorrendo nos espaços rurais brasileiros a partir de pesquisa empírica realizada junto ao Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável, uma associação de pequenos e médios produtores de alimentos orgânicos do interior do estado de São Paulo. Foram entrevistados os 17 produtores do Instituto que estão distribuídos entre 10 municípios: Araraquara, Bebedouro, Catanduva, Ibitinga, Itápolis, Nova Europa, Novo Horizonte, Pirangi, Reginópolis e Taquaritinga. Entende-se que experiências produtivas diferenciadas, como a produção orgânica, permitem o desenvolvimento de alternativas para pequenos e médios produtores rurais, alcançando e amplificando demandas por produtos de qualidade que primam por fatores como a saúde, a sustentabilidade ambiental e as propriedades nutricionais dos alimentos, propiciando maior qualidade de vida tanto para produtores quanto para consumidores. As escolhas dos produtores pelos orgânicos expressam mudanças subjetivas na ação social daqueles que consomem alimentos diferenciados e de qualidade, revelando que a opção por esses produtos não se move apenas pelo retorno econômico, mas por suas qualidades simbólicas e imateriais. O estudo permitiu constatar que fatores como a inovação, a cooperação, a troca de conhecimentos e informações e a atuação de políticas públicas voltadas para atividades alternativas – no caso do Instituto o AGROSEBRAE, programa do SEBRAE-SP, fornece assistência técnica e gerencial – são imprescindíveis para o dinamismo das regiões rurais, principalmente para pequenos produtores, não raro, colocados à margem do processo de produção dada a predominância da monocultura latifundiária. No caso de mercados diferenciados voltados para pequenos e médios empreendimentos a organização em uma associação é imprescindível, uma vez que fortalece os produtores individuais frente à demandas específicas desses mercados, como a certificação e a comercialização dos produtos orgânicos, dificultadas quando os mesmos permanecem individualizados. A construção de um território voltado para uma atividade alternativa permite um melhor desenvolvimento dos produtores diante das mudanças que ocorrem nos espaços rurais, dando a tônica de novas dinâmicas e processos antes não identificáveis e não discutidas na análise desses espaços.

**INTRODUÇÃO**

O advento da agricultura convencional no século 20 esteve relacionado aos avanços científicos e tecnológicos ocasionados pelos processos de modernização. Segundo Veiga (2003), setores substanciais para o desenvolvimento das condições agroalimentares foram “revolucionados”, como a biologia, a ecologia e a mecanização, oportunizando elevados níveis de produtividade. Esse processo, também conhecido como *Revolução Verde*, culminou na substituição de modelos de produção tradicionais por um conjunto de práticas produtivas homogêneas (EHLERS, 1996). Assim, em conformidade com o modelo de produção fordista a agricultura reiterava a padronização



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

e standardização do consumo, difundindo e disponibilizando uma alimentação massificada e artificializada (LOZANO CABEDO, 2009).

Entretanto, ao longo dos anos os riscos desse modelo tornaram-se evidentes, principalmente aqueles associados à saúde humana, ao equilíbrio da natureza e à qualidade de vida no campo. A emergência da “questão agroambiental” a partir da década de 80 redefine o leque de atores interessados nas técnicas e efeitos causados pela agricultura. Para além dos agricultores e agências estatais, variados setores da sociedade como movimentos ambientalistas, órgãos internacionais, ONGs ou mesmo cidadãos comuns passam a debater a temática (GARRIDO e MOYANO, 2004). Ademais, com mudanças significativas nas relações de produção e consumo, indivíduos (cidadãos)<sup>219</sup> cada vez mais preocupados com um consumo qualificado e diferenciado passam a questionar a padronização dos estilos de vida e gostos (ANJOS, AGUILAR CRIADO, CALDAS, 2011).

Enquanto uma das vertentes da agricultura alternativa, a agricultura orgânica emerge em oposição ao modelo convencional. Defende uma agricultura “limpa”, livre do uso de agrotóxicos, das plantas geneticamente modificadas, e demais métodos convencionais. Busca o equilíbrio ambiental da propriedade priorizando a utilização de compostos orgânicos. Além disso, estimula a segurança alimentar e contribui para a justiça social no campo (EHLERS, 1996).

A opção por mercados diferenciados, a qualificação do produto e dos processos de produção, assinalam novas formas de usos dos espaços rurais, bem como o emprego de diferentes métodos agrícolas. Categorias como o “novo rural” (SILVA, 1999) ou as “novas ruralidades” (WANDERLEY, 2010) buscam traduzir as dinâmicas e processos que passaram a fazer parte dessa realidade. Assim, desponta a pequena produção empreendedora, mobilizando e entrelaçando elementos como a inovação, a cooperação e o conhecimento (CAMPOS, 2010; ABRAMOVAY, 2001).

A verificação de uma alternativa produtiva no interior paulista como o *Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável*<sup>220</sup> é considerada uma oportunidade para

---

<sup>219</sup> A possibilidade de pensar a alimentação para além de uma necessidade biológica e nutricional questionando a homogeneização dos modos de produção e consumo está associada à atuação de diversos níveis de diferenciação - *capital econômico, cultural e social* - em distintos indivíduos e sociedades. Como exemplo disso, pesquisa acerca dos produtos orgânicos demonstra que os consumidores desse mercado em sua maioria contam com altos níveis de escolaridade e um poder econômico superior (DAROLT, 2002).

<sup>220</sup> O presente artigo apresenta alguns resultados de pesquisa de Iniciação Científica em andamento financiada pela FAPESP, intitulada *A subjetividade do novo agente-produtivo consumidor: o caso do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável* (Processo: 2012/20042-7).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

compreender as particularidades deste cenário. Temáticas como o perfil produtivo, o desenvolvimento local, o cooperativismo, a sustentabilidade e a subjetividade dos agentes envolvidos com a produção e consumo dos orgânicos permeiam o estudo do grupo de produtores, uma vez que fundamentais para compreender a potencialidade dessa experiência.

### **PERFIL PRODUTIVO E PRODUÇÃO EMPREENDEDORA**

Como se sabe, os espaços rurais da região central do estado de São Paulo assim como grande parte do estado são marcados pela monocultura com predominância da cana-de-açúcar e da laranja. Reúnem os mais diversos atores sociais, tais quais, as grandes agroindústrias, trabalhadores rurais migrantes, pequenos e médios produtores, etc. configurando uma multiplicidade de atores e agentes em constante interação (PEREIRA e TROIANO, 2013).

Neste contexto, o Instituto ANNONA<sup>221</sup> de Agricultura Sustentável, uma associação de pequenos e médios produtores orgânicos e biodinâmicos, surge em 2009, resultando de um rompimento com a *COAGROSOL – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis* –<sup>222</sup>. Embora sediada em Itápolis-SP, a associação incorpora produtores de diferentes municípios da região – Araraquara, Bebedouro, Catanduva, Ibitinga, Nova Europa, Novo Horizonte, Pirangi, Reginópolis e Taquaritinga –.

Conforme levantamento Lupa (2008), dentre esses dez municípios foram identificadas 9.434 Unidades de Produção Agrícola (UPAs), das quais 78% são pequenas e médias propriedades com até 50 hectares de área. Mesmo que em grande parte ocupadas pela cana-de-açúcar e a laranja, pesquisa realizada entre 2012-2013<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> De acordo com depoimento concedido pelo presidente do Instituto, o nome ANNONA deriva da denominação científica da fruta do conde. A fruta é integrante da família das *annonaceae*, da qual, frutas como a pinha e a graviola fazem parte. A fruta do conde dentro do organismo agrícola representa o sol. Neste sentido, a escolha do nome deu-se em decorrência da relação dessa fruta com o sol e por possuir uma peculiaridade. Essa peculiaridade é o seu fruto, o qual conta com uma grossa casca e sementes que representam respectivamente o Instituto e seus associados. A poupa simboliza a separação das sementes, pois não permite o atrito entre elas, representa, portanto, a harmonia entre os associados. Ressalto, entretanto que a “harmonia” referida nos discursos dos produtores, não deve obscurecer a existência de conflitos dentre os mesmos, relacionados principalmente a temas como à comercialização e a certificação.

<sup>222</sup> O rompimento ocorreu devido a conflitos entre produtores de frutas e hortaliças, o que resultou na formação de uma associação composta apenas por produtores de hortaliças e legumes, o Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável.

<sup>223</sup> Os casos exemplificados foram mapeados e acompanhados por pesquisa Jovem Pesquisador (FAPESP) intitulada *Capitalismo cognitivo e a dinâmica da pequena produção agrícola “alternativa” no contexto “local” de Araraquara – o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE –*

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

em 19 municípios<sup>224</sup> da Região Central do Estado de São Paulo identificou presença expressiva de atividades alternativas em pequenas e médias propriedades. Atividades como agricultura orgânica, cachaça artesanal, pinga e vinho de mel, plantas ornamentais, mudas florestais e queijo artesanal foram constatadas, não raro, relacionadas a experiências de associações e cooperativas, como a Coagrosol – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis – e a APRIB – Associação dos Produtores Rurais de Ibitinga.

Esta conjuntura sugere que a experiência do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável é parte de um processo mais amplo caracterizado pela construção de alternativas produtivas na região. Entende-se, portanto, que os atores que se articularam a princípio com base na COGROSOL, posteriormente se mantiveram em virtude de seu próprio êxito, criando um *ponto de apoio* para produtores que almejavam a conversão para esse modelo produtivo alternativo.

A associação possui 17 produtores, dos quais 14 são homens e apenas 3 são mulheres. A despeito de prevalecerem os homens na direção das propriedades, constatamos que no cotidiano das tarefas de manutenção da produção, mesclam-se o trabalho de homens e mulheres, seja nos cuidados com a terra, no preparo e realização da comercialização, ou ainda nos compromissos administrativos. As idades dos produtores dirigentes variam dos 27 aos 61 anos, mas com predominância da faixa dos 46 aos 55 anos. Identificamos que de algum modo, todos esses produtores possuem histórias de vida relacionadas ao meio rural, não raro, associadas à atividade agrícola, o que conforme aponta Wanderley (2009) nos permite admitir o rural como um espaço de vida, carregado de significados e símbolos que marcam aqueles que dele um dia fizeram parte, possivelmente influenciando suas escolhas no que toca ao desenvolvimento de atividades nos espaços rurais.

Dentre esses produtores, a média de área das propriedades é cerca de 17 hectares, a maior delas com uma extensão de 72 hectares e a menor com 7.600 metros<sup>2</sup>. As principais culturas desenvolvidas são os legumes (como abóbora, berinjela, pimentão e quiabo), as hortaliças (como alface, almeirão e rúcula), as frutas (como

---

(Processo: 2010/50857-7), coordenada pelo Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos, orientador da pesquisa de iniciação científica que aqui apresento.

<sup>224</sup> Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiçu.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

limão, goiaba, mamão, melão e laranja) e os grãos como o café. Predomina o emprego da mão-de-obra familiar, persistindo todavia, alguns produtores com mão-de-obra assalariada registrada, é válido notar que o assalariamento formal é um dos requisitos para a certificação dos produtos orgânicos, reduzindo a identificação do trabalho de diaristas nas propriedades.

A complementaridade da renda desses pequenos e médios produtores com outras atividades é relevante para a manutenção da agricultura orgânica. Assim, de modo simultâneo, 53% dos produtores desenvolvem culturas convencionais como a cana-de-açúcar e a laranja, e outros 47% atividades não-agrícolas, como vendedor de roupas, restaurador de carros, doceiro, motorista autônomo, etc. Esse processo possibilita uma diversificação da renda do produtor, sem a qual dificilmente persistiriam na agricultura orgânica.

Assim, entende-se que a organização da associação contribui para reativar e/ou resignificar as características sociais e culturais locais favorecendo o desenvolvimento territorial. Isto é, possibilita que os espaços rurais sejam não apenas lócus de produção, mas também de vida, imprimindo traços e cores a uma paisagem antes considerada fadada ao desaparecimento (WANDERLEY, 2009). Com os novos papéis e significados das áreas rurais, a produção agrícola, especialmente de pequeno e médio porte, cria oportunidades de geração de renda ao mesmo tempo em que cede espaço às preocupações da sociedade contemporânea, como os problemas ambientais e o questionamento da qualidade dos estilos de vida padronizados pela sociedade industrial (ABRAMOVAY, 2007).

Conhecimento, informação, cooperação, tecnologia e inovação, são os principais elementos que sustentaram o desenvolvimento dos produtores do Instituto ANNONA. Quando em grupo as ações de cooperação e solidariedade contribuem para superar interesses individuais e o ideal da competitividade. Fator importante ao consideramos um mercado alternativo a agricultura convencional, que se ajusta as propostas do ambientalismo como nova forma de pensar a produção e consumo e a relação homem e natureza (LEIS e D'AMATO, 2011). Em específico no caso dos orgânicos, a associação contribui para que o produtor continue neste mercado, uma vez que fortalece processos como a comercialização e a certificação, dificultadas quando individualizados. Quanto à certificação, a organização dos produtores em grupo permite queda significativa dos

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

valores pagos anualmente<sup>225</sup>. Já a comercialização é facilitada quando em grupo pela possibilidade de manter a variedade, constância e volume de produtos, fatores imprescindíveis quando o abastecimento se concentra em grandes centros de consumo, como São Paulo<sup>226</sup>.

Conforme salientam Hardt e Negri (2005) os agricultores apresentam um *saber-fazer* típico da atividade agrícola, dada sua relação simbiótica com os elementos naturais – solo, água, ar, sol, etc. No caso do Instituto pude constatar que esse saber, construído nas relações cotidianas de proximidade, é difundido por meio da reciprocidade entre produtores, principalmente quando facilitadas pela organização de uma associação, estimulando as trocas constantes de conhecimentos e informações.

É interessante notar que conforme sugere diversos estudos sobre o perfil dos consumidores de alimentos orgânicos (AZEVEDO, 2012; DAROLT, 2002), os atores envolvidos com a expansão desse mercado apresentam altos níveis de escolaridade, realidade que não difere daquela do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável, uma vez que os produtores apresentam alto grau de qualificação conforme apresentado no gráfico abaixo.

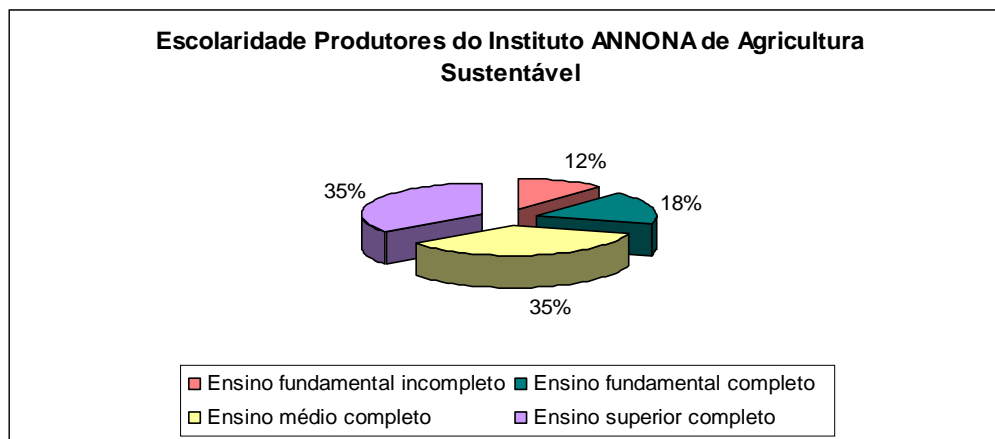


Gráfico 1- Dados produzidos pela pesquisa.

Se somarmos os produtores com *ensino médio completo* e aqueles com *ensino superior completo*, temos que 70% dos produtores possuem no mínimo ensino médio, o

<sup>225</sup> Segundo depoimentos, de 4.000 mil reais anuais por uma certificação individual, a certificação em grupo cai para 400,00/500,00 reais anuais pagos por cada membro.

<sup>226</sup> Parte dos produtores, embora considerem vantajosa a comercialização proporcionada pelo grupo para os grandes centros de consumo, desejam desenvolver o mercado local, restabelecendo as relações diretas entre produtores e consumidores. Esse anseio, todavia, é fator de difícil consenso dentro do grupo, dado que alguns dos produtores, mesmo que em minoria, desejam permanecer com a comercialização extra-local.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

que sugere facilidade em lidar com novas técnicas agrícolas ou mesmo tecnologias produtivas e da informação, como por exemplo, a utilização da internet para a atualização dos conhecimentos referentes à produção orgânica. Em 70% dos casos acompanhados os produtores admitiram que obtiveram seus conhecimentos técnicos e gerenciais através de órgãos e instituições públicas como o SEBRAE – Serviço de apoio às micro e pequenas empresas –, o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural –, as casas da agricultura e da lavoura, dentre outros.

Assim, a assessoria técnica e gerencial de órgãos governamentais foram imprescindíveis para a experiência do Instituto ANNONA, tendo o SEBRAE-SP com o programa AGROSEBRAE<sup>227</sup> orientado seus primeiros passos através do estabelecimento de um contrato. Aos produtores da associação o programa oferece assistência técnica, concedendo visita mensal de um agrônomo especializado no cultivo dos orgânicos, além de propiciar assistência gerencial por meio de cursos que buscam estimular as capacidades empreendedoras dos produtores. Isto é, podemos inferir que os maiores níveis de conhecimento apresentados pelos produtores do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável facilitam a adequação as novas técnicas e tecnologias tanto de cultivo quanto administrativas viabilizadas por esses programas. Compreende-se, ainda, que os níveis de formação elevados permitem a atualização constante do produtor através da leitura de revistas e livros que versem sobre esse método de produção alternativo.

### **MOTIVAÇÕES PARA A PRODUÇÃO ORGÂNICA**

Nas últimas décadas a alimentação experimenta um processo de resignificação, as motivações para o consumo dos alimentos não se resumem aos seus valores nutricionais e econômicos, compreendendo, assim, fatores sociais, culturais e ambientais responsáveis por novos significados e símbolos (MÉNDEZ e BENITO, 2001; LOZANO CABEDO, 2009). Neste contexto, notamos a crescente importância da origem dos produtos, dos cuidados com a sua produção, e das tradições relacionadas a um território, como no caso dos vinhos e queijos artesanais (GARCIA-PARPET, 2004; CRUZ e SHNEIDER, 2010).

---

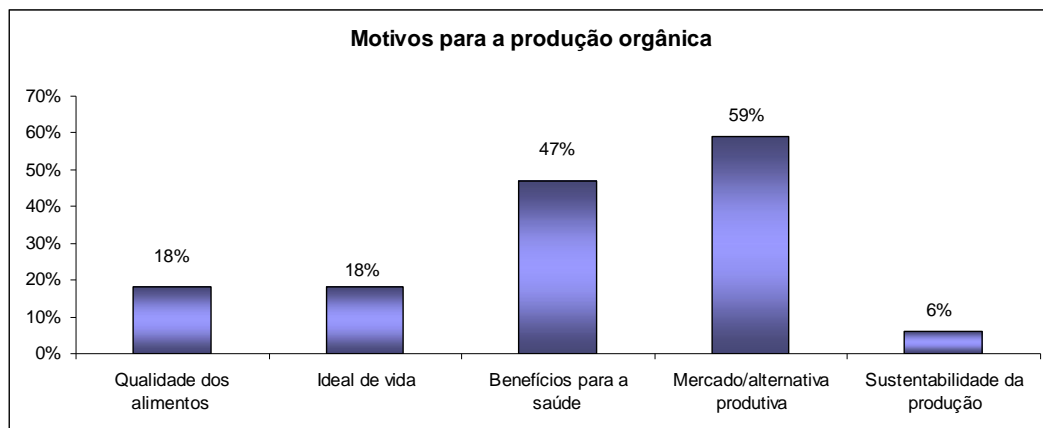
<sup>227</sup> Programa voltado para assessoria técnica e gerencial de pequenos e médios produtores. Fundado em fins da década de 90 com o nome de SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE – passou por uma série de modificações sendo denominado a partir de 2011 como Agrosebrae. Tem como base 3 pilares para o desenvolvimento das condições dos produtores rurais: melhoria dos produtos, melhoria dos processos e acesso a mercados.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Questionando a vida urbana moderna, a agricultura orgânica é percebida como *ideologia alimentar*, movida por fatores subjetivos lastreados em significados individuais e coletivos, comporta um conjunto de valores e práticas que cria espaço para um consumo qualificado e diferenciado (AZEVEDO, 2012).

No horizonte da construção social de mercados, os produtos orgânicos são entendidos como resultados das ações dos próprios agentes sociais, vistos, portanto, como ativos e determinantes na produção dos valores éticos, ambientais e de justiça social expressos nesse mercado (ABRAMOVAY, 2006; GARCIA-PARPET, 2012). Para Abramovay (2006), esta perspectiva assume que os mercados estão “mergulhados” na vida social, sofrendo, portanto, influências constantes.

Neste cenário, o termo *agente produtivo-consumidor*<sup>228</sup> busca demonstrar que no processo de produção, no caso a orgânica, as ideias e ideais compartilhados por produtores e consumidores se misturam, lançando a possibilidade de um novo modelo produtivo que seja mais justo e sustentável social e ambientalmente. Com os produtos orgânicos, observamos, assim, uma reaproximação imaterial de produtores e consumidores (LAZZARATO e NEGRI, 2001), dantes afastados pelos processos de padronização e industrialização convencional (MÉNDES e BENITO, 2001). A escolha pelos produtos orgânicos expressa, assim, mudanças subjetivas na ação social de produtores e consumidores, cada vez mais preocupados com fatores como a saúde e a qualidade dos alimentos. Deste modo, o gráfico abaixo revela as motivações dos produtores do Instituto ANNONA no que concerne a produção orgânica. Nota-se que o número de respostas é maior do que o de entrevistados, isto porque os produtores não raramente apontavam mais de um motivo para produzirem orgânicos.



<sup>228</sup> Se desprende da leitura de autores como Lazzarato e Negri (2001) e Gorz (2005). Sendo uma das principais temáticas e hipóteses da pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPESP (Processo: 2012/20042-7).

### *Gráfico 2 – Dados produzidos pela pesquisa.*

Como podemos constatar, a variável *mercado/alternativa produtiva* é o principal motivo para a escolha dos produtos orgânicos dentre os associados do Instituto. Isso porque, não raro, em condições socioeconômicas fragilizadas os produtores optam pelo mercado de orgânicos como uma alternativa de renda<sup>229</sup>. De acordo com Darolt (2002) em 1997 o preço pago pelo consumidor final pelos produtos orgânicos era 30% maior que aquele pago pelos produtos convencionais. Salienta, no entanto, que o tipo de venda é essencial para determinar essa diferença, no caso das feiras onde impera a venda direta o preço dos produtos orgânicos chega a quase o mesmo dos convencionais, enquanto que na venda via supermercados o diferencial de preços em produtos como o tomate e a batata pode chegar a 100%. Além disso, no preço dos produtos orgânicos estão embutidas demandas específicas desse mercado, como maior mão-de-obra, dada a impossibilidade do uso de agrotóxicos, e procedimentos obrigatórios como a certificação (DAROLT, 2002).

Por sua vez, *benefícios para a saúde* é apresentada como segunda motivação mais frequente para a escolha dos orgânicos dentre os produtores da associação. Esta opção se relaciona a possibilidade de consumir e produzir alimentos “livres” do uso de agrotóxicos. A importância dessa alternativa dentre os produtores do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável corrobora com pesquisas que definem como um dos principais motivos para a escolha dos alimentos orgânicos entre os brasileiros a preocupação com a saúde (AZEVEDO, 2012; IPD Orgânicos, 2011).

*Qualidade dos alimentos* relaciona-se a sensorialidade despertada com o “ato” de alimentar-se. Para os produtores que citaram essa variável os produtos orgânicos possuem um diferencial de sabor, aroma, textura e consistência, aliada a ideia de que os mesmos possuem uma qualidade nutricional superior. A escolha dos orgânicos como um *ideal de vida*, demonstra a vontade do produtor produzir algo socialmente útil e ecologicamente correto, expressando assim um distinto modo de ver e viver o mundo. Por fim, *sustentabilidade da produção* sugere a vontade de desenvolver uma produção com menores impactos ambientais.

Nesse sentido, observamos que fatores objetivos e subjetivos estão entrelaçados no momento da escolha por esses produtos, isso porque os produtores, que são também

---

<sup>229</sup> No caso do Instituto identifiquei produtores que antes eram produtores/assalariados rurais e/ou empresários/assalariados urbanos.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

consumidores, compartilham dos valores, ideias e ideais propostos por esse modelo alternativo. Em suma, é possível observar que a opção por produzir orgânicos mobiliza fatores subjetivos que somados a uma opção de mercado permite com que esses produtores se viabilizem econômica e socialmente.

### CONCLUSÕES

Como vimos, a agricultura orgânica resulta da construção de um novo mercado, que por meio do fator diferencial permite o fortalecimento de pequenos produtores que antes de optarem pelos orgânicos estavam em condições de produção marginais. A visão empreendedora por parte dos associados do Instituto está relacionada à difusão de políticas públicas voltadas para a capacitação do pequeno produtor e se alicerça em um novo perfil produtivo caracterizado por altos níveis de escolaridade que facilitam o contato com novos métodos agrícolas e a opção por mercados diferenciados.

De outro modo, a experiência do Instituto ANNONA permite observar a emergência de uma “nova agricultura” de caráter empreendedor no interior paulista, identificando o dinamismo territorial e local da associação de produtores orgânicos como resultado de uma atividade inovadora. Ademais, entende-se que a formação da associação fortalece o conhecimento dos produtores favorecendo a troca e a difusão de saberes.

As motivações para a escolha dos alimentos orgânicos mobilizam diversos fatores subjetivos em constante inter-relação, exemplificando uma produção qualificada e diferenciada que é resultado das mudanças das relações de produção e consumo e dos novos significados e símbolos relacionados à alimentação. Em suma, as contínuas transformações que afetaram a sociedade contemporânea nas últimas décadas trazem novos sentidos para ação dos agentes sociais, que em suas escolhas se movem cada vez mais por uma multiplicidade de dimensões singulares, como a preocupação com a saúde, com a qualidade dos alimentos e com o meio ambiente.

### BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **A caixa-preta dos mercados**. Jornal Valor Econômico, São Paulo, p. 10, 20 set. 2006.

\_\_\_\_\_. **Nova dimensão para as pequenas propriedades rurais**. Gazeta Mercantil, São Paulo, p. A3, 28 jun. 2001.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

\_\_\_\_\_. **Agricultura e desenvolvimento rural.** Jornal Valor Econômico, São Paulo, p. A 12, 14 jun. 2007.

ANJOS, F. S.; AGUILAR CRIADO, E.; CALDAS, N. V. **Estrategias de valorización de productos locales en España y Brasil.** In: Revista de Economía Agrícola, São Paulo (Brasil), vol. 58, n.1, 2011, p.23-39.

AZEVEDO, E. **Alimentos orgânicos:** ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo: Editora SENAC, 2012.

CAMPOS, R. L. S. **Capacitação rural:** o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP – Módulo de Araraquara. Relatório de pós-doutorado. UNESP/Fclar, 2010.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v.5, n.2, p.22-38, 2010.

DAROLT, M. R. **Agricultura Orgânica inventando o futuro.** Londrina: IAPAR, 2002.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável:** origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

GARRIDO, F.; MOYANO, E. Agricultura, sociedad y medio ambiente en la España actual. In: M<sup>a</sup> J. Marrón y G. García (Org.), **Agricultura, Medio Ambiente y Sociedad**, Madrid, Serie Estudios MAPA, 2004, pp. 29-56.

GARCIA-PARPET, M-F. Mundialização dos mercados e padrões de qualidade: vinho, o modelo francês em questão. **Revista Tempo Social**, vol.16, n.2, p-129-150, nov. 2004.

\_\_\_\_\_. **Estudo de caso de ‘mercado auto-regulado’:** normas voluntárias e qualidade dos produtos da agricultura orgânica. Revista Reed, Araraquara, v.4, n.2, jan/jul. 2012.

HARDT, M; NEGRI, N. **Multidão:** Guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

IPD Orgânicos. Pesquisa: o mercado brasileiro de produtos orgânicos. Curitiba: 2011. Disponível em:

<[http://www.ipd.org.br/upload/tiny\\_mce/Pesquisa de Mercado Interno de Produtos Organicos.pdf](http://www.ipd.org.br/upload/tiny_mce/Pesquisa%20de%20Mercado%20Interno%20de%20Produtos%20Organicos.pdf)> Acesso em: 01/05/2014.

LAZZARATO, M; NEGRI, A. **Trabalho Imaterial.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

LEIS, H. R.; D’AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.) Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, 1994. Disponível em:

<[http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro\\_desenvolvimento\\_natureza.pdf](http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf)>

Acesso em: 01/05/2014.

LOZANO CABEDO, C. Contribución de la agricultura ecológica a la cohesión territorial. In: **Agricultura familiar en España** 2010. p.134-140. Disponível em:

<[http://www.upa.es/anuario\\_2010/pag\\_054-064\\_alicialangreo.pdf](http://www.upa.es/anuario_2010/pag_054-064_alicialangreo.pdf)> Acesso em:

30/05/2014.

LUPA. **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo 2007/2008.**

Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais.php>> Acesso em: 30/05/2014.

MÉNDES, C. D.; BENITO, C.G. **Del consumo alimentario a la sociología de la alimentación.** Revista Distribución y Consumo, v.11, n.60, p. 5-23, nov./dez., 2001.

PEREIRA, G. G.; TROIANO, J. A. **Os atores do rural paulista:** um ensaio sobre a Região Central. In: Rosana Baeninger; Lidiane Maciel. (Org.). Coleção Por Dentro do Estado de São Paulo: Região Central. 1ed.Campinas: Núcleo de Estudos de População/NEPO/UNICAMP, 2013, v. 12, p. 85-96.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro.** Campinas: Unicamp, IE, 1999.

VEIGA, J. E. **Agricultura Moderna:** diagnósticos e perspectivas. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). Meio Ambiente no Século 21. Ed. Sextante, 2003, p.198-213.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

# SOCIOLOGIA

## GT 12: SOCIOLOGIA DA CULTURA

Sessão 2: Cultura e entretenimento

**ESTUDANDO JOGOS DIGITAIS: NOVAS PERSPECTIVAS**

Arthur Yoshihiro Yamada Junqueira Garcia – UFSCar  
arthuryoshihiro@gmail.com

Este artigo pretende apresentar um breve histórico do estudos sobre os jogos, como objeto de pesquisa em si, realizados por Johan Huizinga e Roger Caillois. E como, com a introdução do jogos virtuais em computadores pessoais e plataformas dedicadas, esses estudos influenciaram as pesquisas interdisciplinares dos jogos digitais, conhecidos hoje como Game Studies. Games Studies é um novo empreendimento teórico, do início do século XXI, que busca compreender os jogos, os jogadores, o jogar e seus contextos, principalmente, mas não exclusivamente, na dimensão digital. Essas novas pesquisas sobre jogos digitais abrangem várias áreas do conhecimento, mas em seu eixo central estão a narratologia, o estudo das estruturas narrativas, e a ludologia, o estudo das regras e mecânicas do jogo.

**Introdução**

James Newman (2004, pp.1-7) levanta a questão: por que os acadêmicos ignoraram os jogos de computador? Muitos dos estudos existentes emanaram dos laboratórios de pesquisas em psicologia, concernidos sobre os possíveis efeitos dos jogos sobre os jogadores juvenis, e tiveram seu auge da metade até o final da década de 80. Existe, portanto, um vácuo notável no campo acadêmico, particularmente (e curiosamente) dos estudos de mídia e de cultura até o final do século XX.

Newman se concentra em dois principais motivos para tal negligência, que são dois equívocos frequentemente cometidos. Um desses equívocos é que os videogames foram e são considerados “apenas brinquedos”, principalmente durante sua popularização e, assim, não passa de diversão infantil. Isso ocorreu devido ao seu estilo representacional e/ou natureza aparentemente infantil, como o uso de criaturas antropomórficas próximas dos desenhos animados e cores primárias como em *Sonic The Hedgehog* ou *Super Mario Bros*. De fato o público alvo na geração de 70 e 80 foi infanto-juvenil, mas essa desqualificação se alastra até aos estudos mais recentes. As pesquisas dos jogos eletrônicos baseadas nessa superfície representacional revela que o que foi superficial são as investigações sobre os jogos digitais, deixando de lado o que realmente interessa: os jogadores, a experiência, suas preferências e suas motivações para jogar.

O outro motivo é que jogos digitais foram e ainda são considerados *low art*, triviais, carregando consigo nenhum valor, força ou credibilidade perto das artes

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

tradicionais. É uma difamação comum, na qual os jogos digitais são tomados como “mero entretenimento” e, por conseguinte, não são uma forma de arte, logo, não são dignos de pesquisa. E mesmo quando foram pesquisados, “a cultura jovem e seus estilos associados e suas formas comunicativas foram frequentemente apresentadas como potencialmente perigosas, com estudos tipicamente focados no desvio e na resistência”(NEWMAN 2004, p.6. Tradução livre<sup>230</sup>), renegando o estudo dos jogadores e suas percepções sobre o jogo como uma subcultura.

A partir dos anos 2000 temos uma mudança no paradigma nos estudos sobre videogames. Começamos a pensar em um novo campo de estudos acadêmicos que passa a ser formalizado a partir no começo do século XXI, que pretende estudar jogos digitais, os jogadores e o ato de jogar, chamado de Game Studies. Com a popularização imensa dos jogos digitais no mundo e no Brasil, e a sua proporcional negligência no mundo acadêmico, principalmente na sociologia, espero que esse artigo seja uma porta de entrada para interessados nos estudos dos jogos digitais, mesmo que de maneira breve.

### Primeiros estudos

O historiador holandês Johan Huizinga não foi o primeiro a tomar o jogo como objeto de estudo, mas sua análise em *Homo Ludens* (1980<sup>231</sup>) foi inovadora por não ser meramente descritiva. O autor esclarece no prefácio de seu livro que seu objeto de interesse é o jogo, porém não apenas como uma manifestação cultural (ou **na** cultura) das sociedades humanas, mas uma característica essencial, com um papel central na criação **da** cultura, para “[...] verificar quanto a própria cultura carrega o caráter de jogo.” (Huizinga, J. 1980. Prefácio. Tradução livre<sup>232</sup>)

Huizinga (1980) parte de um pressuposto conhecido de que os homens são seres racionais, e os animais, irracionais. A cultura pela suposição do autor pressupõe a existência do homem, e os animais, antes mesmo dos homens existirem, jogam e

---

<sup>230</sup> “[...] youth culture and its associated genres and communicative forms have frequently been presented as potentially dangerous, with studies typically focusing on deviance and resistance.”(NEWMAN, 2004)

<sup>2</sup> A obra *Homo Ludens* de Johan Huizinga foi traduzida para diversas línguas com subtítulos diferentes, gerando alguns problemas de tradução. Neste artigo estou trabalhando com a versão inglesa de 1980, publicada primeiramente em 1949, que é uma síntese de uma tradução para o alemão de 1944 e uma tradução para o inglês feita pelo próprio Huizinga um pouco antes de sua morte, de acordo com as notas do tradutor.

<sup>232</sup> “[...] to ascertain how far culture itself bears the character of play.”

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

brincam apesar de não apresentarem cultura. O jogo, logo, precede a cultura, aos homens, e, portanto, à própria racionalidade; e é uma atividade que compartilhamos com os animais. Concomitantemente os animais jogam sem que isso atenda às necessidades biológicas: brincam e jogam não para se alimentar, dormir ou reproduzir, mas, talvez, por diversão.

O jogo, desse modo, demonstra uma condição supralógica do ser humano, pois precede a racionalidade, e suprabiológica dos animais, pois não realizam necessidades biológicas, tornando-se assim algo não apenas passível, mas digno de ser estudado por si mesmo, não apenas como um produto, mas uma questão central das culturas humanas.

Há muito que ser aproveitado em *Homo Ludens*, como os questionamentos à natureza humana, o caráter lúdico da nossa cultura – como nas leis, na guerra, na poesia etc. – e o conceito de ‘círculo mágico’: o espaço fora da vida cotidiana que funciona com suas próprias leis, onde ocorrem os jogos, muito similar ao espaço de ritual da antropologia.

Para compreender o desenvolvimento do estudo dos jogos, todavia, ater-me-ei ao conceito de ‘jogo’ para Huizinga:

[...] o jogo é uma atividade ou ofício voluntário, exercida dentro de certos limites fixos de tempo e lugar, de acordo com regras aceitas de maneira livre, porém absolutamente obrigatórias, com um fim em si mesmo e acompanhado de um sentimento de tensão, alegria e a consciência de que é “diferente” da “vida cotidiana”. (HUIZINGA. 1980. p.28. Tradução livre<sup>233</sup>)

O sociólogo francês Roger Caillois foi fortemente influenciado pelas obras de Huizinga, tornando-se um de seus maiores críticos. Questionou o conceito ‘jogo’ huizinguiano por ser amplo demais e em *Man, Play and Games* (apud FRASCA. 1999, 2003a; DOVEY et KENNEDY. 2006) o categorizou em diferentes formas:

**Agon:** descritos como jogos competitivos, que requerem habilidade e treinamento.  
[...] **Alea:** jogos de azar ou sorte ( jogos de aposta como roleta ou loterias.) [...] **Mimicry:** jogos que chamamos de ‘faz de conta’, para simular ou participar de um papel. [...] **Ilinx** (vertigem): jogos que induzem tontura ou desorientação, como girar uma criança, ou um adulto que se submete a desorientação (parques de diversão

---

<sup>233</sup> “[...]play is a voluntary activity or occupation executed within certain fixed limits of time and place, according to rules freely accepted but absolutely binding, having its aim in itself and accompanied by a feeling of tension, joy and the consciousness that it is ‘different’ from “ordinary life”.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

estão nessa categoria, assim como uso de drogas recreacionais, embriaguez, etc.). (DOVEY et KENNEDY. 2006. p.24. Tradução livre e grifo.)<sup>234</sup>

Esses, no entanto, são tipos ideais. Por exemplo, uma partida de futebol é predominantemente ‘Agon’, mas quando um jogador simula uma falta, há elementos de ‘Mimicry’. A grande maioria dos jogos de cartas, tanto de baralhos convencionais, como de Trading Card Games (Magic The Gathering, Yu-Gi-Oh TCG, etc) dependem muito da sorte (Alea) para obter boas cartas, ao mesmo tempo em que a experiência do jogador é vital.

A outra e mais importante categorização de Caillois foi o jogo em dois tipos distintos:

**Ludus:** jogos baseados em regras. O xadrez é quase sempre citado como exemplo mais claro. Normalmente aplicado a jogos em que há uma conclusão clara com perda ou ganho, ou jogos de soma zero. **Paidia:** jogos de final aberto, jogos espontâneos e improvisados, comumente pensados como jogos “verdadeiramente criativos” – ativos, tumultuosos, exuberantes. (DOVEY et KENNEDY. 2006. p.25. Tradução livre e grifo.)<sup>235</sup>

*Paidia*(do grego *paidi*, que significa criança) se refere, de acordo com Frasca, à “forma de jogar presente em crianças mais novas (blocos de construção, jogos de faz-de-conta) enquanto *Ludus*(do latim, significa esporte) representa os jogos com regras sociais (xadrez, futebol, poker).” (2003a, s/p. Tradução livre<sup>236</sup>). O autor também sugere que a principal diferença entre os dois tipos de jogo é que *Ludus* incorporam regras que definem um vencedor e um perdedor, enquanto *Paidia* não.

### A virada ludológica

Utilizando-se do conceito de *Ludus* de Caillois, Frasca vai cunhar o termo ludologia<sup>237</sup>, definindo-a como uma “ainda não existente ‘disciplina que estuda as atividades dos jogos e do jogar’” (1999, s/p), com um objetivo de unificar os trabalhos

---

<sup>234</sup> “Agon – described as competitive play, which requires skill and training. [...] Alea –games of chance or fortune (e.g. gambling games such as roulette or lotteries. [...] Mimicry –games in which we are called upon to ‘pretend’, to simulate or to play a role.[...] Ilinx (vertigo) –games that are an inducement to dizziness and disorder, such as a child spinning or an adult submitting to disorder (fairground rides might fall into this category, as might recreational drug use, drunkenness, etc.)”

<sup>235</sup> “Ludus –rule-based games. Chess is often cited as the clearest example. Often applied to games which have a clear win or lose conclusion, or zero sum games. Paidia –open-ended play, spontaneous improvised play, often thought of as ‘true creative’ play –active, tumultuous, exuberant.”

<sup>236</sup> “[...] the form of play present in early children (construction kits, games of make-believe, kinetic play) while ludus represents games with social rules (chess, soccer, poker).”

<sup>237</sup> A ludologia, no entanto, uma ciência estuda os jogos, sobretudo os de tabuleiro, já existia. Mas com o surgimento de pesquisas sobre jogos digitais, a retomada do termo por Frasca foi bem recebida e se tornou canônica.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

que estudam jogos em diferentes disciplinas. A razão para a criação de tal disciplina seria a predominância da narratologia, o estudo da narração e das estruturas narrativas e a maneira que elas constituem nossa maneira de compreender o mundo, sobre as pesquisas de jogos digitais. O autor argumenta que a perspectiva narratológica nos estudos dos jogos é válida, pois jogos podem conter elementos narrativos (personagens, ações em cadeia, finais etc), portanto são novas maneiras de se contar histórias, uma nova mídia que guarda inúmeras possibilidades para novas maneiras de se narrar<sup>238</sup>.

Essa perspectiva, entretanto, não é o suficiente, uma vez que videogames devem também ser analisados *como Ludus*, uma atividade organizada com um sistema de regras que define um jogador vencedor ou perdedor. A análise das regras do jogo não substitui, mas complementa a perspectiva narratológica. Frasca aponta Espen Aarseth como um dos autores da teoria literária virtual que percebeu a importância de se analisar jogos digitais e cybertextos<sup>239</sup>. Aarseth explica que a diferença dos cybertextos e dos jogos digitais para as demais mídias analisadas pela narratologia, principalmente os livros, é o seu caráter ergódico:

A obra de arte ergódica é aquela que inclui suas regras para seu uso no sentido material, uma obra que tem certos requerimentos embutidos em si que automaticamente distingue entre usuários bem e mal sucedidos. (AARSETH, 1997, p.197. Tradução livre<sup>240</sup>).

Percebe-se que é uma definição muito parecida com o Ludus de Caillois, visto que ambas definem sistemas com regras que determinam perdedores e vencedores em seu uso, que precisam mais do que um esforço trivial (a simples leitura, por exemplo) para se realizar, há uma necessidade de trabalho a ser aplicado. A interatividade nos videogames, portanto, não é uma opção, mas uma obrigatoriedade. O jogar se torna performativo. A aparição da ludologia é chamada hoje canonicamente de “virada ludológica” (ludological turn) dos estudos sobre os jogos.

### **Game Studies**

Da ludological turn nasce o Game Studies, como um novo campo acadêmico interdisciplinar com o objetivo de realizar pesquisas científicas acerca do jogo, do

---

<sup>238</sup> Para um exemplo canônico da perspectiva narratológica ver Murray (2003[1997])

<sup>239</sup> Um texto cibernético (cybernetic text), dinâmico, que se altera com a utilização do leitor/jogador.

<sup>240</sup> “The ergodic work of art is one that in a material sense includes the rules for its own use, a work that has certain requirements built in that automatically distinguishes between successful and unsuccessful users.”

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

jogador e do contexto de ambos, principalmente, mas não exclusivamente, na dimensão digital (MÄYRÄ, Frans. 2008. p. 11). Além da ludological turn, o crescimento do Game Studies se deve à intensa e exponencial popularização dos jogos digitais, tornando-se um importante fenômeno cultural e algo comum no cotidiano de milhões de pessoas. Outro ponto importante são as condições materiais necessárias para se estudar os videogames:

Quando os video games se tornaram populares, ele ainda eram um punhado muito irrealista de pixels coloridos em uma tela, com beeps gerados por computador para os efeitos sonoros, uma interatividade relativamente simples, e uma narrativa esparsa ou não existente. Consequentemente, os primeiros estudos sobre videogames discutiam o mundo fora dos jogos, que usualmente significava discutir questões psicológicas e sociológicas resultantes da interação com os videogames. (GARRELTS, N C. 2003, p.3. Tradução livre<sup>241</sup>).

A pesquisa dos jogos digitais como sistemas complexos - de representação, narrativa, interface, regras, simulação etc - só pode ocorrer, portanto, após o desenvolvimento dos sistemas tecnológicos condizentes, principalmente o de circuitos integrados e microchips de silício, permitindo um maior e mais ágil processamento de dados e gráficos, e o empreendimento dessa tecnologia em entretenimento, primeiramente em máquinas de lojas especializadas (arcades) e posteriormente aparelhos domésticos (home consoles), dando a possibilidade de se criar jogos cada vez mais complexos.

Dado o contexto favorável para o surgimento de uma nova área do conhecimento Espen Aarseth, editor-chefe da Game Studies, a primeira revista acadêmica internacional centrada exclusivamente em jogos digitais, sugere que o ano de 2001 pode ser considerado “[...] o Ano Um do Computer Game Studies como um emergente, viável, internacional, campo acadêmico.” (AARSETH, Espen. 2001), em decorrência da realização da primeira conferência internacional sobre jogos de computador e textualidades digitais, a Computer Games & Digital Textualities Conference, realizada em Copenhague em Março de 2001, que reuniu acadêmicos das mais diversas áreas do conhecimento, problematizando os jogos digitais nas chaves de “mercado e academia”, “text and game theory”, “inteligência artificial” e “literatura”.

---

<sup>241</sup> “When video games first became popular, they were still a very unrealistic handful of colored pixels on a screen, with computer-generated beeps for sound effects, relatively simple interactivity, and a sparse or non-existent narrative. Consequently, the first studies of videogames discussed the world outside of the game, which usually meant a discussion of psychological and sociological issues that resulted from interacting with videogames.”

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Durante os estágios iniciais do Game Studies se inflamou um conflito entre as duas correntes teóricas da ludologia e da narratologia, principalmente nos artigos de lançamento da Game Studies<sup>242</sup> e no artigo de Frasca (2003a) intitulado “Simulation **versus** narrative: introduction to ludology”(grifo meu) que ressaltam a falta de vontade dos narratólogos de pensar fora do seu espectro teórico. Provavelmente acusado de instigar esta briga, Frasca tentou explicar que tal conflito nunca ocorreu (2003b). Celia Pearce (2005) argumenta que esta tentativa de explicar que a briga das correntes não existia, Frasca conseguiu aumentar ainda mais os mal-entendidos entre elas.

O grau de institucionalização das áreas de estudos sobre jogos digitais se elevou nos últimos anos. Seu epicentro é o “Center for Computer Games Research”, estabelecida formalmente a partir de 2003, localizada na “IT University of Copenhagen”, que oferece programas de pós-graduação em Game Design, Game Technology e Game Analysis. Num geral, há um impulso muito grande na geração de cursos de Game Design, que focam na criação e no desenvolvimento de jogos, inclusive no Brasil, devido ao mercado amplo e aquecido. No MIT (Massachusetts Institute of Technology) é oferecido o curso de graduação e pós-graduação em Comparative Media Studies, curso que tem levado a interdisciplinaridade à risca, mantendo um programa de estudos comparativos entre várias mídias. O desenvolvimento do campo e sua institucionalização acelerada nos últimos 10 anos se reflete no surgimento de revistas acadêmicas internacionais como a supracitada Game Studies em 2001, da DiGRA (Digital Games Research Association) em 2002, Games and Culture de 2006 e a mais recente GAME: The Italian Journal of Game Studies, criada em 2012.

### **Game Studies e Cultural Studies**

Uma recente aproximação teórica no campo da pesquisa dos jogos digitais foi o dos estudos culturais, que dentre as diversas maneiras de se estudar os jogos e seu contextos (Tabela 1), oferece uma oportunidade interessante para uma análise dos jogadores e a formação de sua subjetividade. Dentro da chave de raça, por exemplo, temos o problema da representação desta nos videogames como algo que não pode ser ignorado:

A questão aqui diz respeito as políticas de representação de raça, e a questão sobre a habilidade da cultura dos jogos de replicar ou desafiar retratos existentes de grupos

---

<sup>242</sup> Ver JUUL(2001) e ESKELINEN(2001).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

específicos em filmes, shows de televisão e mídia impressa. Estamos falando da ascendência de uma mídia poderosa, e evoluindo de maneira técnica, e queremos ter certeza que raça não permaneça como um vácuo estrutural em nossas preocupações sobre o futuro dos jogos. (EVERETT, 2005, p. 323. Tradução livre<sup>243</sup>).

E Shaw (2010), traz uma perspectiva no estudo dos jogos como cultura propondo que analisemos esta não como uma subcultura ou como uma cultura fora do mainstream. Colocando os videogames no mainstream, e não faltam provas de que é, podemos passar a estudar a cultura dos videogames de maneira crítica: não mais como exceção ou parte de uma realidade que não nos convém, mas de maneira reflexiva, com os jogadores e seus criadores como parte das estruturas de relações de poder.

Tabela 1. Quadro geral dos objetos de estudo e de suas respectivas metodologias, inspirações teóricas e interesses comuns.

<i>Tipo de Análise</i>	<i>Metodologias comuns</i>	<i>Inspiração teórica</i>	<i>Interesses em comum</i>
Jogo	Análise textual	Literatura comparativa, film studies	Escolhas de design, significado
Jogador	Observação, entrevista, surveys	Sociologia, etnografia, estudos culturais	Uso dos jogos, comunidades de jogadores
Cultura	Entrevistas, análise textual	Estudos culturais, sociologia	Games como objetos culturais, games como parte da ecologia midiática
Ontologia	Investigação filosófica	Várias (como filosofia, história da cultura, crítica literária)	Fundações lógicas/filosóficas dos jogos e do jogar

Extraído de EGENFELDT-NIELSEN, SMITH et TOSCA, 2008, p.10.

<sup>243</sup> “At issue here has been concerned over the politics of representation regarding race, and the question about gaming culture’s ability to replicate or challenge existing portrayals of specific groups in films, TV shows, and print media. We are talking about the ascendancy of a very powerful media, and technically evolving medium, and we want to be sure that race does not remain the structural absence in our concern about where the future of gaming is headed.”

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### **Bibliografia**

AARSETH, A. Computer Game Studies, Year One. In: **Game Studies** v.1 n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.gamestudies.org/0101/editorial.html>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

DOVEY, J. et KENNEDY H. **Game Cultures Computer Games as New Media**. Berkshire: Open University Press, 2006.

EGENFELDT-NIELSEN, S, SMITH, J et TOSCA, S. **Understanding video games: the essential introduction**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

ESKELINEN, M. The Gaming Situation. In: **Game Studies** v.1 n.1, 2001. Disponível em: < <http://www.gamestudies.org/0101/eskelinen/>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

EVERETT, A. Serious Play: Playing with race in contemporary gaming culture. In: **Handbook of computer game studies**. Londres: MIT Press Cambridge, 2005.

FRASCA, G. **Ludology meets Narratology: Similitude and differences between (video)games and narrative**. Parnasso#3. Helsinki: s/e, 1999. Disponível em: <<http://www.ludology.org/articles/ludology.htm>>. Acesso em 12 de out. 2013.

\_\_\_\_\_. **Simulation versus Narrative: Introduction to Ludology**. Video/Game/Theory. s/l: Routledge, 2003a. Disponível em: <[http://www.ludology.org/articles/VGT\\_final.pdf](http://www.ludology.org/articles/VGT_final.pdf)>. Acesso em 12 de out. 2013.

\_\_\_\_\_. Ludologists love stories, too: notes from a debate that never took place. **Level Up Conference Proceedings**. Utrecht, 2003b. Disponível em: < <http://www.digra.org/digital-library/publications/ludologists-love-stories-too-notes-from-a-debate-that-never-took-place/>>. Acesso em 30 de mai. 2014.

GARRELTS, N C. **THE OFFICIAL STRATEGY GUIDE FOR VIDEO GAME STUDIES: A grammar and rhetoric of videogames**. 2003. 200 f. Tese (Doutorado em American Studies) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade do estado de Michigan.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: A study of the play-element in culture**. Londres: Routledge & Kegan Pau, 1980.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

JUUL, J. Games Telling stories: A brief note on games and narratives. **Game Studies** v.1 n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.gamestudies.org/0101/juul-gts/>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

NEWMAN, J. **Videogames**. Nova Iorque: Routledge, 2004.

MÄYRÄ, F. An introduction to Game Studies. Londres: SAGE Publications, 2008.

MURRAY, J. **Hamlet no Holodeck: O futuro da narrativa no ciberespaço**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PEARCE, C. Theory Wars: An Argument Against Arguments in the so-called Ludology/Narratology Debate. **Changing Views: Worlds in Play Proceedings**. Vancouver, 2005.

RODRIGUEZ, H. The Playful and the Serious: An approximation to Huizinga's Homo Ludens. **Game Studies**. v 6.1. 2006. Disponível em: <<http://gamestudies.org/0601/articles/rodrigues>>. Acesso em 12 de out. 2013.

SHAW, A. **What Is Video Game Culture? Cultural Studies and Game Studies**. Sage Publications, 2010.

### **CIBERCORPO: ANÁLISE TEÓRICA DO CONCEITO**

Letícia Pauletto Fragalle - UFSCar  
leticiafragalle@gmail.com

**Resumo:** A Sociologia abrange diversas temáticas e estudo e uma delas é dedicada exclusivamente ao estudo da corporeidade humana enquanto fenômeno sociocultural, uma vez que a ideia de corpo é uma construção moldada pelo sistema sociocultural em que o ator está inserido, sendo também a maneira pela qual as pessoas se relacionam com e no mundo. O corpo é uma estrutura simbólica de realidade mutante que varia entre sociedades e culturas, juntamente às concepções de corporeidade. Em nossa sociedade, a visão de corpo biomédica predomina, responsável por separar o corpo do homem, o que gera uma das bases do individualismo contemporâneo. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), várias esferas da vida em nossa sociedade passaram por modificações. Principalmente devido à Internet, as TIC facilitaram a mediação da relação entre sujeito e mundo e também foram responsáveis pelo surgimento de um novo espaço de socialização, existente exclusivamente online, para interagir pessoas sem tempo e espaço definidos, chamado de ciberespaço. Com a criação do ciberespaço, surge uma nova modalidade de cultura envolvendo técnicas e valores específicas do mundo virtual, a cibercultura. Por não existir presença física do homem neste ambiente digital, há a necessidade da emergência de uma forma de subjetividade específica para este espaço: o cibercorpo. Porém, este é um conceito muito recente e vago. Alguns autores o consideram como um sinônimo do ciborgue e do corpo biocibernético; outros que só os avatares (personagens em jogos, por exemplo) são considerados cibercorpos; e ainda há os que vêem todas as formas de subjetividade em ambientes online (como perfis de redes sociais, *nicknames* em bate papo) representadas pelo conceito. O objetivo deste trabalho é analisar teoricamente o conceito cibercorpo no contexto acadêmico brasileiro; observar de quais maneiras o conceito está sendo empregado; apresentar exemplos visando encontrar qual se adapta melhor à Sociologia do Corpo e da Cibercultura. A metodologia aplicada foi a descritiva e bibliográfica.

#### **1) Introdução: a história do corpo**

O campo sociológico é formado por diversos temas de estudo, entre eles, um que vem ganhando bastante destaque é a Sociologia do Corpo, responsável pela análise da corporeidade humana enquanto um fenômeno sociocultural. Entretanto, não se pode falar de um único corpo, muito menos de um grupo restrito de técnicas corporais. A corporeidade humana é delimitada sócio e culturalmente, ou seja, todas as técnicas, funções, gestos e padrões corporais pertencem a um grupo social em um tempo e espaço predeterminados, por isso, só fazem completo sentido para quem conhece e compartilha estes hábitos.

Para Barbosa, Matos e Costa (2011), a história do corpo acompanha a história da civilização e as mudanças corporais acompanham as mudanças discursivas de cada

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

época tornando-se em alguns momentos muito claro perceber esta relação. Por exemplo, as autoras dizem que na Grécia Antiga, o corpo idealizado e cultuado era o forte, esbelto, definido e nu e este era um reflexo da imagem do cidadão na arena pública, diferentemente do corpo romano, que não era iluminado por ser sempre ligado aos gladiadores e, conseqüentemente, com a morte. Com o desenvolvimento da filosofia italiana, foi atribuído ao corpo um valor pagão (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011).

A ascensão do cristianismo, fez com que a imagem do corpo passasse por mudanças e se transformando em uma obra de Deus que deveria ser intocável e inquestionável. Há uma marca de aversão aos prazeres carnis e o único corpo glorificado era o sofrido de Cristo. Todas as doenças e problemas físicos eram justificados como castigos divinos devido à falta de pureza das pessoas (CECCARELLI, 2011). É neste período em que a dualidade corpo e alma começa a ganhar força e com o Renascimento, é consagrada pelo cartesianismo.

A Renascença é marcada pelo desenvolvimento da ciência e do método, por isso, as justificativas divinas são deixadas de lado. Uma preocupação com a liberdade do ser humano começou a surgir e como consequência deste processo, uma nova concepção de corpo é desenvolvida, ele se torna singularizado e possui uma própria força vital (VIGARELLO, 2012).

Com a célebre frase “Penso, logo existo”, Descartes marca o individualismo pautado na figura do sujeito moderno. A existência do sujeito passa a ser idêntica a seu pensamento, sobrando para o corpo ser somente um objeto material, como o resto na natureza, por isso, a mente seria assunto para a filosofia, enquanto o corpo pertenceria à biologia e à medicina, sendo um objeto de estudo e experiências (SANTAELLA, 2008).

A época das Luzes, que sucedeu o Renascimento, continuou com a subordinação do corpo pela razão. Paralelamente a este período, o capitalismo industrial se desenvolvia e o trabalho foi dividido e transformado em uma mera função fisiológica, desprovida de criatividade (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011). O corpo foi oprimido, manipulado e transformado em uma máquina de acúmulo de capital. Os movimentos corporais passaram a ser controlados pelo poder disciplinar nas mais diversas instituições e esferas sociais (FOUCAULT, 2012).



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Foucault (2012) ainda aponta que todo o poder está relacionado a saberes dominantes e o biomédico é o que prevalece desde o século XVIII. Padrões estéticos, higiene, cuidados com o corpo, atividades físicas, com o auxílio dos meios de comunicação, começaram a ser difundidos, atingindo um maior número de indivíduos (BARBOSA; MATOS; COSTA, 2011). O corpo passa a estar na multidão e se transforma em um objeto do homem, no sentido de posse, se tornando a marca do indivíduo moderno, a concepção particular de pessoa, pois é o corpo que dá à pessoa fisionomia (LE BRETON, 2010). Além de diferenciar o “eu” do “outro”, segundo Le Breton (2010), é através da existência corporal que todas as ações e interações humanas são desenvolvidas.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC)<sup>244</sup>, principalmente devido à popularização da Internet, fez com que várias esferas da sociedade contemporânea ocidental passassem por transformações significativas no quesito de potencialização da comunicação e difusão da informação (CRUZ JUNIOR; SILVA, 2010). Neste contexto foi criado um ambiente colaborativo, que possibilitou uma nova forma de interação entre indivíduos e mundo no contexto das TIC e da Internet, que é o espaço virtual, também conhecido como ciberespaço<sup>245</sup>, lugar onde as relações de comunicação em rede se dão através da utilização de aparelhos eletrônicos, como por computadores, telefones celulares e *tablets*.

Com a criação desse novo espaço de socialização, uma nova modalidade cultural específica do mundo virtual e das tecnologias é originada, e passa a ser chamada de cibercultura. Lévy (1999) define a cibercultura como sendo um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, pensamentos e valores que são desenvolvidos no ciberespaço.

Por não haver uma presença física humana no ambiente digital, surge a necessidade de uma forma de subjetividade específica do ciberespaço (SIBÍIA, 2003) para dar conta desta característica que é tão presente em nossa sociedade “analógica”, a individualidade, e também para possibilitar as relações sociais. Ainda pouco explorado, porém, já utilizado não só na Sociologia, como na Antropologia, Comunicação e

---

<sup>244</sup> Conjuntos de recursos tecnológicos que são utilizados para desenvolver e otimizar as relações de comunicação e informação.

<sup>245</sup> O termo “ciberespaço” apareceu pela primeira vez na obra *Neuromancer* de William Gibson em 1984 e foi denominado como um espaço não físico composto por um conjunto de redes de computador.

Educação, o cibercorpo é um conceito que surge como uma forma de corpo online para saciar as necessidades do mundo digital.

O principal objetivo deste trabalho é realizar uma análise descritiva do conceito “cibercorpo” para saber como ele está sendo empregado, com quais significações e toda sua trajetória no cenário acadêmico brasileiro. Para tanto, a metodologia utilizada para seu desenvolvimento é basicamente uma extensa revisão bibliográfica sobre a sociologia e a história do corpo e da Internet até alcançar o cibercorpo.

### 2) O Cibercorpo

Para realizar a análise do cibercorpo dentro do contexto acadêmico brasileiro utilizou-se sete autores que abordaram a temática da corporeidade *online*: Edvaldo Souza Couto (1999, 2006), Gilson Cruz Junior e Erineusa Maria da Silva (2010), Micheline Dayse Gomes Batista (2009), Raimundo Claudio Silva Xavier (2004), Jean Segata (2007) e Diana Maria Gallicchio Domingues (2007). Vale ressaltar que há outros pesquisadores que tratam e usam o “cibercorpo/ corpo digital”, porém, para atingir os objetivos aqui propostos, foram selecionados somente estes sete.

Pode-se notar que o “cibercorpo” aparece com significados diferentes, por isso, foram criadas três categorias: o cibercorpo como sinônimo de ciborgue<sup>246</sup>; como avatar<sup>247</sup> *online*; e como todas as formas de subjetividade existentes no ciberespaço.

A seguir, haverá uma breve descrição sobre as análises e as significações que foram encontradas.

#### 2.1) O corpo ciborgue

Couto<sup>248</sup>, em 1999, escreveu um artigo intitulado “*Cibercorpo: vozes e imagens do homem máquina nas telas*”, que foi o primeiro registro encontrado por mim em trabalhos brasileiros com o termo “cibercorpo”.

---

<sup>246</sup> Palavra composta de cibernética e organismo; descreve o aperfeiçoamento de funções biológicas humanas de maneira artificial através de auxílio da tecnologia. (XAVIER, 2004)

<sup>247</sup> Do hindu significa “transfiguração”. No ciberespaço é uma forma de representação de corpos virtualizados que são incorporados pelos usuários, podendo ter identidades diferentes e múltiplas. (PRADO, 2002)

<sup>248</sup> Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pela (UESC); mestre em Filosófica (PUC-SP) e doutor em Educação (Unicamp), possui estágio de pós-doutoramento em Educação pela UFRGS. É professor na UFBA e coordenador do GEC (grupo de pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Couto (1999) diz que a arte, principalmente a cinematográfica, foi capaz de antecipar, em alguns momentos, a junção do homem e da máquina, pois, em diversos filmes, as representações sociais de um novo corpo composto por objetos tecnológicos já apareciam e apontavam as vantagens dos avanços tecnológicos e os temores de uma possível dominação das máquinas.

Em muitas películas, o desejo de um corpo potente e de uma mente muito mais desenvolvida é realizado por meio do uso de próteses eletromagnéticas e drogas químicas. Mas, de modo simultâneo, existe uma constante avaliação das distopias, caracterizadas pelo uso indiscriminado da ciência e a crítica ao poder das tecnologias. Esse enfoque mescla as vantagens dos avanços tecnológicos com os velhos temores de que modalidades anatômicas e existenciais, tecnicamente aperfeiçoadas, signifiquem o fim do suposto domínio humano sobre a natureza e a vida social (COUTO, 1999, p. 2).

O autor selecionou três filmes hollywoodianos e realizou um estudo relatando os fatos inovadores, as referências, o corpo e a performance a partir do hibridismo entre homem e máquina.

Couto (1999) faz uma análise do cibercorpo, no sentido de corpos que são incrementados por tecnologia, seja ela visível, como próteses e armaduras metálicas, ou a partir do uso de drogas químicas que desenvolvem a capacidade mental.

Para Couto (2006) os sujeitos ocidentais querem de qualquer maneira abolir os limites do corpo, para isso, são desenvolvidas tecnologias, principalmente a biotecnologia, como uma maneira de abrir um novo campo para experimentações corporais e para a criação de mecanismos para combater a finitude do corpo. Isso seria o cibercorpo em Couto.

O cibercorpo, construído pelas experiências da bioengenharia e da bioinformática, refuta a fatalidade das doenças, fraquezas, envelhecimentos e morte. Esses limites devem ser a todo tempo superados. (COUTO, 2006, p. 27)

O cibercorpo se tornou o principal objeto de consumo e de ostentação. A riqueza e o poder estão no fato de ter um corpo turbinado pelas tecnologias que está em uma constante metamorfose, já que no período atual as tecnologias e os próprios objetos de consumo se tornam obsoletos rapidamente (COUTO, 2006).

Porém, Couto (2006) diz que

(...) o cibercorpo não elimina a precariedade da existência. Por menos que queira, por mais que se trate, que se reduzam aspectos considerados negativos e se adie a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

doença, o envelhecimento e a morte continuam a ser o altíssimo preço que se paga diante de uma perfeição, ainda, apenas relativa do corpo (COUTO, 2006, p. 35)

Haraway descreve o ciborgue como sendo um “ser híbrido dotado de funções substituídas ou potencializadas por meio das tecnologias” (2000, p. 94), por isso, alguém que usa um marca passo, um aparelho de surdez, silicone ou qualquer outro dispositivo (bio)tecnológico para a expansão dos sentidos, aos termos de Haraway, já seria um ciborgue.

Por isso, nota-se que a noção de cibercorpo apresentada por Couto (1999, 2006) é basicamente um sinônimo do ciborgue de Haraway (2000).

### 2.2) O corpo avatar

Le Breton (2009) estuda a corporeidade relacionada com as tecnologias e, assim como Haraway (2000) e Couto (2006), possui esta visão do “ciborgue”, porém, esta pode ser considerada um tanto quanto pessimista, pois acredita que a tecnologia levará, em um futuro, à extinção do corpo, já que a cibercultura possibilita uma existência plena, precisando somente de uma interface.

Cruz Junior<sup>249</sup> e Silva<sup>250</sup> (2010) fazem uma análise da cibercultura e do ciberespaço e, ao contrário de Le Breton (2009), apontam que a corporeidade não está desaparecendo na contemporaneidade, mas que passa por um período de testes para novas alternativas de manifestações em outros contextos – os mediados pelas tecnologias – centrado na lógica do virtual.

As pessoas possuem uma relação subjetiva com o corpo e, atualmente,

(...) o corpo e sua(s) existência(s), não mais subordinada(s) unicamente ao que se constitui por matéria, mas também como um lugar de signos e significados. (CRUZ JUNIOR; SILVA, 2010).

O corpo não precisaria ser mais aquele clássico e real, agora, o corpo virtual é cheio de possibilidades, pois pode ser tudo e nada ao mesmo tempo.

---

<sup>249</sup> Licenciado em Educação Física (UFES), mestre em Educação (UFSC). É professor do curso de Educação Física a distância da UFES e doutorando em Educação (UFSC).

<sup>250</sup> Licenciada em Educação Física (UFES), mestre em Educação (UFES). É professora na UFES e sub-coordenadora do curso de Licenciatura em Educação Física.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Apesar de não usarem o conceito “cibercorpo”, Cruz Junior e Silva (2010) dizem que o sujeito agora passa a ter a possibilidade de produzir novas figuras a partir de si próprio, tendo uma liberdade individual. A personificação no ciberespaço é tida por eles através da forma de avatar, que significa representação gráfica de usuário utilizada na realidade virtual.

Batista<sup>251</sup> (2007), também é da vertente que vê o corpo digital enquanto uma forma de avatar, segundo ela, o cibercorpo encontra diversas possibilidades na rede e é com ele que o usuário se projeta e se relaciona com os outros, vivenciando experiências corporais e identitárias.

Porém, não é em qualquer ambiente virtual que o cibercorpo aparece. Ele está presente em vivências corporais a onde o corpo é reconfigurado em *bytes* e *pixeis* e reaparece na forma de um avatar, que é muito comum em plataformas de jogos *online* (BATISTA, 2007), como por exemplo o *Second Life*, jogo analisado pela autora.

É através do avatar que o internauta se projeta corporalmente na rede e vive naquele ambiente de forma simulada, interligando os usuários e configurando o espaço de socialização. Da mesma forma que o corpo analógico, o cibercorpo traz suas referências, identidades e performances, sendo uma construção digital (BATISTA, 2007).

Ao criar um avatar, é possível escolher características físicas como cor de olhos, cabelo, tamanho, vestimentas, tatuagens, profissão, etc. É um corpo criado virtualmente, que é completamente desassociado do corpo analógico.

### **2.3) O corpo individualizador**

A última vertente que apareceu na busca é a mais ampla e está pautada na noção contemporânea de corpo como sinônimo de individualização. O cibercorpo não aparece com características físicas como nos ciborgues e avateres, neste caso, ele possui a mesma função social do corpo na sociedade ocidental atual, que é individualizar as pessoas e diferenciar o “eu” do outro. Apesar das inúmeras possibilidades, o cibercorpo possui uma característica de fronteira.

---

<sup>251</sup> Graduada pela Unicap em Jornalismo, mestre em Sociologia, especialista em História e doutora pela UFPE.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O ciber corpo não é somente a extensão do homem, no sentido de ampliar as atividades do homem, como no ciborgue, também não é só uma projeção em ambiente virtual, como o avatar, ele é também o corpo que se multiplica e se faz presente em todo e qualquer lugar, em todo e qualquer tempo.

Segundo Xavier (2004), é possível compreender o ciber corpo a partir do hibridismo homem e máquina, porém, sem que haja a necessidade de algo aparente, é uma relação de ser e estar a partir de uma tela e acessórios do computador em rede. O ciber corpo é a projeção do corpo/sujeito de uma maneira hipertextualizada, ou seja, de uma forma que envolve vídeos, fotos, escrita, imagens, etc..

Para Domingues<sup>252</sup> (2007), o corpo possui uma capacidade de dar conta dos níveis mais complexos e elevados de sensibilidade vindos do ciber espaço.

Os computadores e as interfaces obrigam o corpo a um agir relacionado com as tecnologias, e o que resulta desta hibridização é alguma coisa que só acontece quando estamos conectados. (DOMINGUES, 2007, p. 186)

A autora vê o ciber corpo como toda forma de sentir durante a conexão com o ciber espaço.

Para Segata<sup>253</sup> (2007) o ciber espaço modifica a forma como as pessoas constituem suas redes de relações e a si próprias, indo muito além das fronteiras *online/offline* – que, atualmente, são fluidas e não mais são pares de oposição – e se fundem dando origem a uma realidade complexa.

O autor ainda diz que, nas mais diversas dimensões da vida social, o ciber espaço está presente constituindo pessoas e relações sociais

A utilização do ciber espaço como ambientes alternativos de vivências que possibilitam a construção de subjetividades e identidades de gênero, que vão para além de um eu, vivências que contribuíssem para a constituição desses “seres” digitais no mundo online. (SEGATA, 2007, p. 110)

As plataformas de rede social como *emails, Facebook*, salas de bate papo *online*, entre muitas outras, são marcadas pela participação dos sujeitos. Estes ambientes

---

<sup>252</sup> Graduada em Artes (UCS), Língua e Cultura Francesa (Université de Lorraine) e licenciada em Letras e Literatura Portuguesa e Francesa (USC), mestre em Artes (USP), doutora em Comunicação e Semiótica, pós-doutora em Art & Technologies (Paris VIII). É professora colaborada da UNB

<sup>253</sup> Graduado em Psicologia (UNIDAVI), mestre e doutor em Antropologia social pela UFSC; pós-doutor pela UFSC. É professor do Departamento de Antropologia da UFRN.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

virtuais são heterogêneos, pois há inúmeras possibilidades de escolha. Por exemplo, ao se criar um perfil no *Facebook*, a pessoa demonstra seus interesses, gostos e *hobbies* através de um botão chamado “curtir”: ela “curte” a página das bandas que ela escuta, das pessoas que ela gosta, dos programas que assiste, etc.. Já no *Twitter*, uma plataforma de microblogging<sup>254</sup>, o usuário pode escolher o fundo de tela de sua página, a cor da fonte do título e dos textos. Em um bate papo, a escolha de um nickname<sup>255</sup> é como o corpo, vai ser a primeira forma de contato com os outros usuários (SEGATA, 2007) o chamativo para uma conversa, por isso, ele deve ser muito bem elaborado de acordo com os seus objetivos específicos.

O perfil de uma pessoa dá acesso aos dados, recados, amigos e gostos, por isso, o ciberespaço é um lugar alternativo de “ser” cheio de possibilidades e abre espaço para a construção de novas subjetividades e identidades corporais (SEGATA, 2007).

### 3) Considerações finais

Os resultados apresentados a seguir não são nenhuma afirmação, mas sim uma perspectiva notada após a leitura dos autores selecionados.

Após a revisão bibliográfica do conceito, um quadro (Quadro 1) foi montado para melhor analisar e descrever os dados obtidos.

Quadro 1 – Resultado da análise sobre cibercorpo/corpo digital em produções acadêmicas brasileiras

AUTORES	ANO DA PUBLICAÇÃO	VERTENTE	ÁREA DO CONHECIMENTO
COUTO	1999/2006	Ciborgue	Educação
CRUZ JUNIOR ; SILVA*	2010	Avatar	Educação
BATISTA	2009	Avatar	Antropologia/Sociologia
XAVIER	2004/2005	Subjetividade	Educação/Comunicação
SEGATA*	2007	Subjetivade	Sociologia/Antropologia
DOMINGUES	2007	Subjetividade	Comunicação/Antropologia

<sup>254</sup> Forma de publicação de blog que permite aos usuários que façam atualizações breves de texto (geralmente com menos de 200 caracteres)

<sup>255</sup> Apelido

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Fonte: FRAGALLE, L. P.

\*Cruz Junior; Silva e Segata não usam o conceito “ciber corpo”, mas se referem ao corpo digital

A partir do Quadro 1, nota-se que a primeira vez que o conceito apareceu foi no final da década de 1990. Segundo Segata (2007) a Internet veio para o Brasil no início dos anos 1990. No começo, ela estava presente somente em empresas, Estados e instituições de ensino superior. Foi a partir de 1997 que ela começou a fazer parte do cotidiano dos brasileiros, mas só com o surgimento dos pacotes mensais de banda larga, por volta de 2003/2004, que os computadores começaram a ficar conectados em tempo integral à Internet.

Considerando-se este panorama histórico, é possível compreender que as noções de “avatar” e “subjetividade *online*” eram algo muito distante do período em que Couto (1999) escreveu o seu trabalho, primeiramente, porque o ciberespaço estava começando a se formar, já que a interação e a socialização *online* era ainda muito restrita devido ao preço e a qualidade da Internet discada<sup>256</sup>, o que também impossibilitava a existência de plataformas de redes sociais e jogos *online*.

Desta mesma forma, é compreensível a noção de “subjetividade” ter sido a segunda a aparecer, cronologicamente, nas pesquisas sobre corporeidades digitais, já que os bate papos online foram febre no início dos anos 2000.

Já a noção de “avatar” é a mais recente, porque, para um jogo *online* ter um bom rendimento, desenvolvimento e qualidade de gráfico, não só é necessária uma conexão ótima com a Internet, como também são necessários computadores desenvolvidos com um bom espaço de armazenamento no disco rígido. Por isso, não só a difusão da Internet, mas a melhoria das técnicas computacionais também influenciaram para que, o internauta possa, cada vez mais, dar os mínimos detalhes ao seu avatar.

Porém, a questão de “qual das três significações seria a coerente” ainda paira.

Considerando-se que o corpo é algo construído socioculturalmente, a sua relevância, para a Sociologia e as demais Ciências Sociais, é sua significação sociocultural. Neste ponto, as três noções que apareceram dão conta do caráter sociológico, porém, levando em conta as terminologias de “ciberespaço” e

---

<sup>256</sup> É um tipo de acesso à Internet no qual uma pessoa usa um modem e uma linha telefônica para se ligar a um nó de uma rede de computadores do provedor de Internet.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

“cibercultura”, que envolvem a vivência *online* na Internet, o “ciber corpo” seria uma forma de corporeidade específica do mundo digital, por isso, a noção de ciborgue, não se encaixaria completamente, visto que ele é algo físico, mesmo que não seja visível.

Já o “avatar”, apesar de ser uma representação gráfica de um corpo *online*, dá conta somente de um pequeno universo incluído no ciberespaço, que são os jogos, deixando as demais diversas formas de interação suspensas. Portanto, é concluído que todas as formas de “subjetividade” *online* conseguem abranger de melhor maneira a função sociocultural do corpo ocidental contemporâneo no ciberespaço e o avatar estaria incluso dentro deste universo mais amplo.

Montar um perfil em um site, um comentário em um blog, escolher um *nickname*, ou mesmo criar um avatar, são formas de criar sua própria identidade digital e diferenciar o “eu” dos outros.

### Referências

BARBOSA M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. *Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje*. Psicologia & Sociedade, n. 23 (1), Porto, Portugal, 2011, p. 24-34. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n1/a04v23n1.pdf> > Acesso em 12 de abril de 2014.

BATISTA, Micheline D. G. *Second Life: ciber corpos e experimentações identitárias em um mundo virtual*. In: IV Congresso da Cibersociedade, 2009.

CECCARELLI, Paulo R. Uma breve história do corpo. In: LANGE; TARDIVO (org.). *Corpo, alteridade e sintoma: diversidade e compreensão*. São Paulo: Vetor, 2011, p. 15-34.

COUTO, Edvaldo S. *Ciber corpo: vozes e imagens do homem-máquina nas telas*. Ideação, n. 4, Feira de Santana, jul./dez. 1999, p. 1-24. Disponível em: <<http://www.uefs.br/nef/edvaldo4.pdf>> Acesso em 12 de abril de 2014.

\_\_\_\_\_. Ilusões do corpo sem limites. In: SOMMER, Luis H.; BUJES, Maria I. *Educação e cultura contemporânea: articulações, provocações e transgressões em novas paisagens*. Canoas: Ed, Ulbra, 2006. P. 25-36.

DOMINGUES, Diana M. G. *Ciberespaço e rituais: tecnologia, antropologia e criatividade*. Horiz. Antropol., Porto Alegre, v. 10, n. 21, jun. 2004, p. 181-198. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832004000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100008&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 12 de abril de 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 40 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do Séc. XX. In SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. 4 ed. Campinas: Papyrus, 2009.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

PRADO, Gilberto. *Arte telemática: dos intercâmbios pontuais aos ambientes virtuais multiusuário*. São Paulo: Programa Rumos Itaú Cultural Transmídia, 2002.

SANTAELLA, Lucia. *Corpo e comunicação: sintoma da cultura*. 3 ed. São Paulo, SP: Paulus, 2008.

SEGATA, Jean, *A pessoa on-line: corporalidades, identidades de gênero e subjetividades no ciberespaço*. In: Omertaa: journal for applied anthropology, 2007, p. 109-117. Disponível em: <<http://www.omertaa.org/archive/omertaa0014.pdf>> Acesso em 12 de abril de 2014.

SÍBILIA, Paula. *Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica do sujeito*. Grupo de Tecnologias Informacionais da Comunicação e Sociedade, XII Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação, São Bernardo do Campo, 2004.

VIGARELLO, Georges, Introdução. In: , CORBIN, COURTINE; VIGARELLO (org.). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

XAVIER, R. Claudio S; OLIVEIRA, L. *Cibercorpo: interface e (in)formação*. In: 4º SOPCOM, Aveiro, 2005.

XAVIER, R. Cláudio S. *Ciberespaço, Cibercorpo, Ciberaprendizagem: um novo status do conhecimento*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia-UFBA, 2004.

### Referências de Imagens

Quadro 1 – FRAGALLE, L. P. *Resultado da análise sobre cibercorpo/corpo digital em produções acadêmicas brasileiras*. São Carlos: [s.n.], 2014.

Retificação:

**SOCIOLOGIA**

GT 10 VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME

Sessão 2: Polícia, Justiça e Prisões

## “VESTIR A FARDA”: ANÁLISE DA FIGURA DO “HERÓI” E DA “HEROÍNA” NA POLÍCIA MILITAR

Giulianna Bueno Denari – UFSCar  
giudenari@gmail.com

**Resumo:** Serão abordados alguns resultados de uma pesquisa realizada para a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFSCar em 2013. Trata-se de um estudo sobre as figuras do “policia herói” e da “policia heroína” na Polícia Militar (PM). Por meio da análise de tais figuras procurou-se entender quais características e funções são atribuídas e valorizadas aos dois profissionais, a depender do gênero de cada policial. Mesmo a PM tendo adotado políticas de “humanização” da sua imagem (como a inserção do Policiamento Comunitário e da figura feminina no efetivo), o *ethos* militar ainda é valorizado socialmente e pelos próprios profissionais em sua atuação. Relacionando os estudos sobre profissão e gênero com estudos sobre a inserção e presença das mulheres na PM, a pesquisa buscou mostrar quais as características mais valorizadas em uma policial militar e principalmente, qual a visão dessas profissionais sobre sua atuação, levando em consideração quais dificuldades e vantagens identificam para provarem-se “boas profissionais”. A conclusão da pesquisa apontou que as definições sobre o que seria um “policia herói” estão intrinsecamente ligadas às definições que a PM atribui ao gênero e ao papel que cada gênero desempenha nas atividades ligadas ao policiamento (ainda que, no processo de atribuição deste adjetivo, são avaliadas tanto atividades formais quanto informais que circundam o cotidiano do (a)s policiais). Assim, em relação às policiais mulheres, estas são consideradas “heroínas” quando realizam as atividades menos prestigiadas, que não seguem o *ethos* militar, conseguem provar seu bom desempenho profissional e principalmente, conseguem conciliar essa função às diversas outras de suas vidas particulares. Já em relação aos homens policiais, estes são considerados “heróis” quando enfrentam situações de elevado risco, combatendo o que é entendido socialmente como “guerra contra o crime”, independentemente de sua vida particular. Esta divisão de valores e moralidade ligados ao gênero, de certa forma, permite que os policiais homens continuem executando o trabalho mais valorizado: a atuação guerreira e combativa, enquanto que as mulheres são “colocadas” em atividades menos prestigiosas da PM.

### Introdução

Foi a partir de 1955 que se passou a aceitar, a partir dos concursos, a entrada e atuação da mulher na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). O Estado foi o primeiro a iniciar tal novidade no âmbito da Segurança Pública e o que tem o maior efetivo do país<sup>257</sup>.

Inicialmente, na PMESP a mulher teve um papel delimitado e bem restrito de atuação na instituição policial. Formando a então Guarda Civil, o Corpo Feminino de Policiamento do Estado de São Paulo (CFPESP) tinha por principal função o cuidado com a população vulnerável no Estado de São Paulo, ou seja, as mulheres eram entendidas a partir da chave do cuidado maternal, carinho, atenção e educação para lidar

<sup>257</sup> São 86724 funcionários, no ano de 2013. Polícia Militar do Estado de São Paulo; GEVAC/UFSCar.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

com as crianças, jovens, mulheres e idosos. Além disso, eram essas mulheres que lidavam com as migrantes e seus filhos, levando-as para abrigos, sempre com a imagem da mãe que cuida e protege, de forma carinhosa e firme, daqueles que eram considerados mais vulneráveis (Moreira, 2011)

Este trabalho traz alguns resultados da pesquisa realizada para a monografia de conclusão de curso e tem como objetivo discutir as duas figuras heroicas da Polícia Militar (PM): o policial herói e a policial heroína. A partir desses tipos de policiais, discute-se quais as características valorizadas em cada figura e quais os aspectos sociais e políticos que permitem e perpetuam a suas existências.

Foi dado foco à PMESP pelo fato de ter sido pioneira na inserção feminina em seu efetivo, bem como ter propostas de mudanças institucionais significativas nos últimos 10 anos.<sup>258</sup> Serão analisados alguns aspectos dos gastos em segurança pública no Estado de São Paulo, comparados com os gastos em segurança pública no país, focando nos investimentos destinados às práticas ostensivas de policiamento (uma das esferas da segurança pública). O resgate da figura da mulher na instituição será feito a partir do diálogo com a bibliografia de sociologia das profissões com a perspectiva de gênero. A partir dessas duas chaves, serão retomados os conceitos de “policial herói” e *ethos* militar propostos por Roberto Kant de Lima (2008).

### **1 Policial heroína: uma análise sobre o heroísmo feminino**

Foi a partir de um decreto assinado por Jânio Quadros em 1955 que a mulher pode concorrer a uma vaga no concurso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Inicialmente, foram recrutadas para atuarem na chamada Guarda Civil do Estado de São Paulo. Naquele mesmo ano o primeiro efetivo de mulheres policiais do Brasil se apresentou as vésperas do Natal e ficaram conhecidas como “as 13 mais corajosas de 1955”. (Moreira, 2011) Comandadas por uma das idealizadoras do projeto, Hilda Macedo, tais mulheres tinham funções restritas e comportamentos específicos.

Considerando que no vasto complexo e multifário campo das atividades policiais há setores que pela sua natureza, reclamam tratamento preventivo e repressivo especial, e que a atuação da mulher pela sua formação psicológica peculiar, se mostra particularmente eficaz e vantajosa.” [...] Art 1º. Parágrafo único: A esse Corpo serão atribuídas tarefas de Policiamento às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste o trabalho feminino em razão de sua formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres. (SÃO PAULO, Decreto-Lei n. 24.548, de 12 de maio de 1955).

---

<sup>258</sup> Como a criação da Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo (1995) e o início de uma nova proposta de policiamento, o Policiamento Comunitário (1997).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O cuidado é a principal característica atribuída social e historicamente ao feminino que, como afirma Avtar Brah “o signo ‘mulher’ tem sua própria especificidade constituída, dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. (...)” (BRAH, 2006:341). De acordo com o decreto-lei acima, as mulheres seriam mais aptas a tratar com crianças, idosos, jovens e outras mulheres por uma “formação psicológica peculiar”. A policial representando a figura da mãe, segura e protetora, como afirma Moreira (2011), era colocada em destaque nos lugares de maior visibilidade, como estações de trens, rodoviária, portos e no controle do trânsito da cidade. A autora traz em seu trabalho fotos dessas primeiras mulheres, vestidas com uma farda adaptada para ser uma saia, com sapatos de salto e bolsas para carregar a arma, que por ser de menor calibre, seria mais adequada ao porte feminino. Tal uniforme não era programado para possibilitar o combate, mas sim, transmitir confiança através dessas mulheres.

A principal justificativa para a inserção de tal novidade na instituição policial era a necessidade de humanização da imagem da polícia, como apontam Soares e Musumeci (2005). Tal ideal foi favorecido pelo fato das primeiras policiais militares da PMESP terem exercido funções de visibilidade, ou seja, controle do trânsito, da rodoviária, estação de trem (locais de chegada e partida de aglomerações na cidade). Porém, ainda segundo as autoras, essa foi uma “reforma cosmética”, ou seja, não buscou mudanças estruturais na instituição, não visava uma mudança efetiva na forma de atuação policial, mas liberava os homens para o trabalho viril, de “policiais de verdade” e delegava às mulheres as funções menos prestigiadas, que não precisavam de força física para atuar. Havia também uma padronização da atuação masculina, mas apenas em relação à presença feminina.

Segundo Moreira (2011) a mulher era colocada como uma imagem a ser respeitada sob todos os aspectos: não deveria ser olhada diretamente pelos companheiros de profissão e não deveria ser questionada em suas funções específicas. Quando estivessem em patrulha na rua, deveriam ser acompanhadas por um policial (fardado ou à paisana), para proteção dessas mulheres e porque, caso presenciassem algum delito, não podiam atuar (na época, o policiamento e atendimento das ocorrências eram atividades exclusivas dos homens).

Apenas a partir dos anos 2000 que as funções foram unificadas e homens e mulheres passaram a poder exercer as mesmas atividades de policial. A partir de então, também favorecido pelo desaparecimento das cotas, o número do efetivo feminino vem

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

aumentando. Os dados que tratam especificamente de gênero não são colhidos com frequência, o que nos deixa lacunas ao longo dos anos sobre o assunto.

Tabela 1 - Efetivo Policial Militar do Estado de São Paulo, por gênero

Ano	Número			%			Referências
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	
2003	8.406	78.517	86.923	9,7	90,3	100	Soares e Musumeci (2005)
2011	8.586	76.470	85.056	10,09	89,91	100	Pesquisa Perfil (2013)
2013	9030	77694	86.724	10,4	89,6	100	GEVAC/Ufscar (2013)

O número de mulheres ainda é reduzido em relação ao efetivo masculino, mas como aponta Passinato (2013), o número de mulheres oficiais, em proporção ao efetivo específico, é maior do que em relação aos homens. Isso porque, segundo a autora, para se alcançar determinadas patentes de oficialato leva-se em conta apenas o tempo de serviço, não dependendo assim, de avaliação dos superiores por serviços prestados.

Tabela 2 - Efetivo feminino e masculino da PMESP, segundo patente/ graduação por ano

Ano	Oficiais <sup>259</sup>			Praças especiais de Polícia <sup>260</sup>			Praças de Polícia <sup>261</sup>			Referências
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	
2003	316	4230	4546	134	809	943	16362	73478	89840	Soares e Musumeci (2005)
2012	508	4502	5010	88	409	497	7990	71560	79550	Pesquisa Perfil (2013)

Mas como apontam Soares e Musumeci (2005) ainda assim há barreiras para a ascensão na carreira policial, uma vez que também depende de avaliações dos superiores, além de indicações e “prestação de favores” (como agilização de algum serviço ou mesmo favores sexuais). Nesse sentido, a literatura sobre sociologia das profissões traz elementos importantes para entender a profissão de policial,

<sup>259</sup> Segundo Neme (1999) os Oficiais de Polícia são as seguintes patentes: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente.

<sup>260</sup> Segundo Neme (1999) os Praças especiais de Polícia são as seguintes graduações: Aspirante a Oficial e Alunos da Escola de Formação de Oficial da Polícia.

<sup>261</sup> Segundo Neme (1999) os Praças de Polícia são as seguintes patentes: Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

historicamente uma profissão masculina com conceitos como “teto de vidro”, “virilidade” e “apagamento de gênero”.

De acordo com Le Feuvre (2008) o conceito de “teto de vidro” seria a representação de barreiras invisíveis, mas efetivas, de barrar ou atrasar a ascensão de determinados tipos em determinadas carreiras. Mulheres, homossexuais e negros são os mais afetados por tal barreira invisível: por não haver mais respaldo legal que impeça mulheres de ocuparem cargos de chefia (no caso da polícia, a junção das funções, por exemplo), são criados mecanismos reais, mas não visíveis de falsa aparência de igualdade.

Já “virilidade”, seria uma postura assumida pelas mulheres de buscarem agir de forma mais associada ao modelo dominante o masculino. Consideram que conciliar trabalho e cuidado doméstico são atos heroicos e acabam por assumir postura de “apagamento de gênero” ou “neutralizar” seu pertencimento sexual. Para se provarem boas profissionais, sendo na atuação “de rua” (policciamento ostensivo) ou “burocrática” (atividades administrativas internas da PM), elas sempre afirmam ter que se provarem capazes de realizar o serviço ou então, afirmam que após assumir uma postura mais rígida, mais semelhante aos colegas homens, não mais tiveram problemas profissionais e assim, puderam melhorar na posição hierárquica na instituição (Soares e Musumeci, 2005).

Ainda segundo Le Feuvre, não basta analisar apenas o número crescente de mulheres no mercado de trabalho, mas principalmente a qualidade de inserção nesse mercado. Mais do que reclamarem das posturas dos colegas em relação à presença feminina, reclamam das más condições de trabalho na profissão como um todo, principalmente no quesito de adaptação material para acolher o “diferente” na instituição.

Coletes que não se ajustam ao corpo feminino, alojamentos não separados e fardas não adaptadas são as maiores recorrências nas reclamações das mulheres no estudo de Soares e Musumeci (2005). As autoras trazem em sua obra uma dualidade nos discursos, também presente no trabalho de Passinato (2013), muito marcada pela negação de problemas na instituição devido ao gênero, característica essa muito presente nas mulheres que alcançaram os cargos mais altos na hierarquia institucional. Porém, como nos apresenta Bonelli (2011) em seu estudo sobre a carreira jurídica que leva em consideração as mulheres e homossexuais, a negação das diferenças (e não a



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

luta contra as desigualdades) é mais uma forma de reafirmar posições desiguais e subalternas.

A diferença como subjetividade e vocalizada entre aqueles que procuram ativamente apagar a externalização dela buscando neutralizar marcadores que subordinam, como os estereótipos de gênero. Entretanto, estes acabam sendo reconvertidos em essência feminina que qualifica o gênero como atributo a empoderar a juíza por ser “mais diligente, minuciosa, perseverante, dedicada, sensível para lidar com questões administrativas e trazer outra visão para o ambiente de trabalho.” Varias manifestações discursivas dos entrevistados percebendo a diferença como experiência vieram permeadas desses essencialismos. Mais do que as mulheres, os juízes enfatizaram que o gênero não é fator de diferença na carreira, reconhecendo menos a existência de preconceitos na magistratura do que elas. A diferença como experiência dá sentido a essa percepção feminina. Embora não identifiquem a existência de segmentação na carreira segundo o gênero, vivenciam a força dos estereótipos e mapeiam os preconceitos que alimentam lutas em torno dessas hierarquizações. (BONELLI, 2011: 19)

As posições assumidas por essas mulheres ao entrarem para carreira, também dizem muito sobre a permanência dos preconceitos e consolidação das desigualdades de gênero na profissão; é a incorporação do discurso dominante por aqueles que são dominados, aceitando a justificativa científica da desigualdade<sup>262</sup>, não promovendo novas visões sobre a profissão, mas a pensar uma mudança que, afinal, nada muda concretamente.

Desta forma, as mulheres tem que “se virar” para terem destaque na profissão, precisando sempre provar que podem ser tão boas quanto os colegas de profissão, sempre em comparação e não por padrões próprios, como é destacado nos depoimentos das policiais trazidos pelo trabalho de Soares e Musumeci (2005). Porém, precisam “se virar” também em lidar com a vida pessoal. Hirata e Kergot (2008) apontam 4 modelos de vínculo social com a profissão. O que mais se assemelha aos depoimentos das policiais é o da delegação, no qual as funções domésticas são delegadas a terceiros (no caso, quase sempre outras mulheres). Essa delegação de atividades nem sempre se refere a uma posição de classe ao contratarem empregadas para auxiliar no cuidado da limpeza e arrumação da casa; significa também encontrar pessoas que cuidem dos filhos quando não conseguem uma escola em tempo integral, pedindo à família, por exemplo.

---

<sup>262</sup> Como aponta Simone de Beauvoir (1970) há diferenças biológicas entre homens e mulheres, principalmente no que diz respeito às características físicas. Porém, como discute a autora, é preciso compreender o porquê de uma característica ser colocada como melhor e ideal, enquanto a outra é colocada em posição de inferioridade, ou seja, não basta tratar a diferença biológica como desigualdade, mas entender o porquê de ser considerado histórica e socialmente desigual. No caso da PM, como argumenta Roberto Kant de Lima (2008), a força física é valorizada como característica primordial para ser considerado um bom policial (o policial herói) e aqueles que não possuem essa força física ideal não poderiam partilhar do mesmo prestígio que os outros.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Acho que deveriam ser criadas mais creches, porque essa coisa de mãe policial militar é uma coisa que... difícil de você conseguir creche ou alguém que cuide do seu filho. O policial masculino, ele deixa com a esposa, agora, a policial feminina já fica complicado. Então, isso aí eu acho que é um ponto que deveria ser olhado com mais carinho. (Praça Susana). (SOARES E MUSUMECI, 2005:199).

E é assim que são chamadas heroínas: não por serem boas policiais apenas, mas por terem um emprego, lidar com preconceitos e problemas estruturais nos batalhões, por cuidarem de suas casas, filhos e família. O cuidado aparece de novo, entendido como a “característica natural” da mulher, que deve expandi-lo de sua casa ao seu trabalho.

### **2 Policial herói: uma análise sobre o heroísmo masculino na PM**

De acordo com os estudos sobre segurança pública de Luís Eduardo Soares (2007), a partir das campanhas eleitorais de 2002 para presidência da república, houve uma mudança na forma de pensar e elaborar políticas de segurança pública. Através do Plano de Segurança Pública, proposto pelo então candidato a presidência Lula, o tema segurança pública passou a ser discutido em âmbito nacional, visando uma interação constante entre os governos estaduais e o governo federal.

O plano visava uma atuação conjunta entre os governos, havendo assim investimentos dos recursos por setores de atuação (os chamados Gabinetes de Gestão Integrada). De acordo com o autor, estas não foram as primeiras ações no sentido de agenciar a segurança pública de forma nacional, porém, foi a primeira vez que se discutiu segurança pública como uma política pública que deveria ser contínua e não dependente de políticas diferenciadas a cada troca de governo (SOARES, 2007).

No Estado de São Paulo, há um crescente investimento em políticas de manutenção do paradigma reativo quando se trata de policiamento. Há mais de 10 anos que a mesma legenda política governa o Estado e poucas foram as mudanças em relação aos investimentos nos setores de segurança pública, como se observa na Tabela 3 abaixo. Como apontam Silvestre *et all* (2013), o crescente número de novos presídios e o encarceramento massivo são características que merecem destaque nas políticas estatais, que possuem o respaldo do Ministério Público e do Judiciário para a consolidação dessas políticas reativas. Porém, essas políticas não são impostas para a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sociedade, ou seja, há uma crescente demanda social para que haja mais prisões e atuações truculentas e repressivas por parte das polícias.

Ano	Policimento		Defesa Civil	
	União	São Paulo	União	São Paulo
2005	499,142,587	3,611,860,668	197,498,746	15,905,811
2006	591.022.984,66	4.279.970.148,68	223.505.060,96	14.933.221,14
2007	1.107.526.209,75	4.825.264.365,87	502.616.410,14	18.563.098,18
2008	1.024.246.000,00	7.584.467.181,07	898.156.000,00	21.080.157,48
2009	603.112.000,00	8.626.688.263,48	1.841.056.000,00	19.980.975,96
2010	721.398.317,59	6.002.243.824,23	2.919.900.338,92	28.463.959,04
2011	468.744.253,45 3,28	10.464.184.037,60	654.811.931,53	28.901.986,61
2012	1.428.125.595,04	7.291.669.213,27	1.500.238.482,92	70.916.783,37

Tabela 3 - Despesas realizadas com a Função Segurança Pública por Subfunções / União e Estado de São Paulo

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo.

Tabela 3 - Conclusão

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo.

Nota-se a partir da Tabela 3 que os gastos com policiamento ultrapassam em muito os gastos com as demais subfunções de segurança pública. Vê-se que o entendimento do que é segurança esta muito mais ligado ao combativo do que o preventivo: os gastos com policiamento indicam uma preferência em investir no combate à violência e violação de propriedades privadas, do que investir na subfunção “Defesa Civil” e mesmo “Investigação e Inteligência”. A preocupação não esta em solucionar e prevenir conflitos (entendendo que problemas com habitação também são conflitos sociais), mas sim, combatê-los. O que se torna mais explícito quando observamos a propaganda disponível no sítio da PMESP<sup>263</sup>:

Na propaganda há uma exaltação no que se refere ao número de prisões, ao investimento em viaturas e policiamento aéreo. Para uma melhor atuação da polícia, investe-se em contratação de mais policiais militares, mais viaturas para a instituição e

Ano	Informação e Inteligência		Demais subfunções	
	União	São Paulo	União	São Paulo
2005	53.666,883	4,277,096	2,267,742,951	2,258,380,593
2006	67.309.775,66	3.192.111,25	2.567.784.314,71	2.818.276.675,74
2007	130.644.571,37	5.151.647,29	3.014.593.903,58	2.769.964.613,12
2008	1.415.204,90	128.700.552,39	3.964.744.000,00	1.222.546.996,25
2009	109.706.000,00	199.613.194,68	4.732.765.000,00	1.271.089.995,95
2010	138.040.060,15	201.367.938,30	5.948.943.764,14	1.091.382.659,88
2011	37.761.346,24	275.463.304,72	4.582.811.003,08	1.489.152.624,56
2012	327.731.991,85	273.236.024,01	4.622.419.283,18	1.006.281.937,67

sistemas de informação. Não se tem a preocupação em divulgar quantas dessas prisões são investigadas e é dado andamento ao processo; não é divulgado como a taxa de homicídios decaiu nesses anos e como o atendimento às ocorrências é feito e qual a natureza de tais ocorrências.

Desta forma, quais as características essenciais para ser um policial que possa cumprir tais funções? Como aponta Roberto Kant de Lima (2008), o *ethos* militar proporciona que a atuação repressiva e combativa seja reproduzida pelos policiais. Segundo o autor, esse *ethos* é a ética policial, que só é partilhada pelos iniciados, tal ética é reflexo do sistema de justiça brasileiro. Sendo este inquisitório, a prática de

<sup>263</sup> Disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/infograficos/segurancapublica/>, acesso em 28 abr. 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

investigação dos casos é feita de forma sigilosa, sendo o acesso concedido apenas quando a investigação esta encerrada. Kant de Lima não entende que as práticas policiais sejam desta forma, justificadas pela ausência de treinamento e preparo, mas sim, uma escolha política que vem sendo feita ao longo dos anos: a valorização da força física, combativa e agressiva para a manutenção da ordem e não a administração de conflitos.

Sendo a PM formada e mantida através de padrões e modelos semelhantes aos das Forças Armadas brasileiras, a característica ostensiva pode e é supervalorizada na atuação profissional. Aparece assim a figura do “policia herói”, aquele que faz parte de uma instituição já secular no Brasil, formada para defender tanto as terras quanto a população. Inicialmente o que hoje é chamado de PM surgiu como uma cópia da Guarda Real de Polícia francesa; sendo uma guarda específica para proteger a família real, esta guarda surgiu no Brasil junto com a chegada da família real portuguesa, a partir de 1808. Surgiu assim, para proteção de uma minoria privilegiada daqueles considerados indesejáveis. Após diversas mudanças de nomenclatura e junções com outras guardas, a PMESP ainda busca por manter a ordem (como consta em seu sítio oficial), ou seja, qualquer conflito é visto como uma ameaça à ordem e deve ser combatido como se faz em uma guerra.

Vê-se que o policia herói é aquele que segue esse *ethos* militar, essa ética profissional específica. É viril, masculino e “veste a farda”, ou seja, atua como um policia herói. As falas apresentadas no livro Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro de Soares e Musumeci (2005) destacam essa importância dada à farda. Roberto Kant de Lima também discute a importância da farda como símbolo da virilidade da atuação de um policia. Esconder-se atrás da farda seria quando um policia não atua na função ostensiva, ou seja, ele atua em funções administrativas, policiamento comunitário ou delegacia da mulher, por exemplo. Essas são funções menos prestigiadas por não estarem em consonância com o *ethos* militar e normalmente, são funções exercidas por mulheres na instituição.

### 3 Conclusão

O objetivo deste trabalho foi analisar a imagem da “polícia heroica” e como essa imagem se dá nos homens e mulheres que exercem a profissão, a partir de trabalhos realizados na instituição, focando no Estado de São Paulo, mas buscando em produções

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

referentes a outros Estados brasileiros, características que auxiliem no entendimento da corporação paulistana.

A PM seria a representação da garantia dos direitos e da segurança dos cidadãos, como consta no sítio oficial da instituição ao descreverem suas funções. Não haveria um extremismo de guerra pelo controle social, mas uma ação para proteger e garantir a população, os direitos que lhe são prescritos na constituição cidadã. Não proteger o território brasileiro de ameaças externas e também, não mais guerrear contra os “inimigos internos”, apesar dos elevados investimentos em armamentos, como mostrado ao longo deste texto.

Há também, demandas por uma polícia cidadã, por parte de movimentos sociais e por parte de uma parcela progressista da própria polícia, ao perceber uma expressiva perda de sua legitimidade de atuação, como apontam Neto (2004), Souza (2009) e Loche (2010). A criação das ouvidorias, a introdução de matérias como direitos humanos na formação dos policiais e a incorporação de mulheres no corpo efetivo de policiamento, são sintomas dessas mudanças, que são ações de reivindicações internas e externas no corpo de funcionários da polícia.

De toda forma, nas policiais, o processo de tomada de decisões institucionais continuam regressivos. A polícia pode ser caracterizada como um serviço sem clientes, pois os policiais julgam que não respondem a nenhuma forma de controle e os critérios de atuação, as estratégias de policiamento, bem como as decisões são tomadas sempre a partir de critérios internos e burocráticos. (SOUZA et al, 2009: 39).

Como argumenta Souza nesta fala, apesar de todas essas mudanças e adequações aos ideais dos direitos humanos, ainda há o caráter regressivo na instituição e neste caráter regressivo, o ideal combativo de polícia ainda é valorizado. A figura do policial comumente estimada é a do herói, como apontou Roberto Kant de Lima (2008). Porém os motivos que levam a essa imagem ser estimada variam de acordo com a posição de gênero na profissão: quando se trata das mulheres o heroísmo tem fontes diferenciadas.

Para os homens, a fonte desse heroísmo está em sua atuação nas ruas, combatendo o crime, lidando com todos que desviam da lei, que se colocam em guerra contra o crime para dar mais segurança à população. Já as mulheres são heroínas na medida em que, além de enfrentarem turnos e as rotinas de suas profissões, lidam com a rotina doméstica. É fazer, para além de suas obrigações tradicionalmente femininas de cuidado doméstico, um bom trabalho como policial, “vestir a farda”: na visão delas, serem heroínas todos os dias, em todas as funções.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### Referências

- BONELLI, M. G. Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais. **Contemporânea** n. 1 p. 103-123 Jan.–Jun. 2011.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.
- CALAZANS, M. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1): 142 – 150, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2004. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2003.
- CAPPELLE, M.C.A. e MELO, M.C.O.L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, V. 11, N. 3, Edição Especial. SÃO PAULO, SP .MAI./JUN. 2010. p. 71-99.
- \_\_\_\_\_. **O trabalho feminino no policiamento operacional**: Subjetividade, Relações de Poder e Gênero, na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais. 2006. Tese. Doutorado em Administração. Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006.
- CEL. FÁTIMA RAMOS DUTRA: BENDITA ENTRE OS HOMENS**. Disponível em < <http://www.flogao.com.br/consegsulsorocaba/136771728> > Acesso em 09 de set. de 2013.
- COM 56 ANOS NO FRONT POLICIAL, MULHERES CHEGAM AO COMANDO**. Disponível em < <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/com-56-anos-no-front-policial-mulheres-chegam-ao-comando,585bac68281da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> > Acesso em 08 de jan. de 2013.
- FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 1ª edição, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2ª edição, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 3ª edição, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 4ª edição, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 5ª edição, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 6ª edição, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 7ª edição, 2013.
- LE FEUVRE, N., Modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha. In: COSTA, A., SORJ, B., BRUSCHINI, C., HIRATA, H. (org) **Mercado de trabalho e gênero, comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 420p.
- LESSA, M.L. **A história da mulher na polícia bandeirante**. Disponível em < <http://www.comseguranca.com.br/novo/mulherpolicial.htm> >. Acesso em 30 de set. de 2013.
- LIMA, R.K. **Direitos civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”**: a formação policial em questão.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

\_\_\_\_\_ **A tradição inquisitorial, Cultura jurídica e práticas policiais.** Disponível em < [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs_04.htm) > Acesso em 16 de dez. de 2013.

LOCHE, A. **A letalidade da ação policial: parâmetros para análise.** Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, n. 17, jul/dez 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Mulheres nas Instituições de Segurança Pública:** Estudo Técnico Nacional. Brasília – 2013.

\_\_\_\_\_ **Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública.** Brasília – 2013.

MOREIRA, R. e WOLFF, C.S. A ditadura militar e a face maternal da repressão. **Dossiê gênero, feminismo e ditaduras.** Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009, (56-65).

\_\_\_\_\_ **Sobre mulheres e polícias:** A construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). Tese de doutoramento. Florianópolis, 2011. UFSC.

NEME, C. **A Instituição Policial na ordem democrática:** o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 1999. 107p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

NETO, P.M. **Policiamento Comunitário e Prevenção do crime:** a visão dos coronéis da Polícia Militar. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 103-110, 2004.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOARES, B.M. e MUSUMECI, L. **Mulheres policiais:** presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ **Polícia e Gênero:** presença feminina nas PMs brasileiras. **Boletim de Segurança e Cidadania.** Ano 02/n° 04 – abril de 2004. 1-16 p.

SOUZA, L.A.F., OLIVEIRA, I.V. e FERREIRA, G.L. O sistema policial no estado de São Paulo e o processo de reforma pós-redemocratização. In SOUZA, LAF, org. **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo:** situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 219 p.



Retificação:  
**ANTROPOLOGIA**  
GT 1 POVOS TRADICIONAIS

**ENTRE A FLORESTA E O DOMÉSTICO: OS CÃES E OS ÍNDIOS  
DA AMAZÔNIA<sup>264</sup>**

Paulo Bull (UFRJ/PPGAS-IFCS)

paulobull.ufrj@hotmail.com

CNPq

Em *Do clima e terra do Brasil*, primeiro dos três tratados de Fernão Cardim sobre sua expedição ao país, os cães são vistos pelo missionário como um dos únicos animais estimados tanto pelos europeus quanto pelos indígenas:

Os cães têm multiplicado muito nesta terra, e ha-os de muitas castas; são cá estimados assi entre os Portuguezes que os trouxerão, como entre os Indios que os estimarão mais que quantas cousas têm pelos *ajudarem na caça*, e serem *animais domesticos*, e assi os trazem as mulheres às costas de huma parte para outra, e os crião como filhos, e lhes dão de mamar ao peito (Fernão Cardim, 1625 [1980:58], grifos meus).

Tendo em vista trabalhos que tratam da complexidade cosmológica ou simbólica, estrutural ou fenomenológica, de alguns animais de criação específicos (como o gado ou a galinha, por exemplo<sup>265</sup>) introduzidos pela Conquista, procuro neste ensaio versar sobre uma figura ambígua e ambivalente na Amazônia, e pouco explorada, que é a do cachorro.

O cão, envolvido na caça como auxiliar, e no ambiente doméstico como animal familiarizado ou domesticado, talvez seja um exemplo interessante para se pensar o estatuto ambíguo de alguns animais amazônicos, isto é, as relações ora cuidadosas, ora agressivas e violentas, dos indígenas da Amazônia com os animais. Dando prosseguimento às propostas recentes de Vander Velden, que focalizam as relações não

---

<sup>264</sup> Este trabalho só pode ser realizado mediante a orientação dos professores Carlos Fausto e Luiz Costa. Agradeço aos mesmos, bem como aos colegas do LARMe (Laboratório de (Antropologia da) Arte, Ritual e Memória) que fizeram sugestões e comentários sobre este trabalho. Agradeço também aos pesquisadores que responderam ao questionário sobre o tema aqui tratado. Utilizo a abreviação "c.p." (comunicação pessoal) para me referir aos dados levantados a partir deste questionário.

<sup>265</sup> Sobre gados e galinhas, respectivamente, ver Vander Velden, 2011 e 2012.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

entre humanos e animais enquanto categorias gerais, mas sim relações entre humanos e certos animais específicos, tenho como objetivo aqui: apresentar alguns aspectos da relação entre indígenas da Amazônia com seus cães; discutir sobre os motivos e o significado da associação entre cães e onças; discutir os dados analisados à luz da predação familiarizante (Fausto, 2001); e, por fim, apontar uma possível discussão com o perspectivismo ameríndio (Viveiros de Castro, 1996; 2004).

### **Os cães e a caça**

Desde meados da década de 80, etnólogos americanistas concebem a predação na Amazônia como modo primário de interação com o exterior, esfera na qual o grupo local se constitui mediante a apropriação externa de recursos simbólicos firmados na alteridade. Envolvendo um jogo de perspectivas entre a presa e o predador, a prática da caça resulta na apropriação de identidades alheias, e assim a pessoa se constitui a partir de sua relação com o Outro - afins, parceiros, inimigos, entre outros sujeitos que propiciam o "devir Outro" constitutivo daquilo que Viveiros de Castro chamou de "economia simbólica da predação", ou "economia simbólica da alteridade".

Em contrapartida aos trabalhos de âmbito estruturalista, alguns etnólogos transcendem a dimensão estrutural da caça e, a partir de uma visão menos heurística ou até mesmo mais fenomenológica, tentam compreender a caça - ou a familiarização de animais - considerando "a prática em si mesma" e menos suas implicações estruturais. Mesmo dedicando inúmeros trabalhos ao tema da caça, a complexidade empírica da relação entre humanos e animais foi particularmente obscurecida por modelos explicativos de caráter estruturalistas.

Os cachorros proliferaram intensivamente entre as Américas após a Conquista, e as evidências de seu uso como auxiliar na prática da caça, como mostra Schwartz, é recorrente historicamente (1997). Tanto companheiros de caça quanto "curiosos" animais de criação, os cães (*jawara*) entre os Awá-Guajá, povo Tupi-guarani localizado no Pará, são parte vital na cinegética nativa e muito bem sucedidos na prática da predação segundo Uirá Garcia (2010: 292). Os principais atributos deste animal são a especialidade no rastreamento de diversos animais e a capacidade de caçar sozinho

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

animais como cotias, pacas, tatus e outras presas de pequeno porte<sup>266</sup>. Por conseguinte, como mostram não só Garcia (idem), mas também diversos autores, quanto mais bem sucedidos forem os cães na prática da caça mais são valorizados (Catherine Howard, 2002:240-9; Gordon, c.p.; Xavier, c.p.),

A inserção dos cães na caça exige cuidado e treinamento. Segundo Garcia (2010:291-2), parte do processo de cuidado e treinamento dos cães consiste em fazê-los ingerir algumas substâncias que os induzem a aguçarem seu faro. Dessa forma, os cães aprimoram suas capacidades cinegéticas, já que sua principal forma de detectar uma presa é pelo cheiro. Por exemplo, sempre que os Guajá matam um animal de grande porte (como antas e porcos), "esfregam o focinho do cachorro na presa morta, gritando com ele para que 'aprenda' (*imarakwá* – 'lembrar') o cheiro da mesma e passe a caçar melhor" (Idem).

A prática da (não) alimentação dos cães também está atrelada ao treinamento deste animal para a caça. Entre os Koripako, localizados no Alto Rio Negro, bem como entre os Trio, localizados no sul do Suriname, deixar o cão com fome antes da caça é uma técnica usada para torná-lo bom caçador (Xavier, c.p.; Brigman, c.p.).

Entre os Achuar, como mostra Descola (2006), os índios concedem aos cachorros alucinógenos para que tenham um olfato mais aguçado e, entre os Kanamari, povo de língua katukina da Amazônia ocidental, os cachorros recebem o *wakoro*<sup>267</sup>, substância extraída da barriga do sapo e ingerida para curar o azar (*panema*) na caça, mas cujos efeitos de tal ingestão são a náusea e o vômito (Costa, c.p.).

Na região das guianas, os cães entre os Waiwai, sob os cuidados da mãe, são levados ao rio para banharem-se mais de uma vez ao dia, têm seus piolhos e larvas extraídos, e são revestidos de urucum vermelho para "parecerem bonitos". Por meio destas atividades características do processo geral de "treinamento" dos animais, emerge o desenvolvimento (*growth*) do corpo do animal doméstico segundo Catherine Howard (2002:243). Já entre os Trio, o treinamento dos cães abarca o ensinamento de habilidades para nadar<sup>268</sup> e também a manipulação física de seus corpos - como cortar

---

<sup>266</sup> Como apresenta Koster (x: 583), os quatis são as presas preferidas dos cachorros, ao contrário, por exemplo, da capivara.

<sup>267</sup> Mais conhecido como *kampo*, termo de origem pano (Costa, c.p.)

<sup>268</sup> Este tipo de treinamento também é realizado pelos Koripako (Xavier, c.p.).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

seus cabelos, torcer suas caudas e picar seus narizes para que os cães adquiram resistência e bom faro (Brigtman, c.p.).

Na maioria dos grupos indígenas sobre os quais adquiri dados etnográficos, os cães de caça são propriedade dos homens e recebem tratamento especial em relação aos demais cães não considerados caçadores. Entre os Koripako, os cães são em geral maltratados, mas os caçadores são exceções: o fato de participar da caça implica o cuidado do cão por parte de seu dono mesmo sejam de certa forma maltratados no processo de treinamento.

Em relação à alimentação, o cachorro bem sucedido na predação pode alimentar-se da caça justamente por ter ajudado a gerá-la (Xavier, c.p.). Entre os Hixkaryana, povo localizado na região das guianas, os cães não caçadores são alimentados apenas de restos de comida, "geralmente partes imprestáveis", ao passo que os cães caçadores recebem parte daquilo que renderam na atividade cinegética (Lucas, c.p.).

Ainda entre os Hixkaryana, uma vez grandes (e, com isso, caçadores - bons ou não), os cachorros pertencem aos homens (idem). Designando uma partícula de "posse alienável", entre os Kanamari os cães de caça são propriedade do homem enquanto os filhotes são basicamente ignorados e deixados aos cuidados da mulher (Costa, c.p.). Os cachorros mais novos, mesmo sendo mais bem tratados - aos nossos moldes ocidentais - que os adultos, são valorizados apenas pelas mulheres e tidos por estas como "filhos" (entre os Trio, como apresenta Brigtman, c.p.)<sup>269</sup>. Entre os Paumari, povo localizado no rio Purus, e também entre os Xikrin, localizados no Pará, existe uma considerável diferenciação em relação aos animais adultos e filhotes, sendo estes últimos "extremamente bem tratados" (Bonilla, c.p.) na medida em que, de acordo com a idade, "se diminui consideravelmente o cuidado" (Gordon, c.p.).

Mesmo sujeitos à violência no ambiente doméstico, os cães são companheiros na caça (e treinados para exercer tal atividade, como já mostrado) e afetivamente cuidados, especialmente por mulheres, quando filhotes. Em geral, como expõe Garcia (2010:292), são "curiosos" animais de criação. Ao mesmo tempo em que deixam os cães morrerem de fome, tratando-os de maneira "pouco amistosa", os indígenas Chané, residentes na

---

<sup>269</sup> Vale ressaltar que o autor diferencia os cães dos filhos efetivos: mesmo ambos sendo considerados membros da família, o "tipo de amor" é diferente na medida em que apenas os cães podem ser negociados ou trocados, algo que não ocorre com os filhos.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Bolívia, sentir-se-iam enormemente ofendidos se alguém pretendesse matar alguns de seus cachorros (Villar, 2005: 500). Entre os Paumari, povo de língua aruá do médio Purus, os cães são "enxotados" constantemente e, em geral, mal tratados do nosso ponto de vista. Porém, o falecimento ou adoecimento de algum cachorro é motivo de "tristeza e preocupação" (Bonilla, c.p.). Em suma, como diz Costa sobre o caso Kanamari, povo de língua katukina da Amazônia ocidental, os cães são tratados com um misto de desdém e afeto (Costa, c.p.).

Entre os Karitiana, os cães, apesar de afetivos auxiliares na caça, são considerados animais sujos, traiçoeiros, e tanto podem caçar e potencializar comida quanto atentar a caça, isto é, deixar o caçador "panema" caso se alimentem de restos de animais abatidos - "fragmentos de carne, ossos, penas e resíduos de sangue" (Vander Velden, 2009:6). Segundo Vander Velden, a ambiguidade característica do modo de relação com os cães resulta do fato de que estes animais são vistos tanto como perigosos (visão decorrente de sua ferocidade) quanto como preciosos (visão decorrente de sua habilidade na caça) (2009:10). Concebido e tratado de forma ambígua, o cão é admirado e temido. E, diante de tal temor, apenas por meio do controle, cuidado e treinamento exercidos pelo seu dono que o cachorro se torna sociável.

### **Ambivalências**

Se por um lado a eficácia predatória do cachorro é valorizada pelos indígenas da Amazônia, sendo talvez o motivo de sua familiarização, a eficácia simbólica deste ser para Diogo Villar reside justamente no seu caráter ambíguo, decorrente da associação entre cão e jaguar que ocorre consideravelmente entre os grupos indígenas da Amazônia. Como aponta o autor, os cães operam como metáforas da vida social justamente por evidenciarem o caráter paradoxal e ambíguo desta última (2005:500-4).

A analogia, aproximação ou equivalência entre cães e onças é evidenciada por diversos grupos indígenas da Amazônia. Seja morfológicamente, no sentido de compartilharem atributos de ferocidade, seja por estarem envolvidos na caça como predadores, alguns fatores atestam tal associação. A terminologia pela qual os cães são designados talvez seja o principal fator que aponta para uma 'semelhança lógica' (Vander Velden, 2012: 297) entre cães e onças. Entre os Awá-Guajá, por exemplo, "utiliza-se a tradução 'cachorro' para fazer referência aos *jawara* (onças)" e se chama,

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

muitas vezes, os cachorros de onça (Garcia, 2012:296). Já entre os Karitiana, cachorros são literalmente "onças mansas" ou "onças de criação" (Vander Velden, 2009:9).

Segundo Vander Velden, duas são as razões que podem explicar a associação entre cães e onças. Em primeiro lugar, tanto os cachorros quanto os outros carnívoros (tais como os cachorros do mato) são associados pelos Karitiana à onça pelo fato de compartilharem a ferocidade, atributo prototípico do felino (idem). Para este grupo indígena, ser potencialmente perigoso é um dos fatores que conduz a associação do cão ao maior carnívoro das Américas. Descola (1994:230) também observa que a classificação semelhante para cães (e também outras espécies de mamíferos carnívoros) e onças provém da concepção nativa de que estes seres compartilham "natural ferocidade e gosto por carne crua" (apud Vander Velden, 2009:8).

Para além da analogia em relação ao comportamento feroz, Vander Velden, a partir do trabalho de Fabíola Jara (2002) concebe a associação classificatória entre cães e onças segundo o *contexto ecológico* no qual tais espécies estão inseridas. Para o autor, a caça, a ferocidade, a agressividade e a competição ecológica são modos de relação semelhantes a cachorros e onças e, com isso, a classificação nativa para ambos é a mesma (Vander Velden, 2012: 296-303).

Para além dos "hábitos e técnicas corporais que ambos [cachorros e onças] têm em comum" (Idem), entre os Ávila-Runa, localizados no Equador, não somente os cães se associam aos jaguares. Estes últimos, de forma semelhante, adquirem atributos caninos conforme se tornam um "cão" dos seres espirituais mestres dos animais:

Despite their manifest role as predators, jaguars are also the subservient dogs of the spirit beings who are the masters of the animals in the forest. According to Ventura, "What we think of as a jaguar is actually [the spirit animal master's] dog." (Kohn, 2007a:11).

Enxergando uma continuidade entre os reinos humano e animal, os Runa acreditam que os animais mestres compartilham a hierarquia condizente ao domínio social do homem branco e não só incorporam o poder e os atributos deste último, mas são vistos, propriamente, como brancos - figura associada ao controle da tecnologia moderna e à posse de "aviões e picapes" (2007b: 111). Como demonstra Kohn, a esfera íntima da domesticidade e das relações locais, que se estende à da floresta, está

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

amplamente alinhada às esferas das relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas regional e nacionalmente<sup>270</sup>. As concepções dos Ávila a respeito dos mestres animais são reflexos da ordem política e econômica nativa, ordem configurada historicamente e impactada por fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais (2007b).

Como expõe Erikson (2012:16), a figura do dono e as noções de mestria sem dúvida são mobilizadas para caracterizar as relações dos humanos com os animais, e a 'jaguaricidade' também é um dos traços associados à figura do mestre na região amazônica (Fausto, 2008:335). Nesse sentido, interpreto a associação cão-jaguar também como decorrente da familiarização do jaguar por xamãs e guerreiros, isto é, da condição canina de animal feroz domesticado e sob o controle de um dono.

### **Considerações finais**

Atrelada aos núcleos da floresta e do ambiente doméstico, a distinção entre *ordinary dogs* e *hunting dogs* parece ser fundamental para indicar a forma de tratamento dos indígenas amazônicos para com o cachorro, na medida em que perpassa os aspectos de gênero, idade e valor presentes na relação entre os indígenas e cães na Amazônia. A despeito das diferenças inerentes aos casos particulares, esboço a seguinte associação tendo em vista os argumentos apresentados:

*ordinary dogs* : filhote : mulher : afeto : inutilidade : objeto :: *hunting dogs* : adulto :  
homem : desdém : destreza : sujeito

Ao apresentar recorrências e dados acerca da ambiguidade e ambivalência dos cães na Amazônia, cujo resultado foi o estabelecimento desta generalização, tenho como intuito estabelecer um diálogo com certos esquemas e modelos explicativos, como o esquema da predação familiarizante e o modelo do perspectivismo ameríndio.

A pertinência deste diálogo, no primeiro caso, reside no fato de que os cães não são (tais quais os outros animais familiarizados) tidos como xerimbabos, já que o conteúdo característico da familiarização é a apropriação de subjetividades não-humanas das quais o outro é dotado (Fausto, 2001). Seria a familiarização dos cães, nesse sentido, um processo de apropriação também de *objetividades* (na falta de uma

---

<sup>270</sup> De modo similar, High (2012) apresenta que a forma como os indígenas da Amazônia concebem os animais é central para o entendimento das mais amplas relações sociopolíticas na região.



## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

expressão mais feliz) não humanas? Em outras palavras, o cão não se apropria apenas de capacidades abstratas, mas antes de suas capacidades cinegéticas concretas, algo que produz uma inflexão ao modelo da predação familiarizante.

Por outro lado, as ambivalências do cão, isto é, sua associação ao jaguar ou ao homem branco, me parecem particularmente interessantes para se pensar o perspectivismo ameríndio e, sobretudo, a distinção entre sujeito e objeto que lhe é familiar (como aponta Course, 2010). No modelo de Viveiros de Castro (1996; 2004), a luta predatória de perspectivas envolve tentativas de afirmar a própria humanidade - dada a agentividade de cada pessoa deítica - como um sujeito que percebe (predador) em vez de um objeto de percepção (presa).

A prática da caça de animais na Amazônia, evocando um amplo campo de relações sociocósmicas, não designa apenas uma relação de disputa entre humanos e não humanos, restringindo-se à oposição presa-predador. Como nota Fausto (2007), existe uma disputa entre parentes e não-parentes, sejam eles humanos e não humanos ou apenas humanos, cuja conseqüência é a apropriação da presa ou para torná-la parente (no processo de familiarização) ou para que ela seja um dispositivo (carne) de produção do parentesco (no processo de comensalidade). Os animais, portanto, podem ser vistos não apenas como comida, mas como "fontes de capacidades" imersas em um processo geral de produção de parentesco.

Dando continuidade ao procedimento de Fausto, que busca problematizar a diferenciação ontológica entre predador e presa, como sujeito e objeto, acredito que seja preciso encontrar uma chave de análise mais precisa para entender o motivo dos cães, ao mesmo tempo, serem associados aos seres prototípicos da agência na Amazônia (o jaguar) ao mesmo tempo em que são alvos de desdém. Os cães figuram ora como ajudantes na caça, ora como animais domésticos; portanto, ora como parte vital da cinegética indígena e ora como sujeitos associados negativamente na "escala dos seres" - em função de sua baixa "potência criativa" como um animal familiarizado (Fausto, 2001:537).

A instabilidade agentiva dos cães parece decorrer de uma indiscernibilidade entre sujeitos e objetos. Como propõe Casey High para o caso dos Waorani, transcender a oposição entre presa e predador e então conceber um *continuum* de agência que varia entre os seres talvez seja a forma de analisar a associação entre cães e onças, bem como

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

a distinção entre *ordinary dogs* e *hunting dogs*, sem entender as categorias de presa e predador, humano e animal, sujeito e objeto, como opostas e exclusivas.

### Referências bibliográficas

CARDIM, Fernão. 1625 [1980:58]. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

COURSE, Magnus. 2010. Of Words and Fog: Linguistic Relativity and Amerindian Ontology. *Anthropological Theory*, 10(3): 247-263.

DESCOLA, Philipe. 1994. "Pourquoi les indiens d'Amazonie n'ont-ils pas domestiqué le pécarí? Généalogie des objets et anthropologie de l'objectivation". In: B.Latour & P.Lemmonier (orgs.), *De la préhistoire aux missiles balistiques: l'intelligence sociale des techniques*. Paris: la Découverte, pp. 329-344.

\_\_\_\_\_. 1998. "Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia". *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 4(1): 23-45

\_\_\_\_\_. 2002. "Genealogia dos objetos e antropologia da objetivação". *Horizontes Antropológicos*, 8(18): 93-112.

\_\_\_\_\_. 2006. *As Lanças do Crepúsculo: Relações jívaro na Alta Amazônia*. São Paulo: CosacNaify.

FAUSTO, Carlos. 2001. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP.

\_\_\_\_\_. 2007. "Feasting on people: cannibalism and commensality in Amazonia". *Current Anthropology*, 48(4): 497-530.

\_\_\_\_\_. 2008. "Donos demais: maestria e domínio na Amazônia". *Mana: Estudos de Antropologia Social*, 14(2): 329-366.

GARCIA, Uirá. 2010. *Karawá, a caça e o mundo dos brancos*. Tese de doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

HIGH, Casey. 2012 "Shamans, Animals and Enemies: Human and Non-human Agency in an Amazonian Cosmos of Alterity." In *Animism In Rainforest And Tundra*:

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

*Personhood, Animals, Plants and Things in Contemporary Amazonia and Siberia.*  
Oxford: Berghahn Books. pp. 130-145

HOWARD, Catherine. 2001. Wrought Identities: The Waiwai Expeditions in Search of the 'Unseen Tribes' of Northern Amazonia. Ph.D. Dissertation, University of Chicago.

INGOLD, Tim (ed). 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling, and skill.* New York: Routledge.

JARA, Fabiola. 2002. "The meaning of nominal animal categories among the Caribs of the Guianas". *Anthropos*, 97 (1): 117-126.

KOHN, Eduardo. 2007a. "How dogs dream: Amazonian natures and the politics of transspecies". *American Ethnologist*, vol. 34 (1): 3-24.

\_\_\_\_\_. 2007b. "Animal masters and the ecological embedding of history among the Ávila Runa of Ecuador". In: C.Fausto & M.Heckenberger (eds.), *Time and memory in indigenous Amazonia: anthropological perspectives.* Gainesville: University Press of Florida, pp. 106-129.

KOSTER, J. M. 2009. Hunting dogs in the lowland Neotropics. *Journal of Anthropological Research*, vol.65, pp. 575-610.

SERPELL, James. 1996. *In the company of animals: a study of human-animal relationships.* Cambridge: Cambridge University Press.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. 2009. "Sobre cães e índios: domesticidade, classificação zoológica e relação humano-animal entre os Karitiana". *Revista de Antropología*. 25(1): 124-144.

\_\_\_\_\_. 2011. Inveja do gado: o fazendeiro como figura de poder e desejo entre os Karitiana. *Anuário Antropológico*, 2010(1): 55-76.

\_\_\_\_\_. 2012. As galinhas incontáveis: Tupis, europeus e aves domésticas na conquista do Brasil. *Journal de la Société des Américanistes*. 98(1): 97-140.

\_\_\_\_\_. 2012. *Inquietas Companhias: sobre os animais de companhia entre os Karitiana.* Ed. Alameda, São Paulo.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

VILLAR, Diego. 2005. "Índios, blancos y perros". *Anthropos*, 100 (2): 495-506.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. "Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio". *Mana: Estudos de Antropologia Social* 2(2): 115-144.

\_\_\_\_\_. 2004. "Exchanging perspectives: the transformation of objects into subjects in Amerindian ontologies". *Common knowledge* 10(3): 463-484

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Apoio:

CCGCSO



Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Realização:

**CIÊNCIAS  
SOCIAIS**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

---